UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

GUILHERME EWERTON ALVES DE ASSIS

QUANDO AS INDUMENTÁRIAS DA VIDA ENCONTRAM REFÚGIO NA MORTALHA GERACIONAL:

FANTASMAGORIAS DA FAMÍLIA (COM)PACTUAM COM SEUS HERDEIROS N'*A CAMISA DO MARIDO*, DE NÉLIDA PIÑON

JOÃO PESSOA – PB
2025

GUILHERME EWERTON ALVES DE ASSIS

QUANDO AS INDUMENTÁRIAS DA VIDA ENCONTRAM REFÚGIO NA MORTALHA GERACIONAL:

FANTASMAGORIAS DA FAMÍLIA (COM)PACTUAM COM SEUS HERDEIROS N'*A CAMISA DO MARIDO*, DE NÉLIDA PIÑON

Dissertação elaborada por Guilherme Ewerton Alves de Assis e apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal da Paraíba, com vistas à obtenção do grau de Mestre em Letras.

Área de Concentração: Literatura, Teoria e Crítica
Linha de Pesquisa: Poéticas da Subjetividade
Orientador: Hermano de França Rodrigues

JOÃO PESSOA – PB
2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO(A) ALUNO(A)
GUILHERME EWERTON DE ASSIS

Aos dezessete dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco, às dezenove horas e trinta minutos, realizou-se, no auditório 412 do CCHLA/UFPB, a sessão pública de defesa de dissertação intitulada: "Quando as indumentárias da vida encontram refúgio na mortalha geracional: fantasmagorias da família (com)pactuam com seus herdeiros n'a camisa do marido, de Nélida Piñon", apresentada pelo(a) aluno(a) Guilherme Ewerton Alves de Assis, que concluiu os créditos exigidos para obtenção do título de MESTRE EM LETRAS, área de Concentração em Literatura, Teoria e Crítica, segundo encaminhamento do Prof. Dr. Roberto Carlos de Assis, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPB e segundo os registros constantes nos arquivos da Secretaria da Coordenação da Pós-Graduação. O(A) professor(a) Doutor(a) Hermano de França Rodrigues (PPGL/UFPB), na qualidade de orientador(a), presidiu a Banca Examinadora da qual fizeram parte os Professores Ronaldo Alencar dos Santos (UFPB) e Henrique Miguel de Lima Silva (UFPB). Dando início aos trabalhos, o(a) Senhor(a) Presidente convidou os membros da Banca Examinadora para comporem a mesa. Em seguida, foi concedida a palavra ao(a) mestrando(a) para apresentar uma síntese de sua dissertação, após o que foi arguido pelos membros da Banca Examinadora. Encerrando os trabalhos de arguição, os examinadores deram o parecer final, ao qual foi atribuído o seguinte conceito: **APROVADO**. Proclamados os resultados pela presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, eu, Hermano de França Rodrigues (Secretário *ad hoc*), lavrei a presente ata que assino juntamente com os membros da Banca Examinadora.

João Pessoa, 17 de julho de 2025.

gov.br Documento assinado digitalmente
HERMANO DE FRANCA RODRIGUES
Data: 18/07/2025 06:57:07-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Hermano de França Rodrigues
(Presidente da Banca)

gov.br Documento assinado digitalmente
RONALDO ALENCAR DOS SANTOS
Data: 17/07/2025 21:54:07-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Ronaldo Alencar dos Santos
(Examinador)

gov.br Documento assinado digitalmente
HENRIQUE MIGUEL DE LIMA SILVA
Data: 17/07/2025 21:40:24-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Henrique Miguel de Lima Silva
(Examinador)

gov.br Documento assinado digitalmente
GUILHERME EWERTON ALVES DE ASSIS
Data: 18/07/2025 07:08:40-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Guilherme Ewerton Alves de Assis
(Mestrando)

Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

A848q Assis, Guilherme Ewerton Alves de.
Quando as indumentárias da vida encontram refúgio na mortalha geracional : fantasmagorias da família (com)pactuam com seus herdeiros n'A Camisa do Marido, de Nélida Piñon / Guilherme Ewerton Alves de Assis. - João Pessoa, 2025.
361 f. : il.

Orientação: Hermano de França Rodrigues.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Literatura brasileira - Transgeracionalidade. 2. Trasmissão psíquica. 3. Heranças inconscientes. I. Rodrigues, Hermano de França. II. Título.

UFPB/BC CDU 82(81)(043)

Elaborado por ANNA REGINA DA SILVA RIBEIRO - CRB-15/24

Minha família anda longe,
com trajos de circunstância:
uns converteram-se em flores,
outros em pedra, água, líquen;
alguns, de tanta distância,
nem, têm vestígios que indiquem
uma certa orientação.

Minha família anda longe,
– na Terra, na Lua, em Marte –
uns dançando pelos ares,
outros perdidos no chão.

Tão longe, a minha família!
Tão dividida em pedaços!
Um pedaço em cada parte...
Pelas esquinas do tempo,
brincam meus irmãos antigos:
uns anjos, outros palhaços ...
Seus vultos de labaredas
rompem-se como retratos
feitos em papel de seda.
Vejo lábios, vejo braços
– por um momento persigo-os;
de repente, os mais exatos
perdem sua exatidão.
Se falo, nada responder.
Depois, tudo vira vento,
e nem o meu pensamento
pode compreender por onde
passaram nem onde estão.

Minha família anda longe.
Mas eu sei reconhece-la:
um cílio dentro do oceano,
um pulso sobre uma estrela,
uma ruga no caminho
caída como pulseira,
um joelho em cima da espuma,
um movimento sozinho
aparecido na poeira ...
mas tudo vai sem nenhuma
noção de destino humano,
de humana recordação.

Minha família anda longe.
Reflete-se em minha vida,
mas não acontece nada:
por mais que eu esteja lembrada,
ela se faz de esquecida:
não há comunicação!
Uns são nuvem, outros, lesma ...
Vejo as asas, sinto os passos
de meus anjos e palhaços,
numa ambígua trajetória
de que sou o espelho e a história.
Murmuro para mim mesma:
"É tudo imaginação!"
Mas sei que tudo é memória...
(Cecília Meireles)

RESUMO

Partindo dos fundamentos da psicanálise freudiana e das reverberações teóricas de seus (des)dobramentos contemporâneos — em especial dos contributos de Lacan, Mannoni, Abraham, Török, Kaës e Eiguer — este trabalho debruça-se sobre os intricados processos da transmissão psíquica transgeracional, entendendo-os como engrenagens fulcrais na tessitura dos pactos inconscientes, dos contratos narcísicos e dos testamentos psíquicos que enredam os sujeitos no seio da constelação familiar. Nessa arquitetura simbólica, os descendentes-herdeiros são inexoravelmente atravessados por legados imemoriais, urdidos em discursos, silêncios, interditos e criptas, cujos fantasmas, vivos-mortos, assombram as linhagens com seus murmúrios dissonantes e suas demandas impagáveis. A linguagem, erigida como substância inaugural, antecede a própria emergência do sujeito, impondo-lhe uma filiação fantasmática e uma posição desejante pré-configurada, na qual o corpo e os sintomas tornam-se veículos de inscrição dos fracassos, das faltas e dos delírios parentais. Sob esse escopo teórico, a presente dissertação tem por escopo analisar de que modo o lugar do pai — enquanto função estruturante, ainda que destituído de corporeidade — sobrevive, sustentado por dispositivos simbólicos, afetivos e imaginários, orquestrados pelos demais membros da grei. A investigação se ancora na dissecação do conto *A camisa do marido*, presente em coletânea homônima (2014), de Nélida Piñon, cujos signos ficcionais operam como engenhos de revelação das engrenagens ocultas que regem os pactos de filiação, amor, ódio e transmissão. Na diegese em questão, após a morte do patriarca, a família se (des)estrutura em torno da camisa do defunto — objeto que, simultaneamente, ostenta os atributos de relicário, totem, falo investido, fetiche, bem como de objeto transicional —, instaurando um dispositivo psíquico que nomeia, fixa e perpetua a função paterna, ao mesmo tempo em que catalisa disputas pulsionais entre os remanescentes. Almeja-se, portanto, compreender como esse artefato simbólico — "a camisa do pai" — opera, no interior da trama, como signo condensador de funções paradoxais: nomeia um lugar no seio da cadeia significante; indumenta o falo, na acepção lacaniana do termo; sustenta-se como objeto transicional, tensionando presença e ausência; e, ademais, converte-se em fetiche — objeto simultaneamente de desejo, de interdição, de gozo e de ódio. Assim, ao violar literariamente as sepulturas afetivas, a narrativa pinoniana oferece a possibilidade de escavar, com rigor arqueológico, os subterrâneos da alma familiar, perscrutando os efeitos psíquicos dos mitos, das criptas e dos espectros que se perpetuam, insidiosamente, de geração em geração. Com efeito, este trabalho realiza um inventário dos escombros e das heranças emocionais que, ao mesmo tempo que alicerçam, corroem as estruturas do parentesco, tecendo uma etnomitologia da subjetividade em suas formas mais lancinantes, amorosas e mortíferas.

Palavras-chave: Transgeracionalidade; Transmissão psíquica; Heranças inconscientes.

ABSTRACT

Grounded in the theoretical foundations of Freudian psychoanalysis and the reverberations of its contemporary (dis)continuities — particularly drawing upon the contributions of Lacan, Mannoni, Abraham, Török, Kaës, and Eiguer — this dissertation delves into the intricate processes of transgenerational psychic transmission, conceiving them as pivotal mechanisms in the fabric of unconscious pacts, narcissistic contracts, and psychic testaments that entangle subjects within the familial constellation. Within this symbolic architecture, descendants-heirs are inexorably traversed by immemorial legacies, woven through discourses, silences, prohibitions, and crypts, whose living-dead ghosts haunt lineages with their dissonant murmurs and insatiable demands. Language, erected as the primordial substance, precedes the very emergence of the subject, imposing upon them a phantasmatic filiation and a preconfigured desiring position, wherein the body and its symptoms become vehicles for inscribing the failures, lacks, and delusions of the parental order. Under this theoretical framework, the present study aims to analyze how the paternal function — as a structuring instance, though devoid of corporeality — persists, sustained by symbolic, affective, and imaginary devices orchestrated by the remaining members of the familial group. The investigation is anchored in the dissection of the short story A camisa do marido ("The Husband's Shirt"), from the eponymous collection by Nélida Piñon (2014), whose fictional signs operate as revelatory mechanisms of the concealed gears that govern pacts of filiation, love, hatred, and psychic transmission. In the diegesis under scrutiny, following the patriarch's death, the family (dis)organizes itself around the deceased's shirt — an object that simultaneously embodies the attributes of relic, totem, invested phallus, fetish, and transitional object — thus establishing a psychic apparatus that names, anchors, and perpetuates the paternal function, while simultaneously catalyzing drive-based disputes among the surviving members. This research, therefore, seeks to understand how this symbolic artifact — "the father's shirt" — operates within the plot as a condensatory sign of paradoxical functions: it assigns a place within the signifying chain; it garments the phallus, in the Lacanian sense; it is sustained as a transitional object, mediating presence and absence; and, moreover, it becomes a fetish — an object simultaneously of desire, prohibition, jouissance, and hatred. By literarily violating affective tombs, Piñon's narrative enables an archaeological excavation of the family's psychic underground, scrutinizing the enduring effects of myths, crypts, and specters that insidiously perpetuate themselves from generation to generation. Ultimately, this work conducts an inventory of the emotional ruins and inheritances that, while underpinning, simultaneously corrode the structures of kinship, weaving an ethnomythology of subjectivity in its most piercing, loving, and death-driven forms.

Keywords: *Transgenerationality; Psychic transmission; Unconscious inheritances.*

Sumário

INTRODUÇÃO **9**

CAPÍTULO 1 ..... **21**

1.1 DA CONSAGRAÇÃO DA SUBJETIVIDADE À RUÍNA DOS HERÓIS: QUANDO A MÍTICA SUBJETIVA, PRENHE EM TRAGÉDIA, ENOVELA A EPOPEIA FAMILIAR DOS NEURÓTICOS 21

1.2 A PSICANÁLISE DE-CIFRA A MITOLOGIA 27

1.3 GENEALOGIAS ANTERIORES AO ÉDIPO: TRANSGERACIONALIDADE E HERANÇA MALDITA NO DESTINO, DEVERAS INFORTUNADO, SOFOCLEANO . 37

CAPÍTULO 2 ..... **49**

2.1 TRANSMISSÃO PSÍQUICA NOS ESTUDOS FREUDIANOS 49

2.2 TRANSGERACIONALIDADE EM LACAN: CRIANÇA, SINTOMA-HERDEIRA DOS PAIS 111

2.3 FANTASMAS CONSORCIADOS NA CRIPTA: DOS SUSSURROS NÃO-DITOS PELOS ESPECTROS DA ALCOVA FAMILIAR AO ADOECIMENTO SINTOMÁTICO DOS HERDEIROS 183

CAPÍTULO 3 ..... **225**

3.1 ESTÉTICA LITERÁRIA DE NÉLIDA PIÑON 225

3.2 FANTASMAS, CRIPTAS E TRANSGERACIONALIDADE NA POÉTICA DE NÉLIDA PIÑON, NOS ESCRITOS DA COLETÂNEA *A CAMISA DO MARIDO* 230

3.3 QUANDO AS INDUMENTÁRIAS DA VIDA ENCONTRAM REFÚGIO NA MORTALHA GERACIONAL: FANTASMAGORIAS DA FAMÍLIA (COM)PACTUAM COM SEUS HERDEIROS, N'*A CAMISA DO MARIDO*, DE NÉLIDA PIÑON 263

CONSIDERAÇÕES FINAIS **345**

REFERÊNCIAS **352**

INTRODUÇÃO

A hereditariedade dessa pecha
Seguira seus filhos.
Dora em diante
Seu povo tombaria agonizante
[...]
Hereditariedades politípicas
Punham na minha boca putrescível
Interjeições de abracadabra horrível
E os verbos indignados das Filípicas.

Todos os vocativos dos blasfemos,
No horror daquela noite monstruosa,
Maldiziam, com voz estentorosa,
A peçonha inicial de onde nascemos.
(Augusto dos Anjos)

Na efervescência da Idade Mediévica, os despojos mortais encontravam sua derradeira morada incólume às opulências, sob o abrigo singelo dos sudários, ausentes de caixões, e repousavam em grandes fossas coletivas, onde múltiplos cadáveres encontravam uma comunhão silente. Nesse período, a concepção de um sepulcro individual e perpétuo para o falecido ainda não desabrochava e, num enredamento peculiar, o cemitério e a igreja partilhavam suas fronteiras, entrelaçando-se numa simbiose, pois tanto os abastados quanto os mais pobres encontravam seu leito eterno, ora nos recintos sagrados ora nos adros circundantes de tais catedrais. Essa prática arcaica se embasava na convicção de que a proximidade aos santos e mártires garantiria uma custódia divina aos mortos, resguardando-os das tormentas infernais. Importante ressaltar que, apesar da conexão íntima entre a igreja e o cemitério, ambos continuavam em espaços públicos, onde encontros e confluências humanas perduravam, criando uma arena na qual *vivos e defuntos coexistiam*. Contudo, nos meandros da Baixa Idade Média, prorrompe-se uma transformação significativa: as lágrimas e as manifestações descontroladas de pesar cedem lugar a um lamento contido e um controle mais rígido das emoções diante da morte. O corpo do falecido, outrora um conhecido e objeto de afeto, transmuda-se num objeto de insuportável lembrança, e, numa dança sombria que se estenderia por séculos, passa a ser ocultado dentro de uma urna sepulcral, ignota aos olhares. Logo após o óbito, inicia-se um cerimonial, com o cadáver cuidadosamente envolto na mortalha, cobrindo-o da cabeça aos pés, de modo que sua identidade anterior desaparece por completo. Subsequentemente, o corpo é confinado num féretro de madeira (*cercueil*) ou sarcófago; esse

novo ritual reflete uma conversão da percepção da morte e na relação com a finitude humana, marcando uma transição para a Idade Moderna (Ariès, 2012).

Particularmente a partir da centúria XVIII, vislumbra-se uma inversão nas posturas humanas em relação ao fenômeno do óbito: a transição para a inexistência, nesse ângulo de visão, adquire nuances mais mitigadas, e o ser humano, desse lapso temporal, passa a contemplar o decesso com uma benevolência singular. O ato de expirar converte-se, igualmente, em um momento de descontinuidade, no qual o indivíduo é desalojado abruptamente de sua existência cotidiana e arremessado num universo sombrio, cruel e destituído de racionalidade. Nesse quadro, delineia-se uma acentuada dicotomia entre as esferas da vida e da morte, bem como uma secularização desta última. As instituições eclesiásticas, outrora protagonistas do sepultamento, despojam-se desse privilégio em favor dos campos-santos, que são erigidos nas periferias urbanas, traçando uma barreira intransponível entre viventes e defuntos. Nesse contexto, as cerimônias fúnebres adquirem uma roupagem mais personalizada, sinalizando uma inclinação à individualização dos sepulcros e à preocupação em registrar o exato local de repouso do finado. Atualmente, busca-se a certeza de que o solo que envolve o extinto é, inquestionavelmente, sua propriedade, como que reivindicando uma derradeira jurisdição sobre o solo dos vivos. O velório, por conseguinte, cessa de ser uma ritualização levada a cabo no domicílio familiar, onde o corpo, anteriormente exposto e velado pelos parentes próximos, figurava como testemunha derradeira da última visita dos familiares. A permanência dos falecidos em ambiente doméstico, motivada por considerações higiênicas e psicológicas, passa a ser encarada com crescente intolerância, gerando um distanciamento em relação a tal costume (Kóvacs, 1992).

Na segunda metade do século XVIII, presencia-se o declínio da aceitação generalizada em relação aos “inhumamentos” em valas expostas, quando a sociedade, impregnada pela aversão a emanações fétidas insuportáveis e pela ameaça iminente de pestilência, atribuída de maneira justificada aos cadáveres desprotegidos, deliberou que era chegada a hora de uma mutabilidade em tais práticas. Na aurora dessa epifania, surgiu uma compreensão renovada: os sepulcros não seriam meramente destinados a preservar a integridade da identidade dos falecidos, mas também a proteger os vivos de doenças que proliferavam devido a essa exposição imprudente dos corpos mortos (Ariès, 2012). Os lamentos e o pesar, que acompanhavam a perda de entes queridos, tornaram-se proeminentes, de tal forma que a percepção da perda e da ausência se transformou em um assombroso espectro que rondava incansavelmente os sobreviventes enlutados. Os cemitérios, anteriormente relegados à periferia da sociedade, assumiram um papel central como os lugares de repouso final, mas também como destinos de

peregrinação para os vivos – um estratagema humano para preservar a memória dos que partiram. Desde o ocaso do século XVIII, observou-se um delineamento claro da separação entre os reinos dos vivos e dos mortos, pois, embora a morte fosse contemplada com uma crescente naturalidade, as sociedades antigas nutriam receios em relação à proximidade dos defuntos e adotavam medidas extremas para evitar que estes perturbassem o domínio dos vivos. Os rituais funerários, nesse panorama, eram minuciosamente planejados com o escopo primordial de obstar qualquer retorno pós-morte que pudesse ameaçar a convivência dos viventes. Como resultado, os sepultamentos eram conduzidos em lugares distantes das cidades, pois acreditava-se que, ao enterrar os falecidos longe da civilização, evitava-se que estes exercessem influência aterrorizante sobre os vivos; as práticas de inumação eram elaboradas com precisão para assegurar, não apenas um local de 'descanso eterno', mas também garantir que os mortos não pudessem retornar à esfera dos vivos. Para além da cremação e dessecação, conceberam, então, métodos funerários engenhosos, como o uso de pedras tumulares, arremessadas de maneira a esmagar e desfigurar os corpos inertes, evitando, assim, sua totalidade e a possibilidade de regressarem como aparições a aterrorizar os viventes – a propósito, a expressão "enterrar a sete palmos" também simboliza o pélago do sepultamento, garantindo que o falecido não tivesse chance alguma de emergir dos sete palmos de terra que o encobriam: a forma como os mortos eram tratados revela as crenças e os preconceitos da época, além de refletir os medos, as medidas sanitárias e a perplexidade que permeavam a (in)experiente relação humana com a morte (Ariès, 2014).

Os cemitérios contemporâneos destacam-se por sua disposição intramuros, circundados por robustas muralhas, frequentemente enobrecidos por projetos arquitetônicos que, de modo sub-reptício, disfarçam a presença da inescapável morte e estabelecem uma nítida delimitação entre os cadáveres e os viventes. A transferência das necrópoles para as margens das cidadelas, ainda que em grande parte resultante do ininterrupto crescimento urbano, historicamente ecoa o receio inconsciente que assedia os sobreviventes em relação à finitude e à possibilidade de regresso dos falecidos à convivência dos vivos (Chiavenato, 1998). Ao longo da vasta urdidura histórico-cultural da humanidade, deparamo-nos com uma miríade de mitos e lendas acerca dos mortos-vivos; entidades sobrenaturais que habitam as profundezas do imaginário coletivo. Essas criaturas, desprovidas do último alento vital, erguem-se como espectros enigmáticos, estilhaça as fronteiras que separam a vida e a morte, trespassando as barreiras temporais e culturais. Nesse bestiário oculto, avultam figuras como os reanimados, os sanguessugas, os espectros e outras manifestações pavorosas, cujas narrativas encontram ressonância nos mais variados contextos socioculturais, desde as mitologias ancestrais até as expressões narrativas

contemporâneas. De uma forma ou de outra, essas entidades mórbidas, imbuídas de uma vitalidade cadavérica insistente, materializam-se como emblemas arquetípicos da efemeridade humana e das insondáveis dimensões da existência para além do plano terreno. As tradições culturais evidenciam a ubíqua presença destes seres sobrenaturais, convocando o ancestral receio da morte e a incerteza perante o desconhecido. Mitos e narrativas folclóricas, constituintes do imaginário coletivo, narram a ressurgência dos defuntos ao domínio dos vivos. Não surpreende, pois, que a literatura romântica, encarnada por luminares como Edgar Allan Poe, Baudelaire e Byron, tenha fecundado narrativas repletas de um bestiário de mortos-vivos, englobando fantasmas, espectros, assombrações, almas atormentadas, sanguessugas e reanimados errantes, emergindo dos refúgios das trevas para atormentar os que ainda respiram. Esses exemplos históricos e estéticos atestam, de modo insofismável, o retorno subconsciente destas entidades para inquietar, talvez na busca de perpetuar seu domínio sobre as gerações subsequentes, talvez na ânsia de solucionar pendências não resolvidas em vida (Kóvacs, 1992).

As efêmeras efígies da psique humana, aquelas que tangenciam o reino das ilusões e da fantasmagoria, encontram sua morada no obscuro recôndito da mortalha psíquica. Este intrigante domínio, onde a irrealidade e a realidade se embaraçam como fios de uma trama macabra, erige-se como um cárcere mental cujas figuras sombrias e fantasmagóricas, habitantes do limiar da consciência, vagueiam incessantemente. O inconsciente, em sua complexidade insondável, serve como um solo fértil para a proliferação desses espectros, que, por sua vez, acabam povoando os sepulcros psíquicos. Os residentes do cemitério familiar, por conseguinte, são atraídos, de maneira inexorável, por esse charco mental, cujas almas dos que já partiram encontram morada, e erguem uma estrutura de existência que subverte as barreiras da vida e da morte. Não surpreendentemente, entre as civilizações primordiais, Freud (2012 [1912-1913]) sublinha a presença de ritos de apaziguamento das almas dos inimigos caídos em combate. Tais cerimônias, concebidas para obstar que os espíritos errantes dos adversários derrotados ressuscitassem do além, perpetuavam a angústia de uma sociedade acossada pelo medo da vingança do reino espectral. Na cultura dos *palus*, em Celebes, o progenitor da psicanálise ressalta o sacrifício dos espíritos dos rivais, uma cerimônia antecedente ao retorno triunfante de uma expedição vitoriosa da guerra – acreditava-se que tais procedimentos oblatórios evitariam a ressurreição dos inimigos falecidos e, consequentemente, a assombração daqueles que os haviam derrotado. A purificação, imperativa após a guerra, simbolizava um ato de catarse e uma tentativa desesperada de preservar a paz na mente ansiogênica dos vencedores. Em terras dos Monumbos, na Nova Guiné alemã, Freud (2012 [1912-1913]) consigna que o óbito de um inimigo em batalha implicava a atribuição de impureza ao seu algoz; a putrescência era

equiparada à mesma denominação reservada às mulheres durante a menstruação ou ao estado de puerpério. O guerreiro vitorioso se via compelido a um período de segregação, afastando-se de sua própria família, na crença de que seu 'toque' poderia resultar em ferimentos ou contaminação para os demais. Somente através de rituais purificadores, incluindo banhos e cerimônias de expiação, o "impuro" seria reintegrado à sociedade, como um indivíduo despojado de seus estigmas. Freud, ao estabelecer um paralelo entre esses ritos primitivos e o contemporâneo, observa que, de maneira semelhante, os neuróticos nutrem cerimônias obsessivas como um ato de desespero, na vã tentativa de exorcizar suas próprias sombras, isto é, evitar o retorno dos fantasmas do passado (Freud, 2012 [1912-1913]). Desde tempos imemoriais, portanto, a imaginação humana concebeu essas entidades como espíritos penitentes, almas vagantes ou criaturas que se alimentam dos vivos, encarnando o eterno conflito entre a vida e a morte. Encerrados nesse funcionamento fáustico, os mortos-vivos, em suas formas multifárias, continuam a sussurrar, de maneira subterrânea e (in)familiar, sobre a universalidade de nossos temores mais íntimos.

(In)violando as 'sepulturas literárias', nas precárias malhas que (re)cobrem a família, debruçamo-nos sobre o conto "A camisa do marido" (2014), publicado no livro homônimo, de Nélida Pinõn, no intento de investigar os fantasmas familiares, *hamleticamente* confeccionados pelo pai e sustentados pela figura materna, que assombram e dilaceram os filhos. Enquanto tais espectros parentais amedrontam os vínculos de parentesco, aprisionando-os sob a égide de pactos inconscientes, eles, por meio desses mesmos contratos, asseguram sua vitalidade, perpetuação e (compulsão à) repetição ao longo das gerações. Na narrativa em análise, após a morte do patriarca, a família (des)organiza-se em torno da camisa do falecido, apropriada inicialmente pela viúva e encriptada numa urna, mantendo, consequentemente, a figura do pai viva-morta, no acervo da grei parental. Intenta-se, pois, escrutinar as estruturas, assaz ruidosas, elementares do parentesco, postas em relevo pelos signos nelidianos, hábeis em inventariar a herança humana, em seu cortejo fúnebre e/ou amoroso. Examinamos o enquadramento afetivo que, na poética em tela, territorializa os conflitos e seus agentes (personagens), de modo a reverberar, pela palavra, os tributos a serem pagos por todos os sujeitos, fadados desde à origem, como Narciso, a se reconhecer no lago mortificante da alteridade. Nessa diegese, outonal por excelência, deparamo-nos com uma fecunda etnomitologia da alma familiar, capaz de traduzir, em imagens e enunciações insaciáveis, as abstrusas intercorrências da subjetividade humana. Para tanto, recorremos, para fundamentação teórica, aos escritos da ciência psicanalítica, sobretudo de vertente (pós)freudiana, que trazem à baila os enigmas do "inconsciente familiar/grupal", os dramas dos pactos inconscientes, as criptas dos vivos-mortos da família e

os espectros da transgeracionalidade, quais sejam: *A transmissão do psiquismo entre gerações* (1998) e *Parentesco fantasmático* (1995), de Eiguer; *As alianças inconscientes* (2016), de Kaës; e *A casca e o núcleo* (1995), de Abraham e Török.

Partindo dos axiomas da filosofia helênica, desdobrados a partir das epistemes platônicas e aristotélicas, aspiramos esboçar, de forma concisa, a apreensão tipológica acerca do mito (*mythos*), ressaltando tanto as análises que enriquecem sua exegese quanto as divergências em relação ao pensamento racional-filosófico e à realidade. Posteriormente, valendo-nos da hermenêutica cultural, forjada por mitólogos e helenistas, exploramos a noção de mitologia no âmbito psicanalítico, sobretudo nas obras de Sigmund Freud. Na interação entre a construção mítica, dirigida e consolidada por diversas culturas, e as mitologias psíquicas, emerge a compreensão de que a subjetividade humana, em suma, atua como um reservatório de epopeias, titãs e heróis, frequentemente trágicos, que encontram palco no teatro inconsciente. Essas narrativas desempenham um papel dual, servindo quer como fundação estrutural para o indivíduo, proporcionando-lhe um refúgio neurótico-religioso contra as adversidades, quer como maldições que, invariavelmente, influenciam os caminhos da vivência humana. Ao abordar a psicogênese ou adentrar nas intricadas tramas da sexualidade, torna-se manifesta a constatação de que o indivíduo, involuntariamente, constrói e é, por sua vez, moldado por mitos; a simbiose entre o mito cultural e as narrativas inconscientes revela a influência das estruturas na edificação da subjetividade. Na segunda parte deste primeiro capítulo, percorremos os manuscritos do preeminente psicanalista, iniciando com sua obra fundamental, *A Interpretação dos Sonhos* (1900), e culminando em seu último artigo, *Moisés e o Monoteísmo* (1939), almejando traçar um panorama abrangente da compreensão da ciência psicanalítica em relação às elaborações mitológicas.

Essas narrativas, no que lhe tangem, desdobram-se na sutil interseção entre o cultural e o inconsciente, o objetivo e o subjetivo; destaca-se, desse modo, como essas epopeias mitológicas consubstanciam, exemplificam e, por vezes, tensionam as experiências vivenciadas, particularmente no âmbito familiar. Por fim, no terceiro subtema, ancorado no arcabouço antropo-filosófico e psicanalítico sobre as tramas míticas e suas implicações nas poéticas subjetivas, voltamo-nos para o drama de Édipo Rei, não apenas engendrado por Sófocles, mas considerando também as peças de Ésquilo e de Eurípedes que, concomitantemente, possibilitam uma exploração da rede familiar do herói trágico. Como resultado, abordamos o percurso do protagonista tebano como uma jornada mapeada por seus ancestrais; compreendendo a dimensão transgeracional que inconscientemente direciona os membros do *genos*, percebe-se que Édipo é, em outras palavras, herdeiro (i)legítimo dos

malditos familiares, receptáculo das desmedidas paternas e, portanto, sintoma de um adoecimento que aflige, com outras máscaras, os próprios pais e entes precedentes. Assim, nesse subtema, trata-se de uma trajetória do mito ao Complexo, revelando que a trama da economia libidinal dos idos áureos, retratada na fase fálica, é fragmentada – e adoecida – pelos antecessores da linhagem familiar.

No segundo capítulo, adentramos nos territórios da doutrina freudiana, destacando as preexistentes contribuições da ciência psicanalítica para a dimensão transgeracional, que desvela e escancara os recônditos da instituição familiar. No seio das tramas teóricas construídas pelo progenitor da psicanálise, vislumbramos uma variada gama de facetas relativas à transmissão inconsciente e à herança psíquica que permeiam as linhagens parentais. Desde a ausculta da neurose histérica – notoriamente arraigada, em grande parte, nas relações claustrofóbicas entre progenitores e prole – até a sua última incursão na esfera da doutrina judaico-cristã, no trabalho sobre *Moisés* (1939), que, legando aos membros um encargo angariado pelas gerações passadas, repousa sobre um crime primordial, o mestre vienense concentra-se, de forma incontestável, no arcabouço dos legados inconscientes, urdidos por uma geração e subsequentemente recebidos por outra, culminando numa moléstia patente que acomete a última. Aprofundando nossa análise pós-freudiana, especialmente nas contribuições de René Kaës, depreende-se que Freud concebia a transmissão sob a égide dos elementos estruturantes e ordenadores da configuração familiar e, igualmente, como uma metástase insidiosa, qual seja, um pernicioso alastramento da patologia que acomete a teia parental, corroendo-a.

Ademais, respaldados pelo sólido arcabouço freudiano, alargamos a compreensão acerca da transgeracionalidade psíquica no subtópico intermediário do segundo capítulo, amparando-se, de modo especial, nas empreitadas investigativas de Jacques Lacan (1901-1980) e Maud Mannoni (1923-1998). O eminente mestre francês, ao imergir nos complexos familiares da dramaturgia neurótica, delineou uma perspectiva na qual o sujeito é, de fato, revestido, inscrito, amaldiçoado e inflado pelo Outro. Golfado "causticamente" pelos familiares, o chamado banho de linguagem predestina espaços simbólicos, na complexa maquinaria parental, mesmo antes do advento da criança; além de enredar, em termos fantasiosos, os descendentes-herdeiros, nas amarras que sustentam (e por vezes destroem) as tradições familiares. Nesse intervalo, a linguagem assume o estatuto de uma substância primordial, constituindo-se ora como imprescindível à assimilação ao grupo ora como um encargo legado, embalado a vácuo, a cada infante. Com efeito, esse sujeito proporcionalmente será subjugado ao poder de concepção prévia, a partir do código preestabelecido – ao qual se vê compelido a se submeter,

com o objetivo de se tornar decifrável aos seus entes imediatos. Segundo o pensamento lacaniano, a continuidade da unidade familiar, apesar das incessantes reformulações e reelaborações ao longo da trajetória humana, encontra sua razão de ser mais substancial no apoio que oferece à transmissão de um resíduo, que detém a capacidade ímpar de conferir fundamentos à formação subjetiva dos indivíduos que constituem o grupo familiar. Nesse momento, os estudos desenvolvidos por Maud Mannoni despontam para, através da concepção do "mito familiar", desvelar que a criança, por meio de seus sintomas, escancara um conflito que se desenrola, de forma fervorosa, na realidade, no âmago de seus progenitores. De maneira inconsciente, o filho carrega o peso das tensões e interferências geradas pela dinâmica emocional, sobretudo de natureza sexual, que se desenvolve entre seus pais. Quando as figuras tutelares encontram consideráveis obstáculos na transmutação de seu sofrimento inerente em palavras, a criança assume a árdua missão de reparar as falhas, realizando os sonhos e, pelo corpo, expressando uma corrosão parental. Ainda no segundo capítulo, sob a égide das considerações de Abraham e Török (2015), delineamos uma compreensão das criptas que, ao resguardar fantasmas e mortos-vivos, assombram a estirpe com seus gritos ululantes e sussurros ludibriantes. Nesse domínio, depreende-se que, no esquema parental, podem ocorrer os chamados "parentescos fantasmáticos", conforme consigna Eiguer (1995).

As formas de vinculação, com suas raízes profundas na psicologia das relações familiares, erigem uma ponte entre o presente e o passado, onde os ecos do que foi perpetuam-se de maneira enigmática. A ancestralidade, sob o signo de tais criptas, assume uma dimensão misteriosa, desafiando a linearidade do tempo e da lógica cotidiana. Nesse âmbito, nos parentescos familiares, desmantela o elo biológico, as interações entre gerações passadas e presentes adquirem nuances sombrias e enigmáticas; consequentemente, os "parentescos fantasmáticos" operam como uma arqueologia do psiquismo, desenterrando segredos e mistérios que influenciam a dinâmica familiar de maneira sutil, porém virulenta. Outrossim, realiza-se uma investigação acerca dos pactos inconscientes, contratos narcísicos e testamentos psíquicos, que, de maneira insuspeita e insondável, forjam-se, sustentando e amaldiçoando, as tramas das relações familiares. Os acordos, estabelecidos às margens da consciência dos envolvidos, surgem como artefatos enigmáticos, crípticos, possuindo o potencial de infligir sofrimento psíquico, mas igualmente implementando como elos que amalgamam diferentes sujeitos, tanto em termos horizontais, conectando os entes familiares imediatos, quanto em termos verticais, engrenando-os com seus predecessores. Os pactos inconscientes residem na sua natureza subterrânea, cujas expectativas, obrigações e compromissos se configuram como entidades quase etéreas, porém, paradoxalmente, de inegável influência. O tecido das relações

familiares, nesse sentido, é habilmente enrodilhado por fios invisíveis que extrapolam a consciência individual, criando uma trama que mistura o passado, o presente e o futuro de maneira intrigante e inextricável. Esses pactos, apesar de muitas vezes proporcionarem uma sensação de segurança e continuidade, podem igualmente ser uma fonte potente de conflitos e angústias, já que os indivíduos se veem compelidos a cumprirem obrigações que, muitas vezes, escapam à sua plena compreensão. Cumpre dizer que, no segundo capítulo desta exegese, no qual se discorre copiosamente sobre a transgeracionalidade psíquica e as heranças inconscientes a partir de diferentes psicanalistas, de Freud aos (des)continuadores contemporâneos, cientes da fecundidade estilística do universo pinoniano em escrutinar as múltiplas vestes que adornam as heranças familiares e os patrimônios amaldiçoantes, que são transmitidos de uma geração à seguinte, *todos* os textos literários escolhidos para escorarem e esgarçarem os constructos teóricos são pertencentes, unicamente, ao copioso arcabouço artístico de Nélida Piñon.

Longe de ser uma escolha arbitrária, optamos por enveredar-se, de forma exclusiva, nas páginas da célebre escritora carioca: seja em manuscritos de brevidade quase epigramática seja em narrativas extensas que se assemelham a epopeias modernas. Todos os escritos de Nélida Piñon foram criteriosamente escolhidos para comporem um amplo e abrangente panorama da temática em foco, destacando-se, assim, como um conjunto representativo no jardim poético da autora. Entretanto, à medida que a obra pinoniana é dissecada, faz-se necessário reconhecer que tal abordagem, por mais profícua que seja, inevitavelmente relega, à margem, as obras de outros renomados escritores, cujas narrativas também, em seu bojo, guaridam os multifários mecanismos da transmissão psíquica e, por conseguinte, as disfunções no filamento parental; autores como Lygia Fagundes Telles, Clarice Lispector, Lya Luft, Gabriel García Márquez, Milton Hatoum, Raduan Nassar, José Saramago e tantos outros, cada qual com sua idiossincrasia estilística, oferecem visões igualmente enriquecedoras acerca da grei familiar. Conscientes da inegável lacuna em nosso arcabouço conteudístico, deliberamos que as epígrafes, que preludiam cada subtópico nesse trabalho, propagam trechos selecionados de diversas obras literárias, permitindo ao leitor contemplar outras perspectivas literárias para além dos palimpsestos que Nélida Piñon, solidariamente, oferta.

No terceiro capítulo, após expormos uma breve biografia e apresentarmos a produção literária de Nélida Piñon, empreendemos uma análise da antologia *A camisa do marido* (2014), seu derradeiro conjunto de contos. Nessa obra, deparamo-nos com narrativas que buscam refúgio, muitas vezes em espaços hostis, no cerne da unidade familiar, incorporando-se temática, estrutural e esteticamente, em contos como: “A camisa do marido”, “O trem”, “Dulcineia”, “A mulher do pai”, “Para sempre”, “A sombra de Carlos”, “Em busca de Eugênia”,

“A quimera da mãe” e “A desdita lira”. Esse conjunto revela-se distintivo não apenas em sua árdua busca estética, mas também em sua intricada organização estrutural que os harmoniza: cada trama, com sua singular complexidade, enovela panoramas de temas multifacetados e abordagens diversas, imergindo-nos nas distintas subjetividades presentes nos domínios familiares, desde seus limites sagrados até semblantes espúrios e desmedidos. Na tessitura textual, a família é frequentemente revestida por vestes desgastadas, engrandecendo as relações e, simultaneamente, velando os pactos inconscientes, ocultando – sob os véus dos não-ditos – os fantasmas que vagueiam pelos lares parentais. Com requintada destreza narrativa, a poética pinoniana desnuda, em seu cerne, autênticos palcos de enfrentamentos familiares, os quais se desenrolam com uma brutalidade visceral, quer se mantenham enclausurados nas trevas do sigilo quer se exponham a céu aberto; assim, de forma inelutável e, por vezes, até mesmo cataclísmica, o florilégio de Piñon evoca, por exemplo, a tragédia arquetípica do ódio caímico, que se insinua como uma força primordial e destrutiva nas famílias conflagradas.

Além disso, no âmago desses conflitos, prorrompem-se situações paradoxais, exemplificadas no tocante à história de um jovem fascinado pela sedutora aura que envolve a recém-chegada esposa de seu progenitor, desencadeando, assim, um lúgubre processo de ostracismo filial. Ao explorar os textos que compõem essa notável compilação, deparamo-nos com uma fascinante recorrência ao paradigma da herança inconsciente, à complexa transmissão transgeracional e à perturbadora presença de fantasmas ancestrais que, como espectros etéreos, libertados de suas criptas, assombram inexoravelmente os descendentes; urdiduras literárias que atestam, portanto, as distintas poéticas (des)subjetivantes que atravessam e desnudam os domínios familiares. Os enredos se desdobram em ambientes sufocantes, cujo caráter opressivo e avassalador serve, não raras vezes, como o palco predestinado para o desenrolar de tais tragédias humanas. Não obstante a evidente presença de dinâmicas edípicas, que se infundem e fundamentam a estética da escritora, somos, adicionalmente, instigados a (des)velar as alianças inconscientes e transgeracionais que regem os destinos dos personagens, conectando-os, sem que o percebam, a traumas e dilemas que ultrapassam as barreiras temporais e, de maneira sutil, envolvem-nos numa malha de lealdades e ressentimentos, cujas cerdas entrelaçam – e aprisionam – as gerações pretéritas e futuras. Na segunda seção do terceiro capítulo, propomo-nos a realizar breves exegeses das narrativas que integram o compêndio – excetuando-se os textos “Dulcineia”, “A desdita lira” e “A sombra de Carlos” – com o intuito de, panoramicamente, confeccionar uma cartografia, um diagrama hermenêutico da (des)organização transgeracional na esfera familiar. Confrontamo-nos, em tais ficções, com antepassados que inquietam e, curiosamente, com espectros que dirigem o palco dos desejos,

supervisionam a complexa trama da parentalidade. A exclusão justifica-se com base na compreensão de que, embora as narrativas mencionadas estejam compenetradas com as complexas dinâmicas familiares, não adentram diretamente na categoria analítica desta pesquisa, isto é, os textos escapam à esfera da transgeracionalidade e das heranças psíquicas inconscientes que exsudam o legado familiar; ou seja, malgrado ofereçam contribuições valiosas para uma averiguação mais ampla das relações parentais, suas análises não se ajustam à categoria analítica deste estudo.

Na derradeira seção, enquanto efetivamente *corpus* investigativo do trabalho, debruçamo-nos sobre o conto homônimo ao título da coletânea, *A camisa do marido*, realizando uma investigação copiosa e profícua a respeito da narrativa, detendo-se sobre as precárias arquiteturas que sustentam a residência familiar, ou seja, a moléstia que assola, sobretudo, os três filhos que, órfãos do pai, (con)vivem com uma figura materna que insiste em garantir a sobrevivência do fantasma-patriarca, ao ornar as relações filiais com a indumentária do marido morto. A vestimenta, como uma *pele* que recobre a família, um objeto transgeracional, adorno para a subsistência dos *teatros do eu*-parental ou, quiçá, um *falo* que gerencia, organiza e arregimenta a estrutura familiar, torna-se, no enredo, um objeto (en)criptado na urna (mortuária), depositada solidariamente no leito conjugal. Enquanto a aparição parental atemoriza os laços de consanguinidade, aprisionando-os sob os auspícios de compromissos inconscientes, paradoxalmente, por intermédio destes mesmos contratos, garantem sua vitalidade, perpetuação e a compulsão à repetição ao longo das eras. Na narrativa em escrutínio, após o óbito do progenitor, a família se (des)estrutura em torno da vestimenta mortuária do falecido, inicialmente apropriada pela viúva e depositada numa cripta, erguendo, por conseguinte, a figura do pai como um ser morto-vivo, preservado no acervo da linhagem progenitora. Examinam-se as *estruturas essenciais do parentesco*, destacadas pelos signos na prosa de Nélida Pinõn, habilidosos em compilar a herança humana, seja nas cerimônias fúnebres seja nos enredos amorosos; analisa-se a configuração afetiva que, na trama literária em tela, mapeia os conflitos e seus personagens, compreendendo que, através da linguagem e da liturgia cerimonial dos atos, os tributos que todos os indivíduos devem pagar, predestinados, a se confrontarem com os fantasmas dos ancestrais, que assolam o inconsciente grupal.

Imperioso destacar que a renomada diegese, anteriormente elencada, permanece, até o presente momento, destituída de incursões no seio das investigações acadêmicas, considerando notável a ausência de sua abordagem em artigos científicos e dissertações de Pós-Graduação, como evidenciado pelos levantamentos realizados na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO) e no Portal de

Periódicos da CAPES. Conquanto o copioso e polifônico repertório de publicações que permeia a obra da referida escritora, urge ressaltar a carência de empreendimentos acadêmicos, sobremaneira de estudos erigidos sob tutela da ciência psicanalítica. Trata-se de uma investigação inovadora, na medida em que se dedica a desvelar as facetas da herança psíquica e dos processos de transmissão inconsciente na lavra poética de Nélida Piñon, à luz dos fundamentos da Psicanálise. Sua originalidade reside precisamente na análise das dinâmicas transgeracionais que atravessam a tessitura narrativa da autora, aspecto ainda inexplorado sob este prisma específico. Nesse escopo, o presente trabalho afirma-se como uma contribuição singular para os estudos literários e psicanalíticos, ao evidenciar como a escrita pinoniana se configura como espaço de elaboração das inscrições inconscientes, das memórias herdadas e das marcas psíquicas que perpassam gerações. Desse modo, a pesquisa projeta-se como pioneira na abordagem da transgeracionalidade no universo ficcional de Nélida Piñon, oferecendo aportes teóricos e metodológicos que possam subsidiar investigações futuras no campo interdisciplinar entre literatura e Psicanálise.

CAPÍTULO 1

1.1 DA CONSAGRAÇÃO DA SUBJETIVIDADE À RUÍNA DOS HERÓIS: QUANDO A MÍTICA SUBJETIVA, PRENHE EM TRAGÉDIA, ENOVELA A EPOPEIA FAMILIAR DOS NEURÓTICOS

> Na hora de pôr a mesa, éramos cinco: o meu pai, a minha mãe, as minhas irmãs e eu. Depois, a minha irmã mais nova casou-se. Depois, o meu pai morreu. Hoje, na hora de pôr a mesa, somo cinto, menos a minha irmã mais velha que está na casa dela, menos o meu pai, menos a minha mãe viúva. Cada um deles é um lugar vazio nesta mesa, seremos sempre cinco. Enquanto um de nós estiver vivo, estaremos sempre cinco.
> (José Luís Peixoto)

No fecundo horizonte filosófico do século IV a.C., sob os auspícios da Grécia Antiga, insurge-se a imponente figura de Platão (2021), cujas reflexões, de inegável engenho, consignam um juízo inflexível e desapiedado acerca dos mitos (*mythos*, no idioma helênico), os quais, transmitidos por Homero, Hesíodo e outros poetas de indiscutível estro, configuram-se, em sua óptica, como simulacros enganosos da realidade, isto é, deturpações, subterfúgios ficcionais que distorcem, obnubilam e desviam o pensamento da senda legítima do verdadeiro conhecimento. Neste cenário, Platão estabelece uma dicotomia inequívoca entre *mythos* e *logos*, reforçando a primazia deste último, uma vez que a filosofia, concebida como instância epistêmica de solidez e autenticidade, deveria se apartar, por princípio, das formas narrativas que perpetuam ilações desprovidas de fundamento racional. Assim, a tradição mítica, sendo um constructo poético, encontra-se, segundo o filósofo, impregnada de atributos pejorativos, sendo-lhe imputados os caracteres da falsidade (*psêudos*), da vileza ou da nocividade (*kakós*), e, de modo irrefutável, da negação da verdade legítima e desejável (*alêtheia*). Dessa forma, a filosofia apresenta-se como o legítimo antídoto a tais distorções e, em consequência, busca consolidar-se enquanto modelo de pensamento que refuta os equívocos mitológicos e que, sobretudo, fundamenta-se em um ideal de racionalidade imaculada, por meio do qual o intelecto deve disciplinar-se e ordenar-se para alcançar o conhecimento efetivo e fidedigno.

Todavia, é possível notar que a relação entre *mythos* e *logos* não se reduz a um antagonismo absoluto e irresolúvel, posto que tal constatação pode ser extraída, em grande medida, da abordagem aristotélica, que, ao debruçar-se sobre as diversas acepções do termo *mythos* na língua grega, evidencia sua ambiguidade fundamental. Em Aristóteles (2015), o

mythos não é uma narração fictícia, um relato fantasioso desprovido de ordenação lógica e interna, mas, em um sentido mais amplo e estrutural, representa a própria configuração do discurso, ou seja, a organização inteligível dos eventos no interior da narrativa. Essa concepção, que amplia substancialmente o escopo do termo, permite compreender que o mythos não se define apenas pelo conteúdo fabuloso que veicula, mas, crucialmente, pelo modo como esse conteúdo se articula, pela lógica imanente à sua composição discursiva. Em razão disso, Aristóteles desvela uma dimensão insuspeita do *mythos*, que não se esgota na mera ficção, mas que, ao contrário, incorpora uma racionalidade subjacente, sendo, portanto, um princípio ordenador do próprio discurso narrativo. Essa perspectiva encontra repercussão nas análises de Vernant (1999) e Detienne (1998), para os quais o *mythos* rompe com o estatuto de narrativa fabulosa para se configurar, igualmente, como uma modalidade específica de discurso, dotada de uma coerência interna que, em sua própria forma, constitui um tipo de logos, ainda que distinto do logos filosófico propriamente dito. Isso conduz à necessidade de reavaliar a oposição tradicional entre *mythos* e *logos*, não como um dualismo excludente e irreconciliável, mas como uma relação complexa e dinâmica, na qual a própria estrutura narrativa mítica pode ser compreendida em termos racionais, sem que, para tanto, precise ser reduzida ou subordinada à lógica discursiva da filosofia.

Nesse sentido, impõe-se uma reconsideração da aparente antítese entre *mythos* e *logos*, conforme sugerido por Ricoeur (1968), que propõe a noção de "mito-lógica", conceito segundo o qual a inteligibilidade do discurso mítico não pode ser descartada ou desconsiderada em nome de um ideal de racionalidade pura, mas, ao contrário, deve ser examinada em sua própria dinâmica interna, em sua capacidade de veicular significações que se desdobram e se revelam à luz de uma hermenêutica que abarque sua estrutura e seu funcionamento simbólico. Ao invés de reiterar uma dicotomia rígida e inflexível entre mito e razão, mostra-se mais profícuo reconhecer que ambos, longe de constituírem esferas herméticas e intransponíveis, podem ser concebidos como instâncias que, apesar de suas diferenças, compartilham um campo comum de significação e, por conseguinte, demandam uma abordagem que não seja marcada pelo reducionismo excludente, mas pela abertura interpretativa, pela percepção de que a verdade não é unívoca, mas pode manifestar-se em diferentes formas discursivas, incluindo, evidentemente, a do *mythos*.

Nesse ínterim, o termo "mito" se revela intrinsecamente polissêmico e ambíguo desde seu nascimento na língua grega, desdobrando-se para designar composições de variados gêneros literários, como a épica, lírica e dramática, os relatos históricos, as lendas da tradição oral, bem como o próprio agenciamento destes relatos. Essa duplicidade etimológica irradia a

ambiguidade consubstancial aos relatos míticos, cujo significado raramente pode ser apreendido de maneira unívoca e estática; um único elemento ou significante, por exemplo, pode ser associado tanto à vida quanto à morte – ou até mesmo à ressurreição. Entretanto, em marcado contraste com essa dicotomia explícita, que perdura na filosofia clássica e persiste até o contemporâneo na (in)consciência popular, a psicanálise, desde seus idos áureos, embarcou numa empreitada oposta, como consigna Freud n'*A interpretação dos sonhos* (1900), obra fundadora da Psicanálise: "[...] esse simbolismo não é próprio dos sonhos, mas da imaginação inconsciente, especialmente do povo, e pode ser encontrado no folclore, nos *mitos*, *lendas*, provérbios, expressões idiomáticas e chistes de um povo, mais do que nos sonhos." (Freud, 2019 [1900], p. 364). Esse sistema linguageiro abarca o paradoxo, a coexistência de opostos e a repetição, a propensão a retornar invariavelmente ao mesmo ponto. Em grande parte, culmina-se no encontro com uma satisfação primordial, absoluta e, por conseguinte, letal. À luz dessas breves observações, torna-se perceptível que tanto no domínio do mito quanto no do inconsciente, afastamo-nos consideravelmente de alguns estereótipos frequentemente associados a eles, tais como as trevas enigmáticas, o primitivo, "o lugar das divindades da noite", como Lacan (1979) satiriza. Ao contrário, confrontamo-nos e, ocasionalmente, com questões que orbitam em torno de origens, do sujeito, do mundo, do indivíduo no mundo, de sua história; os mitos e a psicanálise, como prática clínica, imergem-se nesse território. Por exemplo, Édipo, em sua ignorância, desconhece sua própria história, ao mesmo tempo em que a encena; essa é uma faceta crucial da problemática do "saber inconsciente" na psicanálise: é a dimensão de uma história que é censurada, esquecida, recalcada, excluída da consciência do sujeito, mas que, de alguma forma, molda irrevogavelmente suas ações.

Essa porção mítica, o inconsciente, revela-se como a fulgurante caldeira da qual irrompem, de maneira ininterrupta e imperiosa, forças cósmicas, sejam de índole erótica, inebriadas de sensualidade, ou thanática, permeadas pela essência da morte e da destruição. Vilipendiados por tais vicissitudes pulsionais enigmáticas, encontramo-nos numa posição equiparável àquela dos personagens míticos, ou talvez até nos assemelhemos aos trágicos heróis, que se veem inelutavelmente atraídos pelos ardis de infortúnios (des)conhecidos, destilados da própria (in)consciência. Desde a gênese da ciência psicanalítica, a mitologia grega se revelou como um vasto tesouro, abastecendo Freud com uma panóplia de paradigmas a serem explorados numa tentativa de estruturar sua doutrina, fornecer um suporte imagético a suas audaciosas hipóteses e estabelecer conexões intrincadas com os pilares da bruxa da metapsicologia por meio da análise de casos clínicos. O mestre vienense, ao perceber que os mitos servem como a moldura essencial da condição humana, e que o sujeito, em sua essência,

é a personificação do mito em si, ousou transformar a Psicanálise em uma narrativa mítica contemporânea, cujos Édipos ressurgem do deserto e retornam para Tebas, Narcisos se inclinam fatalisticamente sobre as águas refletoras, e Eros e Thânatos, divindades primordiais, celebram suas manifestações e embates, num festim de reinado e confronto. Nos albores da psicogênese, como um pequeno Édipo que desconhece a linhagem e a origem genuína, o infante, defrontando-se com os enigmas esfíngicos da existência, elabora, de modo fantasmagórico, efabulações míticas destinadas a conferir substância as suas reflexões sobre as primícias e, paradoxalmente, a intrigante temática do germe da vida sexual – notadamente a teoria cloacal do nascimento, a universalidade do pênis e o coito sádico dos pais. Nesse teatro primevo da experiência humana, cujos atores ornam-se com anímicas indumentárias, ao transitar pelos anais dos tempos, as diversas civilizações urdiram e deram luz a essas cosmogonias psíquicas e teogonias culturais, numa tentativa intrínseca, porém inconsciente, de contornar a bruxuleante existência e, quiçá, compreender o *creatio ex nihilo*.

Ademais, o florilégio mítico, especialmente a narrativa trágica de Édipo, ultrapassa a mera condição de uma fábula ancestral; configura-se como um emblema do inconsciente e, simultaneamente, um repositório de inestimável importância na episteme psicanalítica, assentando os fundamentos conceituais para a essencial noção freudiana do denominado "romance familiar do neurótico". O amor desmedido e funesto que define Narciso – o infante-soberano consumido ao fitar-se no lago cristalino dos anseios – projeta-se também nas figuras tutelares que, envoltas em seu próprio reflexo onírico, disseminam seus devaneios narcísicos para as gerações subsequentes, conforme delineado em *Introdução ao Narcisismo* (1914). Nos escritos freudianos, observa-se um suporte de correlações complexas entre as dinâmicas familiares e o imponente panteão da mitologia helênica, instaurando um diálogo contínuo que articula pulsões arcaicas e complexos psicanalíticos na perpetuação simbólica do desejo e da subjetividade. Freud ressalta que, nos recessos psíquicos, onde se aninham sombras fugazes de tempos primordiais, persiste incólume a essência imorredoura desse 'homem arcaico'. Apesar do torvelinho incessante de transformações ideológicas e sociais que se desdobram ao longo dos séculos, mantém-se uma verdade incontestável: o mito, enquanto construção coletiva moldada pela cultura, deve ser compreendido como uma manifestação pulsante das fantasias mais recônditas do inconsciente. Em sua estrutura, descortina-se como um código cifrado, uma linguagem arcaica que se perpetua através das gerações, traduzindo impulsos insondáveis em narrativas que repercute nas camadas mais íntimas da subjetividade.

Por meio dessas antigas narrativas, estabelece-se um canal de expressão para os desejos primordiais, as angústias inomináveis e os anseios primitivos que atravessam a psique humana.

Em sua exegese, Freud desvenda o enigma do mito e, ao mesmo tempo, evidencia a continuidade entre passado e presente, entre a selvageria e a civilização, entre o arcabouço primitivo e a constituição psíquica do neurótico. Ao decompor as camadas opulentas e enigmáticas do mito, conduz-nos por entre os labirintos da alma humana, recordando-nos, com um sussurro espectral, que sob as vestes sofisticadas da modernidade pulsa, irrefreável, o cerne arcaico de mitos, sonhos e temores ancestrais. A compreensão freudiana das sociedades primevas, entrelaçada aos impulsos assassinos e incestuosos que as assombram, expande-se para além do horizonte mítico e instaura-se nas vicissitudes da existência humana. Sem apartar a psicologia cultural da individual, seus estudos, como sugere o subtítulo de *Totem e Tabu* (1912-1913), estabelecem conexões entre os alicerces míticos da cultura e os dédalos da psique cotidiana. Assim, ao explorar a relação entre o desejo interditado do incesto e o parricídio, Freud concebe o mito em *Totem e Tabu* como um relato primordial da civilização, delineando a universalidade do tabu do incesto e edificando a interseção entre o sujeito individual e o sujeito cultural, concebidos, em sua perspectiva, como dimensões indissociáveis da experiência humana.

Portanto, mediante suas investigações, o pai da ciência psicanalítica antevê que as tramas míticas urdem o caleidoscópio reticulado da experiência psíquica, avivando, de maneira singular, o reconhecimento das malhas mitológicas subjetivas que demarcam o mito familiar próprio ao estrato neurótico. À semelhança do trágico herói nas magistrais tragédias de Sófocles, no palco do inconsciente, a égide de Freud propugnou a vislumbrante realidade, à medida que as sombras da fantasia e dos impulsos, com sua poética parricida e incestuosa, emolduram-se com as figuras parentais, os genitores imediatos que, em seu reino psíquico, perpetuam-se como imagens primordiais. As complexidades desse panorama, inicialmente enraizadas na opacidade da (in)consciência, insinuam-se, com desassombrada persistência, reminiscentes das profundezas da mitologia grega, cujos heróis e deuses, malgrado intervenção das motivações humanas, projetam-se como divindades nas esferas inacessíveis do Olimpo. Freud reduz, nesse interlúdio, o vasto hiato que separa o ser primordial e o indivíduo contemporâneo, que, em teoria, seria fruto da ação impiedosa do *continuum* espaço-temporal. O propósito do insigne analista reside na singela tentativa de sublinhar que, no bojo da subjetividade humana, a despeito das significativas vicissitudes ideacionais e mudanças societais que se inscreveram no registro histórico, a essência correlato ao humano arcaico perdura, já que, não obstante o resultado de um processo coletivo moldado pela cultura, o mito deve ser perscrutado como uma expressão das elucubrações inconscientes do indivíduo; eis, destarte, os palimpsestos míticos confeccionados pelos dramaturgos factuais. Nos interstícios

das complexidades da psique, erguem-se, então, os mitos inconscientes, que se desdobram como epopeias familiares dos neuróticos, cujo calhamaço narrativo, grandioso e contínuo, forja-se no ambiente doméstico do indivíduo, envolvendo personagens familiares como protagonistas num cenário de pujante erupção libidinal, com tramas épicas, fantasmáticas e mitológicas. Os romances familiares, cumpre dizer, não são apenas construções imaginárias, mas se moldam e são arregimentadas pelas experiências e emoções vividas no contexto familiar; de fato, mostram-se como reflexo dos conflitos não resolvidos, dos traumas ocultos e dos desejos reprimidos que envolvem as relações familiares. Os neuróticos, em sua busca por compreensão e redenção, embarcam em odisseias internas, buscando reconciliar essas forças titânicas que se digladiam em seu âmago.

1.2 A PSICANÁLISE DE-CIFRA A MITOLOGIA

> O passado traz consigo um índice misterioso, que o impele à redenção. Pois não somos tocados por um sopro do ar que foi respirado antes? Não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram? [...] Se assim for, existe um encontro secreto, marcado entre as gerações precedentes e a nossa [...]
> (Walter Benjamin)

Não constitui motivo de assombro que, nas páginas d'*A Interpretação dos Sonhos* (1900), Freud, ao remeter-se ao canto VIII da Teogonia de Hesíodo, estabeleça uma correlação entre os desígnios do inconsciente e a saga dos Titãs condenados ao submundo, cujas convulsões esporádicas, em embates incessantes, difundem nas entranhas do cosmo. Nessa obra seminal, o fundador da psicanálise traça ainda um paralelismo entre a lâmina empunhada por Zeus para destronar Cronos e as fantasias edípicas que derramam-se na disputa entre pai e filho, sobretudo no que concerne ao temor da castração e à rivalidade constitutiva do desenvolvimento psíquico. Sob uma hermenêutica transgeracional, evidencia-se a perenidade de padrões familiares que se reiteram ao longo das linhagens: a figura de Cronos, progenitor de Zeus, perpetua o ato de mutilação ao decepar Urano, instaurando o arquétipo do pai devorador, que impõe sua supremacia por meio da aniquilação da descendência. Esse esquema estruturante do psiquismo aflora em *Psicopatologia da Vida Cotidiana* (1901), em que Freud investiga a recorrência desse motivo na tessitura subjetiva. Em *Psicologia das Massas e Análise do Eu* (1921), o psicanalista desvela a conformação mítica do herói que, ao consumar o parricídio, instaura uma nova ordem simbólica, fenômeno reiterado nas narrativas cosmogônicas, em que o filho caçula, instigado pela mãe, é compelido a suprimir a figura paterna para afirmar sua soberania.

Ao aprofundar a análise do mito do desejo incestuoso e parricida, Freud amplia o escopo da interpretação psicanalítica das narrativas ancestrais e insere sua reflexão no campo do fantasma edípico, expandindo a compreensão das pulsões sexuais e dos interditos que regulam sua expressão. Suas investigações demonstram que o desejo, mesmo quando inscrito na vida psíquica, não necessariamente se converte em ato manifesto, pois o dispêndio libidinal nas elaborações imaginárias enseja a deflagração do conflito intrapsíquico, podendo gerar estados neuróticos e processos de recalque. A face destrutiva da figura paterna, evocando a aterradora imagem de Cronos e sua ânsia de poder absoluto, ressurge com vigor na concepção freudiana das psicoses, especialmente em *Observações Psicanalíticas sobre um Caso de Paranoia* (2010 [1911]). Nessa obra fundamental, Freud, ao mergulhar nas formulações delirantes de Schreber,

examina a rearranjo psíquica do paciente, cujo propósito matinal – converter-se em uma mulher apta a ser possuída – sinaliza o limiar de uma transformação subjetiva que culmina no colapso psicótico. Esse ímpeto de plasticidade, articulado pelo aparato onírico e pelos meandros do delírio, desemboca na fantasia de predestinação divina, onde Deus, investido de autoridade incontestável, elege Schreber como instrumento de uma nova ordem ontológica, inscrevendo sua experiência na lógica da paranoia.

Dentro desse panorama interpretativo, Freud estabelece uma relação simbólica entre a figura paterna e a instância divina, associando a autoridade do pai à soberania absoluta. O Sol, símbolo de Apolo, adquire um estatuto central na mente de Schreber, instaurando um nexo entre o sagrado e o terreno. Sua luz, mais do que um fenômeno cósmico impessoal, assume o papel de emblema da virilidade e da ordem universal. A correspondência entre o mito solar e a evocação do pai defunto permeia as análises freudianas, constituindo um vetor hermenêutico essencial. O imaginário paranoico mantém-se vinculado à rememoração espectral do pai como potência avassaladora e inescapável. Na exegese do caso do *pequeno Hans* (Freud, 2015 [1909]), o psicanalista vienense reformula a tipologia da paternidade, deslocando-se da imagem do pai primitivo, despótico e onipotente, para delinear uma função paterna que se configura como mediadora, protetora e estruturante. Esse paradigma alternativo desempenha papel crucial na regulação das angústias infantis, atenuando a intensidade das pulsões edípicas e promovendo uma reorganização subjetiva que permite à criança situar-se na complexidade das relações parentais, favorecendo o amadurecimento psíquico e a consolidação da identidade.

Entretanto, Freud, em um gesto que ultrapassa a observação clínica e se inscreve na metanarrativa psicanalítica, assume a postura de um hierofante, um decifrador de enigmas cuja palavra, investida de autoridade interpretativa, ressoa como um oráculo intempestivo, cujas sentenças reconfiguram as coordenadas temporais. No único encontro presencial com Hans, Freud transforma-se em uma entidade oracular, reminiscentemente apolínea, cuja voz, impregnada de um poder profético e estruturante, projeta-se sobre o passado e antecipa os desdobramentos do porvir. Assim, a alternância entre o paterno protetor e o paterno interditor, inerente à retórica da função paterna, transparece na elaboração conceitual freudiana e na própria performance de Freud, cuja presença, portadora de uma aura de mistério e sacralidade, adquire um estatuto místico, de caráter arcaico, instaurando, na interlocução com Hans, um campo semântico saturado de significações mitológicas, que extrapolam os limites epistêmicos da psicanálise e alcançam o domínio ancestral da hermenêutica simbólica e do imaginário coletivo: “Muito antes dele nascer eu já sabia que haveria um pequeno Hans que iria amar tanto a sua mãe que teria medo do pai por causa disso, e eu havia contado isso a seu pai.” (Freud,

2015 [1909], p. 98). O comentário subsequente de Hans ao seu pai, enquanto retornavam para casa após essa análise freudiana, foi intrigante: “Então o professor fala com Deus, para saber tudo antes?” (Freud, 2015 [1909], p. 99).

No discurso freudiano, delineia-se a presença da figura feminina como agente catalisador do parricídio, não como partícipe passiva da dinâmica edípica, mas como artífice sedutora e propulsora do matricídio simbólico do pai arcaico. Essa configuração, de viés mitopoético, encontra ressonância nas mais diversas teogonias e cosmogonias, nas quais a matriarca, dotada de um poder insidioso e ambivalente, institui-se como emblema da sedução primordial, assumindo simultaneamente a condição de força geradora e destruidora, Eros e Tânatos fundidos em uma única entidade. Cumpre sublinhar, ademais, que em fases subsequentes do arcabouço teórico freudiano, particularmente nos tratados atinentes à sexualidade feminina, coordena-se uma reconversão fundamental: o lócus paterno, outrora identificado como epicentro da castração e da interdição, cede espaço à figura materna, que assume, no campo da teoria da sedução, a primazia na constituição dos dilemas pulsionais do sujeito em formação (Freud, 2011 [1921]). A maternidade, assim, deixa de ser concebida exclusivamente como instância nutritiva e acolhedora para revelar-se como figuração onipotente e castradora, um ente de feições oraculares e délfico-enigmáticas, capaz de impor interditos e manipular, com calculada maestria, as tramas do desejo do infante. Imerso na voragem da relação paterna avassaladora, o herói trágico, constituído sob o signo do páthos, vê-se impelido, por força de vetores inconscientes inelutáveis, a consumar o ato extremo de insurreição contra o progenitor, desferindo-lhe o golpe fatal e investindo-se como legítimo herdeiro da potência simbólica. Esse itinerário, profundamente edípico e reiterado nas narrativas míticas de distintas matrizes civilizatórias, revela que a transgressão fundadora se estende à ascensão do filho ao trono interdito, consolidando, por meio do sangue derramado, seu ingresso na cadeia sucessória do poder. Nos anais da tradição teogônica, a recorrência desse tropo manifesta-se de maneira categórica, inscrevendo-se em um imaginário coletivo no qual a figura do filho parricida é invariavelmente atravessada pelo influxo sedutor e ambivalente da mãe primordial. Sob a lente analítica da psicanálise freudiana, a mãe figura como primeira e última sedutora, cujo influxo enigmático e hipnótico impele o sujeito ao torvelinho das pulsões mais arcaicas. Nesse arcabouço hermenêutico, a relação incestuosa latente configura-se como um enlace entre mãe e filho que ultrapassa a esfera do cuidado e adensa-se em uma dinâmica de fusão simbiótica e destruição.

Na esteira dessas formulações, delineia-se uma duplicidade essencial que informa a construção das relações parentais no universo mítico: de um lado, a mãe sedutora, que acolhe,

muitas vezes à revelia, o filho em seu leito e nele perpetua a vertigem do desejo interditado; de outro, essa mesma entidade materna alterna-se na figura telúrica e implacável da deusa-mãe arcaica, cuja potência se equipara à de divindades ctônicas e a cujo jugo ninguém escapa. Aqui, a matriz freudiana associa-se ao imaginário simbólico junguiano, no qual a Mãe Terrível, de feições medusianas, petrifica o filho com a iminência da castração e com a ameaça de sua aniquilação psíquica. Por essa razão, na obra *O motivo da escolha dos cofres* (1913), ao perscrutar a estrutura simbólica subjacente às tragédias shakespearianas e às mitologias clássicas, Freud estabelece um nexo indefectível entre as três mulheres míticas – as Parcas, ou Moiras – e os desdobramentos da maternidade. Nessa tríade, desvela-se a complexidade da condição materna: a mãe geradora, tecelã do fio da existência; a amante corruptora, que enreda o filho nas malhas da sedução edípica; e a mãe destruidora, que, como manifestação última da morte, absorve o filho de volta ao ventre da terra, onde o ciclo axiótico da existência se encerra no abraço final da aniquilação (Freud, 2015 [1913]).

Não por acaso, na obra *Uma Recordação de Infância de Leonardo da Vinci* (1910), Freud insere no cenário psíquico um novo semblante materno, desta feita personificado na enigmática figura de Mut, divindade do panteão egípcio cuja iconografia singular funde a morfologia feminina à cabeça de um abutre, ao que se soma a insólita presença de atributos fálicos. Tal configuração simbólica não se circunscreve à exclusividade de Mut, mas resplandece nas demais divindades do antigo Egito, como Ísis, Hathor, Neith e Sais, cujas representações mitológicas reiteram a fusão entre elementos maternos e signos fálicos, assinalando um lócus de transição entre a fecundidade e a potência. Ulteriormente, essa matriz iconográfica exerceria influxo sobre a própria Atena – divindade oriunda do imaginário helênico –, cuja gênese, conquanto enraizada na tradição grega, denota resquícios da cosmogonia egípcia, cuja interpenetração entre o princípio materno e o atributo viril instaura um paradigma ambivalente de força e proteção. As manifestações artísticas concernentes a Atena, dispersas ao longo dos períodos históricos, facultam uma leitura mais detalhada de sua simbologia. No período geométrico, que se estende entre os séculos IX e VIII a.C., os registros figurativos evidenciam sua afinidade com o abutre, figurando, ademais, ao lado de outras aves de caráter emblemático, como a águia, a gaivota e a pomba – todas investidas de significações que ignoram a mera animalidade, adentrando o domínio da sacralidade. Contudo, com a ascensão do período clássico, a iconografia da deusa sofre uma ressignificação, e a coruja se consolida como seu símbolo preeminente, reforçando a associação entre Atena e a sabedoria arcana. Cumpre salientar, todavia, que a ausência de atributos fálicos ostensivos na deusa não a exime de uma leitura que a vincule à potência fálica por meio de seus artefatos emblemáticos

– sua lança e a serpente que frequentemente a acompanha configuram-se como emblemas inequívocos de sua virilidade simbólica, em consonância com a dialética psicanalítica que vincula a imagem da mãe fálica à problemática da castração.

No escopo das reflexões psicanalíticas de Freud, a dissecação hermenêutica da psique leonardiana adensa-se em uma constelação de significantes cujo processo sublimatório se inscreve como arcabouço das vicissitudes pulsionais, ressignificando o ímpeto libidinal em função da criação estética e da erudição. O engenho renascentista de Da Vinci, ao encarnar a sublimação paroxística da curiosidade sexual infantil, pereniza-se como paradigma da recondução dos influxos pulsionais, convertendo a libido originária em um constructo epistêmico-estético. Nesse espectro, a reminiscência infantil evocada por Freud, na qual o infante Leonardo concebe uma volátil interação com uma ave mitológica – em uma possível interpolação com a iconografia do milhafre hierático – configura-se como vestígio inequívoco de um retorno do recalcado, obnubilando a problemática da mãe fálica investida de atributos psiquicamente bissexuais. Esse influxo pulsional, requalificação em um engendramento artístico e científico, revigora-se na estrutura de um desejo interditado, ancorado na diacronia de um interdito originário que se desvela nas filigranas de suas produções icônicas.

A configuração psíquica leonardiana estrutura-se em múltiplas identificações com a figura materna, culminando em uma tipologia amorosa singular, na qual o objeto de afeto reflete a própria subjetividade do artista. A dinâmica desse processo tangencia a matriz homossexual, sem, contudo, cristalizar-se no desejo manifesto, direcionando-se para um êxtase sublimatório que impulsiona a criação artística e a busca epistemológica. Manifesta-se, assim, uma ressonância do autoerotismo, reorganizado em sua composição simbólica, à medida que os jovens agraciados com seu afeto adquirem contornos imagéticos da mãe primordial, cujos traços se reatualizam na experiência do desejo transposto. Freud, em suas análises, reforça essa concepção ao identificar na relação de Da Vinci com seus pupilos uma transliteração do desejo interditado, na qual a pulsão contida se expressa em uma conexão espiritual e intelectual, dissociada de sua essência original. A figura da mãe fálica, delineada na visão freudiana, remete a uma genealogia mítica ancorada nos alicerces mais antigos do imaginário coletivo.

Ao examinar a relação entre o ontogenético e o filogenético, Freud reconhece nos mitos ancestrais a cristalização de estruturas psíquicas que relampeja na constituição subjetiva do homem. A mitologia egípcia, nessa conjuntura, apresenta-se como repositório de uma simbologia complexa e multifacetada, onde a iconografia de Ísis, a magna genitrix, manifesta a potência matriarcal e sua ambivalência fálica. A intersecção entre psicanálise e mitopoética encontra nos escritos freudianos *Grande é Diana de Efésios!* (2010 [1911]) e *A Cabeça de*

Medusa (2011 [1922]) uma formulação paradigmática, na qual se reconhece a primazia da Mãe-Terra como origem do ser e guardiã do interdito da castração. Freud, em sua interpretação dos semblantes femininos, identifica em Ártemis – ou Diana Efésia – a função protetiva e castradora da figura materna, cujos múltiplos significados despontam da interseção entre fertilidade e aniquilação. Reverenciada como senhora da castidade, Ártemis relaciona-se ao ritualismo iniciático, conduzindo a ressignificações da energia libidinal por meio de processos de purificação e sublimação. Sua ligação com Hipólito – o jovem asceta cuja devoção o levou à renúncia absoluta das afluências carnais – expressa os interditos congênitos ao raciocínio do desejo, onde a emasculação simbólica constitui um meio de perpetuar um estatuto sacralizado.

A escultura mais emblemática da deusa, a Ártemis de Éfeso, exibe múltiplas protuberâncias mamárias em sua iconografia, o que, sob a ótica psicanalítica freudiana, estabelece uma conexão entre o seio e o falo, inserindo-os na problemática da mãe fálica e de suas implicações no complexo de Édipo e na ameaça de castração. A exuberância iconográfica, onde fecundidade e potência se interpenetram em uma dialética de criação e interdito, reafirma a ambivalência fundamental da divindade, cuja representação oscila entre a generosidade nutriz e a proscrição punitiva, entre a doação da vida e o veto irrevogável. Freud, em Totem e Tabu (1912-1913), menciona o mito de Átis e sua emasculação imposta por Cibele, outra entidade feminina do panteão greco-romano, portadora de um caráter castrador que enfatiza a tensão constitutiva entre desejo, interdição e sacrifício ritualístico. Cibele, a Magna Mater, sintetiza a figura paradoxal da geradora e da aniquiladora, a progenitora que, ao conferir a existência, impõe também o seccionamento simbólico que priva o sujeito de sua ilusão narcísica. Sua relação com Átis inscreve-se nessa lógica de domínio absoluto: a mutilação do jovem, compreendida como rito de castração e consagração à deusa, evidencia a persistência de uma matriz mítica na qual a potência masculina é obliterada em deferência ao princípio feminino supremo. De forma análoga, a narrativa sobre a decapitação de Medusa, cuja cabeça, empunhada por Atena, converte-se em instrumento de petrificação imediata, confere à deusa virgem uma qualidade paradoxalmente tutelar e destrutiva. A sanção imposta pelo olhar da Górgona instaura um simulacro da morte ou, em termos psicanalíticos, pode ser correlacionada ao simbolismo da cegueira – punição que Édipo inflige a si próprio para evadir-se do confronto direto com seus delitos incestuosos e parricidas. Nesse processo, a privação da visão remodela-se em clarividência, elevando Édipo à condição de intérprete dos desígnios celestes, em uma aproximação à figura de Tirésias, o qual, por sua vez, fora privado da capacidade visual por ter surpreendido Atena em sua nudez ritualística, num instante de absoluta vulnerabilidade.

Tirésias, ao transitar pelos interstícios do masculino e do feminino – tanto pela perda da visão quanto pela transfiguração em mulher – figura como paradigma da transgressão e da recomposição da alteridade, evidenciando a plasticidade dos códigos de gênero no imaginário mítico e psicanalítico. Seu percurso demonstra que a incursão pelo interdito engendra um saber cuja aquisição exige, como condição irrevogável, a renúncia à onipotência fálica. Como forma de atenuação da penalidade imposta, Atena concede a Tirésias o dom da vidência, expediente que reafirma a simbologia da castração, bem como a interdição do olhar e da posse. Esse atributo reorienta a ausência em instrumento de poder oracular, estabelecendo uma correspondência com a cegueira de Édipo e sua ulterior ascensão a uma instância de conhecimento absoluto. A lógica simbólica da mutilação ressurge incessantemente, sobretudo quando a imagem materna se imbrica à da deusa e seus atributos, notadamente sua impenetrabilidade. A contemplação da nudez, associada aos emblemas fálicos de Atena, inscreve-se em uma cena de teor arcaico, impregnada de um potencial traumático relegado às profundezas do inconsciente pelo mecanismo do recalque. A virgindade sacralizada da deusa, aliada à sua índole marcial, altera o paradigma tradicional da feminilidade, instaurando uma figura que repele a posse erótica e projeta uma aura de interdito absoluto. Atena encarna a mãe mítica cuja inacessibilidade solidifica a ordem simbólica, estruturando o sujeito e sua travessia pelo complexo da castração.

N'*A História de uma Neurose Infantil* (1917), Freud reconduz-nos às sendas da mitologia grega, onde se manifesta a castração de Urano, perpetrada por seu próprio filho, o parricida Cronos. A exuberância da narrativa helênica desdobra-se na representação vívida desse evento, em que os genitais castrados do pai precipitam-se sobre as águas oceânicas, instaurando um renascimento simbólico. Dessa potência fecunda submersa no oceano, irrompe Afrodite, deusa da beleza e do desejo, seguida por Eros e Hímeros, encarnações do amor e da paixão. Do sangue vertido na ferida infligida a Urano, emanam forças que encarnam a violência, o castigo inexorável e a guerra, personificadas por Éris, disseminadora da discórdia, e pelas Erínias, vingadoras inflexíveis dos crimes de sangue no seio familiar. O substrato mítico sintetiza os princípios fundamentais de Eros e Tânatos, conglutinando amor e destruição. Essa retórica, lapidada na figura de Afrodite, emana em outros mitos, como o de Hipólito, cuja indiferença ao amor instaura a intervenção da deusa, incitando em Fedra uma paixão funesta que precipita a derrocada de sua linhagem. A rejeição de Hipólito e a subsequente acusação de assédio feita por Fedra contra ele resultam em sua condenação à morte. Esse exemplo ilustra vividamente a paixão incestuosa provocada pela deusa do amor, lançando uma sombra sinistra sobre a saga de Tânais, filho da amazona Lisipe, que, por seu desprezo pelo amor e pelo

casamento, também atrai a ira de Afrodite e, consequentemente, desenvolve uma paixão proibida por sua própria mãe, precipitando-se em um ato trágico de autodestruição ao afogar-se num rio.

Voltando-nos para evento cosmogônico, isto é, a castração e a morte do pai, encontramos paralelos fascinantes na teogonia grega, especificamente na divisão das esferas divinas entre Zeus, o pai dos deuses e dos homens, que reivindica o Céu, Poseidon, senhor das águas, e Hades, guardião do Tártaro. Tais repartições cósmicas se correlacionam, de maneira intrigante, com a segunda tópica freudiana, sobretudo no que concerne ao simbolismo do Tártaro – o abismo mítico que compreende seus três domínios distintos: os Campos Elíseos, o Érebo e o próprio Tártaro. Cada um desses compartimentos corresponde às culpas humanas e aos castigos que lhes são destinados, em conformidade com a intensidade ou gravidade das transgressões cometidas: no Tártaro, a morada dos supliciados, o castigo se estende perpetuamente, já que a culpa é colossal e imensurável. Dentro desse inferno mítico, figuras lendárias como os Titãs, Sísifo, Tântalo e Salmoneu, expiam seus excessos com uma compulsão à repetição dolorosa e infindável. O cerne da punição, como delineado nos mitos gregos, reside essencialmente na noção de excesso, na ultrapassagem dos limites definidos pelos deuses, que ironicamente são os guardiões da cultura. Essa parodoxalidade se manifesta no fato de que todos os excessos, como o incesto, o parricídio e o canibalismo, são prerrogativas exclusivas das divindades.

O pai da psicanálise desvela os fundamentos da mitologia arcaica do inconsciente, revelando os impulsos parricidas e incestuosos que sustentam a urdidura da saga edípica. Essa temática, recorrente nas encenações dionisíacas e nas narrativas corais, articula o embate entre pai e filho, assim como a pulsão amorosa dirigida à figura materna, delineada desde os primórdios da horda primeva, tal como teorizado em *Totem e Tabu* (1912-1913). Esse princípio dramatúrgico manifesta-se, com assombrosa recorrência, como eixo estruturante de inúmeras tragédias familiares, tanto nas composições helênicas quanto na dramaturgia shakespeariana: Perseu, por exemplo, petrifica o monarca rival que intenta subjugar sua mãe; Teseu, por sua vez, lança uma imprecação letal contra o próprio descendente, temendo que este venha a perpetrar um ultraje contra a madrasta. Esse filho, Hipólito, em contrapartida, é assolado pelas maldições ancestrais, atormentado pelo peso das transgressões que reverberam através das gerações: “Ai, que dor! Ai! Que tristes sofrimentos! A sina que carrego vem de longe; é castigo infligido pelos deuses aos desvarios de algum dos ancestrais.” (Ésquilo, 2015, p. 73).

Na configuração simbólica dos dramas genealógicos, marcado – como Hamlet – pela presença espectral do pai que o incita à retaliação, Orestes consuma o matricídio na tragédia esquiliana, imerso na compulsão que o impele à violência. Sob o peso de um mandato que o

arrasta ao colapso moral, o protagonista perpetra o assassinato de Clitemnestra e de seu amante, Egisto. A trama adensa-se numa espiral em que a vindita se converte em destino inexequível, e a linhagem, submersa no torvelinho da desagregação, resvala para o horror indizível. A narrativa de Ésquilo, ao explorar a voracidade das pulsões que regem a condição humana, evidencia a potência destrutiva das paixões primordiais, capazes de corroer a ordem familiar e precipitar os sujeitos ao abismo da aniquilação. Orestes encarna, portanto, o antagonismo insolúvel entre a normatividade 'ética' e as injunções arcaicas que o constrangem a violar a consanguinidade, lançando-o no limiar da loucura e da culpa.

Na investigação das raízes das religiões monoteístas, Freud insere-se na tradição hermenêutica que concebe o mito como alicerce da cultura, cujos relatos primordiais cristalizam experiências psíquicas estruturantes. Em seu último manuscrito sobre as narrativas fundadoras, *Moisés e o Monoteísmo* (1939), a obra se apresenta como um exercício audacioso que conjuga história, psicanálise e antropologia, formulando conjecturas sobre a origem do judaísmo e estabelecendo um exame psicanalítico do ato inaugural que dá forma à tradição mosaica. Moisés, figura axial nesse processo, é concebido por Freud como um ponto de convergência de sentidos, na qual se articulam elementos míticos, dinâmicas do recalque e configurações da memória coletiva. A conjectura freudiana de que Moisés possuía ascendência egípcia – e, mais especificamente, materna – insere-se em uma abordagem que ultrapassa a estrita factualidade histórica, projetando-o na dimensão do inconsciente e das representações simbólicas ancestrais. Ao instituir a Lei, Moisés traça um distanciamento da matriz originária e, ao mesmo tempo, ressignifica sua linhagem. A postulação de uma dualidade moisaica equivale a admitir uma condensação simbólica de grande densidade, que tangencia a memória reprimida. Sob essa ótica, Moisés exerce tanto a função de analista das pulsões quanto a de reformador social, imprimindo uma inflexão decisiva na constituição civilizatória do povo que conduziu. Sua morte vincula-se estreitamente à impossibilidade de renunciar à adoração dos ídolos e ao embate com as forças pulsionais fragmentárias. Analogamente a Laio e ao líder da horda primeva, Moisés sucumbiu pelas mãos daqueles que o sucederam. O ato de Édipo, enraizado na matriz orgânica, diferencia-se da morte de Moisés, cuja singularidade reside na tensão insuportável imposta aos seus descendentes: a consciência de que deveriam seguir a senda solitária trilhada por Moisés, marcada pelo distanciamento da figura materna primordial, pelo reconhecimento da mãe genital e pela consolidação do casal parental (Freud, 2018 [1939]).

A mãe primeva, matriz originária do desejo e da angústia, erige-se como um ente investido de atributos ancestrais e ctônicos, vinculada aos estratos telúricos do ser, ao abismo e ao insondável. Como depositária dos primeiros investimentos libidinais, encontra-se

impregnada de significações arcaicas, sendo simultaneamente a nutridora onipotente, capaz de prover satisfação absoluta, e a entidade devoradora, cuja fusão excessiva compromete a constituição da alteridade do sujeito nascente. Nessa configuração psíquica, a mãe adquire contornos fálicos, convertendo-se em figura investida de um poder absoluto, projetado pelas fantasias infantis que a elevam e a aprisionam em um lugar de desejo inatingível. A mãe edipiana concentra essas forças paradoxais: objeto do anseio irreprimível da criança e, ao mesmo tempo, empecilho à sua emancipação subjetiva. Sua feição aterradora surge na medida em que a manutenção desse laço simbiótico compromete a afirmação do sujeito autônomo, tornando-se um ponto do qual se impõe o afastamento para que a inscrição no registro da cultura e da lei se efetue.

Na outra face do complexo edipiano, a figura paterna irrompe como instância reguladora e estruturante do psiquismo, desdobrando-se em múltiplas manifestações dentro do drama subjetivo do infante. O pai edípico, modelo que sintetiza as tensões do conflito de Édipo, pode surgir sob a forma do patriarca opressor e castrador, evocando a imagem do tirano da horda primitiva freudiana, aquele que monopoliza o desejo e interdita seu usufruto aos descendentes. Essa configuração ressoa na figura trágica de Laio, cujo gesto de rejeição e aniquilação do filho inaugura uma cadeia incessante de interditos e transgressões. Entretanto, a potência simbólica do pai edípico também se delineia na função de mediador do processo de subjetivação, favorecendo à criança o deslocamento de sua fixação materna e sua inserção nas coordenadas da ordem simbólica. Esse modelo do pai investido de ternura e admiração instaura-se como referência identificatória, evidenciado na experiência do pequeno Hans, cuja figura paterna, longe de restringir-se ao papel de interditor, assume a função de amparo para a elaboração das angústias e do desejo.

1.3 GENEALOGIAS ANTERIORES AO ÉDIPO: TRANSGERACIONALIDADE E HERANÇA MALDITA NO DESTINO, DEVERAS INFORTUNADO, SOFOCLEANO

> Do ramo da família do meu avô morreram todos em Auschwitz, e não há uma linha a respeito deles nos cadernos. Não há uma linha sobre o campo em si, quanto tempo meu avô ficou lá, como fez para sobreviver, o que sentiu quando foi libertado, e posso imaginar a reação do meu pai ao ler o texto, seis meses ou um ano depois da morte do meu avô, e perceber essa lacuna.
> (Michel Laub)

Nos *Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade* (1905), Freud assinala que a enigmática esfinge tebana simboliza a interrogação fundamental sobre a origem humana, suscitando reflexões acerca dos atos que precedem a concepção e o nascimento. Essa perspectiva revela a inquietação natural à ascendência e à complexa dinâmica da dupla filiação, tema que difrata no percurso de Édipo, cuja existência, à semelhança de Moisés – figura central do último escrito freudiano –, foi marcada pela tutela de pais adotivos. Diante das indagações propostas pela esfinge, as crianças, pequenos Édipos, formulam 'teorias sexuais' ou, sob outro viés, mitos sobre a 'cosmogonia familiar', concebendo narrativas sobre a universalidade fálica, formas alternativas de nascimento e o sadismo latente no ato sexual dos pais. O herói sofocliano, imerso em sua própria fatalidade, vagueia pelo desconhecimento, alheio aos eventos que prefiguraram seu destino. Um véu opaco encobre os primórdios de sua existência, obliterando a compreensão dos atos transgressivos de Laio e da sinistra tentativa de infanticídio que o vitimaria. Perdido na obscuridade de sua própria origem, afasta-se deliberadamente de Corinto, rompendo os laços com a cidade que o acolheu sob a ilusão de que Pólibo e Mérope eram seus autênticos genitores.

Quando Pélops profere uma maldição sobre Laio, é imprescindível compreender que essa praga, segundo os preceitos imutáveis da linhagem, estende-se a seus descendentes. Essa terrível imprecação, conhecida como Maldição dos Labdácidas, representava um fardo que assolaria os herdeiros de Lábdaco com rigor implacável. Contudo, não se trata de uma punição individual em razão dos feitos pretéritos de seus ancestrais, tampouco de uma reparação por faltas alheias. As supostas "culpas" configuram-se como provações que elevam a linhagem a um estágio de depuração moral, análogo a rituais de iniciação espiritual. É imperioso salientar que não se trata de uma transmissão genética no sentido biológico; Édipo encarna o instrumento através do qual a dinastia busca purgar suas tensões internas e solucionar dissensões latentes. O destino familiar impõe a ele um papel redentor, conduzindo sua linhagem por um processo

de catarse e expiação, sendo ele o depositário do conflito coletivo que impele a estirpe ao enfrentamento de sua própria tragédia.

No encadeamento mitológico, Io surge como uma jovem seduzida por Zeus, que, compelido a protegê-la da fúria de Hera, transforma-a em uma novilha casta. Descoberta sua verdadeira condição, Io não escapa ilesa, suportando tormentos até recobrar sua forma humana. Em gerações subsequentes, testemunha-se o desdobramento de outra narrativa, protagonizada por Europa, filha de Agenor e irmã de Cadmo. Sob essa égide, Zeus metamorfoseia-se em um imponente touro para raptá-la, o que culmina na geração de Minos I, soberano de Creta. Cadmo, impedido por um desígnio divino de resgatar sua irmã, funda Tebas, então chamada Cadmeia, em sua própria homenagem. Sob orientação celestial, alcança o local destinado para erigir os alicerces da futura cidade. Para honrar Atena, ordena que seus seguidores busquem água em uma fonte sagrada, Castália. Ali, são confrontados por um dragão que ceifa muitas vidas. Diante do massacre, Cadmo, guiado por sua coragem indomável, derrota a criatura com uma pedra colossal e, seguindo as instruções de Atena, semeia seus dentes na terra. Dessa sementeira insólita, surgem guerreiros armados que, em meio ao embate, dizimam-se entre si até restarem cinco sobreviventes, os quais se tornam a elite de Tebas. Por sua afronta ao dragão sagrado, Cadmo recebe a sentença de servir a Ares por oito anos, pois o monstro pertencia à progênie do deus. Esse episódio insere-se no mosaico de fundação da cidade, cujas origens estão ligadas a um destino marcado por conflitos e redenção.

Ao término de sua penitência, Cadmo desposou Harmonia, filha de Ares e Afrodite, em uma celebração solene, honrada pela presença dos deuses do Olimpo. A união, envolta em augúrios divinos, despertou o rancor de Hefesto, marido ultrajado de Afrodite, que, tomado pela cólera, ofertou à noiva um colar de esplendor singular, mas impregnado por uma maldição perniciosa. Esse ornamento, símbolo de um destino implacável, condenaria a estirpe tebana a uma sucessão de desventuras e ruínas incontornáveis. Dessa aliança, nasceram cinco descendentes: Polidoro, Sêmele, Ino, Agave e Autônoe. Polidoro, o primogênito, consolidou a linhagem, sendo bisavô de Édipo e pai de Lábdaco, perpetuando o fardo hereditário. Sêmele tornou-se célebre por gerar Dionísio, fruto de sua relação com Zeus. Iludida por Hera, exigiu que o deus supremo se revelasse em sua plenitude, sucumbindo às chamas abrasadoras de sua majestade divina. Ino, incumbida da criação de Dionísio, enfrentou a perseguição de Hera, enlouquecendo a ponto de sacrificar o próprio filho, Melicertes, antes de precipitar-se ao mar, onde ambos foram transfigurados em divindades marinhas. Agave, mãe de Penteu, protagonizou um dos relatos mais viscerais da tradição tebana: sob o transe báquico, instigado pelo próprio Dionísio, estraçalhou seu filho, crendo tratar-se de uma fera. Penteu, monarca de

Tebas, rejeitara o culto ao deus do vinho, e sua obstinação resultou em um desfecho atroz, narrado com intensidade na tragédia d'*As Bacantes*, de Eurípides. Autônoe, por sua vez, padeceu na dor ao testemunhar a morte brutal de seu filho Actéon, devorado pelos próprios cães após surpreender Ártemis banhando-se.

No desenrolar desse patrimônio marcado pelo infortúnio, Lábdaco, neto de Polidoro e avô de Édipo, sucumbiu a um destino de igual severidade, encerrando sua vida de maneira violenta, como tantos de seus predecessores. A sina dos Labdácidas encontrava-se irrevogavelmente selada por afrontas ancestrais, refletindo os castigos impostos pelos deuses àqueles que transgrediam as leis eternas. A história de Édipo insere-se nesse encadeamento de desventuras, como a realização de uma predição antiga. Seu pai, Laio, trouxera sobre si uma condenação irrevogável desde sua juventude. Exilado de Tebas por disputas dinásticas, buscou refúgio na corte de Pélops, monarca de Pisa. No entanto, sucumbindo a um desejo incontido, violou a hospitalidade recebida e raptou Crisipo, filho do rei. O ultraje cometido contra os laços sagrados despertou a fúria de Pélops, que rogou aos deuses um castigo definitivo. O anátema recaiu sobre sua descendência, consumando-se quando Édipo, alheio à própria origem, assassinou o próprio pai e desposou a mãe, Jocasta, desencadeando a ruína definitiva de sua casa. O crime de Laio inscreve-se em um contexto mais vasto dentro da mitologia, evocando o conceito de *hybris* – a transgressão que atrai o castigo divino. Seu ato encontra retumbância na narrativa do rapto de Ganimedes, o jovem troiano arrebatado por Zeus para servir aos deuses. A diferença, contudo, reside no fato de que, enquanto Zeus impôs sua vontade de maneira inquestionável, Laio, um mortal, ousou replicar um gesto reservado às divindades, incorrendo em um erro irreparável. A punição, por conseguinte, perpetuou-se em sua descendência, reiterando a impossibilidade de os homens desafiarem os desígnios superiores sem sofrer as consequências.

O centro desse encadeamento trágico encontra-se em Pélops, o homem que lançou a maldição sobre os Labdácidas. No entanto, sua própria linhagem já se encontrava manchada por delitos primordiais. Filho de Tântalo, rei frígio condenado pelos deuses, Pélops carregava a herança de crimes atrozes. Tântalo, em um ato de ultraje absoluto, assassinou o próprio filho e o serviu em um banquete divino, testando a onisciência dos olímpicos. Como punição, foi relegado a um suplício eterno no Tártaro, enquanto Pélops, restaurado à vida por Zeus, tornou-se alvo da admiração de Poseidon. Após seu exílio, Pélops encontrou novo destino na Grécia, onde disputou a mão de Hipodâmia, filha do rei Enômao. O monarca, temeroso de uma profecia que lhe vaticinava a morte pelas mãos do genro, impunha aos pretendentes um desafio mortal: vencer uma corrida de bigas contra ele. Hipodâmia, seduzida por Pélops, conspirou contra o

próprio pai, subornando Mirtilo, cocheiro do rei, para sabotar sua carruagem. Durante a competição, Enômao pereceu de forma brutal, mas Pélops, ao invés de recompensar seu cúmplice, precipitou-o ao mar. Nos instantes finais, Mirtilo lançou uma maldição sobre Pélops e seus descendentes, perpetuando uma sucessão de tragédias que atingiriam Atreu e Tiestes, culminando no destino funesto de Agamêmnon e na derrocada de sua estirpe. As desgraças dos Labdácidas encontram raízes em transgressões arcaicas, perpetuando-se em uma cadeia de crimes e retribuições inescapáveis. Os mitos gregos, em sua estrutura trágica, revelam que a violação das normas divinas não recai unicamente sobre o infrator original, mas se propaga através das gerações, configurando um ciclo de expiação ininterrupto. Assim como Pélops herdou os delitos de Tântalo e transmitiu sua sina a seus descendentes, Laio, ao desafiar os princípios sagrados, impôs à sua casa um fardo insustentável, cujas repercussões culminaram na fatalidade de Édipo e de sua descendência, conduzindo ao colapso irreversível da realeza tebana.

No panorama das construções narrativas que exploram a encruzilhada da condição humana, a literatura revela-se um território fértil para a investigação dos impulsos transgressores e suas consequências inevitáveis. Ao longo das reflexões anteriores, analisou-se como determinadas obras tensionam os limites da culpa e da punição, erigindo cenários nos quais o desejo desenfreado, a ambição desmedida e a violência se entrecruzam em dinâmicas complexas de poder e expiação. Sob essa perspectiva, o conto “E minhas culpas todas apagai”, de Nélida Piñon, inscreve-se no conjunto de narrativas que sondam os abismos da alma humana, instaurando um campo dialógico entre o sagrado e o profano, a justiça e a condenação, o pecado e a absolvição. A partir da análise dessa composição literária, evidencia-se a construção de um enredo marcado pela *hybris* e pela inevitabilidade do castigo, em que as ações de Davi configuram um ciclo contínuo de transgressão e retribuição, reinterpretando, sob novas perspectivas, os modelos trágicos que atravessam a tradição literária. A escrita de Nélida Piñon, ao revisitar o episódio bíblico que envolve Davi e Betsabé, realiza uma incursão vigorosa na complexidade moral e psíquica subjacente ao exercício do poder, à volição humana e à consequência dos atos que esgarçam a ordem estabelecida.

A conduta do monarca hebreu, ao apropriar-se da esposa de Urias e articular de maneira ardilosa a execução do soldado, instaura um regime de violação que ultrapassa os limites da usurpação carnal para inscrever-se na lógica do sacrifício premeditado. A transgressão se estrutura sob a égide de um adultério duplamente marcado pela injunção régia e pelo domínio absoluto sobre a vida de seus súditos. Piñon, ao sublinhar a ausência de resistência por parte da vítima, realça a assimetria irreversível entre o rei e aquele que lhe serve: “Davi incorrera num

adultério duplamente culposo. Primeiro rouba a mulher de Urias que, embora casado, não tinha como recusar-se à luxúria do rei." (Piñon, 1994, p. 105). O assassinato de Urias, longe de configurar um ato circunstancial, configura-se como um movimento calculado, uma ação que se constrói de maneira deliberada. A gestação do filho ilegítimo, fruto do enlace proibido, precipita a necessidade de eliminação daquele que, mesmo alheio às maquinações palacianas, torna-se um entrave à legitimidade da prole real. As manobras empregadas por Davi, ao arquitetar subterfúgios para mascarar o crime, reiteram a frieza com que o protagonista conduz seu próprio destino e aquele de seus desafetos. O narrador evidencia o caráter ardiloso do regente, que, frustrado pelo fracasso das estratégias iniciais, conduz Urias a um campo de batalha onde sua morte torna-se inevitável: "E, posteriormente, ante à gravidez de Betsabé e o fracasso de alguns ardis que aplica ao ingênuo Urias, envia seu oficial para a frente de batalha, onde devia morrer. Para salvar a mulher da morte, Davi comete crime hediondo." (Piñon, 1994, p. 105).

A irrupção do profeta Natan na narrativa adquire contornos de fatalidade anunciada, pois a sucessão dos acontecimentos já conduz a um desfecho marcado pela punição e pelo restabelecimento de uma ordem subvertida. A palavra profética, portadora do juízo divino, impregna com a força de uma sentença inapelável. O veredito celestial, que se manifesta na condenação do primogênito, revela um princípio de compensação que reorganiza a balança cósmica. A maldição que se abate sobre a criança, concebida no ventre de Betsabé, infiltra-se como um tributo exigido pelos céus, uma imposição que se inscreve na lógica implacável da justiça teológica. A escritora sintetiza esse desdobramento com clareza contundente: "Punição, contudo, prevê a morte do infante gerado no pecado, mas não a imolação da mulher." (Piñon, 1994, p. 105). A sobrevivência de Betsabé, figura que atravessa o cerne da tragédia sem ser consumida pelo mesmo rigor punitivo imposto à sua prole, reajuste o equilíbrio da narrativa. O destino, longe de obliterá-la, concede-lhe uma permanência singular, convertendo-a em peça central no tabuleiro da sucessão régia. O retorno ao leito real e a concepção de Salomão inserem uma dimensão paradoxal à narrativa, pois aquele que nasce após a sentença de morte do primogênito não apenas sobrevive, mas se torna o arquiteto do período áureo do reino de Israel.

Ao projetar esse desdobramento, Piñon evidencia as ambiguidades da justiça divina, que ao mesmo tempo sanciona e perpetua. A construção da continuidade dinástica sobre os escombros da primeira gestação interrompida ilustra uma dialética peculiar entre destruição e edificação, entre a ruína provocada pela transgressão e a consolidação de uma nova linhagem. A ironia que permeia o desfecho, ao sugerir que Deus, embora punitivo, permite e legitima o gozo real, insere uma camada de crítica mordaz à lógica dos desígnios celestes: "Desta forma,

ela voltará a frequentar o leito do rei, e gerar outro filho seu. Pois este Deus, que tanto o ama, aprecia a luxúria do seu filho. Quer ele desfrute daquela mulher e de outras mais." (Piñon, 1994, p. 105). A análise da obra de Piñon revela, assim, uma exploração sofisticada dos dilemas que atravessam o imaginário trágico e a literatura de matriz bíblica. A transgressão inicial gera um encadeamento de eventos que desembocam em um paradoxo: a destruição do primeiro filho não erradica a linhagem do rei pecador, mas serve de preâmbulo para o surgimento daquele que perpetuará sua ruína. O conto apresenta, portanto, uma perspectiva contundente sobre as heranças malditas, concebendo-as como marcas inextinguíveis que, ao invés de findarem-se na punição, reconfiguram-se em outras manifestações do poder.

O descendente-herdeiro assume um papel crucial na narrativa parental, ocupando a posição de protagonista imerso nas tramas do destino familiar. Sua existência simboliza a continuidade de um patrimônio precípuo que atravessa as vicissitudes impostas pelo fado, vinculando-se a um encadeamento de eventos que ultrapassam a esfera individual. O estudo do destino de Édipo permite compreender que sua sina resulta de uma convergência de influências que, ao longo das gerações, moldam os caminhos trilhados por sua linhagem. Os episódios que compõem sua trajetória são expressões dos vínculos transgenealógicos que convergem para um ponto decisivo: a história de um ser destinado a personificar a tragédia coletiva de uma estirpe marcada pela desmedida e pela transgressão desde os primórdios míticos. Quando Laio ascendeu ao trono de Tebas, o equilíbrio divino sofreu a interferência da vingança de Hera, que, em seu desígnio inflexível, lançou sobre a cidade a devastação encarnada na Esfinge. Esse castigo divino respondia a um crime pretérito cometido pelo soberano, cujo passado exala na condenação de sua posteridade. Diante da iminência do desastre, Laio recorreu ao oráculo délfico, que lhe revelou um vaticínio sombrio: a procriação de um filho resultaria em sua ruína. A maldição que recaía sobre sua descendência era absoluta, e a transgressão dessa interdição divina acarretaria consequências ominosas. Temeroso, o rei evitou a conjunção com Jocasta, sua esposa, para impedir a concretização da profecia. Contudo, tomado pela euforia dos excessos dionisíacos, sucumbiu aos desejos carnais e gerou aquele que se tornaria o artífice involuntário da desgraça tebana.

Os presságios de Delfos advertiam contra a paternidade, e Laio, consumido pelo ímpeto dos sentidos, ignorou as predições divinas, tornando-se incapaz de resguardar sua cidade da ameaça que se erguia sobre suas muralhas. A união que selou sua sorte precipitou a sucessão de eventos que o conduziriam ao desenlace fatal de sua própria destruição. A profecia anunciava que o filho assassinaria o pai e desposaria a mãe, instaurando um ciclo de calamidades que recairia sobre Tebas. Atormentado pelo destino imposto, Laio tomou a resolução de eliminar

seu próprio descendente. Ordenou que a criança fosse abandonada nas encostas do monte Citeron, após perfurar-lhe os pés com um cravo e confiá-la a um pastor para que consumasse o abandono. O servo, compelido pela ordem real, suspendeu o infante numa árvore, deixando-o exposto à fatalidade. O clamor do recém-nascido alcançou os ouvidos de um pastor coríntio, que interveio e conduziu-o até a corte de Pólibo e Mérope. Sem herdeiros, o casal real adotou a criança e batizou-a de Édipo, nome que evocava a marca indelével de seu infortúnio inicial. Crescido como príncipe em Corinto, Édipo desconhecia sua verdadeira origem e a predição que pairava sobre sua existência. Durante uma festividade, um banquete regado a vinhos revelou uma insinuação cruel: um conviva, embriagado, sugeriu que ele não era filho legítimo da casa real. A dúvida sobre sua ascendência inquietou-lhe a alma, impelindo-o a buscar respostas no oráculo de Delfos. A resposta profética, expressa em termos enigmáticos, determinou-lhe que evitasse o regresso à terra onde fora criado, pois estava predestinado a derramar o sangue paterno e a unir-se àquela que lhe dera à luz. Desconcertado pelo veredito, Édipo, na tentativa de escapar ao desígnio fatídico, decidiu seguir por um caminho distinto ao que imaginava seguro. Acreditando que seus pais adotivos eram os referidos na profecia, tomou um rumo que o conduziria, inadvertidamente, ao cumprimento do destino que se pretendia esquivar.

Percorrendo a estrada que de Fócida conduzia à Beócia, Édipo alcançou uma encruzilhada, onde se deparou com um viajante de porte altivo, que, à frente de uma carruagem suntuosa, impunha-se com arrogância. Dominado por um ímpeto violento, lançou-se contra aquele homem e seus serviçais, ferindo-os sem piedade, ignorando, entretanto, a gravidade do ato cometido: derramava, sem o saber, o sangue do próprio pai, Laio. Na quarta peregrinação ao oráculo de Delfos, em busca de respostas para a inquietação que lhe assolava, Laio, prisioneiro de um fado inevitável, encontrou sua ruína no cruzamento das terras fócidas, sem suspeitar que tombava pela lâmina do próprio filho. Entre os que o acompanhavam, apenas um escapou, retornando apressadamente a Tebas para levar a notícia do ocorrido. O caminho de Édipo constrói-se sobre o embate entre sua ânsia de autodeterminação e as amarras de um destino selado antes mesmo de seu nascimento. A disputa entre a consciência do homem e as forças que o precederam conduz cada um de seus passos, guiando-o, sem que perceba, à consumação daquilo que fora anunciado pelo oráculo. A tensão entre aquele que ascende ao poder e aquele que se encontra submetido ao domínio das forças superiores perpassa toda a tragédia.

Seguindo seu percurso, Édipo chegou a Tebas, cidade afligida pelo terror da Esfinge, criatura de formas disformes que impunha à população um enigma mortal. Com argúcia, desvendou a questão proposta, levando a besta, humilhada, a precipitar-se do rochedo onde se

instalara, pondo fim ao sofrimento dos cidadãos. Diante de tal feito, os tebanos reconheceram sua grandeza e elevaram-no ao trono, unindo-o à rainha viúva, Jocasta. Dessa união nasceram Etéocles, Polinice, Antígona e Ismena, herdeiros de um legado marcado pela sombra de eventos passados. O tempo avançou, e Tebas foi assolada por uma peste devastadora, mergulhando seus habitantes na mais severa aflição. Em busca de orientação divina, mensageiros foram enviados ao oráculo, retornando com uma revelação categórica: a salvação da cidade dependia da punição do assassino de Laio. Sem desconfiar de sua própria culpa, Édipo, tomado pelo desejo de justiça, lançou imprecações contra o responsável e deu início a uma busca determinada pelo criminoso. No entanto, a verdade revelou-se por meio de Tirésias, o vidente de palavra inflexível, cujas declarações dissiparam qualquer ilusão: ele próprio era o perpetrador do crime que jurara expurgar. Num primeiro momento, contestou as alegações, negando-lhes fundamento, mas, à medida que os testemunhos se acumularam, já não lhe restavam dúvidas. Ao defrontar-se com os fatos, Jocasta, vencida pela angústia, refugiou-se nos aposentos do palácio, onde, incapaz de suportar o peso da revelação, pôs termo à própria existência. Ao encontrá-la sem vida, Édipo, consumido pelo sofrimento e pela vergonha, arrancou dos trajes da rainha os broches dourados e, com eles, perfurou os próprios olhos, sentenciando-se a uma punição condizente com sua ruína. Privado da visão, deposto do trono e abandonado por seu povo, tomou o caminho do exílio, vagando pelo mundo como sombra de si mesmo. Ao término de sua travessia, encontrou repouso em Colona, nos arredores de Atenas, onde, consumido pelo peso dos acontecimentos, desapareceu no véu do tempo, carregando consigo o selo inapagável de sua própria história.

Em síntese, ao longo de sete gerações, perpetua-se a repetição compulsiva de um ciclo nefasto que, impregnado de maldições hereditárias e desígnios implacáveis, condena a estirpe de Laio a um destino infenso à redenção, lançando-a em um perpétuo processo de dissolução e ruína. Desde tempos remotos, a linhagem enfrenta presságios sombrios que se reafirmam a cada tentativa de frustrar os augúrios funestos que a assombram. À semelhança de Zeus, patriarca de um clã assolado por dissensões e violências estruturais, Laio inscreve-se na sucessão de transgressores cuja trajetória conduz à própria ruína. O rapto infamante do jovem Crisipo e as núpcias incestuosas com uma parente consanguínea refletem os desvios que definem sua conduta. Ao receber o vaticínio que anunciava a sua destruição pelas mãos do próprio descendente, buscou subverter o curso dos acontecimentos e, ao longo de anos, evitou os laços conjugais na esperança de impedir o desfecho profetizado. A ironia do fado manifesta-se no fato de que sua busca por afastar o perigo conduziu diretamente ao cumprimento da predição.

O desdobramento desse drama inscreve Édipo como a figura que carrega, desde o nascimento, a marca do sacrifício e do peso de uma herança que o destina à expiação e ao suplício. Neto de Lábdaco e filho de Laio, traz na própria nomeação – "dos pés inchados" – o indício da condenação que já lhe fora imposta antes mesmo de sua consciência sobre o mundo. Sua existência se vincula à desgraça da linhagem e à consumação de um papel prefigurado no esquema do destino. O itinerário que percorre conduz à revelação de sua condição incestuosa e parricida. Ao defrontar-se com a verdade que se manteve oculta sob os véus da ignorância, impõe a si mesmo a punição que exprime, em carne e dor, a tomada de consciência tardia e a aceitação da condenação inscrita em sua história. O autoexílio e a cegueira autoprovocada expressam a conformação plena ao encadeamento que rege sua trajetória e à força inexorável do princípio que conduz a justiça dos deuses. A ruína de Édipo não se encerra em seu próprio destino: os infortúnios que recaem sobre Tebas refletem a força de uma punição que se manifesta sobre toda a pólis. O passado ressurge nas calamidades que assolam a cidade, dando forma concreta ao efeito das transgressões acumuladas ao longo das gerações. A Esfinge, ao impor seus enigmas e sua presença ameaçadora, castigava Tebas pelos pecados de Laio. Agora, a peste que devasta a população exprime a realização final da maldição que sempre aguardou o momento propício para se consumar. O encadeamento dos acontecimentos conduz à aplicação implacável da justiça divina, que se efetiva sem margem para resistência ou reconciliação. Laio e Édipo, atados à mesma condenação, percorrem caminhos que os conduzem ao abismo, arrastados por um fado que se impõe com uma força absoluta, indiferente a qualquer esforço de subversão:

> *Óidipous* é o quarto nó que, como *sinthoma*, amarra os três registros – Real, Simbólico e Imaginário – borromeanamente. O simbólico representa aqui a herança de seu avô, Labdaco, o manco, e de seu pai Laio, o torto, onde ele se insere como Édipo, o Pé Inchado. É a herança da falta a andar reto, símbolo da castração que se transmite de pai para filho, ou seja, a sucessão. O registro do imaginário consiste na ficção de sua história desde o abandono dos pais, a exposição no monte Citéron e a adoção pelos reis de Corinto até virar rei de Tebas. E o Real em questão é o gozo do pai que tentou matá-lo assim que nasceu, como consequência de sua *hybris* (o rapto de Crísipo), que provocou a maldição de toda a sua descendência (Quinet, 2015a, p. 81).

A violação das normas da hospitalidade e o subsequente rapto de Crísipo, herdeiro de seu anfitrião e pai adotivo, condenam Laio ao juízo divino, vinculando-o fatalmente a um desfecho trágico, consumado pelas mãos de sua própria descendência. Além disso, impõe-se uma maldição que atravessa sucessivas gerações, perpetuando-se com rigor ao longo do tempo. A transgressão original já se consumara, e o traço fatídico remontava a um passado remoto,

inscrito na herança do herói desde tempos anteriores ao nascimento de Édipo. A expiação que se segue projeta-se para além de uma única linhagem, transformando-se em um fardo hereditário que se impõe sobre os descendentes com peso inescapável. O ultraje cometido por Laio, ainda na juventude, embora ausente da tragédia sofocliana, constitui o fundamento sobre o qual se ergue a desgraça que se abate sobre a casa dos Labdácidas. Esse funesto destino alastra-se pelo sangue dos sucessores de maneira implacável, configurando Édipo como o elo que une a estirpe originária – representada por Laio e Jocasta – à derradeira, cujos membros são Etéocles, Polinice, Antígona e Ismênia. A punição decorrente da falta de Laio precipita o colapso de sua linhagem: a sanção divina que o atinge – e que se consuma no parricídio cometido por Édipo – não se circunscreve à sua figura, mas alcança os últimos descendentes de sua casa, estendendo-se até o declínio definitivo de sua estirpe. Como proclama o Coro, em *Antígona*: "Felizes são aqueles cuja vida transcorre isenta de todos os males, pois os mortais que um dia têm os lares desarvorados pelas divindades jamais se livrarão dos infortúnios por todas as seguidas gerações." (Sófocles, 2018c, p. 227).

Após consumar o homicídio de seu genitor, Édipo desposa Jocasta, sua mãe, e engendra quatro filhos. Quando a revelação de seus crimes irrompe, submete-se à autoflagelação, privando-se da visão e lançando-se ao exílio. Etéocles, ao reivindicar para si o governo, destitui Polinice, seu irmão, desencadeando uma disputa visceral pelo poder, na qual Polinice, decidido a recuperar a prerrogativa régia, conclama um exército e empreende um cerco contra Tebas, sua cidade natal. No embate fratricida que se desenrola, ambos sucumbem, precipitando a ascensão de Creonte ao trono. O novo soberano tributa honras fúnebres a Etéocles, mas nega tais ritos a Polinice, afrontando as prescrições divinas e suscitando a cólera de Antígona, que se insurge como defensora dos preceitos sagrados que garantem a seu irmão o direito à sepultura. Contrariando as ordens de Creonte, seu tio, a jovem se devota ao dever de conferir-lhe sepultamento digno, cônscia de que essa resolução selará sua própria ruína.

Antígona, a filha-sintoma de Édipo, carrega sobre si o peso funesto da dissolução familiar, ao reivindicar para seu irmão um sepultamento digno, em franco desafio à interdição imposta pela ordem tebana, selando seu destino com o último sacrifício: a própria vida. Como sublinha Lacan: "É na medida em que a comunidade se recusa a isso que Antígona deve fazer o sacrifício de seu ser para a manutenção desse ser essencial que é a Até familiar – motivo, eixo verdadeiro, em torno do qual gira toda essa tragédia. Antígona perpetua, eterniza, imortaliza essa Até." (Lacan, 1988 [1959-1960], p. 342). Entre os meandros do inconsciente, a figura de Antígona ergue-se como o estandarte de um desfecho inscrito desde tempos remotos. A sucessão de eventos trágicos, gestados nas entranhas de uma linhagem corroída por pactos

silenciados e desejos subterrâneos, compõe a herança psíquica transmitida de geração em geração. Como destaca Lacan: “[...] que está ligado no caso a um começo e a uma cadeia, a da desgraça da família dos Labdácidas. Quando dela se começou a se aproximar as coisas se encadeiam em cascata e, o que se encontra no fundo do que ocorre em todos os níveis dessa linhagem [...]” (Lacan, 1988 [1959-1960], p. 319).

A trama dos eventos, entremeados por interditos e assombros, imprime-se através das idades, projetando sobre os descendentes os espectros de crimes inconfessáveis e destinos selados. A filha-sintoma, ao se tornar o fulcro dessa mecânica trágica, encarna a maldição dos Labdácidas e a incômoda relação entre destino, arbítrio e a inscrição psicanalítica dos desatinos familiares. O ciclo inquebrantável de desventuras, conduzido pela pulsão de morte, confirma o fado que circunscreve a reiteração trágica e a transmissão inapelável das narrativas malditas. A descendência, qual instrumento sensível, capta as ondas reverberantes do passivo ancestral: “A descendência da união incestuosa se desdobrou em dois irmãos, um que representa o poderio, o outro que representa o crime. Não há ninguém para assumir o crime e a validade do crime senão Antígona [...] [que] escolhe ser pura e simplesmente a guardiã do ser criminoso.” (Lacan, 1988 [1959-1960], p. 342). O indivíduo se vê capturado na espiral da recorrência fatídica, cujo vestígio, de catástrofes e interditos, funciona como vetor direcional: cada escolha, cada ato e cada gesto parecem manipulados pelas forças inexoráveis do destino. Édipo exemplifica essa marcha irreversível, em que os impulsos humanos, por mais audazes que sejam, sucumbem ao ineludível roteiro traçado por instâncias imponderáveis. Assim, a constelação de misérias, esculpida nos subterrâneos do desejo, sustenta a perpetuação da ruína transgeracional, inserindo o sujeito na lógica inflexível da reprodução de sua própria tragédia, tal como assinala Lacan: “[...] provém do Outro, do campo do Outro [...] é o lugar onde Antígona se situa.” (Lacan, 1988, p. 336).

Os descendentes, figuras submersas nesse nefasto encadeamento, são arrastados ao ciclo interminável de padecimento e dissolução. O ser humano, reduzido a um joguete nas mãos das potências ocultas, está enredado nesse drama ancestral, compelido a reproduzir os mesmos erros que assombraram os que o antecederam. Nesse tablado espectral, as marionetes do destino seguem o roteiro prescrito pelo atavismo implacável: Etéocles, Polinices e Antígona perecem na voragem de um destino prefigurado, enquanto Ismênia desaparece, consumando o derradeiro suspiro dos Labdácidas. A maldição lançada tempos antes atinge sua culminância. O coro, em Antígona, lamenta a sina inamovível da descendência infesta: “Vejo às antigas infelicidades da casa dos Labdácidas juntarem-se as novas desventuras dos defuntos, e as gerações mais novas não resgatam as gerações passadas.” (Sófocles, 2018c, p. 228). Em *As Fênícias*, de Eurípedes,

o próprio Édipo, agora um proscrito, lamenta seu destino inglório, condenado a arrastar a herança de um crime que nunca cometeu: “Destino meu! Quantas desditas me impuseste desde minhas origens, fazendo de mim o mais infortunado dos homens! [...]. Engendrei vários filhos (e também irmãos) e fui o causador da morte de dois deles, colhidos pela maldição vinda de Laio e transmitida a eles.” (Eurípedes, 2005, p. 101). O drama de Édipo se consuma na tragicidade de um homem amarrado a um legado nefasto, cujas malhas se estendem do passado ao presente, recobrindo de fatalidade aqueles que lhe são mais próximos: Etéocles e Polinices, filhos e irmãos, sucumbem ao mesmo torvelinho de desgraça, instaurando o derradeiro ato do infortúnio que assombra os Labdácidas.

A trilogia tebana, concebida por Sófocles, revela-se com Édipo ascendendo ao trono de Tebas, enquanto a cidade é assolada por uma calamidade. Sob a ótica freudiana, a tragédia humana inicia-se quando a criança, esse soberano em miniatura, percorre os intricados itinerários de sua constituição psíquica, assolada pelo espectro ameaçador da castração. Em termos diversos, Sófocles legou à posteridade a narrativa de um homem que, sem ter consciência de seus atos, elimina o próprio genitor e consuma núpcias com a mãe; desse modelo, o mestre da psicanálise extrai a imagem do herói-humano, senhor de si, impulsionado pelos desígnios da libido e governado pelas pulsões mais arcaicas. Precede, no entanto, a instauração desse ente que habita as sendas do desejo, uma história oculta, uma memória rudimentar que subsiste nos interstícios do tempo, perpetuando-se como vestígio do passado. Movido por uma ânsia insaciável de saber, próprio da epistemofilia, o protagonista desvenda que seus pais biológicos intentaram sua aniquilação ao nascer; contudo, detém-se à soleira do abismo inquisitivo, sem prosseguir na busca pelas razões que levaram Laio, sob anuência de Jocasta, a determinar sua erradicação. O que escapa tanto à trama sofocliana quanto à hermenêutica freudiana é o advento anterior ao sujeito do desejo – a existência daquele que, antes de constituir-se como ente desejante, encontra-se atado às inscrições que o antecedem, coagido pelo peso das injunções imemoriais. Os vaticínios proferidos pelo oráculo – “matarás teu pai e deitarás com tua mãe” – erigidos por Freud em paradigma da condição humana, são, todavia, subsequentes ao enigma dirigido por Apolo a Laio. O que se oculta, tanto na exegese psicanalítica quanto na dramaturgia trágica, é a anterioridade irrefutável do crime paterno, sua transgressão e culpa, lançadas no território do interdito e dos mistérios familiares. O pai do Real, déspota do ódio e da violência, perpetrador do filicídio e agente da transgressão primeira, permanece como espectro silencioso nos bastidores do drama tebano, sua presença envolta no véu das ausências.

CAPÍTULO 2

2.1 TRANSMISSÃO PSÍQUICA NOS ESTUDOS FREUDIANOS

> E no cristal se multiplicam os parentes mortos e vivos, já não distingo os que se foram dos que restaram. Percebo apenas a estranha ideia de família viajando através da carne.
> (Carlos Drummond de Andrade)

No amplo e multifacetado corpus da obra freudiana, desde as formulações inaugurais nos “Estudos sobre a Histeria” (1885) até as reflexões tardias em “Moisés e o Monoteísmo” (1938), evidencia-se a construção de um arcabouço conceitual que percorre as questões da transmissão psíquica e dos destroços mnemônicos transgeracionais, tanto em sua expressão discursiva manifesta quanto nas camadas subterrâneas do inconsciente, onde se inscrevem interditos ancestrais e culpas insondáveis. Convém ressaltar que essas concepções se articulam em três direções complementares, ainda que distintas: a propagação de uma afecção psíquica com efeito disseminador; a absorção inconsciente por meio de processos identificatórios; e a perpetuação transgeracional de proibições arcaicas, que se inscrevem no psiquismo dos descendentes sob a forma de culpas não resolvidas e compulsões repetitivas. Já em sua análise inaugural da histeria, particularmente no verbete redigido para a “Enciclopédia Médica” em 1888, Freud aponta que a transmissão hereditária pode atuar como um fator predisponente no desencadeamento de quadros histéricos, sem, no entanto, eliminar a influência de elementos externos e determinações intrapsíquicas específicas. No contexto das concepções médico-psiquiátricas oitocentistas, marcadas pelas teorias degeneracionistas, pelo conceito de contágio mental e pela analogia entre a propagação de enfermidades nervosas e modelos epidemiológicos, a tese da hereditariedade consolidou-se como um postulado incontestável na elucidação das patologias neuróticas, estabelecendo um ponto de convergência entre a medicina legal e a psicopatologia emergente. No prefácio dos “Estudos sobre a Histeria” (1893-1895), Freud antecipa uma conceituação inovadora do fenômeno histérico, fundamentando-se na análise do emblemático caso de Elisabeth von R. Nesse estágio inaugural de sua investigação, o mestre da psicanálise formula a hipótese de que a histérica padece de reminiscências traumáticas e de um repertório singular de “representações incongruentes”, cujas marcas no aparelho psíquico contagia no corpo sob a forma de sintomas conversivos, configurando uma escritura somática que testemunha, sob o signo do recalque, as vicissitudes de sua biografia interior.

O sofrimento histérico remete a um segredo inefável, oculto nas camadas mais recônditas do inconsciente e vinculado aos desígnios da linhagem familiar. Freud postula que a paciente Elisabeth, aprisionada em um enredamento psíquico intransponível, encontra-se absorvida por um universo simbólico do qual não pode se desprender, pois sua existência é condicionada por uma herança imaterial que a obriga à repetição de papéis pré-estabelecidos, além de uma subserviência insidiosa ao desejo paterno. Esse enredamento psíquico, que se adensa a partir da função imposta no seio familiar, a relega ao estatuto de substituta da irmã falecida, tornando-a refém de uma lógica de suplência na qual sua própria identidade se dissipa em função de um outro ausente. A morte da irmã impõe-lhe a obrigação irrevogável de amparar os sobrinhos e perpetuar a ordem familiar delineada pelo pai, inscrevendo-se em seu psiquismo como uma interdição intransigente que veda qualquer possibilidade de insurgência contra o destino que lhe foi traçado.

Nesse cenário, a palavra adquire um estatuto demiúrgico e performativo, convertendo-se em uma determinação irrevogável que instaura um espaço de pertença paradoxal, no qual a casa paterna se regenera em um reduto ao mesmo tempo acolhedor e opressivo, abrigo e enclausuramento. No caso de Elisabeth, a manifestação somática da abasia e da debilidade na coxa direita configura-se como um signo enigmático dessa trama inconsciente, corporificando uma hemorragia psíquica que, no registro do corpo, inscreve um conflito de matiz inexprimível. O membro afetado representa mais que uma estrutura de sustentação física, funcionando como superfície de inscrição pulsional, onde se desenha uma cartografia do desejo interdito e da inviabilização da autonomia subjetiva. Dessa maneira, subjugada a um determinismo que a vincula irremediavelmente ao império de um discurso patriarcal, Elisabeth se vê capturada em uma lógica sacrificial que oblitera qualquer reivindicação de um lugar próprio, pois a palavra, entronizada em sua sacralidade hierática, sela seu destino com a marca indelével de um veredito inapelável.

No intervalo temporal compreendido entre 1893 e 1894, Sigmund Freud, inteiramente imerso em elucubrações de ordem epistemológica sobre a gênese dos sintomas neuróticos, produziu uma série de escritos que assumiram uma posição de ruptura em relação às teses dominantes, que conferiam à transmissibilidade psíquica o estatuto de fator preponderante na eclosão das psicopatologias. Em sua obra seminal *As neuropsicoses de defesa* (1894), o psicanalista vienense delineia, com rigorosa sistematicidade, a tese segundo a qual o advento dos sintomas neuróticos encontra substrato nos mecanismos defensivos do psiquismo, sendo o recalcamento a instância primacial na constituição dessas manifestações. Nesse percurso teórico, Freud afirma que, em cada sujeito, há uma disposição etiológica singular que, em

conjunção com contingências externas catalisadoras, determina a configuração específica da patologia rompante, justificando, assim, a razão pela qual determinados indivíduos desenvolvem quadros de neurose obsessiva, enquanto outros apresentam formas histéricas de sofrimento psíquico.

O edifício conceitual por ele erigido confronta os pressupostos da psiquiatria organicista predominante na virada do século XIX e instaura uma inflexão paradigmática que desloca o eixo explicativo das afecções nervosas do domínio exclusivamente somático para a esfera das forças psíquicas inconscientes, regidas por uma lógica própria de repressão e retorno do recalcado. Ao contestar a concepção mecanicista da causalidade patológica e postular que a estruturação do psiquismo ocorre por meio de operações defensivas complexas, Freud desarticula o pensamento psiquiátrico de sua época e institui um novo horizonte teórico que reformula a compreensão das neuroses e antecipa os fundamentos de uma recomposição epistemológica que culminaria na constituição da psicanálise como campo autônomo de saber: "A capacidade de promover um desses estados [...] deve ser considerada como manifestação de uma disposição patológica, embora esta não seja ligada à 'degeneração' individual ou hereditária." (Freud, 2023 [1894], p. 27).

Ainda que minimizasse a preponderância do fator hereditário na irrupção das manifestações neuróticas, Freud jamais o descartou integralmente como componente predisponente, especialmente ao vinculá-lo à noção de linhagem, inserindo-o no âmago de sua construção etiológica das psicopatologias. Por um critério metodológico deliberado, o psicanalista vienense, em sua obra *A hereditariedade e a etiologia das neuroses* (1896), realiza uma análise da função etiopatogênica da hereditariedade nas afecções nervosas, insurgindo-se contra os excessos interpretativos da psiquiatria de sua época, a qual, calcada em um determinismo biológico exacerbado, conferia ao fator hereditário um papel quase absoluto na origem dos transtornos psíquicos. Nesse tratado, Freud inaugura sua argumentação contrapondo-se às formulações do eminente neurologista Jean-Martin Charcot, cujas investigações, embasadas no paradigma organicista, postulavam que a neurose deveria ser interpretada como reflexo de uma condição hereditária inexorável, categorizando o sujeito acometido dentro daquilo que denominou "famille névropathique". Para Freud, a ênfase desmesurada conferida pelo mestre da Salpêtrière ao aspecto hereditário levou à desconsideração de outras vertentes explicativas, obliterando a possibilidade de que a patologia nervosa pudesse, sob determinadas circunstâncias, advir da confluência de experiências traumáticas, conflitos psíquicos e fatores ambientais contingentes.

Apesar das objeções ao determinismo genético exacerbado, o fundador da psicanálise jamais negligenciou a influência da predisposição inata na constituição dos quadros neuróticos. Caso um indivíduo desprovido dessa inclinação fosse submetido a estímulos adversos, estes dificilmente desencadeariam manifestações sintomatológicas de magnitude significativa. Entretanto, naqueles que portavam uma susceptibilidade constitucional, a confluência de fatores exógenos e processos internos de recalque e resistência tornava-se decisiva para a eclosão das neuroses. Ao postular uma articulação mais refinada entre hereditariedade e dinâmica psicodinâmica, Freud desloca o eixo interpretativo das patologias nervosas para uma perspectiva que adelgaça o reducionismo biológico, ampliando o escopo da compreensão psicanalítica dos fenômenos psíquicos e antecipando os fundamentos de sua revolução teórica: "[...] a patogênese da neurastenia e da neurose de angústia pode facilmente prescindir da cooperação de uma predisposição hereditária. [...]. Contudo, quando a hereditariedade está presente, o desenvolvimento da neurose é afetado por sua poderosa influência." (Freud, 2013 [1896], p. 88). A hereditariedade não se impõe como um decreto irrevogável que selaria o destino psíquico do indivíduo, e sim um fator modulador cuja influência se expressa de maneira variável. Segundo a alegoria evocada por Freud, sua atuação assemelha-se a um circuito elétrico, cuja função se volta para determinar rigidamente o percurso da corrente, mas sim em potencializar a amplitude das variações em resposta a estímulos externos. Dessa forma, se por um lado Freud não dissocia completamente o fator hereditário da constituição dos quadros neuróticos, por outro, tampouco lhe concede a centralidade absoluta que a psiquiatria de sua época lhe atribuía, reposicionando-o dentro da complexa economia etiológica dos transtornos nervosos. No manuscrito intitulado *A Etiologia da Histeria* (1896), Freud, já em marcada dissonância com as teses charcotianas, reafirma que as afecções nervosas ultrapassam um fortuna hereditária fixa e inquestionável, pois também podem resultar de contingências adquiridas ao longo da existência, constituindo uma etiologia tão legítima quanto aquela baseada na transmissão intergeracional dos distúrbios psíquicos. A manifestação dos sintomas histéricos articula-se a uma disposição congênita, mas provém essencialmente de reminiscências que, em um encadeamento, conectam-se a vivências pretéritas de caráter traumático, cuja inscrição psíquica persiste como uma latência dolorosa, capaz de irromper sob a forma de manifestações sintomáticas.

Ainda que tenha promovido um reordenamento epistêmico ao deslocar a ênfase etiológica das condições hereditárias para os episódios sexuais da puerícia – que passam a figurar como fundamentos estruturantes da patogênese neurótica –, Freud não rejeita em absoluto o papel desempenhado pela predisposição inata. Contudo, ao invés de perpetuar o

modelo reducionista outrora dominante nos anais da psiquiatria organicista, reelabora-o sob um prisma mais dinâmico e matizado, flexibilizando as fronteiras rígidas do determinismo biológico e substituindo-o por uma abordagem que, ao incorporar a plasticidade dos fenômenos psíquicos, inaugura uma perspectiva renovada sobre a gênese das neuroses, afastando-se das conjecturas mecanicistas sustentadas por Charcot: "[...] introduzimos na etiologia da histeria, por outro lado, um fator que o próprio paciente nunca menciona e cuja validade só admite com relutância – a saber, a predisposição hereditária derivada de seus antepassados." (Freud, 2023 [1896], p. 111). Como se observa no *Rascunho K* (1896), o princípio hereditário como o único fator determinante para a configuração de um quadro clínico, conforme preconizavam as sequências de Charcot, mas aparece como um coeficiente adjuvante que intensifica certas afecções neuróticas. Em outras palavras, pode-se afirmar que a transmissibilidade psíquica, em algumas circunstâncias, figura como eixo estruturante do padecimento neurótico, somando-se a outros elementos na definição, dado que frequentemente intervêm fatores de ordem libidinal. Ao integrar esses vetores de forma complementar, o mestre vienense associa o elemento sexual à disposição congênita, de modo que ambos interagem e se influenciam mutuamente; o componente erótico, como assevera Freud, atua insidiosamente sobre sujeitos cujos estratos inconscientes encontram-se marcados pelos atributos da hereditariedade.

Por isso, na *Resposta às críticas a meu artigo sobre neurose de angústia* (1895), o psicanalista consigna que: "a predisposição hereditária é a mais importante precondição da neurose de angústia; não é, porém, uma condição indispensável, já que está ausente num grupo de casos fronteiriços. Pode-se demonstrar com certeza a presença do fator sexual na maioria dos casos." (Freud, 2023 [1895], p. 79). Desde os primórdios da construção conceitual que sustenta os fundamentos da doutrina psicanalítica, evidencia-se com clareza que o mestre vienense traça uma distinção essencial entre as irradiações ontogenéticas, concernentes à pré-história do indivíduo – âmbito no qual se inscrevem suas vivências inaugurais, especialmente aquelas vinculadas à infância, cuja influência estrondeia de maneira perene na constituição do psiquismo –, e os legados filogenéticos, os quais, ancorando-se em uma perspectiva ampliada, remetem ao desenvolvimento da espécie enquanto totalidade, ou seja, àquilo que, transmitido de geração em geração, conforma um patrimônio psíquico orgânico, delineando as coordenadas primordiais das fantasias, como bem assevera Freud em correspondência endereçada a Fliess, consignada no célebre *Rascunho L*.

Nesse sentido, verifica-se que, para o pai da psicanálise, as formações do inconsciente não constituem um produto exclusivo das impressões idiossincráticas hauridas ao longo da existência singular de cada sujeito, senão que resultam de um lastro mnemônico que ultrapassa

a esfera da experiência pessoal, projetando-se para além do indivíduo e inserindo-o em uma linhagem de traços psíquicos hereditários que, qual um palimpsesto repleto de camadas sobrepostas, inscrevem-se na subjetividade e manobram como alicerces estruturantes do aparelho psíquico. Assim, em vez de postular um reducionismo fisiológico, Freud concebe o psiquismo humano como um campo de interseção entre reminiscências individuais e um arcabouço memorialístico arcaico, sedimentado ao longo da evolução da espécie, no qual se encontram os fundamentos das fantasias primordiais e das formações delirantes que atravessam a experiência onírica e a sintomatologia neurótica: "coisas que são ouvidas e posteriormente utilizadas; assim, combinam coisas que foram experimentadas e coisas que foram ouvidas, acontecimentos passados (da história dos pais e dos ancestrais) e coisas que a pessoa viu." (Freud, 1986 [1897], p. 241). Ainda para Fliess, na *Carta 52*, Freud alude à existência de traços mnêmicos que, ao longo do desenvolvimento psíquico do sujeito, sofrem um contínuo processo de ressignificação, tal como sedimentos que, paulatinamente, acumulam-se em camadas geológicas subterrâneas, conformando um substrato psíquico estratificado, no qual múltiplos registros memoriais coexistem em um estado de latência interpenetrante. Essa concepção revela uma estrutura psíquica que ultrapassa a linearidade cronológica da vivência consciente e se edifica sobre um entrecruzamento de reminiscências arcaicas, onde os registros do passado remoto subsistem em um nível subjacente, exercendo influxo insidioso, ainda que imperceptível, sobre as manifestações do presente. Nessa perspectiva, a concepção freudiana rompe com a ideia de um psiquismo autárquico, restrito à experiência individual e circunscrito às impressões imediatamente acessíveis à consciência, ao revelar um repositório oculto de vivências ancestrais e significados primordiais. Como uma corrente subterrânea, esse legado psíquico atravessa as gerações, transmitindo, de forma velada, conteúdos que, embora obscurecidos da percepção ordinária, exercem influência incontestável na constituição dos destinos humanos. Desvenda-se, assim, uma dimensão insciente e transgeracional, onde difundem fantasias originárias e impulsos que ultrapassam a experiência subjetiva, estruturando uma herança psíquica cujas marcas se manifestam nos sintomas neuróticos e nas forças ocultas que orientam o comportamento humano em sua esfera mais indevassável.

No conto "Pai e mãe", de Nélida Piñon, inserto na coletânea *Uma furtiva lágrima* (2019), a voz narrativa, imersa em uma consciência que oscila entre a reflexão lúcida e a angústia irremediável, revela-se atravessada pela dinâmica das forças parentais que, ao mesmo tempo em que estruturam a subjetividade filial, impõem-lhe os vestígios de uma herança incontornável. A perspectiva apresentada expõe o paradoxo do pertencimento, demonstrando como os desígnios da ancestralidade edificam e condicionam a trajetória dos descendentes,

impondo-lhes uma fortuna de vínculos e interditos que os acompanha. A construção narrativa ultrapassa a mera constatação do papel formador dos progenitores, pois expõe a complexidade dessa relação ao evidenciar a força ambivalente que dela se origina. São os pais que moldam a identidade do sujeito e, ao mesmo tempo, deixam sobre ele marcas perenes, inscritas como um destino do qual não há plena evasão: “Pai e mãe são os ancestrais que encarnam os primórdios da civilização. A família é a tribo que, ao nos introduzir ao mundo, dita regras, estabelece a medida do amor e do ajuizamento das coisas. No seu sangue abrigam-se as falhas morais e afetivas presentes ao longo da vida.” (Piñon, 2019, p. 8).

O relato, ancorado na evocação da memória e das heranças psíquicas, ressalta o arcabouço genealógico como eixo fundamental na formação do indivíduo, instituindo-o simultaneamente como depositário de valores estruturantes e prisioneiro de um conjunto de imperfeições transmitidas ao longo das gerações. A trama se desenrola sob a égide de uma ambivalência irreconciliável: a família, enquanto núcleo originário da constituição subjetiva, apresenta-se como espaço de orientação e tutela, mas também como território propício à perpetuação de contingências emocionais que orientam os destinos dos descendentes. Assim como na figura patriarcal que se impõe no caso de abasia histérica analisado por Freud, onde a autoridade paterna delineia o destino da filha por meio de um gesto violento cujas reverberações ultrapassam o instante imediato da agressão, em “Pai e mãe” observa-se a perenidade dessa transmissão de valores e falhas. Esse constructo, no horizonte da narrativa, projeta sua sombra sobre a subjetividade filial, moldando as direções existenciais. O conto ratifica essa perenidade ao reiterar: “No seu sangue, abrigam-se as falhas morais e afetivas presentes ao longo da vida. E é a obra sua difundir a espécie de estética que pauta no filho gosto e conduta futura.” (Piñon, 2019, p. 8).

O narrador, cônscio do imbricamento das influências que os progenitores exercem sobre seus descendentes, encerra o relato com um questionamento retórico que, à maneira de um aforismo trágico, enuncia a fatalidade de um destino incontornável: “Mas como esquivarmo-nos dos ditames da paixão e da ira que assimilam em torno do pão familiar?” (Piñon, 2019, p. 8). Nesse ponto, a metáfora do alimento familiar ultrapassa a condição de elemento de nutrição fisiológica e adquire um estatuto simbólico no qual se inscrevem os mitos fundadores da identidade dos filhos, impregnando-os com os signos da ascendência parental. Aqueles que, movidos por um ímpeto de insubmissão, tentam afastar-se desse destino atávico – os descendentes que se recusam a assimilar o palimpsesto familiar – deparam-se com a astúcia de progenitores que, detentores de uma sabedoria remota, erigem dispositivos rituais destinados a garantir a perpetuação da tradição. A metáfora do pão, modelado e repartido, revela-se como

um símbolo litúrgico mediante o qual os pais reafirmam sua autoridade e inscrevem sua presença na vida da prole, mesmo quando esta intenta afastar-se dos desígnios impostos. O pão parental ultrapassa a função de mero sustento corpóreo, configurando-se como emblema da continuidade genealógica, um relicário onde se preservam vestígios indeléveis da memória familiar. Ao compartilhá-lo, os progenitores nutrem a descendência e inscrevem nela as marcas perenes de uma ancestralidade que se mantém viva no ato da nutrição, reproduzindo-se na mudez dos gestos cotidianos. A ingestão desse alimento supera a necessidade de saciar a fome, convertendo-se em rito silencioso de transmissão de valores, meio pelo qual os pais perpetuam sua presença na carne e no espírito daqueles que lhes sucedem. O alimento assume, assim, a forma de litania rudimentar que irradia nos recessos da linhagem, uma epopeia silenciosa que se reatualiza a cada nova geração, garantindo que o legado parental – benesse ou maldição – jamais se dissipe na voragem do tempo.

De maneira análoga, no conto "Presépio Amoroso", inserto na coletânea de ensaios *O Presumível Coração da América* (2011), Nélida Piñon constrói uma elaboração literária de requintada sofisticação, na qual símbolos e afetos se entrecruzam para revelar a latência de heranças inconscientes, figuradas como oferendas rituais em um banquete arcaico, onde os vestígios da ancestralidade se reconfiguram em alimento e essência formativa da subjetividade filial. Ao configurar o legado transgeracional na forma de "manjares ofertados – ou acolhidos vorazmente – no banquetear arcaico", a narrativa delineia um processo em que os resíduos imateriais da linhagem, absorvidos pela descendência ávida, convertem-se em elementos estruturantes – ou potencialmente dissolventes – do arcabouço psíquico dos herdeiros, instaurando um movimento de incorporação que corrompe a materialidade para inscrever-se nas camadas mais insondáveis do inconsciente. Nesse viés, a voz narrativa assevera: "Há um legado que nos chega naturalmente, junto à comida do lar, ao afeto da família, ao bilhete do pai, no qual registrou ele sua última vontade, às veigas herdadas, ao retrato de quem já partiu, ao objeto pertencente ao avô [...]" (Piñon, 2011, p. 49). Sob a égide dessa metáfora alimentar, as heranças impalpáveis, hauridas da mesa genealógica, infiltram-se na psique dos descendentes como partículas imponderáveis de um festim etéreo, onde os vestígios da ascendência, impregnados nas refeições simbólicas da memória, convertem-se em nutriente anímico, uma seiva inelutável que, ao ser assimilada com avidez pelos herdeiros, se enraíza nos estratos mais recônditos da formação subjetiva.

Nesse entrecruzamento de transmissão e absorção, delineia-se a concepção de um palimpsesto psíquico, no qual os traços do passado, longe de se desvanecerem, reconfiguram-se incessantemente, forjando conexões indeléveis entre as gerações. Daí a pertinência da

evocação: “Como quem, sim, ao apropriar-se de uma matéria que diz tudo o que se diria caso se pudesse falar de forma poética, passa a possuí-la para sempre.” (Piñon, 2011, p. 49). A imagem do banquete familiar modula-se, assim, em alegoria da interdependência irrecusável entre os feitos pretéritos e as configurações do ser na descendência, evidenciando a omnipresença das influências atávicas no respaldo do psiquismo humano. O patrimônio parental ultrapassa a mera transmissão de bens ou valores para instaurar-se como princípio configurador, um elixir anímico que se entranha nas veredas da subjetividade, perpetuando-se como um sortilégio mnemônico que ressoa ao longo das gerações.

Em “Presépio Amoroso”, a herança familiar adquire contornos simbólicos por meio da imagem do banquete, onde a descendência se apropria dos vestígios ancestrais num processo que ultrapassa a materialidade do alimento e se inscreve nas camadas subterrâneas da constituição psíquica. A absorção dessa substância herdada envolve mais do que uma simples repetição de legados passados, abrindo espaço para reelaborações que conferem ao sujeito certa margem de reconstrução da própria identidade. Em “Pai e Mãe”, essa dinâmica se configura de maneira inflexível. A transmissão genealógica impõe-se como força absoluta, moldando a trajetória dos descendentes e imprimindo marcas que se perpetuam sem possibilidade de ruptura. A figura do pão, elemento central na narrativa, ultrapassa sua dimensão nutritiva para funcionar como emblema da continuidade de uma fortuna que se reafirma a cada gesto, inscrevendo nos herdeiros um código irrevogável. A relação entre ascendência e subjetividade adquire nuances distintas nos dois relatos. Enquanto em “Presépio Amoroso” há um jogo de absorção e transformação, no qual a linhagem se reajuste dentro do psiquismo individual, em “Pai e Mãe” esse fluxo se apresenta de maneira inflexível. A herança imposta pelos progenitores assume caráter irrevogável, fazendo com que os descendentes se vejam inscritos num roteiro predeterminado, onde qualquer tentativa de afastamento se revela vã. Em derradeiro, no primeiro conto, a tradição, ainda que inevitável, surge como um campo aberto a novas interpretações, permitindo que a subjetividade reelabore os signos herdados e os integre de maneira singular. No segundo, o peso da ancestralidade se projeta sem brechas para deslocamentos, erguendo-se como um destino imutável que cerceia a individualidade e a inscreve num ciclo de repetições inescapáveis.

Em *A Interpretação dos Sonhos* (1900), Freud descortina rotas meândricas da psique humana, elucidando a urdidura de transmissão dos traços inconscientes, engendrados pela sinfonia dos processos identificatórios, seja na adesão ao objeto, seja na projeção quimérica do desejo alheio. Para além dessa dinâmica, sob a ótica econômica das pulsões primordiais, nas intersecções do intrapsíquico – como nas passagens entre o consciente e o inconsciente –, o

fundador da psicanálise debruça-se sobre a transmissão inter e transpsíquica, na qual repousam vestígios imperecíveis de uma memória histórica e sua manifestação perene entre gerações, delineando as tonalidades diversas dos mecanismos regressivos que perpassam o psiquismo. Nesse compasso, ao sondar os desdobramentos da transmissão psíquica no entrechoque das heranças familiares e culturais, o mestre vienense depreende que o sujeito assimila, mesmo sem consentimento, as marcas dos predecessores e progenitores no labor da subjetividade, discernindo as configurações psíquicas que, tal qual relíquias das experiências passadas, insinuam-se com argúcia nas disposições do presente. Em suas teses sobre os sonhos, além da influência dos ancestrais remotos, observa-se que os próprios progenitores detêm o poder de engendrar distúrbios psíquicos nos descendentes.

Ao investigar sua própria dinâmica onírica, numa das passagens mais vívidas de sua autoanálise, Freud depara-se com a imagem paterna ressurreta sobre o leito de morte, despertando sem a consciência de sua própria extinção. A contemplação desse quadro insólito, surgido nos meandros de seu universo simbólico, impulsiona uma interpretação arguta: o filho, em tempos recuados, acalentara secretamente o desejo da morte do genitor, sem que este jamais o suspeitasse. “O sonho, é claro, mostra a realização de meu desejo de encontrar um pai como originador da neurose e, desse modo, pôr fim a minhas dúvidas reiteradas.” (Freud, 1986 [1887], p. 250). À primeira vista, Freud oscila ao tentar discernir entre a formulação inaugural da teoria traumática – que conferia ao pai real um papel determinante na etiologia neurótica – e a tentativa, aparentemente malsucedida, de exumar um espectro paterno, destinado a perseguí-lo de maneira incessante. Trata-se de um resquício psíquico jamais obliterado, instaurando um vínculo de débito e reconciliação entre o descendente e o genitor desaparecido. Em síntese, sob o crivo freudiano, o sonho não se esgota na condição de fabulação dos desejos infantis e sexuais, mas revela-se também como um mecanismo de reatualização de reminiscências arcaicas, preservadas na esfera anterior à individualidade. Quando não recalcadas, essas recordações emergem dos abismos do inconsciente coletivo e transindividual, superando a linearidade temporal e erigindo-se como uma corrente que perpassa as sucessivas gerações da humanidade:

> Pressentimos como são certeiras as palavras de Friedrich Nietzsche, segundo o qual no sonho “prossegue atuando uma antiquíssima porção de humanidade, à qual dificilmente temos acesso por via direta”, e isso gera em nós a expectativa de pela análise dos sonhos chegar ao conhecimento da herança arcaica do ser humano e descobrir o que nele é psiquicamente inato. Parece que o sonho e a neurose conservaram mais antiguidades psíquicas do que era possível imaginar, de modo que a psicanálise pode reclamar para si uma posição elevada entre as ciências que buscam reconstruir as fases mais antigas e sombrias do começo da humanidade (Freud, 2019 [1900], p. 551).

O sonho, alçado à condição de manifestação psíquica das mais enigmáticas, revela-se vértice de dinâmicas associativas e representacionais, redefine-se em formas inefáveis e modulando os vetores que conduzem a expressão da realidade interior. Impõe-se reconhecer que a comunicação intersubjetiva se delineia na própria experiência humana, instaurando um fluxo contínuo entre os indivíduos, onde o sujeito, ao debruçar-se sobre a alteridade, depara-se com desejos latentes e sintomas encobertos que, mesmo inauditos, ressoam em sua constituição. O que se irradia de um ser a outro é um vestígio inconsciente de natureza irrevogavelmente compartilhada, compondo uma rede de correspondências simbólicas que entrelaça o insondável do psiquismo em um campo de confluências e reminiscências. Além das coordenadas temporais, cumpre considerar que a denominada 'metáfora do arcaico' sustenta a proto-história geracional, elucidando que, no plano filogenético, desde os primórdios da existência, os devaneios se apresentam como vestígios recombinados de vivências ancestrais. A estruturação subjetiva e os alicerces dos vínculos conjugais e familiares repousam sobre uma trama que ultrapassa a efemeridade do instante, instaurando-se como indício de um porvir prefigurado em matrizes anteriores à individualidade constituída. O universo infantil, nesse prisma, surge como fragmento anacrônico que exala eventos traumáticos, imprimindo marcas perenes e conformando um repositório de vivências extremas, tanto no excesso do prazer quanto na intensidade do desprazer, instigando articulações fantasmáticas de rara complexidade. Essas construções oníricas, ao se hibridizarem no alinhamento psíquico, plasmam um espetáculo singular, um enredo urdido a partir de impressões, gravadas nos estratos mais recônditos da subjetividade. A psique, longe de uma superfície inerte, figura como palimpsesto onde se inscrevem desejos remotos, delineando uma verdadeira saga que se edifica sobre reminiscências infantis, cujas reminiscências, inacessíveis ao resgate consciente, perpetuam-se por meio do retorno compulsivo de experiências primordiais. O sujeito, inevitavelmente, arrasta consigo os influxos desses mananciais originários, que inscrevem o infantil como núcleo incontornável da volição e da incessante pulsão de rememoração. A marca desses registros primordiais permanece indelével, determinando a infância como matriz insubstituível do desejo e da iteração pulsional.

A partir d'*O Romance Familiar dos Neuróticos* (1909), Freud propõe que o chamado "progresso" cultural – conceito que exige prudência interpretativa e rigor analítico – resulta de uma dinâmica complexa, sustentada por uma tensão geradora de transformações no fluxo das gerações, especialmente na relação entre pais e filhos. Esse movimento ultrapassa um simples contraste entre períodos distintos, envolvendo uma rede de forças psíquicas e simbólicas, onde transferência e resistência desempenham papéis fundamentais: "De fato, o progresso da

sociedade baseia-se nessa oposição entre duas gerações. Por outro lado, há uma classe de neuróticos cuja condição, percebemos, foi determinada pelo fracasso nessa tarefa." (Freud, 2015 [1909], p. 420). Esse embate contínuo entre gerações configura um princípio que impulsiona transformações, promovendo descontinuidades no núcleo familiar e propalando tanto na formação do indivíduo quanto nas estruturas sociais. Ao investigar o jogo entre permanência e renovação, Freud sugere a existência de uma transmissão psíquica que se perpetua através dos ciclos geracionais, preservando determinados traços psicológicos e conferindo-lhes um caráter reiterativo de ordem compulsiva. A ancestralidade, articulada em sua dimensão psíquica, sustenta a persistência desses traços e influencia as configurações da contemporaneidade.

As linhagens familiares, ao perpetuarem narrativas transmitidas através das gerações, estruturam um romance interno, enriquecido por mitos, relatos épicos e segredos silenciados – um legado que se manifesta tanto no plano consciente quanto nas camadas mais da subjetividade. No que concerne à transmissão psíquica, discursos, máximas e histórias compartilhadas no seio familiar ocupam uma posição central, fornecendo material para reelaborações e ressignificações do patrimônio simbólico herdado. A construção subjetiva de cada indivíduo se vincula ao olhar dirigido ao alicerce de sua história e à trama que o precede, sobretudo quando a palavra se reveste de densidade emocional e afetiva. Entre o relato factual e a subjetividade que o atravessa, abre-se um campo que exige minuciosa revisitação, remetendo ao mecanismo mesmo da cadeia de transmissão (Tozatto, 2004). O romance familiar se inscreve em um arcabouço que conjuga múltiplas variáveis – econômicas, genealógicas, relacionais e existenciais –, em estreita correlação com a trajetória daquele que o perpetua. A identidade de um sujeito se esculpe a partir de sua ascendência, de seu percurso e das reflexões extraídas de suas interações mais determinantes. O inconsciente se institui como substrato essencial, consolidando-se por meio dos resíduos linguísticos que atravessam o discurso predominante em seu meio originário. São significantes impostos, dos quais o sujeito absorve marcas indeléveis, pois se inscrevem nas engrenagens da linguagem e moldam sua experiência.

No conto "Finisterre", concebido por Nélida Piñon e integrante da coletânea *O calor das coisas* (1980), desvelam-se reminiscências ocultas, preservadas nos resquícios de uma memória precursora que delineia os desígnios de uma linhagem, resguardando segredos transmitidos por gerações. Essas recordações, cifradas e depositadas em repositórios psíquicos, ressoam através do tempo, convertendo-se em forças inevitáveis que moldam o destino: "Abracei-o e disse, esta então é a Ilha prometida? Fez que sim com a cabeça. Há muito eu devia-lhe a visita, cruzar o mar, aproximar-me dos relevos da Ilha, juntos haveríamos de comer o

mesmo pão.” (Piñon, 1998 [1980], p. 32). A travessia empreendida pela jovem protagonista, cuja sina a impele ao regresso à Ilha mítica que outrora acolhera seus ilustres precursores, configura-se como uma epopeia permeada por múltiplos estratos de sentido, os quais se desdobram conforme a narrativa avança sob a égide do padrinho, guardião dos mistérios familiares. Esse retorno adquire tanto um caráter espacial quanto uma conotação simbólica e quase litúrgica, imersa em uma densidade memorialística, na qual o tempo, qual espelho convexo, refrata e reorganiza os fragmentos do passado, conferindo-lhes novas feições. A jovem, depositária de um legado que ultrapassa posses concretas e adentra os domínios da ancestralidade, vê-se enredada em um banquete de ressonâncias rituais, uma cerimônia iniciática em que os alimentos partilhados são, ao mesmo tempo, sustento e emblema de um patrimônio imaterial. Esse cerimonial é regido com destreza pelo padrinho, cuja presença se reveste de uma autoridade quase mítica, ajustando as engrenagens que comandam o itinerário da protagonista e os desígnios de sua linhagem, transfigurando a volta à Ilha em uma consagração do tempo circular, onde distintas temporalidades se cruzam em um fluxo de significados insondáveis: “Por isso, vim à Ilha, recolher força e origem, terei então vida por tempo ilimitado. Abraçou-me outra vez. Te introduzi desta terra, à comida dos ancestrais. Com os olhos cerrados mastiguei a carne, garanti-lhe a sobrevivência na memória. Pelo resto da vida hei de cantar esta carne” (Piñon, 1998 [1980], p. 32).

Enquanto exímio arauto das arcanas e cifradas mensagens familiares, o padrinho, qual hierofante de um saber ancestral e velado, imiscui-se nas reentrâncias mais obscuras do legado transmitido por gerações, forjando os percursos erráticos pelos quais os haveres intangíveis devem ser consignados à herdeira. Desprovido de qualquer hesitação diante dos inúmeros óbices que o antepõem, figura-se como o guardião último e intransigente depositário de um patrimônio simbólico, cujos cordões imperceptíveis urdem a trama do destino que envolve a jovem e toda sua ascendência, enraizada nos meandros de uma temporalidade ignota. Suas ações, dotadas de solenidade ritualística, invadem cada ato com uma significância inaudita, certificando que os patrimônios – engendrados nas dobras insólitas do tempo e das gerações – sigam perpetuados, ainda que dissociados da Ilha que, em tempos pretéritos, fora o lócus inaugural e a matriz onde se desenrolaram os dramas e a epopeia familiar: “O padrinho exibia os tesouros que eu tomava nos braços. Dirigia-me a eles conhecendo-lhes origem, paladar, razão de ser. Afinal, saíra do ventre montanhês daquela raça, eu os havia levada por correntes marítimas, assim poderia regressar a ela sempre que quisesse [...]” (Piñon, 1998 [1980], p. 33).

No paulatino desvelar-se da narrativa, após consumado o ágape primigenial, que se assemelha a um rito iniciático e se consolida na aquisição dos espólios memorialísticos que a

protagonista internaliza como fragmentos de uma ancestralidade enigmática, encontra-se diante de um vetusto sobrado. Sua arquitetura secular, testemunha das transições e transformações ocorridas ao longo das gerações, assume uma dimensão quase totemística, simbolizando o passado familiar e o arcabouço de memórias que, como sombras diáfanas, habitam seus corredores e recônditos, aguardando silenciosamente para serem desveladas por almas sensíveis o suficiente para decifrar seus arcanos. Ao ingressar pela primeira vez nesse recinto seminal, ocorre uma espécie de pedagogia arcaica, uma iniciação aos preceitos legados pelos antepassados que ali habitaram: "O corpo pronto ressentindo-se com os sucessivos atos de apertar as mãos, beijar os rostos, recuperar gestos que os ancestrais instauraram entre nós na esperança que os copiássemos." (Piñon, 1998 [1980], p. 34). Sentada à mesa que pertence à avó – a grande matriarca – enquanto degusta os manjares preparados pelo padrinho, a garota devora também simbolicamente as réstias de seus ascendentes em um movimento canibalesco: "Eu mastigava homens, mulheres, crianças, para não esquecê-los. Viera da América recolher de volta os tesouros, arrastá-los até as naus prontas para o embargue. Em todos os portos, eu dispunha de barcos." (Piñon, 1998 [1980], p. 34).

Maruxa, uma das dedicadas servas à disposição da majestosa residência, orquestrara um chamado solene à jovem herdeira e ao zeloso padrinho, convidando-os, com refinada cortesia, ao recôndito aposento no qual repousava a venerável avó. As sumptuosas paredes do recinto impregnam a imponência de tempos passados, enquanto os passos ressoavam harmonicamente no chão nobremente lajeado. A câmara, ademais, estava imersa numa aura de sobriedade, resguardando os segredos e mistérios imbricados com a história da linhagem: "Ela tinha completado noventa anos na semana passada, com a família toda em torno sem saber se lhe celebravam a festa, ou devotavam-se aos seus funerais. A avó podia morrer a qualquer instante, e sua morte não os desesperava." (Piñon, 1998 [1980], p. 35). Ainda que se aproxime irremediavelmente dos últimos estertores da jornada terrena, a trama revela que, inobstante o desenlace final do fio vital da vetusta matrona, os tentáculos invisíveis que, outrora, teciam, com destreza indelével e discrição soturna, a complexa disposição do destino familiar, há de perpetuar-se, enredando-se nas profundezas dos segredos transgeracionais e governando, por vias obscuras, os laços consanguíneos que dela se derivam. Essa veneranda anciã, figura quase hierática, corporifica a presença imperecível do passado arquetípico e o poder ignoto das memórias que, enraizadas no arcano familiar, ressoam como vibratos longínquos nas fibras invisíveis que sustentam a ordem própria à linhagem: "A avó era como a árvore do quintal. Quando enterrassem seus galhos secos, suas folhas fenecidas, o que havia enfim sobrado dela, as raízes da mulher ficariam em cima da terra, entre eles. Tudo continuaria a crescer após aquela

morte.” (Piñon, 1998 [1980], p. 35). À guisa de uma floresta vetusta em seus derradeiros dias, cujas árvores seculares, altivas e soberanas, ainda que alquebradas pelos incessantes ímpetos dos ventos e pelas implacáveis vicissitudes que o passar do tempo inflige, conservam resquícios de um vigor primitivo que recusa a aniquilação total, assim também a veneranda matriarca, às portas de seu ocaso final, subsistirá em um paradoxo de fragilidade e robustez. Não obstante a iminente dissolução de seu ser físico, a presença de seu espírito enraíza-se nos descendentes como semente fecunda, que, ao ser depositada nas férteis terras de suas memórias e existências, ainda logra florescer em novos brotos, os quais, por seu turno, desabrocharão em uma multiplicidade de ramagens frutíferas. Esses galhos, em seu esplendor, perpetuarão, em simbólica e silenciosa continuidade, a herança de sua robustez espiritual, hipertrofia ao esfacelamento corporal, alicerçada na transmissão imperecível dos traços identitários que lhes foram tributados.

Enquanto o derradeiro crepúsculo da avó ainda não se consumiu em seu desaparecimento, a neta, ávida receptora das substâncias invisíveis que lhe são generosamente dispensadas, nutre-se com sofreguidão daquelas viandas simbólicas, habilmente preparadas nos entremeios das experiências compartilhadas e dos gestos quase imperceptíveis de afeto. Tais ofertas, transferências de uma riqueza intangível, extrapolam a materialidade do cotidiano, infundem na alma da descendente um acervo intemporal, cujas marcas são de se perpetuar, inabaláveis, na couraça diáfana de sua própria existência: “Comecei a usufruir da velha como se tivesse ela vinte anos. De cabeços negros, ela apareceu-me ofertando um pente. Foi o pente das minhas núpcias, veja os fios que ainda enrolam-se em seus dentes de madrepérola.” (Piñon, 1998 [1980], p. 36). Através do artefato sígnico, o pente, manifesta um dos nascedouros primordiais das evocações ancestrais, revelando-se como um repositório silencioso das partículas de uma história familiar cujos contornos relacionados, à primeira vista, adornados soluçar a pátina do esquecimento. Esse artefato íntimo alberga fragmentos da história familiar, revelando-se na conjunção de passados remotos e ecos estruturais do inconsciente coletivo. Assim, o pente se converte em veículo simbólico, outrora relegado ao silêncio, desponta no vasto e multifacetado caleidoscópio das redes de subjetividades coalescidas, tecendo-se no tecido psíquico da contemporaneidade. Não por acaso, a descendente admite que herdou e, consequentemente, assimilou traços legados à própria existência, atestando que, em sua subjetividade, assomam-se outras vidas: “A vida que herdei, a vida que fabriquei, a vida que me impuseram, a vida que não terei, ou a vida proibida, que não está na casca da pele, mas na pele íntima do sangue?” (Piñon, 1998 [1980], p. 36). A recém-chegada neta, cuja presença faz sentir-se como uma herdeira incumbida dos enigmas familiares que há muito interpenetram o

cerne de sua linhagem, torna-a depositária de um patrimônio ancestral e zelosa curadora de um arcabouço de mitos e reminiscências. Sua missão, longamente lapidada pelos espectros que a precedem, amplia-se ao acolher, em sua essência, as sombras daquelas cujas histórias fragmentadas se insinuam como um *continuum* no tempo. Assim, seu desembarque não é senão o marco simbólico de uma renovada trama soldada por existências e vivências passadas que, sob sua tutela, encontram resguardo e permanência nas brumas do porvir. Nesse ínterim, a jovem herdeira se erige como uma espécie de arauto da tradição, carregando consigo o fardo de sua própria história e das multifacetadas vidas enredadas na malharia familiar que a antecede: "Eu via-lhe o modo de conquistar o meu sangue e a minha emoção. Dentro das minhas mãos a velha revivia lentamente." (Piñon, 1998 [1980], p. 37). Numa mecânica mítica entre as gerações, a jovem herdeira assume, de maneira emblemática, o papel de encarnar, nos recônditos de sua própria existência, a essência vital de sua avó, conferindo-lhe uma ressurreição metafórica que solapa os limites da morte física. Esse ato de incorporação simbólica não se restringe à perpetuação de uma linhagem, mas se manifesta como um ato de resgate e ressurgimento, onde a ancestralidade, ao invés de desvanecer, se rejuvenesce através da vivência e interpretação da descendente. Ao adotar, em termos diegéticos, a *persona* de sua avó, a jovem herdeira não apenas se torna uma continuidade palpável dessa figura pregressa, mas também assume a responsabilidade de ser uma depositária ativa de sua sabedoria, experiências e, de maneira mais abrangente, de sua fortuna.

Se partirmos do postulado segundo o qual a urdidura da subjetividade do sujeito se acha indissoluvelmente vinculada à estirpe de sua linhagem, aos meandros que atravessam sua genealogia e às elucubrações que formula acerca das vicissitudes que compõem a complexidade de seu épico familiar, torna-se evidente a perene influência das narrativas que, ao disseminarem-se no âmago do seio doméstico, infiltram-se nos escaninhos do psiquismo infantil, alentando devaneios e miragens que nele germinam. Todo ser, ao se inscrever no escopo do universo simbólico, é inapelavelmente lançado em um enredo pretérito, cujos desígnios lhe são impostos como legado incontornável, podendo esse fardo, em circunstâncias determinadas, modificar-se em grilhão que o constrange e subjuga. Nessa perspectiva, a conjugalidade da descendência, para além de reconstituir e, não raro, reiterar as tramas do idílio parental, instaura um campo profícuo no qual se engendram processos de metabolização, transfiguração ou, inversamente, de perpetuação das vivências pretéritas. O consórcio amoroso, ao facultar uma arena propícia à reconfiguração das efusões psíquicas herdadas, (des)harmoniza o passado e o presente, configurando uma miragem de porvir partilhado. Todavia, com assaz frequência, a compulsão iterativa ardilosamente permeia tais intentos, determinando-lhes o curso e a finalidade última,

de modo que a renovada busca por emancipação subjetiva amiúde se vê enredada nos tentáculos de padrões que, ao invés de se dissiparem, perpetuam-se nos recônditos do espírito (Nasio, 2013).

Desde os albores da existência, o infante acha-se inarredavelmente sujeito ao escrutínio atento dos progenitores, à assimilação de suas matrizes comportamentais e à absorção das mitologias que, interligadas ao arcabouço simbólico da constelação doméstica, constituem fundamentos estruturantes de sua conformação psíquica. Os primórdios da interioridade são, pois, indissociáveis das injunções transgeracionais que subjazem ao núcleo familiar, sendo este o epicentro da perpetuação de valores, significados e modulações da apreensão do real. A transmissão entre gerações, longe de configurar uma continuidade linear, perfaz um campo dialético onde se travam, simultaneamente, a cristalização de legados e a gestação de processos de reformulação subjetiva, ensejando o advento de novas disposições. Remontando ao longínquo ano de 1913, Sigmund Freud, ao perscrutar as balizas que disciplinam os desígnios psíquicos responsáveis pela conformação das neuroses, redige o estudo intitulado *A predisposição à neurose obsessiva*, no qual deslinda as instâncias que confluem para a edificação das configurações neuróticas, estabelecendo um arcabouço teórico que distingue os elementos patogênicos que se imiscuem na urdidura dessas formações sintomáticas. Ele os categoriza em duas esferas fundamentais: de um lado, erguem-se os fatores constitutivos, características às predisposições do sujeito, hauridas desde os primórdios de sua trajetória existencial e, portanto, ligadas à estrutura primordial de sua psique; de outro, manifestam-se os determinantes fortuitos, aqueles que, advindos do caudal incontrolável das vicissitudes da existência, se inscrevem na subjetividade como contingências inevitáveis, moldando, de maneira definitiva, a configuração sintomática que ali se instala.

No âmago dessa construção teórica, delineia-se um segundo eixo central, sustentado por Freud, relativo à primazia incontestável dos elementos constitucionais na determinação da especificidade da neurose que se manifestará no indivíduo. A escolha neurótica não decorre exclusivamente de fatores externos ou de vivências episódicas, mas origina-se de uma base interna primordial, inerente à estruturação da interioridade, que, ao articular-se às imposições da experiência, orienta o sujeito para determinadas formas de padecimento psíquico. Essa perspectiva instaura um princípio de funcionamento mental que se perpetua ao longo da existência, encontrando na matriz hereditária um fator decisivo. Convém assinalar que James Strachey, em anotação exegética adjunta a essa formulação freudiana, ressalta que, nesse texto inaugural, Freud emprega o conceito de “disposição” com um sentido ancorado no inatismo e na hereditariedade, delineando uma concepção enraizada no paradigma biológico da

continuidade psíquica, ao atribuir ao sujeito uma constituição preestabelecida que, independentemente das influências ambientais, já contém os germes das configurações futuras de sua vida mental.

Nos desdobramentos posteriores dessa formulação, percebe-se uma inflexão notável na obra subsequente do mestre vienense, especialmente na *Conferência XXIII* (2014 [1917]), em que ele reformula sua abordagem e introduz novos matizes conceituais. Nesse desenvolvimento, desloca-se a ênfase anteriormente conferida ao fator constitucional, sem, contudo, desconsiderar sua relevância, para abarcar a complexidade constitutiva à interrelação entre predisposições estruturais e dinâmicas pulsionais. No cerne dessa reformulação, a constituição sexual ressurge como um elemento inalterável, portador de tendências inerradicáveis e ancestrais, inscritas de modo irrevogável no destino subjetivo, configurando-se como fundamento decisivo da economia pulsional que modela os processos internos do indivíduo. Assim, estabelece-se uma dialética entre herança e experiência, na qual a subjetividade se configura como um campo de tensões incessantes, atravessado por forças que, ao mesmo tempo, reafirmam e modificam as matrizes originárias de sua constituição. Dessa maneira, a edificação da subjetividade se constrói no embate contínuo de forças transgeracionais, em que a persistência e a mutabilidade se conjugam em perpétua transformação, imprimindo à trajetória existencial do sujeito tanto os traços de sua singularidade quanto as marcas de sua herança psíquica.

Na ilustre e paradigmática *Conferência XXIII*, Freud avança pelos meandros insondáveis da herança psíquica, insurgindo-se contra a concepção rígida de que as disposições constitucionais derivadas das vivências ancestrais encontrariam, de modo irremediável, seu termo na geração submetida à análise. Insinua, nesse corolário, a possibilidade de uma perpetuação transgeracional dos conteúdos da psique, que, como reminiscências indeléveis, permaneceriam resguardados nas camadas mais obscuras da subjetividade. No cerne dessa especulação arrojada, a constituição sexual, tantas vezes tomada como atributo inato, figura como alicerce estruturante da formação do sujeito, sendo-lhe conferido, na urdidura etiopatogênica da neurose, um papel de relevo, dada sua vinculação inevitável às incidências da infância. Freud examina os desdobramentos dessa relação, revelando, em suas análises, a complexa historicidade que permeia a puerícia e a inscrição das pulsões nas engrenagens do inconsciente. As predisposições psíquicas, longe de constituírem caracteres isolados, configuram-se como manifestações oriundas de vivências arcaicas, cristalizadas nos vértices da memória filogenética e incessantemente ressignificadas em cada nova existência. Sob tal exegese, o mestre vienense assevera que a matriz da regressão libidinal não se ancora, de

maneira fatalista ou mecânica, no fator hereditário constitucional, delineando uma construção conceitual em que a transmissão psíquica se afasta da simples repetição de caracteres ancestrais, apresentando-se como um processo dinâmico no qual o passado imprime, sobre o destino individual, marcas oriundas de experiências remotas – perpetuam-se, na verdade, através de enigmáticos mecanismos intergeracionais. Ao examinar as interações entre cenas primordiais e fantasias originárias, Freud descortina um campo fértil para sua investigação clínica e levanta a instigante hipótese de que os conteúdos latentes dessas formações fantasmáticas ultrapassam a existência singular e inscrevem-se como herança na experiência subjetiva. Nessa audaciosa exploração dos recessos do inconsciente, instaura uma ruptura epistemológica de vasto alcance na psicanálise, expandindo significativamente os contornos da compreensão da subjetividade e, ao mesmo tempo, expondo com rara perspicácia os mistérios que envolvem a transmissão neurótica e os dédalos do psiquismo humano, cuja inesgotável complexidade se impõe como um horizonte sempre aberto à investigação e à reflexão.

No imponente tratado *Totem e Tabu* (1912-1913), Freud, ao conduzir uma interpretação arguta das dinâmicas edípicas, articuladas com uma concepção metapsicológica dos estudos antropológicos voltados às civilizações originárias, mergulha na análise das sutilezas que permeiam a transmissão de traços mnemônicos. Esses vestígios ancestrais, preservados como heranças psíquicas, remontam às camadas mais arcaicas da história humana. O célebre psicanalista desvenda a essência do tabu, cuja força reside, essencialmente, na sua tendência à propagação. Tal atributo outorga-lhe um singular dinamismo, tornando-o passível de deslocamento e impregnação, assemelhando-se a um agente psíquico que se alastra ao longo de objetos e indivíduos. Dada essa propriedade difusiva, tudo o que se vincula ao elemento interditado incorpora sua carga, perpetuando o caráter enigmático que o envolve e convertendo-se, assim, em vetor involuntário da interdição. A faculdade de propagação do tabu projeta-se, portanto, como um signo expressivo da transmissão psíquica no seio do grupo familiar, cuja estrutura interna, por sua própria configuração, favorece esse fluxo. O autor estabelece distinções entre a incorporação de modelos parentais por identificação e a transmissão de marcas psíquicas oriundas de repositórios transgeracionais, ou seja, a inscrição, na subjetividade, de fragmentos simbólicos herdados de antepassados, preservados na memória coletiva. Ao abordar a gênese do sentimento de culpa e a persistência da interdição primordial, a obra ilumina as conjecturas filogenéticas e ontogenéticas que fundamentam a lógica do tabu

No conto “Cantata”, que integra o compêndio *Cortejo Divino e Outros Contos Escolhidos* (2001), de Nélida Piñon, evidencia-se, com sofisticação e complexidade, a dissolução das fronteiras que organizam os vínculos familiares, em especial o jogo de

deslocamentos no interior do sistema parental, cujas forças inconscientes reestruturam as bases da filiação. Esse fenômeno não se limita a uma reorganização episódica de papéis, mas revela um mecanismo edípico que, ao redistribuir afetos e atribuições, altera os fundamentos da subjetividade e da construção do desejo. A narrativa encena uma disputa visceral entre pai e filho, que se veem irremediavelmente implicados em um embate pelo olhar e pela atenção de uma mulher que ocupa uma posição híbrida na configuração doméstica. O enredo repete, em novas variações, as disposições analisadas por Freud em *Totem e Tabu* (1912-1913), trazendo à tona conflitos psíquicos que remontam a antigos interditos. Nos primeiros movimentos do texto, delineia-se a figura de um patriarca que, diante das circunstâncias, sela novas núpcias com uma mulher que, apesar de ocupar o posto de esposa, não compartilha o laço materno com seu herdeiro. Entretanto, como a interdição edípica não se ancora apenas na dimensão biológica, mas se inscreve no domínio simbólico e pulsional, a narrativa se adensa na medida em que o filho se vê tomado por um desejo incontrolável em relação à mulher do pai, instaurando um campo de tensões que se infiltram nas camadas da psique: "Era casada com meu pai, aquela mulher. Ela sabia que eu a desejei desde o primeiro instante, quando ele a trouxe até mim dizendo: – Esta agora é minha mulher. Sem mais palavras abandonou-nos solitários com nosso pavor e nosso desejo." (Piñon, 2001, p. 7). Sob a ótica do filho, o relato realça as irrupções do desejo voltado à madrasta e, simultaneamente, desvela os conflitos subterrâneos travados com a imagem paterna. Ao optar por esse ângulo narrativo, o texto mergulha na órbita psíquica do protagonista, expondo suas ambivalências e a luta constante entre a proibição e o impulso erótico. Ainda que a perspectiva do narrador seja atravessada por fantasias e projeções, torna-se evidente um traço central da narrativa: o vínculo impregnado de erotismo entre o jovem e a mulher que ocupa um papel simbólico ambíguo, compondo um jogo de sedução e interdições encobertas, que instauram um cenário onde o desejo oscila entre a contenção e a ruptura.

A composição elaborada por Piñon, ao explorar as potências expressivas da linguagem literária, edifica um universo em que culpa, sedução e rivalidade edípica se imbricam num circuito espesso de significações latentes. A estrutura fragmentária e sugestiva do relato indica, ademais, a impossibilidade de apreensão objetiva dos acontecimentos, já que a narração se constrói a partir de camadas de desejo recalcado e interditos não verbalizados, conferindo ao texto um efeito onírico e inquietante. Nessa sistematização, observa-se a tentativa de reorganização interna do narrador, que oscila entre a recusa do interdito e a força inevitável do desejo que se impõe: "[...] lutávamos para implantar o desprezo, que jamais viessem a descobrir o que nos dominava. [...] a desordem é o imperativo do amor, e eu que não sei se o amor é também necessário que se tem de instaurar a ordem no corpo, penso em meu pai." (Piñon, 2001,

p. 7). Nos subterrâneos do conflito edípico, manifesta-se uma necessidade de perpetuação que se traduz na busca por um receptáculo capaz de garantir a continuidade da linhagem psíquica, projetando na mulher o lugar da própria imortalidade simbólica. Esse movimento ganha contornos precisos nas palavras do narrador, que, em meio ao turbilhão de suas pulsões, reconhece o imperativo de garantir a sobrevivência do próprio desejo por meio de uma mulher que não traga em si a inscrição paterna, mas que possa ser o veículo de um futuro possível: "e, porque meu pai criou em você a sua semelhança, hei de me perpetuar no que virá depois de mim, também necessito de uma mulher, uma mulher que não carregue a imagem de meu pai, porque a sua imagem será sempre a imagem de minha mãe." (Piñon, 2001, p. 9). Essa dinâmica psíquica, ancorada no interdito, reconfigura a imagem materna, ora encarnada na mãe biológica, ora transfigurada na madrasta, compondo um campo de tensões onde desejo e proibição se imbricam. O narrador, em resposta, ao reconhecer as forças que regem esse circuito, exprime a necessidade irreversível de encontrar uma parceira que não traga a sombra do pai, pois essa já se encontra impregnada pelo traço da herança familiar: "você, quando me ouve, antes ouve meu pai que já lhe impôs condições que me pertenceriam se eu lhas tivesse ordenado primeiro, porém a força do meu pai depende de uma precisão mais desesperada do que a minha [...]" (Piñon, 2001, p. 9).

O patriarca impõe-se como guardião da ordem simbólica, figura que, ao consolidar seu domínio, confina o filho à condição de excluído, interditando-lhe o acesso ao objeto de desejo e convertendo-se em adversário incontornável. Sua presença delimita os contornos da frustração e da renúncia. A barreira intransponível instaura no descendente um embate entre submissão e revolta, conduzindo suas fantasias pelas trajetórias serpenteantes da insatisfação e da impotência. Sob essa égide, o filho vê suas investidas cerceadas, submetendo-se a um fardo psíquico onde a impossibilidade de suplantar o genitor converte-se em ferida narcísica insuportável: "enquanto minhas exigências são perigosas, se além de ofenderem meu pai sobretudo ofende a memória que nele se criou de minha mãe, e vindo a amar a mulher que deita com meu pai, também deito com minha mãe [...]" (Piñon, 2001, p. 10). A derrota, enunciada em termos pungentes, evidencia a força irrefreável do interdito edípico e a castração simbólica que funda a subjetividade. Privado da possibilidade de consumar seu desejo, o filho sucumbe à renúncia imposta pela autoridade paterna, absorvendo, ainda que relutante, os interditos que modulam a economia psíquica. Essa introjeção manifesta-se na confissão do narrador: "Eu me entristecia de ostentar um amor que diante de meu pai assumia uma visão criminosa, e de exibir um amor que, apesar do arrebato por onde o excesso do desejo se escoa, jamais expressaria a ilusão que tinha de dominar abismos em seu nome e no meu [...]" (Piñon, 2001, p. 12). A

estrutura desejante, regulada pela interdição paterna, orienta-se por um movimento no qual os limites impostos sustentam a própria organização psíquica. Na arquitetura interior do narrador, a madrasta apresenta-se como elemento que desafia as determinações da proibição. Sua presença incita uma atração ambivalente, compondo um jogo em que o desejo se insinua sob formas veladas e revela a transgressão ancestral.

A narrativa constrói essa relação dentro de uma lógica incestuosa de reciprocidade: a madrasta, à maneira dos irmãos da horda primeva, desafia a supremacia do patriarca, inscrevendo-se como cúmplice da subversão do interdito. Esse deslocamento adquire expressão contundente na confissão da matrona, que desvela um desejo longamente recalcado: "nem seu pai compreenderá a traição que haveremos de cometer sobre sua ancianidade, só assim inauguraremos outra casa, que ele quis construir em mim, em mim ele construiu a casa errada, quis semear no meu ventre a dádiva que só a você compete implantar [...]" (Piñon, 2001, p. 14). No âmago desse jogo entre interdição e sedução, entrevê-se a transmissão psíquica transgeracional, na qual pulsões interditadas e desejos reprimidos perpetuam-se, consolidando-se como fortunas inscritas no inconsciente coletivo. Esse fluxo hereditário, estruturado por rituais simbólicos e interditos ancestrais, manifesta-se com contundência na confissão final, quando o narrador, ao reconhecer-se herdeiro dessas vias vicinais de interditos, anuncia sua continuidade, reafirmando a compulsão à repetição: "[...] acima do prazer transmitiremos aos ancestrais de que só para estes instantes acordamos para a vida, fomos gerados para também nos excedermos em outras concepções." (Piñon, 2001, p. 14).

Assim como na urdidura narrativa pinoniana, que dramatiza o embate entre um patriarca de estatura colossal e seu descendente, antagonistas em um duelo visceral pelo domínio carnal de uma mulher, erigida na estrutura ficcional como vértice axial do desejo em disputa, Sigmund Freud, em suas especulações sobre os fundamentos psíquicos da civilização, concebeu a horda primeva como um modelo antropológico primordial, configurado sob o crivo de sua análise como um organismo social incipiente, embrenhado em dinâmicas de dominação, desejo e interdição. Embora de aparência rudimentar, essa formação inicial encerra a complexidade de um constructo simbólico inaugural, impregnado de proibições tácitas e pulsões subterrâneas. No cerne desse universo primevo, delineia-se um ordenamento despótico, no qual um chefe autocrático, simultaneamente genitor e senhor absoluto, exerce um domínio inquestionável sobre o grupo, assegurando-se, por meio da força e da primazia irrefutável de sua posição, a posse exclusiva das mulheres, instaurando um regime de monopólio erótico que relega seus descendentes à frustração do interdito e ao suplício da privação. Consciente da latência subversiva que repousa no ímpeto insurgente de sua prole, o patriarca adota, como estratégia

de perpetuação de seu poderio, a expulsão dos filhos varões, condenando-os ao desterro, onde são lançados a uma orfandade paradoxal, aprisionados entre a interdição paterna e a ânsia de suplantá-lo, de empunhar o cetro da autoridade e inverter a dinâmica de subjugação que os mantém cativos.

Sob essa ambivalência, na qual se mesclam reverência e rancor, submissão e desejo de ruptura, desencadeia-se um dos eventos germinais da cultura humana: a conspiração fratricida contra o líder supremo, urdida pelos irmãos exilados, que, em um ímpeto de restituição simbólica do desejo interditado, se insurgem contra o pai e o assassinam, consumando um parricídio cujo significado transcende a materialidade do ato para adentrar os domínios do mito e da psique. No ápice desse ritual sacrílego, o corpo do patriarca é devorado pelos filhos, instaurando-se, nesse gesto canibalístico, um paradoxo inquietante: ao aniquilarem a figura tirânica, assimilam sua potência, absorvendo em si mesmos a força avassaladora que pretendiam erradicar, perpetuando, assim, a própria estrutura que buscaram abolir. A concretização desse desiderato gera um fardo psíquico: a culpa pela transgressão. O pai, eliminado na esfera corpórea, ressurge em um novo registro, transfigurado em totem, entidade sacralizada que se impõe como interdito supremo, instaurando uma matriz normativa que refatoração dos alicerces da convivência social. Dessa necessidade de expiação e reparação rompante os primeiros interditos estruturantes da sociedade: a abdicação do acesso às mulheres da horda, antes objeto de disputa, e a instituição do tabu do incesto como fundamento inabalável da organização civilizatória. O sacrifício inaugural estabelece um princípio regulatório, cristalizando sob a égide da interdição e da culpa um ordenamento que ultrapassa a cena originária e se projeta através das gerações, convertendo-se em arcabouço normativo de alcance duradouro. Assim, os dispositivos primevos delineados nesse drama fundacional permanecem atuantes no âmago do *ethos* civilizatório, preservando-se sob formas revidas nos códigos morais e jurídicos que regem a sociedade. Como sustenta Wagner (2005), tais estruturas arcaicas constituem forças latentes que continuam a pulsar nos subterrâneos da cultura, evidenciando que os patrimônios ancestrais se prolongam para além de suas origens remotas e ainda moldam os contornos do mundo humano.

No conto “Bravura”, inserido no compêndio literário *Tempo das Frutas* (1966), de Nélida Piñon, inscreve-se, no cerne dos desvãos edípicos, a exacerbação de uma contenda visceral entre o patriarca e seu descendente malfadado, ambos engajados em um embate feroz pela posse de uma mulher erigida ao estatuto de troféu, carregada de um valor que ultrapassa a materialidade e se revigora em emblema de domínio masculino. No desdobramento desse duelo primitivo, análogo aos relatos mitológicos que articulam interdição e desejo em um jogo fatal,

esboça-se a urdidura de uma tragédia de moldes arcaicos, na qual se entretecem filicídios e parricídios em um jogo pulsional que oscila entre a supressão do Outro e a atração fatídica pelo interdito que ele representa. A rivalidade entre pai e filho, gestada sob a pressão da pulsão destrutiva e da cobiça pelo poder, excede o embate geracional e inscreve-se como rito de passagem marcado pela tentativa do herdeiro de destituir a autoridade suprema e, simultaneamente, assimilá-la como signo de afirmação viril. Nesse ímpeto de revolta, no qual se desfaz a frágil linha entre afeto e aversão, o descendente, empunhando uma lâmina impiedosa, consuma o desfecho sanguinolento de erradicar a figura tutelar que, paradoxalmente, serve-lhe de referência intransponível e de pilar da interdição. O instrumento cortante, símbolo fálico por excelência, atua tanto como meio de extermínio quanto como insígnia do poder conquistado, instaurado sob a égide da violência e do sangue vertido, elevando o regicídio paterno à categoria de sacrifício trágico: “A face esgazeada tecia um último desenho. O homem morria e o outro olhava. A mulher veio, também apreciar. [...]. Tomou ela a mão do sobrevivente, como se lhe dissesse, vamos agora para meu quarto, você merece o que uma mulher reserva para os heróis.” (Piñon, 1966, p. 171).

Dessa forma, a mulher, portadora de um duplo estatuto simbólico – objeto de desejo e guardiã das interdições arcaicas – convoca o herdeiro vitorioso a um último colóquio, instaurando, na esteira do desfecho fatídico, um instante de confrontação psíquica no qual o vencedor, exaurido e conspurcado pelo espectro do ato cometido, vê-se diante do peso inescapável de sua própria condição. O saldo desse embate funesto, destituído de qualquer resquício de glória e ressoando como um troféu maculado, revela-se menos uma insígnia de supremacia do que um vestígio da ruína que se abate sobre aquele que, na voragem de suplantar a autoridade ancestral, descobre-se aprisionado nos mesmos círculos que intentara romper: “Grande e desorganizado o quarto da mulher, só a cama recebia cuidados. Logo pôs-se nua, sôfrega e objetiva, o homem pensou, se possuo esta mulher eu vendo o homem que acabei de matar por ela.” (Piñon, 1966, p. 172). Tal qual o senhor primevo da horda, cuja potestade atinge o auge não em vida, mas na apoteose de sua violenta supressão pelas mãos filiais – momento em que sua presença converte-se em interdito e herança psíquica implacável –, o herdeiro sobrevivente vê-se capturado em uma cadeia inescapável de mimetismos e identificações que o afastam da sonhada soberania e o aprisionam em um ciclo inexorável de repetições, no qual a sombra do patriarca, ao invés de ser dissipada, ressurge com vigor intensificado, transfigurada em interdição internalizada e culpa corrosiva.

Em “Cantata”, conforme análise precedente, a narrativa se edifica sobre a interdição paterna e a impossibilidade de satisfação do desejo, orientando-se pelo interdito edípico e

convertendo a frustração na força motriz da economia psíquica. Já em *Bravura*, a estrutura desloca-se para um território onde o conflito se consuma, e a ruptura violenta se impõe como artifício ilusório de emancipação, conduzindo o herdeiro de volta ao domínio implacável da interdição. No primeiro conto, a pulsão organiza-se pela renúncia e pelo cerco simbólico que restringe as incursões do filho: o desejo interditado não se dissipa, mas persiste sob a forma de força recalcada, incidindo sobre a subjetividade do narrador de maneira oblíqua. O interdito não se dissolve nem se desfaz; perpetua-se e se reinscreve ininterruptamente, nutrindo-se da própria impossibilidade e consolidando-se em um circuito psíquico de resignação. A presença do pai não se enfraquece com o tempo ou com a ausência, entranhando-se na consciência do filho como princípio absoluto, regulando seus impulsos e definindo os contornos do desejável. O parricídio converte-se em rito de incorporação, no qual o descendente – que, no ímpeto do confronto, almejava erradicar a figura paterna e instaurar sua supremacia – descobre-se, ao final, não soberano de si, mas reflexo daquele que tentou aniquilar. Aquele que empunhou a lâmina contra o pai percebe, atônito, que a tentativa de suprimir sua autoridade resultou em captura no jogo do simbólico, tornando-o prolongamento do tirano suprimido. A força patriarcal, mesmo na morte, revisa-se e se amplia, redimensionada nos moldes da interdição e da culpa. Seu espectro paira sobre o herdeiro como presença inevitável, conduzindo-o à repetição dos mesmos gestos e condenando-o à execução de um desígnio irrevogável, onde a transgressão resvala na submissão e a suposta conquista se revela quimérica. O órfão do poder, em vez de romper com a herança paterna, torna-se seu guardião mais fiel, pois é na reiteração do gesto violento que a ordem interditória se reafirma, perpetuando o ciclo implacável sobre o qual se edifica a civilização, ancorada no sacrifício do fundador e na perpetuação de sua sombra: “E percebeu que só a desejara a partir do instante em que o homem morto a cortejou. E teve medo de se deixar prender por uma estranha rede de imitação, em que se perde virtudes e excelências. [...] imitava das artes dos outros homens.” (Piñon, 1966, p. 172).

Em “Bravura”, dá-se a deflagração do interdito sob a forma de parricídio: o filho, diferentemente do primeiro narrador, não se resigna à fantasmagoria da renúncia, mas investe na realização do desejo supremo de aniquilar o pai, apenas para se ver tragado pela sombra que retorna sob outra configuração. O crime não instaura liberdade, reorganiza a ordem simbólica e intensifica a condenação psíquica. A interdição não se desfaz com o ato violento; assume novos contornos, transfigurando-se em culpa e instaurando um ciclo inquebrantável de repetições – a força do verbo piñoniano reside precisamente nesse esgarçamento da transmissão psíquica. Em “Cantata”, a marca transgeracional se impõe pela introjeção da interdição como matriz estruturante, que inscreve o desejo no campo da ausência e da frustração. Já em

“Bravura”, a transmissão sutura por via mais incisiva: o herdeiro, ao tentar obliterar a figura paterna, descobre-se prisioneiro de uma dinâmica reiterativa, na qual a violência não instaura um novo horizonte, perpetuando a hegemonia do interdito sob novo semblante. Ambas as construções assentam-se sobre um jogo de forças entre desejo, lei e herança psíquica. Se em “Cantata” a castração paterna funda a subjetividade do narrador no regime da impossibilidade, em “Bravura”, a tentativa de usurpar o lugar do patriarca revela-se armadilha, pois a ordem simbólica se reinscreve com vigor implacável sob a forma de interdito assimilado. Essa dinâmica – que articula interdição e desejo, frustração e transgressão – constitui a chave da literatura pinoniana, na qual a herança psíquica, encenada em sob profusos semblantes, perpetua-se em um circuito de angústia e fascínio, traçando um destino do qual não há escapatória.

Imerso nas chamas abrasadoras do desejo irrefreável, o herdeiro, em “Cantata”, ainda arquejante após o embate que o elevou à condição de único remanescente da contenda edípica, dirige-se à mulher – figura simultaneamente objeto e testemunha da tragédia consumada – para proferir uma interrogação que, embora enunciada com o propósito aparente de nomear o corpo inerte, contém, em sua essência, um movimento psíquico insondável: “Não aguentando dirigiu-se à mulher: – Qual é o nome daquele homem? Mantinha a indiferença para esses casos, que não se percebesse a nova estima que o dominava, e que haveria de capturá-lo numa armadilha.” (Piñon, 1966, p. 174). Nesse instante exíguo, em que a brutalidade do real se converte em lembrança indelével, como uma inscrição traumática cravada nas camadas subterrâneas do psiquismo, manifesta-se, de maneira irreversível, o retorno dilacerante do ato parricida, que se transforma em uma sentença inescapável de sujeição ao interdito instaurado pelo próprio perpetrador. O gesto derradeiro, consumado sob a égide de um ímpeto de usurpação e domínio, reaparece no espírito do agente como uma sombra, uma presença incessante que ultrapassa a degradação da carne e se impõe com violência no campo da memória e do simbólico, aprisionando-o em um juízo ininterrupto, regido pelas instâncias implacáveis que ordenam a cultura e seus interditos inexoráveis. No ápice desse momento liminar, quando a vitória filial deveria consolidar-se como o marco inaugural de sua soberania irrefutável, a evocação do nome paterno transtorna os desígnios da contenda, pois ao nomear, reanima; ao enunciar, restabelece; ao recordar, submete-se inadvertidamente à ordem irrevogável do interdito rudimentar.

O nome do pai, esse signo impregnado de autoridade e reminiscência, arrebata-o num torvelinho de angústia, enclausurando-o em um domínio de aflição onde a culpa não se exprime por meio de palavras, mas se impõe pela inexorabilidade de sua presença, compelindo-o, ainda que de maneira insciente, a inclinar-se diante das normas inflexíveis que desde tempos remotos

sustentam a ordenação da sociedade e a regulação dos desejos proscritos: “Compreendeu a sua maneira de recusar a culpa que tentara dividir com ela. A partir daqueles instantes o nome do homem o envolveu, e era o remorso assim manifestando-se sempre que vacilante viesse a refletir.” (Piñon, 1966, p. 174). Assim, nas dobras do enigma edípico, a culpa impressa persiste como vínculo inquebrantável, perpetuando-se além das fronteiras da memória e repercutindo como ressonância sombria na trajetória do sobrevivente. Essa transmissão psíquica, por sua vez, concretiza-se através de um processo sofisticado de identificação com os modelos parentais incrustados na narrativa da história individual de cada sujeito, bem como pela força normativa que permeia o grupo familiar e a estrutura que o sustenta. Dessa forma, ao postular que o inconsciente se constitui a partir de heranças psíquicas transmitidas entre gerações desde a aurora da civilização, Freud apresenta os tabus primordiais – a saber, os interditos do incesto e do parricídio – como paradigmas dessas transmissões que fundamentam tanto o pacto cultural quanto a vida psíquica inconsciente:

> [...] nenhuma geração é capaz de esconder eventos psíquicos relevantes daquela que a sucede. Pois a psicanálise nos ensina que cada qual possui, em sua atividade mental inconsciente, um aparelho que lhe permite interpretar as reações das outras pessoas, isto é, desfazer as deformações que o outro realizou na expressão de seus sentimentos. Por essa via de compreensão inconsciente de todos os costumes, cerimônias e estatutos deixados pela relação original com o pai primevo, também as gerações posteriores podem ter assumido esta herança afetiva (Freud, 2012 [1912-1913], p. 155).

As interdições inaugurais, a transmissão do interdito e da culpa, oriundas do arcabouço mitológico, atuam como legado estruturante – e, ao mesmo tempo, aflitivo – da cultura e das disposições psíquicas do sujeito. Neste manuscrito, a propagação psíquica é examinada sob a perspectiva do parricídio fundante, pois todos os descendentes, partícipes do assassinato originário e do subsequente banquete, herdariam um sentimento de culpa e um ideal, uma vez que a incorporação ao processo civilizacional e a dissolução das amarras edípicas implicariam na adoção do interdito do incesto. Como atesta o subtítulo de sua obra – ‘alguns pontos de concordância entre a vida mental dos selvagens e dos neuróticos’ –, Freud demonstra que somos depositários do crime contra o pai e, por conseguinte, também devedores da culpa inconsciente, cristalizada e retransmitida ao longo das gerações, por meio do totem do progenitor aniquilado, ou seja, de sua imagem espectral: “O morto tornou-se mais forte do que havia sido o vivo; tudo como ainda hoje vemos nos destinos humanos. Aquilo que antes ele impedira com sua existência eles proibiram então a si mesmos, na situação psíquica da ‘obediência a posteriori’ [...]” (Freud, 2012 [1912-1913], p. 141). A partir desse cumprimento diferido do imperativo

parental, engendrado pelo sentimento inconsciente de culpa, Freud delineia a noção de atemporalidade do inconsciente e demonstra que, somente após a queda do patriarca primevo, o sujeito pode elaborar sua posição na malha genealógica; em termos freudianos, apenas pelo homicídio inaugural o desejo do pai foi introjetado como legado nos descendentes.

Trata-se de uma absorção que vai além da repetição do espólio psíquico, pois implica reformulação e elaboração singular a partir daquilo que foi transmitido. Freud antecipa, assim, a concepção contemporânea de transmissão intergeracional: "[...] herança de disposições psíquicas, que, porém, necessitam de determinados ensejos na vida individual para se tornarem efetivas. Tal pode ser o significado das palavras do poeta [Goethe]: 'O que herdaste de teus pais, conquista-o, para que o possuas.'" (Freud, 2012 [1912-1913], p. 154-155). Se, na horda primitiva, o mestre vienense assinala que o aniquilamento do patriarca representou a transição da humanidade da esfera natural à ordem simbólica, no registro subjetivo, também se exige que as figuras onipotentes sejam desinvestidas para que o sujeito possa inscrever-se na cadeia do significante – o modelo ontogenético reencena, involuntariamente, o filogenético. Dessa forma, mesmo que a dinâmica repressora esteja instituída, algo do passado insiste e se infiltra no presente; nenhuma transmissão ocorre sem vestígios, pois a herança psíquica segue um curso descontínuo, desenvolvendo-se por meio de camadas intervaladas por rupturas e lapsos. Traços residuais do pretérito podem condensar a memória de uma emoção ou de uma imagem psíquica, adquirindo trajetórias próprias no inconsciente e preservando sua força atuante, mesmo quando recalcados. Na antiguidade longínqua, artefatos esquecidos repousam envoltos em enigmas, vestígios de elaborações cuja simbolização permaneceu incompleta. Ainda que Freud reconheça o caráter especulativo de suas formulações filogenéticas, sua investigação ilumina aspectos essenciais da transmissão psíquica e de sua inscrição no psiquismo coletivo. A dinâmica temporal da herança afasta-se de um percurso retilíneo, pois a perpetuação psíquica frequentemente assume feição descontínua, cíclica e pontuada por silenciamentos, descontinuidades e retornos (Tozatto, 2004). Sob essa lógica, as reminiscências da culpa arcaica reorganizam-se e encontram novos modos de manifestação na trama do inconsciente, onde preservam sua dinamicidade e efeito estruturante, ainda que submersas no recalque:

> Se os processos psíquicos não continuassem de uma geração para a seguinte, se cada uma tivesse que adquirir de novo seu posicionamento ante a vida, não haveria progresso nesse campo e quase nenhum desenvolvimento. Então surgem duas novas questões: o quanto pode ser atribuído à continuidade psíquica na sequência de gerações, e de quais meios e caminhos serve-se uma geração para transmitir à geração seguinte os seus estados psíquicos (Freud, 2012 [1912-1913], p. 154).

A mensagem filogenética, imersa nas fantasias primordiais, ressurge com vigor, reanimada pela experiência infantil, que, por seu turno, instaura a revivescência de traumas subjacentes que marcaram os primórdios da subjetividade. Enraizada nos confins da ancestralidade, essa mensagem adquire uma complexidade que desafia a consciência, pois ultrapassa as fronteiras do tempo, mantendo-se íntegra, latente, aguardando ser reativada na vivência de cada descendente. Nesse jogo de forças entre o passado remoto e o presente singular, o indivíduo, alheio às correntes invisíveis que o impulsionam e conformam, encontra-se aprisionado. A travessia psicológica, atravessando séculos e propagando-se através das gerações, evidencia a contínua reanimação de traumas e fantasias arcaicas, cuja influência subterrânea persiste na arquitetura psíquica. A cada nova existência, resquícios de vivências originárias são exumados, como vestígios psíquicos emergindo do substrato da memória, prontos para orientar a trajetória do sujeito pelas mutações da existência. Assim, nesse ciclo incessante de transmissão e renovação, a mensagem filogenética se impõe como um testemunho indelével da herança psicológica que atravessa os tempos, incólume às transformações da história.

Nos albores da humanidade, delineia-se uma narrativa inaugural, um enredo no qual a gênese se encerrava em seu próprio ato; contudo, com o avançar das civilizações, esse suporte se expandiu em um labirinto de sintomas, tormentos e padecimentos – todos se encadeando como destroços de predisposições psíquicas ancestrais. Nos primórdios, assistia-se à irrupção da inibição; posteriormente, o sintoma e a angústia assumiram posição central na experiência individual e coletiva (Pennacchi; Thorstensen, 2022). Na densa armadura das gerações sucessivas, imprime-se uma herança de disposições psíquicas cuja ativação impele o sujeito a acolhê-las, inscrevendo-as em sua própria narrativa existencial. Entretanto, a transmissão não se detém na esfera intrapsíquica, expandindo-se para o domínio intersubjetivo e familiar, enraizado em um aparato mental inconsciente, compartilhado ao longo das linhagens, permitindo a decifração recíproca dos processos mentais. Esse substrato psíquico, peça fundamental nesse emolduramento, apresenta-se, inicialmente, vinculado à realidade interna, distanciando-se de qualquer determinação orgânica ao situar-se no campo das neuroses. Na confluência do desenvolvimento individual e da memória primal, evidencia-se a recorrência de vestígios mnêmicos – outrora recalcados – que, à luz da concepção freudiana, configuram marcas inapagáveis, inexoravelmente impressas na psique pessoal e familiar. Em síntese, em *Totem e Tabu*, o fundador da psicanálise concebe uma mente coletiva ou, segundo Kaës (2017), um dispositivo psíquico grupal, além de desenvolver a ideia da continuidade da vida mental

estruturada pela transmissão dos interditos, do crime e das normativas culturais. A interdição do incesto e a proibição do sacrifício do animal totêmico funcionam como princípios organizadores da civilização e da constituição subjetiva – transmitidas de geração em geração, as normas instauradas pelos antepassados tecem os vínculos sociais e, compenetradas ao sentimento de culpa, alimentam o sofrimento neurótico, herdeiro das transgressões originárias.

No *Livro das Horas* (2014), de Nélida Piñon, a construção memorialística do narrador-personagem assenta-se sobre um alicerce transgeracional, em que as vozes ancestrais, distantes e persistentes, contagiam na subjetividade dos descendentes. A filiação ao passado manifesta-se não como um exercício de nostalgia, mas como a consciência de uma dívida ontológica para com aqueles que vieram antes, conforme expresso no testemunho: "Recordo os do meu sangue que peregrinaram pela terra antes de mim. Por força deles, não sou iconoclasta em matéria tão preciosa." (Piñon, 2014, p. 170). A reverência filial que perpassa o discurso do narrador preserva a memória dos mortos e reafirma a continuidade dos vínculos que desafiam a ação do tempo, inscrevendo a linhagem em um pacto de permanência. Sob o olhar atento da personagem, a herança imaterial legada pelos antepassados não se fixa em reminiscências dispersas, mas adquire corpo como um arcabouço simbólico transmitido nas assembleias familiares, no compartilhar de alegrias e na preservação de gestos cerimoniais: "Acatar os gestos que transcendem e sancionam hierarquias nem sempre explícitas." (Piñon, 2014, p. 107). O passado, em sua força atuante, impõe-se como elemento estruturante da subjetividade e da ordem coletiva, perpetuando-se nas tradições que moldam a identidade dos sucessores. Nesse panorama, a literatura de Piñon singulariza-se ao conferir à transmissão transgeracional um duplo movimento: se, por um lado, a memória assegura uma permanência, por outro, confronta-se com o esfacelamento imposto pelo tempo e pelas transformações socioculturais. A personagem lamenta a desagregação dos laços outrora sólidos, testemunhando a fragmentação da estrutura familiar e o abandono do patrimônio simbólico: "[...] pranteio as mudanças que afetaram aos poucos a cultura familiar, destruíram as paredes da antiga casa dos avós, dividindo o tronco familiar a pretexto de criar outras tribos." (Piñon, 2014, p. 109). O embate entre tradição e modernidade revela a instabilidade do repositório, ora resguardado com devoção, ora desgastado pelas forças da renovação.

Além da preservação da memória e da inquietação diante de seu declínio, a obra de Piñon apresenta outra faceta da transmissão entre gerações: a construção de uma subjetividade que se reconhece simultaneamente herdeira e agente de uma releitura do passado. Se, em um primeiro momento, o narrador-personagem se percebe guardião de um patrimônio intocado, em outro, compreende que a herança não se perpetua em estado puro, mas ressignificada pelo olhar

de cada época. Esse movimento de apropriação e transformação evidencia que a transmissão cultural não se dá por repetição mecânica, mas pela constante recriação dos signos patrimoniais, oscilando entre conservação e reinvenção. Dessa forma, a literatura de Nélida Piñon elabora a memória como elo identitário e exprime a complexidade do fluxo transgeracional, sustentado pela força das tradições e exposto às fissuras impostas pelas novas conjunturas históricas. O narrador-personagem, ao mesmo tempo que se entrega à solenidade do passado, interroga seu destino, alternando-se entre veneração e melancolia.

Se, em *Livro das Horas*, o narrador-personagem se percebe atravessado por um legado que o antecede e se impõe como marca indelével, Freud, em *Introdução ao narcisismo* (1914), aprofunda essa reflexão ao examinar a forma como os ideais, aspirações e desejos não realizados dos ancestrais se projetam na descendência. O sentido de continuidade, tão central na obra de Piñon, ganha contornos psíquicos na teoria freudiana, na qual a criança não apenas recebe um patrimônio afetivo e cultural, mas também se vê investida de expectativas que a ultrapassam, sendo transformada em depositária dos anseios e frustrações parentais. À primeira vista, a configuração do espaço de 'majestade' – sua majestade, o bebê – pode sugerir um domínio absoluto conferido à criança, imerso na atmosfera glorificante do próprio narcisismo. Contudo, esse trono se configura como concessão dos genitores, os quais, partícipes desse universo simbólico, nele projetam anseios e desígnios íntimos. Nesse panorama, a criança converte-se no receptáculo onde se inscreve um ideal absoluto, enquanto qualquer traço de imperfeição é obstinadamente obliterado. O infante torna-se, assim, a personificação dos anelos parentais, assumindo a forma de um espelho onde se refletem expectativas e projeções. No cerne dessa dinâmica, sob a ótica das gerações anteriores, a descendência surge como a materialização das aspirações interrompidas, a corporificação dos desígnios que permaneceram latentes. Em suma, os progenitores, ao atribuírem à prole o papel de depositário e continuador, investem-na da responsabilidade de encarnar a imagem idealizada de um futuro concebido como prolongamento dos próprios sonhos. Dessa maneira, desde os primórdios da existência, a criança é imbuída da missão desmedida de sustentar as ambições de uma estirpe que, ao projetar sobre ela suas expectativas, transfere-lhe a carga simbólica de uma história que se quer perpetuada:

> Quando vemos a atitude terna de muitos pais para com seus filhos, temos de reconhecê-la como revivescência e reprodução do seu próprio narcisismo há muito abandonado. Como todos sabem, a nítida marca da superestimação, que já na escolha de objeto apreciamos como estigma narcísico, domina essa relação afetiva. Os pais são levados a atribuir à criança todas as perfeições – que um observador neutro nelas não encontraria – e a ocultar e esquecer todos os defeitos, algo que se relaciona, aliás, com a negação da sexualidade infantil.

> As coisas devem ser melhores para a criança do que foram para seus pais, ela não deve estar sujeita às necessidades que reconhecemos como dominantes na vida (Freud, 2010 [1914], p. 21)

O destinatário do legado hereditário defronta-se com um dilema existencial, oscilando entre a condição de entidade dotada de finalidade própria e a obrigação de figurar como elemento condutor no fluxo intersubjetivo ao qual se acha vinculado: "O indivíduo tem de fato uma dupla existência, como fim em si mesmo e como elo de uma corrente, à qual serve contra – ou, de todo modo, sem – a sua vontade." (Freud, 2010 [1914], p. 22). No conto "Vida de estimação", parte da coletânea *Sala de Armas* (1973), de Nélida Piñon, o narrador sonda a possibilidade, própria às tramas insondáveis da convivência humana, de que, imerso na simbiose do corpo coletivo e nos meandros dos circuitos de transmissão instaurados no núcleo familiar, seja viável inculcar em uma outra espécie, diversa e arredia, os códigos e prescrições solidificadas no arcabouço da tradição: "Como se pode obrigar uma espécie estranha a assimilar hábitos, adotar normas, quando conservava, além da altivez, detalhes físicos da raça de que proviera." (Piñon, 1973, p. 37). Eis outro traço que singulariza o florilégio pinoniano na abordagem da família é o exame minucioso do seu caráter narcísico, perceptível na inclinação dos membros do clã a projetarem suas próprias imagens e ideais sobre os descendentes, convertendo a alteridade em um reflexo de si mesmos. A estrutura familiar revela-se como um mecanismo de perpetuação de padrões e dogmas, um dispositivo que reafirma continuamente sua mitologia interna. Esse processo extrapola as interações entre humanos e alcança o simbolismo da criação e da domesticação, como no conto, em que o animal se converte em receptáculo das expectativas projetadas pelos que o cercam. A narrativa de Piñon desvela a conformação das subjetividades dentro da dinâmica familiar como um jogo especular, no qual a identidade do outro se dilui em função do desejo daqueles que detêm o poder de nomear, definir e inscrever os destinos alheios. Trata-se da capacidade daqueles que orbitam em torno da infância de imprimir, por meio de projeção narcísica, insígnias que persistem como herança cultural no cerne da linhagem. Esse empreendimento, pautado pela urgência de direcionar, mediante vias ora tumultuadas, ora amenas, a formação infantil segundo preceitos ancestrais, configura um espaço onde os tutores, imbuídos de suas próprias aspirações e carências, moldam a identidade emergente sob a insígnia dos valores transmitidos por seus predecessores.

Nessa conjuntura, efetiva-se a perpetuação de esquemas psíquicos, englobando representações, afetos e devaneios, todos impregnados de suas interconexões, além das estruturas de vínculos objetais. Determinados integrantes da parentela, situados na precedência geracional em relação ao beneficiário desse acervo simbólico, detêm o poder de mantê-lo

circunscrito a uma elaborada rede de investimentos, estabelecendo refinados sinais de validação, delimitando espaços específicos, exibindo objetos vinculados à satisfação, fornecendo instrumentos de amparo e defesa, traçando itinerários para a realização de seus desígnios e erigindo balizas reguladoras de sua ação. São esses vetores que sustentam a repressão de certos conteúdos, a dissolução de afetos e a abdicação de pulsões no herdeiro designado – assume a condição de nomeado, figurado e posicionado consoante as diretrizes enunciadas pelos detentores dos interditos e aspirações coletivas. Carregando um estatuto inconsciente, essas representações e seus afetos adjacentes desempenham função determinante na conformação das dinâmicas psíquicas dos membros da constelação familiar, cristalizando, por exemplo, a imagem do filho claudicante, do patriarca aureolado pela reverência heroica ou do tio inclinado a rompantes de exasperação. Tais matrizes simbólicas, acompanhadas por suas formações embrionárias e respectivos afetos, evidenciam-se de forma contínua no discurso e nas interações emocionais reiteradas dentro da parentela, destacando-se com especial nitidez nos ritos comunicativos do cotidiano. O vasto entrecho de determinações, edificado ao longo de uma linhagem temporal remota, favorece a cristalização de certos conteúdos, e o sujeito, ao ser inserido nesse mosaico, experimenta uma erosão do desejo próprio, padecendo a perda progressiva de sua autonomia, o esvaecimento do senso crítico-intelectual, a desestabilização da esfera afetiva e a diluição de sua incidência no mundo:

> [...] Ela deve concretizar os sonhos não realizados de seus pais, tornar-se um grande homem ou herói no lugar do pai, desposar um príncipe como tardia compensação para a mãe. No ponto mais delicado do sistema narcísico, a imortalidade do Eu, tão duramente acossada pela realidade, a segurança é obtida refugiando-se na criança. O amor dos pais, comovente e no fundo tão infantil, não é outra coisa senão o narcisismo dos pais renascido, que na sua transformação em amor objetal revela inconfundivelmente a sua natureza de outrora (Freud, 2010 [1914], p. 21).

Do ângulo do bebê, não se delineia uma identidade propriamente dita, mas uma configuração antecipada, forjada no discurso e nas projeções dos progenitores a seu respeito. Esse contorno preexistente adquire relevo na constituição da subjetividade infantil e na conformação de seu percurso, pois a primeira estruturação do eu, ainda incipiente, coincide com a elaboração de uma imagem rudimentar do próprio corpo, resultante do forte investimento parental, em um jogo denso de reconhecimento e incorporação. Freud, aliás, sublinhou a presença de enunciados de natureza premonitória, ou seja, formulações que atribuem um lugar e instauram coordenadas simbólicas no fluxo da transmissão. O infante é assim alçado à condição de depositário múltiplo, responsável por carregar aspirações e anseios não

concretizados, cabendo-lhe, por consequência, o encargo de conferir significado e ordem a essas forças que o precedem. Cada sujeito se inscreve como um elo nessa cadeia de transmissão psíquica, atuando como vetor de um movimento narcisístico, pelo qual se torna herdeiro de um haver simbólico. O narcisismo primordial da criança pode ser compreendido, nesse viés, como a manifestação de um ideal de onipotência projetado pelos pais. Assim, estrutura-se um processo de engendramento intersubjetivo da psique, delineando o que se convencionou chamar de eixo narcísico de transmissão, operante de maneira contínua e subjacente na configuração do desejo parental, incidindo, de modo favorável ou adverso, sobre o reconhecimento da alteridade do filho. Esse eixo se perpetua ao longo das gerações, seja pela via dos avós aos pais, seja destes aos descendentes, tecendo as conexões que, em grande medida, encontram sustentação no narcisismo (Tozatto, 2004). Os genitores exercem uma habilidade singular ao atribuir, de maneira quase compulsiva, toda sorte de virtudes à prole, enquanto silenciam ou relegam ao esquecimento as falhas e as limitações. Esse mecanismo busca, de forma deliberada, atenuar as dores atinentes às frustrações que o patrimônio familiar, nem sempre assumido em sua totalidade, impõe. Eis, nesse movimento, a quarta ferida narcísica: a marca genealógica, que inscreve o desejo individual em um encadeamento de transmissão psíquica no seio familiar.

No conto “Soma de Acertos”, parte da coletânea *Uma Furtiva Lágrima* (2019), Nélida Piñon revisita a questão da transmissão psíquica entre gerações sob a ótica das projeções narcísicas que perpassam os vínculos familiares. Diferentemente de outras narrativas da autora, que exaltam a filiação à memória e à perpetuação do patrimônio simbólico, este conto inscreve-se no domínio da alienação subjetiva engendrada pelo desejo parental. O narrador-personagem percebe-se imerso em uma construção psíquica anterior à própria existência, sendo investido de expectativas e desígnios moldados no imaginário dos progenitores. A criação surge como um tabuleiro de sucessos e fracassos ordenado pelos que o precederam: “A criação é a soma de acertos e desacertos da utopia humana.” (Piñon, 2019, p. 43). Nesse contexto, a transmissão adquire contornos menos vinculados à reverência pelas origens e mais à imposição de um ideal que cerceia a liberdade do indivíduo. A psicanálise fornece uma chave interpretativa precisa para essa dinâmica ao iluminar a problemática do narcisismo parental, conceito explorado por teóricas como Janine Chasseguet-Smirgel e Haydée Faimberg. A interiorização de valores e aspirações pelos descendentes insere-se no mecanismo do narcisismo da filiação, em que a prole é convocada a dar forma às quimeras inacabadas dos antecessores, tornando-se depositária de suas carências e projetos interrompidos. A subjetividade do herdeiro forja-se como prolongamento da vontade dos predecessores, que projetam sobre ele um desejo já delineado:

“Nascidos para sonhar o impossível, persegue-nos o descrédito de sermos incapazes de depurar a espécie humana, que é a verdadeira maldição de Caim.” (Piñon, 2019, p. 42).

A singularidade desse conto na obra de Piñon manifesta-se na maneira como desloca a concepção da transmissão entre gerações do campo da memória para a esfera do desejo parental antecipatório, instaurando um paradigma em que o passado se cristaliza como imposição inconsciente. O narrador sente-se coagido a habitar um espaço simbólico que não lhe pertence plenamente, uma cartografia psíquica já esboçada antes mesmo de sua chegada ao mundo. Se, em narrativas como as reunidas em *O Livro das Horas* (2014), a continuidade dos laços familiares é celebrada, aqui ela se revela uma engrenagem opressiva, uma maquinaria que tensiona a autonomia individual ao sobrepor-se como destino incontestável. A especificidade dessa construção narrativa também se evidencia na forma como articula o embate entre a perenidade dos valores herdados e a busca por uma identidade reconfigurada. O narrador, embora inicialmente subjugado ao arcabouço que lhe foi transmitido, reconhece a necessidade de ruptura e de reinscrição da própria trajetória: “Valores inculcados inicialmente como se outros pensassem por mim e não me dessem margem para contestá-los, ou retificar suas vigências. Logo aprendi que alguns deles cabia-me alterar, e a outros modernizar.” (Piñon, 2019, p. 43). Esse trecho evoca a tensão entre a fixidez dos ideais recebidos e a plasticidade da subjetividade em permanente reconstrução, num movimento que encontra paralelo na teorização freudiana sobre a neurose de destino, fenômeno em que padrões psíquicos são perpetuados sem plena consciência por aqueles que os transmitem.

Outro aspecto que diferencia “Soma de Acertos” de outras narrativas de Piñon é sua abordagem da dimensão sacrificial inerente à tentativa de romper com o legado parental. O narrador percebe-se cativo de um repertório simbólico herdado e experimenta o peso afetivo de qualquer tentativa de emancipação. Abdicar dos valores recebidos significa, em certa medida, atentar contra a ordem que o precedeu, traindo os ancestrais que o moldaram: “Eram valores que tinham a marca da permanência, difíceis portanto de renunciar. Seria como abdicar da cruz do Cristo, dos prantos vindos dos que se sacrificaram no mundo ancestral por suas crenças e pela alvorada civilizatória dos homens.” (Piñon, 2019, p. 43). A evocação da cruz e do sacrifício confere à narrativa uma tonalidade litúrgica, sugerindo que transgredir a herança narcísica acarreta um ônus emocional marcado pela culpa e pelo sofrimento. Dentro desse panorama, a coletânea *Uma Furtiva Lágrima* ressoa, no conto “Destino”, essa problemática sob uma perspectiva mais alentadora. Se “Soma de Acertos” enfatiza o peso asfixiante das expectativas familiares, “Destino” sugere que a individualidade encontra brechas para afirmar-se mesmo sob o peso da herança: “Cada qual é senhora do seu destino. Forja a sequência de seus dias. A

experiência alheia não é um legado transmissível." (Piñon, 2019, p. 54). Dessa forma, a obra de Piñon indica que a transmissão entre gerações comporta fissuras por onde o sujeito pode se insinuar, ainda que essa emancipação se processe sob o incessante tensionamento entre pertencimento e autonomia.

Em *As pulsões e seus destinos* (1915), Freud, em suas exegeses, exorta a compreensão de que a ambivalência pulsional se configura como um acervo oriundo de tempos primevos. Nesse cenário, a moralidade e a cultura se erigem como instâncias axiológicas que disciplinam essa complexa arquitetura anímica, a qual, em sua pluridimensionalidade, se consagra na busca irrefreável pela saciedade. O seio doméstico, lócus de confluência afetiva, assoma como território propício à emersão dessa engrenagem psíquica. A linhagem parental, portadora de ressonâncias edípicas, estabelece-se como domínio fecundo para a elaboração e depuração desse arcabouço pulsional, fincando raízes na trajetória emocional do sujeito e na malha genealógica: "[...] o indivíduo é um apêndice provisório e passageiro do plasma germinativo quase imortal, que lhe foi confiado pela geração." (Freud, 2010a [1915], p. 42). A transmissão pulsional, oriunda de antanho, manifesta-se como substrato que transpassa os processos de subjetivação. A moralidade e a cultura, enquanto vetores normativos e estruturantes, desempenham papel determinante na tentativa de sublimar e reorganizar essas volições anímicas, procurando integrá-las ao concerto das interdições sociais. O núcleo familiar destaca-se como o laboratório onde se processa o recondicionamento psíquico, imprimindo vestígios indeléveis na edificação da identidade e na conformação subjetiva, ao entrelaçar o legado arcaico com as imposições da contemporaneidade. No escopo da metapsicologia, o décimo segundo ensaio freudiano, *Visão de conjunto das neuroses de transferência* (1987 [1915]), revisita a filogênese e a ressonância de uma mitologia ancestral que perpassa a história da humanidade, delineando uma conformação primordial que excede os confins da apreensão racional. A presença desse lastro arcaico insinua um entrecruzamento psíquico que antecipa e molda a experiência subjetiva, alinhavando-se às narrativas coletivas e individuais que estruturam a psique humana.

No interregno em que a psicanálise urdia seus alicerces conceituais, no ocaso do século XIX, as elaborações concernentes à experiência primeva da humanidade foram intensamente perpassadas pela reverberação da publicação d'*A Origem das Espécies* (1859), de Charles Darwin. A averiguação da progressão ontogenética das formas de vida impôs-se como vetor ineludível para os que almejavam descortinar os fundamentos e determinantes da existência. Desse modo, as feições singulares da espécie passaram a ser compreendidas sob a ótica de uma progressão evolutiva cujas incidências se projetavam diretamente sobre as expressões

contemporâneas. Nesse panorama, a concepção de herança psíquica foi minuciosamente arquitetada por Sigmund Freud em confluência com Sándor Ferenczi, em uma conjuntura na qual ambos, respaldados pela teoria biológica de Jean-Baptiste Lamarck, sustentavam, com veemência, a perpetuação das configurações fantasmáticas. Erigiram, desse modo, uma tessitura teórica de índole metabiológica, ou seja, um arcabouço discursivo que compatibilizava postulados psicanalíticos e biológicos, no qual foram engendradas proposições de vastíssima ressonância para a elucidação dos mecanismos subjacentes à transmissão psíquica inconsciente: "legítimo supor que as neuroses também devem testemunhar a história do desenvolvimento mental da humanidade." (Freud, 1987 [1915], p. 72). Nessa engrenagem conceitual, o legado arcaico da espécie se desvela como substrato inescrutável, projetando-se sobre a subjetividade e impondo intricados desafios à apreensão individual. É nesse domínio especulativo que a filogenética finca suas balizas, debruçando-se sobre os mitos primevos que revitalizam o sujeito, ao passo que o perturbam em sua disposição identitária. Não por acaso, em *Considerações atuais sobre a guerra e a morte* (2010b [1915]), Freud declara:

> As pessoas que hoje vêm ao mundo trazem consigo, como organização herdada, alguma tendência (predisposição) para transformar os instintos egoístas em sociais, à qual bastam leves incitamentos para realizar essa transformação. Outra parcela dessa transformação instintual tem que ser efetuada na vida mesma. Desse modo, o ser individual se encontra não apenas sob o influxo do seu meio cultural presente, mas está sujeito também à influência da história cultural de seus antepassados (Freud, 2010b [1915], p. 138).

Na tessitura da constituição psíquica, o notável caso do Homem dos Lobos resplandece como paradigma das fantasias arcaicas na conformação da subjetividade, erigindo-se em alicerce para a elucidação dos meandros da transmissão psíquica. No sonho em que o paciente contempla a janela entreabrindo-se diante da silhueta espectral de uma árvore tomada por lobos, vislumbra-se a confluência de dois elementos fundamentais: de um lado, a cena primeva, na qual tais criaturas encarnam a visibilidade inquietante do coito parental; de outro, a iminência da castração inscrita no substrato dessa representação. O exame desse episódio adquire, pois, estatura exemplar na problematização da hipótese filogenética, na medida em que nele se enuncia, com clareza inédita, a concepção de um arcabouço psíquico anterior à individualidade e dotado de primazia sobre a biografia singular do sujeito. O pai real, nesse cenário, recebe a projeção de uma entidade severa e temível, reminiscente de um princípio divino castigador, que se sobrepõe à figura concreta e impõe ao jovem paciente uma reconfiguração psíquica orientada por padrões ancestrais. Ao escrutinar essa conjuntura, Freud destina reflexões à problemática

da transmissão das fantasias arcaicas, reiterando, à luz de formulações precedentes, que, se a herança psíquica se impõe como dado inegável, as injunções da infância exercem um papel preponderante na economia subjetiva. Consoante sua argumentação, a criança recorre ao repositório filogenético sempre que sua experiência direta se revela insuficiente, preenchendo as lacunas de sua constituição individual com fragmentos legados por gerações pretéritas, de modo que a evocação de reminiscências ancestrais assume o lugar de episódios efetivamente vivenciados. Ainda assim, o psicanalista alerta contra a precipitação em atribuir primazia à explicação filogenética antes de se esgotarem as possibilidades concernentes à ontogênese. Com isso, assinala a perenidade das fantasias herdadas, sobretudo no que concerne às cenas primárias, sem, contudo, obliterar o peso incontornável das vivências singulares e do percurso subjetivo na arquitetura do psiquismo:

> O que vemos na história primitiva da neurose é que a criança recorre a essa vivência filogenética, quando sua própria vivência não basta. [...] não vejo razão para obstinadamente negar à pré-história infantil a importância que de boa vontade se concede à pré-história ancestral; não posso ignorar que os motivos e produções filogenéticos carecem eles mesmos de elucidação, que em toda uma série de casos pode vir da infância individual, e por fim não me surpreendo se a manutenção das mesmas condições fizer ressurgir organicamente no indivíduo o que elas criaram em tempos pré-históricos e deixaram como predisposição para a reaquisição (Freud, 2010 [1918], p. 72).

Ademais, nesse célebre caso clínico, Freud ilumina as narrativas fabulares que envolveram a infância do paciente, descrito pelos familiares como uma criança pacata, de temperamento afável e facilmente manejável. Certo dia, no entanto, ao regressarem de um período de descanso, os pais o perceberam transfigurado, manifestando inquietação, irritabilidade e impulsos hostis, dirigidos, sobretudo, à governanta inglesa, figura sobre quem a mãe e a avó projetavam a gênese dessa reestruturação comportamental. O pai da psicanálise, contudo, sublinha que a governanta poderia representar apenas uma presença difusa no episódio de sedução e em suas efervescências. Convém inseri-la na constelação simbólica do paciente, uma vez que seu nome e sua imagem foram-lhe transmitidos pelos enunciados maternos e avunculares, imantados por uma força estruturante: no que concerne à mitologia doméstica, é na urdidura dos diálogos, dos gestos e das elipses que se edifica – e se encarcera – a subjetividade. “A avó perspicaz, que passara o verão com os garotos, era de opinião que a irritabilidade do menino havia sido provocada pelas disputas entre a inglesa e a babá. A inglesa havia muitas vezes chamado a babá de bruxa, obrigando-a a deixar o quarto [...]” (Freud, 2010 [1918], p. 13). A escuta, tanto no campo do ordinário quanto no das fantasias, inscreve o sujeito

em sendas deambulantes, num genealógico complexo respaldo, outorgando-lhe o estatuto de protagonista das sagas familiares, cujas façanhas, rastros e narrativas se perpetuam nas reminiscências dos progenitores, dos ascendentes e de toda a linhagem anterior. O discurso do clã, entremeado de signos arcaicos e gestos alusivos, compõe uma polifonia de afetos, na qual consonâncias e disrupções delineiam a arquitetura psíquica de cada indivíduo.

A compulsão à repetição configura-se como um dos eixos estruturantes do pensamento freudiano, expandindo sua influência ao se perscrutarem as dinâmicas familiares e os desdobramentos psíquicos que delas decorrem. Essa força inevitável impele os indivíduos a reiterarem matrizes comportamentais e enredos transmitidos ao longo das gerações, mesmo quando submetidos ao crivo da análise e revelados em sua natureza tormentosa. O retorno do recalcado, conforme delineado em *O infamiliar* (1919), manifesta-se na revivescência de elementos psíquicos suprimidos que, relegados aos recessos mais opacos da subjetividade, reaparecem e se fazem sentir no tecido das relações humanas. No universo doméstico, essa irrupção adquire um magnetismo peculiar, evidenciado na reaparição de embates não resolvidos e dilemas que, mesmo relegados ao passado, continuam a se impor com insistência: “Só há Unheimlich se houver repetição. O estranho é algo que retorna, algo que se repete, ao mesmo tempo em que se apresenta como diferente.” (Garcia-Roza, 1986, p. 24). A perpetuação dos embates domésticos, muitas vezes sem que os envolvidos tenham plena consciência das forças subterrâneas que os regem, estabelece-se como um mecanismo insidioso, reproduzindo padrões de modo quase automático. Essa reiteração pode, em níveis pouco acessíveis à consciência, carregar o intento de ressignificar laços originários e, por meio dessa tentativa, obter alguma forma de apaziguamento psíquico. No entanto, tal empreendimento frequentemente revela-se infrutífero, aprisionando os sujeitos em esquemas rígidos, marcados pela permanência do sofrimento incorporado à herança parental: “No inconsciente anímico, é possível, de fato, reconhecer-se o domínio de uma incessante compulsão à repetição das moções pulsionais [...] que é suficientemente forte para se impor ao princípio do prazer, conferindo um caráter demoníaco a certos aspectos da vida anímica [...]” (Freud, 2019a, p. 69-70).

Valores, doutrinas e modelos de conduta são perpetuados de uma geração à outra, consolidando formas de funcionamento psíquico que, mesmo dissonantes do bem-estar subjetivo, persistem como referenciais internalizados. Movidos por uma força que aciona fora do escopo da racionalização plena, os indivíduos repetem inconscientemente as disposições assimiladas na infância, mesmo quando isso significa reviver, como espectros de um passado ainda atuante, os impasses legados pela estrutura familiar. Os princípios enraizados nas tradições ancestrais mantêm-se vivos, reaparecendo sob múltiplas configurações e garantindo

tanto a continuidade quanto a fixação das disposições herdadas. O processo pelo qual essas diretrizes se perpetuam passa pela identificação com figuras parentais e pela incorporação de normas que regem o núcleo coletivo, delineando as estruturas que sustentam a organização psíquica e social ao longo das sucessivas gerações.

No conto "Breve flor", presente na coletânea *Tempo das frutas* (1966), de Nélida Piñon, observa-se a precariedade que se manifesta, sob um prisma metafórico, nas filigranas simbólicas da herança familiar, um peso psicológico e existencial que se impõe ao descendente, portador de um patrimônio que, ao invés de prover sustentação, desgasta e consome: "A sua inconsistência era de raça. A segura orientação do sangue." (Piñon, 1966, p. 49). Seguidor da ordem patriarcal, moldada sob a égide de mitos que se perpetuam, o filho cresce sob a influência materna, pois o pai, reduzido ao instante do ato gerador, se dissipa na ausência logo após o nascimento: "[...] e o filho crescia rápido e exagerado, a mulher hesitava diante da inovação daquele mundo que se desligara do seu ventre, marginal e operante. A luta parecia dura e brava. [...]. E se o menino imitava a mãe, era porque fazia-lhe bem a intimidade daquela cara [...]" (Piñon, 1966, p. 54). O conto evidencia um aspecto menos explorado na obra de Piñon: a transmissão psíquica como um movimento recíproco, um jogo de influências que ressoa na interioridade do filho – uma abordagem singular da transmissão psíquica, revelando um tratamento narrativo que se distancia das convenções mais recorrentes na estética da autora. A narrativa rompe com leituras fatalistas e amplia a compreensão da herança psíquica, que se configura como um processo dinâmico, capaz de ser reinterpretado e ressignificado. O desfecho do conto instaura a possibilidade de continuidade, onde o passado se refaz na experiência daquele que o carrega e o transforma.

Inserido nas tradições que se consolidam como um desígnio familiar, o protagonista se inscreve numa ordem pautada pela continuidade dos antepassados, submetendo-se a um esquema de valores que se perpetua e se impõe como força organizadora. A narrativa, ancorada na rigidez dos vínculos herdados, sugere um caráter de ritualidade e obediência a preceitos transmitidos através das gerações: "Admitiu outra vez a inconsistência da sua raça e riu compensada, ao encontro dos ancestrais." (Piñon, 1966, p. 55). O menino, antes alheio aos desdobramentos da existência, amadurece em convivência com a mãe, à medida que os anos recobrem sua figura materna com os sinais da velhice. No declínio da vitalidade, a presença materna se torna mais frágil, e o filho, agora vinculado ao dever do cuidado, refreia o ímpeto dos gestos e adapta seus movimentos, compondo uma dinâmica de respeito diante da transição que se impõe: "Caminhavam, o rapaz agora diminuindo o ímpeto dos seus passos, para que a

mãe não se desse conta da própria fraqueza e se envergonhasse, e que a idade já marcando seu rosto não se tornasse o único interesse dos dois." (Piñon, 1966, p. 57).

A responsabilidade de velar pela mãe ressoava como um dever sacralizado, inscrito nos alicerces dos preceitos familiares que prevaleciam. O filho, ainda que consumido por uma culpa que propala em trilhas sinuosas, convertia sua devoção em um ritual silencioso, estruturado em gestos minuciosos de cuidado. A sucessão dos dias impunha um compasso sereno, no qual a decadência física da matriarca se tornava uma certeza incontornável: "O rapaz transportava-a por todos os lados, no colo, como se faz com criança, para que apreciasse as variações da natureza e não se esquecesse que apesar dos defeitos ainda vivia." (Piñon, 1966, p. 58). Se outrora se encontrava sob a égide materna, inserido nos laços inquebrantáveis da linhagem, a iminência da morte redesenhava seu caminho, impelindo-o a uma existência marcada pela necessidade de autonomia. Contudo, essa transição não se desenrolava sem o peso de uma introspecção dolorosa, pois aquele que fora amparado na infância assumia agora o fardo da proteção, enquanto os vínculos que o ligavam ao passado persistiam, ressignificados, mas inalteráveis: "[...] é preciso que já agora você comece a sofrer e a libertar-se. Assim o filho o fez. [...] a mãe dava o primeiro sinal da sua independência." (Piñon, 1966, p.59). A agonia que antecede o fim da mãe impõe ao filho um confronto inevitável com a própria finitude, instando-o a se desfazer das correntes que o atavam ao tempo pretérito. Entretanto, moldado no seio familiar e marcado por feridas invisíveis, mesmo diante da irreversibilidade do desfecho, ele permanece atrelado aos desajustes que permeiam sua ancestralidade. As dores herdadas e os percalços que corroem a estrutura familiar convertem-se em um lastro que não se desfaz facilmente: "A inconsistência era da sua raça, e compreendia, olhando sorrindo o teto alcançava a força da estrela. Também o filho herdara-lhe as doenças e a gravidade da vida. Ambos sabiam, após certificações pungentes e audaciosas." (Piñon, 1966, p. 59).

Assim, sua existência desenha-se sob o signo da renúncia e da resignação, pois sua herança desbordam o domínio material e se impõe como uma transmissão inescapável de mazelas e fragilidades. Ainda que a mãe desapareça, a ligação com o passado resiste, manifestando-se em marcas indeléveis que atravessam as gerações: "Quando o filho a enterrou, enfeitou-lhe a sepultura com a brevidade das flores." (Piñon, 1966, p. 59). Os referenciais identitários, que oscilam entre a admiração e a repulsa, encontram-se personificados nos próprios familiares, bem como nas demais esferas de pertencimento social. Freud, em *Psicologia das massas e análise do eu* (1921), amplia essa reflexão ao postular uma genealogia do psiquismo humano, embasada na interação dinâmica entre as instâncias psíquicas do Id, Ego e Supereu. Ao contestar a concepção junguiana do inconsciente coletivo, o pensador vienense

formula uma perspectiva que, longe de negar a força da ancestralidade, a incorpora em uma teorização sobre a constituição psíquica das massas. Ele concebe, assim, a ideia de uma "mente coletiva", cuja estrutura se edifica por meio da transmissão psíquica ao longo das gerações, consolidando um legado que atravessa o tempo: "A massa nos parece, desse modo, uma revivescência da horda primeva. Assim como o homem primevo se acha virtualmente conservado em cada indivíduo, assim também pode ser restabelecida a horda primeva a partir de um ajuntamento humano qualquer [...]" (Freud, 2011 [1921], p. 52).

No ensaio "O presumível coração da América", presente na coletânea homônima de Nélida Piñon (2011), a memória assume contornos mutáveis, oscilando entre a evocação e o esquecimento, manifestando-se como um elemento central na construção subjetiva da narradora. Em contraste com outras narrativas da autora, em que a recordação sustenta a identidade e os vínculos entre gerações, neste texto, as reminiscências adquirem uma tonalidade impositiva, impondo-se de maneira compulsória. O resgate do passado não se apresenta como escolha deliberada, mas como uma força que se infiltra na psique, conduzindo a narradora por trajetórias que ultrapassam a esfera do domínio consciente. O impulso de rememorar surge como um fardo inevitável, inserindo a personagem em uma rede narrativa que lhe antecede e que se inscreve em seu ser de maneira irrevogável. "Preservo os vestígios de uma memória ancestral que, somada ao seu próprio foco narrativo, induziram-me a exercer, no passado, o ofício de olheira. [...]. E, quando convocada a esquecer o que sabia, aleitava a memória com mel e pão ázimo." (Piñon, 2011, p. 12). A tradição, em diversas obras de Piñon, delineia-se como elemento estruturante da subjetividade e do pertencimento. No entanto, nesta narrativa, o passado adquire um caráter de sobrecarga, instaurando uma relação de imposição e obrigatoriedade. A herança psíquica, em vez de configurar-se como um espaço de reconhecimento, converte-se em uma carga que se sobrepõe à individualidade da narradora, subtraindo-lhe a possibilidade de moldar sua trajetória segundo sua própria deliberação. O avô galego, que em outros contextos poderia figurar como símbolo de continuidade e identidade, adquire aqui um significado de domínio absoluto, tornando-se emblema da força que a arrasta para um tempo que não se desfaz. "Sou uma mulher a quem o meu avô galego emprestou sua memória. Portanto, meu avô é a minha narrativa." (Piñon, 2011, p. 12). O relato se constrói a partir de um sujeito que não se ergue sobre as próprias escolhas, mas que se vê envolto em um legado cuja transmissão o ultrapassa e se impõe como força intransigente.

A peculiaridade dessa narrativa, no conjunto da obra pinoniana, reside na maneira como a memória se inscreve no sujeito, não como um instrumento de fortalecimento identitário, mas como uma presença contínua e invasiva. Se, em outros escritos da autora, a ancestralidade

sustenta a coesão entre passado e presente, aqui ela se apresenta como uma instância que subjuga a narradora, obrigando-a a carregar consigo a carga de histórias que se repetem através das gerações. O fluxo rememorativo se regula como compulsão, conduzindo a narradora a uma relação ambígua com os vestígios do passado. O impulso de reter e perpetuar as experiências herdadas manifesta-se como elemento estruturante da narrativa, conferindo-lhe um caráter de permanência irrefreável. "No meu ser sobejam memória que não vivi, não apalpei, mas que terei herdado. Minha memória aloja-se onde sempre estiveram o pensamento, a emoção, as paixões humanas. Sou diariamente perseguida pelo espírito da narrativa." (Piñon, 2011, p. 13). Ao analisar essa construção literária sob a ótica da psicanálise, percebe-se que o conto se aproxima das formulações freudianas sobre os processos de identificação e transmissão psíquica. Freud destaca que a memória coletiva influencia a formação subjetiva por meio de marcas indeléveis que atravessam gerações. Contudo, em Piñon, observa-se um deslocamento dessa concepção: a memória herdada não se mantém apenas como um traço na subjetividade, mas adquire um caráter determinante, negando à narradora a possibilidade de reorganizar sua experiência individual de forma autônoma. O texto estrutura-se a partir de um olhar que concebe a memória como elemento que ultrapassa a função de resgate e conservação de tradições. Aqui, a recordação se impõe como algo que modela o sujeito, conduzindo-o por um caminho traçado antes mesmo de sua existência, ao passo que a herança psíquica inscreve-se como um traço incontornável, configurando um eixo ao redor do qual a narrativa se desenvolve e se propaga – essa característica confere ao conto um estatuto singular dentro da obra de Piñon, apresentando a memória como elemento que atravessa a subjetividade, ocupando-a integralmente e dissolvendo os limites entre individualidade e legado primitivo.

A ligação primacial entre a criança e suas figuras parentais, marcada por uma vulnerabilidade estrutural, configura-se, na perspectiva freudiana, como a matriz originária dos processos identificatórios. É nesse vínculo inaugural que se instauram dinâmicas de transmissão psíquica que se irradiam de sujeito a sujeito e, de maneira sucessiva, perpetuam-se ao longo das gerações, instituindo os alicerces que sustentam a arquitetura da vida mental. Nesse escopo teórico, Freud reivindica, com rigor incontestável, a dimensão essencialmente coletiva da psique individual, conferindo primazia ao domínio intersubjetivo: "Na vida psíquica do ser individual, o Outro é via de regra considerado enquanto modelo, objeto, auxiliador e adversário, e portanto a psicologia individual é também, desde o início, psicologia social, num sentido ampliado, mas inteiramente justificado." (Freud, 2011 [1921], p. 8). A intersubjetividade antecede e conforma a subjetividade, agenciando-se como depositária e difusora do legado psíquico arcano, cuja incidência se revela tanto nos investimentos narcísicos parentais quanto

na complexa rede de relações significativas que sustentam a edificação do psiquismo. Cumpre salientar que, se a dependência constitutiva do indivíduo em relação ao outro é axiomaticamente irrefutável e se a alteridade se instaura a partir da lógica do reconhecimento recíproco, da fricção entre desejo e exterioridade e da necessária preservação das fronteiras que circunscrevem os estratos do Eu, inúmeros teóricos da psicanálise reduziram o papel do outro a uma construção espectral, obliterando sua função efetiva na constituição da subjetividade.

O conto "Minhas quimeras", integrante da antologia *Uma furtiva lágrima* (2019), de Nélida Piñon, distingue-se pela sofisticação com que a autora compõe um universo narrativo onde memória e herança psíquica se erigem como pilares estruturantes. A singularidade dessa narrativa se inscreve na interseção entre subjetividade e filiação, instaurando uma dinâmica transgeracional em que afetos, anseios e lutos se manifestam através das sucessivas gerações. Desde a infância, a voz narrativa encontra-se imersa em um emaranhado de reminiscências que adensam seu pertencimento identitário: "A família sempre nutriu minhas quimeras. E cedo aprendi não ser o Brasil meu único lar. Isto porque fui pautada pela melancolia da minha grei que, mesmo nos dias festivos, padecia da ausência de Galícia de onde procedera." (Piñon, 2019, p. 26). A evocação da ancestralidade galega extrapola a nostalgia e se impõe como força determinante da subjetividade, revelando uma impossibilidade de ruptura com o legado da estirpe. A originalidade da arquitetura narrativa pinoniana se evidencia na maneira como a autora elabora o drama familiar dentro de um espectro psíquico de contornos inevitáveis. A errância das memórias e a carga emocional da diáspora delineiam um percurso identitário fragmentado, oscilante entre a concretude do Brasil e o chamado espectral da Galícia. Essa dualidade espacial e temporal materializa-se no excerto: "Em meio às brincadeiras, eu detectava nos avós Amada e Daniel, e no pai Lino, uma carência resultante da perda da pátria esmaecida no horizonte. Como se lhes faltassem no pátio da casa construída [...] as notas musicais oriundas da gaita de foles das aldeias galegas." (Piñon, 2019, p. 26).

Ao invés de limitar-se a uma abordagem que enalteceria unicamente o viés melancólico da diáspora, Piñon edifica um universo em que a transgeracionalidade psíquica se manifesta como um destino irrevogável. A psique das personagens é atravessada por camadas semânticas que as vinculam ao passado e agem como uma pulsação subterrânea, condicionando afetos, decisões e inquietações. A protagonista não se percebe recipiente passivo de reminiscências, mas herdeira de uma moldura emocional que define sua própria existência. Esse movimento psíquico adensa-se no conto ao imiscuir-se com a configuração do Eu na composição dos vínculos parentais. A protagonista exprime essa tensão com veemência: "Medi então a importância da família, que eu queria eterna, incapaz de me abandonar no futuro. Pois exigia

seu amparo para crescer sólida, senhora da pródiga memória que aos poucos eles iam me transferindo." (Piñon, 2019, p. 26). Aqui, a herança emocional ultrapassa a esfera das recordações e se inscreve como alicerce da subjetividade.

A literatura de Piñon, e este conto em particular, apresenta um prisma singular sobre a transmissão psíquica entre gerações, evidenciando a retórica entre força e vulnerabilidade no ato de herdar afetos e traumas. No desenrolar da narrativa, a personagem acolhe um legado familiar e o reconfigura em sua interioridade, convertendo-se na guardiã de um patrimônio imaterial que a modela de maneira irrevogável. Ao lançar mão de uma construção narrativa que desafia linearidades temporais, Piñon instaura um jogo de camadas psíquicas em que o presente impregna incessantemente as sombras do pretérito. A permanência desse lastro emocional, ora insinuando-se em gestos sutis, ora assumindo a forma de inquietações lacerantes, constrói um tecido narrativo de complexidade engenhosa. Assim, "Minhas quimeras" vai além da evocação memorialística e se inscreve como uma reflexão contundente acerca da identidade e da perenidade da memória no fluxo das gerações.

A subjetividade finca raízes sobre os alicerces da intersubjetividade, que, por sua vez, abriga em sua essência um potencial subjetivador de proporções inestimáveis: "Temos de concluir que a psicologia da massa é a mais velha psicologia humana; aquilo que, negligenciando todos os vestígios da massa, isolamos como psicologia individual, emergiu somente depois, aos poucos [...] a partir da velha psicologia da massa." (Freud, 2011 [1921], p. 50). Noutras palavras, os núcleos familiares, entendidos como coletividades psíquicas, oferecem aos seus membros dispositivos mentais que promovem coesão e, sob certas condições, engendram processos de adoecimento psíquico, sustentados pela liderança do patriarca ou matriarca dessa configuração parental. Essa estruturação, sustentada pelo Ideal do Eu familiar, perpetua enfermidades mentais ao longo das gerações, fruto de um patrimônio de traumas e dilacerações psíquicas, cujas raízes mergulham em um passado de devastação emocional e assombros inerradicáveis: "[...] esses fenômenos de dependência fazem parte da constituição normal da sociedade humana, de quão pouca originalidade e coragem pessoal nela se encontram, do quanto cada indivíduo é governado pelas atitudes de uma alma da massa." (Freud, 2011 [1941], p. 43). O problema da transmissão psíquica, imortalizado nas formulações da segunda tópica freudiana, recebe contornos ainda mais nítidos em "O eu e o id" (1923), na medida em que a dinâmica intrapsíquica se inscreve como depositária de complexas influências ancestrais. Nessa perspectiva, o Eu se prorrompe como herdeiro das forças caóticas do Id, enquanto o Supereu se cristaliza como a instância que preserva e perpetua as marcas do complexo de Édipo, estabelecendo um encadeamento psíquico de vigorosa solidez, atravessado

por conteúdos que inscrevem, no cerne da constituição subjetiva, vestígios de um passado que insiste em permanecer ativo:

> As vivências do Eu parecem inicialmente perdidas para a herança, mas, quando se repetem com frequência e força suficientes, em muitos indivíduos que se sucedem por gerações, elas como que se transformam em vivências do Id, experiências cujas impressões são mantidas hereditariamente. Assim, o Id hereditário alberga os resíduos de incontáveis existências de Eu, e, quando o Eu cria seu Super eu a partir do Id, talvez apenas faça aparecer de novo anteriores formas de Eu, proporcione-lhes uma ressurreição. A história da gênese do Super eu torna compreensível que velhos conflitos do Eu com os investimentos objetais do Id possam prosseguir em conflitos com o herdeiro destes, o Super eu (Freud, 2011 [1923], p. 26).

O psicanalista sustenta que, em sua gênese, a totalidade da libido infantil encontra-se harmoniosamente circunscrita no Id, enquanto o Eu se revela em estágio incipiente de conformação e amadurecimento. Nesse limiar inaugural, o Id canaliza parcela substancial dessa energia pulsional em direção a investimentos objetais de feição erótica. Subsequentemente, o Eu, ao consolidar-se estruturalmente, empenha-se em apropriar-se avidamente dessa libido direcionada aos objetos de desejo, almejando impor-se sobre o Id e erigir-se como vértice supremo do amor. Essas empreitadas contemplam, entre outros aspectos, as heranças psíquicas que modulam as instâncias mentais, mais precisamente a concepção de um ego que advém do Id e de um Supereu que se instaura como resultado das vicissitudes edipianas: “O Supereu conservará o caráter do pai, e quanto mais forte foi o complexo de Édipo tanto mais rapidamente (sob influência de autoridade, ensino religioso, escola, leituras) ocorreu sua repressão, tanto mais severamente o Supereu terá domínio sobre o Eu como consciência [...]” (Freud, 2011 [1923], p. 24).

A constituição do Supereu figura como um notável paradigma de identificação bem-sucedida com a instância parental, a qual manifesta-se como um legado arcaico que se perpetua incessantemente ao longo das gerações. Inicialmente, as vivências do Eu parecem dissipar-se nas sombras da herança psíquica, entretanto, quando reiteradas de forma sistemática e imbuídas de grande intensidade em um espectro amplo de indivíduos ao longo de múltiplas gerações, convertem-se em experiências do Id, cujas marcas persistem inalteradas como parte da matriz ancestral. Aliás, no Compêndio da Psicanálise (1938), Freud assevera que: “A mais antiga dessas províncias ou instâncias psíquicas denominamos Id; seu conteúdo é tudo o que é herdado, trazido com o nascimento, constitucionalmente determinado; sobretudo, portanto, os instintos oriundos da organização do corpo [...]” (Freud, 2018 [1938], p. 120).

Nesse panorama, no próprio Id, concebido como entidade psíquica transmissível por via ancestral, encontram-se impressos os vestígios das existências de uma multiplicidade de eus predecessores. Quando o Eu, em sua progressão, forja seu próprio Supereu a partir das reminiscências latentes no Id, pode estar reencenando as configurações de eus remotos e ressuscitando-as sob a égide da contemporaneidade. Esse fenômeno, conforme explicitado por Freud, revela que as experiências primevas do Eu, ao se inserirem em um ciclo reiterado e impregnado de intensidade considerável em distintos sujeitos que atravessam sucessivas gerações, acabam por se transfigurar em matrizes constitutivas do Id. Essas inscrições mnêmicas, imersas no inconsciente, permanecem imperturbáveis como elementos integrantes da herança psíquica, atuando sob a égide do próprio Id. Este último, suscetível de transmissão hereditária, representa o repositório que resguarda os resquícios das experiências e existências de uma linhagem de eus ancestrais. Tais traços, sem que o indivíduo os perceba conscientemente, podem ser reavivados e reencenados pelo Eu subsequente.

Com efeito, em *O mal-estar na civilização* (1930), Freud, ao abordar a conservação da vida psíquica, emprega a metáfora das camadas estratificadas da cidade de Roma. O mestre vienense desvela o complexo fundamento da psique, comparando-a à estrutura histórica da Roma antiga, cujas múltiplas camadas se sobrepõem ao longo do tempo. Nessa visão, a camada mais superficial da cidade, correspondente ao presente visível, simboliza a civilização e suas normativas, que impõem restrições aos impulsos primitivos, relegando-os a uma esfera subterrânea: “Façamos agora a fantástica suposição de que Roma não seja uma morada humana, mas uma entidade psíquica com um passado igualmente longo e rico, na qual nada que veio a existir chegou a perecer, na qual, juntamente com a última fase de desenvolvimento, todas as anteriores continuam a viver.” (Freud, 2010 [1930], p. 10). Freud sugere que os impulsos arcaicos, suprimidos pelo verniz da cultura, encontram paralelo nas camadas mais profundas da Roma soterrada, cujos traços remanescem, mesmo que ocultos, sob o peso da história.

Os referidos artefatos, ainda que submersos sob o véu espesso da história, ressoam com vigor quando submetidos à análise arqueológica. Nesse panorama, deparamo-nos com as vestígios arquitetônicos da antiga Roma, testemunhos silenciosos de uma civilização cujos alicerces permaneceram ocultos sob camadas de tempo e esquecimento. O psicanalista, com argúcia singular, estabelece paralelos entre esse soterramento material e os substratos latentes da psique, revelando correlações instigantes entre as ruínas urbanas e os recessos ocultos da mente humana. Ao trazer à tona esses vestígios, abre-se a possibilidade de uma compreensão mais refinada da essência da experiência humana, projetando luz sobre os enigmas que permanecem incrustados na memória coletiva: “[...] na vida psíquica nada que uma vez se

formou pode acabar, de que tudo é preservado de alguma maneira e pode ser trazido novamente à luz em circunstâncias adequadas, mediante uma regressão de largo alcance, por exemplo." (Freud, 2010 [1930], p. 11). A transmissão familiar, imersa no fluxo temporal, exibe uma dinâmica subjacente que resiste aos escombros acumulados pelas sucessivas gerações. Sob essa perspectiva, revela-se um impulso irreprimível que orienta os ciclos hereditários, mantendo vivos padrões e vínculos que atravessam épocas. Essas relíquias ancestrais, alquimizadas às fundações mais remotas da Roma parental, persistem latentes nas camadas da subjetividade contemporânea. Envoltas em estratos emocionais e psíquicos, encontram-se em estado de latência, aguardando condições propícias para emergirem e influírem, por vias nem sempre conscientes, na configuração das trajetórias individuais e coletivas. Como legado, moldam destinos e imprimem sua marca no suporte das relações humanas: "O modo de vida em comum [família] que é filogeneticamente mais antigo, o único existente na infância, defende-se da superação por aquele posteriormente adquirido, cultural." (Freud, 2010 [1930], p. 54).

No enredo polifônico de *Fundador* (1998), de Nélida Piñon, articula-se, de forma simultânea e expansiva, uma linhagem que perpassa três gerações, estruturando-se em um labirinto narrativo onde objetos emblemáticos e signos investidos de significado se perpetuam como legado histórico e cultural. No limiar dessa empreitada, a figura do Fundador apropria-se ardilosamente de um mapa reservado aos monarcas, erigindo uma cidade utópica, desprovida de hierarquias sociais e dicotomias excludentes. Em seguida, Johanus, pertencente à estirpe sucessória, insere-se no panorama convulsionado das disputas territoriais, atuando como agente dos detentores da terra e culminando em uma posição paradoxal, deslocado no seio do próprio espaço urbano. Por fim, Joe Smith, insurgindo-se contra as forças hegemônicas que perpetuam desigualdades e subjugações, decide retornar a Jerusalém, impulsionado pela necessidade de resguardar os valores e prerrogativas de seu povo. O embate entre a sacralidade e a posse manifesta-se com intensidade nas ações de Johanus, cuja interpretação da capela e subsequente instauração de um novo regime de domínio contrasta com o gesto inaugural do Fundador. Investido de uma autoridade que oscila entre o sagrado – já profanado na investida contra o convento – e a propriedade consolidada pelo aparato jurídico, Johanus enfrenta a oposição da coletividade. Ainda que acumule conquistas materiais, abre mão da fortuna em prol de Jerusalém, buscando um refúgio espiritual alheio às injunções do poder terreno.

O romance, edificado sobre uma tessitura temporal complexa, assenta-se sobre a tríade identidade, diferença e repetição, compondo sua narrativa mediante a proliferação dos tempos, que se desdobram do arcaico ao medieval e deste ao contemporâneo, em um ciclo incessante: "A terra tornava-se pretexto de memória. Tudo fizeram para localizar seus mortos, em que

recanto fertilizavam aquele solo. Invocando-lhes a lembrança, não pretendiam cortejar entidades misteriosas, mas recompor, precariamente, criaturas que iluminaram a comunidade." (Piñon, 1998, p. 72). Esse processo incessante, engrenando-se como resgate inconsciente, inscreve-se no fluxo temporal que se superpõe a si mesmo, enquanto a linguagem se dobra sobre sua própria substância. A estrutura narrativa, ao contrário da linearidade rígida, propicia um dinamismo onde cada época mantém sua singularidade sem ser absorvida integralmente pela sucessora. Tal procedimento impede a diluição das camadas temporais subsequentes, instaurando um dispositivo narrativo que oscila entre a alternância e a sobreposição.

A figura do cartógrafo e do explorador constitui um motivo recorrente ao longo do romance. Teodorico de Antióquia, responsável pela elaboração dos mapas na antiguidade, reinterpreta-se em Stamponato no período medieval e, ao atingir o Novo Mundo, assume a identidade de Ptolomeu, hierofante dos tempos modernos. De maneira análoga, a linhagem dos descobridores perpassa o Fundador, alcança Johanus e deságua em Joe Smith, cada um refletindo, à sua maneira, as inquietações e desafios de seu tempo: "Fundador legava-lhes a terra, os animais, as árvores, a coragem de perturbarem as coisas físicas do solo que ele obtivera com esforço que reconstituiria não estivesse morrendo, mas que no seu febril delírio revivia, palavra por palavra [...]" (Piñon, 1998, p. 20). A sucessão temporal delineia-se de modo sinuoso, transitando entre épocas sem adesão estrita a qualquer linearidade. O tempo moderno, ao emergir, incorpora em sua malha narrativa a memória de Fundador, realocando-a no itinerário de Johanus e, posteriormente, ressignificando-a no percurso de Joe. À medida que a trama se desenrola, distintas camadas temporais convergem e se amalgamam, compondo um entrecruzamento. Joe, representante da contemporaneidade, vê-se confrontado com a angústia de um embate contra um sistema que o consome, até que sua trajetória se vê conduzida pelos mapas que resgatam mitologias ancestrais: "Revisitaram baús, sótãos, diários, documentos, esburacaram a terra. Impuseram aos mais velhos formulários em que se relataria o passado familiar e também sondaram o vestígio do sangue nas pedras ainda não atingidas pela chuva e a passagem do tempo." (Piñon, 1998, p. 72). A experiência vivida por Joe adquire contornos ritualísticos, atribuindo ao tempo uma estrutura cíclica, onde o ponto de chegada reencontra inevitavelmente a origem.

Ao longo das gerações, observa-se a aproximação de um tempo primevo, de um espaço matricial desvinculado de conflitos, cisões e antagonismos. Nesse cenário, os mortos reajustam-se em ancestrais que difratam na descendência, e a permanência dessas figuras na memória coletiva assume múltiplas formas, recusando a concepção da morte como aniquilação definitiva: "Uma geração superando livremente aqueles obstáculos que couberam a Joe decifrar.

E pensou: este novo sangue já não pode mais abdicar desta terra, ela é sua, assim como todos seus pertences." (Piñon, 1998, p. 87). A reatualização dos eventos passados, tanto no plano mítico quanto no social, exibe a função do presente como mecanismo de reconstrução da tradição. Entretanto, a narrativa não se enreda em uma repetição estéril do passado. O que lhe confere vitalidade são as mudanças instauradas entre as gerações. Se Fundador, na aurora desse processo, obliterou os registros sobre as raízes da cidade, Johanus se ocupa de recuperar tais vestígios, restaurando artefatos ancestrais e recompondo legados silenciados: "Uma vez que o passado do homem também é sua história presente. Pois assim como sua tarefa, estrangeiro, foi conquistar esta cidade, a nossa é testemunhar os mortos." (Piñon, 1998, p. 136). O mito, subjacente à cultura, não se cristaliza em uma verdade imutável, mas se define na própria dinâmica da investigação e do questionamento coletivo. Fundador, investido de uma função ordenadora, encontra sua imagem paradigmática na espada, símbolo de demarcação territorial e supremacia. Johanus, por seu turno, vincula-se aos signos da ancestralidade e ao labor cartográfico. É apenas com Joe Smith, herdeiro último da linhagem, que ambas as insígnias, o mapa e a espada, confluem como testemunhos dos caminhos trilhados por seus antecessores: "A espada e o mapa, que Ptolomeu se recusou a identificar, despertavam-lhe nostalgias por épocas remotas, de que não participara, constituídas e vividas por outros homens, criaturas com igual avaliação pelos erros e acertos. Erravam porque dispunham do erro como condição [...]." (Piñon, 1998, p. 205).

No romance de Nélida Piñon, descortina-se um desdobramento geracional que permeia os personagens masculinos, ao passo que se observa uma recorrência transgeracional no domínio feminino. Em cada linhagem, ressurge a figura da Monja, eixo estruturante da tríade que vertebra a narrativa: "Asseguravam os mais velhos que inúmeras Monjas existiram, desde os tempos da fundação da cidade, todas dedicadas ao mesmo ofício." (Piñon, 1998, p. 101). Tal permanência reafirma um efeito especular entre as personagens femininas, perceptível na recorrência onomástica que se perpetua por gerações, instaurando uma cadeia de reminiscências na urbe de Fundador. A Monja primordial, vinculada à gênese da cidade, figura na ancestralidade arcaica como consorte do Fundador. Essa matriz renasce na Idade Média, quando Johanus, descendente do progenitor originário, projeta nela seus anseios e inquietudes. No decurso da narrativa, essa presença feminina desdobra-se em múltiplas configurações, ora insinuando-se como enigma, ora materializando-se em substância concreta. No período moderno, outra jovem, também denominada Monja, acolhe o viajante conquistador, reiterando a lógica cíclica que permeia a arquitetura ficcional.

A estrutura temporal do romance organiza-se em três grandes blocos – a fase arcaica, a medieval e a moderna –, cada um sustentado por um protagonista masculino que refrata e reinterpreta seus antecessores. Essa segmentação traça os caminhos percorridos pelos personagens e embaraça diferentes temporalidades por meio de correspondências latentes. Os protagonistas não surgem como entidades isoladas; suas existências estão imbricadas em um tecido de repetições que vincula passado, presente e futuro. Tal ordenação conduz à edificação de uma estirpe de nove visionários, vinculados ao Fundador na instauração de um novo devir. Os nove varões que ladeiam o Fundador recebem epítetos inspirados em três matrizes simbólicas: um tríptico nomeado a partir da tradição cristã, outro da mitologia helênica e um derradeiro extraído das narrativas judaicas. Esse delineamento ressalta a preponderância de signos que atravessam a construção ficcional, condensando-se em três artefatos de poder – o livro, o mapa e a espada. Esses objetos, disseminados ao longo da narrativa, funcionam como bússolas ontológicas, orientando os destinos das personagens e imprimindo-lhes uma direção mitopoética. A escrita de Piñon se sutura por meio de um trânsito incessante entre tempos, evocando uma linguagem que se refrata sobre si mesma, engendrando um jogo de recorrências e ressignificações. A estética romanesca, sustentada por uma elaborada manipulação do discurso, instaura um universo de simulacros, onde figuras paradigmáticas são incessantemente recombinadas. Esse dinamismo reflete-se na trajetória do cartógrafo: outrora Teodorico de Alexandria, ressurge como Stamponato na Idade Média e, por fim, transfigura-se em Ptolomeu, intérprete dos desígnios modernos. O Fundador, epônimo da epopeia, configura-se como entidade reiterativa, ressurgindo sob diferentes formas e conjunturas ao longo das temporalidades. Essa repetição evidencia a complexidade do arcabouço narrativo, no qual as personagens, ao se reiterarem, incorporam novos matizes à luz das enunciações pregressas. Na rede de ressonâncias que estrutura a obra, a continuidade entre os indivíduos erige-se como elemento basilar: “Custa-me acreditar que outras criaturas me precederam e foram todas derrotadas. E que minhas queixas simplesmente incorporam-se a uma sequência tradicional de lamentos. [...]. De que modo, Ptolomeu, algum ato meu poderá afetar, ou atrasar, o homem que há de me seguir?” (Piñon, 1998, p. 167). Dessa maneira, a narrativa compõe um vasto palimpsesto, no qual o presente se delineia sob a sombra do pretérito, e os destinos das personagens são regidos por um encadeamento rigoroso de repetições e transfigurações.

Constrói-se uma narrativa que se distancia das convenções predominantes na literatura brasileira, seja por sua estrutura sinuosa, seja pela abordagem singular da memória e da herança psíquica, instaurando um universo ficcional em que os personagens transitam entre temporalidades sem que a linearidade lhes imponha constrições. A composição polifônica

abarca três gerações, compondo um caminho narrativo em que objetos emblemáticos e signos impregnados de significação funcionam como vestígios de um patrimônio que persiste e impõe desafios de reelaboração subjetiva. Esse influxo transgeracional, ao invés de reiterar um determinismo psíquico, delineia um inventário das memórias humanas, revelando herdeiros agrilhoados por espólios psíquicos, conferindo-lhes a possibilidade de ressignificarem suas heranças e inscreverem novas marcas no fio narrativo de sua existência.

Diferentemente das narrativas que exploram a herança familiar sob o prisma de um realismo linear e de uma causalidade explícita entre passado e presente, Piñon instaura uma temporalidade elástica, na qual distintas épocas coexistem e relampejam umas nas outras. A figura do Fundador, aquele que se apropria de um mapa reservado aos monarcas e edifica uma cidade utópica, ressurge sob múltiplas facetas em seus sucessores, refletindo na trajetória de Johanus, que se insere em um panorama convulsionado por disputas de terra e, em posição paradoxal, ocupa um espaço de pertencimento fraturado. Por fim, Joe Smith, ao insurgir-se contra forças hegemônicas e retornar a Jerusalém, intenta resgatar os valores e prerrogativas de seu povo como uma tentativa de recompor um equilíbrio espiritual dilacerado pelo poder. Esses protagonistas masculinos delineiam um ciclo de recuperação e reconfiguração da herança recebida, dissolvendo a noção de destino irremovível e revelando a potência da memória como um elemento capaz de incisar mutações na subjetividade e na ordem simbólica. A transgeracionalidade psíquica manifesta-se, na obra, sob uma perspectiva que evita a cristalização de traumas e legados familiares como fardos inescapáveis. Piñon adota uma estética que propicia aos personagens reelaborar suas memórias, alinhando-se a pressupostos da psicanálise contemporânea ao sugerir que o inconsciente transgeracional é um campo passível de reinscrição e resistência. A linhagem masculina, reiteradamente, retorna às origens, o que pode ser interpretado como um indício do desejo de reparar uma dívida simbólica com os antepassados, enquanto a figura feminina da Monja se institui como eixo contínuo de continuidade espiritual, servindo de ancoragem diante das oscilações do tempo e da identidade. Esse jogo entre repetição e variação sustenta o dinamismo narrativo, tornando “Fundador” uma obra que amplia a catalogação das memórias humanas e as ressignifica à luz das escolhas individuais, instaurando uma incessante reescrita do legado rudimentar.

A arquitetura ficcional pinoniana, por sua vez, desvia-se da tradição do romance histórico brasileiro, que frequentemente se atém à reconstrução linear do passado, e aproxima-se de uma concepção mnemônica e fragmentária da experiência, na qual a memória se constrói como um palimpsesto de lapsos, repetições e distorções. O tempo, na narrativa, configura-se como uma rede sobreposta, e os personagens, ao revisitarem a cidade fundada, escapam à tirania

da cronologia, pois o que se encontra em jogo é a reencenação de conflitos e dilemas ancestrais. A construção de mapas e cartografias, recorrente ao longo da trama, reforça essa perspectiva, pois o espaço se redefine a partir dos deslocamentos e ressignificações empreendidas pelos protagonistas, consolidando-se como um invólucro textual que absorve camadas de história e desejo sem jamais se cristalizar em uma interpretação única. A estética de Piñon inscreve-se na tradição literária brasileira ao dialogar com temas como identidade, memória e pertencimento, introduzindo uma abordagem inovadora que rompe com os constrangimentos de um realismo documental e aposta em uma poética de distorção, em que o passado se apresenta como uma matéria viva, suscetível a ressignificações incessantes. Diferentemente de autores que investem em uma perspectiva memorialista ou que enfatizam a herança como um fardo irremovível, Piñon constrói um universo narrativo em que os herdeiros de um passado agrilhoado encontram brechas para a transformação, inscrevendo-se em uma linhagem que lhes confere signos e narrativas passíveis de apropriação e alteração. O romance expande a compreensão dos grilhões psíquicos que atravessam gerações e sugere, em sua estrutura fragmentária e linguagem elaborada, a potência da ficção como espaço de recomposição da experiência humana, onde a memória se desdobra em um fluxo incessante de reescrita, abrindo a possibilidade de que os espólios psíquicos herdados sejam um ponto de partida para novas inscrições subjetivas.

A civilização, tanto na esfera doméstica quanto no domínio mais vasto da cultura, manifesta-se por meio de uma proliferação de objetos e experiências psíquicas inconscientes, que atuam à margem da vontade individual, impondo-se como um legado irrenunciável. Cada membro da coletividade torna-se, simultaneamente, herdeiro e propagador desse acervo imaterial, cuja continuidade se perpetua na administração do tempo. São heranças de complexidade inaudita, construídas, aperfeiçoadas e transmitidas ao longo dos séculos, imbricando-se nas tramas da experiência humana e englobando sucessivas gerações: “isso já foi sentido em todas as épocas, e, indubitavelmente, também pelos ancestrais que nos transmitiram esse legado.” (Freud, 2014 [1926], p. 36). Esse arcabouço de reminiscências coletivas, como preciosas relíquias da psique, resguarda os elementos constitutivos da condição humana, acumulando-se e consolidando-se na esteira da história. Trata-se de vestígios que evidenciam a singularidade da existência individual e a riqueza de um patrimônio social, histórico e simbólico, cujas fibras se adensam em uma urdidura densa e polifônica. Sua influência, muitas vezes imperceptível, infiltra-se no âmago das consciências e latências subjetivas, delineando concepções, normas, interditos e aspirações que arregimentam o cotidiano. O psicanalista prossegue a reflexão sobre esses vestígios estruturais do inconsciente e da cultura em *O futuro de uma ilusão* (1927): “[…] a civilização fornece ao indivíduo essas

ideias, porque ele já as encontra lá; são-lhe presenteadas já prontas, e ele não seria capaz de descobri-las por si mesmo. Aquilo em que ele está ingressando constitui a herança de muitas gerações, e ele a assume" (Freud, 2014 [1927], p. 30). Assim, esse acervo intangível gangrena como fundamento do imaginário coletivo e da constituição psíquica, instaurando formas de percepção, pensamento e comportamento que respondem a um processo de sedimentação cultural que se desdobra incessantemente.

No *Livro das Horas* (2014), de Nélida Piñon, a protagonista vivencia sua identidade como um palimpsesto, um corpo permeado por camadas sucessivas de presenças femininas que lhe antecederam. Sua existência ascende da intersecção de subjetividades que a precederam e que persistem, inapagáveis, na memória de seu próprio ser. A narrativa concebe o tempo de modo não-linear, instaurando um passado que se infiltra no presente, reivindicando permanência: "Coexistem em mim, contudo, todas as mulheres do mundo. Cada qual apresentando indícios que pleiteiam reconhecimento, igualdade de condições. [...] estas mulheres são uma espécie arcaica que guarda no armário da história memórias de um acervo inexplorado." (Piñon, 2014, p. 96). Essa coexistência entre as gerações ultrapassa a transmissão de características biológicas ou culturais e se apresenta como uma força que subverte qualquer noção de individualidade estanque. A personagem se percebe como um receptáculo de memórias não diretamente experimentadas, mas que a constituem, inscrevendo nela um destino que se desdobra em sua corporalidade e psique. Sua subjetividade configura-se como um arquivo vivo, no qual ressoam gestos, dores, lutas e silenciamentos das antepassadas, cujos vestígios reivindicam espaço na sua própria narrativa. Ao evocar imagens geológicas e de vestimentas ancestrais que a recobrem, a protagonista reconhece a inevitabilidade de carregar consigo as marcas de suas predecessoras. Seu corpo se apresenta como uma superfície de inscrição histórica, um território onde as memórias das mulheres de tempos remotos permanecem gravadas. A genealogia feminina se manifesta como uma herança que reconfigura continuamente sua identidade e sua percepção de mundo. Essa relação com a ancestralidade alarga a recordação voluntária e alcança uma dimensão quase atávica, na qual sua própria subjetividade se modela pela presença espectral das que vieram antes: "Em mim perduram resquícios evocativos que tardam em aflorar, em sussurrar quem sou. Dado este caráter arqueológico, estou à espreita, engolfada por um espectro interior." (Piñon, 2014, p. 96).

A transgeracionalidade que emerge dessa narrativa se afirma como uma insurgência do passado sobre o presente, uma presença ativa das ancestrais que habitam a personagem e a impelem a reconstruir, reinterpretar e dar continuidade à história das mulheres que carrega dentro de si. Esse aspecto revela um traço marcante da obra de Piñon: a ressignificação da

tradição feminina como um fluxo dinâmico em constante reelaboração. O texto sugere, ademais, uma transmissão de vivências que ultrapassa o relato ou a oralidade e se manifesta como um saber silencioso, inscrito no próprio corpo. A personagem revive suas ancestrais, percebe-as pulsando sob sua pele, como sombras indeléveis que moldam seu presente. Trata-se de um processo que reafirma a continuidade entre as gerações e, ao mesmo tempo, propõe um deslocamento: a herança feminina é reelaborada, reinterpretada e vivida de novas formas: "Ajude-me a relatar como as mulheres viveram no passado [...]. Como parte da antiguidade da mulher, levo no bojo monstros, as cabeças de mil hidras que atravessam as minhas ilhargas." (Piñon, 2014, p. 97). Ao convocar as "mil hidras" que a percorrem, a personagem reconhece a multiplicidade de vozes que a constituem e assume o papel de mediadora entre o que foi e o que será. O passado, em sua narrativa, inscreve-se como um organismo vivo que se move, contorce-se e exige reconhecimento, reconstrução e continuidade. A imbricação entre reminiscência e identidade, fulcro da tessitura narrativa de Piñon, projeta-se para além da esfera da memória individual, adentrando o domínio de uma herança psíquica inalienável, cuja incidência modela o ser em sua inteireza. O enovelamento de vozes femininas que se inscrevem na protagonista configura-se como um arcabouço de recordações que transborda a experiência subjetiva e inaugura um substrato estruturante de sua percepção de si e do mundo.

Esse lastro memorialístico encontra ressonância nos postulados psicanalíticos, que evidenciam a perpetuação de disposições psíquicas através das gerações, instaurando uma dinâmica em que o sujeito se vê atravessado por legados ancestrais, inextricavelmente incorporados à sua constituição. A perspectiva freudiana, ao dissecar as vicissitudes do ego e suas vicissitudes, elucida a interdependência entre os traços herdados e os adquiridos, revelando a maleabilidade da subjetividade diante das forças transgeracionais que a conformam. Assim, tanto na ficção quanto na teoria psicanalítica, delineia-se uma identidade que se constrói na confluência de múltiplas temporalidades, dissolvendo a concepção de um eu autônomo e autárquico. Em *Análise Terminável e Interminável* (1937), Freud, ao descortinar suas indagações sobre as readequações que afetam o ego, ressalta a permanência incontornável e a relevância indelével das feições características que lhe são originárias. O pensador vienense defende a tese de que cada sujeito é portador de disposições e inclinações intransferíveis, solidamente incrustadas na gestão singular de sua constituição psíquica. Contudo, o renomado psicanalista adverte contra a propensão a acentuar demasiadamente a separação entre os traços de caráter herdados e aqueles adquiridos, recomendando uma abordagem que evite cristalizar tal distinção em uma oposição inflexível.

Em sua exposição, Freud salienta a relação entre a herança psíquica e as influências assimiladas no curso da experiência individual, evidenciando que tais elementos operam em um regime de complementaridade, estruturando o arcabouço da psicologia humana: “Sabemos, além disso, que não é lícito exacerbar e transformar em antítese a diferença entre características herdadas e adquiridas; o que os nossos antepassados adquiriram é certamente uma parte relevante daquilo que herdamos.” (Freud, 2018 [1937]), p. 195). A seu juízo, mesmo em estágios iniciais do desenvolvimento, já se delineiam certas direções, propensões e padrões de resposta que, ao longo do tempo, virão a revelar-se de maneira inescapável, enraizados nas camadas mais remotas da psique. O mestre da psicanálise profere, assim, uma assertiva categórica sobre a preponderância da transmissão psíquica na conformação dos indivíduos, sublinhando que a matriz essencial de suas particularidades psicológicas repousa sob esse legado imemorial. Ademais, pesquisas exaustivas empreendidas no âmbito da antropologia social conferem substância à hipótese de que outros resquícios estruturantes, inscritos nas tramas mais recônditas do desenvolvimento humano primitivo, também compõem esse patrimônio primitivo, perpetuando sua influência na constituição subjetiva do ser humano contemporâneo:

> A experiência analítica nos impôs a convicção de que mesmo conteúdos psíquicos específicos, tais como o simbolismo, não possuem outras fontes senão a transmissão hereditária e pesquisas em diversos campos da antropologia social tornam plausível supor que outros precipitados, igualmente especializados, deixados pelo primitivo desenvolvimento humano, também estão presentes na herança arcaica (Freud, 2018 [1937], p. 195).

Em *Moisés e o Monoteísmo* (1939), Freud resgata a tese da herança arcaica, empenhando-se em perscrutar os meandros do psiquismo humano, onde se alojam reminiscências atávicas alheias à vivência empírica do indivíduo. No horizonte freudiano, a narrativa mosaica configura Moisés como artífice e legislador da fé que leva seu nome, haurindo elementos do monoteísmo instaurado pelo faraó Amenhotep, que, ao despojar-se do epíteto paterno, adotou o nome de Akhenaton, elevando o Deus solar Aton à exclusividade do culto devocional. Sob sua égide, Moisés conduziu os hebreus em sua errância rumo a Canaã, vindo, contudo, a sucumbir diante da insurreição de seus próprios liderados. Posteriormente, esses grupos estabeleceram-se em uma localidade denominada Cades, onde reverenciaram Javé, a divindade vulcânica, concomitante a outras entidades do repertório mítico de sua religiosidade. A tradição mosaica, na concepção freudiana, permaneceu obnubilada por instâncias repressivas e recalcada no inconsciente coletivo dos hebreus, até que convulsões

históricas e disputas de poder propiciaram o ressurgimento do ideal monoteísta, restituindo sua centralidade: “Quando falamos da sobrevivência de uma tradição antiga num povo, da formação do caráter de um povo, tínhamos em mente, na maioria das vezes, essa tradição herdada, não uma transmitida por comunicação.” (Freud, 2018 [1939], p. 83).

Freud deslinda os liames que vinculam origem e destino do povo judeu sob a égide da transmissão de um trauma matricial, que, qual cicatriz indelevelmente impressa, se perpetua através das gerações: “a herança arcaica do ser humano compreende não só predisposições, mas também conteúdos, traços mnêmicos de vivências das gerações antigas.” (Freud, 2018 [1939], p. 82). Os resíduos mnêmicos desses abalos primordiais, resguardados nos estratos recônditos da psique, irrompem na linhagem dos descendentes, conformando padrões sintomáticos e arquiteturas do pensamento. A exegese freudiana assenta-se na constatação de que a tessitura da vida anímica extrapola a esfera da experiência individual, englobando elementos oriundos de tempos ancestrais, resguardados e reatualizados ao longo do fluxo genealógico: “O comportamento da criança neurótica em relação aos pais nos complexos de Édipo e da castração é pródigo em tais reações, que parecem injustificadas no indivíduo e apenas se tornam compreensíveis filogeneticamente, pelo nexo com as vivências das gerações antigas.” (Freud, 2018 [1939], p. 82).

No conto “Errância”, presente na coletânea *O pão de cada dia* (1994), Nélida Piñon reelabora a tradição literária ao conceber uma narrativa que extrapola a simples evocação memorialística, instaurando um jogo sofisticado entre identidade, legado e o nomadismo existencial. Distante de narrativas que tratam a ancestralidade sob um viés determinista e linear, Piñon instaura uma ruptura tanto estrutural quanto conceitual, atribuindo ao narrador-personagem uma errância que se projeta além da esfera física, inscrevendo-se na própria arquitetura da linguagem e nos domínios da consciência. A voz narrativa, ao convocar a linhagem como um espelho em que o sujeito busca a própria imagem, sugere a repercussão de destinos ancestrais, mas também introduz um paradoxo de reconhecimento e dissolução do eu na alteridade herdada: “Minha espécie olha-se ao espelho sob o impulso de um gesto narcísico. Como castigo por vaidade tão acentuada, colho a melancólica imagem de uma estirpe desordenada, despojada de lógica e de rastros palpáveis.” (Piñon, 1994, p. 79). Nesse fragmento, a escritora desvia-se de uma visão fatalista da transmissão psíquica e constrói um jogo de reflexos em que a identidade familiar se desagrega na falta de lastros tangíveis, no vácuo de uma origem inconcussa. A singularidade de sua escrita manifesta-se na conversão dessa deriva identitária em matéria literária vibrante, onde a ancestralidade, mais do que um dado fixo, torna-se campo de deslocamento. O narrador, ao carregar consigo a marca de uma

subjetividade cindida, atravessada por pulsões e interditos, insere-se em um fluxo narrativo que tensiona a herança e subverte a lógica da transmissão legítima, esculpindo uma identidade dispersa e fragmentada na errância.

Ao articular uma herança composta por fragmentos e vozes anônimas, Piñon distancia-se da concepção memorialística que privilegia a linearidade e a coesão na reconstrução do passado. Sua narrativa se alicerça em uma estética da ruína, na qual o sujeito se reveste de "uma máscara formada de estilhaços oriundos de avós anônimos e de vizinhos ferozes" (Piñon, 1994, p. 80), deslocando o eixo da identidade para um campo de incessante mutabilidade e fluidez. Outro elemento essencial à inovação literária de Piñon em "Errância" é a fusão das fronteiras entre individualidade e coletividade. A subjetividade do narrador-personagem se inscreve em uma confluência de vivências familiares e sociais que se interpenetram e se confundem. O sujeito, mais do que uma entidade isolada, constitui-se como palimpsesto de memórias alheias, em cujo tecido ainda ressoam vestígios de ancestrais, tensionando a própria identidade. Esse dispositivo narrativo, ao deslocar o centro do eu para um emaranhado de vozes e presenças espectrais, reforça a errância como condição existencial. Ademais, a linguagem adotada pela autora, densamente metafórica, intensifica essa instabilidade, fazendo com que o fluxo narrativo oscile entre a materialidade da experiência e a abstração de uma memória fluida, dispersa no tempo e no espaço. O jogo estilístico que Piñon propõe, ao fragmentar as percepções do narrador e diluir as certezas, imprime um tom onírico à narrativa, acentuando sua inserção em uma estética da mobilidade e da despossessão. A originalidade da obra de Nélida Piñon, portanto, reside na problematização da herança psíquica como um campo de forças dinâmico. Diferentemente de narrativas que vinculam a identidade a um legado estanque, "Errância" delineia um percurso de transformação, em que o passado se apresenta como fonte e miragem, fundamento e colapso. Dessa forma, Piñon reconfigura a literatura de herança, conferindo-lhe um estatuto de instabilidade que dialoga com a modernidade tardia, em que o sujeito se compreende herdeiro de vestígios dispersos e, paradoxalmente, constrói-se na fragmentação das certezas.

Nesse emaranhado de memórias, os vestígios das lembranças persistem como um legado atávico, herança arcaica cuja recorrência e significância ressoam como um murmúrio ancestral que atravessa os séculos, moldando a psique coletiva e inscrevendo-se no fundamento subjetivo de cada indivíduo. Freud, ao se debruçar sobre esse fenômeno, propõe três indagações fundamentais que reverberam no campo da psicologia: qual a essência dessa herança, qual a substância que a caracteriza e de que modo se pode decifrar e explanar sua presença na constituição psíquica? Em sua perspectiva, essa transmissão, marcada por matizes filogenéticos

e constitucionais, cumpre um papel essencial na estruturação do sujeito, abrigando traços inatos que se manifestam como reminiscências psíquicas de um passado: “na vida psíquica do indivíduo podem estar ativos não apenas conteúdos vivenciados por ele próprio, mas também inatos, elementos de origem filogenética, herança arcaica.” (Freud, 2018 [1939], p. 81). A singularidade da experiência humana reside no desbotamento das predisposições biológicas, delineando um mosaico que congrega vestígios mnemônicos de vivências ancestrais e amplia sua relevância ao inscrevê-lo em uma esfera de maior envergadura. Freud sugere que, ao admitirmos a persistência desses registros na constituição psíquica, ultrapassando a aparente cisão entre psicologia individual e coletiva, torna-se viável examinar os grupos sociais por meio de uma abordagem análoga à investigação de um sujeito acometido por manifestações neuróticas. Nesse ponto, evidenciam-se os pilares fundamentais que sustentam a edificação da civilização: a interdição do incesto e a proibição categórica do homicídio de um parente consanguíneo. Esses interditos não se apresentam como meras convenções arbitrárias ou contingências da moralidade social, mas configuram-se como princípios estruturantes da ordem simbólica, instaurando a possibilidade mesma da cultura e determinando a conformação subjetiva dos indivíduos. A influência das instituições coletivas – sejam as normas reguladoras da sociedade em sua totalidade, sejam os microcosmos familiares – manifesta-se na formação psíquica singular, enquanto a subjetividade individual, atravessada por conflitos, tensões e pulsões, atua como meio pelo qual essas normas se consolidam, reiteram-se e perpetuam-se ao longo das gerações, por um mecanismo de incorporação psíquica silenciosa que se sedimenta na interioridade dos sujeitos.

Essa introjeção, no entanto, não se dá de maneira serena ou harmônica, pois o indivíduo não recebe esses interditos passivamente, mas é por eles marcado de forma incontornável, imerso em uma dialética constante entre desejo e proibição, pulsões originárias e sua necessária sublimação ou repressão. O interdito do incesto, ao vedar a posse da mãe ou da irmã como objeto erótico, desloca o desejo para além do círculo consanguíneo, instaurando o campo da aliança e da troca, promovendo a ampliação dos vínculos sociais e possibilitando a consolidação da estrutura comunitária. Já a interdição do homicídio de um parente próximo, especialmente o parricídio, impede que a rivalidade primordial se converta em aniquilação efetiva, exigindo a renúncia pulsional em favor da coexistência ordenada e transformando a força bruta da dominação em autoridade simbólica, inscrevendo a figura paterna como instância mediadora entre desejo e lei. A partir dessa confluência de determinações, compreende-se que as normas que regem a cultura não se impõem ao sujeito como restrições externas e coercitivas, mas cristalizam-se como marcas indeléveis que estruturam o funcionamento psíquico, mesmo sem

que o indivíduo tenha plena consciência desse processo. São esses dispositivos normativos, transmitidos ao longo do tempo, que se inscrevem no inconsciente e executa de maneira subjacente, delineando os limites do que pode ser almejado, concebido e concretizado: “Se nossa exposição da história primeva for aceita[...] serão reconhecidos dois tipos de elementos nas doutrinas e ritos religiosos: por um lado, fixações na antiga história da família e vestígios dela; por outro, restaurações do passado, retornos do esquecido após longos intervalos.” (Freud, 2018 [1939], p. 70).

Com o propósito de elucidar a presença dos vestígios mnemônicos impressos na substância da herança psíquica Freud, ao perscrutar as camadas enigmáticas do psiquismo, recorre a construções analíticas que pressupõem uma derivação filogenética. Nessa perspectiva, entrevê-se a perenidade de reminiscências originárias que, mesmo ocultas sob o peso das mutações temporais, permanecem latentes na estrutura inconsciente. Ao se debruçar sobre essa problemática, o psicanalista constata que a incorporação de uma lembrança ao patrimônio psíquico primitivo não ocorre de maneira arbitrária ou casual. Para que determinado evento se inscreva nessa matriz atávica, faz-se necessária uma magnitude que ultrapasse o domínio do contingente e do passageiro ou, alternativamente, a repetição constante de sua ocorrência ao longo das sucessivas gerações, garantindo-lhe enraizamento sólido na arquitetura psíquica do indivíduo e do corpo social. Ademais, a reativação desses resíduos mnêmicos, antes relegados às camadas mais inacessíveis do esquecimento, não se dá ao acaso. Ela é deflagrada pela irrupção de eventos análogos, cujas manifestações recorrentes acionam, por vias sinuosas, os registros mais arcaicos da memória inconsciente. Tal dinâmica traz à superfície reminiscências que, ainda que ressignificadas e fragmentadas, preservam uma vinculação estrutural com a experiência primordial. Esse mecanismo manifesta-se de modo evidente na clínica psicanalítica, onde se observa que determinadas vivências contemporâneas, à primeira vista triviais ou desprovidas de maior relevo, acionam-se como disparadores de conteúdos arcaicos que, em razão do recalque, haviam sido suprimidos da consciência. Contudo, quando encontram condições propícias, retornam sob a forma de sintomas, atos falhos, sonhos e compulsões reiteradas, sinalizando a persistência de dinâmicas psíquicas enraizadas:

.

> [...] entre o indivíduo e a massa é quase completa nesse ponto, também nas massas a impressão do passado permanece conservada em traços mnêmicos inconscientes. No caso do indivíduo, acreditamos ver claramente. O traço mnêmico do que foi vivido bastante cedo fica nele conservado, mas num estado psicológico especial. Pode-se dizer que o indivíduo sempre soube disso, tal como sabemos acerca do reprimido. Formamos determinadas ideias, corroboradas facilmente pela análise, sobre como algo pode ser esquecido e

> novamente aparecer após algum tempo. O esquecido não foi apagado, apenas "reprimido"; seus traços mnêmicos estão presentes com todo o seu vigor, mas isolados mediante "contrainvestimentos" (Freud, 2018 [1939], p. 78-79).

No derradeiro esboço de sua vasta e arguta investigação psicanalítica, Freud insurge-se sobre o texto judaico-cristão com a mesma acuidade hermenêutica com que se debruça sobre os mecanismos pulsionais que se propagam nos relatos clínicos, desvelando, sob a estrutura narrativa do êxodo mosaico, vestígios remotos de um mito fundacional, cuja sombra se projeta ao longo da história ocidental, manifestando-se na gênese do cristianismo e nas ignominiosas perseguições perpetradas contra o povo judeu no século XX. Nessa exegese psicanalítica, o autor conjectura que, subjacente ao relato sagrado, há uma verdade latente, recalcada e obnubilada pelas brumas do interdito, segundo a qual os próprios filhos de Israel, impelidos por uma revolta contra o despotismo do líder carismático, teriam consumado o nefando ato do assassinato de Moisés, um gesto parricida que, por sua natureza traumática e pela avassaladora culpa que dele emanaria, foi submetido a uma operação de recalque vigoroso, restando sepultado sob os escombros do esquecimento, até ressurgir, transfigurado e distorcido, em uma nova configuração simbólica. Esse fenômeno, regido pela compulsão à repetição, manifesta-se, após um hiato de duas gerações, na transformação das feições divinas do Deus único proclamado por Moisés, que, de forma insidiosa e tenaz, deslocam-se para a figura de Yahweh, um deus de natureza vulcânica e irascível, enquanto a memória do legislador assassinado se funde, de maneira inadvertida, à de outro Moisés, de caráter sacerdotal, em um processo de condensação psíquica que reatualiza, de modo oblíquo, a figura do patriarca sacrificado.

Assim, o cerne da tragédia originária, já delineado na estrutura familiar do parricídio primitivo exposto em *Totem e Tabu*, perpetua-se sob o signo de uma obediência après-coup, onde o interdito se institui na forma de mandamentos religiosos e normas sociais, corroborando o argumento freudiano segundo o qual os laços que sustentam a comunidade humana derivam da mesma dinâmica pulsional que engendra a culpa e a repressão. Nesse tratado, Freud articula as noções de transmissão inconsciente e compulsão à repetição, inserindo tais conceitos na urdidura de um processo psíquico transgeracional, segundo o qual as cicatrizes do passado projetam-se nos alicerces da cultura e nas configurações identitárias de um povo, evidenciando que o recalque atua como um mecanismo que posterga a irrupção da verdade reprimida, a qual, ao cabo, ressurge sob novas vestes simbólicas. A transmissão inconsciente, esse substrato enigmático da memória psíquica, evidencia-se como um arcabouço no qual os fragmentos de experiências ancestrais são inadvertidamente legados de uma geração à outra, sem que sua presença seja plenamente reconhecida pelos sujeitos que as portam. Em correlação a essa

perpetuação velada, a compulsão à repetição instaura-se como um imperativo, compelindo os homens a reiterar, em intervalos cíclicos, os dramas e conflitos pretéritos, reencenando-os sob diferentes matizes, preservando, contudo, a estrutura matricial do trauma original.

O parricídio mosaico, inscrito nessa lógica, configura-se como o epicentro dessa dialética entre destruição e perpetuação, pois o levante contra a figura paterna, seguido de seu apagamento simbólico, estabelece um processo de transmissão psíquica que, decorrido o tempo de incubação inconsciente, ressurge como um enigma estruturante da identidade judaica. Moisés e a divindade de Yahweh, em sua ressurreição póstuma, reaparecem sob novas roupagens, mantendo, entretanto, o vínculo latente com o passado primevo, revelando um jogo de espelhamentos e distorções que assinala a complexidade da herança simbólica. O silenciamento do evento traumático não se consuma como um fim absoluto, mas pulsam como um movimento dialético, uma gestação oculta no ventre do esquecimento, cujos signos do passado repousam como sementes que, ao cabo de um tempo determinado, rebrotam, ressignificadas, na consciência coletiva. A exegese freudiana desse fenômeno, portanto, desvenda os meandros da constituição psíquica individual e ilumina os processos de formação da cultura, nos quais mito e história confluem, revelando a imbricação entre memória e esquecimento que governa a psique humana e os alicerces das civilizações.

2.2 TRANSGERACIONALIDADE EM LACAN: CRIANÇA, SINTOMA-HERDEIRA DOS PAIS

> Eu queria ouvir as vozes dos nossos mortos, deviam sussurrar coisas entre si: meu avô; minhas tias e tios mortos na juventude ou na infância; primos; alguns parentes afastados; meu irmãozinho Otto; meus bisavós – hirtos, dormindo limpos e compostos em suas gavetas de pedra que ninguém abriria mais. Os mortos eram enigmáticos. Eu não conhecera nenhum deles, por isso o Jazigo me trazia apenas sensação de quietude, de coisas secretas e algumas assustadoras.
>
> (Lya Luft)

Insigne epígono do arcabouço intelectual freudiano, Jacques Lacan inscreve-se de maneira inconteste no panteão das mais eruditas elucubrações psicanalíticas, efetuando uma inflexão paradigmática ao reconfigurar a centralidade de suas investigações para as engrenagens que regem a transmissão psíquica, sobremaneira no que tange à propensão para desencadear disfunções e cismas no âmago das constelações familiares. Mediante a intrincada maquinaria linguística, as idiossincrasias ontológicas e epistemológicas de cada sujeito são, a princípio, cifradas e, ulteriormente, transladadas para um domínio além do cerne originário, perpetuando-se através de um veiculador semiótico que possibilita a propagação de um arcabouço cultural e gnosiológico cujas ressonâncias ultrapassam a facticidade individual e atingem a malha significante, consolidando a sedimentação de uma herança simbólica que transpõe a esfera particular e alcança a estrutura fundante da subjetividade coletiva: “Sua conservação e seu progresso, por dependerem de sua comunicação, são, acima de tudo, uma obra coletiva e constituem a cultura; esta introduz uma nova dimensão na realidade social e na vida psíquica.” (Lacan, 2003b [1938], p. 29). Essa cifração, em contraparte, submetida à volubilidade imanente ao registro simbólico, encontra-se sujeita a anfibologias, tergiversações e deformidades, dado que os vocábulos e signos que a compõem jamais lograram abarcar a vastidão inominável das vivências emocionais e psíquicas que intentam evocar. As lacunas irremissíveis que se estabelecem na comunicação linguística convertem-se em matéria propícia para o advento de equívocos, desencontros e tensões intergeracionais, inscrevendo a transmissão psíquica, sob a óptica lacaniana, como um fenômeno de dissociação e disseminação sígnica que se consuma no instante em que o sujeito adentra a ordem do significante, sendo absorvido pela arquitetura simbólica, cujas coordenadas são delineadas por uma contraposição incessante entre o desejo e a alteridade que o precede e o conforma, tanto no âmbito da estrutura parental quanto na amplitude da cultura que o abriga e determina. Esse fenômeno manifesta-se como um processo imbricado nas estruturas mais recônditas da malha psíquica, em que a

transmissão de sentido se efetiva inconscientemente, conectada às filigranas das relações simbólicas que compõem o anteparo discursivo da subjetividade. Nessa perspectiva, a linguagem se desvela como o instrumento por excelência pelo qual os significados transitam, deslizando-se de um polo ao Outro, enquanto os significantes, em perpétuo deslocamento, se articulam em um jogo de correlações semânticas, evocando, pela via do inconsciente, processos metafóricos e metonímicos que, em sua impenetrável opacidade, ressaltam a complexidade do funcionamento psíquico e sua intrínseca vinculação com as arquiteturas socioculturais que lhes servem concomitantemente de substrato e horizonte de inscrição (Lacan, 1985 [1964]).

Divisa-se, nesse interregno, a linguagem como a substância primacial e inalienável, qual ônus imperecível imposto a cada infante, que, ao adentrar o mundo simbólico, encontra-se jungido ao fardo da significação preestabelecida. Simultaneamente, porém, assoma em sua qualidade de emanação singular e irrepetível, integrando, em sua estrutura, a órbita da concepção subjetiva, a qual, em sua inteireza, plasma-se proporcionalmente ao grau de articulação que o sujeito logra edificar a partir do arcabouço codificado que lhe é anterior e ao qual se vê inevitavelmente constrangido a se conformar, sob pena de permanecer inaudível e ininteligível perante seus congêneres. Essa compulsão à submissão linguística desenha-se permeada pelos percalços que assinalam a fratura estrutural do dizer, pois a tentativa de apropriação do discurso nunca se consuma de forma absoluta, esbarrando sempre na insuficiência pertinente à linguagem, cujos signos, em perpétuo deslizamento, recusam a fixidez e resguardam, em seu cerne, a marca indelével da incompletude constitutiva do sujeito falante: “A família afigura-se, a princípio, um grupo natural de indivíduos unidos por uma dupla relação biológica, a geração, que fornece os componentes do grupo, as condições do meio, postuladas pelo desenvolvimento dos jovens e que mantêm o grupo [...]” (Lacan, 2003b [1938], p. 29).

> Entre todos os grupos humanos, a família desempenha um papel primordial na transmissão da cultura. Embora as tradições espirituais, a manutenção dos ritos e costumes, a conservação das técnicas e do patrimônio sejam com ela disputados por outros grupos sociais, a família prevalece na educação precoce, na repressão dos instintos e na aquisição da língua, legitimamente chamada materna. Através disso, ela rege os processos fundamentais do desenvolvimento psíquico, a organização das emoções segundo tipos condicionados pelo ambiente, que é a base dos sentimentos [...] (Lacan, 2003b [1938], p. 30-31).

Mister se faz sublinhar que não se há de inferir, de modo peremptório, que o inconsciente se reveste de indizibilidade ou que se acha inapelavelmente condenado à intransmissibilidade;

ao revés, sua inscrição no escopo da linguagem permitiu a elucubração de uma lógica sui generis, elevando, sobremaneira, o grau de exigibilidade imposto àqueles que, ao se depararem com tal fenômeno, veem-se impelidos a corroborar sua existência inarredável. A imersão na esfera do desejo do Outro enseja a introdução do conceito de 'dívida simbólica', a qual confere aos herdeiros os elementos estruturantes da repetição. Nesse ínterim, o ser humano, desde seu primórdio, encontra-se vinculado a uma dívida que, conquanto não tenha sido contraída por sua própria volição, é-lhe imputada como incumbência inescapável a ser resgatada. Esse encargo remonta às gerações pretéritas, cujos desatinos e desmesuras se difundem através do tempo, como se observa na maldição de Laio, cujo castigo implacável recai sobre Édipo; assim, o desígnio imarcescível do sujeito consiste em assimilar as obrigações do Outro e, no limiar da sucessão simbólica, substituí-lo, com o fito precípuo de solver a dívida que lhe fora legada (Inglez-Mazzarella, 2006).

Exemplar dessa dinâmica manifesta-se no caso paradigmático do *Homem dos Ratos* (1907), analisado por Freud, no qual os sintomas que configuram a neurose obsessiva desse paciente revelam-se indissociáveis de uma dívida originária, cujas raízes se enredam nas ações de seus antecessores, particularmente em relação ao genitor. Visceralmente imiscuído no universo dos jogos de azar, o patriarca denotava traços de ludopatia irrefreável, podendo ser qualificado como um autêntico “rato de jogo”; em função dessa compulsão, viu-se em inúmeras ocasiões tragado por perdas pecuniárias vultosas em embates cartesianos, sucumbindo a um abismo de endividamento conspícuo (Freud, 2013 [1909]). Embora possa parecer coincidência fortuita, o paciente, ao tomar ciência da iminente obrigação de solver um débito pendente junto a um tenente, experimentou uma evocação mental que o conduziu ao encargo não resgatado de seu patriarca. No âmago dessa associação psíquica insidiosa, perpassa a concepção de castigo, que se materializa na figuração simbólica dos ratos, cuja presença desponta como depositária de um calhamaço de significações, transversalmente relacionadas aos domínios do erotismo anal e das transações monetárias, evidenciando, assim, a urdidura das implicações que demarcam a economia libidinal e os efeitos inarredáveis da transmissão transgeracional.

No conto “A sombra da caça”, presente na coletânea *O calor das coisas* (1980), de Nélida Piñon, deparamo-nos com uma voz narrativa, uma figura materna, numa epístola endereçada ao filho, tecendo considerações acerca da conturbada relação que experimentara com o consorte, expondo a epopeia que empreendeu para se desvencilhar dos grilhões afetivos que a aprisionavam, tanto quanto das manifestações inequívocas de afeição desmedida por parte do cônjuge. Ao exilar o esposo do lar conjugal, inadvertidamente, privou-se da oportunidade de alcançar a plenitude existencial e, de forma concomitante, o marido efetuou sua retirada

derradeira, nunca mais retornando. Ao longo do enredo, compreende-se que, como herança do progenitor, restou ao descendente, derradeiro legatário da linhagem, uma obrigação pecuniária, talvez, de natureza emblemática, a qual se converte em uma espécie de débito simbólico que o vínculo paterno deixou como testamento à descendência: "Você, meu filho, fora o último de nosso sangue a nos bater à porta. Mal podia compreender a desavença que eu propunha ao pai. [...] não reconhece a dívida que eu faço questão que se pague?" (Piñon, 1980, p. 87). Delineia-se a saga hereditária do rebento filial, lastreado por uma pecúnia simbólica, imposta pelo patriarca ausente e erigida como um nefasto patrimônio maldito, um patrimônio que corrompe as entranhas do destino.

A progenitora, mediante a epístola cifrada, desvela-se em confissões enigmáticas, revelando que, na voragem dos dias, ela, de modo sorrateiro, ingurgita o descendente com manjares sígnicos. Essa prática visa impregnar, na prole, os símbolos e códigos ocultos do passado, como uma álea inescapável de signos e augúrios que se materializam nos meandros de uma tradição densa e impenetrável: "Ah, filho, porque te descrevo os meus mistérios, os sonhos do teu pai, que nem sei mais onde vive, ou se já morreu. [...]. Que vergonha, filho, como ousou alimentar-te com os vestígios de semelhante paixão, se mal te nutri de leite [...]" (Piñon, 1980, p. 88). Ao ser investido desse fardo simbólico, o filho, aos moldes de um arauto involuntário, assume a condição de guardião de uma herança, impregnada de arroubos e quimeras do progenitor, destilada como uma essência arcana que exige ser perpetuada ao longo das idades. O patrimônio, permeado por enigmas acerca daquela despesa pretérita, semelhante ao caso do *Homem dos Ratos*, insinua-se como uma malha de enigmas, uma chaga que, inadvertidamente, recai sobre os ombros do descendente, condenando-o à condição de herdeiro maldito: "O homem pedia, por que a dívida, por que o dinheiro, e para que o caminho certo? [...] ignoro mesmo se você é homem para suportar os encargos de um rosto atado com feixes e nervos." (Piñon, 1980, p. 89). Na derradeira trama urdida, avulta-se a natureza necro-revivente do genitor, assemelhando-se ao espectro do patriarca ceifado na aurora da horda primordial, porquanto, seu falecimento não o alija da influência sobre os destinos daqueles que dele descendem. Transforma-se num "emissário" da existência post-mortem e perpetua-se, paradoxalmente, nos anais vitais dos descendentes, mediante as aragens insinuantes das mensagens legadas: "Ele disse: a mãe e eu deixamos instruções aos herdeiros para que se encaminhassem até a morte com orgulho e o dente altivo do javali. Foi o que ele fez, mãe. Morreu como se estivesse mais bem nascendo. [...]. Se está vivo na morte, ou desperto pela força do teu coração saudoso." (Piñon, 1980, p. 90). Dentro desse arcabouço narrativo, destaca-se um traço essencial da poética de Piñon: a exploração da herança psíquica sob matizes

insuspeitos. A narrativa evidencia um legado que extrapola a esfera econômica, impregnando-se de uma carga afetiva e simbólica que se infiltra nos veios da descendência. Piñon reveste sua prosa de um lirismo lancinante, reconfigurando a tradição sob a perspectiva da subjetividade dilacerada. O patriarca, mais do que um signo da ordem ancestral, manifesta-se como um vestígio palimpséstico, cuja permanência na memória remodela a identidade do herdeiro, infundindo-lhe um destino que se imprime para além da materialidade do tempo e da transmissão sanguínea.

Consoante à formulação teórica elaborada por Jacques Lacan n'*O mito individual do neurótico* (1954), os signos paradigmáticos que delineiam o complexo familiar do denominado Homem dos Ratos adquirem contornos peculiares ao se configurarem como fulcro de uma tentativa inconsciente de equacionamento dos conflitos conjugais entre seus genitores. Nesse sentido, o enredo que se desdobrou na existência do patriarca ressurge no percurso do filho, culminando em um impasse materializado na hesitação entre desposar uma consorte abastada ou unir-se a uma mulher de condição financeira modesta. O progenitor, por conseguinte, elege como caminho a união matrimonial com a figura feminina economicamente provida de recursos substanciais, embora permaneça aprisionado em uma rede de endividamento que inviabiliza sua plenitude financeira. Dessa maneira, os complexos psíquicos que atravessam a subjetividade do protagonista estruturam-se em duas dimensões nitidamente demarcadas: uma, concernente à dívida patrimonial legada pelo genitor, e outra, atinente à substituição de uma esposa desprovida de bens materiais por uma que encarna a opulência e o poder aquisitivo. A partir dessa lógica, delineia-se uma bifurcação semântica que remete a uma dualidade de obrigações simbólicas: por um lado, a dívida alicerçada na castração paterna e, por outro, o encargo social que se perpetua como ausência estruturalmente irresoluta e incessante (Lacan, 2008 [1954]). A dívida se inscreve em dois planos ontológicos que, embora coexistam, revelam-se essencialmente inconciliáveis, gerando uma tensão irrefragável entre as duas esferas constitutivas dessa problemática. O esforço infrutífero de sobreposição de um domínio sobre o outro engendra o cerne do drama subjetivo do Homem dos Ratos, sendo que essa impossibilidade de articulação efetiva impulsiona a persistência de um ciclo operatório cuja perpetuação indefinida impede qualquer possibilidade de resolução derradeira, convertendo-se em um mecanismo compulsivo que se reinstaura continuamente sem jamais alcançar um termo definitivo.

Nesse panorama, a dívida paterna adquire um caráter impositivo na constituição psíquica do filho, inscrevendo-se no entrecho de seu fantasma sadomasoquista, no qual a imagética de ser penetrado por camundongos traduz simbolicamente o imperativo do

padecimento como forma de quitação desse débito primordial. Trata-se, em última instância, de um sofrimento instaurado como efeito de uma deterioração estrutural da malha parental, como bem enuncia Lacan ao afirmar que "os complexos familiares cumprem, nas psicoses, uma função formal, sendo os temas familiares predominantes nos delírios um reflexo da paralisação que as psicoses impõem ao eu e à realidade" (Lacan, 2003b [1938], p. 68). Assim, no âmago desse fenômeno psíquico, ressoa a disjunção irremediável entre dívida e desejo, instaurando um jogo incessante de substituições e compensações que jamais logra consumar a quitação simbólica definitiva. Como se os dilemas irresolúveis imanentes à estrutura originária, ou seja, as instâncias que permaneceram suspensas em uma dimensão pretérita do existir, ostentassem uma inclinação congênita para deslocar-se e reiterar-se incessantemente em ulterior conjuntura da trajetória subjetiva do indivíduo. Esse arcabouço de translação e redobro dos impasses delineia-se como traço distintivo das dialéticas psíquicas do denominado Homem dos Ratos e, por extensão, de outros sujeitos imersos em análogos processos de iteração compulsiva de embates irresolvidos. A inteligibilidade da dívida enquanto constructo simbólico constitui um avanço substancial na depreensão de sua natureza histórica, elaborada e perpetuada na relação imbricada com o outro.

Em sua fase primordial de constituição psíquica, a criança encontra-se submersa na ordem oscilante do "capricho articulado" materno, cuja alternância entre presença e ausência estabelece, desde o princípio, a configuração de um lócus fálico, instância primordial a partir da qual se inaugura a tessitura identitária. Sob essa perspectiva, entrevê-se a possibilidade de reconfiguração dos legados originários, cujas raízes se projetam através das gerações, instaurando uma dinâmica de dívida que se perpetua no horizonte existencial: "Na neurose parental [...] a transmissão tende a ser similar, em razão da penetração afetiva que torna o psiquismo infantil receptivo ao sentido mais oculto do comportamento parental." (Lacan, 2003b [1938], p. 85). A assunção desse lugar, concebido como a corporificação do anseio materno ou da vontade de qualquer instância tutelar, constitui um requisito fundamental, embora insuficiente, para a consolidação do sujeito enquanto ente dotado de inscrição simbólica. O percurso exige, portanto, um estágio subsequente, no qual se impõe a necessidade inalienável de uma mediação estruturante. Para que a criança transponha o domínio do desejo alheio e escape à sua captura, revela-se imprescindível a irrupção de um elemento mediador, encarnado pela função paterna, cuja intervenção desempenha um papel axial na conformação da estrutura simbólica que inscreve o sujeito na ordem significante.

No conto "As pompas de Salomão", extraído da coletânea *O pão de cada dia* (1994), Nélida Piñon reformula a tradição bíblica ao deslocar o eixo narrativo do esplendor régio para

a opressão da herança familiar, conduzindo a narrativa por um caminho que exalta menos a magnificência do monarca e enfatiza a transmissão compulsória de encargos inescapáveis que se impõem como destino incontornável e sufocante, perpetuando uma lógica sucessória em que o herdeiro se apresenta como um executor de uma cadeia de designações impostas pela genealogia e pela ordem divina. A presença de Deus, na composição pinoniana, manifesta-se como uma força ordenadora que prescreve os caminhos da linhagem, conduzindo a trajetória de Davi até Salomão sob a égide de um poder absoluto que impede desvios ou hesitações, de modo que a divindade se revela não como uma bênção, mas como um princípio regulador inflexível que impõe sua vontade de maneira irrevogável, conferindo à sucessão um caráter de fardo inexaurível. Essa imposição se evidencia na passagem em que a escritora assinala: "Deus come conosco e povoa-nos de expectativas míticas. [...]. Os salmos e litanias repercutem em nós como um eco distante. Salomão, ainda hoje, está presente no recitativo contemporâneo, como se representasse a voz dos últimos milênios" (Piñon, 1994, p. 17), enunciando a permanência de um sistema que se perpetua inalterado e conferindo ao protagonista uma posição de clausura dentro de um tempo que se repete e se refaz em ciclos impositivos.

A singularidade da abordagem de Piñon reside na reconfiguração da herança como um encargo opressivo que impede variações ou reinterpretações, estruturando a narrativa em torno da edificação do templo de Salomão, cuja construção se configura como a manifestação mais evidente da submissão do monarca a um projeto que lhe é anterior e superior. Essa dissolução de sua autonomia enquanto agente da história se verifica no trecho em que a autora pontua: "Ousava prorrogar narrativas e invenções em intransigente obediência aos desígnios do pai, Davi, que lhe cobrara a tarefa de erguer um templo em Jerusalém." (Piñon, 1994, p. 18), evidenciando que a ação do rei resulta de uma missão herdada que se impõe de maneira inapelável, relegando-o à condição de executor de um destino que lhe é atribuído. A inflexibilidade desse desígnio divino torna-se ainda mais contundente quando a narrativa nelidiana destaca que a construção do templo antecede qualquer desejo ou intenção humana, consolidando-se como um plano divino inalterável que prescinde da vontade dos envolvidos. Essa perspectiva se torna clara na passagem em que a autora sentencia: "Era mister, pois, que Salomão, vassalo da grandeza, obedecesse aos planos transmitidos por Deus ao seu pai, o rei pastor. Um templo que antes mesmo de Davi abraçar o projeto, e Salomão erguer seus muros, teve Deus como arquiteto." (Piñon, 1994, p. 18), assinalando a trajetória do protagonista como parte de uma engrenagem predeterminada, dissolvendo sua soberania diante da imutabilidade dos desígnios que governam a linhagem e anulando qualquer possibilidade de autodeterminação ou ruptura.

A literatura de Piñon se insere, assim, em um campo de reflexão sobre a sucessão enquanto estrutura de imposição, na qual o herdeiro ocupa um lugar fixo dentro de um sistema que o reduz a um elo dentro de uma ordem que o antecede e se projeta para além de sua existência, sem margem para contestação. Esse mecanismo ressoa em outro conto da coletânea, "O nome secreto", no qual a autora sentencia: "O desejo obedece a estranhos sortilégios. É a alegria e fardo ao mesmo tempo." (Piñon, 1994, p. 20), reforçando a ideia de que a subjetividade se dilui sob a força incontornável da genealogia, aprisionando os indivíduos em mandatos que não podem ser rejeitados. Ao reformular a narrativa bíblica e converter a trajetória de Salomão em um processo de perpetuação de deveres e encargos hereditários, a estética de Piñon distancia sua ficção das leituras convencionais que enaltecem a majestade do monarca, construindo um exame minucioso das dinâmicas familiares enquanto engrenagens que regulam a imposição de desígnios inescapáveis, instaurando uma reflexão sobre o peso das obrigações ancestrais que se estendem por gerações, restringindo a liberdade individual e convertendo a linhagem em um mecanismo que dita os rumos da existência de forma irrevogável.

A narrativa pinoniana, ao evidenciar a herança como um dispositivo que vincula o herdeiro a um destino incontornável, aproxima-se das formulações psicanalíticas que problematizam a função paterna como instância normativa e estruturante da subjetividade. Nesse horizonte, a imposição do legado salomônico dialoga com a concepção lacaniana da transmissão da lei, em que a figura paterna se manifesta como acionador simbólico cuja função extrapola a imposição de um interdito e se constitui como vetor de uma ordem que organiza e regula a posição do sujeito no reduto genealógico e social. Essa articulação permite aprofundar a análise das narrativas que exploram a filiação como um eixo determinante da constituição psíquica, abordando as complexidades da transmissão intergeracional e suas implicações no processo de subjetivação. Por meio da figura paterna, institui-se a promulgação da lei ou, conforme formulado por Lacan (2003b), a demanda direcionada ao Outro, quando devidamente articulada, é remetida a uma instância superior, cuja autoridade regula os fundamentos da estruturação subjetiva. Em termos precisos, se o pai, enquanto mediador da ordem simbólica, encarna o princípio normativo que rege a realidade do sujeito, a mãe desempenha o papel de transmissora da mensagem endereçada a esse tribunal supremo, personificado na presença paterna.

Essa configuração relacional estabelece a compreensão da instância paterna na segunda fase do Complexo de Édipo como uma "presença privadora", pois se constitui como sustentáculo inelegível da lei e como aquele que a ostenta e a impõe como matriz reguladora da subjetividade (Lacan, 1999 [1957-1958]). As transmissões psíquicas e os espólios linguageiros,

frequentemente agentes de modulação das dinâmicas parentais, devem ser rigorosamente compreendidos como núcleo do que Lacan denominou complexos familiares na formação do sujeito: "[...] nas neuroses, os complexos exercem uma função causal: incidências e constelações familiares que determinam os sintomas e as estruturas segundo os quais as neuroses dividem, introvertem ou invertem a personalidade." (Lacan, 2003b [1938], p. 68). A terminologia abrange uma multiplicidade de matizes que se impõe esclarecer para atingir uma compreensão apurada de sua incidência na constituição psíquica: antes de tudo, é necessário reconhecer que tais transmissões ultrapassam afecções emocionais ou deslocamentos de conteúdos psicológicos entre gerações. Trata-se de um campo expandido de interações e ressonâncias simbólicas, no qual se disseminam narrativas, mitos, valores e reminiscências familiares que, frequentemente ocultos na penumbra do inconsciente, atravessam a experiência subjetiva, modelam identificações e norteiam a relação do indivíduo com o Outro e com a ordem social na qual se insere. Dentro desse horizonte, a função paterna, enquanto eixo estruturante da triangulação edípica, manifesta-se como instância mediadora de um legado que extrapola o domínio singular da história individual, projetando-se em uma esfera genealógica mais ampla, na qual a filiação expande-se para além do vínculo biológico. Trata-se de uma rede de injunções simbólicas que determinam a posição do sujeito na cadeia intergeracional. Essa formulação revela que o estatuto do pai não se restringe a um dado empírico, constituindo-se, em termos teóricos, como um operador estrutural cuja função viabiliza o acesso ao campo simbólico, assegurando a transmissão do desejo regulado pela Lei:

> [A família] transmite estruturas de comportamento e de representação cujo funcionamento ultrapassa os limites da consciência. Assim, ela estabelece entre as gerações uma continuidade psíquica cuja causalidade é de ordem mental. Essa continuidade, se revela o artifício de seus fundamentos nos próprios conceitos que definem a unidade da linhagem, desde o totem até o nome patronímico, não deixa por isso de se manifestar na transmissão, à descendência, de inclinações psíquicas, que confinam com o inato [...] (Lacan, 2003b [1938], p. 31).

É indiscutível que a criança só consegue assimilar os fundamentos primordiais – filiação, nomeação e diferenciação sexuada – na transmissão geracional, ou seja, na dinâmica simbólica que a institui como ser dotado de significação no interior da estrutura genealógica. A autoridade dos progenitores figura como instância inaugural, pois, ao conferir-lhe nome e inseri-la na ordem simbólica, efetiva sua inscrição no universo intersubjetivo. A ausência desses elementos primordiais precipita o sujeito em um desenraizamento ontológico, sujeitando-o a

uma errância discursiva que obscurece a inteligibilidade de sua trajetória, tornando sua historicidade nebulosa e arregimentada por constantes rupturas psíquicas. Além disso, a opacidade da transmissão ancestral – mais precisamente, a interrupção da cadeia narrativa que deveria sustentar a estrutura genealógica e, por conseguinte, enraizar o indivíduo na memória coletiva da tradição – impõe à descendência a repetição ininterrupta das pulsões de gozo vivenciadas pelos antecessores, inviabilizando a construção de um projeto autônomo de individuação. Somente a restauração da filiação simbólica, concebida como alicerce da subjetividade, possibilita à criança delinear-se na alteridade, desarticulando os padrões repetitivos que a aprisionam em fixações pretéritas. A análise da cadeia transgeracional revela que essa transmissão extrapola qualquer noção de factualidade biológica, adentrando o domínio simbólico que, atravessando o tempo, imprime marcas no inconsciente e direciona o sujeito a ocupar um lugar discursivo previamente moldado pelo desejo do Outro (Wagner, 2005). Essas inscrições, cujas manifestações oscilam entre a sustentação psíquica e a disfunção estrutural, emergem do imaginário da geração anterior e se cristalizam progressivamente no psiquismo da descendência, instaurando um ciclo reiterativo cujas reverberações se propagam pela linhagem, perpetuando-se como traços mnêmicos de compulsão repetitiva.

Convém destacar, ainda, que os elementos transgeracionais não se restringem a meros vestígios materiais destituídos de significação imanente; antes, configuram registros espectrais que, embora intangíveis, ressoam no psiquismo sob a forma de insistências sintomáticas. Nesse sentido, n'*Os complexos familiares na formação do indivíduo* (1938), Lacan estabelece uma distinção rigorosa entre, de um lado, a transmissão de injunções psíquicas atravessadas por distorções patológicas que desestabilizam a organização familiar sob o signo da psicose e, de outro, a herança inconsciente que, de maneira insidiosa, traça as coordenadas estruturantes da neurose no interior da constelação parental, funcionando como uma sintaxe latente que governa, de maneira subterrânea, a configuração da subjetividade: "Os complexos familiares revelam-se, nas neuroses, por um ângulo totalmente diferente: é que, nelas, os sintomas não manifestam nenhuma relação, a não ser contingente, com um objeto familiar. Os complexos, no entanto, cumprem aí uma função causal" (Lacan, 2003b [1938], p. 75). Nas rupturas psicóticas que se instauram no âmago da estrutura parental, cuja coesão se vê progressivamente minada por forças desagregadoras, Lacan adverte que a constituição de um fechamento estrutural – erguendo uma barreira impenetrável em torno do grupo familiar – tende a intensificar os efeitos cumulativos da proliferação discursiva dissonante. Essa difusão insidiosa de enunciados impregnados de uma carga significante deletéria é ativada como um vetor de corrosão das instâncias organizadoras da constelação parental, precipitando um colapso que compromete a

transmissão psíquica e desarticula os eixos fundamentais da subjetividade. Assim, as correntes discursivas, em vez de atuarem como vetores estruturantes, convertem-se em mecanismos de desagregação progressiva, instaurando um refluxo que inviabiliza qualquer dialética de simbolização. Tal dinâmica, ao infiltrar-se no âmago da rede familiar, dissemina silenciosamente germes patológicos que, ao encontrarem um solo ora exaurido, ora impregnado por reminiscências espectrais, instauram uma esterilidade psíquica ou, por outro lado, fomentam processos de proliferação caótica, destituídos de qualquer ordenamento estruturante. Desse modo, a psicose se impõe como um destino implacável, perpetuando-se na descendência como um legado hermético, resistente e reiterativo: “[...] uma disposição 'em redoma' do grupo familiar tende a intensificar os efeitos de somação característicos da transmissão do ideal do eu [...], aqui esses efeitos atuam num sentido degenerativo.” (Lacan, 2003b [1938], p. 74).

A noção subjacente à configuração encapsulante, concebida como manifestação de um aparato defensivo de tonalidade inconsciente, adere de forma visceral a um arcabouço de interações intersubjetivas de complexidade enredada, cujos nexos, articulados sob uma lógica de clausura autorreferencial, instauram um circuito de retroalimentação psíquica que, ao invés de favorecer processos de simbolização e trânsito entre o interno e o externo, edifica um microcosmo de opacidade densa, no qual os indivíduos inseridos na constelação familiar permanecem cativos de uma dinâmica de reflexividade sufocante. Essa estrutura, ao vedar os canais de escoamento das inscrições simbólicas e obstruir a circulação de significantes que viabilizariam a dialética da alteridade, amplia, em progressão geométrica, a incidência das manifestações cíclicas atinentes ao fluxo de transmissão inconsciente, consolidando uma sedimentação psíquica intricada, incorporando anseios inconfessáveis, injunções pulsionais recalcadas e fragmentos discursivos interrompidos que, ao enredarem-se na trama estrutural do núcleo parental, constituem um lastro memorialístico que ultrapassa o peso da herança genealógica e se cristaliza enquanto marca arcaica no inconsciente dos descendentes.

À medida que tais influxos se acumulam e orbitam incessantemente em torno das fundações parentais, configurando um campo de forças avesso à diferenciação e à inserção do sujeito na ancoragem social, delineia-se um cenário de intensificação das perturbações psíquicas, cujo corolário inevitável se manifesta na irrupção de um estado de descontinuidade com a realidade consensual. Esse fenômeno, ao comprometer a coesão da percepção e desprover o indivíduo da ancoragem simbólica imprescindível à sua permanência no domínio do sentido partilhado, desdobra-se em um processo de cisão abrupta, instaurando um regime de fragmentação subjetiva no qual surgem percepções alucinatórias, distorções da ordem fenomênica e deslocamentos do pensamento que culminam na formulação de narrativas

delirantes, completamente apartadas do horizonte intersubjetivo da significação: “as anomalias da personalidade cuja constância na parentela do paranoico é sancionada pela conhecida denominação 'ninhos de paranoicos' [...], pela frequência da transmissão da paranoia na linhagem familiar direta [...] e de seu aparecimento no descendente.” (Lacan, 2003b [1938], p. 74).

Nos palimpsestos psíquicos onde proliferam construções de natureza paranoide, observa-se frequentemente que os temores e aflições de configuração vacilante, destituídos de uma base racional claramente delineada, como os delírios cultivados pelos genitores, exalam nos descendentes. Esse fenômeno ultrapassa a simples predisposição à introjeção desses conteúdos e se inscreve em uma lógica de confluência inconsciente, onde a transmissão transgeracional atua como um canal de propagação de afecções não verbalizadas e angústias que, originadas no psiquismo parental, transbordam para a subjetividade da prole. A absorção dessa carga pulsional, permeada por significantes de apreensão e temor, induz à assimilação involuntária de elementos dispersos do imaginário familiar e, na mesma medida, engendra um dispositivo no qual os filhos, imersos no caldo simbólico e cultural compartilhado com seus ascendentes, incorporam, por osmose psíquica, valores, interditos e preceitos que estruturam o *ethos* doméstico. Os medos subterrâneos e os espectros da inquietação se fazem persistentes, colocando-os em uma posição paradoxal, na qual se tornam simultaneamente receptáculos e espelhos da sintomatologia parental, reiterando-a em sua estrutura psicogênica e reproduzindo, em sua trajetória, os traços idiossincráticos da enfermidade psíquica que os precedeu.

Ao examinar os episódios nos quais o delírio, em sua intensidade arrebatadora, irrompe como uma imposição incontornável, emanada de uma figura parental cujo quadro psicótico o instaura como instância despótica no âmbito doméstico, encontram-se os casos de delírio compartilhado. Tal fenômeno origina-se da dissolução das fronteiras subjetivas no interior de um núcleo familiar marcado por um estado de precariedade estrutural. As funções simbólicas sofrem corrosão, comprometendo a diferenciação entre os sujeitos. É precisamente nesse ponto, onde a reclusão social se acentua e a parentalidade assume um viés hermético extremo, que a dinâmica de clausura atinge seu auge, estabelecendo as condições propícias para o surgimento do chamado *par psicológico*. Essa estrutura relacional manifesta-se por meio de uma confluência psíquica entre os membros da família, seja na forma transgeracional (entre pais e filhos) ou intrageracional (entre irmãos), configurando um estado de simbiose absoluta, no qual a individualidade é dissolvida em um campo psíquico indiferenciado, submetido à lógica homogênea da psicose primordial.:

> [...] é nos delírios a dois [*folieu deux*] que acreditamos apreender melhor as condições psicológicas que podem desempenhar um papel determinante na psicose. Excetuados os casos em que o delírio emana de um genitor acometido por um distúrbio mental que o coloca na posição de tirano doméstico, encontramos constantemente esses delírios no grupo familiar que chamamos de descompletado, no qual o isolamento social que ele propicia surte seu efeito máximo, a saber, o 'par psicológico' formado por uma mãe e uma filha ou por duas (ver nosso estudo sobre as irmãs Papin), ou, mais raramente, por uma mãe e um filho (Lacan, 2003b [1938], p. 74).

Nesse itinerário espectral, os vínculos consanguíneos encontram-se imersos em uma rede de determinações psíquicas, soterradas na arquitetura da estrutura familiar. Os integrantes do núcleo doméstico, marionetes de uma ordem transgeracional inflexível, veem-se enredados em um jogo de pulsões que se afirmam como marcas indeléveis de um destino que os arrasta para um campo de forças indistintas. Assim, imbricados nos despojos das relações parentais, aqueles que compartilham a filiação sanguínea participam da malha invisível do interdito e da compulsão à repetição, assumindo, de maneira quase imperceptível, a incumbência tácita de compartilhar o fardo de uma patologia psíquica que, mesmo latente, dissemina-se de forma insidiosa e compromete o substrato emocional e simbólico da família. Sob essa perspectiva, a psicose, com seu caráter corrosivo, performa-se em um ecossistema relacional sustentado por uma cadeia de reverberações incessantes, instaurando uma economia de interdependências mórbidas. Aqueles que, à revelia de sua vontade, são tragados para esse redemoinho existencial alternam-se entre a condição de espectadores passivos e a de agentes ativos desse enredo. Ao absorverem as advenções do delírio parental, tornam-se expressões vivas da patologia que os antecede, incorporando-a à própria subjetividade e perpetuando-a como uma inscrição psíquica de alcance transgeracional.

Nesse cenário, os denominados parceiros-sintomas, no cerne da estrutura doméstica, assumem o papel de vetores involuntários dessa engrenagem psicótica, cujo funcionamento prescinde de enunciados discursivos explícitos, operando por vias subterrâneas, no entrechoque silencioso do inconsciente. Trata-se de um legado inefável e, em muitas instâncias, irreversível: "Aliás, essa estagnação psíquica pode manifestar seu corolário social numa estagnação dos laços domésticos, permanecendo os membros do grupo familiar aglutinados por suas 'doenças imaginárias' num núcleo isolado na sociedade, ou seja, tão estéril para sua troca [...]" (Lacan, 2003b [1938], p. 88). Dessa forma, tornam-se mediadores da patologia, assumindo um papel paradoxal: catalisadores e recipientes do sofrimento psíquico que permeia as manifestações psicóticas. Nessas fronteiras fluidas entre o individual e o coletivo, o adoecimento mental adquire a feição de um organismo grupal, uma estrutura em que a psicose se alastra com

dinâmica epidêmica. Os parceiros-sintomas desempenham, assim, um papel fundamental na manutenção e propagação da patologia, intensificando sua sintomatologia por meio da interação constante, cuja recorrência amplia o processo psicótico e o transforma em uma narrativa compartilhada.

Em *Nota sobre a criança* (1963), Lacan enfatiza que a perpetuação da família conjugal, apesar das incessantes reformulações ao longo da história, ancora-se na função de salvaguarda de um resíduo de natureza eminentemente transmissiva. Esse elemento desempenha um papel central ao estabelecer um lastro simbólico indispensável à constituição subjetiva dos indivíduos inseridos no escudamento familiar. Tal resíduo carrega vestígios das vicissitudes pretéritas e regula como instância estruturante que, ao incidir sobre o psiquismo em desenvolvimento, determina as coordenadas essenciais da inscrição do sujeito no campo do desejo e do interdito. Como efeito direto das contingências que atravessam a travessia edipiana e das múltiplas repercussões advindas das relações que ali se articulam, a transmissão inconsciente do que permanece encoberto e inominado no seio da estrutura familiar imprime-se sobre a subjetividade infantil. A força desse processo delineia o horizonte identificatório do infante, moldado pela vinculação com o casal parental. O renomado psicanalista salienta, com aguda perspicácia, a existência de uma função residual operante na cadeia intergeracional, exercida pela família conjugal de maneira silenciosa, porém decisiva. Ao conferir ao sujeito os elementos necessários para sua inscrição no discurso, influencia de forma incontornável tanto o destino individual de seus membros quanto o próprio curso das formações sociais. Dessa maneira, mesmo diante das transformações que reconfiguram a organização das relações humanas, mantém-se irredutível a potência de uma transmissão que esfacela as injunções temporais, persistindo como alicerce inalienável da constituição psíquica: “A função de resíduo exercida (e, ao mesmo tempo, mantida) pela família conjugal na evolução das sociedades destaca a irredutibilidade de uma transmissão [...]” (Lacan, 2003b [1969], p. 369). A criança, ao inscrever-se na estrutura familiar, responde ao influxo das contingências psicogênicas alocadas na arquitetura parental. Sua sintomatologia ultrapassa a condição de reflexo passivo do discurso parental e adquire complexidade própria, revelando-se como um emaranhado de significações entrelaçadas ao desejo do Outro. Ao ocupar seu lugar dentro desse arcabouço fantasmático, subjacente às dinâmicas parentais, a criança se vê cercada por uma constelação de expectativas e interditos preexistentes, suscetíveis, por meio do sintoma, de revelar e condensar as fissuras, os desajustes e os tensionamentos imanentes ao campo do desejo familiar.

Lacan (1969), ao investigar as nuances desse fenômeno, destaca que a sintomatologia infantil, em sua raiz mais elementar, cristaliza-se como um elemento estruturante dotado de

uma função discursiva. Sob a forma de uma elaboração singular, torna-se veículo de enunciação de uma verdade que ultrapassa os limites da individualidade infantil para adentrar os meandros do que há de sintomático e não elaborado na economia psíquica do par parental. Assim, a manifestação sintomática do infante assume o estatuto de índice revelador de uma estrutura mais ampla, cuja origem pode ser rastreada na economia do casal genitor e na transmissão psíquica entre gerações, onde heranças simbólicas, interditos silenciados e legados recalcados exercem sua influência sobre os destinos subjetivos: "O sintoma da criança acha-se em condição de responder ao que existe de sintomático na estrutura familiar. O sintoma [...] se define, nesse contexto, como representante da verdade. O sintoma pode representar a verdade do casal familiar." (Lacan, 2003b [1969], p. 369). Noutras palavras, a construção significante que permeia a sintomatologia infantil não se apresenta como um evento casual ou fortuito. Ao contrário, encontra-se determinada por uma rede de articulações simbólicas que a vinculam à verdade do casal parental e a inscrevem na engrenagem da metáfora paterna – instância que confere ao sujeito acesso ao campo da significação fálica. Dentro desse horizonte estrutural, o infante engendra seu sintoma e opera como um agente subordinado, um emissário capturado nos desígnios enigmáticos do desejo materno, respondendo a este último por meio de uma elaboração cifrada que busca instaurar uma interlocução com a alteridade que o antecede e o constitui.

Importa salientar que a criança, ao situar-se nessa configuração fantasmática, não possui clareza sobre o estatuto que lhe é atribuído no imaginário materno, tampouco apreende com nitidez os vetores pulsionais que determinam sua posição no tabuleiro do desejo do Outro. Para resguardar sua existência subjetiva diante desse enigma impenetrável, lança mão de um expediente fundamental: apresenta-se à figura materna como promessa de completude, ofertando-se, ainda que de modo espectral, como aquela que viria a preencher a falta no Outro. Dessa dinâmica decorre aquilo que Lacan, com precisão analítica, denomina dialética intersubjetiva do engodo: um enredamento de mãe e filho em um jogo de encontros ilusórios e investimentos libidinais encobertos. Estes orbitam em torno de um equívoco estrutural que não se resolve, mas perpetua sua própria repetição interminável (Meira, 2021). Nesse suporte simbólico, o infante, marcado pelas inscrições antecedentes, projeta-se enquanto entidade espectral, uma miragem imaginária que, por força da dinâmica fantasmática congênita à contraposição materno-filial, alimenta a ilusão de ocupar o lugar de satisfação plena do desejo materno. Contudo, permanece alienado na mais densa obscuridade quanto ao estatuto exato que lhe é conferido no universo psíquico da genitora. Nesse cenário de equívocos estruturais, a criança, mesmo sem plena consciência dos mecanismos que a capturam, adere à condição de

objeto do desejo materno, assumindo, no interior dessa economia libidinal, a forma de um artefato substitutivo, um falo espectral, transitando como extensão figurada do corpo do Outro, um corpo-objeto, signo precarizado de uma completude irrealizável.

Dentro dessa arquitetura simbólica, edificada sobre lacunas e suplências, o desejo materno finca suas raízes na incompletude constitutiva do sujeito. A criança, ao acomodar-se nesse papel de simulacro, expõe-se à incidência de angústias inomináveis e apreensões de natureza primitiva. Esse enquadre paradoxal se desvela na medida em que, ao mesmo tempo em que se vê capturada nas demandas maternas, na qualidade de significante precarizado da falta no Outro, insere-se num jogo de enganos e reverberações especulares, onde sua subjetividade se obscurece pela miragem de um preenchimento que jamais se efetiva: "A distância entre a identificação com o ideal do eu e o papel assumido pelo desejo da mãe, quando não tem mediação [...], deixa a criança exposta a todas as capturas fantasísticas. Ela se torna 'objeto' da mãe e não tem outra função senão a de revelar a verdade desse objeto." (Lacan, 2003b [1969], p. 369). Por isso, em Subversão do sujeito e a dialética do desejo (1998 [1960]), Lacan afirma que a ausência do Outro se manifesta no neurótico sob a forma de uma demanda, uma súplica, uma mensagem cifrada que o interpela – projetando-o à posição onipotente e, simultaneamente, aterradora, de objeto a. O sujeito, ao deparar-se com a opacidade do enigma interposto entre seu desejo e a inacessibilidade estrutural do gozo absoluto, elabora uma resposta que não se restringe ao domínio da significação linguística, mas se inscreve nas imagens que compõem sua constituição fantasmática, evidenciando a função estruturante do objeto em sua economia psíquica. Nesse processo, delineia-se um vínculo entre a incidência da pulsão e a arquitetura espectral que sustenta a montagem do fantasma – um arcabouço de fantasias que excede a construção representacional ou um simples artifício gramatical, manifestando-se como um campo de inscrição pulsional, onde se articula a dialética da alienação e da separação. Trata-se do território paradoxal no qual o sujeito se constitui como objeto do desejo do Outro. Desse modo, o fenômeno fantasmático apresenta-se sob um duplo matiz: sob um viés, sua materialização permite uma apreensão no campo da linguagem, sendo este o espaço no qual o sujeito se empenha em articular, ainda que de maneira fragmentária e vacilante, as angústias inomináveis e os anseios que contagiam em sua estrutura psíquica; por outro, há uma dimensão do fantasma que se esquiva a qualquer captura simbólica, subsistindo em uma região limítrofe e inacessível, um domínio radicalmente refratário à simbolização, onde se manifesta uma alteridade irredutível, escapando a qualquer tentativa de domesticação pelo discurso.

No conto “Escombros”, da antologia *Pão de cada dia* (1994), de Nélida Piñon, delineia-se uma estrutura narrativa na qual a relação entre vivos e mortos adquire contornos de um rito lúgubre, em que os despojos humanos, corroídos pelo tempo, retornam ao solo sob a imposição do esquecimento. O narrador, impregnado de uma assertividade que transita entre a resignação e a crueza, atribui aos viventes a incumbência de zelar pelos restos daqueles que os precederam, instaurando uma dinâmica na qual a fronteira entre permanência e dissolução se torna tênue, pois os corpos extintos persistem como fragmentos simbólicos que se inscrevem num ritual de incorporação e memória: “Cabe aos filhos dar sepultura aos mortos, cuidar dos seus ossos. Se quiserem, porém, usar esses ressentidos ossos com sobras de carne para dar gosto à sopa, não me oponho.” (Piñon, 1994, p. 27). No umbral espectral em que se mesclam os derradeiros resquícios da existência e os vestígios insondáveis do além, os remanescentes humanos instauram um rito crepuscular de transfiguração, onde a matéria cadavérica, atravessada por uma espécie de sortilégio alquímico, converte-se em substância evanescente, disseminando-se sobre o domínio dos vivos. Nos confins da memória e nas fissuras do esquecimento, os ossos, despojados de sua antiga vitalidade, ressurgem em narrativas silentes, inscrevendo-se como reminiscências de um tempo diluído, que ainda resplandece no presente como vestígio insubmisso ao aniquilamento absoluto.

A transubstanciação dos defuntos em entidades errantes que perpassam os destroços da existência se efetiva na esfera da representação, onde os vivos se tornam depositários de uma presença que se perpetua no fluxo espectral do cotidiano. A substância corpórea dissolve-se em emanações translúcidas, impregnando o cenário de ruínas habitado por aqueles que, conscientes da precariedade do tempo, projetam-se na ilusão de uma permanência perene: “Espero apenas que sorvam o caldo fumegante com o prazer que acompanha as criaturas aflitas, cientes da passagem dos minutos humanos.” (Piñon, 1994, p. 27). Essa coreografia fúnebre, urdida entre a rememoração e o oblívio, conforma um ritual onde os vivos, aceitando ou ignorando sua condição efêmera, participam de um banquete simbólico no qual os mortos, na forma de sombras furtivas, reafirmam sua continuidade. Nessa convivência lastreada por ambiguidades, os espectros sustentam-se na permanência dos signos, absorvendo a essência volátil das lembranças e transverte-as em alimento intangível. A dissolução do lar e de seus ornamentos, como prefigura a narrativa, prenuncia a derrocada do que é concreto e denuncia a efemeridade da posse, pois, à medida que o tempo avança, até mesmo os últimos vestígios do desejo são lançados à voragem do esquecimento: “a casa se transformará em ruínas e não contará sequer com a memória de um dono empenhado em descrever os enfeites que outrora constituíram fonte de prazer de sua desmedida avidez.” (Piñon, 1994, p. 28).

O fantasma, sob essa ótica, constitui-se como um mecanismo de fixação da libido, atuando como artifício metapsíquico que busca, de maneira incessante, reinscrever o gozo originariamente obliterado na cadeia significante. A tentativa de resgatar o que se dispersou na trama simbólica convive com a permanência desse vestígio, cuja presença impõe ao sujeito neurótico uma dívida subjetiva inextinguível. A família desempenha um papel estruturante, funcionando como instância formativa e oferecendo sustentação diante do desamparo primordial que caracteriza a constituição subjetiva. A emergência da individualidade ocorre a partir da alteridade, viabilizada pelos agentes que transmitem a linguagem como condição essencial de inserção no laço social e, simultaneamente, impõem um regime de expectativas e demandas afetivas, definidor do desejo e de sua inscrição singular. A arquitetura linguística transmitida pelo núcleo familiar aos descendentes-herdeiros envolve um repertório de significantes usuais, articulado a um conjunto de enunciados silenciados – lacunas, intervalos e fissuras que delimitam um campo de interdição, recusa e repressão. Esse processo convive com a proliferação de formulações reiterativas, cujo excesso obscurece o discurso e reforça uma estrutura que organiza os limites do dizível. O silêncio revela uma dinâmica ambivalente: de um lado, funciona como estratégia de preservação narcísica, confinando o sujeito em um estado de encapsulamento psíquico que restringe sua errância desejante e reafirma os imperativos que fundamentam seu pertencimento ao grupo doméstico e ao ordenamento social; de outro, estabelece um domínio de interdito, onde se acumulam resíduos inassimiláveis do discurso parental, cristalizando-se como herança espectral que persiste de maneira subterrânea e inscreve no sujeito uma marca indelével, perpetuada através das gerações. Essa transmissão transgeracional encontra respaldo na formulação de Lacan em *Alocução sobre as psicoses da criança* (1967), quando afirma que "[...] para obter uma criança psicótica, é preciso ao menos o trabalho de duas gerações, sendo ela o fruto na terceira." (Lacan, 2003c [1967], p. 360).

No que concerne, sobremaneira, às manifestações sintomáticas que se evidenciam na infância, Maud Mannoni, em sua obra referencial "A criança, sua doença e os outros" (1967), destaca a estreita relação entre a sintomatologia infantil e os discursos latentes que emanam do desejo parental, assinalando uma articulação estrutural que ultrapassa a causalidade linear, situando-se em uma rede de interdependências psíquicas: "A perturbação de que se fala é objetivável (na pessoa da criança), mas a queixa dos pais, se tem por objeto a criança real, implica também a representação que o adulto se faz da infância." (Mannoni, 1980 [1967], p. 9). A criança, ao corporificar o sintoma, torna-se depositária das tensões subterrâneas que, embora intensamente experimentadas no âmago da conjugalidade parental, carecem de um canal de expressão verbalizável, sendo relegadas ao domínio do indizível e do recalcado. Submetida a

esse jogo de forças inconscientes, a prole assume, de maneira irrecorrível, a condição de portadora de um espólio psíquico cuja origem se inscreve nas pulsões não simbolizadas dos ascendentes, arcando, muitas vezes a contragosto e invariavelmente de forma involuntária, com o ônus de uma sintomatologia que lhe é imposta por determinações transgeracionais, imprimindo-se sobre seu corpo e psiquismo como uma marca inextirpável.

A dinâmica pulsional que rege a conjugalidade engendra efeitos que ultrapassam a relação dual entre os genitores, repercutindo na prole com intensidade proporcional à incapacidade dos pais de elaborar, por meio da simbolização, os próprios impasses subjetivos. A criança, inserida nesse campo de tensões, vê-se envolvida em um processo no qual se evidenciam desejos inconscientes resistentes à transformação: "os pais estão sempre implicados de certa maneira no sintoma trazido pela criança. [...] o desejo inconsciente de que 'nada mude' deve às vezes ser encontrado no genitor patogênico. A criança pode responder pelo desejo de que 'nada se altera', identificando os seus fantasmas." (Mannoni, 1980 [1967], p. 97). A impossibilidade de traduzir em linguagem os conflitos do desejo parental faz com que a criança, na condição de receptáculo involuntário dessas opacidades discursivas, seja convocada a converter em sintoma aquilo que, no psiquismo dos genitores, permanece interditado à enunciação. O agravamento do mal-estar infantil, nesse panorama, revela-se proporcional ao grau de silenciamento instaurado na economia familiar, configurando-se em uma dinâmica na qual o sintoma infantil exprime um apelo inarticulado de uma alteridade impedida de se inscrever no discurso. Assim, a angústia que a acomete deve ser compreendida como reflexo tangível daquilo que os pais, em razão das vicissitudes psíquicas que os atravessam, deixam de redefinir em linguagem – impasse que irradia inevitavelmente sobre a estrutura relacional de todos os membros da constelação familiar: "A criança tem por missão reparar o malogro dos pais, realizar-lhes os sonhos perdidos. As queixas dos pais a respeito de sua descendência nos conduzem, antes de tudo, à problemática própria do adulto." (Mannoni, 1980 [1967], p. 9).

Na perspectiva teórica formulada por Mannoni (1967), depreende-se que a angústia, longe de configurar um epifenômeno circunscrito às contingências emocionais, assume o estatuto de uma impossibilidade estrutural, manifestando-se de modo categórico na inaptidão do sujeito para se apropriar da linguagem como instância mediadora capaz de conferir inteligibilidade ao seu mal-estar. Essa deficiência, contudo, não se resume ao simples silenciamento, pois se expressa no transbordamento pulsional que, desprovido de uma matriz simbólica que o ordene e module, converte-se em crises sintomatológicas de grande magnitude, irrompendo na esfera infantil sob formas que desafiam qualquer tentativa de redução a categorias explicativas simplistas ou comportamentais. Situado na interseção entre o Real

inassimilável e o Simbólico que lhe impõe interditos, o sintoma infantil adquire um estatuto que ultrapassa a exteriorização do sofrimento subjetivo, funcionando como um índice de uma verdade subterrânea, cujo sentido permanece cifrado na trama pulsional da qual é tributário.

Ao debruçar-se sobre a análise dos sintomas sob a ótica da estruturação subjetiva, é imperioso compreender que essas manifestações devem ser encaradas como reações com um lastro considerável na economia psíquica do sujeito. Sua função primordial está inserida na ordem do discurso, criando uma conexão entre o corpo, a organização pulsional e a rede de significantes que compõem a configuração familiar. Nesse sentido, ao evocar os postulados lacanianos, que defendem que a criança se constitui como depositária do desejo parental, apresentando-se como porta-voz de uma verdade que os pais, devido ao recalque, são incapazes de verbalizar, Mannoni faz uma pontuação clara: "A criança é o suporte daquilo que os pais devem enfrentar, o problema sexual. Ela revela o que se deseja manter oculto e cria embaraço para o casal." (Mannoni, 1980 [1967], p. 15). A sintomatologia infantil surge, então, como um fenômeno de implicação estrutural. O sintoma se manifesta como vestígio de um impasse que ultrapassa o sujeito infantil, atingindo a própria configuração da cena originária, onde o desejo parental encontra um ponto de bloqueio. Torna-se evidente que o sintoma infantil funciona como indicativo de um mal-estar particular, funcionando como portador de uma verdade subjacente relacionada à fissura essencial na economia narcísica dos pais. Nessa perspectiva, o sintoma se apresenta como resposta e enigma, como ferida e tentativa de reparação, uma solução provisória que cristaliza o conflito no corpo da criança. A sintomatologia deve ser entendida como um dispositivo que transmite uma cadeia de impasses subjetivos, cujos efeitos se estendem ao longo de gerações.

A análise de Mannoni sobre o caso de Hans ilustra bem essa dinâmica. A autora argumenta que, para ocupar seu lugar no campo do desejo parental, a criança precisa atravessar um campo de forças, no qual sua subjetividade está constantemente à prova. Ao confrontar o desejo materno, Hans encontra um obstáculo insuperável, pois a mãe, em vez de permitir-lhe acessar sua própria verdade desejante, impõe-lhe um interdito que o mantém em uma posição fantasmática: "[...] na medida em que lhe cumpre atravessar o campo do desejo dos pais para ter acesso à verdade do seu próprio desejo e onde a mãe lhe fecha tal acesso, opondo-lhe seu desejo inconsciente: que ele seja fálico para ficar eternamente cativo em seu olhar de admiração." (Mannoni, 1980 [1967], p. 16). Nesse âmbito, a criança não se vê aprisionada ao desejo materno, mas forçada a incorporar um significante que impede a constituição de uma subjetividade autônoma. O sofrimento psíquico, que se inscreve no sintoma, configura-se como uma forma de mal-estar, uma experiência que não encontrou uma via legítima de enunciação

na linguagem, permanecendo latente e perpetuando-se como fenômeno mórbido, cuja estrutura corresponde à inscrição de uma memória recalcada. A transmissão transgeracional do sintoma, portanto, resulta de mera imitação ou repetição mecânica, mas se organiza como um legado psíquico, cujos efeitos se manifestam na criança como aquilo que, não podendo ser simbolizado, insiste na forma sintomática. Como afirma Mannoni: "Na ausência do direito de se significar verdadeiramente na linguagem, é no sintoma que manifesta o que tem a dizer. O sintoma torna-se uma linguagem cifrada, de que a criança conserva o segredo." (Mannoni, 1980 [1967], p. 37).

Ao considerar a estrutura discursiva que envolve a fala de Hans, percebe-se que seu sintoma se constitui como um registro que se inscreve em um discurso multifacetado e intersticial, um palimpsesto de sentidos, no qual cada significante carrega consigo o peso de uma herança familiar. O sintoma, sob essa ótica, revela-se como um ponto de confluência, condensando a memória inconsciente de um passado obliterado, mas paradoxalmente reiterado – um passado silenciado oficialmente, mas que persiste na economia psíquica da descendência. A enfermidade de Hans assume, assim, uma dimensão paradigmática: ela se apresenta como manifestação sintomática que, ao desviar-se dos cânones estabelecidos pelo discurso parental, expõe a clivagem estrutural subjacente à economia psíquica da família. A radicalidade dessa fratura reside no esquecimento parental – uma amnésia estrutural vinculada ao discurso originário, que, embora recalcado, persiste no inconsciente da criança, tornando-se um resíduo traumático que se impõe como repetição do adoecimento. O sintoma infantil, portanto, reflete a recriação do discurso parental interditado, uma distorção temporal de uma memória silenciada, que se manifesta no corpo da prole, perpetuando-se como vestígio enigmático de um passado que se recusa a desaparecer.

No cerne das relações familiares, a criança frequentemente se vê constrangida a arcar com os efeitos nefastos decorrentes da incapacidade parental de transfigurar suas inquietações, dilemas latentes e vicissitudes existenciais em uma discursividade susceptível de mediação simbólica. Seja pelo ímpeto desesperado de manter uma aparente harmonia doméstica, seja pela inaptidão para metabolizar psiquicamente o mal-estar que os acomete, os progenitores, ao reprimirem suas angústias mais recônditas, instauram um hiato discursivo que priva a criança do acesso a uma verdade estruturante e impõe sobre ela o fardo de um sofrimento transgeracional, cuja repercussão deletéria inscreve-se como uma marca na estrutura do seu ser. Convém salientar que o que não encontra um meio legítimo de enunciação subsiste sob a forma de uma transmissão psíquica subterrânea, incidindo sobre a descendência com a fatalidade de um desígnio inescapável, qual um augúrio sinistro projetado sobre o destino da estirpe: "[...] o

não-dito traduz uma dificuldade, um drama no casal – um drama muito nitidamente percebido pela criança. O fator traumatizante, tal qual possa entrever-se numa neurose, não é um acontecimento real em si, mas o que foi dito ou silenciado pelo ambiente." (Mannoni, 1980 [1967], p. 38).

O sintoma infantil, cuja gênese jamais pode ser dissociada da dialética entre o sujeito e o Outro, edifica-se como um enigma, uma cifra hermética que oculta, sob a roupagem do deslocamento sintomático, um discurso interditado, um brado abafado que, impossibilitado de se manifestar na ordem da linguagem, reflete-se de maneira oblíqua no corpo e na conduta do infante. A sintomatologia que aflora na infância deve ser compreendida como expressão de uma lógica estruturante que envolve os genitores e suas linhagens ascendentes. Importa reconhecer que o infante, ao constituir-se subjetivamente, irrompe em um campo simbólico que o antecede, onde já se encontram inscritas as projeções inconscientes dos pais, seus anseios latentes e os espectros que os perseguem. Antes mesmo de vir ao mundo, sua existência já se delineia no imaginário parental, sendo modelada pelas expectativas, desejos e carências daqueles que o conceberam. Essa antevisão simbólica raramente coincide com a realidade concreta do rebento, e é precisamente nesse descompasso entre a criança idealizada e o ser efetivamente existente que se inscreve uma fonte inesgotável de tensão psíquica. Com frequência, a subjetividade infantil é esmagada sob o peso das projeções inconscientes dos pais, coagida a ocupar um lugar previamente delimitado na economia fantasmática da família, sem que lhe seja facultada a possibilidade de se construir como sujeito autônomo. Essa circunstância revela-se de maneira evidente ao considerarmos que a criança, além de um ente singular e irrepetível, encontra-se imersa em uma rede de significações que ultrapassa sua individualidade, inserindo-a em um tabuleiro simbólico onde seu destino já se apresenta, em larga medida, predeterminado. Como bem adverte Inglez-Mazzarella (2006), o infante, enquanto sujeito constituído na alteridade, não pode ser abstraído do campo relacional em que se insere, uma vez que sua constituição psíquica se dá sob a influência determinante do desejo do Outro.

A preponderância desse desejo externo, que incide sobre a criança como uma força modeladora e, por vezes, avassaladora, manifesta-se de maneira singular quando se observa como as lacunas discursivas no seio familiar se convertem em sintomas que atravessam o infante, fazendo dele um receptáculo involuntário das angústias e descompassos emocionais herdados. O que se cala ao longo da cadeia geracional ressurge, transfigurado, na infância, instaurando uma dinâmica na qual o sofrimento psíquico, interditado à simbolização e à elaboração, perpetua-se indefinidamente, deixando marcas tanto no corpo quanto na subjetividade daqueles que, sem compreender sua origem, acabam por carregá-lo como um

legado insidioso. Assim se configura a armadilha da transmissão psíquica transgeracional: o que não encontrou expressão nos antecessores retorna como sintoma nos descendentes, estabelecendo um nexo em que a dor sem discurso reaparece na sintomatologia, cuja função última é conferir voz ao inexprimível. O fenômeno do fantasma, indissociável do sintoma, atua como um véu que oculta a experiência original ou o evento traumático latente – quando um sujeito se enreda em sua própria fantasmagoria, instaura-se uma desordem no domínio do imaginário: "A criança, que se nos traz, não está só, ocupa no fantasma de cada um dos pais um lugar determinado. Enquanto indivíduo, é muitas vezes alienado ao desejo do Outro. A criança não pode ser isolada artificialmente de um certo contexto familiar [...]" (Mannoni, 1980 [1967], p. 64).

Nos recessos mais inacessíveis da experiência humana, agitam-se espectros inomináveis que, como névoas impalpáveis, perpassam os interstícios da linhagem, inscrevendo-se de forma indelével no destino filial. Nesse universo, os descendentes, privados de qualquer insurgência contra esse fardo, tornam-se depositários involuntários dos tormentos pretéritos, compelidos a carregar, no corpo e no psiquismo, os rastros de um sofrimento que lhes é alheio, mas que lhes é imposto como herança sombria. A subjetividade infantil não ressurge de um vácuo primordial; desde o início, está submetida a uma ordem discursiva preexistente que a assujeita, colocando-a, na maior parte das vezes, na posição de ressonância dos conflitos e vicissitudes de seus progenitores e ancestrais. Assim, a criança, ainda que sem plena consciência, torna-se um intérprete sagaz das injunções parentais, transformando-se em mensageira dos enigmas não resolvidos da linhagem, desdobrando, em gestos e sintomas, o que fora interditado à enunciação de seus ascendentes. Na trajetória errática do pequeno Hans, torna-se patente essa engrenagem da transmissão psíquica, em que o interdito e o não-dito familiar se inscrevem na economia subjetiva do herdeiro, impondo-lhe um fardo simbólico de proporções inauditas. Paterno e materno, ainda que alheios à plena consciência de seu agir, desempenham papel determinante na inscrição do (mal)dito – aquilo que, silenciado ou obliterado no discurso familiar, persiste e reaparece sob a forma do sintoma infantil. O filho-herdeiro, arrastado por um movimento que escapa à sua própria volição, incorpora os vestígios espectrais desse discurso interditado, tornando-se o lugar onde se desvela, em código cifrado, a verdade inconfessável que seus pais não puderam, não souberam ou não ousaram nomear: "O pai condena Hans a ficar no não-sentido, a não ser senão objeto passivo amado de uma mãe que não deseja nenhum homem. Ela própria participa de um jogo corpo a corpo com o filho condenando verbalmente tudo o que tem feição de sexo." (Mannoni, 1980 [1967], p. 34).

Ao perscrutarmos os sintomas sob a ótica da estruturação subjetiva, impõe-se reconhecer que tais manifestações se inscrevem na economia psíquica do sujeito, instaurando uma articulação inextricável entre corpo, organização pulsional e a rede de significantes que sustenta a estrutura familiar. No escólio lacaniano, em que a criança se configura como depositária do desejo parental e como reveladora de uma verdade que os genitores, imersos no recalque, são incapazes de enunciar, Mannoni sublinha: “A criança é o suporte daquilo que os pais não podem enfrentar, o problema sexual. Ela revela o que se deseja manter oculto e cria embaraço para o casal.” (Mannoni, 1980 [1967], p. 15). A partir dessa premissa, a sintomatologia infantil se constitui como um fenômeno de implicação estrutural, onde o sintoma se configura enquanto vestígio de um impasse que perfura o infante e se ancora na própria constituição da cena originária, em que o desejo parental se enreda em sua própria aporia. O sintoma infantil, portanto, executa-se como signo de um mal-estar imanente, portador de uma verdade latente vinculada à fissura constitutiva da economia narcísica parental. Tal manifestação assume a forma de resposta e enigma, de ferida e tamponamento, evidenciando-se como tentativa de resolução que, ao invés de dissolver o conflito, o cristaliza no corpo do infante. A sintomatologia da infância insere-se, assim, num dispositivo de transmissão de impasses subjetivos, os quais se reiteram através das gerações e se perpetuam como ressonâncias de uma memória recalcada.

Nessa moldura conceitual, a análise de Mannoni sobre o caso Hans adquire relevo incontornável: a psicanalista evidencia que a criança, ao ocupar um lugar na economia do desejo parental, é impelida a atravessar um campo de forças que constantemente interroga sua subjetividade. Confrontado com o desejo materno, o pequeno Hans encontra um obstáculo intransponível: em vez de ser acolhido na base de sua própria verdade desejante, depara-se com um interdito que o enclausura em uma condição fantasmática: “[...] na medida em que lhe cumpre atravessar o campo do desejo dos pais para ter acesso à verdade do seu próprio desejo e onde a mãe lhe fecha tal acesso, opondo-lhe seu desejo inconsciente: que ele seja fálico para ficar eternamente cativo em seu olhar de admiração.” (Mannoni, 1980 [1967], p. 16). Assim, o infante é coagido a assumir um significante que obstrui a constituição de uma subjetividade autônoma, evidenciando o modo pelo qual o desejo parental se cristaliza na economia sintomal da criança. Sob esse prisma, o sofrimento psíquico circunscrito ao sintoma manifesta um mal-estar que não encontrou inscrição legítima na linguagem, permanecendo em estado de latência e reiterando-se como fenômeno mórbido cuja estrutura remete à fixação de uma memória recalcada. A transmissão transgeracional do sintoma articula-se não como repetição mecânica, mas como um legado psíquico cuja permanência é negociado naquilo que, incapaz de ser

simbolizado, persiste na sintomatização da criança. Como observa Mannoni: “Na ausência do direito de se significar verdadeiramente na linguagem, é no sintoma que manifesta o que tem a dizer. O sintoma torna-se uma linguagem cifrada, de que a criança conserva o segredo.” (Mannoni, 1980 [1967], p. 37). O suporte discursivo das manifestações de Hans evidencia que seu sintoma que se inscreve num discurso polifônico e intersticial, um palimpsesto de significados em que cada significante carrega consigo o peso de uma herança que atravessa gerações. A enfermidade de Hans, nesse escopo, revela-se paradigmática: não se trata de um dado clínico dissociado do contexto familiar, mas de uma manifestação sintomal que transgride os limites do discurso parental e desvela a clivagem estrutural que sustenta a economia fantasmática da família. A radicalidade dessa fratura inscreve-se no esquecimento parental, uma amnésia estrutural relativa ao discurso originário que, embora recalcado, persiste no inconsciente da criança como resíduo traumático que se reinscreve na repetição do adoecimento. Assim, o sintoma infantil se configura como reedição do discurso parental interditado, refração anacrônica de uma memória silenciada que permanece atuante no corpo da prole, perpetuando-se como vestígio enigmático de um passado que resiste ao esquecimento e se reitera na tessitura psíquica das gerações subsequentes.

No ensaio “A pátria do verbo”, inserto na coletânea *O presumível coração da América* (2011), de Nélida Piñon, a narrativa adensa-se na composição de um coro espectral que ultrapassa a justaposição de enunciações, articulando-se como um palimpsesto de ressonâncias intergeracionais. Esse coro convoca vozes ancestrais e instaura-se como um dispositivo simbólico que modela, com singular autoridade, os percursos da subjetividade e da história. A construção narrativa pinoniana exibe um fluxo discursivo no qual as vozes do pretérito inscrevem-se, imorredouras, na urdidura do porvir, delineando um ciclo incessante em que o passado imprime sua marca na existência futura. A intergeracionalidade desempenha, nesse escopo, como uma força que simultaneamente preserva e reformula valores, aspirações e dilemas dos sujeitos imersos nessa herança inextinguível: “[...] os atos inaugurais consolidaram-se primeiro no plano das utopias, para onde convergem múltiplas versões e dispersas da trajetória humana.” (Piñon, 2011, p. 151). Dentre os traços distintivos dessa intergeracionalidade, nessa narrativa, destaca-se seu caráter espectral: as vozes que compõem esse coro permanecem ativas, perpetuando-se como entidades normativas que intervêm na atualidade. Essa presença infunde à narrativa um estado de permanente interdição, em que o vivido se apresenta permeado por determinações ancestrais. Essas vozes projetam-se como imperativos, referências simbólicas que orientam, regulamentam e, em diversas instâncias, constrangem as escolhas dos sucessores. A interdição manifestada nessas ressonâncias age

como diretriz imposta pelo passado sobre o presente e, simultaneamente, como tribunal simbólico que julga e sanciona os percursos existenciais. As vozes ancestrais não surgem passivamente, mas desempenham papel ativo na conformação dos destinos individuais e coletivos. A sentença não se esgota no ato da enunciação; ao contrário, efervesce enquanto código ordenador, instaurando uma instância de vigília que submete os viventes ao escrutínio de um julgamento contínuo: "[...] as vozes que nos chegam hoje do passado arregimentam como outrora os valores do seu tempo, proclamam aos contemporâneos e sucessores a certeza da permanência da arte, do livre curso do pensamento. [...] elas se instalam entre nós esta noite." (Piñon, 2011, p. 151). A interpenetração entre passado e presente configura-se como um dos alicerces estruturais da narratividade pinoniana. Esse jogo de ressonâncias enunciativas revela que a existência se ergue sobre um arcabouço de discursos preexistentes que, mesmo silenciados, regulam incessantemente as trajetórias individuais. A intertextualidade imanente à obra de Piñon, ao evidenciar esse fenômeno, estabelece uma interface entre memória e norma, entre evocação e imposição.

A estetização dessa intergeracionalidade em Piñon interroga o peso da herança e as possibilidades de insurgência contra essa jurisdição simbólica. Se, por um lado, as vozes do passado assumem o estatuto de vigias incontornáveis, por outro, a própria pulsão criativa da narrativa abre fissuras nesse edifício normativo, ensejando novas articulações discursivas. A literatura configura-se como território de reconfiguração da ordem intergeracional, uma arena na qual as vozes do pretérito são revisitadas, confrontadas e, em certas circunstâncias, subvertidas. Na obra de Piñon, a intergeracionalidade manifesta-se como um processo dinâmico de reelaboração simbólica. As vozes ancestrais, enquanto instituem normatividade, também se oferecem como matéria para a ressignificação, instaurando um jogo de continuidade e transformação que tensiona a relação entre tempos distintos. O que se observa, portanto, é que Piñon resgata um legado intergeracional ao mesmo tempo em que evidencia suas ambiguidades e paradoxos. A literatura assume, assim, um duplo papel: constitui um espaço de preservação da ancestralidade e instaura um campo de reinvenção das matrizes simbólicas. A intergeracionalidade, em sua estética, delineia um fenômeno que costura os tempos e propicia o surgimento de novas narrativas e a reformulação da jurisdição simbólica que perpassa os sujeitos.

Observa-se que os filhos, ao manifestarem sintomas, tornam-se veículos de uma narrativa silenciada, suportando o ônus de um legado enraizado no imaginário familiar e, frequentemente, transformando-se em depositários das sombras psíquicas de seus progenitores imediatos: "O fantasma, isto é, o sintoma, aparece como um véu, cuja função é esconder o texto

original ou o acontecimento perturbador. Enquanto o sujeito aparece alienado em seu fantasma, a desordem se faz sentir ao nível do imaginário. O sintoma inclui sempre o indivíduo e o Outro." (Mannoni, 1980 [1967], p. 38). As reminiscências do pretérito, insidiosas e esquivas, insinuam-se nas frestas da contemporaneidade, infiltrando-se nos arâmios da subjetividade infantil e convertendo-se em manifestações sintomáticas que se impõem como vestígios enigmáticos de dores ancestrais. Configuram-se, assim, em signos inequívocos de uma dramaturgia inconsciente na qual a criança, alçada à condição de protagonista involuntária, torna-se superfície de inscrição das inquietações reprimidas no seio familiar. Esse fenômeno instaura um ordenamento estrutural que consolida a mitopoiese parental, instaurando um enredo subterrâneo, cujas injunções discursivas, alheias a uma elaboração racionalizada, atravessam o psiquismo com uma força impositiva que impele a prole a reiterar compulsoriamente o que seus ascendentes, por inabilidade ou impossibilidade, não conseguiram transmutar em símbolo: "[...] um vasto discurso, não somente aquele que é mantido pela criança e sua família, mas aquele que foi mantido no passado e que se pode saber ou reconhecer, do discurso em que a criança viveu outrora." (Mannoni, 1980 [1967], p. 192).

Na qualidade de arcabouço discursivo de natureza hermética, o mito familiar configura-se como o substrato simbólico por meio do qual a entidade doméstica elabora sua própria historicidade, dissociando-se das contingências da materialidade objetiva e modelando-se conforme a exigência psíquica de remediar as fissuras abertas pelo retorno do reprimido. Nesse escopo, a trama mítica assume um caráter palimpséstico, em que a rede discursiva é incessantemente ressignificada, permitindo à família instituir um dispositivo de legitimação de suas vicissitudes e projetar sobre o fundamento simbólico um simulacro de coesão. Tal artifício possibilita o manejo das tensões derivadas da recorrência do indizível, reinscrevendo o mal-estar psíquico em um domínio narrativo suscetível de apropriação. É nesse campo de significação que a enfermidade infantil deixa de ser mero fenômeno biológico para tornar-se vértice significante, um receptáculo espectral no qual se condensam resquícios de padecimentos alheios, alçando a criança ao papel de intérprete involuntário de aflições ancestrais. Trata-se de uma configuração paradoxal: os genitores, ao tentarem ocultar o que os angustia, acabam por ver sua inquietação infiltrada no infante, que se converte em depositário involuntário das tensões latentes que atravessam o núcleo familiar. No cerne dessas dinâmicas, Mannoni (1967) destaca a preponderância do mito doméstico na gênese de quadros psicopatológicos na infância, especialmente no tocante à irrupção de transtornos psicóticos. Com efeito, as gerações anteriores, ao edificarem suas narrativas identitárias, nem sempre logram construir um arcabouço simbólico suficientemente elaborado, o que resulta em um déficit de significação

capaz de predispor a descendência a processos patológicos. Não se trata, portanto, de uma simples lacuna discursiva, mas de um colapso na transmissão dos elementos estruturantes que deveriam conferir sustentação simbólica à experiência subjetiva, expondo a criança a uma sobrecarga psíquica inassimilável.

Desde o nascimento, a criança é inserida em uma rede simbólica que antecede sua existência, delimitando as possibilidades de sua constituição subjetiva. Sua chegada ao mundo ocorre sob a influência de uma trama preexistente, na qual expectativas e determinações já foram estabelecidas no cerne da mitologia familiar. Esse enquadramento se manifesta por meio de rituais, sentenças oraculares, compromissos tácitos e interditos silenciosos, instaurando um regime normativo que se impõe mesmo sem a necessidade de enunciados categóricos. A configuração simbólica que a envolve opera como um dispositivo de destino, estruturando um campo de exigências e preceitos dos quais toda tentativa de afastamento resulta em reafirmação. Os movimentos de resistência, ao invés de instaurarem uma ruptura efetiva, aprofundam os vínculos com as injunções familiares, pois cada gesto de oposição reforça a engrenagem da qual se pretendia escapar. Esse paradoxo se inscreve nas dinâmicas dos processos psicóticos, nos quais o esforço de desprendimento diante das amarras simbólicas intensifica o enredamento na lógica que sustenta o aprisionamento psíquico. A compulsão infantil em reproduzir, de maneira obstinada e fatalista, os desígnios inscritos na mitologia familiar aproxima-se dessa estrutura, distanciando-se da configuração edipiana tradicional. No mito de Édipo, a interdição e a necessidade de transgressão da lei paterna organizam o drama psíquico, enquanto, nesse contexto, a narrativa se edifica sobre a imposição do destino, sustentando um esquema em que a contestação alimenta incessantemente o ciclo de aprisionamento subjetivo (Ferés-Carneiro, 2013).

No conto “Os velhos narradores”, parte da coletânea *O pão de cada dia* (1994), de Nélida Piñon, percebe-se que a protagonista, herdeira de um espólio de discursos e reminiscências, imerge no alicerce narrativo edificado pelos patriarcas e matriarcas de sua estirpe. A oralidade, perpetuada como rito solene, erige-se como bastião da memória e sustentáculo da identidade genealógica. Os vetustos narradores, guardiões de uma eloquência quase litúrgica, resguardam a tradição por meio de relatos imbricados de epopeia e fabulação, instaurando um arcabouço ficcional que preserva a essência do grupo familiar. Nesse panorama, as narrativas dos anciãos assumem papel essencial na formação da consciência coletiva. O verbo, proferido com solenidade, adquire feição ritualística, enquanto a palavra, entoada com gravidade, fixa-se na ancestralidade, consagrando o passado como pilar normativo. Os zeladores da tradição investem a oralidade de uma performatividade sacralizada, tornando-a um

dispositivo de coesão identitária: “Nos velhos da família, nos velhos de São Lourenço ou da Galícia, eu via florescer o límpido ato de criar. Surpreendia-lhes o mitológico poder de persuadir, a quem fosse, de que a narrativa não morreria.” (Piñon, 1994, p. 32). A repetição dos relatos inscreve-se na dinâmica da consagração, consolidando-se como alicerce que fortalece os vínculos familiares e resguarda a continuidade do clã.

Esse fluxo verbal carrega uma dimensão que ultrapassa a reminiscência e se impõe como alicerce de um sistema simbólico que confere aos descendentes um pertencimento inquestionável. A linhagem forja não só a transmissão de enredos e memórias, mas também um arcabouço de crenças e valores que influenciam a existência dos herdeiros, predispondo-os a um destino atados ao passado. É nesse cerne que se descortina outra feição da herança psíquica, pois a narrativa que sustenta a coesão familiar também delineia caminhos e trajetórias futuras. O verbo, impregnado de matizes míticos e carregado de solenidade, molda a consciência coletiva e delineia os itinerários individuais, direcionando os desdobramentos existenciais: “E nesta preservação do enredo, a que todos se devotavam, talvez residisse a chave mestra do enigma generoso da trama. E por que não haveriam de desejar que a criança a ouvi-los fosse o escritor indispensável à concretização de suas histórias?” (Piñon, 1994, p. 33).

Sob essa perspectiva, a oralidade ritualizada assume uma posição central na formação da subjetividade, configurando-se como um instrumento que atravessa gerações e se inscreve na psique dos descendentes. O pensamento freudiano acerca da “novela familiar” e a formulação de Mannoni sobre o “mito familiar” demonstram como a linhagem, através de narrativas cristalizadas, estrutura um imaginário que aprisiona indivíduos em padrões preestabelecidos, dificultando desvios e novas possibilidades. Esse conjunto de preceitos se impõe como um saber estruturante – real, ilusório ou fantasmático – que estabelece os códigos internos do grupo, regendo as interações e modelando identidades. Essa construção simbólica ultrapassa a esfera memorialística e adquire força normativa, estabelecendo-se como um esteio que modela os elos afetivos e institui balizas existenciais. Os velhos narradores, ao perpetuarem a palavra com feição ficcional, preservam um repertório genealógico e orientam percursos, definindo trajetórias. Assim, a potência do verbo pinoniano evidencia essa dupla dinâmica da tradição oral: ao mesmo tempo alicerce da identidade e estrutura que garante a permanência de um imaginário familiar. Dessa forma, o conto de Piñon exalta a força evocativa da palavra e, sob a solenidade dos discursos, revela a forja de um sistema que se impõe como herança incontornável, convertendo-se em elemento decisivo na construção da subjetividade.

Em *Coração Andarilho* (2009), de Nélida Piñon, a arquitetura narrativa edifica-se a partir de um embate entre o pretérito e o instante presente, instaurando uma estrutura temporal

na qual reminiscências de épocas remotas se imbricam às contingências atuais, formando uma couraça simbólica marcada pelas inscrições das estirpes ancestrais. O relato configura-se como um engenhoso mecanismo de transmissão intergeracional, em que os signos da linhagem, sedimentados ao longo das gerações, irrompem como vestígios que moldam a subjetividade do indivíduo. A narrativa estrutura uma arqueologia psíquica em que as vozes dos ancestrais se insinuam como referenciais que orientam o itinerário identitário, inscrevendo-se em signos que conformam o arcabouço psíquico do sujeito. Sob essa lógica de inscrição simbólica, a obra de Piñon outorga ao passado um estatuto de agente estruturante, funcionando como um código semiótico cujas inscrições persistem e reconfiguram o presente, conferindo-lhe um sentido marcado pela herança genealógica: "Sou feita de marcas que só conseguiria acentuar com o socorro da mãe, dos parentes, dos que construíram o tempo em minha companhia caso vivessem. E, ainda assim, mesmo reunidos na sala de jantar da família a fim de conjurarmos juntos os nossos fantasmas [...]." (Piñon, 2009, p. 23).

A identidade emerge da interseção entre inscrições ancestrais e a existência particular da personagem. Mais do que um repositório de memórias individuais, configura-se como um acervo genealógico, um fluxo de inscrições transgeracionais que excede a esfera pessoal e se projeta em um conglomerado de influências oriundas da linhagem. A personagem, imantada por esse repertório memorialístico, preserva lembranças e encarna uma rede de influências que a constituem e a impulsionam em sua existência. A narradora desloca a memória de uma instância subjetiva para um patamar coletivo, no qual a ancestralidade se reconfigura como um campo de forças que atravessa o presente e projeta o sujeito em direções imprevisíveis. O fluxo temporal, ao mesmo tempo fluido e estruturante, reitera a indissociabilidade entre heranças pretéritas e vivências contemporâneas. Dessa forma, o romance configura-se como uma arena de inscrições que entrecruza tempos e identidades: "Mas onde, então, buscar uma memória coletiva, quando quase toda a família já não se encontra entre nós? Uma matéria que certamente se aloja em uma psique efervescente, mas de procedência desconhecida." (Piñon, 2009, p. 23).

A obra de Nélida Piñon frequentemente se constrói sobre o entrecruzamento de tempos e vozes, na qual a herança simbólica da ancestralidade se impõe como elemento estruturante da subjetividade. Tanto em *Coração andarilho* (2009) quanto em *Os velhos narradores* (1994), a narrativa revela a permanência da linhagem como um lastro que ultrapassa a dimensão meramente biológica e se estabelece como um substrato psíquico e cultural. No entanto, enquanto o primeiro conto enfatiza a memória como um fluxo descontínuo, marcado por lacunas e indeterminações, o segundo erige a oralidade como um dispositivo coeso, que fixa o passado na estrutura normativa da identidade familiar. Em *Coração andarilho*, a protagonista

se percebe imantada por um legado de reminiscências, mas não o apreende de forma plena. A ancestralidade se revela menos como um conjunto de verdades imutáveis e mais como uma casca fragmentária, no qual os vestígios do passado oscilam entre a presença e o apagamento. A identidade, nesse sentido, é concebida como um caledoscópio fluido, uma construção sempre inacabada, na qual o sujeito não apenas recebe um legado, mas também precisa reinterpretá-lo a partir das ausências e das fissuras da transmissão simbólica. Já em *Os velhos narradores*, essa transmissão se dá de forma mais ordenada e ritualizada: a memória familiar se cristaliza na palavra proferida pelos anciãos, que investem a oralidade de um caráter litúrgico e normativo. Os discursos dos patriarcas e matriarcas, ao serem reiteradamente evocados, que preservam o passado, e instauram um imaginário que vincula os descendentes a uma trajetória determinada, restringindo a possibilidade de desvios. Se em *Coração andarilho* a personagem se vê impelida a buscar na memória coletiva uma identidade que escapa de sua apreensão totalizante, em *Os velhos narradores*, a oralidade atua como uma instância estruturante que fixa o sujeito a um destino já esboçado pelo discurso imemorial. A primeira narrativa enfatiza o caráter lacunar da transmissão, a segunda, sua força normativa e sua capacidade de ordenação. Contudo, ambas revelam a transgeracionalidade como um campo no qual o passado persiste como um vetor modelador da subjetividade, seja como uma presença intermitente e enigmática seja como um princípio regulador que condiciona os itinerários do indivíduo.

Orientados pela rigidez dessa urdidura, certos elementos atravessam sucessivas gerações e reiteram-se como preceitos inamovíveis; a criança, nessa configuração, corporifica o sintoma dos dilemas dos progenitores. Determinados arranjos psicopatológicos, conforme delineados por Mannoni (1971), encontram sua legítima decifração ao serem devidamente incrustados na precedência geracional; a psicose, por exemplo, insinua-se segundo a complexa arquitetura que aprisiona o sujeito num entrecho de vocábulos nefastos. Esses significantes constituem, simultaneamente, o substrato do discurso de repetição sintomática, fomentando o sofrimento neurótico e ensejando o desmoronamento psicótico. Nesse panorama, deparamo-nos com um enunciado parental imbricado em vaticínios, promessas, interditos e oráculos que sustentam a alienação dos desejos da descendência. São palavras de poder maldito que, num intervalo específico, exercem o sortilégio de condenar a criança a uma subordinação às angústias que dilaceram os ascendentes e, possivelmente, as linhagens que os precederam (Checchinato, 2011). Esses discursos, reiteradamente insculpidos na oralidade dos pais, chancelam o presente com o fardo das heranças pretéritas, erigindo barreiras ao percurso da prole rumo à plenitude de seus próprios anseios. O ingresso na dimensão corpórea e na tessitura enredada da subjetividade, em vez de configurar um trajeto desimpedido e propício à

autodeterminação infantil, revela-se um itinerário titubeante, restrito às malhas simbólicas que o aprisionam. Essa trajetória não se configura como um caminho autônomo e irrepetível, mas impõe ao infante a absorção de um arcabouço preestabelecido, no qual os desígnios alheios sufocam a espontaneidade de seu vir-a-ser.

Nesse cenário, a chamada 'palavra mortífera' ergue-se qual um estigma, um significante nefasto que encarcera a subjetividade pueril e obstrui a possibilidade de edificação genuína e inalienável de seu desejo. No instante em que se desvela o significante primordial que estrutura o discurso parental – no qual se amalgamam reminiscências arcaicas, interditos velados e pulsões obliteradas –, instaura-se a dissolução gradual do sintoma que, até então, fazia da criança a corporificação do mal-estar dos ascendentes. Pois, à medida que os genitores, despojados de seus habituais simulacros, desnudam os subterrâneos de sua própria economia psíquica – impregnada de locuções de matiz mortificante e de uma carga semântica contaminada pela sombra do inaudito –, entrevê-se na prole a paulatina desarticulação do núcleo patogênico que a sujeitava a um destino de expropriação e servidão psíquica. Convém assinalar que o sofrimento infantil, nesse diapasão, extrapola a dimensão idiossincrática e assume o estatuto de uma angústia que ultrapassa os limites do sujeito, conformando-se como um alicerce sobre o qual se desdobram as agruras e dilacerações parentais. Nessa perspectiva, Mannoni (1985 [1964]) argutamente demonstra que o filho, ao longo de sua travessia existencial, encontra-se inexoravelmente jungido às oscilações do inconsciente parental, tornando-se, não por adesão deliberada, mas por um vínculo premente, cúmplice involuntário das injunções recalcadas e dos resíduos latentes que, como uma herança intangível, são-lhe transmitidos.

Diante desse horizonte, a sintomatologia infantil manifesta-se como um relicário de signos perenes, um palimpsesto onde se gravam, de maneira indelével, as vicissitudes e fraturas latentes que subjazem à estrutura psíquica dos pais. Assim, o sintoma da criança não se apresenta como uma ocorrência fortuita, mas sim como um índice que assinala o ponto em que sua subjetividade incipiente se enredilha, de maneira irreversível, à urdidura estrutural, por vezes disfuncional, do núcleo familiar. O que se expressa na prole sob a forma de sintoma é, na realidade, o transbordamento de conteúdos que, no âmago da parentalidade, persistem inarticulados e recobertos pelo véu das interdições, proibições tácitas e interditos não simbolizados. Convém ressaltar que essa sintomatologia se converte em fonte de sofrimento e inaugura um percurso de martírio psíquico, meticulosamente delineado pelos pais, cujas projeções e injunções impõem à criança o fardo de suportar um encargo psíquico que lhe é alheio. No desenrolar desse itinerário de expiação e renúncia, o infante se vê compelido a obliterar sua própria pulsão desiderativa, sendo conduzido a uma senda periclitante, repleta de

provações inenarráveis, onde se lhe impõe a árdua tarefa de decifrar e, quiçá, redimir a herança simbólica que lhe foi legada como um peso incontornável.

No arcano compêndio de reminiscências intitulado *Livro das Horas* (2014), da exímia Nélida Piñon, a personagem, imersa em um devaneio de matiz ontológico, alude a si mesma como um receptáculo onde convergem e se interligam mitos vetustos, os quais, de forma audaz e intempestiva, partilham com ela um mesmo banquete simbólico, figurando-se como convivas silentes de um ágape transcendental que se insinua no âmago de sua subjetividade: "Como se estivesse habitada pelos mitos que comem comigo à mesa, e se deixam ver enquanto leem o cardápio. São funâmbulos eles, viajam, e eu os sigo, para não perdê-los." (Piñon, 2014, p. 119). Essas fabulações itinerantes, dotadas de um sortilégio hereditário, associam-se à trama existencial da narradora, configurando-se como vestígios de um patrimônio ancestral que, qual um relicário de reminiscências pretéritas, desvela-se paulatinamente na sistematização de sua trajetória vital. As tradições que a conformam extrapolam o legado histórico que lhe foi transmitido e, em um fluxo dinâmico, inscrevem-se em sua experiência íntima e inadvertida, impelindo-a, como que por uma força arcana, ao rastreio de mitos e lendas cujo influxo escapa ao seu domínio volitivo: "Tenho várias tradições. As que herdei e as que prosperam em mim, independente da minha vontade. A tradição íntima impele-me a perseguir mitos, lendas." (Piñon, 2014, p. 119). Nessa imbricação vertiginosa entre a contingência da existência e a permanência dos relatos primevos, a narradora se plasma como um ponto de intersecção onde os mitos, portadores de uma dimensão extratemporal, convergem e se reconfiguram, dando origem a uma narrativa que ultrapassa as fronteiras da historicidade linear e da tangibilidade do real. A personagem, portanto, não se reduz à condição de depositária dessas narrativas ancestrais, mas converte-se no território de sua manifestação, espaço onde se refratam e se redimensionam, transfigurando-se incessantemente no decurso de seu itinerário existencial.

Na composição estética de Nélida Piñon, a transgeracionalidade opera como um processo de reelaboração incessante, em que a herança simbólica e mitológica se inscreve no âmago da personagem, renovando-se a cada incursão narrativa. Diferentemente da concepção tradicional que cristaliza o passado como um arquivo estático de reminiscências, a escritora imprime à ancestralidade um ritmo mutável, projetando-a para além das fronteiras do tempo cronológico. O patrimônio cultural infiltra-se na vivência da narradora, modelando sua visão do mundo e revigorando seu imaginário. Essa dinamicidade transforma a protagonista em fulcro de convergência entre memória e fabulação, em que a herança mítica se refaz incessantemente, dissolvendo os contornos rígidos entre tradição e subjetividade. Essa singularidade confere à obra um estatuto diferenciado na literatura contemporânea, pois dissolve a rigidez das oposições

convencionais entre passado e presente, revelando uma tradição que se refaz na fluidez do relato. Na escritura pinoniana, a narrativa reformula os limites entre história e imaginação, instaurando uma estética em que a mutabilidade e a reinvenção regem o percurso da personagem – *O Livro das Horas* recupera um acervo de mitos e lendas e reconfigura esse repertório em uma estrutura que se expande, instaurando uma literatura em que a ancestralidade se impõe como força propulsora de novas articulações, renovando-se sem cessar no movimento da criação.

A mobilidade incessante das narrativas pinonianas, em que os legados simbólicos se remodelam continuamente no fluxo da experiência subjetiva, converge para uma reflexão mais ampla sobre os mecanismos psíquicos que sustentam a transmissão da herança cultural no âmbito familiar. Esse movimento de recriação perpétua encontra paralelo na conformação do mito consanguíneo, que se forja na tessitura das relações intersubjetivas e se renova na dinâmica da linhagem. Assim como a tradição literária se revigora na plasticidade interpretativa da narrativa, a memória genealógica edifica-se sobre uma arquitetura simbólica em constante reconfiguração, instaurando um jogo de continuidade e transformação que regula a experiência dos sujeitos no interior do universo doméstico. O mito consanguíneo, na configuração de sua dimensão psíquica, erige-se como artefato de elaboração conjunta, brotando das interações intersubjetivas que sustentam a linhagem e nutrindo-se incessantemente de sua própria substância simbólica. Ao invés de se cristalizar como entidade estanque, engendra-se sob a égide de uma plasticidade peculiar, assumindo feições de um constructo orgânico e autossustentável, dotado de uma autorreferencialidade incessante que lhe confere a condição de um sistema em perpétua transformação. Esse engenho psíquico, impregnado de reminiscências ancestrais e sedimentado no inconsciente coletivo da estirpe, opera como o arquiteto primordial dos perímetros que separam e, simultaneamente, conectam as dimensões intrínsecas e extrínsecas do universo doméstico, funcionando como um dispositivo invisível de coesão e demarcação. Essa trama hermética, urdida na interseção entre o vivido e o rememorado, estabelece os alicerces para a conformação das narrativas genealógicas, atuando como matriz paradigmática que orienta as subjetividades constituintes da esfera consanguínea. A perpetuação dessa entidade simbólica exige da família a instauração de ritos consagrados, investidos de um poder estruturante que se insinua como vértice axial no processo de transmissão desse imaginário coletivo. Tais cerimônias, imbuídas de um caráter iniciático, operam como vetores de sedimentação da tradição, inscrevendo-se nos meandros da memória afetiva e reiterando a validade dos preceitos que conferem legitimidade ao *ethos* familiar: “É frequente ouvir o doente falando na primeira pessoa, como sujeito do enunciado, permanecendo

inconsciente o suporte oferecido por seu grupo familiar. Aquilo que um integrante diz com frequência, está em função do grupo, mas inconsciente para todos [...]" (Berenstein, 1988, p. 63).

Os ofícios cerimoniais que permeiam a estrutura da parentela, ao invés de se restringirem à perpetuação do arcano mítico que vertebra a genealogia, assumem uma feição dicotômica, instaurando simultaneamente processos de consagração e exclusão, por meio dos quais a linhagem, em sua perene dialética de continuidade e expurgo, reafirma seus dogmas fundantes enquanto depura elementos dissonantes que possam comprometer a simetria do *ethos* doméstico. A ritualística, nesse escopo, conforma-se como um mecanismo que rege o fluxo do tempo mítico, funcionando como um relógio cosmogônico que regula a pulsação do imaginário ancestral, erigindo-se, assim, como um ente normativo que conjuga a permanência dos preceitos tradicionais com a necessidade de adaptação às circunstâncias mutáveis do mundo fenomênico. Nesse engenho cerimonial, de notável plasticidade, estrutura-se uma transicionalidade simbólica na qual a narrativa arcaica se reorganiza sem se descaracterizar, apropriando-se das vicissitudes temporais para reatualizar sua substância sem obliterar sua essência originária. A tradição, assim, não se fixa em estado de fossilização paradigmática, mas ressurge incessantemente transfigurada, permeada por novas matizes hermenêuticas, mediante as quais se perpetua não como um monumento estático, mas como uma força propulsora que se reinventa a partir de suas próprias contingências, mantendo intacta sua influência espectral sobre os descendentes que, consciente ou inconscientemente, permanecem cativos de seu influxo invisível:

> A determinação histórica que dá forma à estrutura do grupo familiar, também é inconsciente. Certos aspectos da estrutura inconsciente do grupo familiar são explicitados como normas e embora e se originem na história do grupo, continuam a regulá-lo na atualidade [...]. Estes núcleos históricos consistem em expressões verbais mantidas através do tempo, símbolos, mitos familiares, todos integrantes da cultura familiar. Estas formações conservam-se, às vezes, desde tempos longínquos e estão dotadas de uma forte coesão: continuam a circular na história familiar apesar das difíceis incongruências que frequentemente colocam para a organização familiar (Berenstein, 1988, p. 63).

Não por acaso, o ilustre psicanalista das configurações vinculares, Isidoro Berenstein, em *Família e Doença Mental* (1988), assinala que: "Cada família ordena seus acontecimentos vividos num tempo [mítico] que retém todas as características da estrutura familiar. [...] Os acontecimentos lembrados são organizados a partir da configuração atual da família." (Berenstein, 1988, p. 187). Os mitos familiares, assim como os relatos primordiais das sociedades, funcionam como reservatórios de conhecimento que respondem diretamente às

demandas da contemporaneidade. Encerram um patrimônio narrativo que transita, de forma sutil, entre vestígios do pretérito e a ancoragem do presente, e, nesse movimento, instigam a resolução de contradições e desafios que, sem essa dinâmica, permaneceriam irresolutos. A partir dessa perspectiva, o psicanalista argentino concebe a família como uma construção densamente atravessada por elementos inconscientes, estruturada a partir de um vínculo transgeracional que dá continuidade ao tecido do tempo mítico. Frequentemente, observamos núcleos parentais marcados por opacidades estruturais, regidos por pactos implícitos e, muitas vezes, inauditos, cujos fundamentos repousam nos estratos mais recônditos do psiquismo. Nesse sentido, os referenciais expostos situam o inconsciente como um campo configurado pela sucessão histórica, revelando-o como um espaço de velamento dos componentes sincrônicos da estrutura psíquica: "Todo grupo familiar sistematiza e ordena seu tempo em relação aos modelos mais próximos à consciência dos membros. A história de uma família aparece como o relato dos acontecimentos significativos que incidiram na constituição e no seu desenvolvimento." (Berenstein, 1988, p. 191).

O inconsciente configura-se como uma instância que escapa à apreensão direta da consciência, não se vinculando rigidamente aos elementos da trajetória individual como vetores determinantes da conformação presente. Assim, os acontecimentos vividos situam-se em uma perspectiva que abarca o pretérito, o instante atual e o horizonte vindouro, estabelecendo uma ordenação temporal que articula os eventos. Esse percurso temporal institui um arcabouço de registros em que os episódios são primeiramente experienciados e, posteriormente, ressignificados pela perspectiva do presente, compondo um sistema de organização psíquica: "A estrutura inconsciente corresponde a um modelo no qual combinam-se os membros, de acordo com um projeto, geralmente eficaz e que tem prescrições para a passagem de um estado ao outro da estrutura." (Berenstein, 1988, p. 60). Os núcleos parentais, compelidos por imperativos enigmáticos que orientam suas disposições, frequentemente adotam a estratégia de relegar ao oblívio os episódios dissonantes de sua memória ancestral ou de confiná-los a uma instância temporal estanque, dissociada da progressão vivencial cotidiana, visando neutralizar qualquer influxo que possa desestabilizar a disciplina doméstica vigente. Esse expediente inscreve-se em um labor de composição de uma memória seletiva, na qual determinados eventos são suprimidos, obliterados de qualquer evocação consciente, ao passo que outros, ainda que preservados, permanecem encapsulados em uma esfera temporal isolada, privados de interseção com a atualidade. A compreensão dos mecanismos que regem essa ordenação do tempo no âmago das relações parentais ultrapassa uma simples abordagem anedótica, assumindo um papel crucial na investigação das forças subterrâneas que modelam tanto os

microssistemas familiares quanto os processos socioculturais em larga escala. A estruturação desses dispositivos de manipulação do passado, ao mesmo tempo em que revela os artifícios psíquicos empregados como recursos defensivos e filtros interpretativos da realidade, possibilita a percepção dos critérios implícitos que sustentam a construção das narrativas identitárias. Isso evidencia o modo como certos constructos se consolidam em preceitos tácitos, alicerçando a configuração das linhagens e perpetuando legados memoráveis ou, ao contrário, relegando ao esquecimento espectral fragmentos da história considerados dissonantes à manutenção da coesão familiar e da estabilidade do *ethos* genealógico (Berenstein, 2011). No laureado romance *A Força do Destino* (1977), da renomada escritora Nélida Piñon, cuja inspiração se ancora na imorredoura ópera homônima de Giuseppe Verdi, depara-se o leitor com a trágica trajetória de Dom Álvaro, personagem de ascendência nobre proveniente das vastidões indianas. Seu ingresso na austera sociedade sevilhana converte-se em uma travessia repleta de obstáculos, em razão de uma estrutura social inflexível, resistente a novas linhagens. Sua presença, ainda que reluzente, esbarra em uma aristocracia rigidamente estratificada, insensível a qualquer influxo externo. Nesse lastro, irrompe sua arrebatadora paixão por Dona Leonora, filha do altivo Marquês de Calatrava, cuja mentalidade conservadora se traduz na intransigente recusa a qualquer aliança que possa comprometer o prestígio familiar. Consciente da inflexibilidade paterna, a jovem elabora um plano ousado de evasão ao lado de seu amado, contando com a lealdade irrestrita de sua serviçal Curra, cujo devotamento a resguarda das vicissitudes da fortuna.

No entanto, a adversidade se impõe de maneira avassaladora. No instante da fuga, Leonora hesita e, movida por um ímpeto derradeiro de apego filial, permite-se um último olhar para seu progenitor. Esse gesto, aparentemente inofensivo, precipita uma reviravolta fatal: o Marquês, irrompendo no cenário com olhar iracundo e lâmina empunhada, determina-se a expurgar qualquer sombra de desonra sobre a estirpe. O desenrolar dos eventos adquire contornos irreversíveis: Álvaro, num gesto de renúncia e honra, abandona a própria arma, colocando-se à mercê da ira do patriarca. No entanto, a ironia do destino intervém de maneira impiedosa: ao atingir o solo, a pistola dispara fortuitamente, atingindo mortalmente o Marquês, instaurando um desfecho impregnado de fatalidade, onde as aspirações humanas são esmagadas pelas engrenagens do destino. A narrativa de Nélida Piñon afasta-se das convenções da ópera verdiana ao privilegiar uma análise psicológica densa, redefinindo os contornos do percurso de Dom Álvaro. Diferentemente da versão lírica, ele logra concretizar sua evasão amorosa com Leonora. Contudo, esse aparente triunfo revela-se ilusório, pois o enredo adensa-se com a presença de Carlos, irmão da protagonista, cuja psique é atravessada por impulsos

contraditórios, oscilando entre o dever familiar e paixões subterrâneas, que o impelem a assumir o papel de executor de uma vendeta implacável. Carlos incorpora a incumbência de vingar a morte do pai, instaurando um processo de expiação que ressoa a tragédia shakespeariana. Assim como Hamlet, que é impelido a desforrar o regicídio paterno, Carlos adentra um território liminar, onde vivos e mortos dialogam em um pacto sombrio de vingança. Sua promessa de represália materializa-se em uma declaração pungente: “Oh, pai amado, eles te mataram, mas eu juro vingança. [...] hei de vingar-me, pai, especialmente agora que estás morto. Antes não teria graça. Ao contrário, eu te combatia, porque me sufocavas a respiração, não permitiste que eu alcançasse a maioridade.” (Piñon, 1977, p. 38). Tal confissão revela uma lealdade póstuma, arregimentada por uma relação ambígua com a figura paterna. Durante a vida, o Marquês representara um antagonista direto nos afetos e na disputa pela posse de determinadas figuras femininas, além de uma força opressora que cerceava a emancipação do filho. Após sua morte, paradoxalmente, Carlos mantém-se aprisionado à sua influência, perpetuando um diálogo espectral que o aprisiona em um ciclo coercitivo de devoção e insubmissão.

Dessa maneira, a vendeta assume contornos que ultrapassam a noção de reparação da honra familiar, instaurando-se como um rito tardio de afirmação existencial. Carlos, ao absorver e reproduzir a fúria paterna, intenta, mesmo que de forma inconsciente, dissipar os resquícios de sua irresolução psíquica e, por fim, outorgar-se uma identidade até então vacilante e fragmentária: “Tinhas horror que te disputasse as mesmas criadas. Temias talvez que, por descuido, fosse eu também parar no teu leito. Muitas vezes te chamei de obsceno, capaz de devorar os filhos para provar o sabor da própria carne.” (Piñon, 1977, p. 38). A relação entre pai e filho se apresenta sob uma dinâmica peculiar, na qual o primogênito, marcado pelas reminiscências da convivência doméstica, revisita as tensões conjugais que permearam o matrimônio de seus genitores, delineando-se como legítimo herdeiro do sangue e da linhagem que o constituíram. No jogo das evocações, Carlos resgata do arcabouço coletivo os vestígios de um passado saturado de tragédias, intrigas urdidas na penumbra, homicídios e gestos de fúria incontida, sendo tragado por engodos edípicos que o vinculam perigosamente à própria irmã, sobre quem projeta um desejo febril e inconfessável: “Como teu filho, arrasto doce lembrança do teu convívio com a marquesa. As brigas da mãe, seus impropérios, as moedas que te atirava ao rosto, não podiam ser levadas a sério. Que matrimônios não se unham, e as cicatrizes no corpo indicam as reconciliações arrebatadas.” (Piñon, 1977, p. 41).Nesse panorama de afetos pervertidos e rivalidades subterrâneas, as estruturas arcaicas do clã se proliferam nos gestos e na psique de Carlos, que se vê enredado em uma herança simbólica cujos contornos são marcados por interditos e transgressões. O peso das gerações se manifesta no suporte de sua

subjetividade, impelindo-o a um itinerário no qual as pulsões ancestrais reativam interditos primordiais, lançando-o em um percurso onde a identidade se forja no choque entre o desejo e a interdição. Assim, sua trajetória torna-se um campo de batalha no qual o passado se impõe com força avassaladora, arrastando-o para um vórtice de obsessões, lutas internas e anseios irrefreáveis que o conduzem à inevitável consumação de um destino há muito esboçado no imaginário familiar.

Não casualmente, Pierre Benghozi, psicanalista francês contemporâneo, cuja notável contribuição à clínica dos vínculos familiares o consagra entre os mais influentes estudiosos da psique humana, ocupa posição de relevo nas investigações acerca da transmissão psíquica intergeracional, mediante a sistematização conceitual que denomina psicanálise dos vínculos sociais. Nesse horizonte, sua formulação teórica propõe uma distinção arguta e minuciosa entre as categorias de transmissão intergeracional e transmissão transgeracional, que, embora guardem semelhança na superfície discursiva, apresentam matizes e desdobramentos distintos na perpetuação das afluências psíquicas. No primeiro caso, deparamo-nos com um repertório de heranças imateriais que, ao serem legadas no núcleo familiar, reverberam ao longo das gerações, submetendo-se a um processo dialético de retenção, contextualização historiográfica, reformulação subjetiva e ulterior propagação na linhagem consanguínea. A segunda acepção, por sua vez, caracteriza-se pela perpetuação do material psíquico familiar em seu estado bruto, desprovido de qualquer reinterpretação simbólica, imune a processos elaborativos que o reconfigurem e, por conseguinte, refratário a filtragens que lhe imprimam novos significados, configurando-se como um fluxo transgeracional impermeável a reelaborações subjetivas ou transfigurações semióticas: “É a não representabilidade, mesmo inconsciente, que é transmitida e provoca angústias catastróficas e de aniquilamento, com um desmoronamento confuso dos limites entre as gerações.” (Benghozi, 2010, p. 72).

O vínculo, no contexto dos processos psíquicos, consolida-se como o alicerce da perpetuação da subjetividade entre gerações, constituindo-se como elemento estruturante que viabiliza a continuidade e a articulação dos patrimônios imateriais que transitam nas relações humanas. Para elucidar a complexidade desse mecanismo de transmissão e proporcionar um entendimento mais acurado de sua operacionalidade, emprega-se a metáfora da rede, na qual a “malhagem” se erige como o arcabouço das interconexões filiais e afiliativas, configurando-se como uma trama de filamentos que articulam os laços psíquicos e possibilitam a inscrição dos sujeitos no domínio das heranças simbólicas. Essa estrutura não se reduz a um agregado fortuito de enlaces eventuais, assumindo a feição de um entretecimento rigoroso de malhas imbricadas, cuja interseção configura um território psíquico específico, ressoando as concepções bionianas

sobre a dialética entre continente e conteúdo, ao delinear um espaço de acolhimento e transformação da experiência subjetiva, estabelecendo-se, assim, como instância de contenção e significação do material psíquico transmitido ao longo das gerações: “O vínculo psíquico insere-se numa conceitualização que denomino ‘malhagem genealógica’. Estabeleço como modelo com o aparelho psíquico grupal familiar um continente genealógico grupal familiar. Os continentes genealógicos [...] como constituídos de malhas [...]” (Benghozi, 2010, p. 21).

O substrato grupal familiar, concebido como uma filigrana de liames filiais e afiliativos, caracteriza-se por sua natureza proteiforme, incessantemente sujeita a reconfigurações, deslocamentos e recomposições, instituindo-se como um constructo dinâmico e plasticizante, cujas variações constantes viabilizam a reconfiguração permanente das interações intersubjetivas. Nesse espectro, Benghozi (2010) assinala o crescimento gradual do vínculo afiliativo em detrimento do filiativo, enfatizando que a transmissão psíquica se manifesta tanto na linearidade consanguínea que une genitores e descendentes quanto nas conexões vinculares forjadas ao longo da existência e nas influências oriundas das instâncias institucionais que integram a estrutura sociocultural. Além disso, a conjugalidade assume papel fundamental na metamorfose dos vínculos, instaurando novas formas de pertença e sedimentação da memória psíquica em um fluxo transgeracional. Nessa perspectiva, a “malhagem” pode ser analisada como um processo psíquico cuja contraposição alterna construção e desestruturação, instaurando um ciclo contínuo de gênese, dissolução e recomposição das tramas vinculares. Os nexos filiatórios, por seu turno, enraízam-se na ancestralidade remota, conectando-se aos predecessores originários ao mesmo tempo em que se projetam para as gerações futuras, estabelecendo uma cadeia de pertencimento ininterrupta que se inscreve na dimensão coletiva e na configuração da experiência subjetiva: “A malhagem genealógica permite a integridade e a manutenção dos continentes genealógicos grupais, familiares e comunitários. O continente psíquico que essa malhagem constitui é um elemento essencial [...]” (Benghozi, 2010, p. 21).

O que se impõe, em Benghozi (2010), é a incessante plasticidade do acervo vincular, ou seja, a faculdade ininterrupta de reconfiguração da malha intersubjetiva que se enreda nos liames de filiação e afiliação, sob a égide do constructo da resiliência familiar. O autor debruça-se sobre o mecanismo pelo qual os legados psíquicos e as heranças simbólicas transitam entre as gerações, submetendo-se, de maneira simultânea, a processos de reelaboração, transfiguração e atualização, em sintonia com as exigências impostas pela historicidade e pela dinâmica das relações humanas. A conjugalidade e a parentalidade, nesse escopo, erigem-se como vetores primaciais pelos quais os enlaces originariamente marcados pelo trauma podem ser desarticulados e ulteriormente reinscritos em novos sentidos, viabilizando, assim, o

enrijecimento da resiliência familiar, compreendida como uma qualidade simultaneamente singular e intersubjetiva dos membros do núcleo doméstico, que os habilita a desconstruir e recompor, de maneira contínua e adaptativa, os vínculos que os ancoram em sua genealogia, permitindo que ultrapassem as vicissitudes impostas pelo devir existencial e ressurjam desse processo revigorados em sua vivência psíquica: “Os impasses da transmissão vertical podem, portanto, se repetir no plano horizontal. Essa recomposição pode também ocorrer por uma repetição ao contrário dos descendentes aos ascendentes, conforme a modelização e [...] recomposição das lealdades genealógicas.” (Benghozi, 2010, p. 24).

A inteligibilidade desse fenômeno esgarça a circunscrição estrita ao viés deletério que, por vezes, impregna a dinâmica da transmissão psíquica, exigindo, por conseguinte, uma perspectiva mais ampla e pluridimensional, capaz de apreender as múltiplas reconfigurações e os rearranjos que se processam na arquitetura dos laços afiliativos, incessantemente reformulados ao longo do itinerário desenvolvimental do sujeito. Nessa ordem, a perpetuação de conteúdos psíquicos de valência negativa ocorre preponderantemente a partir daquilo que remanesce irresoluto, ou seja, das experiências que, no curso da transmissão transgeracional, não foram submetidas a um processo de simbolização e metabolização psíquica, mantendo-se, assim, em estado bruto, refratárias à elaboração subjetiva. Essa configuração propicia, em múltiplos casos, a manifestação de sintomatologias, que se tornam depositárias e vetores de uma herança psíquica silenciada, mas que, ainda assim, opera subterraneamente, reverberando no psiquismo dos descendentes como um legado ininteligível que se impõe através de repetições, atuações e contingências que escapam à plena intelecção do sujeito, mas que, paradoxalmente, modulam sua vivência emocional e relacional de maneira insidiosa: “A emergência de sintomas característicos de uma patologia de continente seria uma tentativa de organização implosiva das angústias primitivas não contidas e não metabolizadas pelas gerações precedentes, no plano do aparelho psíquico grupal familiar.” (Benghozi, 2010, p. 24).

Consoante a exegese de Benghozi, a estrutura familiar não se restringe à condição de depositária de legados atávicos irrevogavelmente impressos na constituição ontogenética do sujeito, mas se constitui, sobremaneira, como um organismo psíquico pulsátil, um crisol no qual se engendram incessantes processos de mutação dos vínculos, permeados por dinâmicas de assimilação, deslocamento e transfiguração das heranças imateriais que a perpassam. Nesse diapasão, a família, não se consubstanciando enquanto ente estático, fixado na perpetuação inercial de um acervo simbólico imutável, configura-se enquanto um espaço dialético, onde se operam reelaborações incessantes, que modulam e reordenam o arcabouço psíquico transgeracional. Dentre os fenômenos que compõem esse panorama, avulta-se a conformação

de uma malha originária de feição adversa, derivada do substrato do que remanesce inapreensível à simbolização e refratário à metabolização psíquica, instaurando um domínio regido pelo velamento e pela irresolubilidade. Nessa seara, o ignoto, o infando, o inexprimível e o inominável, entranhados na malha familiar, erigem-se como agentes propulsores da transmissão transgeracional do negativo, operando de maneira subterrânea e larvar, no interstício dos enlaces filiais e afiliativos, mantendo-se incólumes à decifração e à ressignificação subjetiva: "A impressão é algo bem diferente, é uma inscrição vazada, em negativo. [...]. O 'negativo deve ser entendido aqui no sentido daquilo que não foi revelado, como o negativo em fotografia. É o material psíquico de família presente-ausente transmitido de geração em geração." (Benghozi, 2010, p. 17).

No romance *A República dos Sonhos* (1984), de Nélida Piñon, perpetua-se a construção de uma saga epopeica que narra a trajetória de Madruga, jovem e modesto galego, cuja existência, no crepúsculo do século XIX e aurora do XX, inscreve-se nas sendas do ímpeto colonizador e na retórica inevitável das migrações transatlânticas. Trata-se de uma história que ultrapassa o destino individual do protagonista e se converte em um microcosmo das aspirações, angústias e dilemas da coletividade migrante, capturando a essência de um deslocamento que envolve tanto a travessia física dos oceanos quanto o exílio ontológico e o dilema da identidade cultural. Aos treze anos, impelido por uma pulsão indômita e uma ambição desmedida, Madruga emancipa-se do resguardo familiar e, num gesto audacioso, imiscui-se na travessia oceânica, semelhando-se a um argonauta extemporâneo que busca, no Novo Mundo, fortuna material e um estatuto de pertencimento e legitimidade. A América se lhe apresenta como uma geografia de redenção, um palimpsesto onde pode inscrever sua própria história, distinta da penúria primigênia que assolava suas origens. Madruga encarna a quintessência do patriarca empreendedor, do conquistador de novos territórios que, por meio da inflexibilidade de sua vontade e da veemência de sua ação, impõe cadência aos elementos e conforma a realidade ao seu desígnio. A obsessão pelo progresso e pela acumulação de bens materiais transforma-o em um artífice de sua própria mitologia, erigindo um império de posse e domínio. Essa ascensão impõe a muitos o peso da preterição, da espoliação e da subjugacão. Os desafortunados compartilham o ônus de sua escalada. Seus próprios consanguíneos, primeiros impactados pelo torvelinho de sua empreitada, ressentem-se da voracidade desse projeto que exige determinação intransigente e recusa hesitações.

Mesmo que sua racionalidade arguta e seu calculismo implacável lhe permitam galgar a pirâmide social, Madruga carrega a reminiscência dos relatos primevos instilados pelo avô Xan. Essas narrativas, mais do que artifícios fabulatórios, constituem a quintessência de uma

identidade arcaica que, exilada e dispersa, agoniza sob o signo do esquecimento. Elas se alteiam a uma esfera sacrossanta: são depositárias da memória coletiva de um povo cuja linhagem remonta aos celtas e cuja trajetória histórica se delineia sob o signo da resistência face à perene ameaça de absorção cultural e aniquilação identitária. Assim, paradoxalmente, Madruga figura como artífice de sua própria fortuna e, simultaneamente, guardião involuntário de um passivo imaterial: a tradição de um povo que sobrevive enquanto houver quem a narre. A inquietação de Madruga reflete o drama da diáspora galega e seu embate constante contra a derrocada de seu espólio. Seu pavor envolve a possibilidade de que sua linhagem inteira, destituída de narradores, resvale para a mais absoluta inexpressão. Sem o verbo que a nomine, a tradição capitula à inclemência do esquecimento, dissolvendo-se como um murmúrio que se esvai sem resposta: "Inconscientemente, porém, Madruga sempre lutou por preservar o legado de Urcesina, Ceferino e Xan. Queria-os aquecidos no seu estômago e na sua memória. Ainda que o molestasse descobrir-se de repente cativo de uma comoção que teimava em ser apátrida." (Piñon, 1997 [1984], p. 280). O romance expõe a trajetória individual de Madruga e se inscreve em uma reflexão mais ampla sobre identidade, memória e pertencimento. Ao final, ele se vê imerso em uma constatação inevitável: ao mesmo tempo que se torna senhor de terras, riquezas e poder, percebe-se órfão de si mesmo. A anamnese compulsória de sua origem e a angústia do esquecimento fazem com que a pátria, outrora entendida como um lócus físico, converta-se em uma entidade espectral, periclitante, cuja existência depende unicamente da palavra que a sustenta. No entrechoque entre tradição e progresso, entre memória e mercancia, Madruga se descobre refém de uma inquietação ontológica: o exílio último reside na dissolução do que um dia se foi, sem que reste vestígio ou herança. O derradeiro desterro manifesta-se no naufrágio da memória, na capitulação da identidade à voragem do silêncio:

> Urcesina e Ceferino nunca deixaram em testamento a quem a casa pertenceria, após suas mortes. Por isso cativaram os filhos, pendentes da pequena herança, até seus últimos dias. Na hora da partilha, habitei-me imediatamente à compra da casa. Assim comprei seus fantasmas, seus móveis e suas memórias. Uma casa vazia todos aqueles anos. [...]. Quanto a mim, mantive-a como antes. Jamais permiti reformas que a modernizassem, desfigurando-lhe a tradição, por meio de banheiros frios (Piñon, 1997, p. 329).

Os eventos que perpassam a existência de Madruga, desde a infância até o ocaso de sua trajetória, são desvelados de modo não linear, organizados em um emaranhamento narrativo que se afasta da rigidez cronológica e se estrutura em uma rede espiralada de reminiscências e reinterpretações. A trama tem início no limiar da dissolução corpórea de Eulália, consorte do protagonista, cujo fenecimento provoca tanto a comoção familiar diante da iminência do

passamento quanto a eclosão latente das disputas intestinas subjacentes ao vínculo consanguíneo. O enredo, desenvolvido ao longo de aproximadamente uma semana, retrata o congraçamento compulsório dos descendentes e agregados, que se reúnem para assistir à agonia da moribunda e, paralelamente, imiscuem-se na disputa pela partilha dos bens – sejam de natureza pecuniária, sejam, sobretudo, de índole simbólica, onde repousa o verdadeiro fulcro da altercação. Nesse intervalo, à medida que o presente da diegese se expande, instaura-se um espaço discursivo no qual as vozes narrativas, engajadas em um périplo arqueológico sobre a história da família, resgatam as vicissitudes pretéritas de cada um de seus membros, trazendo à tona os eventos matriciais que moldaram as relações interpessoais, bem como os mistérios inconfessos e as ruínas emocionais que assombram os envolvidos.

Nessa estrutura, delineia-se um engenhoso jogo de deslocamentos temporais, em que a linha do tempo transita incessantemente entre passado e presente, revisitadas as mesmas ocorrências sob diferentes perspectivas, conforme a ótica de distintos personagens que as rememoram e ressignificam. A narrativa se estabelece sob a égide de uma tríade enunciativa, composta por Madruga e sua neta Breta, cujas vozes, na primeira pessoa, se imiscuem no relato, imbricando subjetividade e discurso, e por um narrador onisciente, que, em terceira pessoa, amplia a perspectiva do leitor, conferindo-lhe acesso ao interstício dos acontecimentos e às camadas ocultas das subjetividades em conflito. Essa polifonia diegética instaura um jogo de focalização que amplia a percepção da realidade ficcional, permitindo ao leitor transitar por distintos estratos interpretativos e absorver as nuances das relações familiares, alicerçadas na convivência manifesta, nos pactos inomináveis, nos ressentimentos fossilizados e nos espectros de um passado que se recusa a permanecer obliterado. Esse microcosmo familiar configura a saga de uma linhagem ao longo de sucessivas gerações e reflete a inevitável e convulsionada transição entre diferentes tempos, com o embate entre os herdeiros de um *ethos* rudimentar e aqueles que, desvinculados das amarras do passado, intentam edificar sua identidade sobre os escombros da tradição. Os personagens, imersos nesse teatro de afinidades e dissonâncias, revelam-se em suas idiossincrasias, movidos por desejos inconscientes, alianças tácitas e vínculos espectrais que os envolvem em uma rede de relações labirínticas, na qual os mortos coabitam com os vivos como forças atuantes na dinâmica da existência: “E acaso não fora o futuro, no passado remoto, na arqueologia da sua alma, uma grande festa para casa ancestral de onde proviera? Onde iria albergar-se o futuro dos filhos, após a sua morte? Era, sem dúvida, o último defensor das tradições familiares.” (Piñon, 1997 [1984], p. 71).

Ao enveredar por uma estrutura narrativa de feição espiralada, a obra se compraz em reiterar, por meio de um engenhoso jogo de reminiscências e recapitulações, a permanência de

determinados constructos temáticos, reiterando, sob diferentes matizes, a imbricação de conflitos e dilemas que ultrapassam a materialidade de uma genealogia específica, transbordam as fronteiras da contingência histórica e espacial e se alojam no âmago da condição humana, em uma sucessão de embates, dissensões e contingências que se perpetuam, como se cada geração, a despeito de sua pretensa singularidade, estivesse fadada a encenar, sob roupagens renovadas, a eterna disputa entre memória e esquecimento, pertença e desterro, tradição e ruptura. Dessa maneira, a estrutura do relato não se restringe à progressão diacrônica de eventos, mas se empenha em assinalar, pela recorrência deliberada de elementos que transborda ao longo da diegese, a constatação de que as querelas e tensões que exsudam a linhagem dos protagonistas representam manifestações de um mecanismo maior, um sistema inexaurível alicerçado nas entranhas da existência, que ultrapassa as idiossincrasias individuais e se inscreve em uma ordem de perenidade, vinculada à ancestralidade e à circularidade das paixões e dissabores humanos: "Sempre foi a casa de um camponês galego, como Ceferino, Xan, o pai de Xan ou o bisavô de Xan, de quem nunca ouvi falar. Uma sucessão de seres ingratos que se descuidaram em nos legar a sua história. Haviam-se espalhado pela terra como estrume." (Piñon, 1997, p. 330).

Miguel, vértice fulcral da dileção materna e objeto da lascívia irrefreável das mulheres que lhe atravessam a senda, corporifica a combustão impudica dos sentidos, fulgurando em uma concupiscência ubérrima, exsudando um magnetismo carnal que se impõe como sortilégio, como emanação de uma força primordial que a tudo absorve e conturba. Essa configuração pulsional, em vez de se restringir a um conjunto aleatório de ímpetos desenfreados, revela-se um caudal torrencial de potência criadora, um ígneo fluxo que, ao direcioná-lo para uma condição paradoxal, precipita-o nos meandros de uma desorientação abissal, subjugando-o às forças avassaladoras das paixões que o desconcertam e desagregam, obliterando-lhe qualquer veleidade de harmonização conjugal ou de estabilidade existencial. Sua inclinação edípica em relação à irmã, Esperança, ultrapassa a configuração vulgar do interdito incestuoso, pois se erige como a epifania última das forças telúricas e demiúrgicas que instam a criação e o cataclismo, potências primevas que, ao mesmo tempo em que sustentam a ossatura do cosmos e a ordenação dos destinos, impõem uma resistência intransigente àqueles que, em um arroubo de *hybris*, julgam-se capazes de manipulá-las sem a devida reverência. Miguel encarna, pois, a quintessência de uma virilidade despótica, de uma luxúria soberana que se exerce sem peias, em absoluta contraposição ao recato imposto ao feminino, interdito que relega à mulher a condição de receptáculo passivo de um desejo sufocado, obliterado e obnubilado, o qual, todavia, insurge-se subterrâneo, resistindo nas plúmbeas regiões do não-dito. Essa oposição se

plasma na figura de Esperança, a qual, investida de um pudor cristalino, carrega em si a latência de um anelo inconfessável, de uma sofreguidão refreada que, paradoxalmente, confere-lhe uma áurea de intangibilidade sacralizada, convertendo-a no receptáculo de um desejo irremediavelmente frustrado.

O primogênito Bento, cuja vinda ao mundo se consuma em solo galego por um ato de arbítrio de Madruga, configura-se não como mero prolongamento de sua estirpe, mas como o emblema inequívoco de sua capitulação perante os grilhões inamovíveis da ancestralidade, os quais, a despeito de sua obstinada resistência, o enleiam de maneira indelével, arrastando-o para a órbita de uma origem indefectível. Bento não se reduz à linhagem consanguínea; impõe-se como a comprovação cabal da inoperância de Madruga em solapar as amarras simbólicas que o jungem ao solar nativo, evidenciando que a pretensa ruptura com suas raízes se revela uma quimera, uma falácia cujo desmoronamento se consuma com o retorno compulsório ao cerne de sua genealogia, ao estigma inelutável de suas transgressões, à sombra da herança que, por mais que renegue, nunca poderá obliterar: “Estou em débito com a Galícia. Prometi ao avô Xan devolver à Galícia ao menos uma de suas lendas perdidas. E só saldarei a dívida com este nascimento. Não é verdade que um homem também é uma lenda?” (Piñon, 1997 [1984], p. 98). Bento, ao lançar-se ao abismo marítimo no intento de retorno à terra materna, sucumbe ao veredito implacável do destino, sendo tragado pelos confins abissais do Atlântico, onde seu corpo, obliterado pelas águas insondáveis, recompõem-se em ausência espectral, tornando-se reminiscência persistente na estrutura familiar. Diante de tal infortúnio, Madruga, compelido por um ímpeto de restauração simbólica e perpetuação de sua linhagem, persuade a esposa a conceber um novo descendente em solo pátrio, ensejando, desse modo, o advento do segundo Bento, figura que se configura não como simples sucessor consanguíneo, mas como reflexo eidético do primogênito naufragado, um simulacro animado moldado sob os auspícios do determinismo genealógico e do imperativo de perpetuação. Esse novo herdeiro, alçado à condição de dublê do extinto, torna-se receptáculo das aspirações parentais e carga viva do passado irredimível, submetendo-se à sinecura de uma existência vigiada pelo peso fátuo do nome que lhe fora outorgado, qual se fosse a projeção de uma entidade obliterada, condenada a reencarnar sob os desígnios incontornáveis da memória e do luto intransitivo.

Nessas rotas meândricas de substituições eidéticas e ressonâncias transgeracionais, instaura-se um embate perene entre a insubmissão do indivíduo e a compulsória sujeição às injunções atávicas, conformando o conflito que os sucessores de Madruga haverão de travar na busca por um arbitramento entre os influxos heterogêneos que lhes compõem a essência. O segundo Bento, conquanto tenha sido engendrado em solo brasileiro e, por conseguinte,

apartado da linhagem originária do primeiro, jamais logra libertar-se da força gravitacional dos espectros familiares que o precedem, sendo impelido a um perpétuo labor de validação de sua identidade, sempre orbitando entre a imposição tácita do pretérito e a inatingível aspiração por uma existência alheia à égide da recordação do irmão aniquilado. Assim, em lugar de simples iteração, manifesta-se como variação de um modelo primitivo, tornando-se expressão das múltiplas configurações que atravessam os interstícios familiares e os antagonismos imanentes ao embate entre o peso da tradição e a pulsão disruptiva da inovação. Tobias, o caçula, insurge-se com ímpeto irrefragável contra a lógica primal que tutela a estirpe, movido por um vezo insubmisso e nutrido pelas prerrogativas de um ideário revolucionário que lhe impele a lançar-se contra os baluartes da tradição e a confrontar a concepção utilitária de progresso esposada por Madruga. Seu espírito beligerante, avesso a acomodações e a pactos espúrios, avança para além do círculo doméstico e adquire proporções metonímicas, figurando como emblema das convulsões ideológicas que lastreiam os alicerces da ordem social brasileira, convertendo-se em personificação do embate entre a perpetuação de paradigmas obsoletos e a insurgência de uma nova racionalidade histórica.

No cerne desse drama transgeracional, o núcleo feminino, integrado por Eulália, Esperança e Antônia, complexifica ainda mais a estrutura narrativa, cada qual erigindo-se como expressão polifônica das múltiplas feições do feminino em uma sociedade regida pela ordem patriarcal. Eulália, esposa piedosa e resignada à mística da submissão, encarna a figura materna austera e apaziguadora, que tudo suporta sob o peso da obrigação sacrossanta de manter a harmonia doméstica. Esperança, portadora de um fogo latente que incendeia sua substância interna, desponta como força vital insubjugável, embora aprisionada nas malhas urdidas pelo interdito social que silencia as pulsões femininas e lhes impõe a clandestinidade. Antônia, figura deslocada e saturada de uma amargura intransigente, introduz uma dissonância radical no concerto das convenções, instaurando questionamentos que corroem a rigidez das normas e desvelam as fissuras latentes na ordem patriarcal.

Outrossim, constitui-se como vértice inarredável da narrativa o magnânimo enlace entre Madruga, a epítome do patriarca insigne, e Breta, neta dileta, sobre quem se projetam as irradiações tutelares de um legado arcaico, qual se fora a guardiã primacial das reminiscências galaicas, convertida em relicário palpitante das sagas que se inscrevem na linhagem como uma inscrição do destino. Essa relação, urdida pelos arames da consanguinidade e do pacto invisível que vincula gerações, alça-se à condição de elo sagrado, configurando-se como uma transmissão de saberes e reminiscências, instaurando a perpetuação de uma herança que ultrapassa os limites contingentes do espaço e da cronologia ordinária. Na construção desse

enredo magistralmente arquitetado, a simbiose entre avô e neta corporifica-se como uma continuidade espiritual, em que Madruga, ao vislumbrar em Breta o receptáculo inviolável de suas memórias e tradições, investe-a da função de depositária do arcabouço cultural que lhe fora transmitido por seus predecessores. O vínculo que se estabelece entre ambos não se resume a um repasse de relatos ou a uma evocação saudosista do pretérito, configurando-se como uma linhagem espiritual, em que a oralidade se faz liturgia e a rememoração adquire a substância dos ritos iniciáticos, garantindo a permanência de um universo simbólico que, alhures, correria o risco de obliterar-se sob o peso do esquecimento: "Algo em Breta reproduzia o espírito e as contravenções de Madruga. Sem que seguisse à risca a biografia do avô. Criara-se entre eles uma corrente formada de intermináveis elos, propensa a expulsar a família." (Piñon, 1997 [1984], p. 49).

Indubitavelmente, a jovem assume um papel que ultrapassa a função de continuadora de um tronco genealógico, pois sua existência adquire um matiz sacrossanto, elevando-a à posição de legítima curadora do cabedal imaterial que excede o vínculo consanguíneo, figurando-se em zeladora inconteste dos arcanos familiares, intérprete dos desígnios da linhagem e arauto perene das conexões invisíveis que sustentam a memória atávica. A sucessão que se delineia não se limita a uma transmissão vulgar e mecânica, mas sim à perpetuação de um filamento narrativo cuja essência adensa-se, convolando-se em desígnio solene, que a investe do encargo sacrossanto de resguardar e reavivar o veio mítico-patriarcal, evitando que este se desagregue na voragem do oblívio. Ainda que a aproximação entre Madruga e Breta possa, à primeira vista, transparecer como um acaso fortuito, a narrativa urdida por Piñon evidencia, com cadência grave, que o patriarca, ao ungir sua neta como herdeira autêntica e dignatária de sua tradição, não lhe confere apenas domínios terrenos e haveres perecíveis, mas a reveste de um manto simbólico de estatura inefável, convertendo-a na guardiã de um acervo sígnico e memorialístico cujo fulgor advém da ancestralidade. Trata-se de um legado que escapa aos limites da matéria e se inscreve no campo das manifestações imperecíveis, compondo uma herança cuja seiva primordial emana dos confins da tradição, adensando-se, com apurada mestria, ao tear da memória familiar, que se renova incessantemente no âmago do espírito que o alberga:

> Desde menina, Madruga grudou-se em minha pele. Jamais me deixava, para eu não deixá-lo. Julgava prorrogar a vida por meu intermédio, deste modo habitando parte da minha alma enquanto a envelhecia. Refletida nele como se sua presença senil já não me largasse, eu não tivera forças de expulsá-lo a tempo. E isto porque, havendo minha história começado com ele, era ele ainda quem a estava contando. Em obediência a um dramático instinto sucessório

> que me obrigava a indagar quem no futuro assumiria a minha alma. A quem deixá-la em testamento, para que o seu dono a recolha na hora aprazada? (Piñon, 1997 [1984], p. 197).

Dessarte, Breta, ao alçar-se à condição augusta de guardiã das narrativas épicas que delineiam a ascendência familiar, assume um papel que ultrapassa a custódia do relicário memorialístico de seus antepassados. Torna-se intérprete primordial dos desígnios inscritos nas camadas mais recônditas de sua identidade, resgatando vozes soterradas no véu do passado e conferindo-lhes permanência por meio da palavra que se instaura como veículo de perpetuidade. O ato de transmissão efetuado por Madruga reveste-se de um caráter metassimbólico, constituindo-se em uma transfusão de signos e emanações que lhe são confiadas como incumbência sacralizada. Sua missão envolve a decifração, reconstrução e revitalização das narrativas que conferem substância à linhagem, garantindo sua permanência na memória arcana. Quando Breta atinge o esplendor da juventude, Madruga, movido pela determinação de fortalecer a comunhão da neta com os alicerces primordiais de sua estirpe, empreende um retorno à terra natal. Esse percurso, imbuído de significado e marcado pela busca de uma imersão sensível e concreta nas raízes familiares, possibilita-lhe absorver, em sua forma mais incontaminada, os influxos primordiais da herança galega, que se inscrevem, de maneira indelével, na substância mesma de seu ser: “Chegou a hora de você conhecer a minha âncora galega. Há muito que o tempo a enferrujou. Só que em vez de salitre, foi de poeira. A antiga sala de Xan pareceu-me desgastada e longínqua. Sempre familiar. Afinal, eu saíra daquelas paredes.” (Piñon, 1997 [1984], p. 328).

A resolução inabalável de Madruga em empreender essa travessia manifesta-se como um ato impregnado de significância singular, ultrapassando a noção de deslocamento físico. O ímpeto de conduzir Breta a esse lastro impregnado de forças telúricas e reminiscências míticas conduz a uma experiência em que as narrativas mais remotas da estirpe prorrompem como filamentos de memória, configurando um itinerário de íntima consonância com os relatos primevos que moldaram a identidade da linhagem. Nesse retorno carregado de evocação e ressonâncias simbólicas, Madruga insere Breta nessa incursão pelo âmago de uma ancestralidade pulsante, adentrando territórios que, como testemunhas silentes, presenciaram a gênese e o florescimento da saga galega. Os vestígios dessa herança ressoam nas dobras do tempo, sincretizando passado e presente em uma trama de pertencimento e evocação mnemônica: “Portanto as palavras de Urcesina, Ceferino, Xan e Teodora ressoavam ainda pelos recônditos escaninhos. Quase ouvia-lhes os murmúrios.” (Piñon, 1997 [1984], p. 328). À medida que os pés de Breta tocam o solo que acolheu e sepultou aqueles que a precederam na

ordem sucessória do tempo, instaura-se uma vivência que ultrapassa a esfera da percepção ordinária. A imersão nesse território fecundado pela memória provoca nela uma integração indelével com as raízes que nutrem, subterraneamente, sua própria essência. Cada narrativa resgatada do oblívio, cada fragmento da paisagem contemplada, reveste-se de uma presença vívida, transformando-se em uma irradiação de reminiscências arcanas cuja ressonância perpassa os estratos mais ocultos da linhagem. Esse deslocamento configura-se como um rito de incorporação ao patrimônio que a antecede, permitindo-lhe divisar, nas formas pétreas que sustentam os vestígios do passado e nos sussurros etéreos do vento atlântico, o desfile espectral de seus ascendentes. Suas presenças manifestam-se na trama do tempo, conferindo-lhe o privilégio de tangenciar o indizível e inscrever-se, de maneira irrevogável, na tessitura da própria ancestralidade.

A partir da estrutura analítica concebida por Benghozi (1994), observa-se que a configuração do vínculo conjugal propicia uma ampliação da rede genealógica, resultante da fusão entre linhagens parentais que demarcam a ascendência de cada cônjuge. Os traços de lealdade às memórias atávicas favorecem a conservação da coesão e a perpetuação do legado de filiação, inscrevendo, na interface liminar do eu-pele que se adensa na urdidura conjugal, os registros perenes da memória, onde exalam os impulsos pretéritos das genealogias confluentes: “Os impasses da transmissão vertical podem, portanto, se repetir no plano horizontal. Mas essa remalhagem pode também se dar por uma repetição ao contrário dos descendentes aos ascendentes, conforme a modelização e [...] recomposição das lealdades genealógicas.” (Benghozi, 2010, p. 24). Delineia-se, desse modo, uma estrutura de interpenetração interfamiliar que imbrica, em um palimpsesto psíquico de complexidade inabarcável, o repositório negativo próprio a cada estirpe arcaica, engendrando uma dinâmica de interseção de legados subjetivos que reverberam nos estratos inconscientes da descendência. A mutação psíquica, sob a ótica da arquitetura teórica de Benghozi (2010), fundamenta-se nos postulados bionianos e manifesta-se na capacidade dos continentes genealógicos grupais de assimilar, simultaneamente e de modo progressivo, as matrizes sígnicas e os afetos estruturantes que se inscrevem nas vivências dos sujeitos que os constituem, perpetuando-se em uma processualidade diacrônica que delineia as configurações do pertencimento familiar.

No horizonte benghoziano, a concepção de traumatismo como legado imaterial remete a circunstâncias em que uma experiência disruptiva, embora enraizada em tempos remotos, perpetua-se como uma herança espectral, imiscuindo-se nas gerações subsequentes sem jamais ter sido reelaborada discursivamente para ser reinscrita no domínio do simbolizável. O trauma, nesse sentido, erige-se como um dos principais vetores de transmissão intergeracional, cuja

intensificação é fomentada pelas vicissitudes da convivência doméstica, seja pelo peso das representações simbólicas que o circundam, seja pelo silenciamento que o envolve, instaurando um interdito que, ao obliterar a significação do evento originário, o condena a uma latência prolongada no psiquismo dos sucessores (Ferés-Carneiro, 2009). Ademais, a ausência de uma simbolização eficaz dos conteúdos traumáticos acarreta sua perpetuação implacável na linhagem, convertendo-o em um fardo insidioso e em uma fratura psíquica que compromete a constituição de referenciais neuróticos estabilizadores, restringindo, assim, a irrupção de processos elaborativos que favoreceriam o desenvolvimento de subjetividades menos sobrecarregadas pela sombra do inominável:

> No plano genealógico, distingue-se a transmissão intergeracional e a transmissão transgeracional. Na transmissão intergeracional, o patrimônio psíquico familiar é recebido por uma geração, memorizado, historicizado, transformado, elaborado e transmitido à nova geração. Na transmissão transgeracional, o material psíquico familiar é 'telescopado' [...] transmitido em estado bruto, sem ter sido transformado, metabolizado (Benghozi, 2010, p. 22).

Benghozi (2001) desenvolveu uma investigação pautada por uma acurada hermenêutica, examinando os impactos deletérios de tragédias humanitárias sobre a organização genealógica e seus reflexos na descendência. Sua análise enfatiza os efeitos psicodinâmicos e intergeracionais do Holocausto, demonstrando a necessidade incontornável da restruturação dos vínculos ancestrais – sejam de foro doméstico ou comunitário – como meio essencial para a ressignificação do trauma e a reconstrução das estruturas psíquicas fragmentadas pelos eventos pretéritos. Em sua construção teórica, Benghozi argumenta que a denominada "lógica da vergonha" aciona como um critério determinante na delimitação entre o que pode ser revelado e o que permanece soterrado no universo das memórias interditadas, instaurando um mecanismo de censura interna que alterna permissões e supressões na transmissão do legado familiar. As catástrofes de ordem humanitária, experienciadas por ancestrais remotos, perpetuam-se como marcas indeléveis na subjetividade dos descendentes, que, ao absorvê-las de maneira implícita e irresoluta, tornam-se portadores involuntários de um acervo psíquico saturado de padecimentos inomináveis.

Ao debruçar-se sobre a experiência dos sobreviventes do Holocausto, Benghozi evidencia a permanência do trauma como herança transgeracional, advertindo para o risco de que conteúdos psíquicos não metabolizados possam instaurar ciclos de repetição da violência originária, prolongando-se por gerações e insinuando-se nas camadas da subjetividade. Sob essa perspectiva, a interrupção na transmissão de vivências, especialmente as de cunho traumático,

ocasiona a cristalização de um fardo psíquico inassimilável, que, ao ser transferido para a descendência, converte-se em um peso imobilizador, incrustado nas esferas mais ocultas do inconsciente familiar. Esse processo de transmissão psíquica inacabada insere-se na lógica da transgeracionalidade, manifestando-se contemporaneamente sob diferentes matizes e dimensões – psíquicas, somáticas, sociais e culturais –, consolidando-se como marcas indelevelmente impressas na constituição subjetiva dos herdeiros desses haveres. No que concerne às manifestações psíquicas de natureza complexa, a formulação teórica de Benghozi encontra sustentação nos postulados de Bion (1975), posteriormente retomados e reelaborados em sua análise das dinâmicas de agressividade e violência nos contextos grupais. Para Bion, uma catástrofe psíquica ocorre no instante em que uma ruptura abrupta desestabiliza o equilíbrio previamente mantido entre continente e conteúdo, instaurando uma fratura irreparável em que a carga emocional excede a capacidade de contenção, desestruturando os vínculos e desencadeando um fluxo desordenado e caótico dos efeitos da devastação. Suas reverberações espalham-se de maneira avassaladora, obliterando qualquer possibilidade de reinscrição simbólica capaz de restaurar o sentido original (Ferés-Carneiro, 2013).

Em última instância, a catástrofe psíquica configura-se como um fenômeno de gravidade inaudita, instaurando uma marca indelével no psiquismo. Sua essência se define pela ruptura súbita e irreparável das conexões vinculares, cuja dissolução instaura uma fratura insuperável no tecido relacional. No cenário de desestruturação dos laços intersubjetivos, assiste-se ao colapso do processo de interfantasmatização, comprometendo engrenagens simbólicas e inviabilizando a constituição de representações capazes de favorecer a elaboração psíquica de conteúdos perturbadores. No âmago dessa derrocada, persiste a exposição crua e imutável do material psíquico, que, em vez de ser reprimido e submetido ao laborioso processo de metabolização, mantém-se inerte, fossilizado, incrustado na arquitetura grupal familiar. Sua permanência estagnada e irresoluta condena os indivíduos a uma repetição incessante da cena originária de dissolução dos vínculos: “Somos confrontados com o impensável, o indizível, o inominável, o inconfessável, mas também ao ‘inaudível e o inaudito” (Benghozi, 2010, p. 16).

Conforme a exegese de Benghozi (2010), a transmissão da herança psíquica se realiza por meio de dispositivos complexos, sedimentados no âmago das estruturas intergeracionais. Pactos tácitos e mecanismos de consignação simbólica operam sob a regência de delegações rituais, solenidades consuetudinárias e investiduras latentes que ultrapassam a esfera consciente. Essas incumbências invisíveis, permeadas por imperativos arcaicos e expectativas subterrâneas, estabelecem laços de fidelidade, nomeados pelo autor como lealdades genealógicas. Tais vínculos constituem vetores de uma transmissão impalpável, vinculando os

descendentes a um compromisso inalienável com as marcas indeléveis da linhagem, perpetuando os desígnios psíquicos ancestrais sem que, na maioria das vezes, ocorra uma explicitação discursiva ou uma elaboração consciente desse legado obscuro: “Os rituais estão inscritos na cultura do grupo familiar e comunitário. Eles têm, pela partilha escandida do cerimonial, uma função identitária para os membros do grupo, assegurando, pela repetição do rito, a transmissão dos mitos fundadores do grupo de vinculação” (Benghozi, 2010, p. 72).

Assim como se erigem dispositivos inconscientes no processo de transmissão intergeracional, a herança psíquica manifesta-se de forma singular para cada membro da prole. A constituição subjetiva resulta de um dinamismo incessante entre a singularidade irrepetível do indivíduo e a identidade coletiva que o circunscreve. Nesse panorama, a fratria emerge como um espaço privilegiado de recepção da transmissão psíquica, configurando-se como matriz de ressonância e difração das incumbências tácitas, delegações transgeracionais e pactos simbólicos. Sob a égide das lealdades genealógicas, essas dinâmicas, em um jogo de refrações subjetivas, ora se cristalizam, ora se transmutam ao longo da filiação, modulando as formas de inscrição psíquica e a perpetuação do patrimônio ancestral no seio das gerações subsequentes: “O porta-voz é o portador herdeiro ventríloquo da Vergonha inconsciente familiar. O impensável, o inominável, o indizível e o inconfessável familiar são, nesse caso, a expressão da transmissão transgeracional do negativo, cuja herança familiar é assegurada pelo paciente [...]” (Benghozi, 2010, p. 18). O patrimônio psíquico se inscreve como legado entre irmãos por meio do processo de transmissão, onde os membros da família, involuntariamente, se veem envolvidos em um drama que se repete de geração em geração, configurando uma dramatização sintomática de tentativas de reelaboração dos continentes genealógicos familiares:

> [...] mecanismos de repetição de sintomas de geração em geração, o que traduz, a meu ver, a transmissão de um roteiro genealógico inter e transgeracional envolvendo os membros pertencentes a um grupo. Cada qual é agente e desempenha um papel que lhe foi delegado por difração das lealdades genealógicas. Emprego o termo ‘cenário’, em analogia à sua utilização na descrição do *fantasme* como cenário que representa estruturas subjacentes inconscientes. [...]. O roteiro genealógico é, de certa maneira, um não *fantasme*. Ele não remete a material psíquico recalcado, mas uma incapacidade de metabolização psíquica incorporada (Benghozi, 2010, p. 29).

Uma fratria, enquanto guardiã das sedimentações psíquicas legadas pelo tronco primigênio, constitui o espaço privilegiado onde se perpetua a complexidade da herança imaterial da linhagem. Essa transmissão não se restringe a um acervo mnemônico estático, mas assume feições dinâmicas e multifacetadas, atravessando sucessivas gerações sob as incursões,

por vezes explícitos, por vezes latentes, dos processos intergeracionais e transgeracionais. Esse patrimônio psíquico, impregnado de reminiscências arcaicas, interditos velados e imperativos tácitos, inscreve-se nos descendentes por meio de filigranas discursivas sutis, ritos familiares reiterados e pactos silenciosos. Sua influência se exerce de maneira insidiosa e, em muitos casos, imperceptível, moldando os destinos subjetivos daqueles que se inserem na linhagem. Ao mesmo tempo, pelas vias do recalque e da cripta, pode permanecer como um fardo indecifrável, um legado espectral que marca o psiquismo sob a forma de enigmas afetivos, compelindo os herdeiros a assumirem, ainda que inconscientemente, a incumbência de rememorar, elaborar ou expiar os vestígios de um passado transmitido sem jamais ter sido plenamente simbolizado: “Esse patrimônio é metabolizado, transmitido de geração em geração, conforme as modalidades intergeracionais, ou não transformado e ‘telescopado’, pelas gerações, na transmissão transgeracional.” (Benghozi, 2010, p. 26).

Compreende-se, portanto, que, para além das afecções (psico)patológicas inerentes ao vínculo relacional, há que se considerar a etiogênese intricada da formação psíquica, a qual se configura enquanto arcabouço estruturante, conquanto por vezes desagregador, das angústias originárias que se manifestam no suporte da subjetividade. Seja no que se refere à fragilidade estrutural do liame intersubjetivo, seja no que concerne à vulnerabilidade dos continentes genealógicos, verifica-se uma interdependência incontornável com o processo de transmissão psíquica transgeracional, no qual as manifestações emocionais, muitas vezes inarticulados e inconscientes, atravessam gerações, inscrevendo-se no âmago das dinâmicas familiares. Nesse contexto, a constelação familiar manifesta-se como o núcleo originário dos enlaces intersubjetivos, ao mesmo tempo em que atua como depositária e veiculadora de um legado psíquico de natureza estruturante e restauradora. Seus efeitos reparadores tornam-se evidentes no espectro da transmissão intergeracional, perpetuando uma contraposição incessante entre repetição e transformação no fluxo psíquico dos sujeitos que a ela se vinculam: “[...] a impressão se transmite, mas em oco, em negativo. Não é um simples depósito num enquadre que o recebe. Ela modifica o próprio enquadre continente. Não é conteúdo, mas continente.” (Benghozi, 2010, p. 17).

No romance *Livro das Horas* (2014), de Nélida Piñon, a protagonista desde cedo demonstra uma percepção arguta acerca da influência de seus avós na construção de sua identidade. Essas figuras, em vez de transitórias, perpetuam-se em sua memória como pilares estruturantes da subjetividade. A morte não lhes impõe o esquecimento; ao contrário, suas presenças reverberam nos momentos decisivos de sua formação: “Cedo, mediara a importância deles em minha vida. Eles pareciam eternos, incapazes de me abandonar no futuro.” (Piñon,

2014, p. 81). O patrimônio afetivo e cultural transmitido pelos ancestrais constitui um solo fértil, uma reserva inesgotável de experiências. A tradição não se reduz a um peso do passado, mas configura-se como um repositório de significados que se inscrevem na subjetividade da protagonista, conferindo-lhe solidez e complexidade. Sob a perspectiva de Winnicott, a herança emocional e intelectual advinda dos avós estrutura um espaço psíquico de acolhimento, que favorece o desenvolvimento da identidade. Dessa maneira, a personagem se forma vinculada a um conjunto de memórias que continuam a pulsar, orientando e fortalecendo sua trajetória: "Contaria sempre com seu amparo para crescer sólida, senhora da pródiga memória que iam eles aos poucos me transferindo." (Piñon, 2014, p. 81).

A protagonista percebe que seus avós, por meio da memória, estabelecem um vínculo indelével com um passado enraizado na Galícia, particularmente na aldeia de Cotobade, anterior à migração para o Brasil: "Em meio às brincadeiras, eu detectava nos avós Amada e Daniel uma carência resultante da perda da pátria esmaecida no horizonte. [...]. Via neles, antes mesmo de conhecer Cotobade, as aldeias que abandonaram para tentar a vida na América." (Piñon, 2014, p. 81). Essas reminiscências moldam a identidade da protagonista, oferecendo-lhe um elo resistente, uma raiz inquebrantável que percorre seu caminho existencial. As recordações do passado assumem um papel central na edificação de sua subjetividade, funcionando como um alicerce ontológico, um legado que sustenta sua percepção do mundo e de si mesma. Ao revisitar sua infância, a protagonista compreende que foi conduzida a reproduzir gestos, comportamentos e valores herdados. Esse processo de assimilação e imitação transforma a ancestralidade em um elemento dinâmico e atuante em sua identidade: "Durante anos imitava familiares e estranhos vistos de passagem. Como caricatura infantil, o meu desenho captava os traços essenciais de quem fosse. A família aplaudia tal teatralidade e sentenciava estar eu destinada ao palco." (Piñon, 2014, p. 141).

Os familiares, configurados como um cortejo solene, assumem a função de referência moral e narrativa, representando a transmissão de experiências e tradições que sustentam sua existência. O passado familiar manifesta-se como um testemunho coletivo, uma carapaça simbólica que confere coesão à sua construção identitária. A protagonista se reconhece como depositária de gestos, expressões e códigos herdados, como se observa na seguinte passagem: "Havia movimentos que pareciam provir de uma tradição arcaica, oriunda talvez do Peloponeso, outros de um cruzamento familiar. [...] as memórias, da casa onde nasci, impregnaram-me com maneiras imperceptíveis de dizerem que ainda se amavam." (Piñon, 2014, p. 141). O diferencial da narrativa de Nélida Piñon reside na maneira como a ancestralidade se manifesta, não como transmissão linear de um espólio familiar, mas como um

organismo vivo que se refaz a partir do olhar da protagonista. Diferente da concepção tradicional da transgeracionalidade, que enfatiza a repetição inconsciente de padrões herdados, a obra de Piñon insere a memória num espaço de criação, no qual o passado é ressignificado e reelaborado pela experiência subjetiva. A autora imprime uma poética da filiação que rompe com o determinismo genealógico, ao transformar a herança em um campo de experimentação e reinvenção. As lembranças herdadas ultrapassam a barreira do tempo e renovam-se na protagonista, tornando-se matrizes essenciais de sua identidade. A narrativa propõe uma reflexão sobre a continuidade da experiência humana, evidenciando como a ancestralidade e a subjetividade se fundem na composição do indivíduo.

Simultaneamente, coexistindo com tais legados estruturantes e com as engrenagens subjetivantes que propiciam a edificação da identidade psíquica do sujeito, insurge-se uma fração malfadada, um lastro sombrio com o qual o indivíduo se vê compelido a lidar, ora na aceitação tácita de sua presença, ora em um embate contínuo e exaustivo contra sua influência insidiosa. Tal parcela do legado imaterial, por vezes nominada como mal-dita, não apenas em seu sentido de desdita, mas também como um enunciado hesitante e vacilante, uma palavra truncada, disforme e dissonante, traduz, em sua essência, o conjunto de elementos da herança psíquica que se apresentam inassimiláveis, destituídos de representação simbólica e, por conseguinte, refratários à integração subjetiva, conformando aquilo que se concebe como transgeracionalidade. Caso o sujeito não logre metabolizar as correntes psíquicas legados pelas gerações pretéritas, condena-se a um movimento circular e reiterativo, onde o peso inercial da tradição se sobrepõe ao impulso transformador da subjetividade, promovendo a fossilização de padrões psíquicos em uma espiral interminável de repetição. A força conservadora que impera nesse domínio, ao invés de permitir a sublimação e a ressignificação do que foi herdado, perpetua uma cadeia inquebrantável de reedições do mesmo, convertendo a transmissão psíquica em um eterno devir.

Havendo, no entanto, uma ruptura nas conexões estruturais e nas remodelações intrapsíquicas, esse processo transmissional pode degradar-se a um estado de alienação psíquica, em que o patrimônio simbólico herdado assume um caráter dissonante, fragmentário e destituído de coesão interna, dilatando-se no fluir do tempo de maneira errática e implacável, impondo-se aos descendentes como um fardo insondável, um enigma irresoluto que, destituído de contornos discerníveis, resiste tenazmente a qualquer tentativa de elaboração. Assim, em lugar de uma transmissão intergeracional organicamente estruturada, em que o material psíquico herdado se insere em um espaço propício à sua assimilação e reconstrução subjetiva, o que se observa, de maneira contrastante, é um fluxo transgeracional errático, cujo legado

psíquico persiste em um estado de opacidade, inerte e refratário à simbolização. Tal condição instaura aberturas e hiatos na cadeia sucessória da experiência subjetiva, legando aos pósteros fragmentos enigmáticos, segmentos inarticuláveis e conteúdos indecifráveis que, silentes e imutáveis, transpassam as gerações como espectros, perpetuando-se através da reencenação compulsiva de vivências pretéritas que, por sua natureza indecifrável, permanecem como um lastro espectral no âmago da psique coletiva (Gomel, 1997; Silva, 2023).

O evento, com potencial traumático, caso não o obstrua, ao menos interfere substancialmente no processo de elucidação e integração no psiquismo do indivíduo, ensejando, em vez disso, a formação de cápsulas obscuras, lacunas e inclusões. As reminiscências veladas, alheias à atividade psíquica, mantêm-se em seu estado bruto, destinadas à incessante reiteração e oferecidas como objeto de identificação à criança, na secreta esperança de que ela, como herdeira e substituta narcísica, possa empreender a tarefa desacreditada. Parte do desconhecido e do ininteligível atravessa as mensagens personalizadas e saturadas de significado que a criança percebe nos cuidados maternos, nos elementos da relação educacional, na linguagem falada e na linguagem não verbal. É a mãe, sobretudo, quem encena primordialmente essa transmissão, embora os conteúdos da peça tenham concebidos sob o estigma da herança familiar. A criança assume o papel primordial nesse enigma, um compromisso que, para ela, apresenta-se sem-sentido, restando-lhe apenas a alternativa de manter esses elementos em inclusões ou buscar incansavelmente uma significação para o que lhe é estranho (Gomel, 1997).

No conspícuo romance *Um Dia Chegarei a Sagres* (2020), de Nélida Piñon, delineia-se uma urdidura memorialística de rara espessura genealógica, na qual o influxo ancestral permeia a identidade do protagonista. Nessa arquitetura narrativa, a trajetória de Mateus desenvolve-se sob a influência do avô Vicente, figura tutelar de grande imponência, cuja presença se impõe como referência incontornável, impregnando a subjetividade do neto com a essência de uma tradição remota, mas vigorosa. Detentor de um saber empírico forjado na rudeza dos campos lusitanos, Vicente assume a responsabilidade de preservar uma linhagem que se esvai nas brumas da incerteza. Mateus, descendente de Joana – mulher maculada pelo opróbrio e lançada às margens da sociedade –, absorve dessa genealogia tanto a solidez de seu caráter quanto a inquietação por desvelar suas origens nebulosas. A saga do protagonista desvela-se sob a autoridade de seu avô, cuja influência ergue-se como baluarte contra a erosão do esquecimento, ao mesmo tempo que oculta, sob a capa do silêncio, um segredo que macula a linhagem familiar. As narrativas hiperbólicas e repletas de fabulação, proferidas pelo patriarca, acendem em Mateus um impulso irrefreável: atingir Sagres, terra impregnada de feitos náuticos e gestas heroicas. Com a morte do avô, Mateus sente-se compelido a abandonar a aldeia remota e inicia

uma travessia pelo território lusitano, conduzindo-o às areias algarvias, onde Sagres se lhe impõe como um espaço de revelação e encontro.

Sagres, moldada pela epopeia do infante Dom Henrique, transborda à dimensão geográfica e manifesta-se como um palimpsesto de memórias ancestrais, um cenário onde ressoam vestígios de um passado que se perpetua. No fervor de sua devoção ao infante, Mateus encontra em Vasco da Gama, mestre de brilho singular, um referencial de erudição, cuja leitura da história não hesita em denunciar o declínio da nação portuguesa. O Portugal outrora esplendoroso tornou-se a síntese de sua própria decadência, legando à população marginalizada o peso de uma herança aviltada. Mateus assimila essa visão e percebe na terra natal um reflexo de tempos extintos, em que a grandiosidade pretérita não encobre a ruína que se impõe sobre os desafortunados. Neste quadro de melancolia histórica, Mateus carrega consigo o peso de sua ascendência como uma couraça, um destino inexorável talhado na adversidade e permeado pelos estigmas familiares. O passado, impregnado de marcas indeléveis, ressurge especialmente na figura materna, Joana, cuja existência é atravessada por vicissitudes impostas pelo patriarcado. Durante a infância do protagonista, a mãe reaparece, etérea e espectral, para testemunhar o crescimento do filho, então alheio às sombras que o aguardam. Joana, ciente de que a adversidade é um legado persistente, adverte Mateus sobre a sina funesta que se abate sobre sua genealogia. Seu alerta, impregnado de resignação e desespero, carrega o peso de uma herança incontornável, um destino que se perpetua como uma corrente invisível a vincular as gerações. Mateus, absorvido por esse lastro de fatalidade, interpela o avô sobre o enigma que recai sobre sua estirpe, buscando compreender a origem do castigo que paira sobre sua família. Entre recordações fragmentadas e sinais enigmáticos, percebe na própria existência a continuidade de um fado impregnado de sofrimento. Sua trajetória, marcada por esse peso hereditário, configura-se como um percurso de resistência, em que o passado se imiscui no presente e redefine o futuro: “Raro o dia em que não evocava o avô que colheu no sangue a fúria ancestral que se propagou pela nossa gente sofredora, e exauriu-se em mim. No neto, que se retraía ante os percalços, acovardava-se. E sem remorsos. [...]. – O que eu fiz para o castigo, avô?” (Piñon, 2020, p. 48). A saga de Mateus estampa, assim, um retrato da transmissão genealógica dos dissabores e da luta contra as amarras do passado. O protagonista, mesmo consciente do peso de sua ascendência, enfrenta a tempestade que a ele se impõe, buscando, em meio às vicissitudes que atravessa, um sentido para sua própria travessia. O entrecho narrativo urdido por Piñon expõe uma transgeracionalidade psíquica de matiz trágico, na qual as dores ancestrais se perpetuam como marcas inapagáveis na psique de seus descendentes.

A mitologia trágica que permeia a narrativa assume a forma de uma elegia fúnebre, estrondeando vozes ancestrais que entoam cânticos de fatalidade e desventura. O patriarca, errante como um espectro insondável, transmite à descendência a marca indelével do abandono, instaurando uma linhagem condenada à orfandade e à marginalidade. Joana, herdeira primeira desse legado de proscrição, encarna a própria essência da tragédia, dilacerada pela infâmia de uma existência relegada e por uma herança sanguínea conspurcada, cuja estirpe se enreda em uma maldição irremissível. A trajetória de Mateus, último epígono desse destino irrevogável, inscreve-se em um palimpsesto de dores e vicissitudes, construindo uma epopeia de matizes crepusculares, onde o passado persiste como presença incontornável. A culpa primitiva, lâmina invisível que silencia resistências, inscreve-se em sua existência, conduzindo-o a uma busca incessante por expiação, mesmo quando os desígnios se impõem com a força de uma sentença irrevogável. O avô, figura vetusta e intransigente, que outrora vociferara invectivas contra Joana – mãe do protagonista –, inscreve no destino do neto a marca de uma condenação tácita. O nascimento de Mateus, fruto de um vínculo proscrito, carrega consigo a pecha da ilegitimidade e o peso de um destino traçado desde os primórdios de sua estirpe.

O verbo elementar, reminiscência de um juízo proferido através das gerações, erige-se como força determinante na gestão transgeracional do sofrimento. Assim, a voz avuncular, vaticínio tétrico de um oráculo espectral, persiste na trajetória de Mateus, moldando-lhe o percurso como uma litania insidiosa que, mesmo através do exílio, mantém-se onipresente. Dessa forma, sua existência adquire a gravidade de uma tragédia solene, uma epopeia em que os contornos do fim já se delineiam na estrutura mesma do tempo: “Seu olhar malévolo impedia-me de desfrutar das benesses do mundo, impunha-me a falência. Ela seria a primeira a garantir-me que, dada a minha condição de bastardo, não teria o direito de pleitear o voo da liberdade. Mesmo distante, ela apagaria minhas iniciativas.” (Piñon, 2020, p. 50).

As palavras exaradas pelo patriarca, reminiscências de um juízo irrevogável, insculpido nos anais imperecíveis da memória coletiva, imiscuem-se à urdidura do fado, como hieróglifos enigmáticos em tabuinhas sibilinas. Dessa forma, a voz avuncular, vaticínio tétrico proferido por um oráculo espectral, contagia de modo fatal na errância de Mateus, plasmando-se como um mantra corrosivo que, mesmo através da distância, exerce domínio absoluto sobre seu devir. Assim, sua trajetória se adensa na tonalidade da tragédia, adquirindo o estatuto de uma epopeia marcada, cujas amarras já se delineiam na trama indissociável do tempo: “Sua vida parecia pertencer-me, sugerindo que eu lhe seguisse os passos, herdasse porções da natureza trágica que ele insinuava haver vivido, sem o direito de protestar. Que dissabor agônico, que estado inflamatório ele escondera do neto e requeriam tal silêncio?” (Piñon, 2020, p. 85). Em Sagres,

último porto de sua travessia, persiste uma meditação melancólica que revela a continuidade da trama psíquica que enreda o protagonista aos espectros parentais. O avô e Joana, mesmo exilados na esfera dos mortos, persistem como presenças, gravadas na identidade de Mateus: "A figura do avô, pai da mãe Joana, está esculpida em mim. Despertou-me sentimentos adversos em confronto com a realidade. Ainda agora, nesta colina lisboeta, somos três, o avô, a mãe e eu, que levamos nas veias o mesmo sangue. Vicente praguejou contra a filha [...]" (Piñon, 2020, p. 85).

A evocação delineia-se como ressonância subjetiva, afirmando que, mesmo no exílio transatlântico, onde terras lusitanas se impõem como paisagem de desterro, Mateus não se percebe imerso no oblívio absoluto, pois, nos interstícios de sua imaginação fragmentada, inscreve-se um espaço onírico onde se manifestam, em contornos etéreos, as figuras tutelares do avô e da genetriz. O pai, ainda que ausente, desponta como uma presença vigilante, etérea e indelével, projetando-se como força atuante sobre a existência do protagonista. Essa influência, entretecendo aos cordões do destino e aos signos imorredouros da linhagem, afirma-se como um vínculo irrevogável, uma força que o prende aos enigmas indecifráveis de uma herança que resiste ao apagamento e perpetua-se como sombra que vigia sua trajetória: "Mesmo em Sagres, a sombra do avô me perseguia quando ia dormir. Insistia ele em não me abandonar, temeroso talvez da loucura que estaria a ponto de cometer, na iminência de voltar-se contra mim os desatinos da paixão." (Piñon, 2020, p. 85). A maldição ergue-se como entidade imaterial e espectral, vestígio de um tempo remoto, projetando-se sem fissuras no devir da estirpe. A trama transgeracional que se tece nesse romance revela uma herança psíquica, que se infiltra na constituição subjetiva dos descendentes e os aprisiona na armadilha de um destino inflexível. Nesse entrecruzamento de forças, ao deparar-se com um espólio marcado por forças disruptivas e insidiosas, a criança, destituída dos recursos psíquicos necessários para elaborar tal influxo, absorve-o como elemento estruturante de sua identidade, submetendo-se involuntariamente ao cerco do passado e à lógica do infortúnio que, desde os primórdios, rege sua linhagem.

Dotada, ainda que de forma rudimentar e pré-reflexiva, da consciência do pacto tácito que a vincula aos seus genitores e ao arcabouço transgeracional que a precede, a criança, movida por um processo psíquico de complexidade singular, assume para si a incumbência de guardiã desse fardo imponderável. Nesse movimento, sua existência se configura na substância do indizível, do que escapa à nomeação e à assimilação, tornando-se o canal privilegiado da perpetuação do que persiste à revelia da consciência, ancorado na transmissão subterrânea do que nunca pôde ser simbolizado. Assim, sua subjetividade conforma-se como um território desprovido de um conteúdo que lhe seja próprio, convertendo-se em receptáculo da história

silenciada nos recessos ancestrais, abafada pelo peso do que jamais encontrou lugar na palavra ou no pensamento reflexivo. Quando a opressão desse encargo atinge seu ponto culminante, desencadeando quadros psicóticos de efeitos devastadores, a criança, esmagada pela carga insustentável que lhe é imposta, renuncia à função de herdeira e mediadora da transmissão psíquica intergeracional. Essa recusa irremediável inviabiliza qualquer possibilidade de conexão entre o passado opaco e o futuro incerto, precipitando sua dissolução no vazio, onde se extingue toda e qualquer perspectiva de subjetivação ou elaboração psíquica: "transmitir é mais importante do que aquilo que é transmitido, e o que será encontrado na descendência é o indizível, o impensável, o processo do segredo, mais do que o seu conteúdo." (Granjon, 2000, p. 26).

A família constitui o cenário e o mecanismo da transmissão psíquica, um campo estruturado por alianças que organizam os vínculos, edificadas nas lacunas e nas rupturas que atravessam a genealogia do casal parental, conformando um arcabouço genealógico próprio. O sujeito, ao inscrever-se nessa herança, mediado por um tecido relacional denso, empenha-se na árdua tarefa de estabelecer conexões, transfigurações e diferenciações, imprimindo sua marca singular no percurso. Nessa acepção, a transmissão psíquica que ocorre entre pais e filhos, denominada intergeracional, vincula-se à intersubjetividade e, por conseguinte, à constituição das subjetividades. Contudo, esse processo pode sofrer rupturas, dando lugar à transmissão transgeracional, na qual os conteúdos transmitidos permanecem em estado bruto, manifestando-se como lacunas, vácuos ou elementos que jamais puderam ser transformados ou devidamente elaborados:

> Nada pode escapar a ser transmitido de uma forma ou de outra. Nenhuma falta, nenhuma transgressão, nenhuma morte, nenhum delito e sua carga de culpa e vergonha podem ser abolidos; obrigados a serem transmitidos... com os impedimentos, interditos, mecanismos de defesa que suscitam, e colocados para evitar que seja conhecido, sabido ou dito o que deveria não ter sido, o que foi traumático... acontecimentos que irromperam em um momento da história... (e em que) fracassaram as formações e os processos capazes de metabolizá-los, de torná-los pensáveis, de integrá-las em uma psique e em uma história (Granjon, 2000, p. 24).

Dessa forma, a função essencial da família ultrapassa a delimitação espacial ou geográfica que a contém, configurando-se como um dispositivo refinado de transmissão psíquica. Estrutura-se enquanto um campo imaterial de inscrição subjetiva, onde se forjam, de maneira sub-reptícia, pactos estruturantes de vínculos. Sua base se sustenta nas fissuras e lacunas deixadas pela estrutura genealógica do casal parental, compondo um substrato

transgeracional que se expande para além da esfera manifesta, aprofundando-se nas camadas latentes do recalque e do não-dito. Granjon (2000), ao tratar da perpetuação da vida psíquica no seio familiar, aponta que determinados conteúdos pretéritos, cuja magnitude os impediu de serem elaborados no momento de sua irrupção, podem ser reativados e reinscritos ao longo das gerações subsequentes. Operam como resíduos traumáticos que, sem terem sido assimilados, impõem-se como enigmas a serem decifrados. Experiências que, em seu tempo, não se integraram à arquitetura psíquica individual transformam-se em encargos silenciosos e persistentes, compelindo os descendentes a reencenar compulsivamente os eventos que seus ascendentes, por razões multifatoriais, não puderam simbolizar ou concluir.

A transmissão transgeracional se apresenta como uma passagem bruta de conteúdos psíquicos entre os tempos geracionais, revelando-se frequentemente por sintomatologias marcadas por impulsividade, em detrimento de quadros neuróticos. Esse fenômeno se explica pela exaustão da capacidade elaborativa, tornando-se inoperante diante do peso dos conteúdos não simbolizados. Granjon (2000) sugere que eventos mantidos sob a égide do segredo ou acontecimentos que permanecem à margem da simbolização possuem elevado potencial de bloqueio da vida mental, tanto do indivíduo quanto do coletivo familiar. Isso ocorre porque a energia psíquica neles retida não encontra vazão pela palavra, manifestando-se no psiquismo sob a forma de repetições incessantes, angústias inomináveis e impulsos disruptivos. Dentro desse contexto, as representações desprovidas de simbolização convertem-se em vestígios fossilizados de um passado que insiste em se projetar no presente. Transmitidos por vias subterrâneas, escapam ao crivo da consciência e são oferecidos à criança como objetos de identificação. Nessa dinâmica, os descendentes são investidos de uma expectativa tácita, ainda que inconsciente, de consumar o trabalho elaborativo que, em tempos anteriores, permaneceu irresoluto.

Os traumas estabelecem um solo propício para a perpetuação do legado psíquico transgeracional, uma vez que sua constituição os situa para além das possibilidades de processamento simbólico, confinando-os a uma dimensão refratária à linguagem e à articulação discursiva. Os remanescentes traumáticos, impossibilitados de dissolução pela via do significante, prolongam-se ao longo das gerações, inscrevendo-se na subjetividade dos descendentes como sintomas que ultrapassam a experiência individual, projetando-se no tecido relacional que estrutura os vínculos familiares. Vale ressaltar que o registro transgeracional não se inscreve na ordem de um sentido coeso, mas cristaliza-se como um conjunto de significações fragmentadas, dispersas na cadeia associativa do psiquismo familiar (Ferés-Carneiro, 2009). Tais conteúdos são legados sem terem sido integrados a uma narrativa ordenadora, sem terem

sido absorvidos pelos mitos, lendas e relatos que poderiam conferir-lhes alguma elaboração psíquica. São, segundo Granjon (2000), os "objetos brutos", emblemas do inexprimível que, ao adentrar o campo psíquico, instauram rupturas e descompassos no funcionamento da mente, uma vez que permanecem à margem do trabalho simbólico. Manifestam-se, no âmbito das interações familiares, sob a forma de palavras ou atos destituídos de significação consciente, cujas raízes encontram-se ancoradas no inconsciente coletivo recalcado da constelação parental:

> Estes passados sob silêncio, ou mantidos em segredo, estes restos insensatos de um acontecimento inaceitável estão fora do alcance de um trabalho psíquico, mas vão obstruir a psique do sujeito e do grupo, permanecendo em estado bruto, consagrados à repetição e oferecidos às identificações da criança com a secreta esperança de que esta, herdeira e suplente narcísico, possa realizar este trabalho fracassado (Granjon, 2000, p. 26).

Certos ascendentes exercem influência marcante na existência de sua progênie ao se manifestarem, seja de forma evidente ou velada, no âmago da constituição psíquica contemporânea. Esses influxos se imprimem nas relações familiares, ora iluminando facetas ocultas da genealogia, ora instilando tensões e dissensões no seio doméstico. Quando essas reminiscências são resgatadas do oblívio e submetidas a um labor de distorção simbólica, a interpretação do passado, realizada por meio de um incessante trabalho psíquico no presente, torna-se um elemento essencial na construção de um porvir livre das contingências adversas herdadas. Eventos marcados pelo sofrimento extremo não são, por princípio, os únicos a produzir rupturas subjetivas e desalentos irreparáveis. Qualquer experiência, ao ser privada da possibilidade de reelaboração simbólica, converte-se em fonte inesgotável de angústia para a descendência. Esse processo ocorre sobretudo quando a herança psíquica é transmitida sem a necessária assimilação afetiva e sem o devido processamento reflexivo que permitiria sua inscrição no aparato simbólico daqueles que a recebem. Como aponta Granjon (2000), a perpetuação de uma filiação estruturada de maneira patológica se acentua quando a instância censória abdica de sua função mediadora das interdições fundamentais – em especial as de ordem edípica – e, ao invés de atuar como referência que ancora a subjetividade na alteridade e na legalidade simbólica, degenera em um mecanismo de repressão destituído de qualquer ancoragem em uma ordem normativa mais ampla.

No *Livro das Horas* (2014), de Nélida Piñon, o narrador sugere que, em sua essência, permanecem marcas que, como sulcos de um solo antigo, são impressas tanto pelos vivos quanto pelos mortos. Dessa forma, a morada converte-se em receptáculo de memórias,

guardando os vestígios de uma linhagem ancestral: “[...] avalio as marcas deixadas pelos vivos e mortos. Minha própria casa alberga evidências dos meus antecessores, de uma antiguidade coletiva.” (Piñon, 2014, p. 156). Longe de se perder no torpor da existência, ele se insere em um fluxo memorial que o impulsiona, conectando-se aos que o antecederam. Seu percurso delineia-se por experiências arquetípicas que se sobrepõem na construção de sua identidade: “Pois, como os demais, tenho passado nas costas. Envelheço como a mulher arcaica que caminha para frente e para trás.” (Piñon, 2014, p. 156). A própria vivência configura-se como um santuário da memória, em que o tempo passado se mescla ao presente, convertendo-se em relicário de recordações, um testemunho pulsante do que foi e permanece através dos corredores da alma do narrador: “As entidades animam-me a não dissolver as lembranças dos dias desfeitos.” (Piñon, 2014, p. 156). Granjon (2000) ressalta que a criança, à semelhança de uma esponja, absorve todos os sinais que lhe são transmitidos, desde a vida intrauterina até os estímulos provenientes da relação educacional, dos cuidados recebidos, do modo como é carregada e atendida, das palavras e da entonação da voz que lhe é dirigida. A invasão psíquica do indivíduo pelos espectros do passado e pelos enigmas inexplorados de sua linhagem manifesta-se como um peso herdado, conduzindo-o a buscar, além dos limites de sua própria subjetividade, um espaço para a narrativa não verbalizada de sua ascendência (Ferés-Carneiro, 2019).

Os fragmentos alienados da essência do sujeito são, assim, projetados sobre um descendente, que se torna depositário involuntário dos despojos psíquicos de seus predecessores. Esse mecanismo, de fundo narcisista e inconsciente, opera como um expediente de deslocamento identitário, enquanto simultaneamente impõe ao herdeiro uma condição de sujeição às imposições invisíveis de gerações anteriores. Ao percorrer uma trajetória que desvia de sua natureza singular e se insere na continuidade de outrem, ele se vê dilacerado por uma fratura interna, carregando em si um elemento estranho e desarmonioso que perpetua a sobreposição dos vínculos ancestrais. Esse processo culmina na chamada telescopagem de gerações (Faimberg, 2001). A transmissão psíquica atravessa um intrincado sistema de regulação narcísica do objeto, alimentando-se da subtração das potências individuais do descendente para preservar a estabilidade emocional da geração precedente. Enraizada no amor narcísico parental, essa dinâmica impele os progenitores a privarem seus filhos de suas pulsões naturais e de sua autoimagem íntegra, instaurando um mecanismo de expropriação simbólica. Nessa conjuntura, quando a criança se rebela contra os desígnios parentais, instaura-se nos progenitores um sentimento de aversão intensa, que nada mais representa do que a projeção de seus próprios conflitos insuportáveis, resultando em uma rejeição sistemática da ruptura

promovida pelo filho. Por meio desse processo de introjeção psíquica, tudo aquilo que os pais não toleram em sua própria constituição subjetiva é transferido perfidamente para a criança, tornando-se um dos pilares estruturantes de sua identidade. Dessa maneira, o descendente passa a ser alvo de hostilidade, pois sua trajetória se conecta irremediavelmente ao destino familiar, mergulhando-o em um ciclo temporal onde as gerações se superpõem de forma contínua, sem intervalos que permitam a constituição de uma individualidade autônoma. Mantém-se, assim, preso aos desígnios do narcisismo parental. A psicanálise, ao lançar mão do conceito de telescopagem geracional, busca revelar as configurações ocultas das heranças psíquicas que se manifestam nos deslocamentos transferenciais e que ultrapassam a linearidade da experiência individual (Silva, 2023). Essas heranças carregam consigo vestígios enigmáticos de segredos ancestrais, afetos latentes e lacunas inominadas, manifestando-se como presenças etéreas que permeiam os vínculos familiares. Tal abordagem teórica evidencia que esse fenômeno necessariamente implica a intersecção de três gerações, pois os pais, em vez de constituírem o centro da problemática, figuram como intermediários de um sistema genealógico que os antecede e os ultrapassa. Eles próprios são portadores e retransmissores das cargas que lhes foram legadas, perpetuando um ciclo de repetições inescapáveis, onde a construção subjetiva se enreda nas tramas da transmissão transgeracional (Wolynn, 2023).

No romance *A Força do Destino* (1977), de Nélida Piñon, a narrativa se constrói sob o signo da dissimulação e das interdições que marcam as relações consanguíneas, convertendo o segredo em fundamento da subjetividade e da dinâmica familiar. A voz narrativa, ao explorar as fissuras desse universo de silêncio e verdades fragmentadas, desvela uma realidade em que a ocultacão se torna prática estruturante, e a palavra, ainda que enunciada, se enreda em um jogo de ambiguidades e omissões. Sob a influência dos arcanos parentais, a identidade se forja em uma tensa dialética entre o encobrimento e a revelação, sustentando os laços familiares não pela partilha de verdades, mas pela gestão do sigilo como elo de continuidade. O texto sugere que a estrutura doméstica se ergue sobre pactos tácitos, edificados na esfera do inconfessável, onde o não-dito adquire concretude e peso simbólico. O segredo, ao mesmo tempo que preserva a coesão do núcleo familiar, instaura distanciamentos irreversíveis, confinando os sujeitos às margens de verdades interditadas. Essa dinâmica de ocultamento, verdadeira coreografia de mistérios, se evidencia na passagem em que o narrador descreve a natureza desses segredos: “Os segredos domésticos são meus prediletos. Nascidos na alcova e na cozinha, exalam suor, alho e cebola. Ocupam-se dos sentimentos e das irregularidades caseiras. E busca o humano sempre esconder-se neles. Onde melhor aliás crescem. O homem mastiga-os.” (Piñon, 1977, p. 64).

Aqui, os segredos se enraízam no cotidiano mais prosaico, misturando-se aos odores e substâncias que respaldam os espaços de convivência. A alcova e a cozinha, territórios de intimidade e sustento, transformam-se em palcos do inconfessável, lugares onde os corpos se aproximam e, simultaneamente, as verdades são dissolvidas em murmúrios truncados, instaurando um *ethos* de ocultamento que se inscreve na psique e se perpetua como herança. A clandestinidade, ao atravessar as interações familiares, converte a palavra em um veredito e o silêncio em uma força que arrasta os indivíduos para um ciclo de inquietação e perpetuação do segredo. O segredo, longe de se dissolver, adquire autonomia narrativa, como enfatiza Piñon: "Mais tarde, instrumentalizando o segredo, que confirma sua própria existência e assegura-lhe aspectos ricos, ele vê sua história através da divulgação oral, engrossar-se e prosseguir com absoluta autonomia, prescindindo já de seu depoimento inicial." (Piñon, 1977, p. 64). Esse excerto evidencia como o sigilo ultrapassa a condição de elemento restrito aos que o guardam, assumindo uma dinâmica própria que se expande e se modifica com o tempo. Não é mais o indivíduo que o carrega, mas a narrativa que se desenrola a partir da ocultação inicial. O mistério, longe de ser dissipado, fortalece-se, propagando-se por meio de sussurros e conjeturas, crescendo como entidade autônoma que se desdobra em múltiplas versões, cada qual distorcendo ou intensificando a carga simbólica do segredo originário.

A transmissão transgeracional de segredos emerge como um eixo estruturante dessas dinâmicas, já que a herança psíquica e simbólica dos interditos familiares ultrapassa a transmissão de informações e se converte em marca identitária. O segredo se propaga para além da esfera individual, atravessando gerações e impregnando subjetividades com registros que se insinuam nos gestos e na linguagem, constituindo uma trama subterrânea de sentidos que orientam os destinos. O romance de Piñon, ao tematizar esse universo velado, revela como a história de uma linhagem se imprime na memória coletiva, modelando trajetórias sem necessitar da mediação consciente dos indivíduos. Essa perpetuação intergeracional insere os personagens em um ciclo de repetições e reconfigurações, no qual os enigmas familiares assumem a forma de um legado imaterial, que amplia a factualidade dos eventos históricos e se converte em matriz existencial. A narrativa de Piñon, ao evitar um enquadramento psicológico do segredo, inscreve-o em um registro mais amplo, onde os laços familiares se organizam em um sistema simbólico que desafia o tempo e se perpetua na subjetividade dos descendentes. A ficção, ao explorar a complexidade desse fenômeno, revela a perenidade das heranças psíquicas, evidenciando como os silêncios passados difratam-se no presente e moldam, de maneira sutil e irrevogável, os percursos de quem herda narrativas jamais enunciadas. A concepção de "segredo", conforme delineada por Ruiz Correa na obra *O legado familiar: a tecelagem grupal*

da transmissão psíquica (2000), ultrapassa a ocultação de eventos inconfessáveis e a interdição explícita de enunciações, consolidando-se como uma engrenagem hermética, um arcabouço simbólico imerso em densidades inomináveis. Sua estrutura psíquica impõe um silenciamento que emana na subjetividade familiar, perpetuando-se nos estratos mais subterrâneos da linhagem consanguínea. Esse constructo estruturante, embora relegado ao domínio do inexprimível, permeia os alicerces do inconsciente coletivo, projetando-se traiçoeiramente nos gestos cotidianos, na inflexão dos discursos e nos imperativos tácitos que direcionam comportamentos sem plena consciência de sua origem.

Esse sigilo, longe de permanecer estático nos recessos da ancestralidade, manifesta-se como um dispositivo ordenador da linhagem, configurando-se em prisma refrator de interditos latentes, fardos psíquicos não elaborados e haveres silenciosos que, sem exigência de articulação consciente, delineiam destinos e enredam subjetividades em um percurso previamente traçado. Sua força se impõe não pela ausência, mas pela imposição de uma presença avassaladora, um lastro que, mesmo opaco em sua essência, orienta a organização familiar e submete os descendentes a uma gramática invisível de desígnios implacáveis: "O silêncio da violência ou ruptura dos diversos vínculos geracionais são o denominador comum que percorre a falta de inscrição do sujeito na sucessão das gerações e no circuito grupal comunitário, limitando ou impedindo o acesso aos processos de simbolização [...]" (Correa, 2000a, p. 65). Com o passar do tempo, tais narrativas sedimentam-se nas gerações subsequentes, emergindo como conteúdos reprimidos que retornam ciclicamente à superfície. O indizível situa-se para além do que foi registrado; o que não encontrou palavras para ser expresso transita pela descendência como algo inarticulável, rechaçado e segregado de qualquer esforço psíquico, condenado à repetição compulsiva na tentativa de se inscrever no simbólico (Correa, 2000b). A disfunção na dinâmica familiar surge quando a censura deixa de operar como mediadora das proibições fundamentais, particularmente a proibição edipiana, e assume um caráter predominantemente repressivo, descolado de qualquer instância normativa externa.

Na transmissão psíquica transgeracional, uma modalidade de propagação lacunosa e deficitária, evidenciam-se falhas comunicacionais, representadas por elos interrompidos e espaços vazios que impossibilitam a simbolização. Esses hiatos se inscrevem na lógica da "denegação" e englobam conteúdos que, por sua natureza incomunicável, foram suprimidos ou silenciados pelos antepassados, bloqueando o fluxo de transformação psíquica. Há um investimento coletivo dos indivíduos no grupo, transformando-os em um "objeto-grupo" compartilhado, no qual cada um se integra a uma representação inconsciente que ultrapassa a soma de suas partes. No que concerne à historicidade individual, Correa (2000a) observa que

os significantes transmitidos precedem a existência do sujeito e se manifestam como traços sem memória, destituídos de significação própria, estagnados em uma pré-história genealógica desprovida de inscrição simbólica. Hipoteticamente, representam os objetos "perdidos" pelos ancestrais, legados de modo inconsciente às gerações subsequentes, impondo-se à herança psíquica de seus descendentes: "atravessa o inconsciente das gerações e se impõe em estado bruto aos descendentes" (Correa, 2000b, p.15). A matéria psíquica transmitida pode ser incorporada ou não à configuração subjetiva do indivíduo. Quando experiências não assimiladas relampejam ao longo das gerações, impõem a necessidade de elaboração simbólica para aquilo que permaneceu irresoluto no passado.

No cerne do fluxo geracional, Tisseron (1996) enfatiza a preponderância da imagem psíquica como constructo essencial na articulação do sujeito com o campo transgeracional. Cada estirpe edifica um mosaico imagético próprio, um palimpsesto onde se inscrevem reminiscências arcaicas e vestígios silenciosos do que não foi dito, compondo um legado espectral que persiste na constituição subjetiva dos descendentes. As representações psíquicas moldadas por um indivíduo não apenas expressam a singularidade de sua psique, mas também carregam marcas diacrônicas de um processo que atravessa os estratos temporais da linhagem, propagando-se na cadeia genealógica da memória inconsciente. Sob essa ótica, a permanência de traumas irresolutos e interditos indecifráveis gera imagens psíquicas que se incrustam no imaginário de cada geração, servindo como veículos da pulsão vital dos que as conceberam. Esses resíduos instauram uma continuidade subjacente, na qual os conteúdos não processados do passado se projetam no porvir, gravando sua marca latente na subjetividade da descendência. Tisseron (1996), ao examinar esse fenômeno, denomina-o influência psíquica, destacando-o como força atuante independente da intencionalidade consciente, incidindo sobre a constituição subjetiva dos indivíduos. Nesse enquadramento teórico, a primazia da instância inconsciente se relativiza, deslocando-se o foco interpretativo para a dimensão intersubjetiva do fenômeno comunicativo.

A transmissão psíquica, portanto, não se propaga por vias biológicas ou genéticas, mas se concretiza na linguagem, nos processos identificatórios, nas imagens compartilhadas no imaginário coletivo e, sobretudo, nos conteúdos recalcados e preservados no núcleo insondável da memória rudimentar. Esse recalcamento, ao inscrever-se no corpo simbólico dos descendentes, difunde-se na pulsão e na corporeidade, deixando marcas indecifráveis que manifestam-se sob a forma de uma memória somática, inscrição do inefável que se imprime na expressividade do corpo. O trauma, que pode se manifestar como uma perda insuportável, um opróbrio inconfessável, uma violência social esmagadora ou qualquer experiência que

ultrapasse a capacidade psíquica de simbolização, atua como elemento disruptivo que, incapaz de ser elaborado, instaura uma fratura na constituição do ego. Fixando-se em um enclave psíquico que Tisseron denomina “cripta”, esse conteúdo interditado à simbolização permanece encapsulado, atravessando gerações como um legado opaco e enigmático. Essa “urna” inaugura, para os descendentes, uma pré-história psíquica que lhes antecede, mas que os afeta de maneira incontornável. Os herdeiros desse lastro psíquico são compelidos a lidar com experiências traumáticas não como agentes originários, mas como depositários involuntários das angústias ancestrais, perpetuando a vinculação inconsciente a um passado que se recusa a se dissipar. Assim, tornam-se portadores de um patrimônio espectral, prisioneiros das sombras de seus predecessores, enredados nas reminiscências inauditas do que nunca encontrou expressão, convertendo-se em figuras condenadas a carregar a memória de um passado que, embora alheio, continua a contagiar em sua existência.

Nas reminiscências que se desdobram em *Coração Andarilho* (2013), de Nélida Piñon, a narrativa edifica uma trama em que a memória, a ausência e a espectralidade se articulam em uma urdidura sinuosa, instaurando um palimpsesto psíquico de rara densidade. O patriarca, extinto desde 1958, insurge-se no tecido narrativo, transgredindo as fronteiras da temporalidade ao se manifestar como entidade simbólica que reaviva a subjetividade da narradora. A figura paterna projeta-se com intensidade, instaurando uma relação que reelabora as dimensões do pretérito no presente. A narradora o reconstrói a partir de reminiscências dispersas, extraindo-o das fissuras temporais: “É um fantasma ativo que restauro através de memórias fragmentadas, de realidades vencidas. Olho-o e constato que não envelheceu [...]. Mas apraz-me mantê-lo intacto, preservado da morte.” (Piñon, 2013, p. 129). A materialização paterna desmesura a evocacão mnemônica, adquirindo estatuto de presença imanente, enraizada na subjetividade da narradora e no cerne da construção ficcional.

A singularidade dessa obra manifesta-se na maneira como Piñon concebe a herança psíquica, inscrevendo-a em um processo de perpetuação e readaptação incessante. Em outras composições da escritora, a memória frequentemente se ancora na nostalgia e na elaboração da perda; aqui, adquire um peso ontológico, infundindo-se na trama de maneira tangível e palpitante. Essa arquitetura narrativa instaura um vínculo em que presenças e ausências se interpenetram, compondo uma simultaneidade paradoxal entre aquilo que se desvaneceu e aquilo que persiste em manifestar-se. O espectro paterno reafirma sua potência, fundindo esferas temporais distintas e enredando-as em uma malha indissociável. Em *Coração Andarilho*, a imagem do progenitor estende-se para além dos limites da dissolução, convertendo-se em signo axial dos laços ancestrais. “Agora, o pai reaparece. Atlético e

misterioso, cobre-me outra vez de amor, atento às gentilezas que constituíam doutrina. [...]. Ao meu lado, agora, ele me interroga." (Piñon, 2013, p. 130). A narrativa reconfigura o conceito de memória ao conceber o patriarca como uma força imperecível, cuja existência resiste à evanescência e se reatualiza incessantemente. Esse expediente estético distingue a obra do corpus ficcional de Piñon, em que o passado, reiteradamente, assume a feição de um território distante e intocável. Aqui, o entrelaçamento temporal reformula a experiência mnemónica, convertendo-a em um princípio constitutivo da identidade da narradora. Essa inflexão imprime à escrita da autora uma feição inusitada, conferindo ao pretérito uma vigência incontornável na trama que se delineia.

O fantasma, destituído de autonomia ontológica, consolida-se como expressão do criptismo psíquico, consequência da sujeição determinística do sujeito a um nóbor da criptauma reserva ignota e inconfessável que, encerrada nas catacumbas do interdito, perpetua-se no cerne da linhagem qual murmúrio silente, emboscando o psiquismo daqueles que, involuntariamente, tornam-se seus depositários. Tisseron (1996) desvela a estrutura dessa manifestação espectral, delineando um encadeamento no qual as instâncias geracionais inscrevem-se em ordens distintas do não-dito e do inapreensível. No alicerce desse constructo, finca-se a geração cripta, matriz originária do indizível, de onde se irradia o interdito recôndito, obliterado de qualquer elocução consciente e enclausurado no arcano das reminiscências interditadas. No estrato subsequente, configura-se a geração fantasma primário, cujos membros, herdeiros infaustos de um legado espectral, encontram-se absorvidos na dimensão do inominável, imersos em conteúdos psíquicos que, embora refratários à verbalização, insinuam-se como sombras errantes, espectros latentes que orbitam o inconsciente, instaurando obstáculos à cognição, embaraços no labor do pensamento e hesitações indecifráveis ante os desafios da existência, além de pavores difusos que se insinuam sem causa discernível.

No patamar seguinte, onde se inscreve a geração fantasma secundário, a inscrição do trauma transgeracional atinge um grau extremo de exacerbação, uma vez que os eventos traumáticos originários da geração críptica, por sua natureza refratária à simbolização, perpetuam-se na esfera do impensável, degenerando-se em epifenômenos patológicos de alta gravidade, desde surtos delirantes até compulsões autodestrutivas, transtornos psicossomáticos e estados paranoides, compondo um quadro sintomatológico em que o corpo e o psiquismo convertem-se em arenas daquilo que, interditado ao discurso, irrompe na vivência. À medida que essa estrutura criptogenética avança por sucessivas gerações, observa-se a deflagração de reações emocionais sem referencial inteligível, bem como fissuras nos laços de pertença e na continuidade da tradição familiar, visto que os indivíduos afetados por essas afecções

encontram-se imersos em ímpetos e pulsões cujo substrato originário escapa à apreensão discursiva. Ademais, as cicatrizes espectrais dessa transmissão lacunar frequentemente se manifestam sob a forma de afecções somáticas, funcionando como sintomatologias que ultrapassam o espectro de um padecimento isolado, compondo uma economia psíquica voltada à expurgação, por vias vicárias e redentoras, das feridas não cicatrizadas da linhagem pregressa, instaurando uma dinâmica na qual dor e espectralidade se fundem em um perpétuo ciclo de reatualização e purgação (Tisseron, 1992).

No conto "Artes Marciais", do opulento florilégio *O Pão de Cada Dia* (1994), de Nélida Piñon, desdobra-se um espaço narrativo onde a evocação espectral e a materialidade fenomênica se fundem em um emaranhado de reminiscências indeléveis, sobrepostas em uma estrutura de temporalidades que se entrecruzam. O protagonista, imerso na majestosa ambiência do vetusto Palácio dos Papas, sob um crepúsculo outonal impregnado de decadência e mistério, vê-se repentinamente conduzido a uma dimensão limiar, onde as fronteiras entre o tangível e o incorpóreo se dissipam, permitindo a irrupção de uma visão fantasmagórica. Sob a abóbada imponente do salão, cujos muros sibilam segredos de tempos remotos, onde pontífices impuseram dogmas e sentenças, o narrador se depara com a manifestação de um cortejo imaterial, uma cerimônia etérea na qual as memórias assumem formas espectrais, evoluindo entre sombras e colunas de mármore: "Sentia-me, por força da memória, parte de um longo cortejo de fantasmas. Um solene desfile precedido por intrigas, assassinatos, traições, dissídios que o assalto ao poder papal inspirava. A imaginação e as noções de história engendravam especulações agradavelmente falsas." (Piñon, 1994, p. 10). Trata-se de um resquício latente que subverte a lógica linear da temporalidade, instaurando uma interpenetração entre presente e passado.

Os espectros que transitam pelos corredores e passagens sombreadas carregam uma presença persistente, cuja repetição revela o ciclo infatigável das tragédias humanas, sempre reiteradas. O palácio, mais que um relicário de glórias passadas, manifesta-se como um organismo vibrante, impregnado de vozes e sortilégios, onde cada pedra exala a existência daqueles que ali pisaram, conspiraram e se entregaram aos desígnios da história. O narrador, absorvido por essa torrente evocativa, é envolvido pelo desfile espectral, tornando-se parte de uma corrente que se projeta através do tempo: "As memórias que rondam o palácio interferiam no meu cotidiano sôfrego. Induziam-me a reconstituir as figuras dos pontífices revestidos com a púrpura paramental, a mitra, o báculo." (Piñon, 1994, p. 10). A púrpura, emblema de supremacia e ruína, de exaltação e decadência, ressurge nesse quadro onírico como símbolo de um poder transitório, ao mesmo tempo magnificente e vulnerável. Piñon revela uma habilidade

singular ao catalogar os resquícios da experiência humana, organizando novas configurações da herança psíquica. A intersecção entre imaginação e historiografia ressignifica o passado, despojando-o de sua rigidez e transformando-o em matéria permeável ao desejo e ao devaneio. A narradora transita entre os ancestrais como uma entidade que infiltra-se no cerne das recordações, manipulando-as para compor novos prismas da memória familiar e coletiva. O conto expande sua esfera de significados para muito além da reiteração de traumas históricos, inscrevendo-se em uma poética de transformação, na qual os espectros são entidades atemporais, perpetuamente plasmadas na consciência. Piñon, por meio de sua prosa de feição barroca e envolta em encantamentos, revela a maleabilidade das reminiscências e o poder da literatura como instrumento de revisitação infindável da existência. Dessa maneira, *Artes Marciais* constitui um exímio exame sobre a persistência do pretérito e sua inscrição incontornável na construção do presente.

2.3 FANTASMAS CONSORCIADOS NA CRIPTA: DOS SUSSURROS NÃO-DITOS PELOS ESPECTROS DA ALCOVA FAMILIAR AO ADOECIMENTO SINTOMÁTICO DOS HERDEIROS

> Via preocupado que sua mulher guiava a criança e temia que neste momento em que ambos estavam fora de seu alcance ela transmitisse ao seu filho..., mas o que? "Catarina", pensou "Catarina, esta criança ainda é inocente!" Em que momento é que a mãe, apertando uma criança, dava-lhe esta prisão de amor que se abateria para sempre sobre o futuro homem. Mais tarde seu filho, já homem, sozinho, estaria de pé diante desta mesma janela, batendo dedos nesta vidraça; preso. Obrigado a responder a um morto. Quem saberia jamais em que momento a mãe transferia ao filho a herança. E com que sombrio prazer. Agora mãe e filho compreendendo-se dentro do mistério partilhado. Depois ninguém saberia que negras raízes se alimenta a liberdade de um homem. "Catarina", pensou com cólera, "a criança é inocente!" Tinham, porém, desaparecido pela praia. O mistério partilhado.
>
> (Clarice Lispector)

A ilustre e consagrada escola húngara de psicanálise, cuja influência se materializa nas contribuições seminais de Sándor Ferenczi e Michael Balint, deixou marcas indeléveis no pensamento de Nicolas Abraham e Maria Török. Esses dois expoentes assimilaram esse legado e desempenharam papel essencial em sua revitalização e expansão, promovendo um notável influxo de novas abordagens no cenário da psicanálise francesa. Integrados ao círculo de discussões que culminaram na fundação do *Quatrième Groupe*, tornaram-se interlocutores privilegiados no universo psicanalítico parisiense, estabelecendo conexões determinantes com os protagonistas desse movimento renovador, que buscava edificar um espaço de questionamento crítico e sofisticação conceitual frente às ortodoxias vigentes. Nesse campo de reflexões, Abraham e Török dedicaram-se ao exame meticuloso dos impactos do trauma sobre a dinâmica psíquica, aprofundando-se nas inter-relações entre introjeção, recalque e transmissão transgeracional do sofrimento psíquico. A partir dessas investigações, edificaram uma interpretação singular acerca da herança emocional oculta que se infiltra nas estruturas subjetivas ao longo das gerações. Suas concepções, especialmente em Abraham e Török (1995 [1973]), evidenciam que certas experiências traumáticas, geralmente ligadas a conteúdos de forte carga afetiva e interditos à expressão, atravessam o veludo genealógico, inscrevendo-se nas subjetividades descendentes de maneira velada, sem alcançar um processamento simbólico que as integre ao discurso e promova sua elaboração psíquica.

A noção de cripta psíquica, formulada por esses pensadores, revela-se central nesse panorama, pois o segredo familiar, oriundo de eventos soterrados pelo silenciamento, transforma-se em um núcleo hermético no psiquismo, escapando à percepção consciente de seu portador. Assim, acontecimentos marcados por interditos ou experiências vividas sob o signo da vergonha geram um território de fossilização psíquica, no qual o trauma, em vez de ser assimilado pela memória discursiva, perpetua-se como um elemento resistente à simbolização. Nesse movimento, o sofrimento persiste como uma presença furtiva, que se insinua no inconsciente dos descendentes, conduzindo-os, de maneira involuntária, à encenação de sintomas enigmáticos vinculados a esse passado silenciado. Essas manifestações, assimiladas sem que os herdeiros tenham plena consciência de sua origem, instauram um circuito de transmissão que opera pelo discurso cifrado dos sintomas, engendrando distúrbios que oscilam entre o irrepresentável e o insuspeitado. No instante mesmo da ocorrência do evento traumático inaugural, um vértice de excitação psíquica é deflagrado, particularmente quando a figura associada à experiência – seja um genitor, um preceptor ou uma autoridade – sofre uma perda repentina ou desaparece abruptamente do horizonte relacional do sujeito. Essa ruptura produz uma sobrecarga emocional que se vincula à interdição e ao sentimento de culpa, tornando a experiência refratária à assimilação consciente e convertendo-a em um vestígio irredutível ao discurso.

O bloqueio na elaboração subjetiva transfigura-se, com o passar das gerações, em um lastro psíquico, uma marca que se propaga na linhagem e pode emergir sob a forma de distúrbios emocionais, dificuldades cognitivas, angústias difusas e impulsos autodestrutivos. Essas repercussões transgeracionais operam como vestígios de um débito simbólico não resgatado, manifestando-se como tentativas inconscientes de rememoração, ressignificação ou expiação do trauma primordial. O indivíduo, mesmo sem ter acesso direto ao conteúdo desse segredo primal, vê-se envolvido em um processo de identificação implícita, buscando, por vias subterrâneas, recompor algo interditado no passado. Assim, o segredo que permanece oculto nos estratos da psique, privado de uma via direta de expressão, ressurge em manifestações sintomáticas, perpetuando, nos descendentes, uma cadeia de efeitos que os vincula à experiência traumática original. O entrave à elaboração subjetiva instaura um circuito de enclausuramento psíquico, onde o sujeito, sem plena consciência, carrega um enigma que, embora não lhe pertença integralmente, imprime-se em sua constituição emocional de modo incontornável:

> As palavras, as frases, indizíveis e ligadas a lembranças de alto valor libidinal e narcísico, não se acomodam à sua exclusão. Desde sua cripta imaginária em que, desvitalizadas, anestesiadas, dessignificadas, a fantasia acreditava pô-las em hibernação, as palavras indizíveis não cessam de desenvolver sua ação subversiva (Abraham; Török, 1995 [1973], p. 251).

Abraham e Török, expoentes da psicanálise contemporânea, erigiram uma arquitetura conceitual de valor inestimável para a compreensão da transmissão psíquica transgeracional, desvelando os mecanismos subjacentes à perpetuação dos segredos familiares, cujos influxos atravessam gerações e delineiam vínculos entre passado e presente, entre vivências recalcadas e manifestações sintomáticas. No âmago dessa dinâmica, destaca-se o papel estruturante do recalque conservador, intrinsecamente associado à economia do luto não elaborado e à vergonha decorrente da perda de um objeto investido de significação libidinal, cujo desaparecimento instaura um véu de opacidade que compromete a discursividade e a comunicação intersubjetiva. Conforme o arcabouço teórico delineado por esses pensadores, a introjeção, na acepção psicanalítica, configura-se como um processo pelo qual o desejo, em vez de sucumbir ao apagamento ou à clivagem, é assimilado pelo psiquismo do sujeito por meio de uma relação mediada pelo objeto psíquico, possibilitando a incorporação simbólica de suas propriedades e promovendo uma interiorização transformadora que se inscreve na dinâmica desejante e na constituição da realidade psíquica. O estágio inaugural desse movimento manifesta-se na infância, momento em que a criança, em sua busca primitiva por preenchimento da vacuidade oral, ingressa no universo da linguagem, que se apresenta como mediador essencial à constituição do simbólico e à aceitação da ausência do objeto como elemento estruturante da experiência subjetiva. Assim, a presença simbólica do objeto não se ancora na materialidade concreta, pois é precisamente na linguagem e na representação que o sujeito edifica a estrutura necessária à elaboração do desejo e da perda, permitindo que a introjeção se efetive como assimilação psíquica capaz de reconfigurar a relação com o objeto ausente.

Cabe ressaltar que introjeção e incorporação são processos de natureza diametralmente distinta, visto que a primeira concerne à realidade psíquica enquanto fluxo incessante de transformações, ao passo que a segunda situa-se no registro da fantasia, instaurando uma modalidade defensiva de captura do objeto perdido, cujo resgate ilusório inviabiliza sua plena simbolização e, consequentemente, a elaboração da perda. A incorporação fantasmática, nesse sentido, opera como um expediente psíquico em que o sujeito persiste na crença de que o objeto permanece enclausurado no interior do self, escapando à elaboração psíquica e perpetuando-se como uma presença espectral cuja latência infiltra-se nos recessos do inconsciente. Tal fenômeno implica um engolfamento arcaico, no qual o objeto – seja uma figura parental, um

segredo inominável ou uma experiência traumática – é deglutido sem passar pelo crivo da metabolização psíquica, permanecendo, portanto, alijado da possibilidade de ressignificação e consolidando-se como uma estrutura inassimilável.

Trata-se de um mecanismo inconsciente pelo qual o sujeito, em vez de promover a digestão simbólica do evento traumático, realiza uma assimilação direta, sem a necessária mastigação psíquica, cristalizando o trauma como um elemento rígido e irresoluto, cuja resistência impede a re-inscrição do desejo no fluxo da realidade psíquica. Como consequência, o luto resta interditado, e a pulsão libidinal antes dirigida ao objeto real mantém-se encapsulada em um investimento inflexível na figuração fantasmática do objeto interiorizado, que, por sua vez, usurpa o lugar do simbólico e obstrui a possibilidade de transformação subjetiva. Diante desse quadro, o sujeito se vê aprisionado em um circuito pulsional reiterativo, no qual a figura incorporada não pode ser verdadeiramente perdida, pois jamais foi simbolizada de modo efetivo, perpetuando uma fixação regressiva que inviabiliza a circulação desejante e compromete a dinâmica da economia psíquica. Nessa perspectiva, o segredo inominável, oculto nas camadas mais recônditas do inconsciente, não se dissipa com o tempo, mas persiste como uma presença latente, cuja transmissão transgeracional opera de maneira insidiosa, impondo aos descendentes um fardo psíquico de origem obscura, envolto em um manto de enigma que resiste à decifração.

No conto “Sangue esclarecido”, da coletânea *Sala de armas* (1973), de Nélida Piñon, estrutura-se uma narrativa de ocultamento, sigilo e corrosão insidiosa, na qual os segredos, asfixiados sob camadas espessas de interditos, dilatam-se pelos subterrâneos da linhagem, velando verdades sob nebulosas tramas de silêncio. A herança do protagonista adquire contornos espectrais, lançando-o à deriva entre a apatia e a máscara de sentimentos encenados: “Jamais amou mãe, pai, ou irmãos. Nem amigo, mulher, objeto, mesmo os animais. Esforçava-se pretendendo a vibração necessária, o amor que via colocarem à entrada da sua casa, como se fosse inverno e pedissem guarida.” (Piñon, 1973, p. 113). Desde os primeiros anos, a frieza emocional manifesta-se como resquício de um legado obscuro, enraizado no passado remoto e encoberto sob a espessa neblina do interdito. No núcleo dessa atmosfera de sombras, a matriarca ergue-se como guardiã de um código de silêncio, zeladora de um patrimônio envolto em reserva impenetrável. A esposa, prisioneira de convenções tácitas, delineia com argúcia os limites da revelação, edificando muros invisíveis ao redor da verdade e convertendo os fatos em arabescos de dissimulação. Sua presença na trama ultrapassa a função materna e assume a feição de sacerdotisa do interdito, perpetuando um ciclo de encobrimento que perpassa os domínios domésticos, impregnando-os de um desassossego irremovível. Esse sistema de ocultamento

cobra um tributo elevado, pois aquilo que se esconde persiste, proliferando na inquietação do filho, que, desprovido de referências tangíveis, oscila entre a intuição e a perplexidade: “O homem hostilizava aquele segredo que a mãe dispunha como percurso de tesouro, uma trama habilmente inventada na composição de labirintos. Surgindo entre eles uma sabedoria de adaga em desafio, sem que fosse amor ainda o que passou a lhe dedicar.” (Piñon, 1973, p. 113).

A opacidade desse segredo opera como herança maldita, resguardada pela necessidade irrevogável de sepultar um vestígio pretérito cujas ramificações ainda contaminam a descendência. O silêncio torna-se um fardo que subjuga o herdeiro, convertendo-o em errante sem ponto de ancoragem, um ser fragmentado entre a desorientação e a percepção de que uma força velada o domina: “Provou-lhe a experiência que nem uma natureza dedicada ao sigilo o protegeria, desde que se reconheceu débil [...]. Então passou a viver entre o espanto e o temor. Dormia mal, ignorando os de casa, ele intuía a partida.” (Piñon, 1973, p. 113). Constrói-se, assim, na disciplina do conto, uma dinâmica de transmissão psíquica na qual o trauma, em lugar de dissolver-se pela enunciação, perpetua-se como resquício vivo de um passado irresoluto. *Sangue esclarecido* explora os mecanismos da memória transgeracional, revelando que a ferida ancestral, incapaz de integrar-se ao discurso, persiste como entidade espectral, desdobrando-se nas lacunas, no silêncio e na linguagem interditada. A matriarca, enclausurada no véu da reserva, aprisiona-se na sua própria reticência, impondo um desterro silencioso aos descendentes. A narrativa expõe um regime de silenciamento em que a verdade, inalcançável pela palavra, infiltra-se na substância do vivido, corporificando-se na angústia e na pulsão. Esse legado velado manifesta-se como espectro que habita o limiar da consciência, prolongando-se na trama da memória e nas fendas da linguagem interditada. Os traumas, preservados no invólucro da reminiscência materna, distanciam-se de uma recordação fossilizada, pois se imprimem como indícios arqueológicos de um embate entre o enigma e o desejo de compreensão. O silêncio assume a forma de arquitetura deliberada de ocultamento, na qual cada gesto materno se inscreve na lógica da reticência e cada ausência verbal compõe um código cifrado de velamento. A residência, sob aparente normalidade, converte-se em palimpsesto de omissões, um espaço onde os descendentes, como náufragos em mar revolto, são tragados pela corrente invisível dos interditos, desprovidos de um mapa que lhes revele o que se oculta nas entrelinhas da sua própria história. Sob essa perspectiva, a família configura-se como um engenhoso mecanismo de transmissão psíquica, um aparato que, conforme a concepção de Abraham e Török (1995 [1973]), opera por meio da inscrição críptica do segredo e pela modelagem inconsciente da subjetividade infantil a partir de conteúdos inacessíveis à própria consciência. Quando um mistério inconfessável se instala no núcleo parental, ele não representa

uma lacuna informacional, mas adquire uma função estruturante que impõe um limite intransponível à autonomia da criança. A palavra interditada, em vez de prover qualquer espécie de proteção, ergue-se como uma fortaleza impenetrável que, de maneira paradoxal, instaura um campo de força no qual se erigem neuroses, desencontros e descompassos que se projetam através das sucessivas gerações:

> Todas as palavras que não pudera ser ditas, todas as cenas que não puderam ser rememoradas, todas as lágrimas que não puderam ser vertidas serão engolidas, assim como, ao mesmo tempo, o traumatismo, causa da perda. Engolidos e postos em conserva. O luto indizível instala no interior do sujeito uma sepultura secreta [...]. Criou-se, assim, todo um mundo inconsciente que leva uma vida separada e oculta (Abraham; Török, p. 249).

A assimilação taciturna da perda, operada pelo mecanismo da incorporação, constitui uma alternativa insidiosa ao labor do luto, instaurando um simulacro no qual o objeto ausente é sorvido para o âmago do sujeito, depura-se em presença espectral, alucinatória, fixada em um registro psíquico refratário à metabolização afetiva. Assim, a incorporação, enquanto modalidade de encriptação do objeto, implica um processo de desmetaforização, em que a potência simbólica da perda se dissolve em favor de uma objetivação crua e inassimilável, configurando um enclave impenetrável, portador de uma verdade inassujeitável à decantação psíquica. Essa fixação converte-se em expediente defensivo, reiterando incessantemente o trauma não elaborado e perpetuando a compulsão à repetição. O que Abraham e Török (1995 [1973]) denominam de fantasia de incorporação institui um dispositivo que resguarda, no cerne do psiquismo, uma configuração arcaica e autônoma, refratária a qualquer remanejamento representacional e mantida à margem da linguagem. A palavra, enquanto veículo de elaboração psíquica, encontra-se interditada nesse processo, pois a perda, enclausurada e silenciada, permanece alheia à trama narrativa, revelando-se em uma sintomatologia sigilosa que eferverse nas gerações subsequentes. Os despojos do que se manteve irrepresentável manifestam-se por vias enigmáticas, assumindo contornos somáticos, delírios e angústias inomináveis, compondo o que, nos estudos psicanalíticos transgeracionais, se convencionou chamar de espectros: resíduos psíquicos apartados do fluxo simbólico, inscritos na linhagem sob a forma de signos crípticos de um passado insubmisso ao esquecimento.

A cripta, enquanto estrutura que encerra o segredo inconfessável, institui-se a partir de um mecanismo de recalcamento fossilizado em um núcleo resistente à transformação. Antunes (2003) destaca que esse recalcamento não se insere no dinamismo psíquico corrente, fixando-

se em uma instância segregada do ego, um compartimento dissociado onde se preserva o desejo impronunciável, cuja natureza corrosiva impõe sua ocultação. O segredo estrutura um domínio psíquico hermético, no qual a verdade permanece sob um regime de mutismo absoluto, tornando sua enunciação um risco de desestruturação subjetiva. A cripta não se mantém inerte: um relicário adormecido, pulsante e resistente ao esquecimento, abriga conteúdos que jamais permanecem inteiramente silentes. Como observa Casella (1990), os segredos crípticos persistem como forças subterrâneas, que, acionando a partir do inconsciente, embasam a subjetividade e instauram uma esfera de influência inescapável. A perda de um objeto investido de valência narcísica, quando obstaculizada em sua elaboração, gera um cenário no qual o luto se torna inviável e se converte em um fardo intransmissível, incapaz de encontrar vias de simbolização. O sujeito, impossibilitado de comunicar sua dor, vê-se confinado à incorporação críptica, na qual a ausência do objeto deixa de ser reconhecida e perpetua-se sob a forma de um enclave psíquico que interdita a introjeção da perda.

O luto, frustrado em sua consumação psíquica, dá lugar a uma estagnação no domínio do indizível, cuja dor, desprovida de narrativa, persiste como uma fissura aberta no tecido da subjetividade, irradia-se através de gerações como um legado espectral, cuja presença se faz sentir menos pela recordação consciente do que pelo murmúrio incontornável do que jamais encontrou voz. A incorporação, silente e sub-reptícia, apresenta-se como resposta à impossibilidade de elaboração da perda. Na ausência da consumação do luto, o sujeito, inabilitado a introjetar a ausência, engendra uma alucinação psíquica na qual o objeto pretérito, em vez de ser simbolicamente modificado, é absorvido de forma bruta, sorvido sem a mediação da linguagem, convertendo-se em um enclave impermeável à elaboração. Nesse contexto, Abraham e Török, em A casca e o núcleo (1995 [1973]), introduzem a concepção da cripta, um arcabouço inconsciente que opera como refúgio daquilo que se mantém interditado, um recesso onde se resguardam conteúdos de natureza ignominiosa, cuja irrepresentabilidade impõe sua clausura na estrutura psíquica. A cripta, enquanto dispositivo psíquico concreto, manifesta-se como um compartimento selado, edificado a partir da vergonha e do trauma, especialmente aquele advindo do encontro sexual primário, experimentado pelo sujeito como uma vivência agourenta, cuja insustentabilidade representacional exige segregação no psiquismo.

Abraham e Török (1995 [1973]) ressaltam a especificidade do luto patológico, cujas raízes se enredam na tessitura do segredo e da ignomínia, que, ao interditarem a possibilidade de enunciação, ensejam a edificação da cripta. Convém assinalar que, em sua acepção etimológica e histórica, uma cripta designa um espaço subterrâneo, utilizado desde a Antiguidade para o sepultamento de sacerdotes e figuras sacras, cujos vestígios arquitetônicos

ainda se fazem presentes no contemporâneo. Essa configuração espacial carrega uma significação simbólica inegável, associando-se ao que é morto, mas preservado, um limiar entre a extinção e a permanência, um domínio onde o finado se mantém intacto, alheio à decomposição. Metaforicamente, a cripta psíquica remete a esse mesmo paradoxo, pois aquilo que nela se encerra não se encontra inteiramente morto, tampouco verdadeiramente vivo, antes persiste como um vestígio espectral, um fragmento fossilizado da experiência subjetiva que, impossibilitado de ser integrado à cadeia simbólica, é mantido em estado de suspensão, como um segredo inassimilável, impenetrável até mesmo para o próprio sujeito.

A configuração da cripta delineia-se como desdobramento de um luto estagnado, no qual a ausência do objeto primordial, em vez de instaurar uma reelaboração psíquica, instaura um circuito fechado de fixação, onde a energia libidinal se mantém aprisionada, impossibilitada de se desprender do interdito. Esse objeto, ao invés de ser assimilado simbolicamente, perpetua-se como enclave traumático, manifestando sua presença através de uma sintomatologia subterrânea que se exprime em formas veladas e enigmáticas. No instante de sua perda, esse elemento – que despertara um desejo originário e irrepresentável – converte-se em um núcleo de irresolução, instaurando um estado de estagnação psíquica no qual o sujeito, sem conseguir nomear sua carência, oscila incessantemente entre o anseio e a renúncia. Os afetos suscitados por essa relação interditada, experienciados como inefáveis, encontram na cripta seu refúgio, um recinto psíquico onde se encerra o que escapa à verbalização e à aniquilação. Assim, o desejo do sujeito, retido pela ambiguidade do objeto perdido, distancia-se da introjeção e se enraíza na incorporação, processo no qual a alteridade do objeto se dilui e este se cristaliza como uma entidade estranha, enclausurada no âmago do psiquismo, consolidando o que Abraham e Török designam como fixação imaginal (Abraham; Török, 1994). Essa fixação manifesta-se como repetição muda e incessante, um espectro que assombra o sujeito por meio de atos falhos, sintomas enigmáticos e impulsos obscuros, experimentados como ocorrências sem lastro reconhecível. A cripta estrutura-se como um mecanismo ativo, um dispositivo que, ao preservar o segredo, perpetua a ferida aberta, reiterando indefinidamente a impossibilidade de metabolizar o que permanece enclausurado no cerne do ser.

No relicário da lavra literária de Nélida Piñon, o conto “Sala de Armas”, peça axial da coletânea homônima (1973), compõe-se como uma narrativa que articula o desvanecimento do indivíduo à trama das relações de filiação. O espólio transmitido ultrapassa a materialidade, perpetuando-se na configuração corpórea, nos olhares oblíquos e nos silênciós carregados de significado que atravessam as gerações. O narrador-personagem, erigido na figura de um patriarca de estatura imponente, esgueira-se irremediavelmente para a dissolução, enquanto

seus descendentes, desvinculados dos laços corpóreos que outrora os prendiam à figura ancestral, recorrem a artifícios diversos para sustentar-lhe a existência. Em seu monólogo, o protagonista evidencia a oscilação de seu desejo: outrora defensor da morte como desfecho necessário, agora se vê compelido pelos filhos, que, por meio de indagações e estratagemas, buscam retê-lo na fronteira entre a extinção e a preservação da vitalidade: “Eu também não queria morrer. [...]. A princípio eu ainda pregava a morte. Agora, os filhos insistem comigo, propõem problemas, simulam situações em desespero para que de algum modo eu me agarre à vida e me levante do berço” (Piñon, 1973, p. 79).

Esse universo narrativo, obscurecido pela decadência, revela o desmantelamento de um ser que, outrora motor da linhagem, se percebe confinado ao que resta de sua própria matéria, fadado a um estado de existência desintegrado. Aquele que um dia incorporou os filhos em sua própria estrutura corpórea contempla-se agora como um fragmento maldito de sua substância, uma ruína de um passado que se projeta sem repouso sobre um presente que já lhe nega acolhimento. O intento de conceder aos descendentes uma centelha de salvação esbarra no olhar impassível dos herdeiros: “Aquelas carnes armadas em blocos a que habituei chamar meus filhos já não transitam pelas teias do meu corpo: eu sou a única parte maldita da minha carne, e nada se estende na terra além de mim. Transmito-lhes esta esperança pelo olhar, mas eles a recusam” (Piñon, 1973, p. 80). Delineia-se, assim, um instante no qual os filhos, postados diante do leito do patriarca, entre sombras tremulantes e os filamentos que lhe envolvem o corpo, confrontam-se com a finitude daquele que os gerou e, por extensão, com a certeza inadiável de sua própria vulnerabilidade. A consciência do perecimento inscreve-se na materialidade de suas próprias formas, no reconhecimento de que suas existências derivam da substância do pai, agora à beira do desaparecimento: “Os filhos diziam um dia também partiremos. Deste modo insinuavam, ainda integrados à hierarquia, que talvez logo me imitassem, pois a seus juízos eu já não habitava a casa [...]. Eu fora o barro, eles seriam os utensílios liberados após a transição da manufatura” (Piñon, 1973, p. 82).

A construção narrativa, inicialmente centrada na perspectiva do pai, desloca-se progressivamente para o filho, instaurando um jogo de reflexos e legados em que os ensinamentos e ordenações do patriarca perpetuam-se nos espaços habitacionais e nas camadas da formação de seus sucessores. O processo de transmissão ocorre por meio da supressão de enunciados, por um lastro de interditos, por um patrimônio que se impõe através de omissões, revelando-se com intensidade no que se cala. O narrador se reconhece como portador da exaustão herdada, um desgaste vitalício que se perpetua como um peso incontornável. O progenitor, imerso em sua própria dissolução, alerta-o contra a repetição de seu destino, embora

esteja consciente de que a descendência se insere no mesmo vestígio de desígnios: “Também eu herdara do pai a fadiga de viver. Havia o pai ensinado que jamais eu o imitasse se as suas inquietações ante a ameaça da morte me molestassem também. Ele jamais abdicaria da vocação suprema pelos filhos” (Piñon, 1973, p. 82).

A morte figura como um legado irrevogável, uma inscrição indelével que se fixa nos corpos e nas consciências dos herdeiros, que, ao observarem o pai deitado em sua morada final, vislumbram, na cena presente, o prenúncio de seu próprio destino. Dessa forma, o vínculo entre pais e filhos ultrapassa a dimensão consanguínea e alcança o território da fatalidade inexorável, onde o patrimônio que se perpetua ao longo das gerações inscreve-se no tempo e na mudez dos que carregam consigo esse fardo irremovível. Sob o olhar do filho, o espaço doméstico assume um caráter ambivalente, em que o afeto, mesmo na generosidade de sua expressão, solda-se às tensões conjugais dos progenitores. Os vínculos estruturam-se em uma convivência regida pela obrigação, pela imposição de compartilhar a existência. A união dos pais, embora legitimada formalmente, revela-se um campo de hostilidades silentes, um território permeado por ressentimentos, onde a presença do outro se impõe pela necessidade irreversível de reconhecimento e coabitação: “Na tradição da casa dele, o amor era um destino largo. Unira-se à mãe, sim, ambos repugnavam o convívio, o dever diário de conferirem rostos, corpos [...]” (Piñon, 1973, p. 82).

Nos estertores da existência do patriarca, com o corpo já exaurido de vigor, há um ímpeto derradeiro, um desígnio enigmático que o conduz a abrir uma fissura na floresta, a cavar um buraco em meio à espessura arbórea, como se sua última façanha terrestre consistisse em rasgar a própria seiva do mundo. Esse gesto final, de contornos insondáveis, ergue-se como uma convocação silente aos filhos, um enigma indecifrável que os arrasta à introspecção e, simultaneamente, os impele à emulação. Ao longo da narrativa, o herdeiro sente-se compelido a revisitar o labor encoberto do pai, atraído por uma força que desafia a lógica e se projeta sobre a fronteira do interdito. No refúgio noturno, furtivo e solitário, refaz os movimentos do patriarca, dobrando-se sobre a terra, rasgando-a com as mãos, perpetuando, sem plena consciência, o mesmo rito germinal: “E quando ele começou a emagrecer, dedicou-se à abertura de um grande buraco na clareira mais iluminada da floresta. [...]. Uma noite eu visitei o trabalho do pai. Adotando cuidados para que não me seguissem. E durante uma hora o imitei rasgando a terra [...].” (Piñon, 1973, p. 83). A repetição desse ato apresenta um caráter sacrificial, um banquete telúrico ao qual o filho se entrega como intruso, um usurpador de gestos arcaicos que, mesmo imbuído de reverência, oculta-se nas sombras para garantir que sua incursão permaneça desconhecida pelo patriarca. A purificação dos vestígios do ato – a limpeza da enxada, a

reestabelecimento da terra – sugere mais do que a necessidade de ocultação, revelando um vestígio de culpa, uma consciência do peso do arcano herdado, cuja posse revela-se ambivalente: “Cuidava para que ele não soubesse que eu havia participado do seu festim. Depois limpei a enxada, varri o solo, deixei tudo como havia encontrado. [...]. O mistério do pai ingressava em minha vida e eu me apiedava. Mas que piedade sinistra era aquela agindo como ladrão [...]” (Piñon, 1973, p. 83). A morte do patriarca, ao se consumar, não dá margem a prantos convulsos ou lamentos teatrais. Instaura-se um instante de ponderação minuciosa, no qual o filho, em vez de se render ao desespero, revisita os traços e atributos do pai, como quem busca decifrar um legado cifrado. O vínculo com a figura paterna permanece inquebrantável, instaurando um ciclo determinante, no qual o herdeiro, sem hesitação, se curva à compulsão da repetição, refazendo os passos do pai, dobrando-se ao destino como se, desde sempre, intuísse que seu percurso já estivesse traçado nas pegadas ancestrais:

> Amontamos ele então entre suas coisas e colocamos a terra de onde havia saído. Era eu o único a não lamentar a perda. Não devia perder detalhes da cerimônia, antes investigar o homem que eu enterrava, tinha ele na cara o tormento do orgulho registrado. E enquanto cobríamos a cara descoberta do pai, eu compreendi que devia segui-lo um dia quem profanara sua sepultura, havia sujado as mãos no solo proibido, ouvindo suas advertências e temera sempre a morte (Piñon, 1973, p. 84).

O primogênito, herdeiro por força do sangue e do decreto irrevogável que rege as sucessões da linhagem, assume, a contragosto ou por fatalismo, o encargo de perpetuar o domínio da gleba e a substância espectral que perpassa as gerações, entranhando-se na ossatura da descendência como um princípio inamovível. Uma pulsão arcaica de posse e acúmulo, que se expande para um território imaterial obscurecido pelo signo do infortúnio. A continuidade do patrimônio não se restringe à transmissão dos bens, mas opera como absorção gradual dos traços que definiram o patriarca defunto. O sucessor se funde à estirpe como prolongamento de um destino que se repete em um moto perpétuo, reproduzindo, em cada gesto e escolha, os contornos do antecessor. A avareza, traço axial e elemento estruturante dessa constelação de valores, revela-se como um imperativo psíquico, uma obsessão escrupulosa pela retenção, um afã sacralizado de conservação do legado. Manifesta-se tanto na administração zelosa dos bens quanto na guarda dos despojos simbólicos, convertendo a herança em fardo solene. A permanência desse acervo não se sustenta apenas na diligência administrativa, mas na incorporação integral do *ethos* paterno, reiterando a mesma lógica que fez do genitor um déspota da posse, enraizado no solo como entidade que persiste além da dissolução do corpo: “Logo passei a me devotar à avareza. [...]. A fartura brotava de minhas raízes. Obrando de modo

a que os filhos que não pudessem extrair do teto o que ali plantara como semente, sem para isto demolir toda a sala." (Piñon, 1973, p. 84).

Entregue a essa vocação silenciosa de acumular e administrar na escuridão da floresta, onde se ergue como guardião solitário dos despojos de um clã condenado ao peso do próprio nome, o herdeiro impõe a si mesmo o afastamento dos laços que poderiam desviá-lo da missão intransigente de amplificar a opulência herdada e resguardar os bens contra a dilapidação. Nesse movimento de retração, expulsa esposa e filhos da região, condenando-se a um exílio autoimposto, no qual se converte, senhor de tudo e servo de um destino inalterável. O crescimento vertiginoso de sua fortuna ocorre à custa de sua própria desumanização. Em sua reclusão obstinada, vagueia entre riquezas, dobrando-se ao sortilégio que o vincula à compulsão paterna e, como um solilóquio ancestral que se perpetua, reproduz com minúcia o destino do antecessor. Encarnando-lhe as idiossincrasias, padecendo-lhe as manias e adoecendo-lhe os membros, observa a repetição da história como se o tempo houvesse determinado que a linhagem fosse feita de sombras estendendo-se indefinidamente: "Meu trabalho foi secreto. E antes de ali instalar meus tesouros, obriguei a mulher e filhos a abandonarem a região, a que regressariam quarenta dias depois." (Piñon, 1973, p. 84).

O acúmulo de riquezas não o exime da deterioração da carne. Assim como o pai, sente-se tragado pelo vórtice da decrepitude, sua existência definhando na poltrona, onde, em meio às reminiscências e ao frêmito de quem aguarda o veredito final, assiste, impassível, ao desfile de seus próprios filhos. Alheios ao peso do destino que os circunda, reúnem-se em silenciosa especulação, intuindo que a figura imóvel que se esfacela diante deles já não é um homem, mas um presságio do que os aguarda. Ao redor do enfermo, os descendentes tornam-se vigias de um enigma irresoluto, confrontando-se com a herança que se avizinha. Mais do que um dote, impõe-se como encargo solene, impossível de ser renegado sem que, ao mesmo tempo, se rejeite o próprio pertencimento ao sangue que os originou: "[...] os filhos teriam direitos à herança se me impedissem, ainda que doença grave exigisse remoção, ou eu suplicasse – de abandonar os limites da sala para sempre." (Piñon, 1973, p. 85). Eis que, nesse limiar entre a vida e a dissolução, onde o espectro do pai parece pairar sobre os filhos como presença tácita, irrompe o questionamento essencial que os persegue e que, no âmago da estirpe, opera como rito iniciático. Quem dentre eles estará destinado a ser o próximo guardião do acervo maldito? Quem há de se imolar na cruz da herança, selando-se no martírio de um legado transmitido por um decreto inflexível? Essa dúvida, que sobrevoa as gerações como um corvo de mau agouro, instala-se como interrogação perpétua no seio dos descendentes. Cada um deles, mesmo em silêncio, debate consigo próprio se terá forças para romper o ciclo ou se, como o pai e o avô,

será tragado pelas raízes de uma linhagem que absorve seus filhos, impedindo-lhes qualquer deserção: “Quem sabe, distantes de mim, pois sou sombra e minha aspiração é representá-la, devem perguntar-se: quem dentre nós deverá colocar-se na cruz, pregar mãos e pés com cravos brilhantes e fazer-se seu herdeiro universal?” (Piñon, 1973, p. 86). Sob esse firmamento, onde o tempo se repete como marca de maldição, a herança configura-se como armadilha tecida há tempos incontáveis, um tecido envenenado que se infiltra nas veias da prole e os condena a perpetuar um jugo inevitável. Sem distinguir se tomam posse dos bens ou se os bens os aprisionam, os descendentes tornam-se, um a um, sentinelas de um patrimônio que se descola da posse e se converte em força autônoma, inquebrantável, atravessando as gerações, marcando-lhes a carne com o selo de um destino que já estava escrito muito antes que soubessem ler:

> E como haveriam de fugir a esta herança? Veio ela de tão longe. Talvez iniciada na competência dos ancestrais, todos devotos da morte, a vigorosa amada. E tantos os filhos se inquietam, que nem o dinheiro os abona da culpa. [...]. Às vezes, eles confessam: somos seus filhos. Um de nós há de enterrá-lo com sobriedade exemplar, herdeiro da tua iniquidade (Piñon, 1973, p. 86).

O primogênito, compelido por uma força imperativa que o impele a absorver a substância paterna e a perpetuar as irradiações hereditárias que regem a dinastia, vincula-se ao genitor com a intensidade de quem pressente, ainda que de modo nebuloso, a irreversibilidade de seu destino. Inscreve em sua estrutura psíquica interditos e sortilégios que, desde tempos ancestrais, impregnaram a ossatura do clã, como se o sangue herdado portasse uma ordenação intransponível. Esse processo de incorporação da herança paterna se desenrola com a solenidade de um rito que se perpetua ao longo das gerações, imprimindo no herdeiro um desígnio irrevogável, traçado pelas pegadas do patriarca, cujos passos ressoam na carne dos descendentes: “O primogênito demonstra querer-me mais do que os outros. [...]. Ele insiste sempre comigo. Busca extrair palavras, permutas mágicas, segredos que também o salvariam. [...]. Ele deveria ter imaginado que um dia eu seguiria a sina do meu pai, também servo de uma paixão.” (Piñon, 1973, p. 78-79). Tal qual um artífice que inscreve na pedra um ideário irrevogável, o herdeiro se entrega, com denodo e resignação, à complexa ancoragem da herança espectral, enredado por laços invisíveis que o submetem à perene sucessão de gerações que, antes dele, carregaram o mesmo fardo, inclinaram-se a mesma sina e tornaram-se prisioneiros das pulsões incontornáveis da ancestralidade. Nesse jogo de forças subterrâneas, em que a perpetuação do destino paterno se configura como liturgia compulsória, o filho, por mais que

alimente aspirações de ruptura, vê-se irremediavelmente vinculado, retido pelos elos de um legado que se impõe como ordenação incontestável.

Na culminância dessa edificação fatídica, revela-se que o patriarca, ao confrontar a efemeridade, ergueu, entre os muros da habitação, uma fortaleza que extrapola sua função ordinária: uma sepultura doméstica, uma cripta entranhada à arquitetura da residência, onde os corpos permaneceriam perpetuamente resguardados, convertendo a morte em presença. Em sua aspiração de eternidade, o progenitor legara mais que bens tangíveis: instituíra um paradigma arquitetônico de preservação da linhagem, transmutando a casa em um mausoléu dinástico, um relicário onde os ancestrais pairam sobre os descendentes, vigiando-lhes os passos sob o signo da estirpe: “Fiz ver através de gestos que me preocupei tanto com ela que desde o início reservei-lhe lugar no teto para quando morresse. E não era espaço clandestino, apenas porque me apiedei. [...]. Também os filhos devem acompanhar-me.” (Piñon, 1973, p. 89). Sob essa topografia fúnebre, em que vivos e mortos coexistem sem que as fronteiras entre ambos se delineiem com nitidez, a casa performatiza-se em um espaço crepuscular, onde a presença dos ancestrais se inscreve no teto que os encerra, transformando-o em dossel sepulcral, em um firmamento de caixões, sob o qual os descendentes se movem e existem, sempre sob a tutela daqueles que os precederam. A herança ultrapassa, assim, a esfera patrimonial, cristalizando-se como ordenação irrevogável, incrustada na própria substância do ser e convertida em fardo: “Basta olharem o teto, contarem o número de caixões que tive o cuidado de ali instalar com firmeza, para não sucumbirem à concentração dos corpos. Eu nunca acreditei ser a terra o único destino de um homem.” (Piñon, 1973, p. 79).

Sob essa estrutura implacável, onde a morada se erige em santuário de memórias e espectros, o teto da casa converte-se no epicentro de uma narrativa genealógica, condensando, em sua abóbada macabra, a presença intransigente do patriarca. Mesmo após sua decomposição corpórea, sua influência persiste, infiltrando-se nos interstícios da linhagem e imprimindo-se como imposição inalienável: “Quis imitar a águia, instalar o ninho sobre onde sempre comi, fiz barba, rapei laranjas. Não canso de olhar o teto com cobiça, todo povoado de caixões: as vigas cruzando aquele campo de madeira asseguram-lhes a relativa eternidade. Os caixões parecem escudos monopolizadores.” (Piñon, 1973, p. 90). Diante desse cenário espectral, onde o pretérito se impõe ao presente com a autoridade de uma determinação irremovível, os herdeiros são tragados pelo influxo da estirpe, coagidos por uma força silenciosa que os domina sem necessidade de comandos expressos. Sob o olhar impassível dos ancestrais, tornam-se engrenagens de uma maquinaria genealógica, movidos por um poder que se perpetua alheio à

necessidade de palavras, inscrito na quietude hierática dos olhos invisíveis que, do teto, os observam e conformam.

O criptóforo, entidade espectral encarregada da guarda de um segredo que lhe pesa como um fardo tumular, abriga em seu cerne um arcano selado, interdito ao escrutínio da consciência ordinária, instaurando-se como um recesso abissal em que a realidade se redobra em sombra e a substância da memória se fossiliza em vestígio perene. Esse mausoléu hermético, cuja aura ressoa em opacidade enigmática, erige-se como um reservatório singular, situado em uma topografia paradoxal, em que o inconsciente e a instância introjetada se cruzam, compondo uma trama complexa que persiste na interseção das latências psíquicas e das pulsões obnubiladas. O ego, no que lhe tange, investido da função de sentinela desse relicário sepulcral, assume a custódia de uma herança sigilosa, em que palavras obliteradas, lacradas no silêncio de um interdito arcaico, repousam em estado de vivente-mortandade, projetando sobre o lastreamento da subjetividade sombras dilatadas e espectrais, cuja incidência obscurece o decurso ordinário da elaboração psíquica e do esqueleto pulsional: "[A cripta] seria antes um território encravado ('tópica realitária') entre os dois, espécie de inconsciente artificial, instalado no seio do próprio ego. A existência de tal túmulo tem por efeito obturar as paredes semipermeáveis do inconsciente dinâmico." (Abraham; Török, 1995 [1973], p. 239).

No núcleo dessa arquitetura psíquica, a cripta manifesta-se como testemunho incontornável da (psico)patologia latente que permeia o fenômeno da transmissão psíquica intergeracional, constituindo-se, ademais, em um enclave mental que opera na fronteira entre os domínios do inconsciente dinâmico e a estrutura do eu, revelando-se um luto irresoluto, uma afecção emocional que, expulsa da esfera da simbolização, permanece como resquício insurgente, uma vergonha reprimida que, em sua latência obstinada, adquire os contornos de um núcleo inassimilável. Segundo postulam Abraham e Török, a cripta circunscreve-se como uma estrutura entretecida na malha relacional, em que o sujeito, coagido por um imperativo incontornável, é compelido a engendrar simbolizações que gravitam em torno de um outro interno, uma alteridade radicada no cerne de seu ser, cristalizando-se sob a forma de um objeto psíquico internalizado, cuja inscrição se efetua à custa da própria ordenação pulsional do indivíduo. Desse modo, a problemática fundamental situa-se no limiar entre a possibilidade e a impossibilidade de metabolização psíquica do trauma, sua transfiguração em elaboração simbólica, sua reformulação como um conteúdo assimilável pelo aparelho psíquico sem a necessidade de recalques irreversíveis.

Nessa perspectiva, Abraham e Török delineiam a concepção de trauma a partir da teoria da introjeção, compreendida, à luz dos postulados ferenczianos, como o processo pelo qual o

objeto de investimento libidinal é assimilado ao ego, integrando-se à arquitetura psíquica do sujeito de forma ativa. Todavia, no que concerne ao fenômeno traumático, instaura-se uma inaptidão radical da introjeção, um colapso no mecanismo de absorção psíquica, que, ao impedir a metabolização simbólica do evento originário, gera uma anomalia mental que ressoa através das gerações, perpetuando-se como um espectro que se infiltra na filiação e nos vínculos transgeracionais (Abraham; Török, 1995 [1973]). A (patho)gênese do trauma provém menos do evento desencadeador e mais da incapacidade da subjetividade em converter essa vivência em material elaborável, perpetuando-se como um quisto psíquico, uma excrescência impenetrável ao fluxo da significação. Quando a introjeção se torna inviável, instala-se um mecanismo compensatório, que se expressa sob a forma da incorporação, expediente que surge quando a elaboração simbólica fracassa e as atividades psíquicas que deveriam absorver a experiência traumática dissolvem-se em um colapso absoluto. A incorporação distancia-se de um autêntico processo simbólico, impondo-se como uma ficção que suplanta a simbolização, apresentando-se como um simulacro de integração que perpetua a presença do trauma na subjetividade, relegando-o a uma forma híbrida que persiste como um enclave no interior do psiquismo. O que se verifica é uma conversão espectral da realidade, em que o insimbolizável se manifesta como uma presença evanescente, perpetuando-se como um núcleo irresoluto de sofrimento e repetição, uma latência silente que se dissemina pela cadeia genealógica, instaurando um ciclo psíquico reiterativo que perpetua, indefinidamente, o mesmo impasse mental.

No romance *Vozes do Deserto* (2004), de Nélida Piñon, desvela-se, em um processo de reminiscências transmutadas em verbo cintilante, a reconfiguração vigorosa da saga de Scherezade. Movida por um espírito de renúncia e pela fatalidade de seu destino, consente em desposar um soberano cuja ferocidade, enraizada no temor de ser alvo de traição conjugal, conduz ao decreto inapelável da execução das jovens esposas, que, unidas a ele ao anoitecer, perecem ao alvorecer seguinte. O Califa, imerso em uma espiral de suspeitas que alimentam seu despotismo, assume uma posição inflexível, impondo um destino cruel às mulheres de seu reino, vítimas de uma culpa inexistente e aprisionadas na memória indelével da mágoa e da desilusão. Entretanto, a filha do Vizir, exímia conhecedora da arte narrativa e guardiã dos mistérios da oralidade, traça um caminho singular. Longe de se limitar a reproduzir os relatos da ancestral coletânea do *Livro das Mil e Uma Noites*, embrenha-se em um processo introspectivo que desvenda os fundamentos da criação literária. Seu olhar penetra os bastidores da invenção ficcional, reelaborando sua própria existência e erigindo-se como voz visionária que, sustentada pelo saber primal, recompõe os elos da linhagem, associando passado e presente em uma urdidura atemporal: “Caso quisessem de verdade escrutinar o passado da grei familiar,

ou rastrear a trajetória do Profeta que forjara a grande nação espiritual, confiassem a ela, apesar da idade, a tarefa de aglutinar lendas e registros soltos, espelhados pelo califado. Ela desenterrava mortos e figuras.” (Piñon, 2020, p. 27). O universo da prosa pinoniana delineia a introspecção dessa personagem singular, cuja complexidade ultrapassa a maestria na construção de fábulas e a inscreve como depositária dos dilemas insondáveis da alma humana, especialmente aqueles que perpassam as relações parentais e ressoam como marcas indeléveis da herança genealógica:

> A vista de certos objetos chorava na mesma hora, buscando equivalência entre aqueles que haviam herdado da mãe. [...]. Dona do fantasma materno, que parecia jamais abandoná-las, retinha mais informações, na condição de primogênita. A imagem da mãe, às vezes tão nítida, sobressaía em meio a sombras. Ia-lhe ao encalço, mas a figura esmaecia, antes prometendo-lhe retornar em outro momento (Piñon, 2020, p. 87).

Scherezade se configura como relicário vivo do peso da ancestralidade materna, presença que a subjuga e define sua trajetória. Sua existência se manifesta como prolongamento de uma predecessora cujas influências persistem em sua caminhada. Guardiã dos despojos simbólicos da linhagem, carrega a incumbência de perpetuar o acervo mítico de sua estirpe, assegurando a continuidade dos relatos primevos e, assim, reafirmando a perenidade da tradição. Sua vivência inscreve-se em um ciclo de repetições e reinterpretações, em que cada passo se ancora nos desígnios traçados por aquelas que a antecederam. Em meio às forças inconscientes que a regem, assume a condição de elo entre tempos distintos, portadora da missão de sustentar a chama dos ensinamentos herdados. Como fiel depositária do patrimônio materno, zela pelos emblemas familiares e se insere na sucessão de destinos que a convocam a manter vivos os relatos ancestrais: “Vinha-lhe, então, a urgência de garantir a Scherezade que fora ela a única a herdar da mulher que as parira o rosto harmonioso [...]. Scherezade era sem dúvida a mãe rediviva. Para cumprir os desígnios dos mortos, de se verem falsamente reconstituídos pelos que sobrevivem a eles?” (Piñon, 2020, p. 88).

Naquele califado, as jovens condenadas, herdeiras involuntárias de uma sina macabra, carregam o peso do destino forjado pela sultana pregressa. Submetidas ao decreto implacável do monarca, tornam-se depositárias de um fardo que não lhes pertence, subjugadas a uma punição arbitrária. Suas trajetórias, marcadas pela subordinação ao jugo régio, refletem a perpetuação de um castigo infundado, que as vincula a uma ancestralidade amaldiçoada. O Califa, por sua vez, revela-se prisioneiro de um espectro que o assombra incessantemente: “[...] a silhueta da Sultana, morta há algum tempo, persegue-o. Já nenhum esconderijo oferecendo-

lhe proteção, vedando o ingresso daquele fantasma. Nestas horas, a sombra implacável da esposa, em flagrante desrespeito à imponência do trono, avança em sua direção." (Piñon, 2020, p. 123).

A sombra da sultana morta, transbordando arrogância, persiste em sua perseguição, jamais demonstrando remorso ou suplicando absolvição: "[...] o fantasma da Sultana, sempre arrogante, não esboça gesto de arrependimento, não se lança ao chão, puxando os fios de cabelo, rasgando as vestes, jamais lhe pedindo perdão. [...]. Aquela sombra asfixiante cresce brutal e eloquente." (Piñon, 2020, p. 112). Essa presença espectral também se projeta sobre Scherezade, espreitando sua existência com um presságio de ameaça. Em um confronto silencioso, o espírito da rainha falecida atormenta tanto o monarca quanto a narradora, embaraçando-se com os vestígios da figura materna, que lhe transmite o patrimônio das palavras e a inscreve no concerto milenar das vozes ancestrais: "[...] se quisesse um dia contar uma história de forma que todos falassem por seu intermédio, incorporasse a cada palavra o timbre do coral só assim tornando visível o que a tradição requer dela." (Piñon, 2020, p. 147). Sob a arquitetura refinada da prosa pinoniana, a protagonista se converte na intérprete do patrimônio genealógico, canalizando as influências dos que a precederam, perpetuando memórias e consolidando a linhagem em um fio ininterrupto de narrativas: "[...] viera-lhe da linhagem da mãe, morta tão jovem. Da grei materna falavam-se maravilhas. Vozes familiares vindas do deserto que já pelas manhãs, após beberem leite de cabra, soltavam a língua à força de mentiras e sonhos." (Piñon, 2020, p. 189).

No âmago do romance, manifesta-se a inquietante presença da herança psíquica, que assume a forma de uma estrutura viva e operante, cujo influxo se infiltra insidiosamente na arquitetura da subjetividade. O legado transgeracional delineado revela-se como uma fenomenologia singular da transmissão psíquica, na qual a maldição herdada opera como um mecanismo dinâmico de perpetuação do que jamais foi simbolizado. Diferente de outras narrativas que abordam a perpetuação do trauma, este romance desvela um viés peculiar ao conferir à cripta um estatuto de agência própria, dotada de uma lógica interna resistente à dissolução pela linguagem. Assim, o segredo ressurge no discurso do descendente e se impõe como um enclave psíquico autônomo, operando à revelia da consciência e do desejo manifesto. O sujeito torna-se veículo de uma entidade interditada à simbolização, instaurando fissuras na linearidade da experiência subjetiva. A presença do arcano escapa à narração e se converte em sintoma, vestígio de um interdito que jamais encontrou via de elaboração. O descendente, ao carregar essa cifra intransponível, representa um palco de encenação renovada, na qual o indizível se impõe como compulsão reiterativa de efeitos disruptivos. Esse fenômeno inaugura uma configuração específica da transgeracionalidade: a impossibilidade de dar sepultura ao

interdito gera uma dinâmica na qual a transmissão ocorre pelo fracasso da simbolização. A marca deixada pela cripta ancestral se impõe como um artefato psíquico que exige reconhecimento, mantendo-se refratária à linguagem e à consciência. A visão tradicional do luto patológico como falha na elaboração adquire um desdobramento na narrativa. O espectro transgeracional manifesta-se como um agente ativo que estrutura a subjetividade dos descendentes. A ausência sepulcral do interdito ultrapassa a condição de lacuna silenciosa e propaga efeitos sintomáticos, inscrevendo-se nos corpos e nos afetos como uma cifra irredutível. Assim, a obra problematiza a herança psíquica e revela sua lógica singular, na qual a maldição herdada se transmite como um princípio organizador da própria experiência subjetiva dos que a carregam.

No romance *Fundador* (1997), de Nélida Piñon, manifesta-se uma presença espectral que ultrapassa o artifício narrativo, instaurando um raciocínio entre o tangível e o etéreo, entre a materialidade da existência e a recordação que resiste ao oblívio. Essa manifestação, evocando sombras de além-túmulo, advém dos recônditos mais insondáveis da experiência humana, projetando-se do estado latente para perpassar o domínio dos vivos. Sua aparição assume um caráter ontológico, tecendo passado e presente em um espetáculo macabro, no qual as reminiscências ancestrais avançam para além das brumas temporais, instaurando uma continuidade espectral que atravessa gerações e desafia a linearidade da cronologia. Nesse espaço de indefinição, em que a realidade dissolve-se em espectralidade e a temporalidade se fragmenta em sobreposições de lembranças, destacam-se as figuras de Fundador e da Monja. O primeiro, uma entidade originária, personifica a raiz da linhagem, figura tutelar cujo retorno pós-mortem altera a ordem dos vivos. A Monja ressoa como uma evocação persistente, impregnada na consciência dos descendentes Johanus e Joe, assumindo a forma de delírio coletivo. As manifestações espectrais, perpassando o campo subjetivo, inscrevem-se como testemunhos da perpetuação dos vínculos genealógicos e da herança que se projeta indefinidamente, compondo uma trama de reminiscências e destinos: “Os mortos regressam em forma de barro, e lhes afirmamos que também se equivocaram ao se acreditarem inúteis para sempre? Tanto que os fomos buscar de volta ao nosso convívio, para abrigá-los sob forma de igreja, casas e escolas!” (Piñon, 1998, p. 150).

Essa reflexão, que reverbera ao longo da narrativa, evidencia a condição paradoxal das entidades que persistem: ao mesmo tempo vestígios do passado e elementos estruturantes do presente, instauram uma cadeia de recordações incessantemente renovada. O tempo, nesse cartograma de heranças espectrais, desestrutura-se em uma dimensão onde vivos e mortos partilham o mesmo território, e o passado, jamais dissipado, impõe-se como força determinante

do futuro. A origem desse fenômeno vincula-se às contradições temporais e à resistência da memória em curvar-se ao esquecimento. Na construção pinoniana, a cronologia distancia-se da linearidade rígida, manifestando-se como um fluxo descontínuo, no qual os ancestrais persistem, reconstituindo-se como presenças concretas que permeiam a trajetória dos vivos. "Identificando a casa onde nascera, os jardins que por capricho fingiu inventar naqueles longos corredores, em nenhum lugar teria buscado tanta esperança [...] e ali temera os fantasmas colhera-os nos olhos, onde o espanto se introduzira." (Piñon, 1998, p. 204). Dessa maneira, a aparição espectral desdobra-se como um fenômeno paradoxal, ao mesmo tempo macabro e revelador. A irrupção do sobrenatural, rompendo as fronteiras entre os mundos, inscreve-se como componente constitutivo da identidade e da história, instaurando uma filiação espectrofílica que repele o esquecimento e reafirma a permanência daquilo que se julgava dissipado. Fundador e a Monja, com suas formas diáfanas e translúcidas, atravessam a narrativa como agentes de uma reformulação da percepção da existência e da historicidade.

O transcurso das gerações, comparável a um caudaloso rio que serpenteia pelas sendas do tempo, insere essas aparições nas composições como testemunhos incontornáveis daquilo que permanece e resiste à extinção. Os mortos, ressuscitados pela ficção, tornam-se reflexos dos vivos, subvertendo a noção de finitude e reafirmando a continuidade do ser para além da materialidade efêmera. "Quem somos então? O que outros homens já foram. E nós simplesmente os imitamos. Nós somos a vida que eles deixaram de possuir." (Piñon, 1998, p. 151). Assim, Piñon edifica, em *Fundador*, uma poética da espectralidade, na qual o passado, ao invés de se encerrar em uma dimensão inerte, emana como um organismo pulsante, infiltrando-se no presente e reconfigurando-o incessantemente. Sua literatura constrói um universo em que a temporalidade adquire plasticidade, e a memória, insurgindo-se contra qualquer tentativa de supressão, perpetua-se como campo dinâmico no qual a identidade se estrutura na oscilação contínua entre o que foi e o que persiste. O espectro, qual herdeiro silente das criptas ancestrais, transfunde-se, com matizes soturnos e imperceptíveis, das insondáveis camadas do inconsciente parental para os contornos psíquicos da prole. Assim se delineia, não como assombração, mas como manifestação inequívoca de um mecanismo de perpetuação transgeracional, no qual a figura fantasmagórica se entranha, instaurando uma fissura abissal no domínio do dizível, um hiato inaudito que se revela como vestígio indelével do segredo inconfessado dos genitores. Essa ausência discursiva, reminiscente de um augúrio funesto, projeta-se sobre o firmamento da constelação familiar, inscrevendo marcas persistentes sobre aqueles que, alheios ao véu originário, tornam-se depositários dessa herança espectral (Antunes, 2003). A transmissão desse legado invisível ocorre de modo elusivo, insinuando-se por meio de lacunas, fragmentos

dispersos, silêncios densos e objetos impregnados de um simbolismo que ultrapassa sua funcionalidade. Essa transferência escapa à apreensão direta, insinuando-se através de resquícios de memórias difusas e signos impregnados de reminiscências ancestrais.

Esses artefatos, imiscuídos na estrutura familiar, sejam eles de ordem tangível ou elementos etéreos do inconsciente coletivo, persistem na linha sucessória, resguardando-se nos interstícios da memória afetiva e manifestando-se como vínculos silenciosos entre as gerações. Trata-se de uma cadeia de transmissão em que vestígios do passado irrompem no presente, perpetuando-se como aparições que insistem em sua presença. Esse fenômeno se expressa de maneira concreta na obra *Livro das Horas* (2014), cuja voz narrativa, dotada de um olhar arguto e penetrante, detém-se sobre objetos que, acumulados no âmago do recinto doméstico, repousam em uma imobilidade apenas aparente. Em sua quietude, contudo, encerram uma rede de significações ocultas, constituindo-se como depositários de narrativas ancestrais e operadores dissimulados de uma memória que, longe de se dissipar, perpetua-se na cadência do cotidiano: "Os objetos que compramos, e levamos para casa, inventam para nós um projeto de felicidade. Instalados na sala, eles falam, têm sentimentos, preservam a memória, sobrevivem a nós. Nenhum objeto é pária, merece ser marginalizado." (Piñon, 2014, p. 101). Ao embalsamar o espaço doméstico, essas relíquias ultrapassam a condição de inércia e inscrevem-se em uma dinâmica velada, deslocando-se de maneira intangível pelos compartimentos da casa sob o olhar atento dos que ali permanecem. O olhar da narradora, ao deter-se sobre esses vestígios materiais, não apenas os reconhece como portadores de uma memória afetiva, mas os eleva à condição de signos plenos, dotados de uma força própria que os faz reviver continuamente no presente. Nesse viés, a descendência compreende que os objetos, outrora pertencentes à mãe, tornam-se, após seu passamento, elementos que se mantêm enraizados no ambiente familiar, despojando-se da letargia do esquecimento para reacender-se através das reminiscências inscritas na estrutura do passado: "Sobre uma cômoda, o objeto não se move, em compensação perambula pela casa, visto por nós. Em especial os objetos que Elza me legou após sua morte. Abrigados agora em minha casa, com intensa expressividade, revivem [...]." (Piñon, 2014, p. 101).

Nesse jogo entre presença e ausência se inscreve a lógica da transmissão espectral: a herdeira, consciente da importância inestimável desses relicários do passado, assume o dever de resguardá-los da negligência e do oblívio, pois, imbuídos de uma força inefável, interpelam-na com o vigor de um comando inaudito e incontornável, impondo-lhe a incumbência de assegurar a continuidade da memória parental. Ao fazê-lo, contudo, inscreve-se nesse ciclo em que os mortos, longe de estarem relegados à poeira do esquecimento, projetam-se como

presenças vívidas nos signos materiais que legaram: “Zelo também pelos demais objetos familiares, que não aceitam ser negligenciados. Dou-lhes atenção, não permito que a poeira ou minha vida os apaguem. Confundo-os com quem partiu e os confiou a mim. Um objeto é uma declaração de amor que faço ou recebo.” (Piñon, 2014, p. 101). Dessa maneira, a noção de herança ultrapassa a materialidade dos bens transmitidos e assume um caráter espectral, no qual a presença do ausente ressoa incessantemente no cotidiano dos vivos. Os objetos, distantes de serem apenas reminiscências do passado, tornam-se operadores de um processo memorialístico no qual as gerações se articulam, perpetuando um ciclo de transmissão. O espectro, pois, encarna-se nos signos concretos da existência, nos objetos, nas palavras silenciadas, nos gestos reiterados, nos lapsos que denunciam a persistência do não-dito. Assim, o legado dos mortos mantém-se, inscrito nos interstícios da existência dos vivos, que, sem perceber, tornam-se os novos guardiões dessa herança invisível, eternamente reencenada no teatro do cotidiano.

A permanência enigmática do artefato espectral oculta-se nos recessos mais insondáveis da consciência, preservando-se em criptas ancestrais até manifestar-se novamente na psique dos descendentes. Esse fenômeno, ancorado em dinâmicas de identificação imaginária, adquire uma natureza sigilosa, evidenciando-se como um mecanismo de continuidade hereditária. Sua presença reitera-se ao longo das gerações, revelando-se por meio de sintomas latentes e manifestações imprevistas, que se impõem como inscrições imorredouras do passado. Essa dinâmica mostra-se de maneira emblemática na narrativa “A Relíquia”, incluída no florilégio d'*O Pão de Cada Dia* (1994), de Nélida Piñon. O protagonista, sempre em estado de vigília, posiciona-se na retaguarda da matriarca imponente, portando um objeto de contornos velados: a relíquia. Esse manto ancestral corporifica um legado persistente, que contagia através dos tempos, reafirmando sua presença entre os sucessores: “Atenta ao manto que a perseguia, puxou-o para o corpo, que não arrastasse o chão.” (Piñon, 1994, p. 79). O objeto, impregnado de reminiscências, carrega vestígios tangíveis de antecessores há muito silenciados pelo tempo, projetando-se sobre os contemporâneos como um sinal que ressurge em intervalos imprevisíveis para reconfigurar os destinos dos sucessores.

A cerimônia de transmissão desse espólio, incorporado ao artefato venerável, ultrapassa a dimensão material para tornar-se um reservatório de memórias incrustadas na herança genealógica. Suas tramas evocam narrativas soterradas nos interstícios da linhagem e reivindicam renovação. Dessa forma, define percursos existenciais, marcando indelevelmente o destino dos herdeiros: “Prova de uma linhagem ora em extinção. Se lhe faltava o amor, ao menos dispunha do estigma do maltrapilho. Quem sabe reivindicaria um dia a coroa de espinhos de um Cristo destronado?” (Piñon, 1994, p. 79). O manto, alçado à condição de estandarte

simbólico, inscreve-se na linhagem como uma cripta itinerante, infiltrando murmúrios de ancestrais que, ainda que eclipsados pelo tempo, perpetuam-se na herança silenciosa, exigindo fidelidade e evocando recordações involuntárias. Os espectros genealógicos, ocultos na penumbra da ancestralidade, intervêm de maneira sutil na existência dos herdeiros, estabelecendo uma interlocução entre o pretérito e o presente. Importa ressaltar que os segredos vinculados a essa dimensão espectral revelam-se mais acessíveis do que aqueles selados no abismo da memória familiar. Ao estarem codificados na estrutura genealógica, tornam-se passíveis de apreensão, embora seu processo de interiorização se dê de maneira fragmentada, portando aflições subterrâneas que comprometem a integridade psicológica do receptor desse legado. A existência dessa cripta viva opera sob a ditadura do silêncio, cuja função essencial está ligada à perpetuação de ciclos reiterados, alheios à racionalização e à dissolução em construções fantasiosas (Azevedo, 2021). O manto, como vestígio primevo, configura-se como um sinal da ancestralidade e um meio de transmissão de um discurso subterrâneo, cujas ramificações se infiltram na identidade dos descendentes e ditam suas trajetórias. A relíquia, investida de uma aura enigmática, imprime sua marca na construção da identidade dos que a sucedem, consolidando uma linhagem devotada ao culto do que persiste na opacidade do tempo.

No limiar inapreensível das relações humanas, delineia-se um parentesco espectral, uma trama simbólica que ultrapassa a consanguinidade e se insinua nas lembranças latentes, brotando de sedimentações mnemônicas ancestrais, filtradas e reelaboradas por mecanismos psíquicos de rememoração e projeção. Esse fenômeno imaterial aciona como um eixo de articulação entre o pretérito e o presente, uma espécie de palimpsesto intangível em que reminiscências dos extintos persistem, atravessando os ciclos geracionais e infiltrando-se aleivosamente nas matrizes culturais, como um resíduo de saberes e afetos que desafia a erosão do tempo. Consubstanciado na estrutura etérea que vincula o passado ao presente, o parentesco espectral manifesta-se na dialética entre a lembrança e o esquecimento, sendo o véu sob o qual se perpetuam as heranças simbólicas que, por meio da identificação e da recorrência, enraízam-se nas estruturas do imaginário coletivo. Trata-se de uma fenomenologia que se instaura nas linhagens sanguíneas e também na comunhão de mitos, ritos e figuras emblemáticas, que, imbricados no sistema social, reiteram a permanência de um legado imaterial e simultaneamente onipresente. Desse modo, o conceito delineia uma esfera na qual a efemeridade do ser humano se vê atenuada pela permanência de suas narrativas, forjando um vínculo indelével na cultura e na psique coletiva. Sob essa perspectiva, a evocação ritualística dos ancestrais, presente em múltiplas cosmogonias e tradições espirituais, configura-se como o alicerce de uma dinâmica de perpetuação, em que os mortos se tornam interlocutores silenciosos

que, veladamente, influenciam as decisões e o *ethos* dos descendentes. Essa continuidade é nutrida por cerimônias, ritos de passagem e práticas votivas que, ao mesmo tempo que reforçam a potência da memória, asseguram a imortalidade simbólica das figuras pretéritas, cuja influência se imprime no inconsciente coletivo. Nesse escopo, o parentesco espectral se afirma como uma instância de conexão e ressignificação, um vínculo invisível que perpassa as gerações e resiste à dissipação do tempo, sustentando uma continuidade temporal em que os domínios dos vivos e dos mortos se articulam de maneira sutil e enigmática. A fenomenologia desse parentesco amplia-se para além de um arcabouço exclusivamente antropológico e adquire contornos psicanalíticos, evidenciando a forma como os espectros da ancestralidade continuam a atravessar os interstícios da subjetividade contemporânea, seja por meio de reminiscências involuntárias, seja pela perpetuação de padrões e estruturas que, mesmo despercebidos, encontram sua gênese nos vestígios do passado.

No entrecho que se desenrola nas páginas d'*A Casa dos Mortos*, extraído da magistral coletânea "O Pão de Cada Dia" (1994), de Nélida Piñon, a composição narrativa estrutura-se sobre um tempo espectral, no qual a voz enunciadora se imiscui em um espaço que ultrapassa a materialidade, proclamando-se detentora de uma estante que, conquanto repleta de volumes cuja substância se faz inquestionável, revela-se, de fato, habitada por espectros e reminiscências imperecíveis, evocando um passado longínquo que se difunde na ancoragem do presente, projetando sombras, sussurros e indícios de existências que se recusam a serem dissolvidas pelo fluxo do esquecimento. Instaura-se, assim, uma simbiose singular entre a matéria e a abstração, entre a tangibilidade dos objetos e a imaterialidade das lembranças, compondo um relicário da vida psíquica que se ergue como sustentáculo etéreo da residência mental do sujeito, ao mesmo tempo em que lhe confere coesão estrutural e infunde uma constante atmosfera de assombração metafísica, lastreada por inquietações existenciais e murmúrios inaudíveis que se disseminam além do tempo e do espaço, formando uma espécie de palimpsesto onde cada camada textual e cada vestígio evocativo se entrelaçam em um jogo de permanência e evanescência, como se os mortos nunca houvessem abandonado definitivamente o mundo dos vivos: "Só tenho mortos na minha estante. Alguns ainda respiram, embora saibam, de antemão, que já se aproxima para eles o prazo da rendição final." (Piñon, 1994, p. 33).

Assim profere a voz narrativa, evocando uma dialética entre o passado e o presente, entre a presença e a ausência, em que aqueles que outrora foram carne e sangue perpetuam-se na memória e na palavra escrita, recusando-se a sucumbir à voracidade do esquecimento. Os que habitam os mausoléus de celulose e tinta mantêm-se como entes que se insurgem contra a letargia da morte, animando-se na evocação intelectual, reavivando-se nas entrelinhas de suas

obras imortais. Nesse compêndio de reminiscências, os espectros dos mortos não repousam em silêncio sepulcral; vagueiam pelos desvãos insondáveis da mente, ocupando os corredores enigmáticos do psiquismo, emitindo sussurros inaudíveis e reverberações inquietantes, ora modulando-se em ressonâncias translúcidas da ancestralidade, ora manifestando-se como alaridos espectrais que brotam do subconsciente: “Tenho ainda alguns mortos recentes, que nos abandonaram sem dizer para onde foram, esquecidos de deixar o endereço.” (Piñon, 1994, p. 33). Nesse cenário, a casa dos mortos transforma-se num território liminar, onde as fronteiras entre a vida e a morte se tornam nebulosas, e os espectros assumem corporeidade fluida, instigando os viventes a adentrar os domínios de sua influência, ao mesmo tempo em que lhes sussurram conselhos arcânicos, manipulando as finas cordas do destino de modo imperceptível. Compõem e recompõem os fios da existência, de tal maneira que a onipresença dos ancestrais, mesmo desprovidos de substância corpórea, projeta-se sobre a construção social e cultural dos viventes, delineando-lhes os itinerários, conformando-lhes as atitudes e os valores. As imbricações da memória transgeracional imiscuem-se ardilosamente nos recessos mais recônditos da psique coletiva, orientando-lhe os desígnios, modulando-lhe os afetos e inscrevendo-se como arcabouço invisível do devir humano. Trata-se de forças atuantes, que fazem sentir sua presença sobre os descendentes, instando-os, por vezes, à obediência e, noutras, à transgressão que se vê fatalmente punida pelos implacáveis desígnios dos antepassados.

As desditas que atravessam gerações e os fenômenos reiterados de sofrimento que assolam as estirpes familiares podem ser interpretados como manifestações extremas da vontade dos mortos, que, em sua insaciável vigília, impõem maldições ou dispõem advertências àqueles que se apartam dos ditames tradicionais, que desonram o legado ancestral ou que ousam desafiar as amarras do destino que lhes foi traçado. O passado ressoa no presente, em uma demanda inextinguível por deferência e reverência e, quando desconsiderado, converte-se em ira espectral, em nefastas consequências que se abatem sobre os imprudentes. Como assevera Eiguer (1998, p. 25), “a transmissão psíquica entre gerações veicula, igualmente, o modelo do parentesco, o mesmo que ordena atrações e rejeições, prescrições e proscrições, que distribui o lugar de cada um dos membros da família. Ele está na origem da transmissão dos mitos, dos ideais.” Dessa forma, no cerne da casa dos mortos, inscreve-se um jogo dialético entre os vivos e os espectros, entre os legados ancestrais e a autonomia dos sujeitos, entre a permanência e a renovação, que define o destino daqueles que transitam por entre os direcionamentos estereotômicos insondáveis da memória e da tradição. Sob a égide da narrativa piñoniana, vislumbra-se uma reflexão contundente acerca da influência dos mortos sobre os vivos,

revelando que a morte se configura não como um ponto final, mas como um elo invisível que atravessa gerações, perpassando o tempo e o espaço, subsistindo, incólume, na evocação da memória e na perpetuação da palavra.

Das criptas mais recônditas, surgem elocuções que desestabilizam a estrutura familiar, conforme aponta o narrador em *Coração Andarilho* (2013), obra lapidar de Nélida Piñon. A escritora, ao recorrer à metáfora do 'cofre' para expressar a vastidão atemporal de sua subjetividade, ressalta que desse relicário psíquico brotam clamores ancestrais, como a voz avuncular ressoando pelos espaços da casa: "A pátria da infância é sempre uma aldeia [...]. São Lourenço guarda a minha memória. É um cofre do qual emerge às vezes a sombra do avô, Daniel, que se agiganta à medida que dá ordens, assegura ser mister segui-lo, manter a família coesa." (Piñon, 2013, p. 58). O texto constrói um jogo entre presença e ausência, no qual a ancestralidade se manifesta sob a forma de espectros que atravessam as tramas da memória e do discurso. O avô Daniel, figura emblemática, atua como guardião de um legado que se projeta além do tempo e orienta o percurso dos descendentes. Essa influência imaterial se impõe na construção narrativa como eixo central da identidade, do pertencimento e da transmissão de valores. A narração evoca um cortejo de bagagens que se desloca, conferindo à trajetória familiar um caráter cerimonial e hereditário, semelhante a um fio que une reminiscências e gestos simbólicos. Esse movimento, ancorado na tradição, configura um quadro de significações enraizadas nas camadas mais arcaicas da experiência: "Para este fim, [o avô] obrigava a mulher, filhos, genros, noras, netos a segui-lo até o sul de Minas. Uma caravana de gente do mesmo sangue, arrastando malas, pertences, o desejo de ser feliz." (Piñon, 2013, p. 59).

Esse deslocamento ultrapassa a ideia de transferência geográfica e assume contornos de um rito que solidifica vínculos e ressignifica vivências compartilhadas. A travessia se revela como um gesto de perpetuação dos laços e da coesão da linhagem, reforçando a necessidade de permanência e continuidade dentro do grupo. As mensagens, impregnadas de simbolismo, emergindo dos recantos ocultos da memória, revelam-se como presságios, moldando uma narrativa de caráter místico. Sua presença imprime à realidade familiar uma vibração singular, conferindo ao passado uma presença sempre atuante no presente. Piñon, ao lançar mão de uma escrita que dilata o tempo e reconfigura lembranças, reestabelece uma comunicação constante entre o vivido e o imaginado: o ato de recordar não se restringe ao resgate de experiências pregressas, mas as reinscreve num presente impregnado de significação. Dessa maneira, sua escrita assume uma feição memorialística e ritualística, na qual o passado se perpetua e se reencena como fundamento essencial da subjetividade.

No que tange à apreensão das particularidades da transmissão psíquica transgeracional e das patologias correlatas, Eiguer (1995) menciona a existência de um objeto transgeracional, oculto à consciência e sedimentado no inconsciente grupal. Estabelecido como representação e sustentado pelo investimento psíquico do indivíduo, esse objeto, seja um ancestral direto ou colateral, cuja menção é interditada pela política do segredo vigente, instaura identificações e convoca espectros capazes de subverter partes do aparelho psíquico segregadas por clivagens severas. Eiguer (1991) distingue três categorias de objetos transgeracionais que instauram lacunas na narrativa familiar. Entre eles, encontram-se os objetos benévolos, indulgentes, que funcionam como representações de afetos exigindo fidelidade à dinâmica edípica – o acesso ao Édipo submete-se ao objeto interno dos pais e à natureza do material inconsciente herdado. Há também os objetos idealizados, imponentes, que impõem compensações, engendrando sentimentos de dívida e culpa: o antepassado perdido, cujo luto permanece irresoluto, paralisa e compromete a estrutura identitária, levando a uma identificação narcísica. Por fim, os objetos-fantasmas instauram lacunas não-representáveis no psiquismo dos descendentes, associadas a atos condenáveis dos antecessores, convertidos em segredos vergonhosos. Esse tipo de objeto persiste como um elemento inquietante no psiquismo dos sucessores.

O indivíduo que recebe essa herança psíquica é instado a ocupar uma posição delineada pelos anseios dos representantes dessa transmissão. Dessa forma, o valor simbólico do descendente-herdeiro manifesta-se na possibilidade de alterar os vínculos na estrutura genealógica e na história familiar: com a prole, surge a perspectiva de restauração dos laços fraternais e a continuidade da transmissão psíquica nesse âmbito (Eiguer, 2001). Considerando a força do patrimônio psíquico herdado, os irmãos estabelecem pactos e acordos secretos, preservando uma cultura familiar paralela, impregnada de significados idiossincráticos, interconectados com o contexto sociocultural. René Kaës (1998) destaca, como desdobramento da transmissão psíquica, a divisão decorrente da alienação – compreendida como a intrusão de desejos, lutos e perdas alheios, que passam a exercer influência sobre o aparelho psíquico das gerações posteriores. Assim, o sujeito da herança psíquica é designado, representado e posicionado em conformidade com os ideais do grupo de pertencimento. Com base na teoria freudiana, Kaës sustenta que, num primeiro momento, a transmissão geracional se configura como um embate narcísico: o Eu resiste à integração na linhagem ancestral e na herança parental, alimentando a ilusão de autossuficiência e reivindicando uma posição de onipotência. O autor ressalta que essa ilusão se dissipa diante da realidade incorrigível de que a existência se dá por meio de um arranjo intersubjetivo, vinculando o sujeito aos desejos não realizados do grupo familiar.

Contudo, a herança psíquica não se restringe ao peso da ancestralidade, pois constitui uma matéria vital – nobre ou maldita – que impulsiona o processo de subjetivação. O sujeito só adquire existência ao inscrever-se na comunidade familiar e, em sentido ampliado, na sociedade. O grupo socializa e enriquece o indivíduo, fornecendo cuidados, suprindo carências impostas pela imaturidade, introduzindo o mundo externo e estruturando o mundo interno, ao mesmo tempo que impõe limites e orientações para a constituição subjetiva. O coletivo investe, envolve e atribui significados ao sujeito (Kaës, 2000). A transmissão psíquica configura-se, portanto, como um processo minucioso, originado das conexões entre aparelhos psíquicos e das transformações operadas nesses vínculos, caracterizando-se como um trabalho intersubjetivo. Contudo, distingue-se entre o que é transmitido e o que é assimilado e ressignificado, levando em conta o percurso histórico do sujeito e sua apropriação da herança. Kaës (2000) enfatiza que a transmissão geracional implica a precedência do sujeito por múltiplos outros, cabendo-lhe lidar com esse legado e convertê-lo em pensamento ou criação. Para além do caráter estruturante dessa transmissão, a genealogia imbrica tempos e espaços distintos, podendo suscitar repetições, gerar enfermidades psíquicas ou estimular processos criativos inovadores:

> O grupo que nos precede, em particular alguns de seus membros considerados pelo infans como seus representantes, nos sustenta e nos mantém numa matriz de investimentos e de cuidados, ele predispõe sinais de reconhecimento e de apelo, designa lugares, apresenta objetos, oferece meios de proteção e de ataque, traça vias de realização, indica limites, enuncia interditos (Kaës, 2001, p. 13).

O sujeito carrega a incumbência, por vezes onerosa, de reelaborar, estruturar e modificar suas heranças através de processos psíquicos complexos. Assim, a intensidade da coerção, no que tange à perpetuação ou descontinuidade, manifesta-se em conformidade com dinâmicas variadas e produz desdobramentos múltiplos, como sedimentações, encapsulamentos, externalizações ou recusas do não-recalcado. Nada que foi absorvido permanecerá integralmente inacessível para a descendência; a reminiscência afetiva, os correlatos pulsionais e as construções representacionais podem seguir trajetórias inconscientes, mantendo-se latentes, mesmo diante do recalque (Kaës, 2001). A veiculação psíquica intergeracional articula-se com a concepção de progresso, ressaltando a permanência e a transformação tanto do indivíduo quanto da coletividade. A transmissibilidade pressupõe um labor psíquico ancorado nas identificações inconscientes entre estruturas psíquicas e nas alterações que se processam nessas interações, configurando um campo intersubjetivo e transubjetivo. No contexto específico da transmissão traumática e sua relação com a compulsão à repetição, Kaës (2011)

propõe uma diferenciação essencial entre “transmissão-repetição” e “transmissão transicional”. A primeira diz respeito a experiências traumáticas nas quais o indivíduo não logra elaborar atividade fantasiosa no percurso de transmissão, ou seja, não consegue construir elaborações imaginárias sobre a gênese de sua vida psíquica e a cena originária. Já a transmissão transicional implica a capacidade de ressignificar elementos históricos por meio da transicionalidade na constituição do eu. Essa diferenciação é determinante para a análise das configurações parentais, cujos movimentos oscilam entre a compulsão repetitiva e a criação subjetiva, sendo que, nos quadros mais comprometidos, observa-se uma cristalização na repetição:

> Aquilo que se transmite são essencialmente configurações de objetos psíquicos, isto é, objetos munidos de seus vínculos com aqueles que precedem cada sujeito. Aquilo que se transmite e que constitui a pré-história do sujeito, não é apenas o que sustenta e garante, pelo positivo, as continuidades narcísicas e objetais, a manutenção dos vínculos intersubjetivos, as formas e os processos de conservação e complexidade da vida: ideais, mecanismos de defesa neuróticos, identificações, pensamentos de certezas (Kaës, 2005, p. 128).

O psicanalista ressalta um princípio fundamental ao examinar a estrutura familiar: a precedência incontornável de um sujeito em relação a outro, concebido como herdeiro direto de uma complexa rede intersubjetiva, determinante na conformação de seu psiquismo. Para Kaës, o inconsciente inscreve-se na lógica da herança, vinculando-se a um coletivo que desempenha um papel crucial nesse processo, desdobrando-se sob duas perspectivas complementares: a primeira concerne ao funcionamento da instância inconsciente, inerente à economia intrapsíquica; a segunda refere-se ao labor psíquico exigido do sujeito, ancorado em relações intersubjetivas expressas por estruturas institucionais, agrupamentos familiares e laços comunitários (Kaës, 2003). Ao discutir a primazia do grupo, sustenta que este antecede a existência individual, constituindo a matriz primordial dos investimentos afetivos e do amparo essencial à constituição subjetiva. O pertencimento ao grupo implica a incorporação de marcas de reconhecimento e filiação, bem como a assimilação de interditos que regulam as interações nesse contexto. O sujeito, no entanto, integra múltiplos espaços psíquicos intersubjetivos, cada qual com mecanismos específicos de transmissão e processamento psíquico. Ao analisar a dinâmica grupal, enfatiza a distinção entre objetos psíquicos passiveis de transformação e aqueles refratários a modificações. Com base em Wilfred Bion (1962/1988), Kaës (2003) argumenta que os primeiros se integram à narrativa psíquica familiar e são assimilados ao longo das gerações, enquanto os segundos preservam um caráter bruto, interferindo na capacidade de elaboração psíquica dos membros da família.

Para ilustrar as dinâmicas da transmissão psíquica, o psicanalista apresenta o caso de uma paciente denominada Céline, que recebera em segredo um anel da avó, com a imposição de ocultá-lo de sua mãe. Com o falecimento da avó, Céline vivenciou um intenso pavor diante da possibilidade de revelar o segredo, sendo dominada por um sentimento de culpa esmagador, tanto pelo vínculo clandestino com a avó quanto pela exclusão da mãe dessa aliança simbólica. No transcurso de sua análise, desvelou-se que sua mãe, ao longo da gestação, intentara interrompê-la, delegando posteriormente seus cuidados à avó. Nesse caso, o anel assumiu a condição de objeto transgeracional dotado de uma função desagregadora, distanciando Céline da filiação materna e ressignificando o estatuto de maternidade da própria genitora (Kaës, 2016). Nessa esteira, Kaës (2005) enfatiza a relevância das identificações e alianças inconscientes, salientando que identificar-se com o objeto do desejo e com a fantasia do outro constitui uma condição fundamental para estabelecer um lugar nos vínculos intergeracionais, dado que as identificações configuram a substância primordial dessas conexões. A aliança ou pacto inconsciente, imposto ou mutuamente constituído, possibilita a organização e a estabilidade do vínculo, preservando a continuidade dos investimentos afetivos, a sustentabilidade dos ideais e a permanência das estruturas narcísicas (Kaës, 2005).

Em sua obra *Os espaços psíquicos comuns e compartilhados: transmissão e negatividade* (2006), Kaës propõe que a transmissão da vida psíquica entre gerações se desdobra em duas grandes modalidades: as alianças inconscientes e as identificações. As primeiras se manifestam como construções psíquicas intersubjetivas estabelecidas no âmbito das relações vinculares, visando potencializar processos psíquicos específicos, funções psíquicas ou estruturas que se formam sob os efeitos do recalque, da recusa ou do desmentido. Essas alianças operam incessantemente na preservação de acordos instituídos pelo grupo, assegurando a manutenção dos laços fundamentais, a perpetuação dos investimentos psíquicos recíprocos, a continuidade dos ideais narcísicos e a reprodução dos dispositivos de realização do desejo (Kaës, 2017). Cumpre assinalar que a inteligibilidade do conceito de aliança inconsciente exige a compreensão de que a subjetividade não se forma em um campo isolado, mas em uma trama de vinculações. Ao longo da existência, o sujeito participa de processos de associação que dependem da consolidação de acordos inconscientes, impondo concessões mútuas entre o indivíduo e o grupo. Da mesma maneira que a imersão na cultura gera um conflito com a dinâmica pulsional do prazer, o ingresso e a permanência nos vínculos exigem a negociação de tensões entre o sujeito e a coletividade, que se veem compelidos a anular, suprimir ou converter certos conteúdos em função da estabilidade desse arranjo psíquico grupal. Tais alianças fundamentam-se na negatividade, que implica a supressão de elementos

incompatíveis com os mecanismos psíquicos primários e secundários que estruturam a coesão dos vínculos (Kaës, 2011).

No cerne do vasto domínio das interações transgeracionais, um fenômeno de complexidade singular manifesta-se sob o véu da inconsciência humana: a propensão à edificação e perpetuação de testamentos psíquicos, manifestações latentes do inconsciente cujas cláusulas, astuciosamente dissimuladas aos sentidos ordinários, arquitetam patrimônios insuspeitos e fardos inesperados para a descendência. A ligação entre os segmentos de uma linhagem delineia-se por um fio temporal invisível – dotado de uma natureza mítica – que articula gerações passadas e vindouras em um enredamento de vínculos psíquicos. Essas escrituras subjetivas adquirem forma nas minúcias do inconsciente coletivo familiar e concretizam-se por meio de um ritual de reencenação de destinos (Kaës, 2016). Na celebração inconsciente desses pactos, que ostentam a chancela ancestral, os sucessores, muitas vezes alheios às determinações que os precedem, encontram-se conduzidos a trilhar veredas já percorridas por seus predecessores. Como em uma coreografia intangível, a linhagem, ao longo do tempo, se movimenta em círculos reiterativos, reproduzindo tragédias que se desdobram incessantemente: "O caráter de eventualidade do grupo institucional é inconscientemente vivido como uma série de repetições e de consequências da gesta fundadora, em uma temporalidade mítica." (Nicolle; Kaës, 2011, p. 15). A transmissão desses enigmas psíquicos desenha o itinerário de muitos descendentes, impelidos por forças indômitas a retomar narrativas pretéritas, revivendo dramas e inquietações ancestrais. No cerne dessas disposições ocultas, a ressonância das obrigações herdadas impõe-se, e a legitimação inconsciente dos laços patológicos, dissimulada sob a roupagem da hereditariedade, perpetua itinerários inexoráveis. Uma força deletéria e sub-reptícia insinua-se nos interstícios das relações familiares, nutrindo-se da ignorância dos sucessores, que, alheios ao encadeamento invisível a que estão atados, reiteram um legado que os antecede e os consome, perpetuando o malfadado ciclo da repetição (Kaës, 2001).

No ilustre romance *A Doce Canção de Caetana* (1987), de Nélida Piñon, engendra-se a urdidura de uma estirpe em cuja sucessão se inscreve o peso de um destino talhado pela arte e pela memória. A narrativa traça a continuidade dessa linhagem, firmemente assentada sobre os alicerces inaugurados pelo patriarca Eusébio, figura cuja presença se cristaliza na argamassa simbólica que cimenta o itinerário de seus sucessores. Sua descendência, modelada sob a égide desse vulto primacial, insere-se em um movimento de perpetuação inexcedível, no qual os herdeiros orbitam em torno da herança fundadora sem jamais dela se desvencilharem. Joaquim, portador da tocha legatária, vincula-se à altaneira Magnólia, personagem de matiz vigoroso,

cuja existência se articula como elo essencial na composição desse painel genealógico. O desdobramento desse percurso desemboca em Polidoro, aquele que, na condição de último depositário desse acervo hereditário, firma sua união com Dodô, ampliando o horizonte dessa descendência cujos membros são arrastados por um fluxo de reminiscências e obrigações que moldam suas trajetórias.

As engrenagens desse destino se enraízam em signos de força perene, corporificados na figura do patriarca inaugural, cuja evocação extrapola a lembrança e se projeta em emblemas que impregnam o cenário doméstico com sua aura imorredoura. Entre esses símbolos, a mangueira do jardim ergue-se com sua copa soberana e suas raízes firmemente cravadas no solo familiar, convertendo-se em metáfora da solidez dessa linhagem e da inexaurível força que a impele à continuidade. Suas ramagens, ampliando-se sob o firmamento, exprimem a persistência de um legado que se perpetua com a mesma inevitabilidade com que a seiva nutre os troncos que a sustentam. Polidoro, herdeiro derradeiro, percebe no primevo remoto uma força que o precede e o define, uma estampa indelével a inscrever-se no cerne de sua identidade. O romance urde, assim, um panorama no qual tradição e predestinação se imbricam, traçando um itinerário sobre o qual a vontade dos descendentes pouco pode incidir. O passado, consolidado como um sortilégio inexaurível, derrama-se sobre aqueles que lhe sucedem, traçando o contorno de um futuro que, a despeito de qualquer anseio de ruptura, já se esboça nos moldes daquilo que o antecedeu:

> Olhou à direita, em direção à mangueira plantada pelo avô Eusébio. Um tronco que ameaçava resistir, sepultar a ele e os netos. Aquele avô, de olhos negros e intempestivos, que, um pouco antes de morrer, proclamara que, enquanto existisse Trindade, de onde se viam as montanhas tocando o céu, ele seria eterno (Piñon, 1987, p. 09).

No desenrolar dos acontecimentos narrados, Polidoro, o derradeiro elo da cadeia genealógica, descendente que se origina de Eusébio, avô venerável, e Joaquim, patriarca implacável, assevera, com a força de uma constatação incontestável, que o predecessor, qual um augúrio fatídico, perpetua-se como uma presença espectral, emudecida, fixada nos mesmos domínios em que a mangueira centenária lança suas raízes: “Para isso espalhara os sinais inconfundíveis de sua passagem. Antes de liquidarem com sua lembrança, havia que demolir Trindade por inteiro.” (Piñon, 1987, p. 11). A urdidura dessa narrativa desvela-se no testemunho do herdeiro, que arremessa ao fluxo do tempo vestígios enigmáticos, repletos de um simbolismo oculto, aptos a insinuar mensagens codificadas à linhagem consanguínea. Sob o peso desse legado, Polidoro, imerso em uma introspecção que ressoa nas sombras da memória, evoca

questionamentos sobre a maldição latente, incrustada no cerne do patrimônio genético herdado. O neto, vergado sob a herança de seus predecessores, convoca, quase como em um ritual silencioso, a assembleia imaginária dos ancestrais, filhos do mesmo tronco maculado, cuja sina irrevogável, impelida por uma compulsão cíclica, anuncia a derrocada iminente que paira como um presságio sobre os estertores da existência: Ao recordar o avô Eusébio, de quem se suspeitava haver trazido distante sangue negro à estirpe, Polidoro experimenta um inesperado alívio ao perceber que todos os Alves, salvo seu pai, haviam perecido nos anos recentes (Piñon, 1987, p. 11).

Neste jogo genealógico, onde cada emblema carrega um significado encantatório, Polidoro figura como o mensageiro derradeiro de uma linhagem condenada à extinção, desvendando os signos crípticos de seus antepassados, enquanto os espectros do passado elevam-se como presságios murmurantes, advertindo os descendentes que, sem suspeitarem, incorporam em sua essência o fado funesto de seus predecessores. Único sobrevivente daquela estirpe maldita, Polidoro, em sua posição irrevogável, testemunha a irrupção violenta de reminiscências que, como sombras obstinadas, invadem seu espírito no repouso noturno, impelindo-o a percorrer os trajetos já trilhados pelos que vieram antes, tomando para si a incumbência do arauto dos desígnios familiares: “Daqueles parentes guardava lembranças incômodas. Alguns invadiam seu sono, cobrando o retorno a uma realidade da qual a morte os expulsara, só para nomeá-lo porta-voz de seus inconformados desejos.” (Piñon, 1987, p. 11).

A experiência onírica do herdeiro converte-se, assim, em um labirinto onde as recordações ancestrais manifestam-se como entidades pulsantes, irrompendo no campo da consciência e compelindo-o a revisitar as sendas de seus precursores. O sono, assediado por essas rememorações, transforma-se em território fértil para essas interpelações, no qual a figura central é instada a assumir a responsabilidade de perpetuar os desígnios familiares. Polidoro transita entre tempos, sustentando o peso de sua própria trajetória e, com intensidade inquestionável, a carga hereditária que se desdobra em um panorama de reminiscências, onde cada traço se une à complexa composição da história familiar: “Joaquim era o último que sobrara daquela grei. [...]. Enquanto vivesse, faria chegar a Polidoro, filho primogênito e autoritário, o teor de tal mensagem. A vitalidade quase abusiva do pai surpreendia Polidoro [...]” (Piñon, 1987, p. 11). A convocação ao sono revela-se, então, como um chamado enigmático, uma invocação dos antigos que conduz Polidoro por um percurso narrativo no qual figuras espectrais insinuam-se como forças intempestivas, alterando para sempre a trajetória de sua existência: “Ainda hoje temia-lhe a manifestação do espírito intolerante. No auge da fúria, Joaquim escondia as mãos trêmulas entre as axilas, no afã de exorcizar os maus espíritos. [...].

Joaquim admitia que, de fato, impusera-lhes a cada dia sua sombra nefasta." (Piñon, 1987, p. 11-12).

Essas entidades, sombrias e implacáveis, firmam pactos inauditos por meio de laços secretos, tecendo narrativas subterrâneas que moldam a genealogia da família. Suas manifestações, impregnadas de uma crueldade inclemente, surgem como presságios inelutáveis, envolvendo-se na trama de eventos domésticos e convertendo-se em arquitetas de um destino irrevogável. Essas figuras espectrais estabelecem uma aliança enigmática com os desdobramentos do presente e do porvir, pairando como sombras que vigiam o destino dos herdeiros, sussurrando-lhes narrativas que os arrastam ao ciclo incessante da fatalidade: "[...] a voluptuosa vantagem de ser o único que sobrara daqueles nomes monotonamente repetidos a cada conta vencida do terço. [...]. Até depois de morto, Bandeirante teima em surripiar minha própria história, só para eu contar a sua, rasteira e pobre." (Piñon, 1987, p. 12). Essas aparições convertem-se em vetores que influenciam os desígnios da estirpe. Polidoro, subjugado por essas injunções hereditárias, é assaltado por impulsos parricidas, ansiando pela derrocada de Joaquim, cujo domínio nefasto obscurece sua própria trajetória. A fatalidade do destino o enreda nos mesmos grilhões que aprisionaram seus predecessores, reiterando a sina imposta pelo progenitor: "Igual ao pai, deixava tombar farelos na camisa, esquecido de limpar-se. Ao notar-se, porém, submisso aos desígnios paternos, sacudiu a camisa." (Piñon, 1987, p. 14).

As malhas opressoras do testamento familiar expandem-se em ramificações sinuosas, restringindo a autodeterminação e o desígnio individual de Polidoro, que, subjugado pela herança maldita, sucumbe, qual vítima sacrificada, aos ditames que esculpem sua senda. Apesar dos ímpetos de insurgência contra o fado que se impõe sobre sua estirpe, o neto, qual peça resignada em um tabuleiro de forças ocultas, vê-se destinado a reiterar os mesmos padrões de angústia e coerção perpetuados ao longo das gerações: "– Carregamos a miséria nas costas. Nossa fortuna consiste em baús de areia. Se vendermos tudo que aí está, não dará para pegar um prato de comida. [...]. Vespasiano parecia sorrir-lhe. Até mesmo dentro do caixão [...]" (Piñon, 1987, p. 104). Os delírios parricidas que assombram sua alma, perpassados por um ímpeto demolidor, reajustam-se numa convulsão interior, um levante que intenta romper os grilhões que o vinculam à figura paterna: "Convinha apagar as marcas que o pai imprimira em seu coração com o propósito de residir nele para sempre. Para romper o sortilégio, bateu palmas, chamando a empregada." (Piñon, 1987, p. 15). Entretanto, essa convulsão, ironicamente, resulta na repetição infindável da mesma tragédia inscrita no compêndio genealógico, erigindo-se como um paradoxo que oblitera qualquer veleidade de emancipação. O anseio de Polidoro, saturado de antagonismos, configura-se como uma composição dramática na qual o desejo de

liberdade o arrasta a um redemoinho que inscreve, com impiedosa precisão, o fado incrustado nas raízes ancestrais: “Acompanhava de perto, na condição de espectador, o drama da família que expunha, em meio a gestos desmedidos, risos, choros e suspiros, sua vida descarnada para um público pagante como ele. – Quer dizer que Caetana leva o teatro no sangue? É mal de família?” (Piñon, 1987, p. 151). Subjugado aos desígnios ocultos e personagem dessa representação trágica, cujo enredo foi tramado por arquitetos pretéritos, Polidoro vê-se incapaz de escapar incólume dos infortúnios que alicerçam sua sina. A engrenagem dessas afinidades, urdidas nas fronteiras do inconsciente e solidificadas nos alicerces do pretérito, impõe-lhe um fluxo incessante de influências ineludíveis, assemelhando-se a um fantoche cujas linhas, entretecidas por mãos alheias, orientam seus passos no tablado da existência.

À luz das ponderações de Kaës (2005) acerca das alianças inconscientes, delineiam-se duas vertentes de relevo: o contrato narcísico e os pactos denegativos. O primeiro estabelece um compromisso inconsciente em que os pais depositam um investimento narcísico na prole, nutrindo a expectativa de perpetuar o legado familiar e consolidar uma posição considerada exemplar dentro da estrutura de parentesco herdada. Nesse cenário, a criança é moldada como objeto do desejo e projeção da fantasia inconsciente do outro, configurando-se como etapa essencial para sua inserção no vínculo geracional; tais articulações constituem a base primária da constituição desse vínculo, manifestando-se sob diversas configurações (Kaës, 2005). No decorrer da existência, esse contrato pode se modificar, pois, ao integrar-se em coletividades e instituições, o indivíduo precisa conformar-se a um conjunto de valores, crenças e ideais que estruturam a identidade do grupo. Nesse estágio, defronta-se com a necessidade de edificar modelos de representação social, ancorando-se nas transmissões narcísicas oriundas da família primacial: essas representações delineiam funções e projeções imaginárias do grupo ideal dentro da coletividade, influenciando a concepção de modelos ideais de objeto-grupo no psiquismo e organizando os laços psicossociais. O indivíduo, para se afirmar na coletividade, deve assimilar esses constructos simbólicos, absorvendo os conteúdos herdados ou ajustando-se a um ideal coletivo. Dessa forma, o grupo adquire uma imagem social identificadora, semelhantemente ao corpo, que, para constituir-se, necessita de uma dimensão especular. A relação com essa imagem herdada narcísicamente configura-se como elemento estruturante ou desorientador do grupo (Kaës, 2017).

Por outro lado, os *pactos denegativos* constituem uma *aliança defensiva*, abrangendo uma variedade de mecanismos de defesa empregados em resposta às ameaças de desestruturação do vínculo grupal entre seus membros. Podem ser homogêneos, quando os sujeitos recorrem aos mesmos mecanismos de defesa para se afastarem da consciência e do

vínculo, ou heterogêneos, quando os membros de um grupo utilizam diferentes mecanismos de defesa psíquica com o propósito de repelir tais ameaças. Os efeitos desses pactos denegativos refletem-se em sintomas, repetições, transferências e contratransferências compartilhados pela coletividade: "[...] pelas características de sua conflitividade e das configurações fantasmáticas a elas ligadas, vão, assim, ao mesmo tempo, exteriorizar sua tópica interna e desvelar entrelaçamentos inconscientes em relação com os pactos denegativos." (Nicolle; Kaës, 2011, p. 15). O pacto denegativo, apoiado na dimensão do negativo que emergiu e se consolidou, contribui para que o não-dito possa ressurgir como sombra. De maneira geral, as alianças inconscientes operam com função e estrutura destinadas a permanecer no âmbito do inconsciente e a fomentar a inconsciência. Quanto às funções do (co)recalcamento e, mais amplamente, das defesas constitutivas do inconsciente, a hipótese sugere que, em todo vínculo intersubjetivo, o inconsciente inscreve-se e se manifesta de múltiplas formas e em diversas línguas, tanto no indivíduo quanto no próprio vínculo. O autor pressupõe um pacto de desconhecimento ou resistência que se estabelece entre as gerações, impedindo-as de elaborar o luto. A partir de suas pesquisas sobre os laços intersubjetivos em grupos de terapia e formação, Kaës (2001) elabora um modelo abrangente desse pacto de resistência, no qual introduz o conceito de *pacto denegativo*, que consiste naquilo que é imposto a todo vínculo intersubjetivo a fim de oferecer, a cada sujeito, a ligação com os destinos do recalque ou da negação, da recusa, da rejeição ou do enquistamento no espaço interno de um sujeito ou de diversos sujeitos. Os objetivos estabelecidos por esse acordo inconsciente, a custo de implicações psíquicas, incluem a organização do vínculo e sua complementaridade de interesse, além da manutenção da continuidade dos investimentos e dos benefícios relacionados aos Ideais, ao contrato ou ao pacto narcísico (Kaës, 2001).

Essa dinâmica das alianças inconscientes, observada na constituição dos vínculos sociais e na absorção de ideais grupais, manifesta-se de forma contundente no campo da literatura, pois os enredos ficcionais, ao se debruçarem sobre os dramas humanos, frequentemente desvelam o modo como os sujeitos são capturados por redes simbólicas que os antecedem e os moldam. Nas narrativas, os personagens, enredados por desejos interditados, obrigações silenciosas e expectativas tácitas, vivenciam conflitos internos e externos que revelam as forças estruturantes que regulam a transmissão psíquica entre gerações. A literatura, ao lançar luz sobre esses mecanismos, não apenas reflete a complexidade dos laços familiares e sociais, mas também explicita a potência das alianças inconscientes na determinação dos destinos individuais. Na novela *A casa da paixão* (2012), de Nélida Piñon, configura-se um pacto negativo de interditos e desejos inomináveis, malhada em estruturas de dominação e

volição. A narrativa circunscreve-se a quatro figuras cuja existência se engrena em afetos paradoxais e vínculos coercitivos: Marta, cuja infância fora ferida pelo desdém paterno, perceptível desde o nascimento como um sinal de repúdio; Antônia, a ama, detentora dos infortúnios da órfã e guardiã de sua sorte; e o pai, presença sombria permeada por uma obsessão silenciosa, revelada em gestos sub-reptícios e atos despóticos, instaurando um ambiente de vigilância ininterrupta e inquietude. A tessitura do romance se dá em um espaço moldado por um imaginário denso e asfixiante, onde os elementos físicos ressoam com as tensões narrativas. A casa paterna, território da infância de Marta, apresenta-se como um labirinto simbólico, marcado pelos resquícios de um passado que se impõe como a permanência inquebrantável de um jugo severo. Sua arquitetura exprime a própria condição da protagonista: um recinto de enclausuramento, envolto em interditos e sombras, convertendo o espaço doméstico em arena de embates e imposições.

A chegada de Marta ao mundo, anunciada por Antônia ao patriarca, repercute como um insulto, desencadeando uma cisão irreversível. A rejeição paterna ultrapassa o âmbito pessoal, instaurando um paradigma de valores arcaicos que concedem à linhagem masculina uma supremacia incontestável, relegando a prole feminina a uma posição de insignificância. Esse arcabouço de concepções enrijecidas recai sobre a mãe da menina, que, ainda convalescente do parto, submete-se à vontade do esposo, mesmo diante do esvaecer da própria existência, perpetuando a concepção do feminino como subserviência irrevogável. Marta, ao longo da trama, esculpe uma identidade que se opõe aos ditames do meio. Seu apego à natureza extrapola o refúgio, convertendo-se em afirmação de resistência, tentativa de expandir os contornos de sua vivência para além das amarras patriarcais. O sol, elemento reiterado no universo simbólico da personagem, figura como signo de liberdade e renovação, veículo de depuração dos traumas fundadores de sua existência. A relação com a vastidão do mundo exterior, dissociada dos grilhões do lar paterno, proporciona-lhe uma percepção singular de si mesma e de sua autonomia. Cada incursão pelos campos, cada pegada cravada no solo agreste, cada raio solar absorvido pela epiderme representa um movimento de reinvenção, um afastamento das sombras que a precedem e a inscrição de um destino próprio. A natureza adquire papel constitutivo da subjetividade da protagonista, campo de experimentação de outras possibilidades de existência. *A casa da paixão* ergue-se enquanto narrativa de intensidade visceral, no qual os afetos encontram-se submetidos a interditos e o desejo colide com estruturas cristalizadas de poder. A escrita de Piñon expõe os meandros dessas relações, revelando a brutalidade da ordem patriarcal e conferindo à trajetória errante de Marta um sentido de insubmissão, pois sua existência opera sob o signo do deslocamento, da resistência e da reconfiguração de si mesma. A obra instaura

um embate entre tradição e ruptura, firmando-se como uma reflexão contundente sobre os alicerces que definem o feminino e suas possibilidades de afirmação no mundo:

> Passava os anos em busca da filha. Nenhuma distração substituiu aquela. Pressentia no crescimento selvagem uma seiva de que devia se alimentar, para não perecer. A filha consentiu que ele a perseguisse, até não mais suportar a teimosia mal distribuída [...]. Pecado queria, mas atrás vinha o pai, cobrando taxas, um olhar profanando montanhas, suas pernas então os mais vinhedos. Queria-o porque desde pequena ele se postara em sua porta (Piñon, 2012, p. 29).

A prosa de Nélida Piñon revela um abismo transgeracional, no qual legados afetivos e traumáticos se inscrevem na subjetividade dos indivíduos, orientando suas pulsões, desejos e interditos. A estrutura familiar apresenta-se como um mecanismo de perpetuação de destinos, onde as figuras parentais exercem influência indissociável sobre os descendentes, instaurando vínculos que ultrapassam a transmissão biológica e se impõem como heranças psíquicas. A escrita pinoniana constrói um tempo assombrado, no qual o passado se projeta sobre o presente e os mortos permanecem atuantes na psique dos vivos. A casa, metáfora do inconsciente transgeracional, apresenta-se como um território imerso na penumbra, onde a ausência de luz intensifica a opressão dos legados herdados. A atmosfera do romance delineia uma trama de aprisionamento subjetivo, em que Marta se mantém atada à figura paterna não por laços de afeto, mas pela sombra da imposição e pela força inexaurível de um destino que se reafirma sem cessar. As relações transgeracionais manifestam-se na tensão entre desejo e interdito. O pai, ao exercer vigilância constante, institui um regime de desejo regulado pela proibição, gerando um campo de forças marcado pela ambiguidade e pela dilaceração interna. Esse conflito ultrapassa a esfera individual, estruturando uma ordem familiar rígida, na qual os papéis se reiteram de maneira implacável e submetem os sujeitos à lógica da repetição compulsiva. A concepção de família apresentada pela narrativa distancia-se de qualquer idealização e assume contornos de condenação ancestral. O peso de um fardo irremovível atravessa as gerações, impondo aos descendentes marcas que não se apagam com o tempo.

A ausência de um nome próprio para o patriarca reforça sua dimensão arquetípica, pois sua presença se manifesta como um princípio de domínio, interdito e desejo, sustentando um ciclo no qual a culpa e a submissão estruturam a própria experiência do existir. O drama de Marta exprime essa transmissão inexorável: o desejo incestuoso do pai adquire contornos de maldição hereditária, consolidando um ciclo de opressão que impede desvios ou rupturas. A

presença paterna, identificada apenas por seu domínio absoluto, imprime-se na existência da filha como força insuperável, conduzindo-a à repetição do trauma e à impossibilidade de traçar caminhos próprios. Sua vigilância constante estabelece um cerco simbólico, onde a linhagem se prolonga por meio de um entrecruzamento psíquico e simbólico, determinando que interditos e desejos se reiterem através das gerações. Perambulando, Marta, pelos campos, e abraçando a topografia terrena com devaneios sensoriais, desvela-se como uma criatura em simbiose com a natureza circundante, conhecendo as plagas das propriedades paternas. No entanto, à medida que a maturidade se insinua, sua sexualidade ascende como uma força latente, impregnando sua jornada existencial com uma paixão descomedida, que se enredilha com as raízes das árvores e as folhas dos bosques que a acolheram: "Por cada senda pensava: ele vem atrás tenho certeza. E galopava por uma alvorada estranha. Nem a morte do pai talvez a liberasse da perseguição, sua pele dura, de metal ou couro [...]. O pai atrás dos arbustos, assumindo, afinal, a perseguição." (Piñon, 2012, p. 34). O desejo, fervilhando incessantemente em sua derme, pululando, subverte as expectativas sociais que delineiam a mulher em seu contexto, deflagrando um embate entre os preceitos míticos e ancestrais do patriarca e a rebeldia indomável da filha, cujo corpo torna-se um campo de batalha para as tensões subjacentes: "De que modo os filhos procedem diferente dos pais? E sondando o pai naquele sorriso perdido, descobriu aquela filha copiando o que o pai escondia como um escravo acorrentado ao seu navio negreiro. [...] Marta era do mesmo reino do pai." (Piñon, 2012, p. 11).

A dinâmica familiar se configura como um teatro onde Édipo dirige uma trama arregimentada por vínculos interditos. O pai, sem nome na narrativa, atormentado por impulsos inexprimíveis em relação à filha, torna-se uma presença espectral, condenado a uma existência de assombração. Sua figura se impõe como uma tutela sufocante, extrapolando os limites do tangível: "A casa naufragava na penumbra. Não se escolhia a luz como solução. [...]. Marta insinuou-lhe, preciso desvendar o mundo, sem para isto abandonar a casa. [...]. E sempre que Marta deixava a casa, ele ia atrás." (Piñon, 2012, p. 31). No entrecho sombrio desse pacto tácito, pai e filha desenham uma relação marcada por interdições e desejos velados. Ele, sem ser nomeado como tal, revela-se um contemplador silencioso da beleza estonteante de Marta, seguindo seus passos por entre a vegetação densa, escondendo-se entre os galhos, camuflado como um olhar que tudo vigia: "[...] até o pai compreender com os anos que antes da filha criar novos caminhos, devia ele inventar outros que fatalmente ela percorria, sendo ela filha de sua carne. Dedicava longos prazos do dia a percorrer atalhos, desvendar árvores, a nada ignorar." (Piñon, 2012, p. 10). Impulsionado pelo temor de que Marta se perdesse em devaneios alheios à esfera doméstica, decide, em um ato de férrea determinação, destiná-la ao casamento,

submetendo-a ao vínculo conjugal preestabelecido pelo sangue. Esse patriarca, omitido de qualquer identidade nominal, oscila entre a figura de guardião e a de perseguidor, travando um duelo velado com a filha: "[...] ela em oferta, sobre altares que o pai não construía, mas respeitava, do mesmo modo que árvores, pedras, o que acompanha a criação do homem, seu tempo então por que existia, indagava ferido pela imperfeição da busca malograda." (Piñon, 2012, p. 10). O desejo latente se vê refreado por amarras culturais e preceitos inquebrantáveis, obrigando-o a preservar a dignidade de Marta e confiná-la ao espaço que lhe fora reservado: "O pai a fixava, como se a desejasse. Confundia-se aquele olhar perplexo com qualquer coisa profana. [...] [Marta] como se já não fosse suserana do seu desejo, sua missão era de escrava, tudo fazia em pura obediência." (Piñon, 2012, p. 15). Escondido na vegetação densa, o patriarca persegue a filha com discrição obsessiva, mantendo-se como um observador silencioso que testemunha, à distância, cada um de seus movimentos:

> [...] ele então a seguia, para protegê-la, ou obedecer à tradição estabelecida entre eles, um ser a sombra do outro, quando os grandes feitos abatessem aquela casa. Marta reconhecia-o sua sombra e construiu aquela silhueta como quem levante uma casa, projeção de sua vontade, iam crescendo portas, paredes, telhados mil, disfarçados em outros telhados, enigmas soltos, todos abrigando intimidades (Piñon, 2012, p. 10).

Os domínios domésticos convertem-se em arena de embates incessantes, onde a autoridade paterna encarna um tradicionalismo inflexível, enquanto a descendência, dotada de audácia e determinação indômita, contesta tais princípios, fomentando um embate que se perpetua. No âmago desse confronto inflexível, a casa assume o papel de um palco de dissensões constantes, em que forças opostas disputam a primazia na trama da convivência: "Pequena, o pai não a quis assim. Buscou modificá-la, ainda que rumos não tivesse para aquela vigília incessante, olhos negros e abertos, tantas vezes a surpreendera em andanças pelos corredores, pulando janelas, perdendo-se nos jardins [...]" (Piñon, 2012, p. 9). O desejo paterno, imbuído de matizes edípicos, impele o genitor a uma vigilância extenuante, oculto entre as folhagens cerradas, perscrutando, com olhar inquisitivo, os gestos da jovem que, na floresta, consuma seus rituais transgressores. O patriarca, investido de uma autoridade incontestável, traça percursos com rigor calculado, erigindo-se como enigma e inscrevendo sua presença em um esquema de controle e delimitação: "Marta há de prosseguir por aqui, ou: Marta há de converter-se a este pequeno deus perseguido pela natureza e que lhe competirá descobrir numa destas noites. Sua técnica crescendo de tal modo que ao perder Marta de vista, não se tornava difícil reencontrá-la." (Piñon, 2012, p. 10). À jovem, herdeira involuntária de preceitos

enraizados no tempo, impõe-se um labirinto de trajetórias rigorosamente traçadas pelo arbítrio paterno, como se cada deslocamento obedecesse a uma gramática silenciosa que rege os destinos familiares. Esse panorama revela um paradoxo, um jogo de forças entre domínio e insubordinação, em que se instauram dinâmicas de vigilância e resistência. Nessa cena de tensões, a jovem, em sua travessia iniciática, descobre o próprio corpo e a insurgência latente contra o peso das imposições: "O pai cerrava as mãos em torno ao livro da missa. Marta era a tortura da sua consciência. [...]. Temia o pai o destino familiar, ainda que Marta lhe confessasse, após perdê-la por tanto tempo, logo o reencontro tão penoso que mal a reconheceu." (Piñon, 2012, p. 17). Para Kaës (2005), os laços que vinculam os indivíduos estruturam-se por elementos que fundamentam um interesse recíproco e por uma economia psíquica que condiciona as relações e define seus contornos. O vínculo entre pai e filha manifesta-se, assim, em uma dualidade: a ordenação dos laços e a esfera defensiva que rege tais interações:

> [...] as rupturas, as falhas, os hiatos não pensados e impensáveis, o nivelamento dos objetos de pensamento, os efeitos da pulsão de morte. São essas configurações de objetos e de seus vínculos intersubjetivos que são transportados, projetados, depositados, difratados nos outros, em mais de um outro: formam a matéria e o processo da transmissão. [...]. Um aspecto notável dessas configurações de objeto de transmissão é que elas são marcadas pelo negativo. Aquilo que se transmite é o que não pode ser contido, retido, aquilo que não é lembrado, o que não encontra inscrição na psique dos pais e vem depositar-se ou enquistar-se na psique de uma criança: a falta, a doença, o crime, os objetos desaparecidos sem traço nem memória, para os quais um trabalho de luto não pode ser realizado (Kaës, 2005, p. 128).

Conforme expõe Kaës (2005), o que se transmite são configurações de objetos psíquicos, ou seja, conteúdos que se manifestam de maneira dual, portando vestígios de vínculos originários provenientes dos materiais psíquicos das gerações precedentes. Essa estrutura pode assumir caráter favorável ou deletério: as heranças de natureza organizadora do psiquismo garantem a continuidade narcísica e objetal, a manutenção dos vínculos intersubjetivos, os mecanismos neuróticos de defesa, as identificações e a construção de certeza. Esses conteúdos fornecem os alicerces para que o sujeito encontre sua inscrição na cultura e na linguagem, estabeleça relações, enfrente o desamparo e afirme sua existência como portador de desejo. Assim, a transmissão intergeracional se relaciona à capacidade de conferir significado ao material recebido, viabilizando investimentos recíprocos, partilha de ideais, crenças e pactos narcísicos que delimitam formas legítimas de realização das pulsões. Já as heranças de carga negativa, inseridas na transmissão transgeracional, referem-se a elementos que denunciam a

persistência de um estado originário, espécie de matéria inassimilável da vida psíquica, inapreensível para a memória e desprovida de inscrição na psique parental. Trata-se, nos termos de Kaës (1998), daquilo que escapa à retenção, ao registro e à evocação: a carência, a enfermidade, a vergonha, a repressão, os objetos perdidos e os lutos inacabados. Os patrimônios constitutivos, impregnados de uma aura quase sacralizada, testemunham a ancestralidade, perpetuando valores, tradições e essências que conferem autenticidade à trajetória individual. No entanto, no mesmo tecido da existência, manifestam-se os legados malditos, forças deletérias que turvam os afetos e comprometem os vínculos consanguíneos. Essas heranças espúrias, verdadeiros abscessos psíquicos, costumam provir de contextos de dor, marcados pelo estigma da desgraça ancestral. São vestígios carregados de nocividade, infiltrando-se nas fissuras da linhagem, desestruturando os alicerces afetivos e minando, de maneira insidiosa, a já frágil resistência dos laços humanos. Esse lastro de sofrimento, eternizado nos fundamentos da ficção e do inconsciente coletivo, atesta que a memória, seja salvífica seja funesta, aciona sempre como o substrato mais essencial da identidade humana.

CAPÍTULO 3

3.1 ESTÉTICA LITERÁRIA DE NÉLIDA PIÑON

> Veni, vidi, vici, proclamou-o assim Júlio César no tempo da sua glória e depois foi o que se viu, às mãos do seu próprio filho veio a morrer, sem mais desculpa este que ser apenas adoptivo. Vem de longe e promete não ter fim a guerra entre pais e filhos, a herança das culpas, a rejeição do sangue, o sacrifício da inocência. Quando já estavam entrando a porta da cidade, Maria não pôde reter um grito de dor, mas este lancinante, como se uma lança a tivesse traspassado.
> (José Saramago)

Descendente consanguínea de Lino Piñon Muiños, negociante, e Olívia Cuiñas Piñon, de linhagem proveniente da Galiza, que estabeleceu morada nas plagas brasileiras desde os albores da década de 1920, Nélida Cuinas Piñon, nasce em 1937, no Rio de Janeiro. Nélida Piñon, oriunda do magnífico cenário carioca, sob a égide de uma linhagem de ascendência galega, desde os albores de sua existência, erigiu a nobre vocação literária como sua senda. Na sua tenra infância, demonstrou uma tendência irresistível para a literatura, concebendo pequenas narrativas que, com engenho e astúcia, comercializava com destemor junto a seu progenitor e seus entes familiares. Nos anos primordiais, seus genitores, impelidos pela inculcação filial, propiciaram-lhe a exploração do universo literário, ofertando-lhe opúsculos, imergindo, por conseguinte, nas obras de Dostoiévski, Shakespeare e Machado de Assis. A decenária incursão na Galiza, onde verteu um biênio de sua existência, consubstanciou-se como uma experiência imperativa para a futura vates, que, em sua produção, desvelará, mormente, o afeto por duas pátrias: a Galiza e o Brasil. Nos volumes de sua prosa memorialista e autobiográfica, como *Coração andarilho* (2013), Nélida Piñon, de forma assumida, autointitula-se uma herdeira de dual cultura: desse modo, urde sua arte literária coalescendo a cultura pátria e a ibérica, e diversas outras das quais se autodenomina legatária por influência cultural e literária. De modo especial, a autora nutre estima e adulação pela terra de seus antecessores, inscrevendo, assim, vestígios da civilização ibérica ao longo de sua produção literária. Sua singularidade dimana, em parte, dessa ascendência mista, galego/hispânica-brasileira, à qual não declina: ao invés disso, Nélida Piñon enxerga, nela, uma matéria intrigante para moldar sua identidade e legado cultural. Não à toa, de acordo com Pardo (2000), a formação cultural de Nélida Piñon e suas constantes viagens proporcionaram-lhe um capital cultural e simbólico, além de recursos significativos para solidificar-se como escritora, permitindo-lhe também tornar-se uma das disseminadoras, no Brasil, dessa literatura vizinha

produzida em espanhol, que fascinava os leitores europeus e norte-americanos, enquanto, simultaneamente, propagava no exterior a literatura brasileira.

Doravante, os auspícios da instrução superior, laureou-se no curso de Jornalismo, outorgado pela Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, a partir da qual exerceu a função de editora adjunta na revista Cadernos Brasileiros (1966), bem como integrou o Colegiado Consultivo da revista Tempo Brasileiro (1976-1993), da revista Impressões (1997), dos Cadernos Pedagógicos e Culturais (1993). Outrossim, participou do Colegiado Editorial da revista Imagem Latino-Americana (Caracas, 1993), da *Encyclopedia of Latin American Literature* (Inglaterra, 1994), e da *Review: Latin American Literature and Arts* (Nova York, desde junho de 1995). Dentre os galardoações, destaca-se o significante Prêmio Internacional de Literatura Juan Rulfo (1995), o zênite na Latino-América e no Caribe, deferido pela primeira vez a uma mulher. Outrossim, pelo compêndio de sua obra, foi premiada, também, com o Prêmio Príncipe de Astúrias – Letras (2005), quando atingiu as etapas derradeiras da avaliação concorrencial com insignes escritores, quais sejam Paul Auster, Philip Roth e Amos Oz, erguendo-se, simultaneamente, como a pioneira escritora de língua portuguesa a conquistar tal distinção. Em 2005, seu opúsculo *Vozes do deserto* alardeou-se com o laurel Jabuti na seara do romance e como obra mais eminente do ano na categoria geral. Sua obra, vertida para países como Alemanha, Itália, Espanha, União Soviética, Estados Unidos, Cuba e Nicarágua, irradia pelos cenáculos literários internacionais, ao passo que seus contos figuram em miríades de revistas e integram antologias tanto nacionais quanto estrangeiras. A literata foi laureada com diversos outros prêmios literários, tais como: Prêmio Walmap, pelo romance *Fundador* (1970); Prêmio Mário de Andrade, pela novela *A casa da paixão* (1973); Prêmio da Associação Paulista de Críticos de Arte e Prêmio Ficção Pen Clube pela obra *A República dos sonhos* (1985); Prêmio José Geraldo Vieira, da União Brasileira de Escritores de São Paulo, pelo romance *A doce canção de Caetana* (1987). Ademais, também foram conferidos os prêmios Golfinho de Ouro (1990) e Bienal Nestlé (1991), referentes ao conjunto de sua obra.

No decurso da dissertação acerca de sua produção, o aclamado autor mexicano Carlos Fuentes externalizava que a magia urdida por Nélida Piñon consistia na coalescência da imaginação e compaixão, propiciando a seus arquétipos e leitores uma derme com a temperatura similar a deles. Consoante ao laureado com o Nobel, Mario Vargas Llosa, a carioca se alça ao panteão das personalidades mais fascinantes que teve o privilégio de conhecer, não apenas uma escritora de requinte, mas uma mulher extraordinária. Outrossim, o dístico Octavio Paz, ao referir-se a Nélida, proferia que "o Brasil é o solo de uma das mais admiráveis romancistas da América Latina". Desde 1965, quando acautelou a bolsa *Leader Grant*, outorgada pelo Governo

norte-americano, que lhe franqueou o ensejo de percorrer os Estados Unidos, Nélida Piñon desencadeou périplos por múltiplos países, adensando sua participação em congressos, seminários e colóquios internacionais, proferindo aulas magnas e palestras, versando sobre temas correlatos à cultura, à literatura e à criação literária. Imbuída nesse desiderato, ministrou cursos na *City University of New York*, na *Columbia University*, na *John Hopkins University*, em Baltimore, na Universidade Católica de Lima, na Sorbonne, na Universidade Complutense de Madri, e em outras instituições de ensino superior internacionais.

As peregrinações por distintas paragens revelaram-se preponderantes para o substrato de sua biografia e para a exposição mais eloquente do Brasil, pátria que se insinua como a instância maior de sua perplexidade intelectual. Ao longo de mais de 35 anos de pululante atividade criativa, Nélida Piñon revela-se como testemunha da proposição de que, dentre as multifárias maneiras de exteriorização ao dispor de que a palavra é aquela que, de maneira mais acintosa, desnuda diante de si mesmo, quer ante seus dilemas individuais quer perante suas mais trágicas antinomias enquanto ente social, político, cultural e economicamente condicionado (Marreco, 2013). Eis sua conscientização acerca da função da escrita literária, que não deve se circunscrever apenas à gênese, sua incumbência máxima, mas também deve emprestar seu discernimento à consciência de seus leitores, mormente numa nação como o Brasil, onde é imperativo instigar o povo a meditar sobre sua realidade e a reivindicar imperativos mais benéficos e equitativos. Um dos ápices singulares em sua trajetória concretizou-se em 1997, quando arvorou-se como a pioneira mulher a presidir a Academia Brasileira de Letras (ABL), um bastião tradicionalmente infeudado ao sexo masculino; sua eleição angariou apoio quase uníssono, salvo por um único escrutínio dissonante. Nélida zelou pelos festivais comemorativos do centenário da aludida instituição, reminiscência de que concebeu programas e iniciativas que desimpediram as entradas para a comunidade brasileira. Na ABL, desde 1989, a escritora ocupou a cadeira de número trinta, esboçada com o óbito de Aurélio Buarque de Holanda. Detentora de uma bibliografia abundante, compreendendo mais de 25 obras, suas criações literárias, intrincadas e multifacetadas, esgarçaram fronteiras geográficas e linguísticas, vertidas em idiomas diversos e aclamadas em mais de trinta nações ao redor do mundo. O poliedro de distinções, títulos e honrarias que ornamentam sua biografia no Brasil e, sobretudo, no estrangeiro, configura-se como uma das mais amplas condecorações recebidas por uma poética das letras brasileiras (Bosi, 2015).

Na obra *As viagens de Nélida, a escritora* (1993), de Naomi Hoki Moniz, delineia-se o trajeto da crítica literária, na segunda metade do século XX, em uma tentativa de cartografar o intento estético de Nélida Piñon, demarcando-lhe uma produção vasta marcada por peculiar

originalidade. Esse labor de exame oferece uma contribuição pertinente para a evolução investigativa do 'intentar literário' da escritora, o qual acreditamos ser o diferencial conferindo uma qualidade altamente elevada, originalidade à sua produção poética. A professora Moniz (1993) centraliza-se na trajetória nelidiana e, não se restringe aos materiais do acervo por ela eleitos, pois também provê dados sobre as posturas que a autora carioca assume em diferentes ocasiões, expondo, em sua análise, a ideia de que Piñon trilha um projeto literário que tem início em *Guia-Mapa de Gabriel Arcanjo* e percorre todas as suas obras. A *mito-poésis* piñoniana, mencionada por Moriz (1993), compreenderia duas fases: uma primeira de cunho vanguardista e experimental, caracterizada pela escrita ambígua e polissêmica, que incorporaria as obras publicadas até *Tebas do meu coração*, e uma segunda que qualifica como "pós-moderna", da qual *A força do destino* assinalaria a transição. Da escriba carioca, ela destaca, em concordância com a perspectiva com a fortuna crítica nelidiana, a extensão e diversidade de sua obra ao longo de tantos anos de labuta literária, bem como o manejo linguístico manifestado em suas criações: de volumes que se concentram no "eu" àqueles que contemplam o mundo exterior, de romances experimentais, nos quais a linguagem é quase o desiderato primordial, a outros dominados por uma linguagem de índole épica e um tom mais realista. Semelhantemente, na *História da Literatura Brasileira*, de Massaud Moisés, contida em seu tomo V dedicado ao Modernismo (1922-Atualidade), alberga-se uma seção consagrada a Nélida Piñon, posicionando-a ao lado de Maria Alice Barroso, no tocante à inserção do *Nouveau Roman* no panorama literário brasileiro. Nesse prisma, Moisés (1989) explana as conexões da autora de ascendência galega com esse movimento e, mediante a menção de suas obras, observa que a escritora demonstra uma progressão na qual o social, o histórico, invade a trama de sua ficção.

A obra literária de Nélida Piñon, que teve seu alvorecer em 1961 com o lançamento de *Guia mapa de Gabriel Arcanjo*, apresenta, conforme a análise acurada de Zolin (2013), uma estrutura temática intricada, desdobrando-se e se renovando ao longo do caminho criativo da autora. Este processo engloba uma consideração por questões atinentes ao gérmen do texto, ao trato linguageiro, à religiosidade (seja panteísta seja cristã), ao mito, ao amor entrelaçado com as reflexões cristãs, à paixão, à solidão humana, e, entre outros temas, à realização feminina (Oliveira, 2022). Não obstante, o que verdadeiramente confere singularidade a sua expressão literária é a ânsia de, à revelia, inflectir a 'sintaxe oficial', como ela mesma manifestou em inúmeras entrevistas, um desejo que já se manifestava na adolescência, nos primórdios de sua escrita. Por isso, amiúde, a prosa pinonina como é considerada perpetuamente como engajada em forjar uma linguagem, antagonizando sistemas estratificados que subjugariam o ser humano em aspectos que deveriam ser mais emancipados: o pensamento, a palavra e a ação (Coelho,

1993). Isso culmina na rejeição de sintaxes convencionais e prontamente comunicáveis, buscando incessantemente o inovador, ou seja, o inaugural.

A pesquisa de Moniz (1997) também aborda esse semblante da recepção inicial das obras da então emergente autora, rotulada pela crítica como hermética, experimentalista, praticante de uma escrita de árdua compreensão. No entanto, Moniz esclarece que mesmo um dos proponentes desses rótulos reconheceu a potência e capacidade criativa de Nélida Piñon em seus romances iniciais, uma perícia corroborada em suas obras subsequentes, sobretudo a partir da coleção de contos *Tempo das frutas* (1966), que foi calorosamente acolhida pela crítica. A postura adotada por ela resultou em transformações marcantes em sua abordagem estética ao longo dos anos, contudo, ainda é possível identificar vestígios da valorização crítica de sua escrita. No seu trabalho, Moniz refuta as críticas direcionadas aos textos de Nélida Piñon, indicando que um texto experimentalista reclama, por conseguinte, um leitor perspicaz e perscrutador, capaz de colaborar em sua concretização e de discernir, prontamente, as subtilezas, pois nele reside um convite à leitura de uma invenção literária subversiva e seminal, uma nova arte discursiva – a escolha estilística é um dos indicativos da audácia de Nélida Piñon no momento de sua incursão no universo literário em 1961.

3.2 FANTASMAS, CRIPTAS E TRANSGERACIONALIDADE NA POÉTICA DE NÉLIDA PIÑON, NOS ESCRITOS DA COLETÂNEA *A CAMISA DO MARIDO*

> As perversões e as desgraças de meus antepassados, montaram às minhas costas e com elas corcovei por todos os atalhos. O Mal plantou-se em meu coração, tomou conta dele e alastrou-se tanto, que já sinto seus espinhos a me atravessarem a garganta.
> (Lygia Fagundes Telles)

Se, nas estações da luminosidade, os segredos edípicos espremem-se pelos recônditos do envoltório parental, insuflando-se de não-ditos, silêncios e ruminações – o que consente a (claudicante) composição da malha familiar – cosida por membros sofregamente incautos; à revelia, durante à noite, os fantasmas encriptados retornam aos seus, para assombrá-los e, com efeito, tomados pela ânsia voraz, rasgam, com brutal comedimento, a frágil 'pele' da vida, carreando, em sua gasta superfície, ranhuras indeléveis que, doravante, submetem-se à vigilância obsessiva. Eis, portanto, o objetivo primevo deste trabalho: deixar-se guiar pelos augúrios, ora trágicos ora auspiciosos, da ciência psicanalítica, com vistas ao cauto exame das narrativas confeccionadas pela pena, cortante e aveludada, de Nélida Piñon. Em peças como *A casa da paixão* (1972), *A camisa do marido* (2014) e *Coração Andarilho* (2009), por exemplo, projetam-se narradores que são artífices das intermitências do inconsciente familiar; psicopompos que guiam os leitores pelas sendas deambulantes dos sepulcros assombrados da parentalidade. Num tom retumbante, sofrimento e adoecimento se encontram num eterno diálogo, e a família se manifesta como uma efígie imponente, revelando suas cicatrizes e expondo-se em suas impávidas fragilidades. A obra *A camisa do Marido*, inicialmente almejando a designação de "As famílias", findou seu batismo definitivo durante a entrevista concedida por Nélida no *Roda Viva* (2014), ao ser instada por Norma Couri. É nesse auspicioso momento que a sagaz autora, em um átimo de revelação criativa, opta por rebatizar sua coletânea com o sugestivo título "A camisa do Marido". Dessa metamudança nomenclatural, detendo-nos no prisma filogenético da narrativa, podemos discernir a presença de nove famílias que, malgrado sua aproximação temática, idiossincráticas, que se desdobram ao longo dos nove contos que permeiam o compêndio de textos. Não obstante, adentrando o intrincado âmago da estrutura da coletânea, suscitamos uma especulação pertinente, qual seja, que o emprego do plural "famílias", termo que intitular-se-ia o livro inicialmente, não se limita ao mero escopo de apresentar nove parentelas independentes, mas, de forma surpreendente, alude a uma unidade familiar que, por meio de uma telescopagem da estética narrativa, amalgama-se, a

outra, erigindo, assim, uma interseccionalidade. Nesse desdobramento, a análise das relações parentais se desdobra como uma prospecção *horizontal*, englobando as vicissitudes dos pares contemporâneos e representados diretos num conto, mas também como a *dimensão vertical*, aquela que contempla os laços ancestrais que se emolduram "intercontos", ao fazer, num exercício ensaístico, uma tentativa de tipologia das famílias das narrativas em tela.

N'*A camisa do marido* (2014), último livro de contos publicado pela escritora, deparamo-nos com textos que encontram, no núcleo familiar, refúgios – inóspitos – para se ancorarem temática e esteticamente. A magna coleção brinda-nos com um compêndio inigualável de nove textos, a saber: "A camisa do marido"; "O trem"; "Dulcineia"; "A mulher do pai"; "Para sempre"; "A sombra de Carlos"; "Em busca de Eugênia"; "A quimera da mãe" e "A desdita lira". Esse esmerado compêndio revela-se idiossincrático em sua laboriosa busca estética e também complexa organização estrutural que as conduz: cada uma dessas urdiduras, com sua disposição ímpar, tece panoramas de multifacetados temas e abordagens, e, acima de tudo, arremessa-nos ao encontro às distintas subjetividades que (des)estabilizam os recônditos dos departamentos familiares, desde suas fronteiras sacrossantas até semblantes espúrios e desmedidos. Na gramática dos contos, a família é adornada, amiúde, por indumentárias puídas, enobrecendo as relações e, à revelia, velando os pactos inconscientes, bem como encobrindo – com os véus dos não-ditos – os fantasmas que perambulam pelos lares parentais. Com requintada destreza narrativa, a poética desvela, em seu cerne, autênticos palcos de enfrentamentos familiares, os quais se desdobram com uma brutalidade visceral, quer se mantenham enclausurados nas trevas do sigilo quer se exponham à luz do dia, irrompendo, assim, de forma irrefutável e, por vezes, até mesmo cataclísmica – evocando a tragédia arquetípica do ódio caímico, que insidiosamente se instala como uma força primordial e destrutiva no seio destas famílias conflagradas. O âmago dos conflitos revela-se, então, em situações paradoxais, exemplificadas na pungente história de um jovem, por impulso edípico, cativado pela sedutora aura que envolve a recém-chegada esposa de seu genitor, desencadeando, assim, um lúgubre processo de ostracismo filial. Ao escrutinar os textos que compõem essa compilação, prorrompe-se uma fascinante recorrência ao paradigma da herança inconsciente, à complexa transmissão transgeracional e à perturbadora presença de fantasmas ancestrais que, como espectros etéreos, desalojados de suas criptas, assombram os filhos-descendente – as urdiduras literárias testemunham, dessarte, as distintas poéticas (des)subjetivantes que perpassam e escancaram os domínios familiares.

Ademais, os enredos se desenvolvem em ambientes sufocantes, cujo caráter opressivo e avassalador se afigura como o palco predestinado para o desenrolar dessas tragédias humanas.

Não obstante a flagrante presença de dinâmicas edípicas, que permeiam e alicerçam a estética da escritora, somos, adicionalmente, instigados a (des)velar as alianças inconscientes e transgeracionais que urdem os destinos desses personagens, conectando-os a traumas e dilemas que dilatam as barreiras temporais e, sutilmente, envolvem-os numa malha de lealdades e ressentimentos cujos cordões fusionam – e aprisionam – as gerações passadas e futuras. Nesse emaranhado de sentimentos e conflitos, a condição humana se desdobra em sua mais verdadeira, crua e angustiante manifestação, refletindo, de maneira inabalável, as complexidades e erupções que suportam as tramas familiares. Nesta seção, propomos uma análise concisa das narrativas que compõem este compêndio – exceto "Dulcineia", "A desdita lira" e "A sombra de Carlos" – com o objetivo de traçar um diagrama hermenêutico da transgeracionalidade e da (des)organização familiar nesse recorte poético pinoniano. Exploramos como os ancestrais, ao mesmo tempo em que perturbam, atuam paradoxalmente como mortos-vivos que orquestram o teatro dos desejos e administram o gradeamento das relações parentais. Justificamos a exclusão por entendermos que, apesar tais narrativas supracitadas estarem ancoradas na (de)composição das relações familiares, não tangenciam diretamente o escopo analítico deste trabalho e, sobretudo, não se alinham, direta e imediatamente, à categoria analítica investigada, isto é, escapam aos emblemas da transgeracionalidade e das heranças psíquicas inconscientes legadas pelo acervo da família. Portanto, conquanto representem contribuições valiosas para a compreensão mais ampla das complexidades parentais, suas análises não se enquadram dentro do escopo estrito deste empreendimento analítico.

No segundo conto do livro, intitulado "O trem", enveredamo-nos pelas trilhas das memórias de um pai inebriado por uma paixão ferroviária; uma eloquente e quimérica narrativa se desvela, cujas carruagens de ferro, como entidades majestosas, eram as divindades ímpares que povoavam o cenário desde a infância: "O pai amava os trens. Nascido no sul de Minas, em um vilarejo acanhado, vira, desde a infância o trem cortando a paisagem em direção a São Lourenço, sem se deter na estação local, havia muito abandonada." (Piñon, 2014, p. 36). Esse fervoroso amante dos trilhos, cujo coração se regozijava, em êxtase, quando os vagões, em sua serpenteante peregrinação, deslizavam em majestoso desfile à porta de sua residência, nutria uma devoção hiperbólica. Para ele, os trens não eram meros veículos de transporte terreno, mas eram simulacros de epopeias, emissários de destinos grandiosos, percursos da imaginação que teciam narrativas cósmicas entre os trilhos de ferro. Cada locomotiva, com seus pistões e rodas dentadas, era um herói mitológico, um colosso mecânico que cortava a realidade prosaica e se lançava audaciosamente ao horizonte inexplorado. No entanto, em um fatídico dia, a

dissonância abalou o cântico harmonioso da alma ferroviária; os ventos do destino sopraram as notícias lúgubres de que os trens, com sua cacofonia metálica e presença majestosa, não mais ressoariam na estação do vilarejo, que servia como epicentro de suas divagações poéticas: "[...] o trem haver sido expulso da paisagem local, em nome do progresso que as rodovias representavam. O pai chorou quando o trem, ao realizar a última viagem, por razão inexplicável se deteve na velha estação [...]" (Piñon, 2014, p. 38). Tal anúncio, qual um funesto lamento, rompeu o íntimo deleite do pai, que se viu imerso em um mar de desconsolo; nesse crepúsculo, num sombrio domingo de inverno, o patriarca, possuído por uma pulsão irrefreável, urdiu uma diligência insólita, convocando os membros da progenitura a acompanhá-lo numa jornada que se antevia misteriosa: "Em certo domingo, após consultar o livro encadernado, o pai comandou a família a acompanha-lo sem dar razões. [...]. Naquele domingo, o marido daria rédea solta à imaginação e desafiaria as leis da gravidade." (Piñon, 2014, p. 39).

Imersos nas efígies narrativas delineadas pela voz da narradora-filha, revela-se uma epifania espectral: a família, enredada em suas memórias, embarca em um itinerário até a antiga estação, movida por um anseio quase arqueológico de resgatar vestígios soterrados pelo tempo. Esses vestígios se materializam nos vagões ferroviários, outrora imponentes e industriais, agora entregues ao abandono e ao óxido. Nesse rincão temporal, a qual desenhava-se como um relicário da reminiscência, avistaram, de maneira quase melancólica, um solitário vagão, detido na apatia das estações, inerte na ferrovia do esquecimento: "Cedo, fomos todos para a velha estação em busca dos vestígios do trem. [...] vimos, à margem do costado, um vagão com janelas quebradas, sem porta." (Piñon, 2014, p. 39). Esse recôndito casulo metálico, com sua carcaça enrugada pelo corroer do tempo, assumia uma aura fugidia, e, paradoxalmente, constituía-se como o último reduto de uma arqueologia humana, cujos vestígios daqueles que o antecederam pareciam ainda pairar pelos seus corredores: "Ali abandonado, como irônica lembrança, parecia servi de abrigo a um fantasma nostálgico da presença humana." (Piñon, 2014, p. 39). Nesse cenário efabulado, o patriarca, com um fervor quase ritualístico, assumiu o leme da maquinaria, adotando para si a função de maquinista, como se seu espírito, num ato de efusão nostálgica, imbuísse-se da responsabilidade de reviver os idos findos. A família, condenada ao papel de passageiros nas linhas férreas de sua fértil imaginação, testemunhava, de forma cerimonial, a conversão do progenitor numa espécie de oráculo: "O pai, porém, assumindo posição de timoneiro, pediu que subíssemos e tomássemos assento no vagão: – Vai dar início a viagem." A esposa, envolta num halo de compreensão e benevolência, e os filhos, num silente concerto de reverência, partilhavam o espaço exíguo do vagão, entregando-se à sagaz condução do patriarca, que, à medida que o trem se lançava num suposto percurso, revelava-se como um

mago condutor dos arcanos da memória e da imaginação. E assim, sobre os trilhos das carruagens enferrujadas e no compasso das rodas desgastadas, a família, como passageiros relutantes, viajava por caminhos internos, seguindo as ferrovias do passado e as encruzilhadas corroídas da memória. Nessas rotas, os ecos do tempo ressoavam em harmonia com as engrenagens frágeis da realidade, formando uma quimera mágica e animista, onde os limites espaço-temporais da experiência humana se dissolviam. Nesse emaranhamento hipnótico e perene, ficção e vida, ancestrais míticos e contemporâneos se fundiam em um só fluxo: "Não éramos, no entanto, os primeiros, naqueles dias, a visitar o esqueleto. Quem nos precedera, querendo disfarçar o abandono, livrara o interior da sujeira acumulada." (Piñon, 2014, p. 39-40).

Como um maestro virtuoso a reger uma sinfonia de sonhos e fantasias, o progenitor trilha caminhos imaginários que extrapolam os limites geográficos e temporais, alçando-se a voos oníricos que cruzam as vias mágicas de Veneza, os rincões misteriosos de Cuzco e os recônditos enigmáticos de Praga: "O trem do pai deu hipotética partida. A máquina, em movimento, era ruidosa e, segundo ele, sujava-nos de fuligem. O foguista, batizado de João, procedia de família havia muito no ofício [...]" (Piñon, 2014, p. 40). Na cadência hipnótica desses perambulares fantasiosos, a família se vê arrastada numa travessia exuberante pelas trilhas sinuosas da imaginação. O patriarca, como um cicerone transcendental, insufla vida a cada recanto dos destinos imaginários, pintando as paisagens etéreas e os personagens ilusórios que povoam esse reino encantado: "Não lhe importava introduzir lógica e consequência ao que contava. Tão somente pretendia seduzir a família. Assim, quanto mais detalhes adicionasse à paisagem, ora italiana, no caso agora francesa, mais estaria convencido de seus acertos." (Piñon, 2014, p. 41). Todavia, no seio desse percurso poético e diplomaticamente abraçado por todos, Pedro, o audacioso primogênito, emergiu como uma voz dissonante, rompendo a redoma das efabulações com uma contestação, como um discurso iconoclasta: "E o pai, como se estivesse lendo os anúncios vistos na paisagem, comprazia-se em acrescentar detalhes à fonte primária da narrativa, até o instante em que Pedro, o mais atrevido dos filhos, contestou-o." (Piñon, 2014, p. 40-41). Em sua tentativa debalde de instaurar a realidade na áurea da fantasia, o jovem questionador ousou desafiar as convenções do paraíso – quiçá uterino e narcísico – que o genitor tecera com tamanha habilidade. Nesse embate, Pedro se erigiu como um mártir da realidade, um herói trágico disposto a sacrificar a ilusão em nome da veracidade – seu desafio audaz incitou uma faúlha de discordância na harmonia fictícia que permeava a narrativa de viagens familiares: "O pai recriminou-o. Como ousava introduzir ao seu relato doses de um indesejado realismo? Se seguisse insistindo, o castigo seria privá-lo do encanto de conhecer o mundo [...]"

(Piñon, 2014, p. 41). Na encruzilhada entre a fantasia e a realidade, a família observou-se confrontada com o dilema eterno de escolher entre os manjares efêmeros do banquete do sonho e a indigesta realidade que desafiava as fundações de seu próprio mito.

À medida que a trajetória se desdobrava em intrincados caminhos, revelava-se um propósito oculto e eloquente, inserido na essência das epopeias utópicas cuidadosamente arquitetadas por esse mestre da imaginação. A saga, conduzida por sua sagacidade e atravessando os umbrais das cidades, possuía um objetivo subliminar, habilmente tecido com dedicação e precisão: a perpetuação de um legado. Tratava-se de uma transmissão narrativa, um patrimônio valioso destinado a sobreviver além da existência do seu criador. Como um discurso-guia, esse haver orientaria os descendentes, preservando a memória do patriarca e garantindo que sua influência perdurasse por gerações: "quanto mais o pai seguia falando, acentuava-se em seu rosto o prazer que sentia em perpetuar nos filhos o testamento daquela narrativa após sua morte. Olhei-o esforçando-se em quebrar os elos do encantamento que nos enlaçava. Não queria ser vítima da [sua] volatização verbal [...]" (Piñon, 2014, p. 42). Inquestionavelmente, o patriarca daquela linhagem, munido de uma retórica que desafiava os desafios filológicos, laboriosamente desdobrava sua habilidade oratória com a perspicácia de um consumado narrador épico, almejando, de forma ardilosa e sofisticada, inculcar nos ânimos de sua prole uma teia mitológica e ancestral. Com maestria ímpar, esse venerável progenitor galvanizava sua audiência, enquanto habilmente urdia os delicados filamentos de narrativas ancestrais que remontavam a um passado. Era como se conseguisse trançar um reduto denso, cujas fibras eram formadas por tradições que murmuravam através dos séculos, costumes que haviam resistido ao ímpeto do tempo e mitos pessoais que se impunham sobre a história de cada um de seus descendentes. Por seu turno, Pedro, o filho mais velho, contrapôs, com ousadia inaudita, o dogma memorial e a retórica estonteante do genitor, cujas palavras eram encaradas como cânon indiscutível pelas fileiras familiares. Com inquebrantável convicção, negou – por "*três vezes*" – o senhor das narrativas que, até então, norteava a cosmovisão do clã: "O irmão Pedro discordou das especulações familiares. Pretendia manter intacta a sua rebeldia na ânsia de desfazer seu vínculo com a realidade distorcida do progenitor." (Piñon, 2014, p. 43-44). Ansiava, com ardor e obstinação, desvencilhar-se das amarras que o arrastavam para os domínios das realidades fantasmáticas, forjadas pela mão e pelo verbo do patriarca. Tal empreendimento exigia a ruptura com as convicções ancestrais e o abandono das heranças inconscientes transmitidas pelo pai. Pedro, herdeiro de um legado tanto simbólico quanto narrativo, encontrava-se diante de uma encruzilhada decisiva. Ao avistar o ponto onde, na tragédia grega, Édipo matou Laio – um marco do destino – sua mãe ergueu-se numa tentativa

desesperada de admoestá-lo. Com voz carregada de súplica e temor, instou-o a não repetir o ciclo trágico da rivalidade paterna, a não desafiar a autoridade do progenitor nem buscar usurpar um trono que, como o de Tebas, carregava consigo o peso da maldição e do inevitável desfecho: "[...] em visível competição com o pai, quando a mãe, em acirrada defesa do marido, o deteve. Não ousasse o filho, como um Édipo qualquer, interromper a sequência narrativa do chefe da família [...]" (Piñon, 2014, p. 44).

Diante da defesa incisiva da esposa, a Jocasta à brasileira, que se apresentou como uma árdua campeã da continuidade do legado familiar, o patriarca, em sua essência, rejubilou-se. Na perspectiva do genitor, ele compartilhava com sua mulher a semente física e também um gérmen simbólico, a herança invisível, a qual ambos eram encarregados de transmitir à posteridade: "O pai aceitou o fervor amoroso da mulher com quem compartia cama e imaginação, orgulhoso de uma família que educara com modéstia, amparado pela fantasia. Mesmo porque, o que mais haveria de lhes deixar como herança [...]?" (Piñon, 2014, p. 44). Esse espólio sobejava o espólio material e o sobrenome, erigindo-se como um patrimônio intangível de mitos e tradições familiares, sustentáculo de uma cosmovisão enraizada na ancestralidade. Era o tributo que lhes cabia resguardar, o farol da memória, cuja chama, como zelosos depositários, transmitiriam aos descendentes, investindo-os da responsabilidade de perpetuar a mitologia que delineava a linhagem. No imaginário, quem conduzia as locomotivas do destino não era o pai em sua materialidade perecível, mas João, projeção espectral do patriarca, figura que atravessava os trilhos da existência com uma celeridade vertiginosa e inquietante: "A velocidade que o maquinista João, o fantasma do pai, imprimia ao trem, a ponto de temermos iminente descarrilamento, despertava-me os cabelos, cobria-me a visão." (Piñon, 2014, p. 45). Na complexidade desse devaneio, João, o espectro paterno, revelava-se como uma representação etérea, distinta do genitor concreto que habitava o plano tangível do originário: Era o depositário das roupagens e das projeções, o guardião das memórias ancestrais e das aspirações simbólicas que residiam no âmago da família. Sua presença, ainda que evanescente, exercia uma influência magnética e irresistível, moldando a trajetória dos descendentes em consonância com os desígnios inconscientes da parentela.

Nessa carruagem fantasiosa, encontramo-nos na iminência de uma catástrofe que ameaça descarrilhamento ao longo dos trilhos da realidade; num ápice narrativo, marcado pela súbita irrupção do real, encarnado num tumultuoso temporal que arremessava trovões sobre o cenário do fictício, as fundações do devaneio familiar, construídas sobre os alicerces precários do imaginário, sofreram uma desarticulação que agitou as mentes e corações dos ocupantes daquela inusitada locomotiva. Essa incursão (im)prevista da realidade, no domínio das

quimeras, revelou-se uma força desestabilizadora de proporções cataclísmicas, abalando a aqueles que, até então, haviam navegado, com destemor, pelas vias oníricas do presente compartilhado – um pacto taciturno, entre os membros do clã. Os estrondos dos trovões, que ressoaram com ferocidade, simbolizaram a irrupção da contingência no cenário previamente seguro das fantasias familiares, como se a própria tempestade fosse um oráculo, lançando advertências àqueles que ousaram desafiar o curso implacável do destino. Foi o pai, o símbolo supremo da autoridade e estabilidade, que, diante dessa manifestação súbita e avassaladora da tempestade, viu-se prostrado sob o peso de uma incerteza que até então lhe fora estranha: "O perigo recrudescia, e o pai nada podia fazer. Sua imaginação, que não comportava uma ação prática, fraquejava diante das leis da sobrevivência." (Piñon, 2014, p. 46). A sua figura, outrora inabalável e robusta, agora era compelida a enfrentar a volatilidade dos elementos e a erosão das certezas que, por tanto tempo, sustentaram o edifício de sua imaginação.

Nessa fragmentação dos vagões, foi o caçula, acometido pelo desespero, proferiu um vaticínio sombrio: "O pai calou-se. O caçula dos filhos, no entanto, diante do volume de água que entrava pelo teto e pelas janelas começou a gritar, vaticinando a catástrofe iminente." (Piñon, 2014, p. 46). Sua voz, trêmula e profética, ressoou como um eco sinistro que prenunciou a tragédia, um augúrio de que a carruagem familiar estava prestes a ser arremessada pelos abismos da disjunção e da mudança irrevogável. O patriarca, figura emblemática do clã, em sua aparente inércia e impavidez, permaneceu estoico diante do perigo tempestuoso que se abatia sobre a frágil carcaça do seu universo ilusório. O olhar cismático e estático, como se enredado em devaneios inacessíveis, refletia sua relutância em enfrentar a tormenta que se desencadeava nas proximidades. Com uma destemida autoridade, a mãe assumiu as rédeas da situação e desvelou-se como a condutora determinada da família, ordenando-lhes que evacuassem a acidentada locomotiva e retornassem ao seio protetor do lar: "Foi quando a mãe ordenou o imediato abandono da nave. [...]. Com ela à frente, seguimos os trilhos cobertos pelos detritos da enxurrada, enquanto os irmãos, enlaçados pelo nó do afeto, ajudavam-se mutuamente, atrás vindo o pai [...]" (Piñon, 2014, p. 46). O contraste entre a figura paterna, consumida por suas lamentações e inércia, e a mãe, cuja resoluta decisão tinha como alvo a preservação do núcleo familiar, tornava-se patente. Enquanto o progenitor, na retaguarda da carruagem, permanecia enclausurado em lamento, lastimando o destino da locomotiva que, porventura, abandonara, foi a mãe, personificando-se como a maquinista das contingências e do princípio da realidade, que emergiu como a voz imperiosa da razão.

Agora afastado das intempéries que as estradas da vida haviam lhe imposto, o pai contemplava a herança simbólica que, em sua longa trajetória terrena, inadvertidamente, legara

aos seus descendentes – uma carga misteriosa, a dimensão oculta da memória que impunha sobre os ombros das gerações vindouras: “Já liberto dos percalços, apegava-se às lembranças que imprimira no coração da família. Afinal, fora seu empenho legar-nos o fardo da memória. Não suportava que os filhos, após sua morte, apagassem as palavras de arroubo com que a fantasia os suprira em todos aqueles anos.” (Piñon, 2014, p. 47). Após sua inevitável passagem para o reino etéreo, seu desejo era que os herdeiros pudessem ostentar e, mais crucialmente, compreender o patrimônio inconsciente que ele, inadvertidamente, transmitira-lhes. O patriarca, zelador do enigma rudimentar, almejava que o antiquário da estirpe perpetuasse, conservando não só o nome e a herança tangível, mas igualmente o patrimônio intangível que lhe fora confiado ao longo das gerações. Assim, a casa, em sua solene quietude, testemunhava a essência de um desejo de continuidade que (ex)cedia as fronteiras da carne e dos objetos tangíveis, revelando-se como uma busca por um tipo de imortalidade que residia nos recessos do espírito e da memória, um patrimônio inconsciente que, com a benevolência do tempo, haveria de perdurar como um farol a guiar/amaldiçoar as gerações vindouras através das brumas da existência: “Adivinhava ele a erosão dos dias na memória humana. [...]. Passados agora tantos anos, não sei avaliar o que persiste dele em mim. Ignoro se os irmãos, dispersos pelo mundo, ainda evocam o pai. Sigo pensando nele, e nem assim lhe devolvo nacos de vida.” (Piñon, 2014, p. 47). Anos depois, a filha-narradora, mesmo após a morte do patriarca depara-se, de maneira recorrente e sobrenatural, com a sombra espectral de seu progenitor, uma réstia de sua existência que perambula, com tenacidade, pelas veredas do tempo. O fantasma do pai, uma projeção perene do elo que outrora compartilharam, surge como uma reminiscência viva e inabalável, um vulto que se *locomotiva* na penumbra da memória, rejeitando a silenciosa resignação que a morte, em sua inevitável implacabilidade, poderia sugerir: “Não tenho seu retrato na parede, e seu rosto, no único retrato que me restou, esmaeceu. Ele e a mãe são imprecisos, simples estrangeiros. [...]. Penso ver o pai na janela, a despedir-se dos filhos. Será ele o passageiro que busco no vagão? [...]. Choro pelos meus mortos.” (Piñon, 2014, p. 47). Na efabulação dessa peculiar ferroviária da imaginação, que desenha trilhas tortuosas na estrutura da experiência humana, o fantasma do patriarca, uma entidade que perdura em um estado aquém aos limites da vida e da morte, manifesta-se com uma persistência que desafia a própria natureza efêmera. Emergindo como um vivo-morto, ressuscitado da cripta do passado, insiste em sua aparição perante os filhos, desafiando a marcha do tempo e a fragilidade da mortalidade humana. É como se a centelha vital, a quintessência que definia o progenitor em sua plenitude, recusasse submeter-se aos grilhões implacáveis que a finitude impõe.

Em derradeiro, a vivência do patriarca e de sua família configura-se como um processo psíquico de elevada densidade simbólica, no qual a ausência se recondiciona em presença, o pretérito se inscreve no instante e o real se reconfigura sob o signo do imaginário, instaurando um modo legítimo de apreensão da existência. No conto de Piñon, manifesta-se um itinerário de subjetivação em que a linguagem e a fabulação operam como artifícios de resistência contra a dissolução do ser no fluxo temporal. Diferente de narrativas que concebem a transmissão psíquica sob um prisma linear e consciente, "O trem" adota uma estruturação diversa, na qual o legado se perpetua por meio de uma ritualização da imaginação, instaurando um espaço-tempo ficcional cujas fronteiras entre memória e invenção tornam-se fluidas. O patriarca, ao conduzir essa travessia, revisita a própria infância e projeta sua paixão ferroviária nos descendentes, concedendo-lhes uma forma de habitar a realidade que prescinde da materialidade dos trilhos e vagões: ele os inicia em um modo de existência no qual a fantasia se converte em território de resistência, a ficção em veículo de verdade e a rememoração em estratégia de permanência. Essa perspectiva imprime ao conto um traço distintivo na literatura contemporânea – Piñon constrói um universo em que a transmissão se efetiva pela edificação de um código narrativo, uma matriz simbólica na qual os filhos, a seu modo, podem inscrever-se e reinscrever-se ao longo da vida. O testamento paterno ultrapassa a recordação de tempos pretéritos e configura-se como uma forma singular de percepção e apreensão do mundo, perpetuada por meio da evocação e da narrativa.

Outro aspecto inovador da narrativa reside na maneira como articula a concretude do objeto ferroviário à imaterialidade do desejo: o trem, no decurso do relato, adquire uma dimensão mitológica, uma entidade que se reveste de um caráter quase místico. Ao assumir uma função que extrapolado a de elemento cenográfico, torna-se um dispositivo psíquico que articula múltiplas temporalidades e camadas de realidade. Na fiança da narrativa, opera como um portal para um domínio intermediário, um interstício onde a angústia do desaparecimento se dissolve na potência da fabulação. Ao atribuir ao trem essa configuração híbrida – simultaneamente concreto e espectral, mecânico e onírico –, Piñon realiza uma operação literária de rara sofisticação, na qual as demarcações entre o visível e o impalpável, entre o tangível e o indizível, são continuamente tensionadas e subvertidas. A alternância entre presença e ausência, solidez e evanescência, alcança sua expressão máxima na cena em que a família, ao adentrar o vagão abandonado, depara-se com vestígios de antigos passageiros. Nesse instante, o trem supera sua condição de artefato do passado para converter-se em receptáculo de memórias anônimas, um palimpsesto de presenças esmaecidas que seguem habitando o espaço sob uma forma etérea. Essa dimensão espectral estende-se a toda a arquitetura do conto,

reverberando na relação do pai com sua própria história e com seus filhos. Ele rememora, reinscrevendo-se na própria reminiscência, reencenando-a, transfigurando-a em fábula e tornando a família testemunha desse rito de transmissão.

A trajetória do patriarca desenha um percurso de transmissão da herança psíquica que se ancora, inicialmente, na regência do princípio do prazer, guiado pelo animismo infantil paterno – essa primeira instância propicia uma relação lúdica com o mundo, na qual a fantasia e a criação se apresentam como instrumentos fundantes da subjetividade. Posteriormente, essa transmissão se reconfigura sob o signo do princípio da realidade, tutelado pela mãe, que insere os descendentes no domínio da concretude e da historicidade. Assim, o legado familiar estabelece-se pela conservação de memórias e pela passagem gradual de uma ordenação psíquica regida pelo desejo onírico para uma conformação orientada pelo discernimento e pela materialidade da experiência. Dentro dessa lógica, "O trem" propõe uma concepção singular da herança psíquica: se a tradição freudiana concebe a transmissão em termos de filiação inconsciente, estruturada por repetições sintomáticas e mecanismos de defesa, a estética pinoniana delineia um modelo alternativo, baseado na liberdade da invenção. O patriarca reescreve o passado, reorganiza sua experiência e, nesse gesto, confere aos descendentes a possibilidade de reinterpretá-la e reinventá-la. Em síntese, a singularidade do conto manifesta-se na capacidade de converter a transmissão psíquica em um ato criativo, um processo contínuo de construção que se expande pelas possibilidades da linguagem e da imaginação. O que o patriarca lega aos filhos constitui um convite à fabulação, um chamado à liberdade narrativa que permitirá a cada um deles, no futuro, reconstruir sua própria relação com o passado – ainda que, doravante, em contrato com a cultura, tornar-se mister um retorno ao 'mal-estar' da realidade.

Na composição dos contos examinados, os laços familiares manifestam-se permeados por forças subterrâneas que operam na urdidura da herança psíquica, configurando legados impalpáveis que modulam os destinos dos personagens. A estrutura patriarcal, erguida como um eixo em torno do qual se articulam as relações, assume matizes diversos, oscilando entre a vulnerabilidade e a imposição despótica. A figura paterna, ora atravessada por fragilidades, ora investida de tirania, consolida-se como um vetor essencial para a compreensão dos padrões de autoridade e submissão que se instauram na dinâmica doméstica. Esse jogo entre a presença imperativa e a perpetuação de traumas interpessoais inscreve-se em um circuito de repetições transgeracionais, no qual os filhos, antes subjugados, assumem, na maturidade, a posição de opressores, perpetuando um ciclo de coerção e padecimento. Se, no relato anterior, a fragilidade paterna sugere uma reconfiguração na ordem tradicional do poder, na narrativa a seguir, a

imagem do pai ressurge impregnada de um autoritarismo inflexível, evocando a imagem do tirano que se impõe pela força. Essa alternância nos modos de exercício da paternidade não se encerra em uma dicotomia entre dominação e vulnerabilidade, mas revela um mecanismo mais intrincado de transmissão de padrões comportamentais e afetivos, no qual o poder, mesmo em sua forma mais brutal, carrega consigo a sombra de uma fragilidade latente.

Em “A mulher do pai”, quarto conto da coletânea, o paradigma da herança inconsciente e da transgeracionalidade ganha contornos mais robustos, quando aliado aos dramas edípicos, posto que, a partir dessa dinâmica libidinal infantil, vislumbram-se pactos inconscientes e as dinâmicas da repetição na cadeia familiar. No contraste com a figura paternal do conto precedente, no qual se vislumbrou um progenitor que se mostrava debilitado e, porventura, envolto em vulnerabilidades, no presente conto, encontramo-nos diante de um patriarca que, à semelhança do chefe da horda primitiva, assume os traços de um autocrata implacável, imbuído de um poder despótico que lhe concede o privilégio de exercer uma soberania tirânica sobre a prole. É como se o manto da onipotência se erguesse sobre seus ombros, autorizando-o a perpetrar castigos que se inscrevem como a mais sombria expressão de seu controle e domínio: “O pai era uma fortaleza. Tinha gosto em castigar quem fosse. Sua força advinha de não sucumbir diante da adversidade. [...]. Ninguém lhe podia disputar a liderança. Só o avô, que lhe dera surras enquanto crescia.” (Piñon, 2014, p. 71). Observamos que, assim como o avô, erguendo-se como um tirano, submetia o filho a açoites e tormentos, este, o atual genitor, ocupando a posição suprema da paternidade, desvela-se como um algoz desmedido, perpetrando, com desmesurada ferocidade, punições filicidas e penitências que recaem implacavelmente sobre a prole: “Brandia qualquer arma à mão contra o filho, servindo até a faca da mesa, como se, em vez de cortar o bife, me apunhalasse. Acreditava ser capaz de me esquartejar sem consequências, pelo prazer de testar minha valentia.” (Piñon, 2014, p. 72-73). Nesse cenário de perpetuação e simetria, o atavismo se configura como um elo invisível, um pacto inconsciente, que agrilhoa os descendentes a uma herança de opressão e crueldade que perpassa as estações e alicerça as estruturas familiares. O avô, como um regente do castigo, imprimiu no filho as marcas de uma infância martirizada, legando, a ele, o espólio da tirania paterna. A história, qual um ciclo que insiste em retomar, repete-se, agora, nas atitudes do atual patriarca, que perpetua a tradição de submeter seus próprios filhos a flagelações psicológicas e físicas: “Por onde sigo, em geral em torno da fazenda, ou até o bar da vila vizinha, levo o nome do desterro que se chama Ana, mulher do pai. E o pai é o feitor, com a chibata na mão.” (Piñon, 2014, p. 71). O elemento da repetição familiar transgeracional, ornado pelo abuso e pela opressão, fusiona passado e presente, tece as tramas sinuosas das relações familiares; como se

a memória originária, gravada nas tábuas do inconsciente grupal, insistisse em ressuscitar e encontrar expressão nas gerações subsequentes: os atos de punição e as penitências infligidas pelos antecessores ressurgem como uma sombra que paira sobre o destino dos descendentes, forjando uma continuidade trágica que aprisiona a família num ciclo interminável de sofrimento. O patriarca despótico, em sua manifestação autoritária e tirânica, não se contentava com a imposição de sua vontade sobre a prole, mas, de maneira notória, engajava-se em uma contenda constante e exibicionista, na qual rivalizava com seus descendentes, estabelecendo um palco no qual frequentemente orquestrava demonstrações de sua (im)potência fálica: "Os enredos espinhosos ele disfarçava com falsas gentilezas, que nunca as teve, pois era grosseiro quando se referia ao sexo, mas sempre disposto a enrolar-se no manto da mentira, para provar que o seu membro era maior que o de todos e não havia como reagir a sua avidez." (Piñon, 2014, p. 71).

Nessa horda da poética pinoniana, somos confrontados com um cenário no qual o avô se destaca como uma figura notoriamente avarenta, e o pai, em contraparte, revela-se como um déspota implacável: "– Desse jeito, vamos ser os donos do Brasil, dizia o avô, sob os aplausos de uma família que não me queria próximo, como se não tivessem podido gerar esse corpo de homem que se arrastava envergonhado pelas paredes da casa, como uma sombra." (Piñon, 2014, p. 71). Nesse contexto, o filho, cuja voz narra a trama, testemunha uma angustiante carência de espaço e identidade em meio à dinâmica familiar, haja vista que ele surge na vida como um 'dublê' de defunto, um filho precário cujo nascimento ocorre para preencher o vazio deixado pelo primogênito que, de forma trágica, faleceu. Segundo o narrador-personagem, o seu infausto irmão nascituro ostentava, de forma inapelável, a condição de uma réplica sóbria e acachapante do próprio patriarca, assimilando, de maneira compulsiva, os atributos mais violentos e brutais que a genealogia da sua linhagem pudesse conceber. A existência dele se erguia como um pálido espelho, refletindo as silhuetas do pai, revelando, através da sua tragédia pessoal, os vestígios herança aviltante e macabra: "[O irmão] matava e mandava matar sem complacência. Sua fúria igualava-se à do pai, que decerto o temia. O pai, aliás, não se conformou que eu não tivesse morrido em seu lugar." (Piñon, 2014, p. 80). O filho substituto, o narrador, carece dos atributos "estimáveis" aos olhos daquela mítica familiar, que, de sua parte, deposita, no primogênito falecido, uma carga de valorização que parece inatingível para o novo membro da prole: "Mas seria eu tão feio assim que não pudessem me querer? Ainda hoje ignoro se as verdades proclamadas a meu respeito provinham da invenção ou do ódio que o pai tinha por eu não ter morrido no lugar do seu primogênito, herdeiro de seus bens e da sua crueldade." (Piñon, 2014, p. 72). Em simultaneidade às investidas filicidas do pai do narrador-

personagem, prorrompem-se, no horizonte narrativo, as inquietantes figurações do avô, as quais, como um ciclo vicioso e repetitivo, delineiam uma saga repleta de afirmações desmedidas, marcada pelo constante embate e pela rivalidade que se insinua como elemento central: “Enquanto o avô vivia, proibia que ele avançasse um palmo que fosse em suas propriedades. E lhe dizia: – Para herdar meus bens, mate-me primeiro. Os dois homens se olhavam aguardando a morte do outro, de quem piscasse primeiro sem resistir à mirada assassina.” (Piñon, 2014, p. 73).

Como se o patriarca da horda atiçasse os filhos ao parricídio ou, de outra maneira, como se pai e filho, aspergidos pelos licores edípicos, estivessem disputando o objeto materno, na narrativa em tela, o avô, configurado como uma figura que retumbe, de maneira impressionante, o perfil autoritário que se insinua no âmago da família, não se furta a infligir ao próprio filho, isto é, ao pai do protagonista, um discurso beligerante e confrontador, que se estabelece como a essência mesma de sua comunicação. O avoengo, antecessor na saga de atos nefastos, delineia um precedente que se enraíza nas entranhas da parentalidade, trazendo à tona a perversão, integrada à herança genética. Sua nefanda predisposição para o filicídio se manifesta como um presságio, forjando uma tradição tenebrosa que, de modo implacável, paira sobre a família como uma maldição sinistra, cujas raízes se estendem até o âmago da sua psique coletiva. É nesse cenário de desordem moral e atávica que o atual patriarca, como o segundo ator nesse palco perverso, assume o papel do carrasco sobre o descendente-narrador: “Também quer me matar, mas não concebe o gesto de enfiar a faca em meu peito. Em compensação, como um pirata, devota-se à pilhagem diária. Rouba pedaços meus e não os devolve. E o faz por meio diversos, como me convencendo de que não estou à sua altura [...]” (Piñon, 2014, p. 80). Impregnado de uma ferocidade verbal, lança as bases para uma dinâmica de confronto e antagonismo que parece repetir-se, perpetuando-se nas relações familiares de geração em geração: “Na ausência do avô, que percorria o campo a cavalo, o pai descontava em mim o que a vida ainda não lhe dera. Tinha horror da mulher, que era minha mãe, embora o pacto estabelecido entre eles o impedisse de expulsá-la de casa.” (Piñon, 2014, p. 73).

No seio dessa trama, que se debruça sobre a compulsão à repetição da brutalidade que permeia a raiz paterna, encontramo-nos face a um narrador-personagem que, qual peça desafortunada num tabuleiro, experimenta uma sensação de impotência avassaladora. Esse protagonista, em seu doloroso percurso, contempla, com uma angústia enredada de resignação, uma ‘promessa futura’ que se delineia diante de si, uma expectativa que se enlaça com a sinistra intenção de identificar-se com os patriarcas predecessores, adentrando um território sombrio onde a voracidade e a crueldade alvorecem como atributos proeminentes. Tal mito familiar, aos

moldes de um cálice envenenado que (des)organiza a coesão da família, ascende como um eixo orientador que dirige a trajetória do ramo paterno, tecendo um laço nefasto em torno da hostilidade e da barbárie: “Na solidão do quarto, eu padecia. Meu Deus, de que família me originei? Invejava o vigor daqueles machos que castigavam os adversários como parte da rotina, na crença de que, no futuro, eu faria o mesmo.” (Piñon, 2014, p. 73). A tônica do semblante da perversão, imbuída na herança psicológica transmitida transgeracionalmente, assume proporções épicas, como se fosse um legado irremediável que os homens-descendentes são compelidos a absorver e reproduzir. A condição de pertencimento naquela família, conforme delineada por esse mito parental tenebroso, exige dos herdeiros uma submissão aos atributos dos ancestrais, uma imposição cruel que os obriga a incorporar e perpetuar as características brutais de seus progenitores. Essa carga de expectativas e o peso da tradição, enraizados na cultura familiar, transformam a perpetuação da ferocidade e da desmedida em um rito de passagem, uma espécie de iniciação na qual a filiação é validada mediante à assimilação dos atributos sádicos dos antecessores.

De maneira análoga ao trem que, no conto anterior, sucumbiu a uma desgovernação diante dos esforços paternos, o ambiente da casa familiar se vê submetido a uma degradação implacável, uma decadência que progressivamente se insinua, que mina os fundamentos da construção; uma ruína que rebenta como consequência direta dos “crimes” perpetrados pelos pais: “– Fuja, filho, da minha miséria. A casa parecia destelhar. Era a tempestade. E, como não tinha onde me abrigar, eu fugia como cego esbarrando contra as árvores e ficava horas longe. Minha esperança era que o avô, movido por piedade, me trouxesse de volta.” (Piñon, 2014, p. 73-74). Localizada em uma fazenda, os moldes de um idílico claustro, a casa familiar, não obstante sua aparente consistência, pelas suas frestas, cede abrigo aos fantasmas ancestrais que, há tempos, assombram e pervertem gerações. Se, na relação com o próprio filho, o avô se configurava como um algoz implacável, sedento por exercer seu domínio e submeter sua prole a um jugo opressivo, no tocante ao neto, porém, sua postura se transformava de forma notável, revelando-se como um refúgio: “O avô era meu consolo. Talvez reconhecesse ser eu vítima de alguma injustiça que ele próprio teria sofrido na infância, na cadeia de violência daquela família. Afinal, não se eximia de culpa, pois foi ele quem transmitira aos seus descendentes a violência que julgava indispensável [...]” (Piñon, 2014, p. 74). Através da retórica do filho-personagem, desvela-se a disposição de arames psicológicos e históricos que remonta às profundezas do passado ancestral, na qual o atributo da violência surge como um legado que percorre a estirpe familiar, enraizando-se desde o bisavô até alcançar o avô do narrador. Esse padrão maldito de transmissão patrimonial delineia-se como uma compulsão à repetição, um

ciclo no qual os herdeiros dessa herança tenebrosa inevitavelmente ascendem à posição de patriarcas tirânicos e desmedidos. O bisavô, como a primeira geração a ser enredada nessa organização de crueldade, solidificou o paradigma da violência como uma característica fundamental da dinâmica familiar, deixando uma marca indelével que se prolifera ao longo das gerações subsequentes.

A herança de brutalidade, como um vestígio que se estende por décadas, permeia o psiquismo da família, moldando as atitudes, valores e comportamentos que se tornam o pilar dessa sucessão de patriarcas déspotas: "[O avô] disse-me um dia, como não me tivesse ao lado: e – É assim a família: dá alegria, mas também mata. Orgulhava-se, contudo, da fatalidade de haver forjado uma dinastia que levava seu nome, incapaz ele agora de destruí-la. Eram muitos, incluindo os serviçais." (Piñon, 2014, p. 74). A compulsão à repetição dessa narrativa se manifesta como um padrão inescapável, uma tradição maquiavélica na qual os herdeiros se veem compelidos a (re)encenar os emblemas dos pais. Os progenitores carrascos e inclementes eclodem como figuras arquetipicamente arraigadas nessa saga familiar, encarnando os valores viperinos e comportamentos truculentos de seus antecessores de maneira (quase) predestinada. Nesse momento da narrativa, desvelam-se as sendas das itinerâncias edípicas: o conflito ancestral entre progenitor e descendente adquire novos matizes, adensando-se. O filho, dotado de um desejo proibido e enlouquecedor, deixa-se enredar pelos tentáculos enigmáticos paixão, ousando dirigir seu ardor apaixonado à mulher que, pelo laço social, é a digna consorte de seu próprio genitor e, por conseguinte, sua própria madrasta-mãe: "E, já maior, sentado à mesa, anos depois da morte do avô, fingia não ver Ana, a mulher do pai. Certa noite, no entanto, seu traje permitia que lhe visse o seio tremulado. E não era por mim que arfava, nem pelo pai. Mas quem fez seu corpo tremular, mesmo em pensamento?" (Piñon, 2014, p. 75).

Ao contrário do protagonista clássico dos dramas trágicos de Sófocles, que, incapaz de manter firme o papel de substituto de Laio ao lado de Jocasta, vê-se consumido pela própria ruína, o personagem-filho, aqui em análise, hesita angustiantemente quanto a retroceder diante do arrebatador desejo edípico que o impele em direção à mulher que compartilha o laço marital com seu próprio progenitor: "Acaso desejar ou pretender acariciar a mulher do pai era um crime? Como me perdoar, reagir? Matando o pai? No quarto, intuí que a punição seria perder a aventura secreta e dolorida de amar uma mulher que me fizesse homem mediante as delícias da terra [...]" (Piñon, 2014, p. 75). Como um Laio imortal, o patriarca deliciava-se com uma perversa satisfação, ostentando, diante do herdeiro, seu inquestionável domínio sobre aquela mulher, tão ardorosamente desejada pelo protagonista-filho quanto indomavelmente proibida pelo tabu. A figura paterna erguia-se, aos moldes do pai primitivo que gozava das prerrogativas

de possuir todas as mulheres, como uma barreira intransponível entre o filho e a epítome do desejo encarnado naquela mulher. Sua presença se reformulava em um triunfo cruel, uma manifestação da força da autoridade patriarcal que subjugava, não apenas a vontade do herdeiro, mas também a sua própria liberdade: "O pai exige que [Ana] dê provas de ele ser mais importante que o exemplar que tem nas mãos. São traços de autoritarismo que a degradam, mas que têm como objetivo degradar o filho. Seus gestos, porém, golpeiam a todos." (Piñon, 2014, p. 76). Doravante, o filho-personagem, confessa, avaliando a arqueologia das dinâmicas familiares, que o dinheiro se erigia como o elemento central da herança que, paradoxalmente, assumia o papel tanto de organizadora quanto anárquica.

Prevalecia uma ânsia insaciável de saber, ininterruptamente, quais eram as cotas a serem legadas a cada indivíduo; um questionamento que extrapolam o mero domínio pecuniário e se enveredava, de forma ainda mais proeminente, pelo território da *economia* psíquica da herança inconsciente: "Aquela família, em vez de livros, tinha moedas no banco. O comando do avô era capitalizar os recursos. Perder dinheiro, ou desperdiçá-lo, era crime. A conta aumentava, e a questão era saber quanto cada qual herdaria." (Piñon, 2014, p. 75). Indubitavelmente, o protagonista encontra-se, qual Édipo mítico trespassado pelas flechas letais que o impiedoso Eros lhe endereçou, em uma reflexão acerca da ancestralidade e das figuras que povoam (ou povoaram) o caleidoscópio[1] de sua biografia familiar. O personagem, cujos passos são guiados pela tragédia fatal, alça o olhar sobre o ápice de sua própria narrativa, questionando-se, com eloquência e melancolia, se os ilustres antecessores que o precederam enfrentaram, tal qual ele, os desígnios insondáveis do desejo proibido por suas genitoras: "E indago, curioso, sobre quem escreveu as histórias que os homens viveram, como criaturas da minha casa. Acaso, quando escreve, sabe dos meus sentimentos por Ana, da paixão que não se extingue [...]? Terá vivido a mesma desdita que eu?" (Piñon, 2014, p. 77). O personagem escava os recônditos da memória, tentando desvendar os mistérios ocultos nas entrelinhas dos registros familiares, cujas sombras do passado, como fantasmas obstinados, sussurram enigmas que desafiam a razão: teriam, acaso, esses ancestrais, cujos nomes se debatem nos corredores da memória, experimentado os mesmos ardores do desejo proibido que, de maneira trágica e irrefreável, desembocaram nas flâmulas do incesto? Seriam, eles também, marionetes nas mãos implacáveis do Destino, cujos fios invisíveis, tecidos pelas Parcas, impeliram-lhes a enfrentar a perdição do desejo edípico?

[1] "[O caleidoscópio é] como se houvesse uma construção dinâmica de novas imagens. Como no caleidoscópio, cria-se uma nova figurabilidade a partir do movimento cinético de cada cilindro, até a constituição de uma imagem suficientemente estável." (Benghozi, 2010, p. 108).

Destarte, o protagonista, como descendente de uma matriz materna subjugada pelo consorte tirânico, tece considerações acerca da onerosa e narcísica incumbência imposta sobre seus ombros: observa-se compelido a empreender a árdua senda de concretizar os desígnios maternos, subjugando seu próprio ego à vontade intransigente de sua genitora. Dessa feita, o filho encontra-se na esteira da trajetória de outrem, cujos sonhos e aspirações pessoais cedem espaço à subserviência aos desideratos da matriarca. O descendente, como um mártir, configura-se como uma peça engrenada na maquinaria parental, cumprindo, de maneira ritualística e resignada, o imperativo de dar continuidade a um legado: "Suspeito que a mãe, incapaz de sonhar, desde o berço decretou que o filho sonhasse. Que fosse um vagabundo obrigado a ajustar-se aos reinos impossíveis e que desse prosseguimento a um possível ancestral que ousara também a mergulhar nos sonhos." (Piñon, 2014, p. 79). Confrontamo-nos com a transmissão simbólica das indumentárias psíquicas dos patriarcas, os quais, inescapavelmente perversos, são destinados a cometerem crimes (como assassinatos, torturas e cárceres privados) contra a própria família, seja em direção à esposa seja ao filho; a serem obsessiva e incestualmente fascinados pela figura materna; e, identificando-se com os seus ancestrais masculinos, a se portarem como facínoras desalmados. Eis a *família em desordem*, cujo funcionamento, precário, é incapaz de fraturar o encardo dos ancestrais, durante todas as gerações, alavanca rumo ao precipício da ruína e da desgraça; como resultado, os descendentes se tornam sintomas-apêndices de seus pais (Roudinesco, 2003). Dadas as transgressões dos antepassados, o mito familiar, na narrativa, tem sua miscelânia, em estilhaços, com fissuras e pedaços – seus enigmas e segredos – faltosos. Afora o elemento da função de "resíduo", aquilo deixado/esquecido pelas gerações pregressas, a compulsão à repetição pode ser vislumbrada na trajetória do narrador-personagem.

A narrativa de Nélida Piñon nos confronta com um regime de transmissão familiar desvinculado das configurações clássicas da repetição neurótica obsessiva e do pacto psicótico. Em vez de um encadeamento regido por ritos compulsivos ou uma fidelidade a um delírio comum que unifique os membros da família, o que se manifesta é uma transgeracionalidade perversa, sustentada na ambivalência constitutiva das relações humanas e na indissociabilidade entre desejo e ódio, poder e fragilidade, admiração e repulsa. A perversão que atravessa essa transmissão intergeracional insurge da transgressão e do domínio, em vez da imposição de uma ordem rígida e invariável. O avô exerce sua posição de senhor feudal, sustentando sua autoridade sobre um filho que encara como oponente à sua supremacia, sem reconhecê-lo como sucessor legítimo. O pai, por sua vez, perpetua o império do castigo e subverte o sentido da paternidade, transformando-a em um espaço de rivalidade e destruição. Em lugar de educar,

orientar ou zelar, aniquila, subjuga e corrói a identidade dos filhos, perpetuando o sofrimento ao qual foi submetido. Nesse circuito de perversão, a função paterna se converte em um palco para a exibição da potência fálica – ou de sua ausência. Daí a obsessão do patriarca pela virilidade, pelo sexo e pelo confronto incessante, que ultrapassa a punição ou repressão e se volta para a humilhação, a devastação e a anulação de qualquer possibilidade de resistência. A violência física, por mais aterradora, adquire uma dimensão menor diante da violência simbólica, que desmonta a subjetividade e condena ao desterro psíquico.

O filho-narrador, figura trágica que sobrevive a esse campo de batalha familiar, não encontra uma saída. Sua existência se reduz à condição de sobra, rejeito, ser indesejado cuja presença se justifica pelo luto do primogênito. Ao contrário das narrativas em que a criança rejeitada busca vingança ou reverte sua posição para conquistar um lugar no alicerce psíquico e social, ele se arrasta pelos corredores de uma casa que não lhe pertence, carregando o fardo de uma vida destituída de legitimidade. Sua trajetória se desenha longe da figura do senhor ou do rival, restringindo-se ao peso da herança, sem espaço para retribuir o mal recebido. O que há de inovador nesse conto de Nélida Piñon reside na recusa em inscrever a transgeracionalidade na lógica da repetição mecânica ou da reedição sintomática. O que se transmite não assume a forma de um código fechado ou de uma norma rígida, mas de uma ferida aberta, de uma violência que se molda e se reinventa a cada geração. O semblante da perversão não se oculta sob um ideal de ordem; ele se apresenta na própria desordem, no prazer extraído do sofrimento alheio e na impossibilidade de estabelecer vínculos sustentados pela alteridade.

Conforme o protagonista assevera, há uma necessidade de redenção existencial, cujo âmago reside na prescrição de parricídio. De acordo com essa cerimônia arquetípica, que ecoa desde tempos primordiais na psique humana, o protagonista é convocado a perpetrar o ato de assassinar seu próprio pai: “Penso que minha redenção seria matar o pai. Cumprir o ritual parricida que procede das cavernas. Há que suceder ao pai e ocupar seu lugar no leito. A lei é severa, mas também é justa. Pois, se tarda ele em morrer, alguém deve lhe chamar a atenção.” (Piñon, 2014, p. 79). Somente por meio dessa ríspida transgressão, empreendida (repetitivamente) por seus ancestrais, é que o filho-personagem poderia almejar ao desejo da venerada matriarca. Assemelhando-se a um filho da horda ou ao próprio Édipo, que usurpa o trono de Laio, o protagonista, aqui em análise, adornado pelo descontentamento sobre o suposto gozo detido pelo pai primitivo, questiona a razão subjacente à prerrogativa de que *apenas* o genitor possuir o privilégio de desfrutar do corpo de Ana, enquanto ele próprio, por um ‘capricho do destino’, subsiste como um mero castrado: “Com que direito vive a plenitude de

seu corpo, esbravejando na cama com Ana, enquanto eu vivo de sobras, como um castrado? Foi ele quem me esmagou os testículos para perder o direito à herança." (Piñon, 2014, p. 79). Os tormentos do protagonista, inebriados pela rivalidade edípica, compenetram-se com a imagem do pai, que, como uma figura que detém o monopólio da satisfação dos desejos, ergue-se como o obstáculo incontornável no caminho da realização do protagonista. A árdua escolha que lhe é imposta, de se tornar o agente da destruição paterna, lança-o em um abismo moral e psicológico, cujas dicotomias entre desejo e proibição, emancipação e submissão, alcançam seu ápice.

A voz narrativa considera Ana, a mulher do patriarca, como uma figura que, de forma mítica, desempenha o papel de tecelã que tramou o substrato entre o Passado Testamentário, caracterizado por desmedidas e crimes primordiais, e o Presente-Sintoma, no qual os membros legatários de tais transgressões ancestrais inevitavelmente herdam o fardo das suas consequências nefastas: "Essa Ana, cujo nome está na Bíblia, tem função divisória. Pelo que interpretei, coube-lhe costurar, com agulha grossa, o manto que abriga o Antigo e Novo Testamento. Pois, ao anunciar a Maria que ela estava prenhe do Salvador, ganhou inusitada importância." (Piñon, 2014, p. 81). O reino primordial familiar, onde os alicerces do comportamento familiar se instauram e os traumas se inscrevem – um período que evoca os primórdios da existência, permeado por episódios marcados por excessos e transgressões originárias – *recai*, como um manto fúnebre, inevitável e abruptamente, no presente – no qual os descendentes do arcabouço familiar carregam o pesado ônus das transgressões e excessos cometidos por seus antecessores: "Mas esta Ana, a do pai, herdeira universal, não testemunhou a ira que, existente no Antigo Testamento, pauta ainda hoje nossos instintos." (Piñon, 2014, p. 81). Ana, distante de ser uma observadora do passado absoluto, aquele primordial substrato da fundação da dinastia familiar, encontra-se, no contexto contemporâneo, restrita a testemunhar apenas as nefastas consequências que emanam das desmedidas primitivas perpetradas pelos progenitores originários, repercutindo de forma intransigente como uma culpa trágica desemboca nos filhos-herdeiros. Alheia ao cerne arcaico das transgressões pioneiras, a mulher do pai encara o presente como um palco onde as consequências infaustas do Passado primordial, regado a excessos e desmandos, desdobram-se de maneira impiedosa. O que se manifesta diante de seus olhos é o fruto envenenado daquilo que os patriarcas inaugurais, em tempos imemoriais, semearam com sua conduta transgressora: "O pai regozijou com a morte da mãe, que o perseguia por conta de suas traições. Nem as empregadas ele respeitava, a ponto da mãe fiscalizar qualquer nova que chegasse, para afinal cedê-la em troca de ampliar seu poder na casa." (Piñon, 2014, p. 82).

Doravante, averiguamos, a partir da voz narrativa, as cláusulas que conformam os pactos inconscientes, confeccionados, preambularmente à gestação e, posteriormente, ao nascimento da prole, alicerçados sobre as negociações psicológicas subjacentes entre a figura paterna e a materna: "O convívio conjugal lhes fizera cúmplices. A aliança perversa previa que ela comandasse a fortuna, e ele, desobrigado dos deveres conjugais, mantivesse as amantes aos seu alcance. Tal pacto dispensou-o de chorar em seu enterro." (Piñon, 2014, p. 82-83). Esses pactos, enraizados no inconsciente, representam uma miríade de acordos tácitos e implícitos, uma rede de compromissos não expressos em palavras, mas inscritos no psiquismo dos pais, muito antes da chegada do filho. São como contratos[2] não escritos, mas visceralmente gravados na psique parental, delineando os parâmetros sutis e as expectativas atadas que moldarão a dinâmica familiar e a experiência do herdeiro porvir. Em outros termos, o tratado se expressa como um conjunto de obrigações e responsabilidades não articuladas verbalmente, mas que se manifestam como um pano de fundo enigmático e determinante na configuração das relações familiares.

À face do implacável autoritarismo paterno, o filho, qual uma vítima mormente silente, era subjugado e mergulhado na penumbra do silêncio, uma castração simbólica que o destituía de voz e de identidade, relegando-o a uma condição de anonimato e despojamento. Nessa rígida estrutura de poder, ele se via condenado a uma existência despojada de autonomia, privado de espaço e lugar, como um Édipo destituído de seu trono, um órfão desamparado à deriva na constelação sombria das dinâmicas familiares: "Não sei dar ordens ou decretar a miséria alheia sem piedade como o pai [...]. Lamurio igual ao profeta Jeremias, cuja história me interessou. Sou, porém, um homem a quem falta intensidade. [...]. Vivo como um castrado alagado no próprio sangue." (Piñon, 2014, p. 82). Nos derradeiros momentos da trama, descobre-se que o patriarca encontrou seu fim prematuro por mãos desconhecidas; a voz narrativa, a despeito da revelação agourenta, astuciosamente se absteve de desvelar a identidade de quem arquitetou tão sórdido desfecho: "E só sofreu abalo quando o pai, anos depois, foi encontrado morto, assassinado no leito onde parecia dormir. Cortaram-lhe a carótida com uma navalha, que desapareceu no afã de se apagar qualquer vestígio." (Piñon, 2014, p. 83). Após a morte do pai

[2] Aulagnier (1975) discorre sobre este pacto narcísico celebrado com a criança, cujos termos já haviam sido delineados por Freud em 1914. Forjado durante o período de pré-investimento dos progenitores em relação à prole, as cláusulas deste acordo estabelecem que o segundo signatário (a criança) está incumbido de manter os valores e princípios preexistentes, ao mesmo tempo que anseia pelo reconhecimento e pelo senso de pertencimento no âmbito familiar e, posteriormente, na comunidade. A missão que é confiada a cada infante desde as primeiras horas de vida envolve a transmissão transgeracional dos complexos parentais. Esta se manifesta na forma de uma entidade espectral, que observa atentamente o recém-nascido e se acerca dele, personificada por expectativas, tanto conscientes quanto inconscientes, que as gerações precedentes projetam sobre o bebê e ao longo de sua existência (AULAGNIER, 1975).

e do avô, restou ao filho, como o último bastião da diagramatura familiar, cuja sina se teceu como uma trama de compulsiva repetição, a perpetuação dos preceitos ancestrais e ensinamentos endereçados pelo passado. Derrocado o patriarca, que outrora exercera o papel dominante e senhorial, o filho alçou-se à onipotência do comando daquela família, e, assim como o destemido Édipo, que usurpou o trono de Tebas e partilhou o leito com a rainha Jocasta, no conto em tela, o herdeiro, com sua ascensão ao ápice do poder familiar, encontrou-se em uma posição de autoridade e gozo semelhante: "Ao lado da viúva, eu era agora o pai. Mas essa é uma outra história. Penosa e interminável." (Piñon, 2014, p. 85). O filho, ao se erguer como o novo ditador do destino familiar, assume a pesada carga de continuar uma tradição sombria, como se fosse um executor involuntário de um decreto primordial que molda o rumo de sua linhagem. A engrenagem brutal, nessa moldura, revela-se como um espectro inquietante que atravessa as quatro gerações do ramo masculino e, a um só tempo, um enigma que persistirá em desafiar todas as tentativas de ruptura.

Em resumo, no conto, a transgeracionalidade perversa organiza as relações familiares, conduzindo os descendentes a uma repetição compulsiva dos desmandos, traumas e violências herdados. O protagonista, subjugado a essa lógica de dominação e suplício, encontra no parricídio o meio de se desvencilhar da opressiva herança simbólica e física imposta pelo patriarca. A necessidade de redenção existencial do protagonista, como ele próprio assinala, vincula-se à execução do assassinato do pai, ritual primitivo que disseminado desde os primórdios da civilização. Ao reivindicar o lugar que lhe foi usurpado, em um cenário onde o patriarca monopoliza o gozo e a autoridade, o filho assume a condição de herdeiro interditado, destituído de identidade e direito próprios. A violência que permeia essa relação inscreve-se em um contexto no qual o progenitor encarna a proibição absoluta, erguendo-se como um entrave intransponível à realização plena do descendente. O relato de Piñon delineia um quadro em que os vínculos familiares acionam a partir de pactos inconscientes, estabelecidos muito antes do nascimento do protagonista: as alianças entre pai e mãe, perpassadas por um jogo de cumplicidade e instrumentalização do desejo, sustentam o mecanismo obscuro de transmissão de um legado marcado pela perpetuação da perversão ao longo das gerações. O filho, enredado nesse esquema primevo, carrega o peso dos excessos e crimes passados, tornando-se o depositário de um fardo que o condena à reprodução da mesma dinâmica opressiva instaurada pelos seus antepassados. A narrativa expõe uma estrutura perversa que rege a dinâmica familiar e se manifesta tanto na brutalidade evidente do patriarca quanto nos pactos silenciosos, nos desejos soterrados e nos acordos invisíveis que vinculam os personagens a um destino preestabelecido.

O filho, esmagado sob a autoridade do pai, vê-se reduzido a uma sombra, refém da impossibilidade de afirmar sua própria existência. O desfecho, pontuado pelo assassinato do patriarca e pela ascensão do filho à posição que antes lhe cabia, ratifica a repetição incontornável do ciclo transgeracional. Ao ocupar o lugar do pai, o protagonista assume a continuidade da lógica que o subjugava, reiterando a mesma estrutura de poder, desejo e violência que forjou sua trajetória. O conto de Nélida Piñon inscreve-se na tradição literária que explora a compulsão à repetição da violência transgeracional, na qual o sujeito se encontra simultaneamente na posição de vítima e algoz, reproduzindo, sob novas configurações, os desmandos que o antecederam. Ao evocar as sombras de um passado coercitivo, a narrativa evidencia que a perversão opera como um princípio estruturante das relações humanas, projetando-se indefinidamente sobre aqueles que ousam desafiar a ordem estabelecida. A potência dessa história reside na constatação de que o parricídio, em vez de instaurar uma ruptura redentora, mantém a maldição ativa, perpetuando um destino em que os herdeiros, ao se insurgirem contra os antecessores, reiteram a ruína dos que os precederam.

Na antepenúltima narrativa da antologia, “Em busca de Eugênia”, acompanha-se o relato de uma mãe, a voz narrativa, que se insinua como a condutora de uma carta elaborada, com o propósito de dirigir-se a sua irmã, a enigmática Eugênia. Nesse epistolário íntimo e pessoal, entre as erupções do pensamento da protagonista e o que é, de fato, escrito na missiva, desvelam-se as reminiscências mais íntimas e os fantasmas ancestrais, que povoam o vasto reservatório familiar. Defrontamo-nos com os lancinantes aguilhões que açoitam impiedosamente a personagem, os quais, por sua natureza austeramente devastadora, reverberam de maneira solene e trágica, encontrando sua máxima expressão na configuração sombria e lúgubre que decorre da precoce e infesta despedida de seu dileto esposo. É nesse mesmo contexto de desolação, por meio da carta que escrever para a irmã Eugênia, que testemunhamos o fragmentador luto que aflige o âmago da protagonista, na fatídica e infausta perda de seu primogênito, o infortunado Manuel, cuja trajetória foi selada por um destino cruel e implacável: “Não sei se lhe disse que Manuel, o primeiro filho, que perdi, tão diferente de mim, amava as festas, o vinho rubro. Era comum exceder-se. Certa noite, irrompeu casa adentro. Queria asilo. [...]. Fazia frio. Baixei as cortinas do quarto. Envolvi-o com a manta. A febre o consumia.” (Piñon, 2014, p. 119). Não obstante, sobre os ombros dessa aflita narradora recai também a gravosa carga do descontentamento manifestado por seus filhos mais tenros, Benito e Sara, que, num ato de dolorosa separação, deliberadamente a desampararam na modéstia da vila nativa, ansiando por uma existência distante, no seio de terras estrangeiras, onde as promessas de um porvir mais auspicioso acenavam com uma miragem efervescente.

Essa renúncia filial, como uma cicatriz dolorida nos arranjos do seu ser, compele-a, a contragosto, a suportar essa separação nas entranhas do seu anseio materno: “Ao parir, mugimos como vacas [...]. Tanto estardalhaço para que os filhos nos paguem mais tarde com visitas apresadas. Absortos com o mundo, mal chegam, de olho no relógio, querem partir logo. Como se a sina do homem fosse fugir do estábulo onde afinal foi parido.” (Piñon, 2014, p. 113).

Paralelamente, acompanhamos, por meio das reminiscências diáfanas delineadas, pela voz narrativa, as vivências compartilhadas com a saudosa irmã, a resplandecente Eugênia, quando, em sua meninice, desbravavam juntas os meandros edênicos da infância. Desvendam-se os lampejos de um passado que se entrelaça com a trama familiar do presente trazendo à tona a nostalgia de tempos idos e a busca incessante por resquícios daqueles tempos áureos que gravitavam em torno do calor maternal, cuja chama agora arde apenas nas lembranças: [...] ambas saíamos do mesmo útero. Lembra-se dos rostos do pai, da mãe, dos avós? Por mais que me esforce, eles esfumaçam na minha frente. Guardo-lhes sobras apenas de gestos. Rala memória. Se ao menos tivesse deles um retrato!” (Piñon, 2014, p. 114). Inclusive, a protagonista nutre um inextinguível desejo de explorar as profundezas de sua própria gênese, buscando, com afinco, as raízes originais que brotaram do solo da existência, assim como o gérmen inato dos predicados, que abarcavam tanto os traços físicos como os matizes psíquicos, que ela, de forma incontestável, havia herdado: “Os meus olhos azuis, por exemplo, a quem devo? Acaso serviria catar em algum rosto da família a revelação da minha origem?” (Piñon, 2014, p. 114). Nessa notável incursão pelas sendas das memórias, urdida com uma clara direção voltada à receptora desse relato epistolar, a saber, Eugênia, percebemos um esforço eloquente e quase cerimonial de resgate dos espectros dos defuntos, como se a irmã se erigisse como a custódia zelosa dos vestígios mortais e dos objetos enigmáticos que constituem o patrimônio mortuário do arcabouço familiar. Num ato simbólico de evocação e tentativa de reconstituição dos elos perdidos com os antepassados, essa epístola se transforma em um veículo hábil, no qual os enigmas do passado podem ser revisitados e as vozes ancestrais, em algum sentido, ressuscitadas. Em outros termos, em um elaborado exercício de evocação memorialista voltado na direção de Eugênia, somos testemunhas de uma comovente tentativa de resgatar esses defuntos do túmulo das memórias, como se a própria irmã, em sua essência, fosse a depositária fiel e zelosa dos restos mortais e dos artefatos crípticos que compõem o sepulcro familiar: “No início, queria tanto abraçá-la, envolver em um abraço a infância, os mortos, você. Recuperar o calor da nossa defunta mãe em seu corpo. Saber assim quem de nós herdou o cheiro materno.” (Piñon, 2014, p. 114).

Sabe-se que, na tenra idade, tais irmãs vagavam pelos corredores do cemitério local, transformando aquele lugar de descanso eterno num verdadeiro refúgio acalentador para suas almas inquietas: “Quando meninas, nos escondíamos as duas por trás das lápides, com as pernas feridas pelos espinhos dos arbustos. O cemitério sempre foi nosso abrigo. Ali ninguém ia nos buscar. E o prêmio era o perfume intenso que emanava da natureza.” (Piñon, 2014, p. 122). No entanto, quando a mãe da narradora recebe seus filhos, Benito e Sara, em sua residência, lamenta a interrupção dessa tradição; como se a mitologia familiar, antes perpetuada pelos antigos, tivesse sido relegada ao esquecimento pelos descendentes: “Então sentenciei, esquecida da presença de Sara, que já não fazia parte das nossas tradições: – Ordenei a Benito que vou ser enterrada aqui. Enquanto caminhávamos pelo cemitério, ele puxou a irmã para perto de si.” (Piñon, 2014, p. 122). Nas vastas terras do cemitério, os jovens Benito e Sara, proles desta narradora atormentada, eram conduzidos com a mesma solenidade com que Caronte, o mitológico barqueiro dos mortos, guia as almas pelos rios para o obscuro reino de Hades. Sob a égide maternal, como uma espécie de psicopompo doméstico, eles peregrinavam por entre as lápides, embrenhando-se em um trajeto que evocava a travessia entre mundos, na busca por um passado vívido apenas na figura materna. Doravante, Benito e Sara inevitavelmente encontraram o sepulcro que abriga os restos mortais do patriarca da família, o amado marido da protagonista, cuja existência havia sido ceifada pela morte: “Alisei a tampa de pedra. O marido estava embaixo. – Que ingratos somos com os mortos! Nunca providenciei ao menos uma planta que desse sombra ao marido. [...]. – As árvores em torno da sepultura deveriam levar o nome do pai, da mãe, do marido. E o meu, no futuro.” (Piñon, 2014, p. 123). O mausoléu, semelhante a um receptáculo sagrado da recordação, alçava-se majestosamente como um símbolo imutável de infortúnio e uma emblemática relíquia da memória arcaica, projetando sua soturna sombra sobre o presente e, de maneira indelével, gravando-se no âmago dos descendentes, como uma inscrição etérea na lápide marmórea do reservatório parental; essa morada definitiva dos antigos, erigida como uma espécie de santuário do passado, orientava os rumos da narrativa familiar.

Na efígie desse encontro solene nas áridas paragens do cemitério, a matrona desfia, perante a prole, em concisos sumários, as diretrizes que anseia para a cerimônia derradeira de sua sepultura; demanda, por exemplo, que o seu corpo descanse solenemente sobre o leito mortuário, construído com a madeira nobre do cedro – outrora mantido à parte dos domínios familiares –, um relicário obscuro resguardado nas entranhas do porão, concebido habilmente por Manuel, o primogênito, enquanto ainda vivia: “Não queria flores, mas pedi o caixão de cedro, guardado no porão, obra do filho Manuel. E, ao me trazerem até o cemitério, que

reduzissem a velocidade do carro um pouco antes da curva, de onde se via o campanário, de modo a sentir, por uma última vez [...]" (Piñon, 2014, p. 114). Tais diretrizes para a liturgia de seu cortejo fúnebre organizam a marcha da procissão em momentos específicos do percurso, como se a condução do corpo à morada eterna seguisse uma coreografia ensaiada. Além disso, impõem com rigor a exigência de zelo e precisão na árdua tarefa de acomodar seus ossos no féretro, após a inevitável exumação. Além disso, impera, com uma autoridade inabalável, que seus descendentes se encarreguem de exumar e, como verdadeiros arqueólogos do calabouço familiar, efetuem o resgate dos ossos arcaicos que repousam no interior da sepultura: "O rincão onde infortunados fantasmas reclamavam a sorte." (Piñon, 2014, p. 124). Assim, desempenham um papel que remete ao de perscrutadores incansáveis das entranhas do passado, reunindo, com esforço, todos os fragmentos da ossada dos parentes antigos, conjugando-os, de maneira singular, com os restos mortais núperos da figura materna, de tal sorte que esses elementos disjuntos convergem em uma grandiosa sinfonia de parentesco, formando um colosso esquelético, um corpo unitário: "– Recomendo que, na hora da exumação, agrupem com cuidado todos os ossos encontrados na vala, como se fizessem parte de um único esqueleto. Depois, devolvê-los ao ninho onde estiveram em silêncio por tantos anos. O último gesto da família é cobri-los com meu corpo." (Piñon, 2014, p. 124).

Ela, revestida da inquestionável autoridade que a maternidade lhe conferiu, alça ao patamar de primazia um códice de instruções, como uma cartografia elaborada, destinado a guiar os procedimentos concernentes ao ritual fúnebre que se desdobrará. Nesse ínterim, sua postura assemelha-se à de uma escriba divina que, com a pena de sua vontade soberana, traça e sela, até mesmo na derradeira e solene cerimônia, o destino dos filhos, imprimindo-lhes uma chancela definitiva que timbrará as gerações. Esse emblema transforma os descendentes em co-guardiões, coerdeiros das proeminências que compõem o vasto panteão familiar; legando-lhes, assim, a responsabilidade de perpetuar a memória e a tradição, alinhando-os inextricavelmente com a recesso parental que os precedeu. Os espectros arcaicos, seja os que repousam em túmulos antigos, como avós e pais, seja o inexplicável e trágico fantasma da morte de Manuel, perambulam, como vivos-mortos, no reservatório da família, de maneira dissonante; parecem ainda habitar a casa, como se suas presenças persistissem no espaço físico, recusassem-se a partir para a eternidade. Aliás, a protagonista, garantindo a sobrevivência de tais espíritos familiares e velando a cripta infiltrada, ao contrário de sua irmã Eugênia – que partira em busca de horizontes desconhecidos – , permaneceu, aprisionada pelas "montanhas galegas", sem um destino claro à sua frente, sem um caminho para seguir, visto que tinha *herdado*, de seus pais, a casa onde nascera e, nela, mantivesse-se cativa, sem esperança de emancipação: "[...]

enquanto eu, sua irmã, prisioneira ainda hoje das montanhas galegas, não tenho para onde ir. [...]. Continuo na casa onde nascemos, que me coube como herança." (Piñon, 2014, p. 117).

Durante o transcurso dessa visita solene e marcada por um caráter que os filhos, deferentes em seu tributo filial, fizeram à matriarca, esta desempenhou um papel que não se restringiu apenas à enunciação das diretrizes fúnebres. Nessa ocasião de recíproca interpelação entre as gerações, a figura materna, com a destemida determinação que lhe é característica, imprimiu um constrangimento quase coactivo sobre seus descendentes, impondo-lhes um fardo, em especial a Benito, uma carga de culpa. Com a eloquência de quem se tornara uma guardiã das memórias e das tradições ancestrais, a matriarca reforçou enfaticamente que, em prol da subsistência e do bem-estar dos herdeiros, havia empreendido sacrifícios incalculáveis, verdadeiros atos de abnegação. Agora, incumbia aos descendentes, devedores de uma dívida inscrita, viverem suas vidas em função do ressarcimento dessa obrigação moral, da culpa por terem matricidamente lhe 'espoliado'; um legado inconsciente que haviam contraído com a própria mãe, tornando-se, assim, endividados perpétuos: "Explico-lhes os sacrifícios que diz por ele. Na infância, sua magreza fazia-o facilmente tropeçar. Salvei-o por força do empenho. Ele me deve favores. O maior de todos, a própria vida." (Piñon, 2014, p. 125). A resoluta Sara, a filha mais nova, numa repetição do ímpeto usurpador da figura materna, demanda, com uma audácia notável, a sua participação legítima na herança familiar. Essa reivindicação, manifesta-se de maneira a incluir os ativos econômicos, que integram o testamento, mas, sobretudo, o patrimônio inconsciente, as heranças simbólicas que irradiam a trama do passado ancestral: "Sara tinha fome e, com a boca cheia, insistia em apossar-se das lembranças que eu guardava da irmã. [...]. Solidário com a mãe, Benito praticamente instou a irmã a partir. [...]. Mas Sara não se movia, entretida com o lanche. Seguia cobrando parte da herança." (Piñon, 2014, p. 128-129). Nessa voracidade oral, sádica-canibalesca, a filha tenta ingurgitar, numa refeição antropofágica, os predicados da memória familiar. Ela empreende essa incursão como se estivesse envolvida num banquete antropofágico, uma cerimônia simbólica na qual tenta absorver e assimilar os atributos e legados que impregnam a herança transmitida, consumindo-os com avidez, como se deglutisse as heranças disfágicas desse festim genealógico. Nessa fome insaciável, lança-se na expropriação das relíquias do antiquário materno, como se estivesse buscando confiscar e apropriar-se das preciosidades que compõem o vasto acervo da matriarca, garantindo tais espólios, enraizados no inconsciente familiar, permaneçam vivos e resplandecentes, preservados para as futuras gerações; assegurando a perenidade dessas "riquezas" malditas após o inevitável ocaso da matriarca.

O conto de Nélida Piñon se constrói sobre uma obsessão transgeracional que encapsula os descendentes em um ciclo irredutível de herança materna, elevada à categoria de destino irrevogável. Diferente da perversão que alicerça a transmissão psíquica no conto anterior, aqui a narrativa acentua a compulsão pela repetição e a irrestrita submissão a um legado ancestral, evidenciando como a obsessão se impõe como força motriz na perpetuação de um vínculo incontornável. A transmissão hereditária, estruturada em um rigoroso aparato de rituais e preceitos, redefine os traços identitários dos herdeiros e os converte em guardiões de um código imutável: a matriarca, figura central desse ordenamento, estabelece-se como eixo absoluto da linhagem, garantindo que sua vontade se prolongue além da vida. O cemitério surge como o espaço onde essa continuidade se cristaliza, uma geografia simbólica que sanciona a compulsão pela permanência e a interdição do esquecimento. O peso da herança invade o cerne subjetivo dos descendentes, impondo-lhes a tarefa de reviver, com precisão quase litúrgica, os gestos inaugurais de sua ancestralidade. Cada ato torna-se um testemunho da fidelidade intransigente ao passado, um tributo ininterrupto à memória que exige reprodução constante. A obsessão se revela na repetição, na perpetuação de um ciclo que mantém seus integrantes dentro de padrões fixos. A figura da matriarca, destinada ao repouso sob a madeira imponente do cedro, sintetiza essa lógica de solidez absoluta: o cortejo fúnebre, em sua solenidade, consagra a indivisibilidade do elo entre vivos e mortos, instaurando uma ordem inquebrantável.

A narradora, ao evocar sua própria imobilidade nas “montanhas galegas”, enfatiza a força aprisionadora dessa herança, que mantém os descendentes presos a um tempo circular, onde o futuro se apresenta como repetição do já vivido. Os filhos, encarregados de resguardar esse testamento imaterial, reproduzem padrões preestabelecidos, diluindo suas identidades na necessidade de manter intacto o desígnio ancestral. A herança converte-se em um fardo irrecusável, cuja continuidade se impõe como lei absoluta, apagando qualquer traço de autonomia individual. A obsessão transgeracional aparece como um imperativo incontestável, um impulso irreprimível de perpetuação que subjuga qualquer tentativa de renovação. O cemitério, metáfora máxima desse encadeamento compulsivo, se torna o selo da permanência, onde cada geração reafirma a prevalência absoluta do passado sobre o presente. O conto de Piñon, ao estruturar essa lógica de compulsão hereditária, evidencia o caráter implacável da obsessão como princípio ordenador da linhagem, impossibilitando qualquer horizonte de emancipação.

Se na narrativa anterior a obsessão transgeracional se manifestava como a compulsão irrestrita pela preservação de um haver materno, no conto subsequente, essa lógica de transmissão psíquica assume novas configurações. A linhagem familiar segue exercendo sua

força estruturante, mas agora é a figura paterna que se impõe como um espectro determinante, infiltrando-se nos meandros da vida afetiva da protagonista. A memória, marcada pela repetição e pela confusão entre passado e presente, desenha um cenário onde o desejo e a morte se vinculam, e a herança emocional se perpetua de forma ainda mais insidiosa. Enquanto antes os descendentes carregavam o peso de um destino imposto pela ordem materna, neste conto, a protagonista se vê enredada em uma teia de relações interditas, onde a sombra do pai e do amante se confunde, consolidando uma vivência psíquica dominada por espectros que recusam o esquecimento. No conto "Para sempre", que integra a coletânea de Piñon, a imagem paterna adquire uma dimensão espectral que se infiltra na psique da protagonista, configurando um emaranhado de desejos, interditos e memórias que se sobrepõem e confundem. A narrativa desvela um amor proibido, urdido na clandestinidade, entre a sobrinha e seu tio, um afeto que se consome na paixão febril e encontra seu desfecho trágico em uma noite de êxtase e morte. A intersecção entre erotismo e luto manifesta-se como um dos eixos estruturantes do conto, evidenciada no trecho: "A morte do pai a salvou. Podia agora chorar pelo morto que ninguém conhecia. Pelo amante que morrera em seus braços, em uma terça-feira sinistra, no meio do bosque onde às escondidas desafogavam o desejo, quando ele, como se o coração explodisse [...] tombou tremente." (Piñon, 2014, p. 86).

Aqui, a narrativa sublinha a dualidade entre luto e libertação: a morte do pai permite que a protagonista, enfim, vivencie sua dor pelo amante perdido, sem que o peso da sociedade e da moralidade a impeça de sentir. Contudo, essa dor não se fragmenta em esferas separadas; ao contrário, funde-se em uma experiência indivisível, onde a figura paterna e a do amante se confundem em um jogo de ausências e presenças espectrais. A narradora onisciente delineia com sutileza o conflito psíquico da protagonista, cujo nome permanece oculto, reforçando a amplitude da experiência que encarna. Através dessa figura feminina, a narrativa sugere um retorno incessante ao desejo interdito e ao peso da repetição edípica – o conto de Piñon constrói um campo de forças entre desejo e interdição, culpa e prazer, vida e morte. O espectro paterno paira sobre a memória da protagonista e se materializa na morte do tio-amante, criando um vínculo entre essas duas figuras masculinas que marcaram sua existência: "[...] como órfã, expressava o desejo de espalhar as cinzas do pai no alto do monte, perto do local onde ela e o amante se encontravam e faziam amor. [...]. Ao passar dos anos, seguia recordando o homem, que guardava no corpo e na memória. [...]." (Piñon, 2014, p. 89). A topografia da memória e do desejo ganha contornos labirínticos, cujos ritos fúnebres e os encontros amorosos se sobrepõem e se ressignificam. A morte do pai e a do amante tornam-se eventos inseparáveis, provocando uma justaposição entre o cerimonial público e grandioso do patriarca e o rito fúnebre quase

clandestino do amante. A protagonista, ao reviver suas lembranças, constata que as imagens de ambos os mortos se confundem, dissolvendo-se em uma simbiose que atravessa o tempo e desafia a linearidade da dor: “O ritual da morte do amante, que se fundira com os funerais do pai, a desorientava. Ao recordá-los, os dois homens, se confundiam, as perdas se misturavam.” (Piñon, 2014, p. 89).

A persistência fantasmagórica dessas figuras masculinas na memória da protagonista sugere um encadeamento entre desejo e interdito, amor e morte, gozo e culpa: a narrativa constrói um jogo de espelhos onde os fantasmas paterno e amoroso se fundem e reencenam perpetuamente sua presença, conduzindo a protagonista a um estado de inquietação constante, onde os lutos se sobrepõem e o desejo jamais encontra repouso. Noutros termos, “Para sempre” narra um amor proibido, mas também expõe a memória e o desejo como territórios de assombração e repetição contínua, em que os mortos permanecem na consciência daqueles que os amaram. O que torna este conto singular na obra de Piñon é a maneira como a transgeracionalidade se impõe como um eixo central da narrativa. Ou seja, diferente de outras histórias que abordam o amor proibido ou a culpa, esse conto rompe com a linearidade temporal e coloca a protagonista em um estado de suspensão emocional perpétua, no qual o peso do passado influencia e define o presente. A fusão entre o pai e o amante não ocorre apenas na memória, mas na constituição psíquica da personagem, que carrega consigo o legado emocional e o trauma herdado, perpetuando um ciclo de desejo e perda que atravessa gerações. Esse jogo de reencenações, no qual a protagonista revive obsessivamente o passado, ilustra um conceito que ultrapassa a psicologia individual e adentra o campo das dinâmicas familiares, nas quais a culpa, o desejo e a interdição são heranças inevitáveis de uma linhagem de afetos interditos. Além disso, “Para sempre” diferencia-se por sua abordagem do espectro familiar como um elemento que subverte a lógica tradicional da identidade e da memória. A protagonista revive a figura paterna em sua relação com o amante e insere-se em um ciclo onde morte e desejo convergem de maneira indistinta. Esse elemento confere ao conto uma dimensão quase mítica, onde os laços de sangue transformam-se em forças invisíveis que moldam, delimitam e aprisionam as personagens em um destino inevitável. A narrativa de Piñon ressignifica a transgeracionalidade ao apresentar a repetição do desejo interdito como um fenômeno inevitável, em que os mortos continuam a habitar os vivos, guiando suas escolhas e perpetuando os mesmos ciclos de amor e perda.

A fusão entre o pai e o amante manifesta-se tanto na memória quanto na constituição psíquica da personagem, que carrega consigo o legado emocional e o trauma herdado. Esse processo perpetua um ciclo de desejo e perda que atravessa gerações. A protagonista revive

obsessivamente o passado em um jogo de reencenações que extrapola a psicologia individual e alcança as dinâmicas familiares. Nessa trama, culpa, desejo e interdição tornam-se heranças inevitáveis de uma linhagem de afetos interditos. Além disso, "Para sempre" distingue-se pela abordagem do espectro familiar como um elemento que transforma a lógica tradicional da identidade e da memória. A protagonista revive a figura paterna em sua relação com o amante e insere-se em um ciclo onde morte e desejo convergem de maneira indistinta. Esse aspecto confere ao conto uma dimensão quase mítica, em que os laços de sangue atuam como forças invisíveis que moldam, delimitam e aprisionam as personagens em um destino irreversível. A narrativa de Piñon ressignifica a transgeracionalidade ao apresentar a repetição do desejo interdito como um fenômeno inevitável – os mortos continuam a habitar os vivos, orientando suas escolhas e perpetuando os mesmos ciclos de amor e perda.

Em derradeiro, em "A quimera da mãe", penúltima narrativa, deparamo-nos com os adornos narcísicos que envolvem, com esplendor, a figura materna e, simultaneamente, com as narinas incendiárias que exalam, como sussurros divinos, as febres e tormentos da maternidade. Nesse enredo, acompanha-se o percurso de um filho, narrador da história, empenhado em cumprir, com rigidez cerimonial, os desejos e caminhos delineados pela mãe: "O alvo desta vez seria cumprir a rota sentimental da mãe. Ela própria confessara, em momentos de descuido, que tinha o coração repartido em muitos pedaços." (Piñon, 2014, p. 133). O protagonista, investido de uma missão, apresenta-se como um sacerdote devotado ao altar materno, incumbido de recompor fragmentos dispersos e compelido a um rito de entrega absoluta, cuja renúncia e submissão se enredam numa fidelidade irrestrita à matriarca ancestral. Ao longo da trama, Manuelinha, a figura materna, ergue-se como uma esfinge contemporânea, confrontando o consulente com enigmas velados e impondo ao filho a necessidade de decifrações labirínticas: "A mulher era, no entanto, imprecisa nos registros, desde o corriqueiro, como o rol de roupa e os tomates que lhe faltavam, até quando declarava amor pelo filho. Suas confidências não obedeciam a uma lógica que seguisse sem bater em porta errada." (Piñon, 2014, p. 134).

A matriarca determina incumbências e impõe ordenanças que confinam o descendente em um emaranhado de exigências exacerbadas. O conjunto dessas imposições desenha um mosaico enigmático de preceitos, no qual o filho percorre sendas sinuosas em busca de uma redenção incerta – esse vínculo, carregado de ambivalência, coloca a figura materna como um farol paradoxal de desejo e domínio. Na tentativa de satisfazer anseios insondáveis, o herdeiro assume o papel de serviçal devotado, sacrificando vontades próprias no altar das exigências maternas. Essa dinâmica, marcada por devoção incondicional e entrega extrema, estrutura um teatro de submissão e poder, onde as delimitações entre identidade e alteridade tornam-se

fluídas e enigmáticas: “Eu não sabia como defender a memória da mãe, para nada se lhe perder. Como lhe fazer a vontade no futuro? Eu a examinava. Era um ávido investigador dos seus gestos, apto a lhe descobrir os segredos.” (Piñon, 2014, p. 134). A tessitura do destino, moldada pela estrutura familiar, sobrepõe-se à história individual do descendente, delineando um percurso de heranças e imposições. A trajetória do filho revela-se como uma construção ardilosamente arquitetada pela matriarca, cujo semblante, marcado pela dualidade, encerra segredos do inconsciente coletivo. Em sintonia inevitável com essas determinações, o protagonista responde com diligência absoluta às demandas que lhe são impostas, como se fosse uma peça de engrenagem em um mecanismo elementar. O percurso que trilha o arrasta ao cumprimento de um desfecho previamente traçado pela figura materna.

O descendente, moldado por temores e indecisões, encarna um herói dilacerado diante da implacável Quimera, criatura composta por desejos e exigências labíricas que se corporificam na figura materna: “Eu não nascera para ofícios tão finos. Contava somente com o desejo brutal de aliviar a mãe de sonhos que lhe vinham descarnando o corpo sem, em troca, fêz-la sorrir.” (Piñon, 2014, p. 141-142). Enquanto Belerofonte enfrentou a besta mitológica com bravura, o filho, enredado nesse drama, hesita e sucumbe aos impulsos do inconsciente, aprisionado nas tramas ardentes do grande Outro, ou seja, da entidade maternal devoradora: “Amedrontado com uma mãe cuja ciência da vida concentrara-se nos amores fracassados [...]. Preparei-me para deixá-la algum tempo, a menos que confessasse, me fizesse ver de onde afinal eu surgira, como seriam os recônditos meandros daquela criatura que me gerara.” (Piñon, 2014, p. 141). Diferentemente de outras narrativas de Nélida Piñon, que exploram a transmissão psíquica entre gerações, esse enredo singulariza-se ao conceber o descendente como artífice de uma missão ancestral, cuja realização demanda completa submissão. A marca transgeracional configura-se como um desígnio irrevogável, alicerçado na exigência de que o filho repare as lacunas afetivas da mãe e se sacrifique para recompor uma história fraturada. Em vez de carregar passivamente vestígios familiares, o protagonista assume, com plena consciência, a incumbência de restaurar um passado alheio, dissolvendo-se na trajetória materna e obliterando a própria identidade. Essa construção confere ao conto um caráter distintivo ao retratar um sujeito cujo ser se dilui na órbita de um desejo que lhe é estranho, instaurando um drama em que a herança psíquica se converte na renúncia absoluta do eu.

No tópico subsequente, investigaremos o conto que empresta o título à coletânea, a saber, “A camisa do marido”, o qual assume, neste trabalho, o papel proeminente de *corpus* precípuo. Nesse âmbito, num exercício exegético copioso e exaustivo da referida narrativa, propomo-nos a analisar os fantasmas familiares, as heranças transmitidas e pactos inconscientes

que (des)consertam a trama literária. Delineados na narrativa de forma talhada, tais vultos surgem como entidades desencriptadas, cuja réstia perambula, com desesperada insistência, pelos recônditos sombrios da adoecida casa familiar. São espectros enigmáticos e opressivos que, com seu manto de mistério e inquietação, lançam-se terrificamente sobre os personagens-herdeiros, instigando-os a um teatro macabro entre o passado e o presente. Outro elemento significativo, que será submetido ao escrutínio, é a noção de heranças inconscientes, que, à maneira de enigmas a serem decifrados, insinuam-se, desvelando-se como um espólio à revelia, porém insidioso, que se transmite de forma transgeracional. Tais heranças, submersas no inconsciente coletivo da família, atuam como forças ocultas, moldando os destinos dos descendentes-legatários, frequentemente de maneira imperceptível.

3.3 QUANDO AS INDUMENTÁRIAS DA VIDA ENCONTRAM REFÚGIO NA MORTALHA GERACIONAL: FANTASMAGORIAS DA FAMÍLIA (COM)PACTUAM COM SEUS HERDEIROS, N'*A CAMISA DO MARIDO*, DE NÉLIDA PIÑON

> O interior do móvel encerrava uma indumentária luxuriante, costurada com brocados magníficos. Confinada num recanto escuro, abandonada e em desuso, a vestimenta parecia aludir a um corpo vivido em outro tempo, caminhando sobre o solo, desafiando as estações de uma região longínqua; imaginava como teria sido o corpo de Emilie coberto com aquela vestimenta exótica, que eu divisava parcialmente no canto sombrio do armário; imaginava cenas esparsas de sua adolescência, como hoje imagino as minhas incursões sucessivas ao interior do armário, à procura de um objeto de palavras.
> (Milton Hatoum)

No conto intitulado "A camisa do marido", Elisa, a matriarca, observa-se enredada num torpor melancólico, absorvida pela lassidão da viuvez e pelo peso da ausência de Pedro, com quem compartilhou três décadas de convivência conjugal. A melancolia do luto entrelaça-se às reminiscências que povoam sua memória, enquanto a personagem se entrega a um ímpeto de desforra, movida pelo anseio de restaurar um senso de justiça frente ao trágico e iníquo desenlace do esposo. A narrativa se inaugura sob a égide de um narrador onisciente em terceira pessoa, mas, em diversas passagens, há uma inflexão para uma abordagem subjetiva, na qual a voz narrativa se alterna para os olhares de Elisa, de seus filhos – Tiago, Lucas e Mateus –, de sua nora Marta, esposa de Tiago, e até mesmo do próprio Pedro, cuja presença se faz sentir em uma evocação espectral. Nos segmentos em que a narração adota a primeira pessoa, a construção textual adquire um viés estilístico distinto, marcado pela inclusão de trechos em itálico, os quais destacam os fluxos reflexivos das personagens. Esses fragmentos trazem à tona pensamentos que transitam entre o presente e as evocações do passado, compondo um panorama de lembranças que circundam, invariavelmente, a figura central de Elisa. O enlace matrimonial da protagonista emerge como um ponto de dissonância, particularmente para os filhos mais velhos, Tiago e Lucas, cujos sentimentos são atravessados por um ressentimento latente, sustentado pela crença de que a afeição parental lhes foi relegada em prol do vínculo inquebrantável entre os cônjuges. Em suas manifestações, ressoa a amarga convicção de que jamais foram alvos de um amor equiparável ao que unia seus progenitores.

A estrutura narrativa da narrativa se alicerça em um acontecimento crucial: a morte do patriarca. As diferentes dimensões existenciais das personagens são reveladas com intensidade, sobretudo nos trechos narrados em primeira pessoa, nos quais a alternância das vozes

enunciadoras desvela perspectivas distintas, permeadas pelas subjetividades individuais. Essas seções, por sua vez, caracterizam-se pela ausência de diálogos efetivos, conferindo à obra um caráter essencialmente introspectivo. Cada personagem encontra-se encerrado em seu universo interior, sem interações que favoreçam um verdadeiro intercâmbio discursivo. Mesmo quando o discurso direto se insere pontualmente, a comunicação nunca se efetiva de maneira genuína: há, tão somente, a reprodução isolada de falas, sem que se estabeleça um fluxo autêntico de reciprocidade entre os interlocutores. Ademais, nos trechos conduzidos sob a terceira pessoa, a lacuna comunicativa permanece, delineando um dos traços essenciais da obra: a fragmentação do diálogo – esse silêncio estrutural extrapola a mera ausência de trocas verbais, estendendo-se à própria natureza das interações e dos gestos, que reforçam uma atmosfera de solidão e isolamento. Assim, o afastamento entre as personagens se torna um elemento expressivo da narrativa, imprimindo à obra um tom de reclusão emocional, no qual cada indivíduo se encontra aprisionado em sua dor e na unilateralidade de sua compreensão dos fatos.

A narrativa “A camisa do marido”, conto homônimo ao título da coletânea, inicia-se com o enigmático axioma: “Ao retornar do cemitério, Elisa organizou os pertences deixados pelo marido.” (Piñon, 2014, p. 9). Engastada na solene e fúnebre peregrinação que se desenrola no rastro da cerimônia mortuária, a narrativa desvela, com um ímpeto de revelação soturna, que o esposo extinto, em um gesto derradeiro que ressoa como um testamento silente, havia confiado à viúva, a enlutada Elisa, a incumbência de custodiar e ordenar seus relictos pessoais, objetos impregnados da memória espectral de sua existência pretérita. Assim, sobrecarregada pela gravidade de tal missão, a protagonista vê-se enredada em uma teia de reminiscências espectrais, cada vestígio material do defunto convertendo-se em um elo tangível entre o presente desolado e um passado que insiste em per-viver, como um murmúrio inextinguível nos corredores da lembrança. Desde o fatídico desenlace que ceifara a existência de seu consorte, Elisa perambula pelos recintos de sua morada como uma entidade espectral, imersa numa melancolia litúrgica, uma cadência de gestos ensimesmados que traduzem, mais do que um luto manifesto, um estado de suspensão, um limbo no qual a aceitação da finitude se faz inviável. O tempo, para ela, não mais se desenrola em sua linearidade costumeira, mas antes se fossiliza em um eterno presente, cuja presença ausente do esposo ramifica como uma sombra persistente, um espectro intangível que se infiltra nas frestas da casa e no próprio âmago de sua subjetividade. Assim, alheia ao curso da existência, Elisa persiste em um estado de negação tácita, como se, ao recusar-se a ordenar aqueles vestígios materiais, resistisse, em seu íntimo, a sancionar o decreto irrevogável da morte: “[...] era como se o homem ainda vivesse e ela nada soubesse dessa morte.” (Piñon, 2014, p. 9). Não se trata, pois, de meras omissões acidentais,

mas de verdadeiros criptogramas psíquicos, cuja eficácia estruturante, paradoxalmente, instaura lacunas, fissuras e zonas de opacidade na cadeia de transmissão simbólica. O segredo, nessa acepção, não se circunscreve ao domínio do dizível ou do reprimido que aguarda a revelação; antes, constitui-se como uma matéria psíquica cuja inscrição se dá pela ausência, pelo não-dito, pelo que não pôde ser simbolizado e, por isso mesmo, retorna sob a forma de efeitos sintomáticos, repetições compulsivas e cristalizações subjetivas. É nesse circuito hermético que os não-ditos, enquanto elementos fantasmagóricos, invadem os laços, enredando as subjetividades numa economia pulsional de enrijecimento e clausura.

Imbricados num grimório (trans)geracional, os segredos irrompem-se como conteúdos, instâncias de criptogênese psíquica que operam como catalisadores da compulsão à repetição, instaurando um processo de envenenamento relacional e de intoxicação simbiótica nos vínculos intersubjetivos. Esses elementos espectrais, que se inscrevem tanto nos eixos diacrônicos – herdeiros e descendentes – quanto nos sincronizantes – os coetâneos –, instauram um crivo deletério à processualidade cognitivo-simbólica do sujeito, corroendo os mecanismos de metabolização psíquica e incidindo sobre a destinação pulsional, de modo a engendrar um encurtamento metapsíquico, um fechamento especular sobre si mesmo, numa formação de retorno pulsional autorreferente. Dotados de uma eficácia desestruturante no arregimento psíquico grupal, esses conteúdos não-verbalizados acionam uma desarticulação da trama narrativa do pertencimento, instaurando hiatos irreparáveis na urdidura da memória transgeracional e deixando determinadas experiências – sejam de ordem factícia sejam fantasmática – à deriva de uma genealogia simbólica, destituídas da possibilidade de reinscrição no corpus da biografia parental. Logo no prólogo do conto, entrevemos os (des)arranjos engendrados por tais segredos, cujo operador configura o gradeamento da constelação familiar representada: a figura materna, ao recobrir e obliterar o desaparecimento do cônjuge, erige uma arquitetura de interditos e silenciamentos, instaurando uma clivagem discursiva que precipita uma vulnerabilização da malha filiatória e do campo relacional intersubjetivo: “Ignorando, portanto, em que circunstância fora executado, e não devendo repartir com os filhos as suspeitas que guardava sobre o nome do algoz.” (Piñon, 2014, p. 9). Aos moldes da mítica Jocasta, que, em seu ímpeto inquebrantável, diligenciava a edificação de um véu impenetrável de ocultamento acerca das raízes genealógicas de seu próprio estirpe, ao mesmo tempo em que, num paradoxo trágico, buscava esquivar-se do conhecimento da identidade do perpetrador do regicídio de Laio – embora já o soubesse em um nível latente –, assim também, no âmago da narrativa sob escrutínio, a personagem de Elisa se erige como a intransigente sentinela da ordem do indizível. Nessa diegese discursiva, ela se investe de uma obstinação inflexível ao interditar,

de maneira férrea, o acesso de seus descendentes à verdade subjacente ao infortúnio que se abateu sobre seu consorte, erigindo um muro de silêncios intransponíveis, cuja rigidez impede qualquer incursão no cerne do mistério que envolve a fatídica cessação da existência daquele que lhe fora esposo.

Na urdidura trágica tecida por Sófocles, quando Édipo é investido da revelação atinente ao óbito de Pólibo – aquele a quem, em sua errância existencial, supunha ser o genitor consanguíneo –, um júbilo inebriante lhe perpassa as entranhas do espírito, pois, em sua confiança desmedida, persuade-se de que o oráculo, até então revestido de uma hermenêutica impenetrável, incorrera em um equívoco de vaticínio. Em outros termos, concebe, com uma certeza tão sólida quanto falaciosa, que não se configura como o agente do nefando parricídio predito pelas forças oraculares. Contudo, a exultação que se lhe insinua à alma revela-se de existência fugaz, pois, num estalo intempestivo da reminiscência, vê-se forçado a encarar a outra vertente da profecia infausta: a consumação de um enlace consanguíneo com aquela que lhe dera o ser. Jocasta, por seu turno, em um gesto que mescla pragmatismo e negação, envereda por um silenciamento calculado, lançando mão de um discurso revestido de aparente placidez, no qual se empenha em relativizar a magnitude do dilema que se abate sobre Édipo, proferindo, com estoica tranquilidade, a alegação de que inumeráveis homens, ao se abandonarem às sombras oníricas, veem-se envolvidos na ilusão de compartilharem o leito com a genetriz: “Não deve amedrontrar-te, então, o pensamento dessa união com tua mãe; muitos mortais em sonhos já subiram ao leito materno. Vive melhor quem não se prende a tais receios.” (Sófocles, 2018a, p. 66).

Em outras palavras, ela insinua que a perspectiva de Édipo, em relação a essa questão não deveria ser motivo de aflição, mas um itinerário a ser desconsiderado, uma vez que a vida é mais aprazível para aqueles que não se preocupam com tal contingência incestuosa da *república dos sonhos*. À medida que Édipo se aproxima, progressivamente, da revelação concernente a sua origem legítima, Jocasta emprega todos os estratagemas ao seu alcance com o objetivo de obstruir a jornada, proferindo súplicas ardentes, instando-o enfaticamente a renunciar a esse desiderato. Mesmo assim, o resoluto Édipo persiste, mantendo-se intrépido diante de suas súplicas; num estado de desespero, a enérgica mulher assevera possuir um entendimento superior acerca do que é apropriado para ele, o que é veementemente contestado pelo consorte-filho. Malgrado Jocasta imperiosamente instruísse que seria mais sábio permanecer na *ignorância*, o inquebrantável Édipo, insensível a tal apelo, desconsidera seus conselhos e, nesse ínterim, Jocasta emite sua derradeira locução na tragédia, a última expressão de sua existência, dirigindo-se a Édipo com as palavras: “Infeliz! Eis o nome que hoje mereces!

Nunca mais ouvirás outro!" (Sófocles, 2018a, p. 73). Ou seja, por um lado, enquanto Édipo, sem saber, mobiliza esforços para descobrir quem assassinou Laio, por outro, num estado de desespero que a domina por completo, Jocasta tenta, debalde, desesperadamente, instaurar um não-dito, um não-saber na trama, de modo que ordena que o filho-esposo interrompa a investigação. Jocasta, aos moldes de Elisa – do conto em tela – frente à morte do esposo, declara, com absoluto convencimento, que a ignorância é, indubitavelmente, a condição mais vantajosa para os Édipos. Noutros termos, semelhantemente, Elisa, a Jocasta nelidiana, ergue-se, pois, como uma muralha da não-revelação, obstaculizando, com determinação, que seus progenitores tenham acesso à verdade (*anagnorisis*) subjacente à fatalidade que acometera seu consorte, ao mesmo tempo em que, para além de se abster de proferir qualquer menção a esse evento trágico, silencia e oculta, com denodo, a proveniência do autor da transgressão fatal, de modo que *seus Édipos* não cheguem à verdade familiar: "Minha origem é horrível!" (Sófocles, 2018, p. 113).

Nesse sentido, Édipo é o símbolo do não-saber, do segredo, posto que, alheio ao seu fatídico destino, inadvertidamente perpetrador de parricídio, e detentor involuntário de laços maternos incestuosos, concebeu, com sua mãe, uma prole composta por quatro descendentes; o enigma que envolve a sua vertente paterna e materna permaneceu, para ele, *insondável*: a verdade sobre suas raízes ancestrais lhe permaneceu *desconhecida*, um mistério que a própria essência da sua existência não ousava decifrar; *ignorava*, sobremaneira, a identidade dos seus genitores, encontrando-se *alheio* às origens que o geraram e ao *sinistro* desígnio que movia seus progenitores, os quais arquitetaram uma tentativa de filicídio que ele próprio, *por ignorância*, não compreendia. Mais ainda, Édipo *não estava ciente* da maldição ancestral que lhe foi transmitida como herança, um fardo invisível que pesava sobre os ombros da sua linhagem. Permanecia na mais completa *ignorância* de que ele próprio era o fugitivo-assassino que todos procuravam, e que era a causa latente e oculta da peste que assolava a sua cidade. Na recôndita cripta, situada dentro das imponentes muralhas intrapsíquicas edificadas com o intuito de salvaguardar o segredo, as palavras que ali residem permanecem em silêncio, aprisionadas em uma mordaça dos operadores do recalque, incapazes de se manifestarem para denotar algum significado, resultando na irremediável aniquilação da capacidade simbólica das mesmas. No entanto, não é incomum que essas palavras sepultadas, mantidas sob preservação vívida, bem como as cenas congeladas e os afetos encarcerados, ocasionalmente visitem o vigilante do mausoléu interior, sob a forma de um espectro oriundo da própria cripta, destinado a assombrar infamiliarmente o seu anfitrião. A cripta, portanto, representa a encapsulação de uma experiência que foi vivenciada como traumática, constituindo-se como uma sepultura oculta

para um segredo familiar inominável e vergonhoso, condenado a permanecer perpetuamente oculto, incompreensível e sufocado, situado em uma região dividida da psique. O espaço-morto da psique que abriga essa cripta não está vazio ou desabitado em relação ao objeto internalizado; ele permanece como uma entidade egoica, fraturada e inconsciente quanto à própria divisão e ao processo de internalização, resultando na própria cripta sendo um domínio oculto à consciência: "Um dizer enterrado em um dos pais torna-se para a criança um morto sem sepultura. Esse fantasma retorna então, a partir do inconsciente e vem assombrar, induzindo fobias, loucuras, obsessões. O seu efeito pode chegar a atravessar gerações e determinar o destino de uma raça." (Abraham; Török, 1995 [1987], p. 278)

Cumpre ressaltar, sob a égide dos postulados de Abraham e Török (1995), que o fenômeno críptico, enquanto manifestação psicodinâmica de um luto patologicamente instaurado, configura-se como uma inscrição psíquica de índole espectral, na qual o interdito e o inexprimível se aninham em uma clausura hermética no âmago do sujeito. A cripta, nesse sentido, erige-se não apenas como um mecanismo defensivo, mas como uma topografia psíquica onde o interdito, subtraído à elaboração consciente, persiste como um enclave de significações recalcadas, um relicário de resíduos pulsionais que desafiam a exegese racional e resistem à simbolização. A substância enigmática desse fenômeno radica-se, sobretudo, na natureza traumática do segredo e na impossibilidade de sua verbalização, posto que o objeto que se torna epicentro da ocultação detém uma carga libidinal exorbitante, cuja perda deflagra uma catástrofe psíquica de matiz irreversível. Tornado irremediavelmente ausente, esse objeto transfigura-se em uma cifra inerte, um vestígio fossilizado que, paradoxalmente, obstrui a consumação do desejo originariamente evocado. O sujeito, então, enreda-se em um estado de fixidez pulsional, um limbo no qual o desejo converte-se em espectro e o anseio se perpetua como uma ânsia insaciável, uma busca inextricável pelo que já não se encontra no domínio do tangível.

Esses afetos, permeados pelo indizível, inscrevem-se como um respaldo quimérico, um emaranhado de significações inapreensíveis à lógica discursiva, compelindo sua perpetuação sob a égide do sigilo, na forma de um enigma insondável, sepultado nos recessos insondáveis da cripta psíquica. No conto em exame, a figura materna apresenta-se, com contundência, como a guardiã implacável da cripta, a vestal do interdito, aquela que resguarda e mantém incólume o vivo-morto – o pai –, convertendo sua ausência em uma presença espectral que paira, indelevelmente, sobre a narrativa dos filhos: "Valia fingir que o assunto não lhe dizia respeito, não havendo providências que tomar. E assim se comportou, indiferente ao alvoroço dos familiares que comiam durante o velório, antes de fecharem o caixão." (Piñon, 2014, p. 9). O

vocábulo “cripta”, em sua acepção etimológica e semântica, remonta à concepção de *locus* subterrâneo, um recinto de clausura sacralizada onde, desde a Idade Média, repousavam os despojos de eclesiásticos e dignitários, preservados na penumbra da pedra tumular. Configura-se, pois, como um espaço de liminaridade ontológica, uma fronteira imprecisa entre o oblívio e a perenidade, entre a finitude carnal e a eternização espectral da matéria exangue. Na roupagem simbólica que lhe é subjacente, a cripta não se resume a um mero sepulcro, mas se transfigura em um relicário do que já sucumbiu à voracidade do tempo, e, no entanto, persiste, circunscrito à latência, ao interdito e ao não-dito. A cifra críptica, sob esse prisma, é refúgio do que é fenecido e, a um só tempo, morada espectral do que se oculta sob a égide da imortalidade fantasmática. O que ali se encerra, ainda que privado de pulsação vital, mantém-se intacto, recluso no âmago da subjetividade, tal um enigma indecifrável, imune à erosão dos dias.

É nesse horizonte de significação que se inscreve a trajetória psíquica de Elisa, a viúva cuja consciência, emaranhada nos meandros da perda, não se permite a elaboração do luto, antes transmudando-se na guardiã de um interdito inominável. A morte do esposo, ao invés de instaurar a dissolução simbólica do vínculo, engendra um mecanismo psíquico de incorporação arcaica – própria da natureza melancólica – reminiscente do banquete totêmico da horda primitiva freudiana: um desejo inconfessável, antropofágico, de apropriação do Outro aniquilado. Tal como os filhos da horda primordial, que, ao devorarem o pai tirânico, não apenas consumiam sua carne, mas assimilavam sua potência e sua autoridade simbólica, Elisa, em um movimento análogo e inconsciente, deseja fagocitar os resquícios do esposo defunto. A violência originária dessa pulsão canibalesca, contudo, não se volta exclusivamente ao morto, mas ao algoz enigmático – esse sujeito cujo nome e identidade o texto se abstém de revelar – que, em um gesto de obscura brutalidade, subtraiu-lhe o cônjuge. O desejo de apropriação se estende ao que o extinguiu, como se, na assimilação do destruidor, residisse a promessa de recomposição do que foi irremediavelmente desfeito, isto é, a reparação do esposo. Assim, no relato, a personagem desponta como uma viúva ensimesmada em sua perda e como a críptica portadora de um interdito arcaico, de uma pulsão devoradora que, sob o véu do luto, oculta a ânsia irreprimível de absorver, para si, o próprio sentido da ausência: “Elisa tinha convicções. Como a de que a vida em breve se encarregaria de trazer o culpado, morto, até sua casa, onde, estendido na mesa da cozinha, ficaria exposto à sua maldição e ao festim familiar.” (Piñon, 2014, p. 9-10).

Antecipamos, com uma inquietação que tangencia os limites do indizível, a deflagração de um infortúnio, um cataclismo velado pelas sombras da psique, cuja gênese se enraíza no inconsciente humano, cujas forças arcaicas e pulsões primitivas tramam silenciosamente sua

eclosão. Trata-se de um desdobramento funesto, um vaticínio funéreo que se inscreve na trama do destino; como se o tempo, em seu fluxo implacável, arrastasse consigo os fragmentos de uma tragédia há muito delineada, agora à beira de sua consumação irrefreável. Esse presságio, qual um murmúrio através dos véus do des-conhecido, adensa-se na urdidura de um manto soturno, tramado pelas mãos da matriarca – entidade enigmática cuja presença se impõe como um signo impenetrável, um oráculo cujos desígnios ocultos se erguem sobre o alicerce das ambiguidades e dos silêncios abissais. Sua figura, austera e implacável, paira sobre o cenário como uma entidade demiúrgica, conduzindo as malhas fatalidade com a precisão de um artífice que esculpe, na penumbra, os contornos de um desfecho inevitável: "[Elisa] [...] estava igualmente pronta a executar a quem fosse, de cuja inocência duvidasse." (Piñon, 2014, p. 10). O esposo defunto, longe de repousar na quietude imperturbável da morte, é incessantemente profanada pelos vivos – em especial pela viúva, que o evoca como uma entidade perpétua, um eco persistente ressoando nos interstícios do tempo. Ou seja, o fantasma do pai encontra-se tragicamente alçado à condição de maestro invisível da engrenagem familiar, regendo, ainda que sob a égide da ausência, o curso errático das relações que o orbitam.

Destituído da materialidade corpórea, mas impregnado de uma presença espectral que se manifesta nos mais ínfimos e imperceptíveis signos da convivência doméstica, seu espírito transita como uma força imaterial, cujos desígnios, embora intangíveis, continuam a influenciar, de modo assombroso, o devir dos que lhe sobreviveram. Nesse jogo de forças subterrâneas, torna-se ele, paradoxalmente, tanto um vestígio evanescente do passado quanto uma entidade catalisadora de tensões inomináveis no presente, impondo-se, em sua ausência espectral, como um eixo gravitacional ao redor do qual a família hesita entre a dissolução e a perpetuação de suas disfunções estruturais. Com efeito, sua existência etérea parece operar na tentativa de frear, ainda que com uma eficácia questionável, os ímpetos sádicos de Elisa, cujo olhar, pontiagudo e perversamente minucioso, perscruta cada fímbria da realidade com uma voracidade que extrapola a crueldade manifesta, adentrando o terreno pantanoso da pulsão de domínio absoluto. O marido, agora reduzido a um espectro de influência intermitente, erige-se como uma barreira frágil e tênue entre o caos latente e a ordem fantasmática que ainda se esforça por subsistir, em uma luta desigual contra o transbordamento das forças destrutivas que lentamente corroem os alicerces dessa constelação familiar condenada ao declínio: "Era comum rugir de repente, em seguida a breve instante de serenidade, e se lançar contra a jugular de um animal, com a faca afiada, e sacrificá-lo sem piedade, de nada servindo que o *finado marido tentasse retê-la*." (Piñon, 2014, p. 10).

Tais constructos discursivos, que orbitam as zonas crepusculares do simbólico, configuram-se como entidades espectrais, fantasmas errantes, reminiscências fragmentárias que resistem à dissolução no fluxo do tempo e que, por sua própria natureza lacunar, permanecem à deriva no tecido das relações intersubjetivas. São, por assim dizer, cadáveres sem sepultura, ruínas discursivas – ou elementos beta, em termos bionianos – impregnadas de significância, cuja existência se perpetua na penumbra dos vínculos familiares precisamente por sua resistência à inscrição simbólica plena. Funcionam como resíduos psíquicos inassimiláveis, legados transgeracionais que, como artefatos fossilizados, parasitam a estrutura psíquica do indivíduo, enredam-se na ancoragem das relações conjugais e infiltram-se na arquitetura disfuncional do grupo familiar, instaurando um campo discursivo marcado pela cisão, pela latência do não-dito, pelo murmúrio espectral daquilo que insiste em subsistir sem jamais se transfigurar em palavra plena. No entrecho narrativo, tal dinâmica inscreve-se sob a forma de um *pacto inconsciente* selado entre a esposa e o defunto, uma aliança velada que conserva a presença do esposo-fantasma – essa entidade liminar, simultaneamente presente e ausente, morto e vivo – no espaço doméstico e transforma o próprio lar em um mausoléu, um recinto impregnado por uma força que se efervesce na materialidade dos objetos, nas frestas silenciosas da casa, nos interstícios do cotidiano. O que se ergue, assim, é a permanência de um morto que recusa sua consumação definitiva e a transfiguração da esfera doméstica em um teatro do luto irresoluto, cujos mortos habitam o espaço dos vivos e, a partir disso, reorganizam à sua imagem e semelhança.

Não por acaso, no momento em que se vê só, confinada ao espaço íntimo de seu quarto após três décadas de um convívio marcado pela presença do esposo, Elisa engendra um cenário mítico, uma encenação ritualística que extrapola os limites da realidade tangível para instaurar um tablado críptico no qual a evocação do morto se faz como um ato performático de conjuração. O espaço privado reconverte-se em um palco sacralizado, cuja ausência do marido não equivale à sua erradicação, mas à sua ressurreição simbólica como um simulacro do desejo reprimido. Ele retorna como um sujeito autônomo e, como uma marionete fantasmática, um artefato da memória que se molda ao contorno das pulsões recalcadas, sendo manejado e revivificado enquanto entidade plena e como um espectro instrumentalizado pelo desejo narcísico da viúva. Trata-se, pois, de uma coreografia abantesma, um rito necromântico em que o morto é reanimado não por si mesmo, mas pela volição de quem dele não pode – ou não quer – se desfazer, perpetuando, assim, a lógica fatal da assombração: “Para este momento, escolheu a camisola da noite de núpcias, com cheiro de naftalina, há anos na gaveta. E pensou o que fazer

com as peças íntimas do marido, que ele preservava como lembrança da noite de amor que haviam vivido." (Piñon, 2014, p. 10).

Consumados os preparativos para a solenidade, urdidos sob o signo da evocação *post mortem*, e devidamente adornado o espaço cênico que servirá de *palcospectral* para a ritualística da ausência, Elisa, em um gesto que beira o arqueológico, adentra os recessos do guarda-roupa – esse relicário de vestígios fossilizados – para exumar dos escombros do tempo: a camisa do esposo defunto – o artefato-cripta que, impregnado das reminiscências sensoriais do ausente, aciona como um signo da presença que recusa sua dissipação definitiva: "Decidiu, então, que a camisa do marido o substituiria no leito. Para isso, guardou a peça manchada de sangue, dentro de uma urna posta na cama, como a lembrança duradoura do homem. Relíquia que demonstrava que ele teria apreciado." (Piñon, 2014, p. 10). Nesse movimento de exumação simbólica, a vestimenta desponta não somente como um objeto material; antes, enquanto receptáculo espectral, uma cápsula enlutada que contém, em sua trama têxtil, os resquícios de um corpo há muito decomposto no real, mas preservado na contextura fantasmática do desejo. Ao trazer à tona esse relicário, Elisa instaura, no cerne da cena doméstica, uma operação de reanimação simbólica, um mecanismo pelo qual a ausência do marido se perfaz em uma presença espectralmente mediada pelo objeto.

Ao partilhar a cama nupcial com o vestígio-roupagem do esposo falecido, Elisa engendra um jogo de substituições, um rearranjo psíquico que a coloca, paradoxalmente, no lugar do defunto e, ao mesmo tempo, na posição daquele que o convoca, inscrevendo-se como sujeito e objeto de um ritual em que o desejo recalcado encontra uma via de expressão subliminar. A vestimenta, ao envolver seu corpo, não apenas lhe serve como segunda pele, mas opera como uma membrana de transição entre o mundo dos vivos e o domínio dos espectros, um véu simbólico que lhe permite enroupar, em ato inconsciente, o anseio inominável que perpassa sua relação com a figura marital. Assim, a cama outrora partilhada pelos cônjuges se transforma em um território liminar; um leito que, a princípio, é espaço da conjugalidade, e túmulo-fetiche, um altar onde se consuma, sob o signo da ausência, uma simbiose espectral na qual a presença do defunto é reiterada não pela materialidade de seu corpo, mas pela incorporação do seu vestígio. Elisa, ao vestir-lhe a memória, torna-se aquela que vela sobre o passado e que, num gesto de posse e rendição, deixa-se revestir pela casca da ausência, numa oscilação vertiginosa entre o luto e o desejo, entre a evocação e a dissolução do que já não é, mas ainda insiste em ser.

Com elaborada perícia ritualística e imbuída de uma volição fantasmática, a consorte, imersa na vertigem do desejo, empreende a ornamentação do leito conjugal, transfigurando-o

em um tablado onde a ausência se reinscreve sob a forma de um simulacro ardiloso. Para tanto, exuma do relicário têxtil da memória: a camisa outrora pertencente ao esposo – um artefato investido da função de fetiche, um signo impregnado de reminiscências táteis e olfativas que, ao emergir do limbo dos objetos esquecidos, reformula-se em um emblema de identificação e evocação, uma relíquia do vínculo dissoluto que persiste na urdidura dos dias como uma ferida latente. Nesse jogo de montagem cenográfica, Elisa, enredada nas malhas de sua própria dramaturgia inconsciente, elabora um mecanismo de ressurreição simbólica, instaurando uma presença do fantasma na materialidade do espaço doméstico. O marido defunto, assim, adquire uma reanimação que, embora ilusória, reverbera com a intensidade de uma aparição tangível: sua presença se imprime nos interstícios da roupa de cama, diluindo-se entre os lençóis como um palimpsesto que se recusa à desvanecer, como uma entidade que, embora destituída de corporeidade, logra furtivamente aninhar-se aos anseios e aspirações ardentes da protagonista: "Abriu a urna e trouxe a camisa ensanguentada para perto do corpo. O tecido ainda mantinha o cheiro ativo do morto. Fechou os olhos para o marido não lhe surpreender a dor." (Piñon, 2014, p. 16).

Ademais, em um gesto que sintetiza a ambivalência pulsional de sua relação, Elisa, ao convocar a camisa do esposo para partilhar o leito nupcial, entrega-se a um paradoxo inquietante: cerra os olhos, numa tentativa desesperada de interditar a visão e, assim, obliterar a manifestação plena da presença evocada. Como se, ao privar-se da percepção direta, pudesse simultaneamente reafirmar e negar a existência fantasmática do outro. Trata-se de um movimento dialético no qual o interdito se imiscui no desejo, cujo anseio de reaver o morto se enredilha ao horror de sua materialização efetiva. Esse ritual, ancorado na lógica da alucinação voluntária, confere à cena uma espessura psíquica labiríntica, pois Elisa, ao instaurar um espaço de ambiguidade sensorial, experimenta a presença do ausente sem jamais permitir-lhe uma manifestação plena. O esposo, assim, ocupa um estatuto liminar entre o visível e o invisível, entre a rememoração e a repressão, instaurando-se como um espectro cujos contornos são modulados pelo olhar interditado da protagonista, que, ao cerrar os olhos, recusa o real e, sobremaneira, inscreve sua experiência no domínio do fantasmático, onde a ausência se torna presença.

Elisa, qual autora e protagonista de sua própria dramaturgia, adorna o leito conjugal com a camisa, como adereço cênico de suma importância – indubitavelmente um *objeto transicional*[3] no idioma de Winnicott –, concebendo-a como um elemento simbólico que tece a

[3] Gradualmente, torna-se imperativo que a progenitora, discernindo o desdobramento emocional, alargue progressivamente os espaços "entre os seus braços", conferindo ao lactente a prerrogativa de emancipar-se de seu

intriga de seu desejo latente: “Pela manhã, Elisa repôs a camisa na urna, agora, sobre o colchão. – Jamais o esquecerei, mesmo depois da minha morte. É o meu trato.” (Piñon, 2014, p. 17). Sob a égide de uma *mise-en-scène* urdida no teatro íntimo de sua psique, Elisa, imersa no transe de uma representação espectral, eleva o vestuário marital à condição de fetiche, de suporte fantasmático que sustenta a ilusão de uma presença revivificada. À mercê das luzes crepusculares de refletores imaginários, a protagonista ingressa no proscênio de sua própria subjetividade, onde, por meio de uma sofisticada coreografia gestual e vocal, enreda-se em uma performance que oscila entre a sublimação do desejo e a vertigem do interdito. Investida do papel de atriz-dramaturga em um drama que se desdobra na interface entre o consciente e o latente, Elisa se entrega a um simulacro de paixão e erotismo, reencenando, no tablado do espaço doméstico, os resquícios de um desejo que se recusa à extinção.

Contudo, como em toda dramaturgia, a verdadeira tessitura do enredo não se manifesta sob os holofotes do visível, mas se engendra nas coxias ocultas do inconsciente, esse bastidor obscuro e insondável onde a narrativa autêntica se escreve à revelia da consciência. Elisa, portanto, longe de ser atriz voluntária, figura-se, na verdade, como marionete de forças inomináveis que, ocultas nas dobras do psiquismo, manipulam-lhe os filamentos do destino. O espetáculo que se desenrola sob seus olhos cerrados é, ao mesmo tempo, uma evocação e uma condenação, um ato de desejo e uma sentença de repetição compulsiva. Não se trata exclusivamente de reencenar um amor perdido, mas de inscrever-se na circularidade de um drama que se perpetua através da compulsão de retorno ao mesmo, uma tragicidade que não encontra catarse, mas resquício de uma paixão que resiste, mesmo na ausência, ao colapso definitivo. Dessa maneira, a protagonista encarna a figura de quem performa um papel no palco

---

aconchegante regaço e direcionar-se para ambientes mais expansivos, frequentados por uma maior aglomeração de indivíduos, a exemplo dos primeiros anos do ensino formal, porventura. Com efeito, os fenômenos e objetos transicionais despontam como aquedutos que orientam a criança desde o abraço materno até a circunscrição do universo externo, dos confins da subjetividade até os limiares da objetividade, brindando-lhe, assim, uma panaceia destinada a neutralizar a gradual perda de sua dependência materna, um processo que se desvela como uma microdose terapêutica de alforria em relação aos maternos cuidados. O objeto transicional, situado em uma zona intermédia, encontra-se estabelecido em uma terceira área, uma amalgama que oscila entre o âmbito subjetivo e o âmbito objetivo. Entre os limiares do sono e do despertar, entre o universo perceptível e o universo forjado sob o influxo da fantasia, materializa-se uma esfera intermediária, onde se manifestam os fenômenos transicionais – um espaço no qual a criança, simultaneamente, configura o mundo e é configurada por ele. Este artefato, longe de ser conferido à criança por outrem, é por ela eleito, transformando-se em algo invariavelmente singular, idiossincrático e destituído da capacidade de partilha. Seja ele um modesto pedaço de pano, um urso de pelúcia ou mesmo, como no caso de uma entidade mais etérea, uma composição musical, a categoria dos objetos de transição se revela como um artefato exógeno, alheio ao ego infantil, que, ao adentrar o âmbito do universo concebido pela criança, surge com o desígnio preeminente de coadjuvá-la a enfrentar as ansiedades que brotam da iminência da solidão, garantindo-lhe, assim, a sobrevivência diante do distanciamento materno. Nesse ínterim, o emprego do objeto transicional alude à transição do emprego da ilusão característica dos primórdios da existência, oriunda da adaptação proporcionada pela mãe, para a utilização de símbolos e artefatos na órbita de uma dependência parcial (WINNICOTT, 2000 [1951]).

da ausência e se torna prisioneira de um roteiro que se repete infinitamente, cujo véu do vestuário do falecido se impõe como uma fronteira tênue entre o real e o fantasmático, entre a ilusão da presença e o abismo insondável da perda que jamais se consuma por inteiro. Nesses *teatros do corpo*, nos termos mcdougallianos[4], trata-se de um elaborado espetáculo de atos e falas, no qual o indivíduo, em erupções performáticas, urde um cenário arquitetado, com a finalidade de materializar e exteriorizar seus anseios, volições e fantasias, num jogo cênico que se desdobra diante dos olhos do espectador interno e externo. Assim como Hamlet, na dramaturgia shakespeareana (1997 [1600]), contracena com as indumentárias fanstasmáticas do pai morto, no conto em análise, a emblemática vestimenta, figurativamente erguida no leito nupcial, também é um personagem, um ator, que contracena com Elisa.

O fenômeno do retorno, concebido sob a égide de uma espectralidade latente, configura-se como um fantasma inominado que, condenado à errância perpétua, aguarda, nas adjacências da cripta psíquica, o ensejo propício para sua ressurreição simbólica. No gradeamento conceitual delineada por Abraham (1995), o espectro se manifesta como "uma sombra do objeto", uma entidade residual que, destituída de uma ancoragem definitiva no simbólico, vagueia incessantemente na orla do inconsciente, perpetuando-se como um prolongamento espectral da subjetividade que o alberga. Instaura-se um processo identificatório de caráter eminentemente enigmático, no qual o sujeito, ao defrontar-se com a impossibilidade de uma assimilação plena da perda, observa-se impelido a preservar o objeto na esfera do indizível. O ente ausente se torna, assim, em um vestígio irredutível, um fragmento de uma realidade que, ao invés de dissolver-se na fluidez do tempo, cristaliza-se como uma presença inassimilável, confinada ao domínio do inominável. O que deambula nas cercanias da cripta não é, pois, um rastro daquilo que outrora foi possuído, mas a sombra do outro, o transbordamento de um

[4] Os "teatros do eu", de acordo com McDougall (2015), constituem um mosaico heterogêneo de representações autoconstruídas, aninhadas no âmago da psique, representando a perene busca do ser humano em destilar, reconfigurar e manifestar as várias máscaras, personas ou autotransformações que compõem o labirinto de sua existência subjetiva. Tais encenações são inerentemente idiossincráticas, representando a síntese dos inumeráveis estados de ânimo, emoções, aspirações, anseios e, por vezes, até querelas íntimas que, em conjunto, formam o eu multifacetado. No âmbito clínico, a noção de "teatros do eu" de McDougall desencadeia uma revolução no entendimento das complexas dinâmicas psicopatológicas que permeiam a experiência humana: as dramaturgias servem como palcos onde se representam dramáticas experiências psíquicas, nas quais os pacientes projetam e exteriorizam uma gama diversificada de sentimentos, conflitos e desejos internalizados, permitindo, assim, que o terapeuta penetre nas profundezas da psicodinâmica do indivíduo, explorando as múltiplas camadas da sua psicopatologia. Cumpre salientar que essas performances do corpo não são meramente espaços de encenação, mas também arenas de confrontação e negociação entre os fragmentos fraturados do eu. É, portanto, nos confins desses teatros, sob as cortinas do inconsciente, que a complexa dança entre o ego e o id se desenrola, revelando não apenas os conflitos, mas também as potencialidades latentes e as profundezas inexploradas do self humano. Sob a égide de McDougall, os "teatros do eu" não são meros simulacros, mas autênticos palcos da vida psíquica, onde as narrativas individuais se desdobram em dramaturgias idiossincráticas, coparticipadas por outros atores familiares, que urdem o roteiro e contracenam no palco (Mcdougall, 2015).

objeto cuja existência foi *objetificada* na constituição do vínculo. Trata-se de um resíduo inextinguível que, ao recusar-se a se submeter à elaboração simbólica do luto, inscreve-se como uma fissura irreparável no rastro pulsional.

No conto, descobre-se que a viúva, alçada à condição de guardiã desse relicário de espectros, converte-se na própria depositária desse fardo psíquico, reiterando, em seus gestos e rituais, a impossibilidade de um desligamento definitivo. O passado, em vez de ser relegado ao esquecimento, ressurge incessantemente, operando como um mecanismo de repetição que condena a protagonista à perpetuação de um tempo que se recusa a perecer. O vínculo, portanto, não se dissolve, mas se perpetua como uma herança fantasmática, que, em sua latência silente, continua a ressoar no abismo insondável de sua subjetividade: “Contava com a memória a memória do marido para aconselhá-la. Além do mais, os filhos falhavam sempre que os incumbia de uma tarefa. [...]. Zelava por estar a sós com o fantasma de Pedro.” (Piñon, 2014, p. 14). Essa sombra vagueia em busca da cripta até que finalmente se funde e se reincorpora ao próprio corpo do sujeito detentor, resultando em uma forma de identificação imaginária e oculta, que, não recaindo sobre o objeto que já não mais existe, encontra albergue no luto que incorporaria a sua perda – nesse cenário, *não existe separação possível*, não há como excluir ou banir algo que pertence à esfera de uma sombra. Essa identificação, que municia Elisa a *costurar* o seu marido falecido a partir do objeto-críptico (camisa), refere-se ao *luto não consumado do outro*, nomeado como ‘identificação endocríptica’: “que consiste em trocar sua própria identidade por uma identificação fantasística com a ‘vida’ de além-túmulo do objeto perdido por efeito de um traumatismo metapsicológico” (Abraham; Török, 1995 [1973], p. 280).

Consoante assevera Jacques Lacan em suas disquisições n'*O Seminário, Livro 14: A Lógica do Fantasma* (2008 [1966-1967]), o fantasma erige-se não meramente como um véu tênue entre o sujeito e o real, mas, antes, como uma barricada simbólica, uma arquitetura psíquica tecida para obnubilar o contato direto com o real enquanto categoria inassimilável e refratária à simbolização plena. O fantasma, nesse sentido, configura-se como um sortilégio metapsicológico destinado a mitigar o impacto daquilo que, por sua própria natureza, exorbita o campo do representável: o real lacaniano, essa alteridade radical que insiste enquanto resto, enquanto resíduo inassimilável pela cadeia significante. Depreende-se que o fantasma opera como uma instância medianeira entre o sujeito e a falta constitutiva – correlato da castração simbólica –, essa perda originária que inaugura a subjetividade e a assombra desde os primórdios da existência psíquica. É nesse interstício que o fantasma se insere, funcionando como uma engrenagem fantasmagórica que mascara o abismo da falta, adornando-o com

imagens, narrativas e objetos que conferem uma ilusória coesão ao sujeito. Em analogia aos mecanismos inconscientes que presidem o fetichismo, o sujeito, coagido pelo horror da ausência, vê-se compelido a revestir o vazio com um verniz de significação fantasmática. O fetiche, enquanto artefato de recalcamento e deslocamento, desempenha a função de dis-simular o trauma da perda, alicerçando-se na negação do insuportável. O sujeito, nesse processo, intenta sancionar o revés do objeto faltoso, erigindo uma roupagem que encarne, de modo paradoxal, tanto a presença quanto a ausência. O vulto fantasístico, portanto, não é uma simples ilusão, mas um dispositivo estruturante do desejo e da composição libidinal do sujeito.

A função do fantasma, sob esse paradigma hermenêutico, é sustentar essa dialética da falta, fornecendo ao sujeito uma gramática para lidar com o inassimilável. Depreende-se que, nessa determinada narrativa, a camisa ensanguentada pode ser interpretada como um objeto-fetiche, um relicário simbólico que encobre e escamoteia o vazio deixado pela ausência do Outro. No ato de convocar inconscientemente o fantasma através desse artefato, a personagem Elisa ritualiza e estetiza o trauma da castração, transmutando o horror da perda em um ícone tangível, manipulável. A camisa, saturada de um simbolismo ambíguo, cumpre a função de negar a morte do consorte, perpetuando sua presença espectral na economia psíquica da protagonista. Noutros termos, a camisa, nesse corolário, é o relicário da falta, o emblema do impossível, o testemunho silencioso daquilo que permanece irredutível à palavra, mas que, ao mesmo tempo, só se faz presente através dela. Ao convocar inconscientemente o fantasma, Elisa decanta a horrífica castração: assim, pois, no conto, a camisa é esse *objeto-fetiche*, que encobre o lugar na cama No contexto da protagonista, a camisa ensanguentada se configura como um artefato cuja função reside na *negação* da morte do consorte, à maneira do fantasma que, na doutrina lacaniana, atua como um ícone simbólico da falta. Ademais, a lógica imanentes ao conceito de fantasma no sistema do insigne psicanalista francês engloba a concepção de que tais entidades não são engenhos defensivos, mas, outrossim, agentes da ordenação da realidade humana. De forma paritária, a busca empreendida por Elisa na direção do fantasma do esposo não se reduz a refutar apenas o desaparecimento, porquanto ela exerce influência sobre a conformação de sua realidade e sobre as opções e deliberações vindouras. Longe de ser exorcizado simbolicamente, a vultuosidade, acolhida, torna-se anfitriã da casa (mal)dita, na diegese em análise, visto que, à revelia, assombra, afugenta e, sobretudo, *gerencia* os vivos. Por uma contingência paradoxalmente (in)feliz, que se inscreve nos meandros do acaso e da necessidade, imbricada no enredo narrativo, somos inapelavelmente defrontados com a presença espectral de um discurso que emerge do além, um verbo que se insinua nas frestas do tempo e da memória: o discurso póstumo do esposo-fantasma – este, cumpre dizer, delineia-se

numa analepse, arquitetada como um palimpsesto temporal, cujo passado se sobrepõe ao presente, instaurando um diálogo fantasmático que rompe as fronteiras da linearidade cronológica.

A analepse opera como um dispositivo narrativo sofisticado, dissolvendo a linearidade do tempo e permitindo que reminiscências do pretérito se insinuem no presente diegético. A voz do esposo-fantasma manifesta-se como um chamado ao irresoluto, um vestígio persistente que atravessa a estrutura da narrativa e se impõe com sua presença-ausência. O discurso póstumo instaura-se como um território propício à investigação das tensões entre reminiscência e oblívio, entre o real e o simbólico, entre a identidade e a alteridade: "Essa mulher me ama com desvario. Preferia que me amasse menos. Eu me sentiria a salvo de suas investidas, que não me deixam em paz. A intensidade é assassina, não tem medida. Sempre soube que Elisa era feroz [...]. Ela quer mais, exige que seja só dela." (Piñon, 2014, p. 11). Ao ver-se com seus despojos mortais – tanto na acepção corpórea quanto na tela psíquica – profanados e revolvidos pelas mãos de Elisa, em sua incansável e quase necromântica odisseia de desvelar a cripta do passado e, assim, enredar-se com o espectro do esposo defunto – este último, investido da ambígua condição de narrador e personagem, lamuria-se em surdina e verte queixas pungentes contra tais incursões intempestivas da consorte. O verbo do marido transita, com maestria e sutil destreza, entre as instâncias do que foi, do que é e do que poderia ter sido, dissolvendo, em seu substrato discursivo, as frágeis demarcações entre a realidade tangível e os abismos insondáveis da subjetividade, onde desejos inconfessos e emoções represadas jazem como espectros latentes, à espreita da menor brecha para se manifestarem.

O esposo defunto desvela as efêmeras e frágeis arquiteturas que outrora sustentaram o edifício da instituição matrimonial e invoca, qual sibila trágica, a premonição inquietante que elucida a etiologia oculta e submersa sob o véu do trágico desfecho que culminou no seu próprio óbito. O discurso do esposo, permeado por uma dicção que oscila entre o lamento elegíaco e a ironia amarga, opera como uma espécie de palimpsesto emocional, sobre o qual se inscrevem, em camadas sobrepostas, as reminiscências de um amor espectralizado, as frustrações irredutíveis e os ressentimentos fossilizados no âmago da relação conjugal: "Tudo dela obriga o corpo a percorrer as vias do crime passional. Certa vez, porque pedi trégua ao meu corpo exaurido, ela protestou, suspeitou de que outra mulher me saciasse. Precisei abafar os seus gritos com o travesseiro para os filhos não ouvirem." (Piñon, 2014, p. 11). De maneira premonitória e latente, o semblante horrendo e maligno do ciúme[5] insinua-se com veemência,

[5] De intensidades variadas, o ciúme pode estar presente da normalidade à loucura, como já apontou Freud ([1922]1976), através dos três tipos de ciúme que descreveu. O primeiro tipo, o normal, enraíza-se no inconsciente

revelando-nos, embora de modo fragmentário, os enredos funestos que orquestraram o ato delituoso e o trágico destino do marido. À medida que a trama se desenrola, as reminiscências e revelações da protagonista pressagiam a tragédia iminente, na qual o ciúme delirante, entidade sinistra, mostra-se como figura central da intriga, antecipando seu papel crucial na contextura dos acontecimentos: "– Com quem me traiu? Confesse. Jure que é inocente. [...]. Estava disposto a jurar sobre o livro sagrado, que provaria minha inocência. E, não bastasse meu temor a Deus, assinaria um documento mediante o qual renunciaria à parte que me cabia dos nossos bens." (Piñon, 2014, p. 11). Diante da proposição insidiosa e moralmente ambígua de auferir a herança do esposo defunto, sob a condição de que se comprovasse, de maneira irrefutável, a sua infidelidade conjugal, Elisa, que até então se encontrava submersa em um turbilhão de cólera e indignação visceral, vê-se compelida a suspender abruptamente o ímpeto de sua fúria. O que se vislumbra, portanto, é a emergência de um sujeito que, embora marcado pela dor da perda e pela mágoa da traição, recusa-se a ser subjugado por esses afetos, optando por uma postura que, malgrado revestida de pragmatismo, carrega em si a potência de uma afirmação existencial: a de que, mesmo diante das ruínas do passado, é possível extrair sentido e, quiçá, algum vestígio de redenção/maldição: "Perder os bens e ela, ao mesmo tempo, constituía punição suficiente. – Aceito. Nesse caso, você merece ficar na miséria, dependendo da minha bondade. Prometo lhe dar diariamente um prato de sopa." (Piñon, 2014, p. 11).

Nesse matrimônio funesto, no qual a morte foi *incapaz de separar*, ao passo que o esposo-morto partilha o leito conjugal com a Elisa, esta também, a um só tempo, divide a mortalha pútrida com o marido: "[...] ambos teriam uma outra noite, mais feroz que a primeira, para se amar. E, a partir daquele dia, passaria a considerar os trapos destroçados pelo punhal assassino um símbolo daquele que não a deixara por vontade própria, e que antes jurara permanecer ao seu lado até a morte." (Piñon, 2014, p. 10-11). A camisa, enquanto artefato aparentemente banal da indumentária cotidiana, novamente, transforma-se em objeto de inexcedível pregnância simbólica quando imersa na seiva escarlate que emana da ferida letal, convertendo-se em relíquia fetichizada de potência quase arquetípica. Nesse estado saturado de significância, ela adquire contornos fantasmagóricos e espectrais, investindo o cadáver com uma aura de revivescência metafísica, como se o próprio sangue, licor rubro e denso, operasse enquanto elixir vital, embriagando o defunto com uma simulação derradeira de alento

a partir das relações entre irmãos, no seio do complexo de Édipo, sendo, portanto, comum ao psiquismo. O segundo não obedece à sexuação e é consequência da colocação do outro na posição da pretendida infidelidade: é o ciúme projetado. O terceiro e "pior tipo", segundo Freud, o ciúme delirante, levam a atribuir ao outro seu próprio amor pelo objeto do mesmo sexo – aquele que é amado se transforma em um algoz perseguidor.

existencial. Essa readequação simbólica da camisa ultrapassa a materialidade do objeto e adentra o domínio do totêmico, convertendo-se em simulacro do "pai primordial", que, segundo a hermenêutica freudiana da horda primeva, ocupa o *lócus* da autoridade originária e do interdito inaugural. O tecido ensanguentado, impregnado da memória traumática do evento fundacional – o parricídio histórico –, assume uma função metonímica da figura paterna, condensando em suas fibras o *pathos* do sacrifício e a grandiosidade da transgressão: "Não haveria outro homem em sua cama." (Piñon, 2014, p. 11). A camisa extrapola sua materialidade têxtil para emergir enquanto signo totêmico, um relicário da pulsão de morte e da ânsia vital, coexistindo paradoxalmente. A courama embebida de sangue coagulado torna-se palimpsesto de narrativas silenciadas, vestígio residual de uma presença ausente que, embora aniquilada fisicamente, perpetua-se no imaginário coletivo como espectro simbólico. A mancha rubra que se expande sobre o pano assemelha-se a uma cartografia do trauma, delineando geografias emocionais que ressoam na psique individual e nos arcabouços culturais da memória compartilhada. Assim, a camisa ensanguentada cristaliza-se como um objeto e, a um só tempo, como um dispositivo semiótico de evocação do interdito, um totem profanado que, disparatadamente, sacraliza aquilo que deveria obliterar. Nesse enovelamento de sangue, tecido e mito, reside a perpetuação da memória arcaica, um testemunho silencioso da dialética entre a perda e a permanência, entre o desaparecimento corpóreo e a sobrevivência simbólica.

A camisa do falecido, numa última análise, revela-se também como uma *pele*[6], evocando a proposta de Anzieu (1993a), que desempenha o papel de uma carcaça, uma couraça que, por assim dizer, molda-se à topografia familiar, envolvendo os elementos constituintes, proporcionando uma aparente unidade. Erguendo-se como um envelope protetor, essa veste

[6] Neste âmbito, Anzieu (1993b) nos presenteia com um pensamento inusitadamente penetrante ao estabelecer um paralelismo fascinante entre o manto cutâneo que recobre nossa estrutura anatômica e o processo de constituição do Eu. Com sagacidade e profundidade, ele lança luz sobre o que, com erudição, denominou de "travessia do Eu-pele ao Eu psíquico", uma travessia que não apenas atesta, mas escrutina a gênese do Eu psíquico, revelando, inescapavelmente, que as raízes deste último mergulham nas profundezas do Eu-pele. Aqui, a epiderme é concebida como a matriz orgânica que não apenas concorre, mas, e convém assinalar, não assegura de maneira inconteste, a edificação de funções distintivas que forjam as configurações futuras do Eu. De fato, a superfície corpórea, delimitada de modo insofismável como uma fronteira tangível entre os reinos interno e externo do organismo, encontra seu fundamento imaginário no que Anzieu denomina como Eu-pele, configurando-se como o fulcro de um eixo narcísico intrínseco à edificação do psiquismo, cujas incumbências e desdobramentos reverberam de modo singular, refletindo o modus operandi de tal construção, seja ela robustecida ou sutilmente atrofiada. Nos domínios da psicossomática, revela-se um fenômeno frequente e perscrutador, a observação de afecções dermatológicas entrelaçadas ao complexo processo pelo qual o indivíduo ensaia não apenas discernir, mas também, e com uma íntima anuência, aspira alcançar o conúbio dos limites que dividem o território do intrínseco do exógeno, no âmbito de sua corporeidade. É um esforço que transcende as fronteiras do mero autoentendimento, alçando-se à busca de um toque terno e reconciliador, proporcionado pelo corpo do outro, que, em sua fragilidade humana, viabiliza o elixir existencial da vivência da própria corporeidade, um testemunho eloquente da intricada coreografia da psique humana em sua incessante dança com o mundo exterior e com o eu interior (Anzieu, 1993b).

lúgubre reveste a própria couraça parental, e suas células, que, após a trágica dissolução/despelagem do ser amado, poderiam findar expostas a uma atmosfera árida, sem o refúgio daquela camada de proteção, revelando vísceras, antes camufladas pelo verniz da vida. Todavia, é nesse estágio final, quando essa epiderme têxtil enlaça as cartilagens da família enlutada, que uma narrativa dissonante se forja nas rotas subcutâneas dessa pele mortuária. No seio do tênue manto fúnebre, delineado por suas costuras de luto, forja-se um abcesso purulento de emoções reprimidas e verdades ocultas. Os vestígios do passado, aqueles sentimentos ambíguos que pairavam sob a superfície da vida conjugal, agora retornam, petrificando-se numa cápsula de ressentimento e desconcerto. Como se a própria malha das lembranças e desilusões, anteriormente abrigadas pelas camadas da rotina cotidiana, encontrasse seu cárcere final nas fímbrias dessa carapaça. Em outros termos, o fantasma, como um manto, é a *pele* capaz de encobrir, ainda que minimamente, o adoecimento dos órgãos (internos) familiares: "O fantasma, isto é, o sintoma, aparece com um véu, cuja função é esconder o texto original ou o acontecimento perturbador. Enquanto o sujeito permanece alienado em seu fantasma, a desordem se faz sentir ao nível do imaginário." (Mannoni, 1980 [1967], p. 38).

A dinâmica, seja ela perpassando malhas da convivência conjugal seja imbricando-se nos meandros da urdidura familiar, perpetua-se sob o manto de uma narrativa quase litúrgica, cujos ritos simbólicos evocam, de forma reiterativa e ritualizada, a presença espectral do esposo e genitor, mesmo quando este já se encontra apartado do rompante da existência. A figura materna assume, pois, o papel de sacerdotisa da memória patriarcal, habilmente engendrada na edificação de uma arquitetura ilusória que sustenta, com vigor dogmático, o simulacro da autoridade masculina. A mãe, enquanto guardiã do *ethos* familiar, perpetua, *après-coup*, uma doutrina de veneração quase hagiográfica ao *pater familias*, impondo aos filhos uma ética tirânica de deferência e reverência, cujas raízes mergulham na tradição ancestral do culto aos antepassados. O pai ausente torna-se, i-logicamente, ainda mais presente na ausência, pois sua imagem é incessantemente evocada como paradigma normativo, baliza moral e fulcro de identidade para os descendentes: "Ela [Elisa] própria providenciara as iguarias que eram do agrado do marido, com a condição de os filhos exortarem o pai durante as refeições. Ao morto deviam a fartura. E, com gesto vago, fazia-lhes ver que a fortuna feita pelos dois ficaria sob sua guarda." (Piñon, 2014, p. 12). Ancorados, pela materna figura, como epifenômenos sintomáticos da presença fantasmal do patriarca defunto, os dois filhos precipitam-se irremediavelmente na esteira dos desejos latentes e das pulsões investidas e endereçadas pelo tecido das expectativas familiares. Esse emaranhado de demandas psíquicas, urdido pela figura materna – Elisa –, transforma-se em uma arquitetura simbólica que aprisiona e molda, com

férreo rigor, as subjetividades em formação. Tal dinâmica dissemina os primórdios da organização humana, remanescente das hordas primevas descritas na genealogia freudiana da cultura, cujos irmãos, em sua ânsia de coesão e perpetuação da ordem social nascente, prontamente se submetiam às imposições derradeiras do patriarca primordial. Nesse cenário rudimentar, a morte do pai não dissolvia sua autoridade; pelo contrário, sua ausência corpórea impulsionava a sacralização de seu legado normativo, elevando-o à condição de referência absoluta na ordenação da vida comunitária. De maneira análoga, no microcosmo familiar delineado pelo conto em questão, os filhos de Elisa assumem o papel de recipientes maleáveis, ou melhor, vasos transbordantes das imposições irresolutas do progenitor falecido, cujas diretrizes se projetam e delineiam um código invisível, mas de rigor incontestável. O que outrora serviu como baluarte de coesão, revela-se, como evidencia as vozes dos filhos, um arcabouço de sofrimento e angústia, que perfuram a fibras familiares. Enquanto os irmãos da horda arcaica se pautam por um pacto tacitamente firmado com a memória do patriarca defunto, perseverando nas tradições e normativas por ele legadas, os descendentes de Elisa, sob a égide de vozes narrativas que se insinuam e engastam de modo sutil, atestam a herança de aflições e angústias que permeiam a blindagem do clã familiar.

Conforme as elaborações freudianas expostas em seu ensaio de 1914, a dinâmica entre pais e descendência estrutura-se como um território de investimentos libidinais, no qual o narcisismo originário, antes imanente ao indivíduo, se desloca e se cristaliza na imagem dos filhos – assumem a condição de palimpsestos vivos, receptáculos simbióticos que absorvem os anseios e idealizações da estirpe, ao mesmo tempo que sustentam, como titãs contemporâneos, o peso das culpas ancestrais: “O indivíduo tem de fato uma dupla existência, como fim em si mesmo e como elo de uma corrente, à qual serve contra – ou, de todo modo, sem – a sua vontade. (Freud, 2010 [1914], p. 94). O indivíduo carrega em sua essência uma biografia singular e íntima, composta por fragmentos pessoais e idiossincráticos que se mesclam a vestígios herdados de uma rede genealógica multifacetada. A história familiar se apresenta como um conjunto dinâmico de eventos, configurando-se em um envoltório de vivências e resquícios de experiências ancestrais. Há um elemento sutil que preenche as lacunas narrativas e sedimenta a continuidade dos haveres, instaurando uma rede de marcas que perpassam gerações. Os recém-chegados a essa trama hereditária são inseridos em uma constelação de afetos e fardos, desempenhando papéis que os posicionam como depositários das inquietações preexistentes, reconfigurando as interações geracionais. No movimento incessante da transmissão psíquica, a criança, investida de expectativas e integrada à corrente genealógica, inscreve sua identidade ao mesmo tempo em que preserva e reorganiza os traços de sua linhagem. Seu psiquismo torna-

se um campo de assimilação e reelaboração, absorvendo dos pais os signos visíveis da convivência e as omissões e silêncios que atravessa suas alianças, tornando-se guardiã de segredos velados por tempos remotos. No entrecruzamento das vozes que a antecedem, ressoam murmúrios de gerações passadas, compondo um agremiação discursiva de amplitude incontestável: essas reverberações imprimem-se no território subjetivo e conferem ao indivíduo um lugar na história familiar, estabelecendo uma continuidade que se dá pela reinterpretação dos signos herdados. A narrativa individual não se constitui em um vazio desprovido de influências, mas em um palimpsesto vivo, onde cada inscrição recente se sobrepõe sem obliterar os traços anteriores. As experiências pessoais dialogam com vestígios ancestrais, configurando uma estrutura em que o passado se infiltra na construção do presente. As forças que advêm da parentalidade impõem-se como eixos determinantes, conduzindo os descendentes por uma trajetória onde os desejos pregressos encontram continuidade naqueles que chegam, perpetuando um ciclo que se desdobra incessantemente: "Ela [a criança] deve concretizar os sonhos não realizados de seus pais, tornar-se um grande homem ou herói no lugar do pai, desposar um príncipe como tardia compensação para a mãe." (Freud, 2010 [1914], p. 21). Os integrantes que compõem o cenário familiar, juntamente com as dinâmicas relacionais e as vivências que propagam esse ecossistema, figuram como elementos discretos e multifacetados, os quais, quando cuidadosamente observados e contextualizados, revelam-se como peças, fragmentos – com diferentes cores e formas – que compõem um caleidoscópio transgeracional cruciais em um caleidoscópio. Esse *duplo enredo* que atravessa a malha grupal, no conto em análise, é vislumbrado quando Elisa ordena aos filhos que erijam um sarcófago familiar, capaz de acolher uma 'existência dúplice':

> – A campa do pai é provisória. Está na hora de preparar uma sepultura que abrigue nós dois e mais ninguém da família. Para esses assuntos o sangue não vale para a eternidade. Exigi que os filhos fizessem um túmulo espaçoso. Nele deviam caber nossas duas histórias, uma história que começou quando nos enamoramos. E que guardasse ainda lugar para os sentimentos que experimentamos ao longo do tempo. Mas teriam eles sensibilidade para compreender a tragédia do amor que não cessa nem depois da morte?

Imersos num microcosmo familiar de rígidas normas e projeções narcísicas, sobre o qual paira a figura aterradora e dominante de Elisa, matriarca inescapável em suas trajetórias, que (im)põe-se como personificação de um espectro enigmático, Tiago, Lucas e Mateus, mártires num cárcere psicológico, são tangenciados pelas mortes, silenciadas e não metabolizadas, que assombram a família. A voz retumbante de Elisa e Pedro, tal qual um fantasma inquietante,

evoca o peso das tradições, tingindo a narrativa com os matizes da opressão e, com igual virulência, restringindo as asas libertárias dos filhos, que ambicionam voar ao encontro de uma identidade própria, mas, fortuitamente, tolhidos pelos fantasmas não-enlutados: mortos-vivos que eclodem da tumba familiar. Pelos flancos da narrativa, desvelamos, em termos metafóricos ou não, os segredos escondidos, separados apenas por uma portinhola no porão, cujas dores e mortes ecoam num coro soturno. Ao violar as gavetas mortuárias da família que, à revelia, abrem-se para atormentar os personagens, os cadáveres (des)encriptados colocam-se, nessas tramas, como testemunhas inquietantes para os vivos. Elisa, então, comissiona os filhos – em especial o primogênito – a confeccionarem um repositório, uma redoma críptica, para ela e para Pedro, a fim de, evitando a corrosão dos laços matrimoniais, emoldurar o relacionamento com o esposo-morto: "Elisa tinha pressa, mas que Tiago não de descuidasse de vedar as juntas e as paredes da campa, para a chuva não prejudicar, no futuro, o repouso do casal. Se não tinha como impedir a ação do tempo nos restos do marido, que respeitassem os detalhes: – São duas lápides apenas [...]" (Piñon, 2014, p. 16). Indigentes, portanto, os filhos não conquistam um *locus* na composição familiar, não se tornam galhos na árvore genealógica, visto que o jazigo alberga apenas Pedro e Elisa, num matrimônio intermitente. Assim como Laio e Jocasta, que, amedrontados perante o destino, exiliam Édipo, repelindo-o de Tebas, Elisa e Pedro também, numa reencenação sofocleanana, orquestram o exílio dos filhos, pois estes eram vistos como usurpadores – quer do desejo que nutriam um pelo outro quer da herança pecuniária: "Sempre quiseram escorraçar aqueles filhos que roubavam a solidão exigida pelo amor que sentiam." (Piñon, 2014, p. 14).

A construção dessa arquitetura mausoleica, incumbida a Tiago, o primogênito, mostra-se, ao longo da narrativa, *irrealizável*, em virtude de que é impossível desvendar os desígnios e desejos, desenhados pela matriarca sob a forma de uma 'planta baixa', para aquela alocação lesiva: "Hesito em cumprir a tarefa que a mãe me delegou sem ao menos passar a planta da sepultura que vi em seu poder, para testar se serei capaz de adivinhar o que deseja." (Piñon, 2014, p. 18). Elisa, encarrega, com impiedosa maestria, o seu primogênito, Tiago, da execução de uma tarefa que se revela, por sua natureza peculiar, inverossímil e, por conseguinte, inexequível, consistente na empreitada fastiosa de conceber uma sepultura que esteja em conformidade com seus desejos mais íntimos e pessoais. O aspecto particularmente cruel dessa incumbência reside no fato de que a matrona se abstém, deliberadamente e de forma sadicamente engendrada, de disponibilizar para Tiago o esquema ou diagrama que elucide os contornos precisos de seus anseios e intenções, com a finalidade estratégica de mantê-lo cativo a seus caprichos: "Mal decifro o que a mãe me diz." (Piñon, 2014, p. 13). Como uma Esfinge

que convoca o personagem edípico a decifrar suas enigmáticas mensagens e indagações – caso contrário, devorá-lo-ia –, Elisa cria uma dinâmica na qual o filho se vê perpetuamente subjugado às demandas mutáveis e frequentemente impenetráveis de sua progenitora, forçando-o a um desgastante ciclo de busca pela aprovação e validação materna. Ante incertezas, Tiago recorre, compulsoriamente, a Elisa, a fim de tomar posse do arcabouço de diretrizes e normas que regeriam o mausoléu: "Mas não me restou senão pedir à mãe explicações, o que ela me deu como se falasse como alguém ausente: – Tire as medidas adequadas para o meu coração, que é o mesmo do pai. Recorde que o marido não tina só o corpo grande, mas uma alma gigante." (Piñon, 2014, p. 18-19). Tiago, munido de tais normas subjetivas, lança-se no empreendimento de construir a tumba faraônica onde depositar-se-iam os corpos de Elisa e Pedro. Necessária para garantirem a imunidade do corpo e do coração – que "seria pesado na balança de Anúbis" –, essa pirâmide-jazigo mumificava o matrimônio, embalsamando-o, de modo que garantisse a vida eterna do casal no Mundo dos Mortos. Para tanto, a matriarca encarrega o primogênito – servo[7] dos desejos familiares – a construir, de modo repetitivo e exaustivo, em termos metafóricos, a *necrópole de Gizé*, que acolherá transgeracionalmente os ancestrais. A pirâmide-jazigo, assim concebida, não se limitava a um artefato arquitetônico, mas transubstanciava-se em um símbolo perene da fossilização do vínculo matrimonial, mumificando-o em sua essência mais íntima e convertendo-o em um artefato da eternidade. Nesse itinerário, a edificação do monumento configurava-se como uma tentativa de eternizar o *ethos* conjugal no domínio dos mortos, perpetuando, assim, uma existência espectral que se estendia para além da finitude biológica. A matriarca, investida da autoridade arquetípica que lhe confere o estatuto de guardiã das tradições e das memórias ancestrais, delega ao primogênito – figura do herdeiro sacrificial e servo dos imperativos transgeracionais – a incumbência de edificar, em uma repetição extenuante e quase ritualística, uma necrópole metafórica que murmura a grandiosidade da planície de Gizé. Tal empreendimento não visava apenas ao culto dos mortos, mas à perpetuação de uma linhagem simbólica que desgasta o tempo e o espaço, acolhendo, em suas câmaras funerárias imaginárias, as figuras dos ancestrais: Quéops, Quéfren e Miquerinos, emblemáticos representantes da tríade patriarcal que se reconfigura nas figuras do pai, do filho e do neto.

[7] "Os desejos estão alienados pelas necessidades de sobrevivência do grupo familiar. A distância entre os espaços de subjetividade é reduzida. Há uma tendência à aglutinação em proveito da família miticamente em perigo. Os adolescentes têm aí uma função totêmica, identificados ao ideal do ego familiar. Eles estão a serviço da pátria família ameaçada. O sujeito singular está mobilizado a serviço do sujeito de pertencimento." (Benghozi, 2010, p. 102).

Escritas em papiros – palimpsestos gravados por várias gerações –, as instruções para a construção da tumba "faraônica" familiar são recebidas por Tiago sob a forma de mensagens embaladas a vácuo, com hieróglifos (in)capazes de serem decifrados. Determinadas informações se revelam tão herméticas, em sua essência, que tanto o próprio indivíduo quanto, por vezes, para seus progenitores, assume um caráter destituído de sentido. Essas comunicações insondáveis, que são impressas e incutidas na gramática familiar, subsistem como significantes enigmáticos, um panorama em que os descendentes-herdeiros carecem da chave interpretativa. Tais epístolas fantasísticas, que organizam e desorganizam o núcleo familiar, originam-se de um reino psíquico parental saturado de significados inconscientes, cujo código de cifragem permanece além do discernimento dos próprios genitores. Esses objetos *não transformáveis*, invocando a linguagem bioniana (2022 [1965]), que resistem a qualquer forma de transformação, mantêm-se em um estado de congelamento. Sua finalidade atinente reside em desferir um ataque contra qualquer potencial processo de transformação que altere as tradições litúrgicas e conservadoras da família. Elementos não-abordados numa geração podem ser transmitidos, com todo o seu potencial traumático, para as gerações subsequentes. O que permanece não-pronunciado e oculto marca indelevelmente, como verdadeiros vestígios de memória. Similarmente a uma mensagem engarrafada lançada ao oceano, os manuscritos de natureza familiar, impregnados no âmago do inconsciente, manifestam-se de maneira consciente ou não, na atual geração, empreendendo uma odisseia que abarca vastos mares de múltiplas gerações. Nas águas (in)familiares, as mensagens encapsuladas ora submergem nos turbilhões tumultuosos dos laços filiais ora flutuam à mercê das marés serenas e plácidas – configurando-se como epístolas silentes – são recebidas pelas gerações posteriores que, vigilantes, aguardam "ansiosamente" nas escuras costas oceânicas. Esses manuscritos psíquicos, revestidos de memórias e legados ancestrais, ostentam a potência de transcender o curso do tempo, servindo como vasos comunicantes entre o passado, o presente e o futuro.

Ao carregar, em seu âmago, as fibras condutoras de tradições, experiências e narrativas, mesmo que à primeira vista se apresentem como enterrados na (in)consciência familiar, despontam periodicamente como achados arqueológicos, revelando a continuidade e a constância da herança psíquica que permeia o expediente humana ao longo das eras. Não por acaso, na trama ora em exame, Elisa é a responsável por partilhar o "pão das reminiscências", mantendo a tradição viva, ao passo que gerencia os lugares simbólicos ocupados pelos filhos na mesa da *última eucaristia* familiar: "Não temia os filhos, que governava com simples gesto. Ordenou, então, que Tiago tomasse assento à sua direita." (Piñon, 2014, p. 15). Trata-se de uma organização – consagrada pelas tradições e costumes familiares – com lugares predeterminados

e ‘cartas marcadas’. Reunidos à mesa, sob o comando eloquente e vigilante do apostolado da matriarca, a família, agora, encontra-se imersa numa efusiva prática devocional, uma prece que é tributada *em memória do patriarca* morto, desdobrando-se a partir das solenes honrarias inicialmente conferidas, em termos metafóricos e simbólicos, em evocativos como ‘Pai nosso, que estás no céu’, e culminando em uma complexa alienação ao desejo do Outro, expressa mediante a proclamação reverente de ‘seja feita a tua vontade’. Os filhos, reunidos em louvor ao pai, ordenados pela matriarca sentada à cabeceira, assemelham-se ao ritual obsessivo de menino de 11 anos, analisado por Freud, em *Novas observações sobre as psiconeuroses de defesa* (1896), que, antes de dormir, cumpria uma “reza” cerimonial dirigida/gerida à/pela figura materna. Ou, como agencia Lacan (2003b [1938]), tratam-se de ideais religiosos que desempenham a função de eixos norteadores da opressão psicológica, de modo que são utilizados para fins exclusivistas da constelação familiar, para garantir, sobremaneira, as exigências da linhagem e dos ancestrais.

O mito familiar transporta consigo mensagens cujos significantes, transmitidos de forma inconsciente, exercem um poder coercitivo e sobredeterminam, com uma força de compulsão à repetição, o trajeto do casal e de sua prole. Assim como Édipo herda, ao longo das gerações, o fardo de culpa e punição pelos delitos de seus antecessores parentais, a criança se expressa como um sintoma da própria família, um apêndice das dinâmicas parentais e das antigas gerações. Em outras palavras, responde aos aspectos sintomáticos à estrutura parental, que, ao mesmo tempo que atua como a base constitutiva, também pode ser a causa subjacente da eventual desintegração. Destarte, o percurso vivido pelo instrumento psíquico, à revelia, está misteriosamente submisso a uma compulsão à repetição, que parte desde o berço até a morte. A repetição que (des)organiza a narrativa, quer em seus aspectos estruturais quer nos arranjos míticos – ou na disposição psíquica de cada patriarca das quatro gerações –, testifica o ambiente fatalista das forças do destino e, por consequência, a impossível ranhura na circularidade da linhagem condenada à transgeracionadade de seus sintomas, faltas trágicas e punições – aos moldes de como se cumprira as profecias que o oráculo fizera a Laio, a respeito do desfecho da família dos Labdácias. Receptores das mensagens cifradas e míticas, aos descendentes, resta, aos herdeiros do conto pinoniano, repetitivamente percorrer, com uma *cruz geracional* – como afiança a poética nelidiana no romance *Madeira feita de cruz* (1961) – nas costas, a mesma *via crucis* trilhada outrora pelo pai: “Não há um traço de amor, exceto para o pai, vivo em sua memória. Ao contrário, procura em cada filho uma brecha por onde atacar. [...]. Comporta-se em consonância com a vontade do marido, pois ambos firmaram tal acordo no inferno do paraíso em que viveram [...]” (Piñon, 2014, p. 13).

Em vida, Pedro, o patriarca, também se incumbia de salvaguardar a continuidade desse arranjo psicológico tácito com Elisa, alicerçando-o com tamanha solidez que, de modo sistemático, excluía propositadamente a progênie de ambos, relegando-os a uma espécie de exílio emocional nas entranhas das dinâmicas familiares, ao passo que erigia, de maneira paradoxal, uma espécie de redoma ou claustro exclusivo e isolado, no seio do qual ele e sua consorte compartilhavam um espaço de interações íntimas e afetivas que, para além das contingências do mundo exterior, constituía-se como um núcleo resguardado e peculiar: "Um pai para quem os filhos não existiram. Só tinha olhos para a mãe e para as moedas que ia empilhando sobre a cômoda do quarto [...]. Havia de amar a mulher e o dinheiro acima de tudo. Palavras que a mãe aplaudia enquanto nos dava as costas." (Piñon, 2014, p. 17). Tais *pactos inconscientes*, que consorciam Elisa a Pedro, são alianças cujo material psíquico reveste as relações – recrudescendo-se e tornando-as imperturbáveis –, de forma que criaram uma redoma perversa na qual os filhos encontram-se 'presos para fora de casa', num deserto de palavras e cuidados, como afiança Tiago: "Quem sabe me ouvisse, me fizesse afago, me ajudasse a esquecer que desejei sua morte. Mas ela se esquiva. Só se deixa ver ao final da tarde [...]. Ela aceita nossa presença sem afeto. [...]. Somos para ela aves de rapina querendo dinheiro." (Piñon, 2014, p. 13). Os propósitos inculcados por essa convenção inconsciente, com custos psíquicos originários, são multifacetados, consistindo, primeiramente, na ordenação dos laços interpessoais e sua complementação em termos de interesses; ademais, englobam a manutenção da continuidade dos aportes emocionais e dos privilégios associados aos ideais, do pacto narcísico ou do contrato narcísico (Kaës, 2016).

Aquilo que está em disputa, no âmbito desses laços, conforme a perspectiva de Kaës (2001), reside precisamente naquilo que vincula os sujeitos por meio de seus interesses recíprocos e no paradigma de troca, que guia as interações na cadeia na qual estão inseridos. O pacto denegativo, manifesta-se sob a égide de duas polaridades distintas, a saber: a organização do laço e do conjunto intersubjetivo, de um lado, e a defensiva, de outro. Essa dual organização dos agrupamentos ocorre: tanto de maneira *afirmativa*, quando se baseia em investimentos mútuos, compartilhamento de ideais e crenças – bem como no contrato narcísico e em formas aceitáveis de concretização de desejos – quanto de forma *negativa*, quando se pauta em comunidade de renúncias, sacrifícios, supressões, rejeições e recalques. Nesse sentido, os aglomerados de elementos carentes de significado, imunes à transformação, áreas caracterizadas pelo mutismo, bolsas de contaminação, depósitos de resíduos ou trajetos evasivos, todos estes constituem territórios que mantêm o sujeito alheado e alienado de sua própria narrativa histórica: "Nos casais, nas famílias, nos grupos e nas instituições, as alianças,

contratos e pactos inconscientes sustentam, principalmente, o destino do recalcamento e da repetição." (Kaës, 2000, p. 46). Esse pacto narcísico, entre Elisa e Pedro, com efeito, consiste numa couraça impenetrável, que ao mesmo tempo em que garante o governo despótico do casal sobre os filhos, organizando-os, também é a redoma estabelecida *diplomaticamente* apenas entre os dois: "Ambos excluíam o mundo para se possuir, e fizeram dos filhos uns inválidos." (Piñon, 2014, p. 17). Se, no drama grego, Édipo, o herdeiro de Laio, cumpre o destino oracular, ao mesmo tempo em que torna-se a expiação da culpa trágica familiar – em decorrência dos crimes do seu pai, que o antecederam –, os filhos de Elisa, em dívida simbólica, são legatários, inconsciente e transgeracionalmente, do sacrifício de Pedro; são, pois, cargas inconscientes, grilhões psíquicos, que claudicam o itinerário dos descendentes: "Deixava claro que o marido, Pedro, nome de apóstolo, fora sacrificado para salvá-los: – Ele morreu por vocês. No esforço de trazer comida para casa, o marido fez desafetos. Nunca quis uma família pobre." (Piñon, 2014, p. 12). Os patrimônios herdados dos antecessores, enquanto testemunhos imutáveis da continuidade histórica, figuram como indeléveis estigmas transgeracionais que permeiam as dimensões temporais, propalando-se, de forma perene, na casamata do presente e projetando suas sombras sinistras sobre o horizonte do porvir. Esses, por assim dizer, são os autênticos fardos que recaem sobre os ombros dos filhos, no enredo ora em tela, manifestando-se *pesos maculares* do 'des-*métron* ancestral', impingindo às gerações vindouras o ônus de decifrar e confrontar os desdobramentos nefastos da saga pretérita, como declara Édipo após descobrir suas verdades: "[...] impuro para os deuses, de raça de Laio. Depois de ter conhecimento dessa mácula que pesa sobre mim, eu poderia ver meu povo sem baixar os olhos?" (Sófocles, 2018a, p. 89).

A progenitora do conto nelidiana, por contingências que não podem ser atribuídas ao mero acaso, experimenta uma insondável sensação de traição quando, com agudeza perspicaz, depara-se com a notável constatação de que sua descendência, numa clara quebra de paradigmas geracionais, opta por um trajeto existencial que diverge radical e substancialmente do padrão comportamental anteriormente estabelecido pelo pai. O cenário, além de evocar uma melancolia, não raramente precipita um turbilhão de complexas e ambíguas emoções no seio materno, uma vez que as expectativas, forjadas ao longo de gerações, agora se veem confrontadas por um desvio notável, quando os filhos *não querem repetir* as configurações herdadas: "Nem sei por que peço que o primogênito me faça companhia. De nada vale. Nasceu covarde. Mas acaso confio em Mateus e Lucas? Eles têm coração indulgente. Não conhecem as leis da guerra. Não herdaram o temperamento meu e do pai, que até entre nós temíamos." (Piñon, 2014, p. 15). Os progenitores, consciente e inconscientemente, nutrem o desejo

compulsivo de que sua prole emule precisamente as facetas de suas próprias personalidades e a replicação de suas experiências. Os pais anelam, de forma ardente e quase delirante, que sua descendência se converta em autênticas *doppelgängers*, uma espécie de duplicata fiel e indiscernível de sua própria essência, réplicas vivas e pulsantes que ecoam não apenas suas características físicas e emocionais, mas também a totalidade de seus pensamentos, suas idiossincrasias mais obscuras e suas paixões mais íntimas. Os progenitores, imersos num desejo narcísico, que se assemelha a uma obsessão apaixonada e desmedida, nutrem a esperança de que essa simbiose transgeracional assegure a continuidade da existência, mesmo após o cortejo da mortalidade ter arrebatado as vestes terrenas de suas almas, perpetuando o legado do *genos* através das estações, num ciclo eterno de identidade compartilhada.

Por um lado, temos Pedro, o patriarca já falecido, cujas proibições aos descendentes permanecem, malgrado sua morte, como uma sombra onipresente que ancora a família em um código de conduta restritivo. Os filhos, qual horda submissa, encontram-se subjacentes às diretrizes autoritárias de seu progenitor, perpetuando uma dinâmica de regras e restrições aquém a própria existência terrena do genitor. Por outro lado, observamos um contraponto intrigante protagonizado por Elisa, a matriarca que diverge notadamente do itinerário claudicante de Édipo, que mata o pai e ascende ao trono, bem como contrai núpcias com sua mãe. Aqui, é Elisa, a Jocasta desposada, quem, após o falecimento do esposo, desempenha um papel proeminente na orquestração dos destinos de seus filhos e, num gesto de notável astúcia e poder, instala-se no trono tebano de sua família. Ela, destemida e inquebrantável, permanece intransigente em relação aos anseios de seus próprios rebentos, quando o esposo é abruptamente ceifado pela fria lâmina da morte: "Seu silêncio intimidade os familiares, que custavam a crer que o desgosto pela perda do marido lhe tivesse amortecido a carne e roubado o instinto de luta. Quem conhecia a mãe, [...] a imagem do pai, apostava que em breve retomaria o governo da casa, disposta quem sabe a vingar-se." (Piñon, 2014, p. 14). A matriarca, *legisladora fora da lei*, assemelha-se ao pai da horda primitiva, descrito por Freud em *Totem e Tabu* (2012 [1912-1913]), dados os predicados de possessivos, ciumentos e perversos.

Na mítica horda, observa-se um pai que é: gozador, pois resguarda as mulheres para si; tirânico, uma vez que não permite o acesso dos filhos às irmãs e às mães; e, por fim, o chefe da horda. Ao mesmo tempo que o patriarca interdita os filhos, impondo-lhes a Lei, não se submete a ela. Lacan (1992) nomeia esse "pai" de *tiranossauro*: "é aquele que impõe a lei, mas não está submetido a ela. Ele se iguala à lei na medida em que a dita aos outros: ele é a lei fora da lei. Para os outros, a castração; para si, o gozo." (Quinet, 2015a, p. 18). Associada a Pedro – o morto-vivo –, a esposa, numa tentativa debalde de sustentar as leis totêmicas que regem o grupo,

porta-se como uma (decrépita) *mãe da horda primitiva*, que assume o lugar simbólico paterno, ditatorial e vigilante da descendência, tomando-os como marionetes dos elos parentais: “Em seguida, a voz de Elisa falhou, e a cabeça já não sustentava o peso do mundo que lhe caíra em cima. Pálida, quase a tombar, Tiago arrastou-a para a cadeira de magistrado, de uso exclusivo do pai [...]. Alguns minutos depois, ela se pôs de pé, tomando a direção do quarto.” (Piñon, 2014, p. 19). A decrepitude que acomete Elisa, de maneira paradigmática, revela-se como o sintoma manifestado da própria desintegração que se insinua sorrateiramente na estrutura arquitetônica da residência, tornando-se, assim, a testemunha irrefutável e eloquente das ranhuras e desgastes que caracterizam a, aparentemente insuperável, estrutura familiar. A gradual deterioração física e mental de Elisa espelha de forma notória e incontestável os efeitos corrosivos do tempo e das tensões internas que minam as fundações da casa, refletindo, por sua vez, os traços marcantes de uma dinâmica familiar complexa. À medida que a senescência de Elisa avança, as fissuras e fragilidades que se acumularam ao longo do tempo na tecelagem dos relacionamentos familiares ganham destaque, tornando-se visíveis por meio da fragilização de sua própria saúde e vitalidade.

Eis que a árvore genealógica, enraizada em plagas malditas, cresce débil, com o tronco quebradiço, revelando-se como um ícone paradoxal do destino humano. Seu córtex, superfície frágil e aparentemente resguardada, ostenta o revestimento da lei e das palavras divinas, como um manto que esconde as fissuras que permeiam seu núcleo. No entanto, nas entranhas secretas dessa árvore ancestral, a seiva da perversão traiçoeiramente alastra-se pelos galhos, contaminando a prole e perpetuando uma maldição invisível. Os filhos, indissoluvelmente ligados à transmissão simbólica do arcabouço parental que os precede, encontram-se aprisionados em um ciclo vicioso, onde o “mito familiar” é repetido compulsivamente, como uma tragédia que se desenrola ao longo das (trans)gerações. Esse mito, em sua estrutura arraigada, atua como o alicerce que sustenta as narrativas familiares, mas também como o fio condutor que perpetua os vícios e as maldições que entrecorta a história de suas origens. A árvore genealógica assume uma dualidade intrigante, pois, enquanto exibe uma fachada de respeito às tradições e à moralidade, oculta, no íntimo de sua parentela, os segredos sombrios que a atormentam. Se o patriarca morto, enterrado, é a raiz fasciculada que absorve os ‘nutrientes intoxicantes’, que, ao mesmo tempo, sustentam e precarizam, ao alastrarem-se por toda a árvore, Elisa é o próprio tronco, com o xilema, o circuito condutor/transmissivo que transporta a seiva bruta das raízes às ramagens: garante, nesse sentido, endemia, o contágio das mensagens “encriptografadas”, as tradições, os mitos e costumes familiares. Nessa metáfora, Tiago, Mateus e Lucas são galhos apodrecidos da árvore parental, cuja seiva maldita os

deteriora por dentro, de modo que, incapacitados de dar frutos, logo são cortados e lançados ao fogo[8].

Concidadãos de uma verdadeira Babel, as vozes/queixas de Tiago, Lucas e Mateus, os filhos, que encontram seu refúgio inóspito intercaladamente ao longo da narrativa, constroem uma miríade de perspectivas sobre o sofrimento familiar. A partir desse, nos vocábulos de Kaës (2017), *inconsciente grupal*, podemos tomar tanto como discursos diferentes – compreendendo as idiossincrasias e subjetividades – quanto como *um só discurso*, *uníssono*, de modo que o discurso dos filhos, tal como no caso do pequeno Hans, integra uma *gramática coletiva*[9], parental e transgeracional, confeccionada a partir das 'normas padrões' que regem a família e os lugares simbólicos da linguagem familiar: "Sofro por ser o primogênito. Sinto que carrego o fardo do mundo. Aguento além da minha vida da minha vida a dramaticidade mãe que cobra o sangue dos filhos, que goteja entre seus dedos. Irascível e autoritária, ela repete que a vida é injusta e o destino, amargo." (Piñon, 2014, p. 12-13). Tiago, Mateus e Lucas, os três descendentes/discípulos, estão, pois, enleados às tramas da família ou, em termos míticos, sob os escombros de Pedro, a *pedra angular* onde 'foi fundada a igreja genealógica': "– Pedro ainda vive, sem ter ressuscitado no terceiro dia. Não morreu ainda porque meu amor não deixa. Mas em breve anuncio sua morte. Sobretudo a você, Tiago, meu primogênito." (Piñon, 2014, p. 13). A família, destarte, orienta-se e se desorganiza *in memoriam* do patriarca; compete à Elisa garantir a manutenção das lembranças ("Em memória de mim...") e instaurar a presença de Pedro no meio dos filhos. Os descendentes, nessa conjuntura, são submetidos a uma condição de acolhimento e imposição pelos antecessores e se anexam reciprocamente, de maneira análoga às bonecas russas, de forma que os atributos linguísticos familiares, as heranças tradicionais e os padrões culturais são previamente delineados e prescritos dentro dos limites das configurações parentais. Nessa *telescopagem familiar*, as gerações subsequentes, na ânsia de adquirir sua própria identidade e autonomia, deparam-se com camadas sobrepostas de influências e expectativas, que remontam os ancestrais, como peles mármoreas concêntricas das *matryoshkas*[10].

---

[8] "Toda árvore que não produz bons frutos é cortada e lançada ao fogo. Assim, pelos seus frutos vocês os reconhecerão! "Nem todo aquele que me diz: 'Senhor, Senhor', entrará no Reino dos céus, mas apenas aquele que faz a vontade de meu Pai que está nos céus." (BÍBLIA, 2018, p. 669).

[9] Mannoni (1980 [1967]), inclusive, aleta que os psicanalistas estejam atentos: "[...] a um vasto discurso não somente mantido pela criança e sua família, mas aquele que foi mantido no passado e o que se pode saber, ou reconhecer, do discurso em que a criança viveu outrora." (Mannoni, 1980 [1967], p. 192).

[10] "Podemos modelizar, como no encaixamento das bonecas russas, para esses níveis de continência, de tal forma que exista uma cossustentação recíproca entre o continente individual, o continente grupal familiar e o continente social." (Benghozi, 2010, p. 94-95).

Além de lhe ser incumbida a árdua tarefa de construir um mausoléu para Pedro e sua mãe, Tiago, o primeiro filho, assentado sobre o corpo do pai, devora seus pedaços num ritual canibalesco, de incorporação simbólica das experiências ancestrais: para o primogênito, resta trilhar o percurso do patriarca, tornando-se, também, sacrifício vivo, expiação no altar da parentalidade. Imolado diante de toda a comunidade, eis pois Tiago, o primogênito, o Cordeiro que 'tira o pecado do mundo familiar'[11]: "Sou para eles um cordeiro na iminência de ser sacrificado no tempo pascal." (Piñon, 2014, p. 18). Em *Moisés e o monoteísmo* (1939), Freud evidencia que, após a religião mosaica, Paulo infiltra na doutrina o chamado, em termos psicanalíticos, *sentimento inconsciente de culpa*, ancorando-o e o denominando de 'pecado original': "era um crime contra Deus, que somente com a morte podia ser expiado. [...]. Na realidade, esse crime merecedor da morte havia sido o assassinato do pai primevo, depois endeusado. Mas o assassinato não foi lembrado; em vez disso, foi fantasiada a sua expiação [...]." (Freud, 2018 [1939], p. 72). Durante os dogmas mosaicos, assevera Freud, a festa de páscoa e os rituais de purificação do povo serviam tanto como lembrança primária quanto para expiar, no cordeiro, parcial e precariamente, os pecados de um povo. Todavia, para uma *remissão* absoluta dos crimes originais *da família mosaica/hebraica*, era necessário, doravante, que o filho do pai morto, tal e qual ocorre no conto em análise a partir de Tiago, o primogênito, sacrificasse-se: "Um filho de Deus havia se deixado matar, inocente, e dessa maneira tomou para si a culpa de todos. Tinha de ser um filho, pois havia sido o assassinato do pai." (Freud, 2018 [1939], p. 72). No drama grego, o dilema entre o cordeiro – que herda a culpa trágica – e os irmãos da horda engendra-se a partir da dialética entre o herói e o coro; por isso, nessa linha argumentativa, o mestre vienense assevera: "O 'redentor' não podia ser outro senão o culpado principal, o líder do bando de irmãos que havia derrotado o pai." (Freud, 2018 [1939], p. 72).

Como um cordeiro levado ao matadouro[12], para Tiago, o primogênito dentre os irmãos da horda, resta-lhe a incumbência de ser sacrificado – como um redentor na cruz – por causa do *pecado original* da família. Após as dores pungentes no 'Getsêmani', agarrado à cruz transgeracional, Tiago toma um lugar – de quem cometeu verdadeiramente o crime – que, não sendo seu, foi-lhe imposto pelos ancestrais, e é sacrificado. O primogênito, no conto, à sombra das vestes fantasmagóricas do pai-morto, herdeiro e redentor do 'pecado' familiar, suplica, metaforicamente, da cruz geracional em que está dependurado: 'Pai, por que me

[11] "No dia seguinte João viu Jesus aproximando-se e disse: "Vejam! É o Cordeiro de Deus, que tira o pecado do mundo!" (BÍBLIA, 2018, p. 730).
[12] "Ele foi oprimido e afligido; e, contudo, não abriu a sua boca; como um cordeiro, foi levado para o matadouro; e, como uma ovelha que diante de seus tosquiadores fica calada, ele não abriu a sua boca." (BÍBLIA, 2018, p. 504).

abandonastes?'. Dessa lamúria cósmica, compreendemos que, apenas pelo *sacrifício do filho*, como admite Tiago no conto, é que ocorre a expiação; um *abandono* necessário, visto que a família, outrora, encarregava os filhos com fardos inconscientes: "[...] na doutrina cristã a humanidade reconhece, do modo mais franco, o ato culposo de um tempo primordial, pois apenas no sacrifício do filho encontrou a mais plena expiação para ele." (Freud, 2012 [1912-1913], p. 151). Nesse sentido, Tiago, cuja etimologia do latim *Iacobus* (Jacó ou Ya'akov no hebraico) – que significa "aquele que vem do calcanhar" –, mostra-se claudicante em seu itinerário, assim como o próprio *Óidipous* ("o de calcanhar inchado"). Assemelhando ao herói tebano que, após herdar inconscientemente um 'dossiê' de *faltas trágicas* do seu pai, é infiltrado – por transmissão – o custoso dever de *perdoar/expiar* os crimes familiares, também Tiago acolhe um arcabouço primevo – anterior a sua existência –, o que Lacan (1998) chamou de *preteridade velada*: "sua existência já é sustentada, inocente ou culpada, antes que ela venha ao mundo, e o tênue fio de sua verdade não pode fazer com que ela já não costure um tecido de mentira." (Lacan, 1998, p. 659).

Recorrendo à mítica grega, em Colono, depois de seu itinerário de padecimento (*páthei máthos*), Édipo, o Narciso derrocado, queixa-se para Creonte da condição de "bode expiatório" que redimiria a família, pondo um fim, nele, ao destino anunciado pelo oráculo: "Teus lábios lançam contra mim assassinatos, núpcias, desgraças, tudo que tenho sofrido – ah! infeliz de mim! – sem qualquer culpa minha, para a satisfação dos deuses, ressentidos – quem sabe? – há muito tempo com meus ancestrais; em mim não acharias sequer um pecado [...]" (Sófocles, 2018b, p. 45). Inclusive, num dos momentos, na narrativa de Piñon, em que a voz de Tiago interrompe o narrador, temos o relato da *dívida simbólica* que lhe fora legada pela família: "Tenho dificuldade em ouvi-la [a mãe], exceto quando altera a voz e me ofende. Nessas horas seu verbo é impiedoso. Mesmo no meu aniversário, ao me entregar o dinheiro, não me poupa: – Não se esqueça de que me deve a vida." (Piñon, 2014, p. 19). De forma análoga ao destino que conduziu Édipo, ainda que inadvertidamente, à concretização dos nefastos desígnios que ressoavam desde as gerações antecessoras, acarretando-lhe a carga de herdar os abomináveis crimes de Laio e empreender o arduamente vital processo de exorcizar o sombrio testamento do passado familiar, o protagonismo da tragédia recai, de maneira igualmente insuperável, sobre os ombros de Tiago. A ele, como a um herdeiro relutante, é confiada a tarefa hercúlea e quase inatingível de forjar o sepulcro que abrigará os restos mortais de seus progenitores, constituindo-se, desse modo, como um agente purificador das transgressões que há muito contaminaram o seio familiar. Sob a égide dessa narrativa, vislumbra-se uma miríade de simbolismos e ironias cósmicas, no qual o papel de Tiago, como artífice de um túmulo destinado

a acolher os que lhe deram vida, assume contornos que ecoam as complexas engrenagens do destino trágico. A construção desse monumento funerário representa um ato físico e, ao mesmo tempo, uma metáfora da responsabilidade hereditária, que ele se vê compelido a atuar como uma entidade purificadora, um intermediário entre as transgressões de seus antecessores e a redenção que se busca alcançar. A trajetória de Tiago, assim como a de Édipo, revela-se como uma saga marcada por um grimório de fatalidade e responsabilidade, cujas fístulas do passado, devidamente enterradas sob a frieza da terra e sob o peso da consciência, tornam-se indissociáveis das ações presentes e do futuro que se desenha. Ou, noutras comparações, análogo ao herói de Sófocles, aqui, o Édipo da poética pinoniana poderia também, perante a negativa da *presunção de inocência*, protestar: "[...] se por meio do oráculo a voz de um deus disse ao meu pai que um filho seu um dia o mataria, como poderias condenar-me por essa morte justamente, a mim, que ainda não tinha sequer nascido, que nenhum pai havia até então gerado, que nenhum útero de mãe já concebera?" (Sófocles, 2018b, p. 86). A construção do túmulo, portanto, extrapola o mero ato de sepultamento; ela personifica a busca incessante pela purificação das culpas ancestrais, o expurgo das manchas miasmáticas que impregnaram os anais da família e, em última instância, a tentativa de reverter o ciclo de tragédia que teima em perpetuar-se através das épocas.

Tiago personifica um intrincado emolduramento de dualidades, refletindo tanto as provações de Édipo, que herdou involuntariamente os pecados de seu pai, quanto a tragédia de Antígona, cuja jornada ultrapassa as barreiras do tempo e das gerações – impelida por um destino transgeracional, ele carrega o fardo de retornar a Tebas para dar sepultura aos seus entes queridos, enfrentando a marca indelével de uma iniquidade originária. Na mítica sofocliana, enquanto a filha do lendário herói trágico se mantém inquebrantavelmente ao lado dele, servindo como um suporte imprescindível para seu caminhar cego e penoso durante o exílio, os outros dois descendentes do clã, Etéocles e Polinices, envolvem-se em uma amarga disputa pelo trono de Tebas, cujo desfecho funesto culmina com a morte de ambos. É o astuto Creonte, tio dos filhos de Édipo, por meio de seu laço de parentesco com Jocasta, que ascende ao trono da cidade e, como seu primeiro ato de governo, profere um decreto que proíbe o sepultamento de Polinice, determinando que o cadáver do jovem permaneça exposto, entregue à putrefação e à voracidade dos abutres. Diante da agonia de uma sepultura negada, Antígona, imbuída de indignação e coragem, tenta, em vão, persuadir o obstinado monarca a reconsiderar sua decisão e permitir o sepultamento digno de seu irmão (Sófocles, 2018c). Frustrada em seus apelos, ela ousa desafiar as ordens de Creonte e, semelhante a Tiago, na diegese pinoniana, a quem fora destinada uma tarefa igualmente árdua, busca sepultar o corpo sem vida de seu irmão com as

próprias mãos, num ato de resistência que ressoa com a determinação de redimir as transgressões familiares e oferecer à alma de Polinice o descanso eterno que lhe fora injustamente negado. Como punição a tamanha afronta, Creonte determina que sua sobrinha seja enviada para um lugar no deserto, para ser enterrada viva numa gruta de pedra.

Na mítica tebana, a cada sucessão de gerações, a tenebrosa mancha cádmica adquire novos matizes e se expande em um território, de modo crescentemente drástico, operando como uma espiral que, em sua trajetória, retorna inexoravelmente ao ponto de origem, com o propósito de conferir maior densidade a sua preservação e contornos mais delineados a sua parcela inalienável. O zênite desse percurso revela-se com a figura de Édipo, pois entre todos os heróis da narrativa, foi quem ousou abrir o sepulcro que albergava o cerne desse legado ancestral. Nesse momento revelador, reconheceu sua identidade enraizada na árvore genealógica, compreendendo plenamente sua posição singular como *anfitrião* e *condutor dos segredos imponderáveis* e *indizíveis* que permeavam suas raízes familiares. Incapaz de se dissociar dessa herança opressiva, Édipo absorve e incorpora a totalidade da pesada carga geracional, mantida sob sigilo e perpetuada com devoção por seus antecessores. Nele, encontra-se o clamor ensurdecedor da maldição que lastreia e se manifesta sobre os descendentes: "estando poluto, a propósito da desdita, impreca as mais sacrílegas maldições contra todos (os filhos): Repartir ao meio a casa com um ferro cortável." (Eurípedes, 1993, p. 55). Assim como Antígona se encontra imbuída do ônus supremamente árduo de conferir uma sepultura digna aos membros de sua família, na qual recaiu a mácula do infortúnio, Tiago, o primogênito herdeiro do conto de Piñon, por um mandamento materno, vê-se investido com a responsabilidade equiparável de empreender tal epopeia funerária. O paralelismo entre esses dois protagonistas, Antígona e Tiago, é notável, pois ambos carregam o fardo familiar, a imperiosa tarefa de sepultar seus entes; uma incumbência que exorbita os limites das obrigações filiais e assume dimensões mitológicas, envolvendo-os num contexto trágico cujas demandas da família e a moralidade se emaranham.

Outrossim, Tiago, legatário-sintomático dos nexos familiares, assemelha-se ao infante Hans, figura notória na eloquente análise Freud. Em ambos os casos, delineiam-se narrativas que, de modo surpreendente, enredam-se em padrões inconscientes que sancionam a constelação familiar. O paralelo entre Tiago e o pequeno Hans reside na projeção de questões não-resolvidas e conflitos não-digeridos dos pais, que se manifestam, de maneira cifrada, no herdeiro. Assim como Hans canalizou suas ansiedades e medos na fobia dos cavalos, Tiago, de maneira análoga, sintomatiza suas próprias angústias e aflições no arcabouço de sua vida, moldando uma existência, por vezes, labiríntica. Conforme análise feita por Mannoni (1980

[1967]), também para Hans foram endereçadas maldições – forjadas pelo/no desejo dos genitores: "O pai condena Hans a ficar no não-sentido, a não ser senão o objeto passivo amado de uma mãe que não deseja nenhum homem. Ela própria participa de um jogo corpo a corpo com o filho, condenando verbalmente [...]. O desejo da mãe é que Hans não seja senhor de seu desejo." (Mannoni, 1980 [1967], p. 34). Semelhante ao patriarca de Tiago no conto em análise, o fantasma do pai de Hans, instaurado pela figura materna, atravessa-o. Ao adotar o manto de herdeiro-sintoma, torna-se o guardião involuntário de dilemas emocionais que transitam pelas gerações, cujos espectros do passado são transmitidos proditoriamente para o presente. Não à toa, Mannoni (1980 [1967]) assevera que esse casal – da análise freudiana – tem dificuldades em relação ao próprio matrimônio, em especial, com a sexualidade; por conseguinte, deseja/projeta reencontrar em Hans o mito de uma infância 'pura' ou 'perversa'. Logo, o enredo dos pais sobrepõe-se sobre a ínfima história do pequeno paciente – provocando uma *confusão de línguas*[13], em vocábulos ferenczianos – e, consequentemente, Hans, assim como Tiago: "[...] aparece como o suporte dos fantasmas dos adultos." (Mannoni, 1980 [1967], p. 38). Enquanto porta-voz do adoecimento familiar e albergue do que os pais não enfrentaram, a Hans – assim como a Édipo e a Tiago –, cumpre atravessar o campo do desejo dos progenitores para,

[13] Em *Confusão de Línguas entre Adultos e Crianças* (1933), Sándor Ferenczi destila um discernimento notável ao articular a noção de "confusão de línguas", uma entidade psicológica que, segundo sua análise penetrante, pode acarretar um trauma de teor patogênico. A sexualidade infantil, na perspectiva ferencziana, emerge como uma linguagem repleta de tenacidade afetiva, uma espécie de sistema no qual a função é governada por um princípio de saciedade das pulsões parciais, preponderantemente autoeróticas. O gozo infantil, nesse contexto, manifesta-se como um ato lúdico, um universo de representações que mimetiza, de certo modo, a compreensão que o infante é capaz de arquitetar a respeito da sexualidade inerente aos adultos. Porquanto não detenha acesso ao registro intrínseco a essa sexualidade, a criança empreende a interpretação das solicitações de afeto provenientes dos adultos de acordo com a capacidade interpretativa de seu próprio sistema de significados. De forma concomitante, a sexualidade adulta assume uma configuração sensivelmente distinta, um âmbito que se submete às injunções do recalque e às interdições incutidas pela cultura. Nesse domínio, a libido é pungentemente compulsiva e ostenta um flagrante aversão a reconhecer a existência do outro como sujeito autônomo e dotado de desejos próprios. A confusão de línguas, tal como postulada por Ferenczi, revela-se como um trauma de índole psíquica, uma infortunação que transcende a mera ocorrência de abusos sexuais perpetrados por adultos sobre crianças: amores excessivos, punições desmedidas e destituídas de motivação justificada, todos podem convergir na senda da ação abusiva. Nessa perspectiva, a infelicidade, como orquestrada por Ferenczi, não se circunscreve a eventos de violência carnal real, mas engloba um vasto leque de situações nas quais a integridade emocional da criança é afrontada. No panorama das experiências humanas, a desilusão progressiva, aquela gradual decepção que o ser humano encara diante de seus idealizados modelos, manifesta-se de forma cadenciada e intrinsecamente desenvolvida. No entanto, na situação traumática, a criança vê-se subitamente desprovida da capacidade de confiar no adulto que, por designação natural, deveria resguardá-la e exercer a função de regulador. No entanto, é precisamente esse adulto, que deveria atuar como guardião das leis e dos interditos, que se metamorfoseia em transgressor, lançando mão de atos que transgridam o paradigma cultural. A violação perpetrada sobre uma criança, independentemente de sua natureza, simboliza a quebra de um tabu fundamental, um preceito primordial na teia da cultura. Ao empreender tal transgressão, o adulto não somente abandona a criança a uma realidade cuja ordem foi flagrantemente abalada, mas também priva a pequena vítima da capacidade de encontrar nele os referentes que, até então, norteavam sua compreensão do mundo. A confusão de línguas, assim como proposto por Ferenczi, consubstancia-se como a perplexidade de leis, pois aquele que deveria servir como mediador da lei se posiciona fora do alcance de sua tutela, deixando para trás um vórtice de incertezas, onde a criança se vê desorientada em um universo sem referências ou paradigmas claros (FERENCZI, 1992 [1933]).

doravante, ter-se acesso à verdade do próprio desejo (conquanto, por vezes, os parentes cerrem essa entrada).

Na narrativa pinoniana, paralelamente ao constatar que Tiago, seu esposo, estava enleado às tramas edípicas, fusionalmente vinculado à mãe e à história familiar, Marta, esposa do primogênito, num pensamento agônico – jocastiano por excelência, após descobrir a verdade –, em lamúria, esclarece: "Sou a mulher deste homem e me arrependo. Lamento que seja meu marido que eu pertença a sua família. Aqui estou aguardando sua chegada, vindo da casa da mãe. [...]. Entrou. Tenho que lhe dar as boas-vindas sabendo de antemão que é um homem derrotado, que não reage." (Piñon, 2014, p. 19). Enquanto Elisa, na dinâmica familiar, adorna-se com as vestes simbólicas de 'Maria', a *madre*, assumindo a posição emblemática da figura materna, aquela que detém a capacidade de atrair e manter a atenção de seu filho, aproximando-se dele e situando-se, metaforicamente, aos seus pés; Marta, a esposa de Tiago, por outro lado, prorrompe-se inescapavelmente nos caminhos das atribuições domésticas e das incumbências de gerenciamento do lar, em virtude da notória ausência de seu cônjuge, que está alheio ao convívio matrimonial: "Marta servia-lhe comida fria como expressão do seu desgosto. O marido aceitava que o recriminasse com uma linguagem evasiva, a cobrar-lhe uma reação que não tinha como ativar." (Piñon, 2014, p. 20). Essa configuração, marcada por essa dicotomia entre as representações de 'Maria' e 'Marta', estabelece um dualismo de papéis e funções atribuídos às mulheres na dinâmica da família, com Elisa personificando a figura de uma mãe que, por meio de uma postura maternal e um olhar acolhedor, busca estabelecer uma conexão emocional intensa, assaz edípica, com seu filho, desviando-o da esfera da vida doméstica e das responsabilidades mundanas.

Por outro lado, Marta encontra-se imersa nas inúmeras obrigações e deveres relacionados à gestão do lar e à manutenção do núcleo familiar, enquanto seu marido se distancia dessa realidade e permanece aquém de uma construção da vida cotidiana na casa. Abandonada, Marta suplica que Tiago retalie a figura materna, a fim de descingir essa (con)juntura edípica: "[...] ela [Marta] exigia que Tiago fosse até a mãe, naquele momento mesmo, para golpeá-la, derramar veneno em seu café." (Piñon, 2014, p. 20). Marta, a consorte, ergue sua voz com veemência, instando o esposo, subserviente aos apelos maternos, a desobrigar-se em relação às pesadas e onerosas incumbências familiares que lhe foram inerentemente impostas e a renunciar, de maneira determinada, às responsabilidades que anteriormente lhe eram delegadas pela própria mãe. A esposa, pois, visa à emancipação de Tiago das amarras e expectativas hereditárias, bem como, por efeito, a própria independência, por meio de um compartilhamento equitativo e eficiente das responsabilidades conjugais e

familiares: “Confrontada com o mutismo do marido, Marta cravava-lhe a unha no braço, inconformada por estar unida a um covarde que os pais só deram vida para tê-lo a seu serviço, sem ao menos compensá-lo pelos maus-tratos.” (Piñon, 2014, p. 21). Conquanto a aparente distinção entre a esposa e a mãe, Tiago reúne ambas as imagos, consubstanciando, a semelhança entre Elisa e Marta: “Esta mulher é tão cruel quanto a mãe. Ambas se igualam.” (Piñon, 2014, p. 20).

Tiago, em sua busca por uma parceira marital, depara-se, de maneira inconsciente, com uma figura que, de certo modo, espelha os contornos e características maternais. De maneira paralela, como uma compulsão à repetição do relacionamento entre a mãe e Tiago, Marta assoma na vida do esposo, assumindo um papel que ressoa, de forma inquietante, com a própria Elisa. Freud constata, em *O motivo da escolha dos cofrinhos* (1913), que, embora o sujeito nutra a fantasia onipotente de controlar seu destino, a sua escolha recairá, repetitiva e compulsivamente, em prerrogativas que o seu inconsciente outorga: ao longo da vida, o ser humano depara-se com o semblante de três figuras, infamiliarmente, iguais: a que procria, a companheira e a que arruína – a Mãe-terra, a própria morte (Freud, 2015 [1913]). Inevitavelmente, a que ama e a morte são, em outros andrajos, uma compulsão à repetição da primitiva: “a própria mãe, a amada, que ele escolhe de acordo com a imagem desta e, por fim, a mãe terra, que novamente o acolhe.” (Freud, 2015, p. 120). A última é, ao mesmo tempo, a mãe que o recebe e a deusa da morte, que o albergará em seus fúnebres braços. Destarte, o percurso vivido pelo instrumento psíquico, à revelia, está misteriosamente submisso a uma compulsão à repetição, que parte desde o berço até a morte. Não por acaso, em um dos muitos manuscritos aforismáticos, o psicanalista assevera: “a busca enigmática do primeiro amor é como a busca pelo parentesco de sangue, especialmente aquele entre mãe e filho.” (Freud, 2019 [1910], p. 120).

Assim como matriarca, por meio de uma dinâmica permeada por uma relação de controle e imposição violenta, submete Tiago a servi-la litúrgica e lealmente[14], como um executor de seus desejos espúrios e questionáveis, relegando-o, de forma simbólica, a um papel de subalternidade em relação a suas próprias aspirações; Marta, por sua vez, *também* demonstra uma inclinação de apropriar-se semelhantemente em relação ao seu consorte, almejando tê-lo como uma extensão de seus próprios anseios e, em particular, como um meio para satisfazer

[14] “Expressão das lealdades genealógicas de pertencimento herdado por cada parceiro, o pacto de aliança do casal liga e gera o negativo (no sentido de não revelado, como em fotografia) da transmissão de cada família de origem. É, pois, paradoxalmente, em ressonância com os buracos e rasgos dos continentes das duas famílias de origem, às singularidades de sua trama genealógica que não somente se funda, mas ainda se mantém e faz perdurar o laço conjugal.” (Benghozi, 2010, p. 146).

suas ambições pessoais e desfrutar dos recursos e bens pertencentes à esfera familiar. Com efeito, ao constituir matrimônio com a cônjuge-genitora, o primogênito mostra-se: "[...] incapaz de suportar o sofrimento que a mãe e a esposa lhe infligiam. – Ainda mato as duas, murmurou recolhido na igreja, perto do altar." (Piñon, 2012, p.21). Convém salientar que, no contexto da vida amorosa que um dia uniu de forma indelével Tiago e Marta, testemunha-se agora um retrato perturbador de um matrimônio que se encontra irrefutavelmente esfacelado, imerso nas em uma desolação afetiva que, por seu turno, manifesta-se de maneira inequívoca e inconteste na ausência de qualquer tipo de relação sexual entre os cônjuges. A interrupção dessa dimensão íntima, que outrora constituía uma expressão vital do afeto e da ligação entre Tiago e Marta, irrompe-se como um marcante símbolo das fissuras e desconexões que têm corroído a própria estrutura da relação. Esse hiato sexual, caracterizado pela notável e dolorosa ausência de intimidade física, torna-se um reflexo doloroso da deterioração mais ampla que se instalou no seio do marital, evidenciando, de maneira incontestável, a distância emocional e a desarticulação que se alastraram entre os cônjuges: "Não contava com a mulher para lhe satisfazer o desejo. Seu corpo já não lhe apetecia. Tal indiferença estendia-se às mulheres, com exceção daquelas que frequentava no bordel da vida." (Piñon, 2014, p. 21). De modo notório e intrigante, o relacionamento sexual entre Tiago e sua esposa Marta encontrava-se inibido e comprometido adentrando num território assolado pela notória impotência e desinteresse mútuo, manifestando-se como uma representação eloquente do distanciamento emocional e da fragilização da intimidade conjugal. Por outro viés, e de maneira "paradoxal", emergia a manifestação impressionante da virilidade e potência sexual de Tiago quando se encontrava em interações com as cortesãs. Essa dicotomia da psicologia da vida amorosa traz à baila a tese freudiana (1912) de que: *quando se ama não deseja*, *e quando se deseja não ama*, em virtude da sobreposição da imagem materna – sustentada pela corrente *terna*[15] e pelo tabu do incesto – na companheira, a esposa.

[15] Em *Sobre a mais geral degradação da vida amorosa* (1912), Freud, tece considerações profundas acerca de uma perturbação sexual que exerce sua influência sobre o psiquismo de numerosos indivíduos, culminando, em muitos casos, na manifestação de impotência sexual, isto é, na recusa dos órgãos encarregados da expressão da sexualidade em cumprir a finalidade do prazer sexual. Essa condição, conforme expressamente destacado por Freud em sua obra de referência, é caracterizada como uma "impotência psíquica" (Freud, 2019 [1912], p. 138). Tal incapacidade de atingir a plenitude do prazer sexual, de acordo com o enfoque freudiano, frequentemente tem como origem uma "fixação incestuosa não superada na mãe e na irmã" (Freud, 2019 [1912], p. 138). Constitui-se, pois, uma inibição decorrente de complexos psíquicos não resolvidos, enraizados em estágios precoces e críticos do desenvolvimento libidinal na infância. Essa insuficiência inconsciente, destarte, encontra seu fundamento na precariedade e/ou má formação histórica do desenvolvimento da libido, que, no estágio inicial da infância, acaba por impossibilitar que o indivíduo afetado alcance uma configuração sexual que se alinhe com os parâmetros considerados "normais". Logo, para que a energia libidinal não sofra declínio ou enfraquecimento, faz-se necessária uma integração harmoniosa das instâncias afetivas consideradas indissociáveis, a saber, a ternura e a sensualidade (Freud, 2019 [1912]). O componente *ternura*, conforme esclarecido por Freud, germina-se com base em interesses vinculados

Na puberdade, espera-se que a ternura se combine com a corrente *sensual*: mas, como agencia o mestre vienense, parece que essa corrente nunca deixa de percorrer os caminhos previamente trilhados. Em outras palavras, mesmo na puberdade, os desejos sexuais do indivíduo tendem a seguir trajetórias que, em tenra idade, já foram exploradas, notadamente em relação à figura materna e, até mesmo, a irmãos, que frequentemente são os primeiros objetos de afeição amorosa para um jovem, por exemplo. Todavia, assim como ocorreu na infância, surgirão obstáculos que impossibilitam a concretização da união entre parentes, ou seja, há uma *barreira inerente ao incesto*. Como alternativa, os seres humanos buscam, fora do ambiente familiar, encontrar "a passagem desses objetos inadequados [familiares] para a realidade de outros objetos, estranhos, com os quais possam estabelecer uma vida sexual real" (Freud, 2019 [1912], p. 140). O que Freud enfatiza é que, devido ao tabu do incesto, a relação sexual com membros da família se torna socialmente inapropriada, e, como uma forma de escapismo, o indivíduo procura, de maneira desenfreada, outros objetos amorosos que lhe sejam estranhos, mas minimamente aceitáveis para fins de envolvimento erótico e/ou matrimonial. Cumpre salientar que a escolha desses "outros", externos ao enlace parental, encontra-se pulverizada imagética e inconscientemente por traços, modelos e *imagos* dos primeiros objetos amorosos infantis – os genitores e os irmãos –, *barrados* nos tempos primitivos. (Freud, 2019 [1913]). À revelia, na puberdade, no intento de evitar o incesto, procura-se objetos sensuais que não precisem, de fato, serem amados, a fim de se manter afastado dos primeiros objetos que receptaram o verdadeiro afeto – figuras parentais recalcadas. No entanto, esse desejo "perdido" vai ser representado e assumido, comutativamente, por uma série de objetos amorosos substitutos que estão entranhados por traços dos objetos evitados (recalcados) – as primevas figuras parentais.

Por conseguinte, objetos amorosos, como a esposa, que, amiúde, são investidos pela *corrente terna*, ou seja, que são reencarnações dos primeiros objetos amorosos – a mãe – logo também encontrar-se-ão barrados, inconscientemente, pelas engrenagens da castração e do tabu do incesto. Ao passo que a consorte sustenta *ternura* da condição materna, às prostitutas endereçar-se-ia a corrente *sexual* – livre das amarras do tabu do incesto: "Eles procuram objetos que não precisam amar, para manter afastada a sua sensualidade dos objetos amados; e o singular impedimento que ocorre na impotência psíquica apresenta-se, então, segundo as leis

---

à pulsão de autoconservação e se volta às figuras familiares e aos responsáveis pelo cuidado infantil. Naturalmente, pode ocorrer que o psiquismo permaneça fixado nessa corrente primordial, mantendo a libido direcionada para as figuras parentais (pais, mãe, irmãos, etc.), o que, consequentemente, inibe a formação de afeições sexuais extrafamiliares.

da sensibilidade do complexo e do retorno do recalcado [...]" (Freud, 2019 [1912], p. 142). No conto em análise, enquanto Tiago era indiferente e inócuo, em termos sexuais, a sua esposa – uma reencenação da figura materna –, por outro viés, mostrava toda virilidade e potência às mulheres quando 'frequentava o bordel da vila': "Com elas, testava a firmeza do membro golpeando-as sob o impulso da raiva que a mãe e esposa, parte de uma raça maldita, instilavam-lhe." (Piñon, 2019 [1912], p. 21). Como agencia Freud em *Sobre um tipo particular de escolha de objeto nos homens* (2019b [1910]), conquanto, para a consciência adulta, a mãe possua uma auréola de pureza moral e sexual, *não* há uma oposição entre a figura materna e a "libertina" [*Dirne*] – no inconsciente, não raras vezes, coincide-se aquilo que, na consciência, aparece cindido em dois opostos. Se, nos tempos primitivos, a mãe mostrava-se um joguete entre os desejos do esposo-pai e, em plena fase edípica, do filho; em outros termos, se o objeto materno era *partilhado* entre o genitor e o filho, no drama da psicologia da vida amorosa, o menino logo adquire o conhecimento de que certas mulheres *também* – assim como a sua mãe – dividem a cama com outros homens (rivais paternos). Numa reencenação edípica, reencontrando a desejada mãe *nas* cortesãs: "[...] ele diz a si mesmo com cínica correção que a diferença entre a mãe e a prostituta [*Hure*] não é, afinal, tão grande, pois no fundo elas fazem o mesmo." (Freud, 2019b [1910], p. 128).

Não logrando materializar seus anseios em relação à Elisa, a figura matriarcal dominante, Tiago logo o redireciona subversivamente suas pulsões e fantasias para um âmbito alternativo: as prostitutas. A figura de Elisa, em sua inacessibilidade, não somente atua como um catalisador das pulsões edípicas e sadomasoquista de Tiago, mas também como uma barreira impenetrável que impede sua realização. As meretrizes, numa interpretação freudiana, assumem o papel da figura materna, preenchendo o simulacro do desejo edípico, de modo oblíquo e, por vezes, conflituoso, de tal forma que se tornam objetos do ódio e do ressentimento – que, no fundo, referem-se à Elisa e à Marta – de Tiago. Numa leitura kleiniana, a potência do pênis – objeto-arma de destruição[16] – é fruto de fantasias que o bebê na posição esquizoparanoide, que, munido com seu ciúme e ódio, deseja que o objeto peniano do pai fosse um artefato bélico, de modo que, quando utilizado, danificasse o corpo materno. No conto em escrutínio, essas

[16] A frustração dos desejos genitais por parte do pai dá origem a intensas fantasias agressivas na criança, que exercem forte influência na capacidade de gratificação sexual durante a vida adulta. Assim, as fantasias sexuais [...] se ligam ao ódio dirigido especificamente contra o pênis do pai, pois ela sente que este lhe nega a gratificação que oferece à mãe. O ciúme e o ódio lhe fazem desejar que o pênis fosse uma coisa má e perigosa – algo que também não trouxesse gratificação para a mãe. Em sua fantasia, portanto, ele [o pênis] adquire qualidades destrutivas. Por causa desses desejos inconscientes, que se concentram na gratificação sexual dos pais, a gratificação e os órgãos sexuais adquirem um caráter mau e perigoso em algumas de suas fantasias (Klein, 1996 [1928], p. 352).

fantasias destrutivas refugiam-se nos corpos das prostitutas que Tiago desfruta, visto que reencontra, nestes, paradoxal e edipicamente, a imago materna. Vale dizer que, além do núcleo de Tiago, o primogênito – que interrompe o encadeamento narrativo copiosamente com sua verborragia –, o enredo também nos tributa as queixas e lamúrias de Mateus, o derradeiro rebento.

As angústias, expectativas e aspirações de Mateus, o caçula, contrastam e, ao mesmo tempo, dialogam com as anseios e conflitos de Tiago, conferindo à narrativa uma dualidade que reflete e refrata as complexidades da condição humana e das relações familiares em suas múltiplas camadas. Enquanto Tiago ostenta um eloquente díssono, expondo sua prolífica retórica, de maneira incessante e prolixa, na busca infindável por um lugar no seio da família, Mateus encontra-se mergulhado numa quietude introspectiva, entrelaçando-se com o filamento silencioso do cenário, aparentemente alheio às conversações efervescentes que perpassam o convívio; não por acaso, o caçula é o filho que menos participa em discurso direto livre. Entretanto, por trás desse manto de aparente indiferença, repousa um poderoso agente de mudança: Mateus, na sua própria parcimônia, sutilmente opera como um catalisador latente, um pródigo apto a desafiar e reconfigurar as leis familiares preestabelecidas. Mateus, o '*cobrador*'[17], serve como um precursor clandestino de eventos que culminarão no ápice da narrativa, conduzindo-a para seu desfecho impactante. O que se conhece acerca da personalidade de Mateus, o mais novo, alicerça-se na percepção que ele aduz em relação a Elisa, sua genitora, a qual, a seu juízo, exibe um manto de hipocrisia.

Consoante o ponto de vista do jovem Mateus, sua progenitora o constrange, mediante a imposição, a participar dos ofícios dominicais na paróquia local. Entrementes, o cerne dessa incongruência reside na contraposição entre o que sua mãe preconiza publicamente e sua conduta privada, que ele concebe como discrepante. A subjugação ao ritual religioso dominical, ao qual se vê compelido, emerge como uma ação que lhe impõe um fardo, dada a percepção de que sua mãe, de modo dissimulado, exime-se da mesma obrigação que ela, teoricamente, dita ser essencial: "A mãe finge acreditar em Deus. Proclama ser religiosa e exige que eu, seu caçula, o último a lhe nascer, que recebeu na pia batismal o nome de Mateus, vá à missa em seu lugar, enquanto fica em casa aos domingos, talvez rezando." (Piñon, 2014, p. 14). De acordo com a ótica de Mateus, Elisa, cuja fé se desdobra como um estandarte a ostentar, impõe-lhe, com inegável rigidez, o mandato dominical de se aprontar e comparecer ao recinto sacro, a despeito do retumbante vazio que permeia o ambiente eclesiástico, em contraste com a presença

[17] "Enquanto Jesus caminhava, viu um homem chamado Mateus sentado onde se coletavam impostos. 'Siga-me', disse-lhe Jesus, e Mateus se levantou e o seguiu." (Bíblia, 2018, p. 670).

confortável e estática que ela própria mantém no seio do lar. Nesse toar, o laudável santuário que a religião deviria ser para cada crente, uma via de conexão espiritual pessoal, modela-se, no escopo de Mateus, num cárcere, cuja voz da autonomia é abafada pela insistência maternal, fazendo do ato religioso uma incumbência indesejada e, ao mesmo tempo, uma manifestação da dissimulação. A mãe adere à interpretação seletiva dos preceitos religiosos, alardeando uma virtude que, ao olhar atento de Mateus, dissipa-se como uma névoa de dupla moral, revelando-se como a verdadeira farisaica do enredo familiar: "Contrário ao pai, que, em matéria de Deus, tinha um genuflexório no quarto, onde se ajoelhava para pedir fortuna [...]. Agora, porém, na condição de viúva, ela faz seguidas vezes o sinal da cruz, como penitente que, entregue a Deus, está pronta a perdoar os pecados do mundo." (Piñon, 2014, p. 14-15). Ao abraçar a condição de viúva, Elisa extrapola a efemeridade das preocupações terrenas e, de forma metonímica, ergueu-se como uma roupagem Maria, a Mãe Intercessora, aquela que intercede em prol da humanidade, assimilando, em si mesma, a capacidade – narcísica e onipotente – de acolher e purificar os pecados do mundo; ao mesmo tempo, infiltrada na capacidade de redimir, há, no oposto, a prerrogativa de *condenar*.

Conforme supracitado, Pedro, empreendendo um jogo de desejos e ganância, recorre à prece fervorosa, suplicando aos santos que lhe concedam a fortuna almejada, como se a divindade pudesse, de alguma forma, influenciar o destino das riquezas terrenas. Em outros momentos, como insinua o filho do meio – Lucas –, o patriarca – *longe de tombar o comércio instaurado em seu templo familiar*[18] – se mostra avaramente focado em duas ânsias, à primeira vista, distintas: a veneração pela esposa, Elisa, e a obsessão inabalável pelas moedas preciosas, que repousam ordenadamente empilhadas na cômoda de sua alcova. Ademais, a própria Elisa é dominada pela ira quando suspeita de uma possível traição por parte do consorte. Sua fúria só encontra alívio quando Pedro, num ato de desespero e manipulação, cede todos os bens, formalizando um acordo mediante um escrito devidamente assinado. O documento, cujo teor sequer foi lido pelo marido, torna-se a alavanca que ela utiliza para controlar Pedro, transformando-o em um joguete submisso em suas mãos, enquanto ela própria se ergue como a detentora suprema do poder financeiro: "Sem perda de tempo, ela redigiu minha renúncia com expressões dramáticas. Abdicar aos meus bens exigiu um parágrafo bem detalhado. E, previdente, [ela] fez o documento valer caso prevaricasse no futuro. Assinei o documento sem lê-lo, querendo me livrar de Elisa [...]." (Piñon, 2014, p. 12). Doravante, já viúva, Elisa percebe

[18] Jesus entrou no templo e expulsou todos os que ali estavam comprando e vendendo. Derrubou as mesas dos cambistas e as cadeiras dos que vendiam pombas, e lhes disse: 'Está escrito: A minha casa será chamada casa de oração; mas vocês estão fazendo dela um 'covil de ladrões'" (BÍBLIA, 2018, p. 681).

seus filhos como verdadeiras ‘aves de rapina’, que rondam vorazmente ao seu redor, ansiosos por despojá-la da herança deixada por Pedro. A disputa acirrada pela posse dos recursos materiais e da riqueza familiar ecoa como um drama que se desenrola nas sombras do poder e da ganância. Ainda na esteira da opulência, há mais uma (compulsão à) *repetição* na narrativa, visto que a própria Marta, esposa de Tiago, também não é incólume aos apelos pecuniários que, por vezes, gerencia a trama.

Com sua insistência em compartilhar dos recursos amealhados pelo matrimônio dos pais do seu esposo, destaca-se como mais um exemplo de personagem que imbrica sua afeição ao dinheiro com o entrançado das relações familiares. Sua recusa em frequentar a missa dominical com Tiago, em um esforço de protesto, realça sua relação volúvel com o aspecto financeiro, enquanto Tiago, por sua vez, adota táticas evasivas: “Marta exigia que a sogra dividisse alguns dos recursos que o matrimônio acumulara. Aos domingos, ela acentuava a ladainha diária e, para demonstrar seu desgosto, não ia à missa com Tiago. [...]. E, para abafar suas admoestações vulgares, [Tiago] tapava os ouvidos [...]” (Piñon, 2014, p. 20-21). Numa leitura freudiana, tais movimentações avarentas referem-se a indivíduos que se encontram fixados à analidade, em especial, aos excrementos[19]. O primeiro significado do interesse infantil pelas fezes, como delineado por Freud (1917), repousa na ideia de doação, de *presente*. As fezes são metaforizadas e projetadas em outros elementos, criando um emaranhado de associações simbólicas. O presente, o dinheiro, o bebê e o pênis, em uma fusão que desafia as fronteiras, tornam-se quase indistinguíveis no teatro do inconsciente. Essa ligação intrincada entre elementos tão diversos é moldada pela “lógica” da criança, que percebe uma correspondência orgânica entre fezes, pênis e bebê, visto que todos eles, em suas respectivas formas, estão intrinsecamente ligados à passagem membranosa do reto e da vagina – a partir dessa congruência orgânica que a criança,

[19] Num artigo intitulado *Caráter e erotismo anal* (1908), Freud aproxima o dinheiro às fezes, a partir de três teses distintas: 1) A primeira é discernida sob o manto da cultura e das suas manifestações multifacetadas: mitos, contos de fada, superstições, pensamento inconsciente, sonhos e a intrincada teia das neuroses. Nestes domínios, o dinheiro, enquanto entidade representativa da riqueza material, surge intimamente ligado à noção de sujeira, como se fossem dois arquétipos entrelaçados em uma dança ancestral. O dinheiro, nesse contexto, adquire uma conotação de impureza, estabelecendo uma relação simbólica com as profundezas psíquicas do sujeito, onde o inconsciente se entrelaça com os padrões culturais. 2) A segunda, para esta associação entre avareza e a fase anal, remete ao contraste visceral entre o mais precioso e o mais desprezível, uma dualidade que é inerente ao funcionamento do inconsciente humano. Aqui, o ouro e as fezes, em uma inversão emblemática típica do inconsciente, encontram-se estranhamente unidos, com a representação de algo sendo, amiúde, realizada por meio de seu oposto. É nesse jogo de contrastes que o dinheiro e as fezes, embora aparentemente distintos, encontram uma ligação indelével no reino do simbolismo psicanalítico. 3) Por fim, a terceira tese dessa equação enigmática reside na relação intrínseca entre a fase anal do desenvolvimento infantil e o interesse peculiar pelo dinheiro. Testemunhamos um deslocamento de interesse das fezes, que desempenham um papel central nesse estágio do desenvolvimento, para o dinheiro, que passa a ocupar um espaço simbólico semelhante nas profundezas da psique humana. Este deslocamento, que pode ser interpretado como uma transição de uma satisfação primária relacionada à eliminação das fezes para uma satisfação secundária associada à aquisição de bens materiais, é um fenômeno complexo que lança luz sobre a dinâmica psicológica da avareza e da luxúria (Freud, 2015 [1909]).

de acordo com a perspectiva freudiana, formula a equação simbólica. Nesse sentido, em termos simbólicos, enquanto Pedro controlava vorazmente os esfíncteres, resguardando as moedas-fezes sob a bancada do quarto, Elisa ordena que ele, durante a transferência dos bens, arremesse-lhe tais excrementos, de modo que ela, a partir de então, controlaria – como uma mãe onipotente – os turnos e quantia em que seu consorte poderia defecar. Marta, por consequência, rivaliza com a sogra pelos dejetos financeiros; sua exortação ao marido pelos bens revela, em última análise, uma busca por poder e controle sobre os recursos pecuniários, semelhante à rivalidade que pode surgir no estágio anal do desenvolvimento, quando as crianças competem pelo controle do ambiente.

Cumpre salientar que, dos três herdeiros, tão somente Lucas, o filho do meio, emergira incólume das tácitas e penosas incursões perpetradas pelo âmbito familiar, logrando, pois, escapar indemne das investidas desoladoras que se insinuaram sobre os outros membros da prole. Tal faceta, de suma relevância, lança luz sobre o contraste inegável que se irrompe no que concerne à experiência e à resiliência de Lucas frente aos desafios e aflições que, de forma ubíqua, marcaram o percurso de sua árvore genealógica: “Sou o único dos filhos que não fala, não responde e não vive recolhido no vazio da própria existência. Pouco importa que a mãe me ame ou não, ou que o pai se esquecesse do filho do meio, cujo nome Lucas, escolheu com desdém.” (Piñon, 2014, p. 16). Lucas, nesse sentido, é a insígnia da noção de transmissão *intergeracional*, visto que, não assumindo a *linguagem* (im)posta pela família, apropriou-se de seu patrimônio hereditário e, infimamente, de modo autônomo, engendrou a própria subjetividade. Nesse caso, a operação intergeracional faculta a cada geração a localização precisa em relação às gerações preexistentes, inserindo individualmente cada agente em uma cadeia e um agrupamento. No entanto, amiúde, deparamo-nos com a contingência de que a herança familiar não possa ser devidamente submetida a uma elaboração e mutação construtiva. Despontam-se situações de transmissão *transgeracional*, que se caracterizam pela circunstância em que o sucessor é privado dos benefícios das metamorfoses capazes de facultar a conjunção psíquica. Nesse caso, no conto em análise, temos Mateus e Tiago – o mais novo e o primogênito, respectivamente –, que foram encarregados de cumprirem as ordenanças familiares e construírem o sepulcro; os dois irmãos são emblemas da *transmissão transgeracional*, transportando significantes “brutos” – não metabolizados –, destituídos de sua plenitude de significado, que surgem de maneira impetuosa na teia associativa estabelecendo relações interpessoais, bem como transmitidos sem terem previamente percorrido os meandros da narrativa histórica, das tradições mitológicas e das lendas que permeiam o reservatório familiar.

Lucas, o filho do meio, é a insígnia da *transmissão intergeracional*, visto que, ao lado dos espólios malditos que coexistem, tenta acolher apenas uma herança benéfica e reparadora; nesse caso, o patrimônio – capaz de metabolização – logo é transformado e modificado pelo descendente. Aqui, o indivíduo tem a capacidade de extrair elementos próprios, de caráter narcísico, destinados a servirem como pilares fundamentais na construção de sua própria narrativa familiar, resultando num espaço singular e idiossincrático, especialmente levando em consideração as variações que naturalmente ocorrem entre as diferentes gerações. Essa modalidade de transmissão possibilita que o herdeiro empreenda a edificação de sua própria identidade psicológica, reformulando a narrativa familiar preexistente e apropriando-se, de maneira distintiva, da herança que lhe é legada, diferenciando-se de seus antepassados da geração precedente através da atualização e (re)interpretação pessoal desse legado transmitido. Na narrativa, Lucas se distingue dos irmãos por causa do ostracismo endereçado pelos pais: enquanto às extremidades da fratria Tiago – o primogênito – e Mateus – o caçula – seguiram o itinerário imposto pelos pais, Lucas, o filho intermediário, manteve-se no alheio ao desejo parental: "Nunca me levava para pescar. Deixava-me para trás e seguia com Tiago e Mateus. Os irmãos se sentiam heróis, capazes de trazer de volta para casa a baleia de Jonas e o cadáver do pai, a quem nunca amaram." (Piñon, 2014, p. 16). Conquanto, à primeira vista, pareça desestruturante, o *alheamento familiar* foi a salvaguarda de Lucas, uma vez que o manteve distante das vigilâncias e da tutela dos pais. Ou seja, a condição de afastamento em relação à esfera familiar revelou-se como o baluarte que garantiu a integridade de Lucas, na medida em que o preservou da ininterrupta égide exercida por seus progenitores; o exílio do filho intermediário, na verdade, representa o contraponto apropriado para a preservação da individualidade e autonomia. À medida em que Mateus e Tiago são emalhados pelas redes de arrasto do pai, Lucas mantem-se incólume.

Todavia, malgrado parcialmente escape às amarras familiares, Lucas também se encontra tragado pela lona doentia que encobre a casa e, de modo concomitante, levando-o à ruína e ao sofrimento: "Quanto a mim, não sei bem que sou. Vivo das sobras desses espíritos temerários que maltratam a terra. Que testemunho esta família me deixa, que me persegue sempre que tento sonhar?" (Piñon, 2014, p. 17). Sob os auspícios dessa família persecutória e fantasmagórica, ao contrário de seus irmãos Tiago e Mateus, que aderem de maneira incondicional e ritualística aos preceitos e normativas pertinente ao *genos*, Lucas aparece como uma figura que não se submete plenamente à teia da coesão mítica do grupo, entretanto, em semelhança aos seus irmãos, figura como um *sintoma* e, de igual modo, padece das consequências decorrentes do infortúnio que acomete a estrutura familiar. Sua dissidência, que

se delineia como uma discordância em relação à adesão irrestrita à mitologia que permeia a parentela, não deve ser interpretada como uma renúncia total; antes, como uma tentativa de forjar uma identidade própria, que não está inteiramente subjugada pelo enredo compartilhado. Lucas insurge, destarte, como um sintoma dentro desse sistema familiar, refletindo as disfunções subjacentes e, ao mesmo tempo, experimentando o ônus do mal-estar que perpassa as relações familiares, em conformidade com o papel atribuído por tais circunstâncias (Checchinato, 2011). Essa disjunção de identidade e pertencimento, embora pareça inicialmente dissonante, revela-se como um mecanismo de adaptação e, por vezes, como um ato de resistência frente às pressões da parentalidade. Não à toa, os desejos mortíferos que nutre em relação à figura materna, ao que parece, servem-lhe de 'muleta' para a existência; como se, apenas quando Elisa falecesse, Lucas estaria, por conseguinte, liberado para viver: "Mal aguento a vida, e meu consolo agora é aguardar a morte da mãe para me livrar dessa família." (Piñon, 2014, p. 17). Em outros termos, conforme o pensamento de Lucas, os descendentes estariam desenleados das ataduras familiares somente quando morrer a matriarca, a única que garante a sobrevivência da cripta.

Aliás, além das tradições que resguardava e da camisa fantasmática que lhe partilhava a cama, Elisa, em um certo momento do enredo, após testificar que continuaria fiel a Pedro em que pese depois da própria morte, decide doar alguns objetos que o pertenciam: "Após a sentença, retirou do armário alguns pertences provindos da sociedade conjugal, os quais repartiria entre familiares e paroquianos, como se fossem estrume, com a condição de não lhe pedirem explicações sobre a origem dos objetos." (Piñon, 2014, p. 17). A voz narrativa esclarece que essa atitude "benevolente", na verdade, resguarda um semblante insidioso e persecutório da matriarca. Esses elementos enigmáticos e cifrados, lançados deliberadamente em direção aos outros membros da família, podem ser descritos como objetos contaminantes que, como artefatos fantasiosos, têm o potencial de corroer e debilitar àqueles que os recebem. Esse fenômeno se assemelha, numa leitura kleiniana[20], ao comportamento de um infante que, num ato de desafio ou hostilidade latente, dirige suas excreções, como fezes e urina, em direção ao corpo materno, com o propósito de causar danos ou prejudicá-lo. Da mesma maneira, Elisa se lança nesse movimento tóxico e venenoso, utilizando esses objetos crípticos como instrumentos de envenenamento, visando afetar adversamente aqueles que são alvos de sua ação: "[...] dar esses objetos não seria sinal de generosidade, mas um modo de destilar sua raiva

[20] "a defecação pode ser um recurso inicial do ego para gerar fantasias de expulsão de objetos internos hostis. Ideal a expulsão física produz sensações anais que são então mentalmente representadas como uma fantasia inconsciente de expelir um objeto mau." (HINSHELWOOD, 1992, p. 345).

pelo mundo, de perder critérios mantidos enquanto o marido vivia. Afinal, era agora dona do seu destino." (Piñon, 2014, p. 18). Importa ressaltar que as manifestações psicopatológicas, quando projetadas no contexto do vínculo matrimonial, tanto entre os vivos quanto os falecidos, engendram a desintegração das relações interpessoais entre os irmãos. De maneira análoga à narrativa do mito de *Totem e Tabu*, que descreve os embates dos filhos-irmãos à posição de poder após a consumação do parricídio, numa tensão para ocupar o espaço simbólico outrora detido pelo patriarca tirânico, as dinâmicas relacionais entre Lucas, Mateus e Tiago também se revelam fragilizadas diante das imposições familiares. As tensões e rivalidades subjacentes nessa fratria, em parte influenciadas pela herança (mal)dita, sussurra um embate contínuo pelo reconhecimento e pela validação dentro da constelação familiar. A presença e a influência do patriarca se perpetuam, mesmo após seu desaparecimento físico, moldando as interações entre os descendentes e impondo um fardo adicional às já complexas dinâmicas parentais. Por isso, Tiago admite, em certo momento narrativo, que: "Ela [a mãe] põe defeito em tudo o que faço. É tão difícil lhe agradar ou contar com os irmãos, que torcem pelo meu fracasso." (Piñon, 2014, p. 18).

Elisa, ao assumir o trono de seu pai mítico, herdeira da soberania que perpetua e zela pelo cumprimento das normas instituídas por seu consorte falecido, encontra-se diante de um cenário desolador. Embora investida de um poder aparentemente absoluto, seu reino revela-se frágil, como uma roupagem esgarçada por fissuras que ameaçam sua integridade. A peste, inescapável e avassaladora, abateu-se sobre Tebas, espalhando medo e desolação entre o povo. Em busca de respostas, a soberana Elisa volta-se ao oráculo de Delfos, esperando lançar luz sobre o enigma que assola sua terra. A resposta divina, nos corredores do templo sagrado, repercute como um veredito sombrio: a única maneira de eliminar a calamidade é punir o assassino do patriarca, Pedro/Laio, cuja sombra do passado ainda lança seu manto nefasto sobre o presente, como uma maldição indefectível. A necessidade imperiosa de justiça colide com os segredos obscuros e as lealdades ambíguas que interpenetram na trama política e familiar. O desafio de Elisa, portanto, extrapola o mero ato de punir o criminoso; ele requer a confrontação de verdades enterradas, o desvendar de mistérios enraizados no passado e a restauração da ordem sob um novo paradigma, onde o reino possa renascer das cinzas da peste e do segredo. Nesse sentido, para Elisa, sobram as conclamações e convocações dos cidadãos tebanos, afligidos pela peste perniciosa: "[...] viemos todos implorar-te, suplicar-te: busca, descobre, indica-nos a salvação, seja por meio de mensagens de algum deus, seja mediante a ajuda de um simples mortal, [...] Vamos, mortal melhor que todos, exortamos-te: livra nossa cidade

novamente! Vamos!" (Sófocles, 2018a, p. 18). Assim, aos moldes de Édipo, Elisa lança-se na tarefa de investigar e punir aquele que matou Pedro, 'o antigo rei do trono de Tebas'.

Se, num primeiro momento, deparamo-nos com as cerimônias litúrgicas e monótonas da casa familiar, por meio de uma aparente progressão inabalável e de uma consolidação dos costumes e tradições, numa gradação ascendente, somos confrontados com uma transformação paradigmática no enredo, uma virada narrativa (*narrative turn*), instaurada quando o capataz da família interrompe Tiago e, enigmática e abruptamente, vociferou: "– Venha, patrão. Houve uma desgraça." (Piñon, 2014, p. 21). A partir desse *ato de fala*, instaura-se uma mudança na narrativa, de modo que o leitor, acompanhando o próprio caminhar de Tiago, espreita *paulatinamente* o cenário que se revelará trágico: "Foi tudo muito rápido. No pátio, lá estavam a mãe e um estranho mortos. No local do crime, viu Mateus, alguns empregados e os vizinhos, que chegaram antes dele e de Marta, que o acompanhara." (Piñon, 2014, p. 21). Na narrativa, confrontamo-nos com a enigmática e lúgubre cena de um crime, cuja arranjo é adornado pela presença dissonante dos corpos inertes, que jazem, como que a desafiar a própria percepção inicial, da figura materna e de um estranho, que, à primeira vista, remete-se à incerteza, ao manto do desconhecido. A força inquietante desse cenário se insinua à medida que nossos olhos, detidos pelos indícios de uma tragédia, transitam das feições lívidas da figura materna, que representa um ícone de estabilidade e afeto, para o enigmático estranho, cuja presença inoportuna introduz uma nota discordante nessa partitura de desolação. Sob os auspícios da primeira impressão, a figura intrusa, envolta em um véu de mistério, lança dúvidas e interrogações que emanam como vibratos assombrados nos corredores da imaginação.

Como um perito perspicaz e angustiado, Tiago busca, à semelhança de Édipo, respostas para a cena criminal: "Sem lhes dar atenção, sobretudo ao irmão caçula, sempre intruso, ordenou que o jardineiro desse início à história, mas ele, murmurando [...], não soube prosseguir. Olhou o patrão, Mateus, pedindo ajuda. Não tinha como avançar por um relato repleto de veredas, sendas e atalhos." (Piñon, 2014, p. 22). Consagrada pelo não-dito, essa cena coloca os participantes, num labirinto cujos corredores narrativos se entrecruzam de maneira desordenada, incorporando, em um palimpsesto semiótico, a verborragia acolhedora com o silêncio agônico. Aqui, o não-dito é reverenciado como uma entidade que esgarça o discurso articulado, um silêncio que, contraditoriamente, ressoa de maneira aguda e opressiva. É como se as palavras, ao tentarem exprimir o inexprimível, perdessem-se em uma rota lexical, incapazes de decifrar os segredos ocultos sob a superfície: "O caçula, sob o resguardo de um silêncio deliberado não quis falar. Parecia dispensar qualquer minúcia que explicasse a razão de ela estar esticada no pátio, morta [...]" (Piñon, 2014, p. 22). Ademais, descobre-se, que o

estranho que divide a cena mortuária com Elisa, na verdade, é o vizinho que rivalizava com o pai, quando este vivia: "[a mãe] com a mão direita agarrada à faca ensanguentada, tendo ao lado, como se fora seu amante, o vizinho, antigo desafeto do pai, também morto, com o peito esburacado pela arma ora em poder da mãe." (Piñon, 2014, p. 22). Se Pedro dividira o leito em vida e, doravante, partilhara a mortalha fantasmática na morte, neste momento, um caso "extraconjugal" se desenrola entre Elisa e o seu vizinho. Deitam-se, então, lado a lado, compartilhando a mesma cama, um ataúde (nada) acolhedor.

Diante do *tableau vivant* de perturbação que se desenrolava diante de seus olhos, Tiago, numa tentativa vanamente heroica, empenhou-se em assumir a batuta das complexas ordens da situação, adotando uma postura que reverberava o papel do primogênito, atinente ao seu *status* na fratria, como o regente que conduz os irmãos quando a autoridade parental ausenta-se. Contudo, essa empreitada não passava de uma máscara, um disfarce que mal conseguia ocultar a realidade subjacente, ainda que Elisa repousasse num estado inerte e derradeiro, sua presença, misteriosamente, persistia a exercer uma influência sobre Tiago: "que emitia ordens a esmo, aflito por esconder de Marta o medo que a mãe, mesmo morta, ainda exercia sobre ele, incapaz de compreender o que faziam juntos os dois corpos estendidos no chão do pátio, um estranho e a mãe [...]." (Piñon, 2014, p. 22). Como alguns povos primitivos analisados por Freud, em *Totem e tabu* (1912-1913), que acreditavam que as almas dos mortos orquestravam os vivos, conquanto o alento derradeiro de Elisa, a autoridade materna, que outrora imperara com determinação e influência sobre Tiago, mantinha-se viva, como uma entidade espectral. A relação de dependência e submissão que havia se estabelecido entre mãe e filho parecia rejeitar a barreira da morte, perpetuando-se como uma sombra invisível, porém onipresente. Sua tentativa de assumir a liderança era, em última instância, um esforço fadado ao fracasso, uma vez que, sob a superfície, a mãe continuava a ser a figura que ditava as regras, impondo sua vontade e sua influência, independentemente de sua existência física. Assim, a tragédia que se desdobrava, revelando a desolação dos laços familiares e a presença inquietante de um estranho que era ao mesmo tempo familiar, provocava uma dissonância em Tiago: "[...] sem acreditar que ela, em ato insano, esfaqueara o homem corpulento, para dar cabo em seguida da própria vida. Ou aceitar a versão de que um algoz, após perpetrar o crime duplo, prendera a faca ensanguentada entre os dedos da mãe com intuito de assegurar sua inocência." (Piñon, 2014, p. 22). Diante da flagrante inaptidão demonstrada pelo marido, cujo 'drama da mãe o paralisara', Marta, qual uma sacerdotisa dos afazeres cotidianos, assume a tarefa de orientar a equipe encarregada de conduzir o corpo de Elisa do limiar da morte para o recôndito domiciliar.

A esposa do primogênito, destarte, assume a coordena e dirige, com destemor, a execução de um ritual funerário particularmente incomum: “Cercado de familiares e vizinhos, que iam chegando, Marta assoprou-lhe ao ouvido: – Leve a mãe para dentro, antes que seja tarde. A tragédia é nossa, não é dos estranhos.” (NÉLIDA, 2014, p. 22-23). Esse rito singular, no qual o corpo de Elisa é trazido para o interior do lar, assume uma conotação simbólica que extrapola o translado físico: representa um gesto de apropriação e de continuação, de alguma forma, da presença de Elisa na esfera doméstica – como se sua influência persistisse na residência física e psíquica da família – numa a casa, que, servindo-lhe de mortalha, enovela o corpo. Assim como nas cerimônias fúnebres da vida cotidiana, quando o féretro é recebido em uma das salas da casa familiar, Marta, nesse momento, assume o papel de guardiã das tradições familiares e, de certo modo, preserva a memória de Elisa, após sua partida, para além do véu da mortalidade: “De viver uma cena que a própria mãe repudiaria, ela [a mãe] sempre defendera o direito ao mistério, a ponto de proibir que os filhos invadissem o quarto, o recinto sagrado do amor pelo marido.” (Piñon, 2014, p. 23). Uma vez mais, no seio do conto, sobressai a atmosfera evocativa de não-ditos e mistérios velados que enlaçavam a complexa malha familiar. Mesmo na esteira da morte do par primordial, Pedro e Elisa, as hieráticas leis do silêncio mantinham-se soberanas, assim como as alcovas da morada perpetuavam-se inacessíveis à curiosidade indiscreta. A progenitora, ainda que morta, convoca os viventes a se embrenharem em uma travessia diante do enigma que envolveu seu falecimento: a hermética natureza de sua partida permanece como um desafio àqueles que ousam perscrutar os abismos do passado. O caderno de mistérios, cujas páginas são mantidas sob um selo de sigilo intransponível, convida os filhos a uma investigação debalde de desvendamento: “Por qual razão apagou, quem sabe, antes mesmo do último suspiro, os indícios que teriam ajudado a esclarecer o crime, assim impedindo de concluir quem matara o homem e a sentenciara à morte.” (Piñon, 2014, p. 23).

Consoante a assertiva da voz narrativa, a progenitora, desde criança, erguia-se como uma prolífica escriba; contudo, em um derradeiro e lacônico gesto, no ádito último da existência, subtraiu-se às expectativas e à imperatividade da comunicação, pois recusou-se a inscrever uma ínfima carta, cujo escopo consistiria em desvendar, para aqueles que ela deliberadamente deixara para trás, o motivo subjacente de sua morte/suicídio: “No entanto, na hora de morrer, se de fato fora quem planejara aquelas mortes, dispensou o bilhete capaz de esclarecer semelhante desfecho, embora, observando-se o ocorrido, sem dúvida faltariam à mãe condições físicas para apunhalar o homem seguidas vezes.” (Piñon, 2014, p. 23). Enrijecido, qual os mortais que, em suas vulnerabilidades idiossincráticas, viam-se paralisados diante das serpentes que adornavam a tenebrosa cabeça de Medusa – que, em uma interpretação freudiana

(2011 [1922]), encarna o emblemático símbolo da negação da falta do pênis no corpo materno –, Tiago, como uma estátua petrificada, abstinha-se de manifestar qualquer reação tangível perante o corpo inerte de sua progenitora, que repousava na quietude infamiliar da terra: "Subjugado pela cena, conquanto o mais velho dos irmãos, Tiago não reagia. Limitou-se a desabafar esquivando-se de olhar Mateus, o irmão caçula: – Quem matou o homem e talvez a mãe? E o que fazia esse desgraçado em casa?" (Piñon, 2014, p. 24). Paralelamente, se, inerte, o primogênito não se esforçava para organizar minimamente a cena, o caçula, Mateus: "[...] elevou a voz para que vissem todos que assumia o papel de primogênito: – Em casa eu lhes conto o que sei. Siga-me a família. Os demais estão dispensados." (Piñon, 2014, p. 24). Aos moldes de um vaticinador oracular que desvela os recônditos do pretérito e dita profecias sobre os desdobramentos do porvir, ou, por outra vertente, qual pastor que alça-se como guia incontestável de um rebanho desorientado, Mateus, detentor das verdades arcanas que todos ansiavam desvelar, efetua, num ato de fratricídio, a suplantação do primogênito. Manifestando uma ressonância arquetípica que atravessa os anais da história humana, este quadro remete aos célebres homicídios fratricidas presentes em mitos como os de Caim e Abel, Arjuna e Karna, Rômulo e Remo, e Seth e Osíris. Emergindo das profundezas da mitologia nelidiana, a obra revela, mais uma vez, a perpetuação do fenômeno em que um irmão triunfa sobre seu par consanguíneo.

Da mesma maneira que Jacó[21], na mítica judaico-cristã, astutamente recorrendo a um ardiloso estratagema, vestiu-se habilmente com as vestes de seu irmão mais velho, Esaú, para perpetrar uma enganosa artimanha diante dos olhos do patriarca Isaque, enquanto providencialmente apresentava um prato de lentilhas[22], usurpando, desse modo, a posição privilegiada na hierarquia da primogenitura, assim também Mateus – no conto pinoniano – em um semblante contemporâneo dessa mesma tradição psíquica, sutilmente, desloca a presença e

[21] "Rebeca pegou as melhores roupas de Esaú, seu filho mais velho, roupas que tinha em casa, e colocou-as em Jacó, seu filho mais novo. Depois cobriu-lhe as mãos e a parte lisa do pescoço com as peles dos cabritos, e por fim entregou a Jacó a refeição saborosa e o pão que tinha feito. Ele se dirigiu ao pai e disse: 'Meu pai'. Respondeu ele: 'Sim, meu filho. Quem é você?' Jacó disse a seu pai: 'Sou Esaú, seu filho mais velho. Fiz como o senhor me disse. Agora, assente-se e coma do que cacei para que me abençoe'. Isaque perguntou ao filho: 'Como encontrou a caça tão depressa, meu filho?' Ele respondeu: 'O Senhor, o seu Deus, a colocou no meu caminho'. Então Isaque disse a Jacó: 'Chegue mais perto, meu filho, para que eu possa apalpá-lo e saber se você é realmente meu filho Esaú'. Jacó aproximou-se do seu pai Isaque, que o apalpou e disse: 'A voz é de Jacó, mas os braços são de Esaú'. Não o reconheceu, pois seus braços estavam peludos como os de Esaú, seu irmão; e o abençoou." (BÍBLIA, 2018, p. 30). Gênesis 27:15-23

[22] "E amava Isaque a Esaú, porque a caça era de seu gosto, mas Rebeca amava a Jacó. E Jacó cozera um guisado; e veio Esaú do campo, e estava ele cansado; E disse Esaú a Jacó: Deixa-me, peço-te, comer desse guisado vermelho, porque estou cansado. Por isso se chamou Edom. Então disse Jacó: Vende-me hoje a tua primogenitura. [32] E disse Esaú: Eis que estou a ponto de morrer; para que me servirá a primogenitura? Então disse Jacó: Jura-me hoje. E jurou-lhe e vendeu a sua primogenitura a Jacó. E Jacó deu pão a Esaú e o guisado de lentilhas; e ele comeu, e bebeu, e levantou-se, e saiu. Assim desprezou Esaú a sua primogenitura." (BÍBLIA, 2018, p. 29).

a influência de Tiago, o irmão mais velho. Noutros termos, atracado aos pés do irmão, nasce Jacó, aquele que lacera – como Laio fere a Édipo – os calcares: "Em seu encalço, Tiago ressentiu-se com a operação que o anulava. Mas nem seu enfado, visível a todos, refreou as iniciativas do caçula, decidido a lhe roubar o prato de lentilha." (Piñon, 2014, p. 24). Mateus, o derradeiro rebento da congregação familiar, assume o papel de líder inabalável, que, com indômito ímpeto, dirige as massas em busca de orientação e sustento, cônscio de que, em decorrência do possível sucumbimento ocasionado pela queda[23] da venerada matriarca primordial, a coletividade se encontraria num estado agônico, como evidencia Freud em *Psicologia das massas e análise do eu* (1921): "O momento era propício para choro. Mateus, contudo, sofreu a emoção que ameaçava aflorar: – Deixem os lamentos para depois." (Piñon, 2014, p. 24). Assim como a emblemática figura materna desempenha a função primordial de um continente psíquico, delineada na terminologia de Wilfred Bion, acolhendo a lamúria infantil repleta de partículas beta, e, com um processo de internalização e digestão, reconvertendo-as habilmente em elementos alfa, Mateus se erige como um líder de notável eficácia.

Assumindo, portanto, com expressiva preeminência, a sinecura de regente na efígie da horda, logo após a derrocada da matriarca primordial, o caçula, cuja prerrogativa de ascendência se torna, por assim dizer, inquestionável, engaja-se, de forma solícita, na preparação da magna assembleia gastronômica, que se revela como o célebre banquete totêmico dos consanguíneos, de sorte que os atributos e "qualidades" familiares, como vestígios e patrimônio etéreo, num ritual canibalesco, possam ser incorporados pelos proleptos, que se sucederão como herdeiros inconscientes dos retalhos do corpo materno: "[Mateus] agarrou o corpo da mãe e dirigiu-se para a sala de jantar. Sobre a mesa, onde faziam as refeições, empurrou a fruteira para o canto e depositou o corpo." (Piñon, 2014, p. 24). Nesse sentido, tais irmãos, como a fratria da horda, participam desse festim cerimonial, que permite a ingestão dos predicados do corpo materno. De maneira concomitante, o filho primogênito, imbuído de uma precária determinação em desafiar as determinações emanadas por Mateus, ensaia, de forma hesitante e repleta de incertezas, uma aproximação cautelosa em direção ao cadáver da progenitora, como quem busca, ainda que tenuemente, afirmar sua autonomia diante das ordenanças impostas. Contudo, o seu ímpeto inicial é prontamente suprimido pela intervenção inabalável de Marta, que, com

[23] "'O general perdeu a cabeça', e de imediato todos os assírios se põem em fuga. A perda do líder em algum sentido, a perda da confiança nele, provoca a irrupção do pânico mesmo que o perigo se mantenha constante; com o fim da ligação ao líder, também acabam – em geral – as ligações recíprocas entre os indivíduos da massa (Freud, 2011 [1921], p. 87).

firmeza e determinação, alinha-se aos desígnios de seu cunhado, configurando-se como uma aliança intransigente que obstaculiza os itinerários do esposo: “Tiago aproximou-se do corpo da mãe, ignorando as ordens do caçula. Marta, porém, vigilante, expulsou-o da mesa. Vencido pela mulher, dirigiu-se ao irmão caçula: – Conte logo o que houve. Marta interceptou sua fala: – Foi a sogra assassinada ou teve morte natural?” (Piñon, 2014, p. 24). Após os eventos protagonizados por Marta, que, de forma metafórica, como uma personagem representativa da traição, ‘beija’ silenciosamente o rosto do primogênito, selando assim sua expulsão irrevogável da mesa de autoridade e influência – uma ação que simboliza uma ruptura traiçoeira e trágica da frágil coesão familiar – Tiago irrompe abruptamente no fluxo narrativo com sua verborragia, despejando uma torrente de queixas. Suas palavras, como flechas envenenadas, atingem tanto a esposa quanto o irmão mais novo:

> Tenho a mulher contra mim, a favor do caçula, quase a declarar que é sua amante e que sou um homem traído. Ambos, de comum acordo, havendo declarado guerra contra mim. Só que Mateus não se apressa. Tem o cadáver como penhor. Está convencido de que não sou homem para reclamar o corpo da morta. Mantém-se em silêncio para me desmoralizar, enquanto prepara a história que vai contar (Piñon, 2014, p. 25).

Como os irmãos que, depois do banquete, identificando-se com patriarca morto, rivalizam, entre si, o lugar soberano, ou, na tragédia sofocliana, como os confrontos mortíferos de Etéocles e Polinices – os filhos-irmãos de Édipo –, Tiago e Mateus também disputam pelo lugar de arauto da *verdade familiar e ancestral*. Diante dessas movimentações do caçula, Tiago, nutrindo sua inveja – no sentido kleiniano[24] do termo – a partir da compreensão do semblante arquetípico de ‘cobrador de impostos do próprio povo’ de Mateus, assevera: “Não passa de um ganancioso disposto a roubar os bens da família. E, se está ajeitando agora a camisola da mãe,

[24] No ilustre tratado intitulado *Inveja e Gratidão* (1991 [1957]), lapidado por Melanie Klein, encontramos uma incisiva explanação acerca da inveja, qualificando-a como uma manifestação que transcende os limites da simples cobiça, projetando-se como uma expressão sádico-oral e sádico-anal de pulsões destrutivas que se materializam desde as primícias da existência. A inveja, em sua magnitude, ostenta a distinção de ser o principal arauto da pulsão de morte, alinhando-se com a conjectura freudiana que enxerga nesta pulsão um ímpeto inato que tende à desintegração e à aniquilação. Em seu apogeu, a inveja pode adquirir uma tonalidade excessiva, exacerbando, assim, as angústias que remetem ao espectro esquizoparanoide, aquela vertente da psicopatologia que se caracteriza por uma clivagem abrupta da realidade, onde os processos de defesa tornam-se preponderantes. Nesse contexto, mecanismos como projeção, negação e onipotência assumem uma configuração de expulsão, de força explosiva e violenta, desafiando a coerência da psique. A envergadura da inveja, no âmago de sua influência, reverbera no âmago das relações humanas, especialmente na relação mais fundamental e preeminente de todas, a relação que se forja com o cuidador primordial, geralmente representado pela figura materna. Essa relação, tão intrincada e crucial, resplandece como o alicerce da vida emocional do indivíduo. A inveja, com sua força avassaladora, abala as raízes da capacidade de amar e de sentir gratidão, erodindo a confiabilidade e a segurança emocional que deveriam emanar do vínculo primordial com a figura materna. É, portanto, uma força corrosiva que mina os fundamentos da psique, deixando um rastro de perturbações que podem reverberar ao longo de toda a existência do sujeito (KLEIN, 1991 [1957]).

a fazer o que nem eu e Marta fizemos, é para convencer aos demais que zela pelo pudor dela." (Piñon, 2014, p. 25). Enquanto, aos moldes de Cam – da narrativa judaico-cristã –, Tiago, enredado edipicamente, encontra-se hipnotizado diante da visão intrusiva da nudez da mãe – a Jocasta suicida –, de maneira indiscreta, a nudez de Noé, seu pai; Marta e Mateus, por outro lado, tal qual Sem e Jafé – que encobrem o patriarca com um manto –, velam o corpo inerte de Elisa. Nessa solene e, ao mesmo tempo, profana reunião familiar, organizada em torno do altar erigido no recôndito da sala de residência, um tributo reverente e sagrado aos ancestrais que, para todos os efeitos, encontram-se em um estado peculiar de existência *post mortem*, Tiago subsiste com sua interminável sinfonia de lamúrias, envergando o véu oneroso de investimentos emocionais saturados de rancor e aversão, em direção a Mateus: "Insinua assim conhecer o coração da mãe, que lhe fazia confidências [...]. Mateus, afinal, sempre se intrometeu onde não devia, para quem tudo era motivo de chacota. Forçava a reação dos outros irmãos para ter pretexto de reclamar com a mãe, de nada valendo eu me defender." (Piñon, 2014, p. 25). O altar, erguido com esmero na sala de habitação, empresta à ocasião um caráter sacralizado, como se os ancestrais, por meio de rituais e homenagens, fossem ressuscitados e convocados a participar dessa reunião, desafiando os limites entre vida e morte, tradição e contemporaneidade. No entanto, na sombra projetada por esse altar, Tiago persiste em seu lamento constante, uma melodia repleta de notas (desafinadas) odiosas para com o seu irmão. Tombado sobre esse muro das lamentações, Tiago relembra – num relato contestável, dada a natureza subjetiva e parcial de sua perspectiva – que, em vida, a própria progenitora, com uma astúcia e sofisticação dignas de um estratagema maquiavélico, teria aguçado e alimentado, com fervor inquietante, a semente insidiosa da rivalidade entre os irmãos: "Pousado seu olhar em mim, a mãe, então, incutia uma valentia que me faltava. Ela sabia que eu não nascera para ser um guerreiro com o dom das armas, capaz de revidas aos ataques inimigos, diferentemente do caçula, que golpeava quem fosse, como agora, prestes a falar." (Piñon, 2014, p. 25-26).

Nesse corolário, Tiago, em um exercício de eloquência que beira o labiríntico, assertivamente sustenta que o caçula, com astúcia e habilidade, antes de revelar de maneira inequívoca a verdade suprimida acerca da morte de Elisa, tece um cenário que evoca as epopeias odisseicas, na intenção de ressaltar que, de algum modo, sua incursão à casa materna naquela fatídica noite se mostrara providencial e oportunamente justificada: "começou citando a tragédia grega, como se fosse um leitor ávido, para confessar que, no início da noite, tomado por sentimento inquietante, decidiu dormir na casa da mãe. [...]. E, nesse momento, compungido, inclinou a cabeça, disposto a comover os que ouviam" (Piñon, 2014, p. 26). Ante a cenografia exuberante e a teatralidade exacerbada de Mateus, Tiago, dotado de uma

perspicácia que nega a superfície da encenação, arvora-se na elucidação de um julgamento que revela a sua suspeita tácita de que o irmão mais jovem, tão permeado pelo oportunismo que o caracteriza, engendrava a exploração mesmo do infortúnio da morte da mãe, transformando-a numa oportunidade de vantagem e ganho pessoal: "O irmão era um oportunista que tirava proveito até da morte da mãe, dando a entender que temia a vinda à casa do assassino do pai, a fim de ajustar contas que ainda não haviam sido quitadas. Então, com um aceno, ele exigiu atenção redobrada." (Piñon, 2014, p. 26). Depois de conspurcar o julgamento do leitor, coagindo-o a respeito do caçula, temos acesso ao que Mateus anunciou:

> – Estas confidências me são penosas. Sofro repartindo com vocês o que presenciei. De todo modo, o que ora lhes digo não tem relevância. Sempre poderemos, no futuro, consultar o diário da mãe. Mas voltemos aos acontecimentos. A angústia em defender a mãe em caso de urgência não me deixava dormir. Foi quando um ruído me atraiu a atenção. Sem medir as consequências, só pensando em salvar a mãe, pulei a janela, ignorei os empregados e me escondi atrás do tronco da mangueira. Mas reconheço agora que, conquanto armado, deveria ter despertado os homens e prosseguindo com eles. Decidi arriscar a vida a fim de proteger a mãe (Piñon, 2014, p. 26-27).

Diante desse enredo que o caçula teceu, Tiago, perspicaz e atento às sutilezas da narrativa, avista uma fissura argumentativa, uma abertura na trama que logo se arrebata e incorpora como sua arma retórica para lançar um questionamento inquisitivo em direção ao irmão mais jovem; nessa ocasião, a linguagem, em especial, o turno de fala, surge como um instrumento de disputa, ao mesmo tempo em que antecipa uma possível resolução catastrófica: "Tiago viu brecha no relato. Avançou em direção ao irmão com dedo em riste: – Como pôs em risco a vida da mãe? Marta olhava-o prevendo um desfecho violento após o grito do marido, que o caçula, no entanto, desconsiderara." (Piñon, 2014, p. 27). Tiago e Mateus, em sua condição de herdeiros incontestáveis das prerrogativas aviltantes e sádicas que exsudam as dinâmicas do núcleo familiar gerido pelos fantasmas (des)encriptados de Pedro e Elisa, levaram Marta, a consorte do primogênito, a pensar: "[...] em com quem Mateus aprendeu a arte de humilhar Tiago em seu benefício. Mas não se apiedou do marido, castigado pelo caçula que pleiteava chefiar a família." (Piñon, 2014, p. 27). Da mesma forma que Prometeus, cuja existência se via irremediavelmente enredada nas malhas inescapáveis dos desígnios imperturbáveis dos deuses 'ancestrais', submetido a um suplício eterno e atroz, mantido prisioneiro sob os grilhões da própria predestinação, Tiago e Mateus, como duas almas aflitas, perpetuam uma performance macabra de sofrimento. Essas duas entidades, assim como titãs de uma mitologia moderna, entregam-se a uma desconcertante sinfonia de tormentos,

despedaçando, em um vínculo simultâneo e *mutualmente* autodestrutivo, os delicados 'fígados' que sustentam a essência de cada um: "O marido, porém, percebendo a derrota iminente, se ressentia com a ascendência do irmão menor sobre os ouvintes. Talvez temesse que a mulher, a quem chamara de vagabunda em momento de desespero, convidada pelo caçula, fugisse com ele." (Piñon, 2014, p. 27). Nesse momento, robustece-se o triângulo edípico, que se reveste de contornos vigorosos, uma vez que Marta figura como objeto de ardente desejo tanto de seu esposo quanto de seu cunhado, como se estivéssemos diante de uma reinterpretação moderna da tragédia grega ou shakespeareana, cujas sombras de Laio e Édipo – ou de Hamlet e Cláudio – recaem sobre essa trama, cada qual com sua carga de desejos e ambições, competindo, de forma implacável e velada, pela primogenitura do trono tebano/dinamarquês, ao lado da rainha Marta: "Marta media o grau da dor sofrida pelo marido, não por perder a mãe, pois pouco lhe importava, mas por estar na iminência de vender a primogenitura por simples prato de lentilha." (Piñon, 2014, p. 27). Nessa assembleia maldita, Mateus prossegue, em sua narrativa, com uma eloquência impressionante, habilmente enriquecendo sua prosa com adornos performáticos que exaltam os seus heroicos momentos que antecederam o trágico desfecho da vida de sua progenitora: "– Ao ver o homem arrastando-se na surdina, pus a mão na coronha do revólver, pronto a disparar. Mas quis primeiro avançar nas minhas conjecturas. Escondi-me, então, como já lhes disse, atrás da mangueira. – Mas a que árvore se refere? São várias mangueiras, disse Tiago [...]" (Piñon, 2014, p. 28).

Nesse momento, desvendam-se as sinuosas veredas que circundam o jardim da enclausurada morada de ascendência familiar, e, de maneira particularmente perspicaz, deparamo-nos com as engenhosas mangueiras que ornamentam e adornam o recinto verdejante. Ganha-se destaque, de forma sublunar e intrigante, a descoberta reveladora de que essas majestosas e imponentes árvores, de maneira quase temerária, insinuam-se como ancestrais inquestionáveis, desafiando, com sobremaneira ousadia, os desígnios do tempo. Uma dessas imponentes sentinelas arbóreas, cuja raiz se engrena ao tecido da linhagem genealógica da família, foi, com apoteose de perpetuidade, firmada no solo fértil pelas mãos do avô em virtude, quiçá, de uma premonição obscura e desalentadora. É digno de registro que, em tempos idos, o patriarca e vaticinador primário, num ato prenhe de presciência e sombrio vaticínio, proferiu palavras de tormentosa melancolia a Pedro – pai de Tiago, Mateus e Lucas – lançando, com uma infausta oratória, uma maldição fatal sobre o seio familiar, sobre o próprio sangue da estirpe: "Faltava-lhe ter dito que as mangueiras existentes desafiam o tempo. Uma delas, por exemplo, plantada pelo avô, ensejava ao pai declarar que morreriam todos, menos aquela árvore, que registrava a história da família." (Piñon, 2014, p. 28). Assim como Pélops, antiga

figura da mitologia helênica, amaldiçoou a prole dos Labdácidas, em virtude dos nefastos feitos perpetrados por Laio, aqui, na narrativa pinoniana, o avô, enclausurado em um semblante de perturbadora clarividência, ergueu sua voz enigmática e proclamou que a árvore por ele plantada seria a única a presenciar, impávida, a lenta ruína do antiquário parental, a qual, sob sua maldição, estaria fadada a sucumbir em faltas trágicas, traições e mortes. Nesse ínterim, a árvore surge como um enigma codificado, um artefato sombrio e críptico, uma testemunha entre a vida e a morte. Integrada à morada arcaica, foi deixada pelo avô como um espectro silencioso – uma janela indiscreta –, cuja presença perniciosa se revela na profecia macabra que assombra sua descendência. A desgraça, inscrita como um destino, estende-se até os netos, os últimos da estirpe, selando-lhes o fado com sua sombra implacável. Concomitantemente às elucubrações insidiosas que permeavam o âmago do pensamento de Tiago, assim como aos apontamentos da voz narrativa que – como Tirésias – brinda-nos com pormenores reveladores acerca dos antecedentes que se entretecem, na história da família, Mateus, destemido e inquebrantável, persistia em sua árdua cruzada, contando, com ímpeto e resoluta determinação, a sua uma epopeia desafiadora, imbuído de um desígnio singular de deter o algoz que ceifara de forma nefasta a vida da matriarca: "– Embora separados por alguns metros, o estranho, perto do pátio, não percebeu minha presença, que atentava também a quem mais estivesse por chegar. Acaso viera dele o ruído inicial, que ouvi no meu quarto? O traje escuro do homem confundia-se com a noite, mas não tive medo." (Piñon, 2014, p. 28). Doravante, Mateus assevera que chegara um outro desconhecido, que também perambulava pelo jardim:

> Logo em seguida surgiu outro homem, cujos sapatos faziam barulho contra os cascalhos. Parecia confiante em cumprir um dever. Sua mirada repartia-se entre o relógio e a janela do quarto da mãe, não longe dali. [...]. – O metal da faca em sua mão brilhava à luz da lua. Com rara presteza, agarrou o pescoço do homem pelas costas, derrubando-o no chão, para montar em seu peito e esfaqueá-lo com a primeira estocada, seguida de outras, até a vítima cessar de estrebuchar. Desde o início, a ação foi favorecida pelo espanto expresso no rosto do homem imobilizado, cujo sangue esguichava, manchando os dois, até já não insistir em viver (Piñon, 2014, p. 28-29).

Os espectadores, diante desse arranjo discursivo de Mateus, encantaram-se, de modo que a falecida perdera seu lugar de destaque; todos, afinal, arrebatados pela loquacidade do caçula e encantados pelo enredo que se formara, queriam, ansiosos, descobrir o desfecho dessas tramas, como afiança Tiago: "Era um exibicionista, que ditava as pausas necessárias para criar o efeito desejado. O círculo familiar, em vez de prantear a morta, prendia-se agora ao seu verbo, enquanto ele, desejoso de comover os ouvintes, arfava, enxugava os olhos [...] até afirmar que

o perigo residia [...] no homem atrás da árvore.” (Piñon, 2014, p. 29). Nesse ponto culminante, a voz narrativa se avizinha de um momento de reflexão, interrompendo a cadência da narrativa do caçula para lançar um esclarecimento premente: Mateus, à época em que a hedionda matança se desdobrou no cenário suntuoso do jardim, mantinha-se, de forma inquebrantável e inflexível, em um estado de resignação que beirava a fatalidade, pois, em sua concepção, não lhe incumbia a árdua tarefa de confrontar ou deter o astuto assassino do outro desconhecido: “Mateus, diante da matança, não reagiu. Não lhe cabia deter o assassino, ou baleá-lo. O caso requeria cautela. Julgou prudente aguardar o desfecho. Intuía que algo mais estava por acontecer.” (Piñon, 2014, p. 30). Nesse momento de inflexão, o narrador questiona, com uma eloquência quase preternatural, qual seria o móbil que conduzira o cenário idílico do jardim daquela vetusta residência familiar a assumir o insólito papel de tablado para a fatídica conflagração entre dois desconhecidos, que, num nefasto transe, precipitaram-se para um combate trágico, sob a imponente sombra das mangueiras ancestrais que há tanto enraizavam-se nas plagas daquela família: “O assassino terminara o que viera fazer, mas por que usara a terra deles como palco dessa carnificina?, indagava-se, desejoso de fazer parte do mistério que talvez estivesse a ponto de ser decifrado.” (Piñon, 2014, p. 30). Diante dessas revelações recentemente desveladas por Mateus, o primogênito alça-se à esfera de pensamentos que oscilam entre a perplexidade e a desconfiança, lançando um questionamento que incita, simultaneamente, a reflexão e o ceticismo do próprio leitor. Tiago indaga, retoricamente, sobre os motivos subjacentes que impulsionaram o caçula a permanecer, diante desses atos de perversidade que se desenrolaram no jardim, inerte e apático, como um observador imperturbável perante um espetáculo de horrores: “O caçula não se mexera. Nada fez para impedir a ação assassina. Queria fazer parte da emoção provinda do ato e poder narrar com superioridade o que contemplara, sem pretender, contudo, justificar sua omissão.” (Piñon, 2014, p. 30). Depois dos questionamentos de Tiago, a narrativa oferta-nos, mais uma vez, o discurso de Mateus como uma possível resposta, descrevendo os atos nefastos da noite do assassinato de Elisa:

> – Não atirei no homem para não me tornar um assassino ou ser cúmplice do assassinato que o homem perpetrara havia pouco. Mas apontei-lhe a arma, revelando minha presença, a que ele reagiu, retirando o revólver do coldre e então dizendo: “Fique onde está, senão morre também. Quem mata um, mata dois. Detive-me, então. Ele era melhor que eu. Um assassino contratado, mas por quem? Com o revólver em minha direção, ainda não terminara o seu trabalho. Ele e eu olhávamos para a janela do quarto da mãe, por razões distintas. Tive a convicção de que o drama não se esgotara.” (Piñon, 2014, p. 30).

O *voyeur* do teatro macabro, Mateus, imerso numa preparação quase cerimonial para o ponto culminante de sua narrativa, na efervescência do enredo que antecede à cena trágica, relata para os ouvintes daquela reunião familiar que Elisa aparecera naquele jardim, após o assassinato que acontecera. A matriarca, uma personagem intrigante que há muito ocultava suas verdadeiras intenções nas sombras do enredo, toma para si o papel de maestra sinistra da tragédia que se desenha. Com um gesto que denota a consumação de planos obscuros, ela se dirige ao implacável assassino e, com um olhar de predadora astuta e eufórica, demanda que ele lhe entregue a lâmina afiada – a extensão de seu desejo de triunfar sobre o corpo inerte e sem vida do intruso que ousara matar o esposo e, agora, adentrara seu santuário também para assassiná-la: "– A mãe surgiu, já vestida. Pareceu não me ver. Foi direto ao morto, certa de encontrá-lo. Em seguida, olhou o assassino, que aguardava aprovação: 'Fez o serviço. Agora me passe a fica. Ela é minha. Foi com ela que arranquei a vida desse miserável que matou meu marido a sangue-frio'" (Piñon, 2014, p. 31). Nesse ápice da 'redenção', ela agora triunfa, não apenas sobre o corpo exânime e macabro daquele que ousou perturbar a ordem de sua existência, mas também sobre o abismo que repousava em seu próprio ser: "Claro que a mãe não teria força para matar o inimigo, mas bem seria capaz de tomar a faca manchada de sangue do assassino do marido e erguê-la em atitude campeão." (Piñon, 2014, p. 32). O cadáver, outrora intruso, tornou-se o trono mórbido de sua dominação incontestável, um pedestal de onde ela ergue-se como a imperatriz de um reino soturno, cujas sombras bailam ao seu comando. Erguendo o punhal, que é ao mesmo tempo símbolo de seu poder, a tirana brande-o com uma destreza que faz tremer o mais corajoso dos corações, tornando-o um objeto de potência ímpia, um cetro sanguinário que reflete a face mais obscura de sua supremacia. Em busca de uma vingança implacável, Elisa decide tomar o sinuoso caminho de encomendar os serviços de um sicário habilidoso, com o intuito de ajustar as contas de uma tragédia familiar que fora orquestrada pelo inescrupuloso vizinho. Esse inimigo sinistro, agindo como um maestro de perversidade, conduzira o marido de Elisa ao sepulcro, deflagrando uma sequência de eventos trágicos: "um desabafo dirigido a Deus, como quem parecia falar: – Venci meus demônios e assassinos. Falta vencer a mim mesmo. O marido está vingado. Não tenho mais o que fazer. Agora já podem me enterrar junto ao homem, e acrescentem na lápide, além do meu nome: quem muito amou." (Piñon, 2014, p. 32).

Na cerúlea quietude dos confins da existência terrena, Elisa, com a obstinação do luto, exulta na concretização de sua ardente vingança, na qual, com astúcia e resoluta determinação, fulminou aqueles que lhe infligiram dores inomináveis. Urdida uma trama de desforra, cujos fios foram configurados com a mais primorosa engenhosidade, ela se ergue como uma figura

triunfante, logrando infligir a seus algozes as agruras da retribuição merecida, como afirma Tiago: “Tal suposição não significando que gritara aleluia diante do cadáver do inimigo, mas que, caso o tivesse feito, ajoelhando-se diante do assassino, pretendera simplesmente expressar desprezo e alívio.” (Piñon, 2014, p. 32). Ao verificar a consumação exitosa da vingança arquitetada, Elisa, com anseio indomável, almeja ardentemente compartilhar o leito tumular, a última morada, com aquele que outrora foi seu amado e agora repousa em sua eterna inerte condição, Pedro, o falecido esposo. Nesse sentido, num último ato de desespero e resolução, Elisa, que albergava em seu peito o lamento inconsolável pela perda do esposo, decide, de maneira mórbida, ceifar a vida do nefasto adversário, mas, concomitantemente, a própria existência, num gesto de desespero e redenção: “Elisa engoliu a cápsula retirada do bolso da saia. Um veneno que, de efeito imediato, derrubou-a, o rosto se retorcendo em meio aos estertores, os olhos como que saltados, girando no fundo da órbita” (Piñon, 2014, p. 32-33). No cenário narrativo que nos é apresentado, a odisseia suicida de Elisa, como a de Fedra – da tragédia de Eurípedes –, longe de apenas culminar num colapso subjetivo que finda em sua trágica autodestruição, assume ares de uma convocação (*acting out*[25]) para os viventes – para o Outro –, ou, quiçá, uma tentativa de redenção, de subjetivação. Esse ato final, que a conduz a compartilhar a mortalha com Pedro, desfia os limites da existência física, conferindo-lhe uma soberania inextinguível, um véu fantasmático que pairará na memória da família.

Os descendentes de Elisa, inconscientemente, são compelidos a atenderem ao chamado dessa figura materna que se tornou um espectro marcante: assim, os herdeiros se verão, sob os auspícios do inconsciente, assombrados e convocados a encarar o fantasma dessa mãe que trilhou um caminho angustiante; confrontando, assim, os enigmas e traumas que permearam a trajetória e que se tornaram, neles, uma herança psicológica indelével: “Mateus sacudiu-a, enfiou a mão goela adentro para forçar o vômito. Da boca, porém, saiu uma golfada de espuma amarela, seguida de um suspiro que mal se ouvia, e já não se moveu.” (Piñon, 2014, p. 33). O sumo ácido, efluência asquerosa, exalada derradeiramente pela matriarca em sua agonia, revela-se como uma catástrofe, destinada a impregnar e corroer as pitorescas plagas que já se encontravam desgraçadas, agora, veem-se insidiosamente envenenadas por sua perniciosa

[25] É cabível sustentar, aqui, a tese de que a catástrofe que precipitou o infausto desfecho fatal de Elisa pode ser subsumida no âmbito do fenômeno psíquico conhecido como *acting out*. Lacan, no *Seminário 10* (2005), ao reler o caso da jovem homossexual analisado por Freud, caracterizou de *acting out*. Enquanto a “passagem ao ato” se caracteriza pela sua natureza abrupta e desprovida de qualquer empenho destinado à elaboração psíquica, o *acting out* figura como uma incursão psíquica que anseia, com ardor, pela tentativa de simbolização, pelo ato de conferir significação a conflitos latentes. O *acting out*, em sua essência, consubstancia-se como um gesto voltado à interpelação do Outro, um ente frequentemente personificado pelo terapeuta ou pelo objeto das relações humanas. Não se limita a ser uma erupção inarticulada; antes, constitui uma súplica, uma ânsia intrínseca por interpretação, por escrutínio, por resolução ou remissão.

presença. Tal néctar nefasto, manifestando-se como um infausto destilado de desventuras, permeia o ambiente com sua virulência, infundindo os recônditos da paisagem outrora idílica com um veneno impiedoso que desafia toda esperança de redenção para aquela família. Esse fluído deletério, emanado dos confins do sofrimento da matriarca, transformar-se em uma força sinistra e incontrolável, submetendo as paragens a uma depravação.

No jardim, Elisa e o algoz do esposo, unidos pela sombra da morte e pelo enigma do destino, partilham um derradeiro momento de (in)coincidência, perecendo lado a lado, envoltos na penumbra de um crepúsculo maldito. Nesse encontro macabro, os liames do destino se enredilham com uma ironia trágica, cuja busca por vingança e a paixão pelo sofrimento humano se fundem, culminando em um desfecho que emula, de forma intrigante, os predicados shakespereanos, nos quais a queda dos protagonistas recai, não raras vezes, no ápice do triunfo, a exemplo de quando Hamlet vinga o pai, assassinando Cláudio, mas morre doravante, ferido pelo veneno da espada. Somente após o suicídio de Jocasta, Édipo, ao privar-se da visão física, de maneira paradoxal, adquire uma clarividência interior que lhe permite discernir os crimes que assombram o calabouço familiar de seus antepassados, bem como a culpa inconsciente que lhe foi transmitida como herança. Analogamente, quando, através da minuciosa narração legada por Mateus, desvelaram-se os tétricos acontecimentos que culminaram em uma dupla morte, a saber, o homicídio do vizinho e o trágico suicídio da matriarca. Daquela conturbada saga, eis que o narrador arvora-se na árdua tarefa de apresentar o complexo cenário pregresso, o proscênio que antecedeu à fatídica morte de Pedro, o patriarca daquela torturada estirpe: “Meses antes, quando lhe trouxeram o marido morto e arrancou-lhe, com as mãos trêmulas, a camisa manchada de sangue, teve certeza que sucumbira à emboscada armada pelo desgraçado. Havia muito se odiavam.” (Piñon, 2014, p. 31). Pois, aos olhos agora (des)vendados pelos broches jocastianos, oferta-se o conhecimento sobre a trilha sombria de transgressões e *faltas trágicas* que o genitor, quando vivo, percorreu, até a inevitável justiça retributiva que o alcançou, precipitando sua prematura e fatídica expiação nas garras implacáveis do algoz: “Havia sérias pendências entre eles. A mais grave devia-se que o marido fora acusado de dormir com a primeira mulher desse homem, não havendo jeito de desmentir uma infâmia que ofendia a ele e, mais ainda, a ela.” (Piñon, 2014, p. 31). A partir dessa hipótese, o vizinho, percebendo que sua honra foi irremediavelmente enodoada, de pronto concebe um ardiloso estratagema com vistas à aniquilação tanto de sua consorte quanto de seu rival, o suposto amante de sua mulher – nomeadamente, o próprio Pedro: “Um dia, esse vizinho cobrou que a esposa confessasse o crime e, como ela se refugiava em agônico silêncio, agarrou sua cabeça contra o peito e a abateu a tiro. Um crime que, tido como defesa da honra, ficou impune.” (Piñon, 2014, p. 31).

De forma análoga ao desenlace trágico da emblemática tragédia shakespeariana *Otelo, o Mouro de Veneza* (2017 [1604]), na qual o protagonista homônimo capitula diante dos sofismas maquiavélicos urdidos por Iago e, erroneamente, rende-se à crença na infidelidade de sua esposa, Desdêmona, com o diligente tenente Cássio, encontramo-nos diante de um cenário narrativo em que o vizinho – cujo nome permanece soturnamente enigmático – forja alicerces em uma suposição – talvez infundada ou não – de traição conjugal perpetrada por sua esposa com Pedro. Se tomarmos a acusação como *inverídica* – nesse caso, *não havendo infidelidade* por parte de Pedro –, o vizinho, qual moderno e trágico Otelo, precipita-se num abismo de desespero e irracionalidade, encontrando sua solução para o dilema: submergindo, sem remorso, arquiteta o assassínio da própria esposa, bem como o de Pedro, o suposto amante. Nesse caso, assim como o drama de Édipo é estruturado pelos *equívocos – peripéteia* e *hamartia* –, no palco pinoniano, também vislumbramos personagens que se arruínam nos (mal)entendidos: o assassinato de Pedro é resultado de um *suposto saber* do vizinho sobre a infidelidade da própria esposa; e, doravante, o homicídio do vizinho também é produto de um *suposto saber* de Elisa. Outrossim, tal como em Shakespeare, o "traído" articula e sanciona o destino fatídico do alegado amante, nessa sinistra narrativa: "O caso foi esquecido até que ele, anos depois, atrair o marido para a igreja, sob pretexto que Elisa nunca soube. Era segunda-feira à tarde, anoitecera, e não havia ninguém por perto quando esfaqueou o marido, salvo um velho que, após presenciar o assassinato a sangue frio, veio-lhe contar [...]" (Piñon, 2014, p. 31-32). Todavia, se considerarmos a acusação do vizinho como *genuína* – ou seja, se Pedro *de fato* traiu Elisa –, o primogênito, de maneira compulsivamente repetitiva, refazia, ao abandonar sua esposa para enlear-se com a própria mãe e com as prostitutas do 'bordel da vila', aquilo que seu progenitor, em tempos pretéritos, já havia urdido com Elisa: a traição e a infidelidade. Contudo, a reviravolta surpreendente que a narrativa apresenta, afastando-se dos confins do teatro shakespeariano para os recônditos da realidade, materializa-se num gesto vingativo de Elisa, a traída, que se mostra como a agente de uma justiça às avessas: irrompe, pois, no palco da *tragédia doméstica*, fulminando o vizinho num ato final de sangrenta retribuição, delineando um epílogo tão sinistro quanto inesperado.

Conforme asseverado por Tiago, a singularidade da narrativa reside no fato de que o único sobrevivente e testemunha ocular dos eventos em questão é o jovem Mateus. Entretanto, convém salientar, com ênfase, que o texto não é incumbido à "voz narrativa imparcial", mas ao próprio Mateus, que se encarrega de urdir e ornamentar o enredo pela sua perspectiva – uma lente que, podendo estar 'poluída', mostra-se desconfiável e suspeita. Obriga-nos a questionar a autenticidade e veracidade de suas afirmações, dada a complexidade e a sinuosidade dos

eventos que se desenrolaram naquela fatídica noite. Por isso, não podemos ingenuamente abraçar, de forma acrítica, o relato de Mateus como a epitome da verdade, uma vez que nos é flagrantemente desconhecido se o conteúdo do seu testemunho é congruente com os fatos ocorridos naquela ocasião nebulosa – nem nos cabe, dado o caráter estético literário, empreender essa descoberta. O caráter enigmático do evento e a circunstância peculiar de sua singular sobrevivência lançam dúvidas, que enobrecem a trama, sobre a credibilidade de seu depoimento: "Quando cheguei, seguido de Maria, a mãe estava morta. As únicas testemunhas do ocorrido eram o irmão caçula e os empregados. O assassino, não o vi. Desaparecera após a mãe sucumbir, entregue ela unicamente a Mateus, um vampiro desde que nasceu." (Piñon, 2014, p. 33). Poderíamos, em exercícios de conjectura, ponderar sobre a possibilidade de que Mateus, com sua presença na residência de Elisa naquela noite fatal, possa ter sido o autor oculto da tragédia, velando sua própria participação com um relato convenientemente elaborado. Ademais, é pertinente questionar as razões misteriosas que levaram Mateus a visitar Elisa naquela noite específica; e se tal visita não poderia, de fato, esconder a intenção nefasta.

Alternativamente, poderíamos especular sobre a hipótese de que, longe de ter contratado um assassino, a própria matriarca perpetrara, com as próprias mãos, o homicídio do vizinho, conferindo a Mateus o papel sinistro de espectador involuntário, que, por sua vez, decide eliminar a própria mãe em um obscuro gesto de desvencilhamento das consequências dessa tragédia, ao mesmo tempo em que forja um álibi conveniente para si mesmo e mascara, para os outros, o semblante terrífico de Elisa – ao descrever que fora um assassino contratado que matou o vizinho. Por último, mas não menos intrigante, é possível especular que Mateus, consumido pela avidez da herança e dos bens, primeiro assassinara sua própria mãe – afinal, na tragédia tebana, quando Édipo invade o palácio, pede uma espada para assassinar Jocasta, mas já a encontra morta – e, posteriormente, ao perceber a presença incômoda de uma testemunha no jardim, perpetrara o homicídio do vizinho que inadvertidamente se encontrava nas proximidades. Desse modo, permanecerá, no recesso das incertezas insuperáveis, a interrogação quanto à identidade do perpetrador do nefasto assassinato da genitora, assim como, em paralelo, subsistirá a interrogação igualmente intratável a respeito dos eventos verídicos que enredam a fatídica noite em questão. Na verdade, ainda paira na penumbra das conjecturas a indagação crucial acerca da natureza do óbito da matriarca, se resultado de seu próprio e voluntário ato de ingerir um veneno letal ou se, ao revés, ela foi vítima de mãos alheias que lhe impuseram um destino trágico. Somente Mateus, como a única testemunha e narrador, possui o poder de esclarecer a realidade dos fatos, embora sua versão, regida por sua perspectiva e

motivações, torne-se, por sua própria natureza, sujeita a questionamentos e interpretações múltiplas.

Enquanto Mateus, o caçula desta dinâmica familiar, abraça a crença inabalável de que a matriarca nutria, em seu cerne, um sentimento genuíno e afetuoso por ele, o primogênito, Tiago afirma categoricamente que os laços parentais, na verdade, jamais abrigaram o amor como elemento constitutivo: "Ele, que sugou o sangue da mãe e o esperma do pai. E agora, proclamando-se dono do cadáver da mulher que nos pusera no mundo, iludia-se que ela, em nome do amor, trata-o com desvelo. Mas nada que dizia era verdade. A mãe nunca nos amou." (Piñon, 2014, p. 33). A dicotomia de percepções entre Mateus e Tiago, ressoando lastros díspares da mesma família, ilustra a riqueza e a diversidade dos matizes emocionais presentes nas relações familiares. Enquanto o jovem Mateus sustenta, com fervor, sua crença no amor materno, Tiago, com a severidade de suas asserções, desenha um quadro sombrio de indiferença parental. Ambas as visões, entretanto, coexistem, atando-se numa mesma tapeçaria, cuja complexidade jamais poderá ser totalmente decifrada, demonstrando, assim, que o entendimento pleno das dinâmicas familiares permanece, em grande medida, uma marcha (inter)subjetiva, moldada pelas lentes individuais através das quais cada um observa e interpreta.

Aqui, impera a necessidade de esclarecer que a ausência da voz materna ao longo da narrativa – cuja presença irrompe apenas em momentos pontuais, a saber, quando ela demanda a faca do assassino do vizinho e, posteriormente, quando opta por consumar seu próprio suicídio – implica uma lacuna significativa na apreensão objetiva dos eventos que se desenrolam. Sob essa égide, os demais discursos, sobretudo as queixas exacerbadas e dolorosas proferidas pelo próprio Tiago, em seu lamento eloquente, revelam-se passíveis de uma contaminação sutil, gerada pela ausência de uma voz materna que possa dar seu testemunho e contraponto. É imperativo lançar luz sobre a possibilidade inquietante de que os filhos, mergulhados em suas próprias perspectivas e injunções emocionais, possam estar predispostos a projetar sobre Elisa predicados e atributos nefastos que, na realidade, não correspondem de maneira plena à verdade. Esse fenômeno psicológico, comumente conhecido como *projeção*, configura-se como uma variável crítica a ser considerada, uma vez que os filhos, em seus lamentos e murmúrios acerca de Elisa, podem inadvertidamente conferir à figura materna atributos e intenções que podem estar destituídos de fundamentos. Para além das reativações edípicas, no calhamaço das psicopatologias das relações amorosas, por vezes, há a projeção do Supereu sobre o outro, com vistas, a partir desse opressor perseguidor, orquestrar um sadomasoquismo que culmina na obtenção do gozo mediante a submissão. O algoz, por vezes materno, revela-se como uma fonte

de prazer paradoxal, da qual o sujeito, ao se submeter à perseguição e subjugação, alcança o gozo mediante a perpetuação de seu próprio tormento, transformando o sadismo interno num masoquismo consensual (Kernberg, 2004)

Aliás, a ausência de voz materna, ao longo da narrativa, por conseguinte, pode ser, paradoxalmente, um sintoma da influência dos filhos em incutir a Elisa uma personalidade e intenções que não correspondem estritamente à realidade objetiva, potencialmente moldando um perfil distorcido que reflete mais a ótica de Tiago, Mateus e Lucas[26] a uma compreensão abalizada da maternidade de Elisa. Convém, então, escutar as posições que os filhos – em especial, Tiago – se colocam, uma vez que, não raras vezes – compreendendo que nem sempre a queixa refere-se a uma angústia genuína –, o sujeito, inclusive, pode gozar em estar naquele lugar de submisso. Esse 'problema econômico' do masoquismo, em torno da queixa e da submissão desponta como um elemento essencial: por que, então, o indivíduo, que se queixa com veemência, permanece inerte, resistindo à mudança? Tiago, aquele que protagoniza o coro das lamentações em relação à figura materna de Elisa, talvez esteja, com efeito, externando suas lamúrias odiosas em uma narrativa arregimentada por fantasias carregadas de hostilidade, nas quais a mãe, tida como a principal vilã, apenas lhe nega o seu desejo de enlace edípico. Suas alegações, cuidadosamente articuladas, sugerem que a matriarca, em sua devota dedicação ao esposo, o pai da prole, destina seu afeto de forma exclusiva e excludente, desconsiderando, em sua visão, os demais membros da família. É possível entrever a possibilidade de que sua insatisfação em relação à figura materna seja, em certo sentido, uma manifestação de uma busca

[26] Deparamo-nos com a possibilidade de uma interpretação que sujeita Mateus, Tiago e Lucas às três distinguidas posições postuladas por Sigmund Freud em *Bate-se numa criança* (1919). Sob tal perspectiva, os destinos desses três personagens e suas posições no seio parental encarnam respectivas fases investigadas pelo mestre vienense. Na primeira fase, Mateus se assemelha à criança que, figuradamente, observa o pai exercendo ação punitiva sobre outra, exteriorizando a experiência sem uma completa imersão, denotando uma fantasia de matizes sádicas. Neste cenário, a criança externaliza a situação ao proferir: 'meu pai bate na criança. Meu pai bate na criança que eu odeio.' O objeto do ódio revela-se, pois, como uma encarnação do complexo de intrusão e, concomitantemente, do complexo fraterno, cuja atenção parental direcionada a este, o irmão caçula, traduz-se em aversão aos outros filhos, sugerindo, de forma subjacente, a crença de que 'o pai não ama essa outra criança, pois está batendo nela; ama apenas a mim'. Este emaranhado psíquico desvela-se como um triunfo histérico entrelaçado com nuances de amor incestuoso, cuja rivalidade fraternal mostra-se tumultuosa e em erupções. Na segunda fase, Tiago assume a vanguarda, manifestando uma dinâmica caracterizada por uma dimensão masoquista. Embora o patriarca/matriarca continue a ser o executor/a da punição, é a própria criança que se insurge como objeto de seu próprio desejo de flagelação, reconfigurando a fantasia sob o prisma do "eu apanho do pai". Enquanto na primeira fantasia subjazia o complexo de intrusão, na segunda fase, desponta uma totalmente inconsciente, revelando-se, no processo de transição, profundas modificações na natureza da fantasia: com a criança passando de espectadora à protagonista de sua própria flagelação. Neste estágio, não se trata de uma repressão edipiana secundária, mas, sim, de um inconsciente primordial, moldado pela influência do sentimento de culpa, originado de fontes insondáveis. Na terceira fase, Lucas se projeta como a criança que permanece em anonimato. Esta terceira etapa, impregnada de excitação exorbitante, desemboca em uma satisfação onanista. Neste cenário, a figura paterna como agressor nunca é precisamente o pai, podendo ser um adulto indeterminado ou um substituto paterno. A fantasia, nessa terceira fase, retorna ao sadismo da primeira, mas com uma dimensão distinta: mesmo que a seja uma roupagem sádica aparente, a satisfação que dela emana é essencialmente masoquista.

inconsciente edípica, um desejo oculto de rivalizar com o pai e conquistar o lugar central no leito da mãe. O lamento de Tiago, que, em suas próprias palavras, denuncia a predileção materna pelo patriarca da prole, sugere uma ambivalência do complexo de Édipo, no qual o primogênito, talvez, esteja lamentando a relutância da mãe em conferir-lhe o império dos seus afetos, buscando, assim, a validação de sua própria identidade. Assim, insurge a indagação sobre se a tirania materna representa, por si só, o cerne do desmoronamento familiar, ou se, de maneira mais complexa, Tiago e Elisa estariam, de certo modo, como parceiros-sintomas. Será que a causa do desmoronamento familiar é (apenas) a onipotência ditatorial materna, como assevera o primogênito? Ou Tiago também escolhe permanecer enredado à mãe, como um serviçal masoquista, para fazer a manutenção do *próprio sintoma* ou a *salvaguardar o sintoma dos dois*? Afinal, em vários momentos da narrativa, Marta, a consorte de Tiago, expressa sua inquietação e descontentamento em relação ao recorrente fracasso e à persistente impotência que caracterizam o comportamento e as ações de seu esposo; em contrapartida, o primogênito mostrava-se um serviçal – numa dialética do Senhor e do Escravo[27] – das vontades da matriarca, numa tentativa de tentar ocupar o lugar de desejo do Outro. Não à toa, Lacan, n'*O Seminário 16* (2008 [1968-1969), postula que o masoquista, ávido por se enquadrar na posição subalterna, reage à voz majestosa do grande Outro de maneira análoga à submissão "canina". Sob a perspectiva lacaniana, podemos vislumbrar uma provocação: o sádico, acreditando-se mestre

[27] N'*O Seminário 10* (2005 [1962]), Lacan provocou uma miríade de reflexões pertinentes ao trazer à luz a notável reversibilidade das posições de senhor e escravo que predominavam na Antiguidade clássica. Com efeito, é inegável que a composição essencial da população escrava era fundamentalmente constituída por cativos de guerras. Assim, as vicissitudes das batalhas podiam catapultar um senhor, figura de domínio absoluto naquele instante, para a condição de escravo no dia seguinte. Esse potencial reciprocidade, marcada por uma instabilidade radical, detinha, à luz das intricadas relações humanas, implicações transcendentes no que concerne à especularidade. Destarte, o escravo podia, em teoria, ser considerado uma projeção, uma imagem do eu, mas convém notar, com perspicácia, que essa reversibilidade não se traduzia necessariamente em reciprocidade. A relação entre senhor e escravo se caracterizava por uma assimetria intransponível, uma vez que o senhor, dotado de sua supremacia, reconhecia o escravo, enquanto este último, paradoxalmente, permanecia destituído do reconhecimento que merecia. No âmbito do discurso do senhor, conforme perspicazmente delineado por Lacan, o escravo ocupava uma posição estratégica. Nesse contexto, o escravo se aninhava no nicho do conhecimento, erguendo-se como o detentor do saber. Destaca-se, sobretudo, que sua competência transcendia as fronteiras do saber convencional, eis que ele possuía, em primeiro plano, um conhecimento matricial, mãe de todas as sabedorias. No entanto, o cerne do saber do escravo recaía sobre um domínio que escapava ao senhor: o desejo próprio à sua própria subjetividade. O conhecimento do escravo se alinhava, de modo exclusivo, com a compreensão do desejo do Outro, o que, de certa forma, o redimia da completa subordinação ao gozo, apesar da escolha aparente que lhe era oferecida. O escravo, portanto, ingressava no panorama da subjetividade dividida, de maneira análoga ao senhor, em um contexto onde a verdade subjetiva se espraiava desvinculada do saber. Não obstante, ainda que a dimensão simbólica proporcionasse um cenário propício à reinserção da castração, que inerentemente lhe é particular, emerge a figura do outro, percebido, num estratagema intelectual eloquente, como castrado. O escravo se autodefine como o eu castrado, conferindo, dessa forma, sentido ao lugar da castração no enredo do discurso do senhor. Nesse intrincado arranjo discursivo, tal localização efetiva garante a presença de um desejo palpável, um desejo de senhor, cuja autenticidade é imbuída pela ação do escravo. Na mesma toada, à semelhança do fato de que, em cada discurso, somente existe um nicho destinado a assegurar a subjetividade, uma singularidade análoga perfaz-se no que tange ao desejo, pois nele também existe apenas um desejo, um desejo de senhor cuja veracidade se congraça com a divisão inerente à subjetividade humana (Lacan, 2005 [1962]).

absoluto do espetáculo, assume o comando da cena, mas, paradoxalmente, age como um masoquista ingênuo, servindo, inescapavelmente, como mero instrumento para o gozo alheio. Dessa forma, numa perspectiva divergente, o sádico revela-se enquanto, ele mesmo, um masoquista ao serviço do Masoquista[28]. Nesse sentido, podemos conjecturar que Tiago, o masoquista, pode adotar uma postura notavelmente idiossincrática diante daqueles que infligem-lhe humilhação: superficialmente, parece submeter-se a um sacrifício próprio; todavia, nos bastidores, também escarnece da suposta onipotência que, contraditoriamente, ele próprio, o escravo dos desejos de outrem, concede a seu algoz – à sádica mãe.

Segundo Tiago, o enjeitamento por parte da genitora atinge seu apogeu de cruel de desamor e abandono no momento em que, num ato de retaliação diante do ultraje que acometera seu esposo, a matriarca optou por engajar os serviços de um terceiro indivíduo, alheio ao âmbito familiar, ao invés de designar a ele próprio, o filho mais velho, a onerosa incumbência de executar o ato de vingança: "Prova é que, para se vingar do marido, esquecida dos filhos, contratou um esbirro de fora da comarca para desaparecer após o crime, sem deixar vestígios ou provas do acordo que fizeram. Designado o estranho para matar o homem em seu nome [...]" (Piñon, 2014, p. 33). A impugnação de Tiago de que a mãe, negligenciando os filhos, opta por um agente externo à família para buscar vingança pela morte do esposo, evoca uma sensação de rivalidade e exclusão. Poderíamos interpretar essa lamentação como um Édipo revoltado por não ocupar o lugar edípico e que, de acordo com suas fantasias, pertencer-lhe-ia. Tiago, em sua ambivalência edipiana, parece proclamar, em fantasias: *Ela prefere outro, um estranho, o terceiro, um pai, em vez de mim, seu primogênito!* Tiago, nessa análise, pode ser interpretado como um Narciso que, disparatadamente, não encontrando a imagem de Édipo nas águas, lamuria-se por não ter conseguido decifrar e vingar, com as próprias mãos, a morte do pai. Com efeito, acusa a mãe, em sua perspectiva, tirânica, de ter usurpado a possibilidade de os filhos vingarem o sangue paterno, matando o algoz. Noutros vocábulos, para Tiago, a matriarca seria uma Jocasta *edípica* que priva Édipo de cumprir o próprio destino, a saber, matar o pai e casar-se com a mãe, para, ela mesma, empreender esses expedientes: "[...] [a mãe] roubou-lhe a faca, ergueu-a para o alto, para ninguém duvidar que fora ela quem matara o assassino do marido. Com um valor que me falta, incapaz que sou de vingar quem me faz infeliz." (Piñon, 2014, p. 33).

[28] Essa efusão de comportamento, à primeira vista, assemelha-se a uma grandiosa representação teatral, com sua meticulosa encenação e elaborados arranjos. Toda essa pantomima traz consigo uma sedução teatral intrínseca, coexistindo com um contrato subterrâneo, um entendimento tácito que delimita a ocupação do papel de vítima, ainda que permeado por uma sutil encenação. Curiosamente, o masoquista, aparentemente sob a égide de uma submissão absoluta, arqueia, de fato, o enredo.

Desviando-nos das digressões e possibilidades analíticas que orbitam as complexas relações familiares, retornando ao âmago da discussão e reassumindo, pois, a perspectiva intrínseca à noção de herança inconsciente e transgeracionalidade, cumpre dizer que a culpa trágica (*harmatia*) de Pedro – assim como a desmedida (*hybris*) materna –, inegavelmente, extrapola a efemeridade de existência terrena, como um espectro impiedoso que continua a se insinuar no âmago do acervo familiar, lançando seus tentáculos nefastos sobre as gerações subsequentes. Em sua morte, Pedro não encontrou o escape da expiação redentora, e sua chaga nefasta persiste, como um haver maldito, impondo aos seus próprios descendentes um fardo igualmente cruel. Como se estivessem enredados nas malhas de um destino implacável, os filhos – receptores de tais espólios transgeracionais – se veem aprisionados nas tramas dessa expiação implacável. O 'dossiê' de culpa que paira sobre suas cabeças, a herança importuna de um pai maculado pelos 'crimes' não expiados, atormenta-os incessantemente, como um reverbério sinistro de seus atos e escolhas passadas. Assim, os descendentes dessa família estão fadados a carregar a 'cruz' da culpa trágica de Pedro, uma herança envenenada lançada sobre suas vidas e que os conduz pelos corredores sinuosos da tragédia.

Num arranjo disposto concentricamente em torno do santuário do ventre materno, cuja efígie jaz solenemente na sacralidade da sala que os circunda, aquela unidade familiar, alçada à fronteira extrema da sensibilidade, vê-se subjugada por um silêncio que, em sua inquietante pregnância, engendra um enredo de desassossego que desafia a estabilidade aparente. Nesse contexto tenso e eminente, Tiago, enroupando-se com as indumentárias de protagonista de uma tragédia contemporânea, precipita-se num ímpeto de cólera sacrílega, desferindo blasfêmias que profanam, lançando culpas e responsabilidades diretamente sobre os ombros maternos: "Tiago inclinou-se sobre o corpo da mãe, responsabilizando-a por uma desgraça que lhes salpicaria a existência para sempre: – Enterremos logo essa desgraçada, que só amou o pai, disse com voz embargada, que ecoou pela sala." (Piñon, 2014, p. 34). O matriarcado, outrora reverenciado, torna-se objeto de acrimônias, transformando-se numa encruzilhada cujas réstias do passado se confundem com o tumulto do presente, erodindo os alicerces já fragilizados daquela parentela. A mácula que assolou a estirpe familiar em questão, como um fardo onipresente e indelével, teve o condão de impregnar a malhagem familiar desses membros que carregarão consigo, no bojo de sua pelagem psíquica, a nódoa ancestral que, em sua natureza, sobrepuja o tempo e se inscreve palimpsesticamente nos anais da biografia parental. Eis, pois, a fatalidade que acometeu a essa prole, cuja aparente pureza de origem se viu corrompida e enxovalhada pela herança de pecados pregressos; um legado que, malgrado sem consentimento ou escolha, determinou irremediavelmente o destino desses seres infaustos.

Finalizada a narração de Mateus a respeito da noite do assassinato de Elisa, a voz narrativa corrobora: “que, a despeito de ser o último da prole a nascer, tornara-se herdeiro do pai e da mãe, o único capaz de governar os bens da família e responder pelo destino dos irmãos. Quem senão ele?” (Piñon, 2014, p. 34). Nesse espaço, onde se avolumam, como relíquias, os despojos arquetípicos das tragédias que, de geração em geração, foram se acumulando e ganhando peso, avizinha-se um cenário no qual os irmãos, como peças *dissonantes* de um quebra-cabeça genealógico, experimentarão um processo de desarranjo, como observamos pelo discurso de Mateus: “Tiago e Lucas me contemplam. Eles me invejam. Mas em breve pedirão clemência, que não deixe de supri-los com o pão de cada dia. Não fraquejarei. Só cederei o que for necessário. Neste momento, Tiago se aproxima. [...] grita tanto que abafa a minha voz.” (Piñon, 2014, p. 34). Semelhantemente ao que Elisa, num passado em que desconfiava das maquinações de traição perpetradas pelo consorte, demandou a totalidade dos bens registrados, estabelecendo uma dependência crucial de Pedro para sua subsistência – uma relação que subjugou o patriarca às vontades imperiosas da esposa –, de maneira igualmente emblemática, Mateus, o irmão mais jovem, emulando a imagem da matriarca, parece aspirar a um domínio tão onipotente quanto ela, ansiando por manter seus irmãos sob uma tutela tirânica. Os demais da fratria, humilhados, acabariam por se rebaixar, submetendo-se a pedidos, implorando ínfimas parcelas para sua própria sobrevivência – consequentemente, colocando-se, de modo inequívoco, aos pés de Mateus *Tyrannos*, aquele que assume o papel de substituto do progenitor que outrora liderava a horda familiar. É como se Elisa – ao triunfar em vida sobre o marido, orquestrando a engenharia de sua existência – e assenhorar também na morte – ao concluir sua vingança – tivesse atribuído o testamento a Mateus que, *repetitivamente*, aspira ao êxito supremo de prevalecer sobre seus próprios irmãos, tornando-se o condutor incontestável dos destinos do caleidoscópio parental e perpetuando, destarte, a dinastia de influência e controle que remonta a tempos imemoriais.

Aviltado pela possível derrocada de sua primogenitura perpetrada pelo caçula, Tiago, num derradeiro e virulento gesto, protagoniza um ato que culmina num “assalto” à câmara íntima dos genitores – a alcova barrada num primeiro momento –, ou seja, uma investida audaciosa que o faz adentrar o *sanctum sanctorum*, o tabernáculo onde repousava, com solenidade reverencial, a *arca da aliança*[29], a urna críptica que, em resposta, era o invólucro

[29] Na contextura da religiosidade hebraica, desponta uma câmara de singularidade inefável, qual seja, a cripta da aliança. Sob sua égide, um receptáculo sacrossanto abriga com solenidade objetos dotados de uma importância que transpassa os limites do efêmero, pois têm sua origem aninhada nos tempos primordiais, quando a fé dos hebreus, indômita e fervorosa, era forjada em uma era de epopeias divinas. Esse relicário venerado, imbuído de reverência, não apenas serve como um santuário de preservação material, mas também se erige como um baluarte

sagrado que alojava a mosaica camisa do patriarca: "[Tiago] [...] refugiou-se no quarto da mãe. Abriu a urna pousada sobre a cama, recolheu a camisa ensanguentada do pai e gritou para os que se agrupavam do outro lado da porta: – Acaso estão me ouvindo? A camisa do pai é minha. Com ela, reivindico a minha primogenitura." (Piñon, 2014, p. 34-35). Em outros termos, dilacerado pelas dimensões trágicas de seu embate fratricida, investe, com ousadia e profanação, no santuário privado de seus pais, no afã de resgatar um artefato que, para ele, representa uma relíquia paternal e, por extensão, a própria preservação de sua herança e legado como primogênito. Esse artefato, cumpre dizer, é investido de significado simbólico e sacro; uma relíquia que sintetiza a genealogia e a identidade do clã, revelando-se como o totem que, ao longo das gerações, perpetua a memória e a tradição que se encontram entrelaçadas nos calhamaços do passado. De maneira notável, a camisa do pai, *a verdadeira protagonista do conto*, rompe, como um signo emblemático, um falo[30] potente que exerce uma influência excepcional no lastro da trama; configura-se, então, como a grande (des)organizadora do desejo familiar, maestralmente orquestrando e gerenciando as empreitadas relacionais. Não é mero acaso que a camisa do pai, na magnitude de seu simbolismo, não somente empresta o título à narrativa, mas também desempenha um papel recorrente de destaque, alinhando-se na abertura do conto quando Elisa a convoca para partilhar o leito; aqui, a indumentária paterna inaugura um ritual que exorbita a fronteira entre o cotidiano e o sobrenatural, revelando-se como uma invocação do *espectro* do patriarca e, por extensão, dos desejos obscurecidos dos membros da família.

Além do prólogo do teatro familiar, a vestimenta paterna reaparece no epílogo, numa reviravolta na qual os irmãos se imiscuem numa disputa pela sua posse, delineando-a como uma herança material e como um artefato simbólico que encapsula a própria continuidade do

---

de evocação, um testemunho tangível da divindade que em tempos imemoriais confiou a sina de liderança a Moisés e a seu irmão Arão. Nesse ínterim, a cripta da aliança ostenta o privilégio de perpetuar a existência mítica dos patriarcas, de modo que, como uma lâmpada ardente na escuridão da memória, ilumina a trilha da identidade coletiva do povo hebreu. Moisés, o intrépido condutor que guiou o povo através do árduo êxodo, e Arão, o sumo sacerdote que intercedeu perante o Altíssimo, são, sem dúvida, as figuras preeminentes que repousam na cripta da aliança, suas histórias entrelaçadas com a saga espiritual desse povo eleito.

[30] Sob a égide da doutrina lacaniana, faz-se premente a assertiva de que o "falo", sujeito a infindáveis disputas, antagonismos e embates pelo seu domínio e prerrogativas, emerge como o epicentro e, ao mesmo tempo, o desorganizador paradigmático da engrenagem que é a unidade familiar. É por meio do eixo fálico que os componentes do clã parental, posicionados estrategicamente ao redor desse emblema simbólico de singular magnitude, veem-se irremediavelmente direcionados, orquestrados e coesos. Nesse contexto, o "falo" adquire a sua máxima estatura enquanto conceito nodal da teoria lacaniana, encarnando um simbolismo que, em sua essência, ressoa com os arranjos de poder, hierarquias e dinâmicas subjacentes à estrutura familiar. Esse elemento sígnico, como pivô central, serve de orientador, que, apesar de suas contendas e convulsões, estabelece a marcha e o modus operandi da família. Ainda que o "falo" possua uma natureza controversa, sujeita a conflitos e ambivalências, sua influência é inegável, posto que funciona como o arauto das injunções simbólicas, delineando os papéis, expectativas e relações que permeiam os membros do núcleo familiar: no âmago da dinâmica, ele se configura como o árbitro das disputas e dos elos que entrelaçam os sujeitos familiares (NASIO, 1997).

espírito do genitor falecido. Ela assume as feições de uma roupagem da primogenitura, um manto de legitimidade que, por meio de seu contexto de transmissão, consolida-se como um relicário de poder e direito entre os descendentes. Essa disputa, no enredo em tela, pela camisa *da primogenitura*, a indumentária real para sentar-se sobre o trono tebano, cumpre dizer, além de sua potência fálica, também endereça, *como herança*, um patrimônio desgraçado e agônico. Assim como a saga do Homem dos Lobos, na análise realizada por Freud (2010 [1918]), que se via como o legatário exclusivo de um trono majestoso e herdeiro único de uma fortuna, após a fatídica morte de sua irmã Nânia e, concomitantemente, vivenciava as flagelações psíquicas decorrentes de retaliações perpetradas pela figura paternal em suas elaboradas fantasias de fustigação, deparamo-nos com uma situação semelhante na rivalidade pelo 'trono da primogenitura' entre os irmãos-personagens Tiago e Mateus: o espólio recebido, ao mesmo tempo em que permite um lugar onipotente, também impõe o peso de uma herança. O pai, em seu espectro implacável, figura como um carrasco-fantasma, açoitando o corpo dos herdeiros, castigando-os com as correntes da culpa, do desejo reprimido e das projeções de seu próprio trajeto. A história se repete, como um ciclo eterno de transmissão psíquica, em que o haver maldito do passado espanca impiedosamente a carne do presente.

Ou, noutros enquadres, tal qual os delirantes devaneios do notável caso Schreber, que, num emaranhado psíquico singular, encetava comunicações diretas com um Deus, e que adotava, segundo Freud (2010 [1911]), a condição de peça lúdica nas mãos nefastas de demônios, contemplando "aparições miraculosas", prorrompe-se, no âmago da narrativa de Elisa, uma paralela de construção e comunicação com espectro de seu esposo falecido. Ela encarna o papel de artífice, teatralizando o espectro de seu consorte, embelezando-o com a macabra indumentária de uma camisa manchada de sanguinolentas memórias. Comparativamente ao *doente de nervos* cujos tormentos foram investigados por Freud, que manifestava um sentimento persecutório em relação ao Dr. Flechsig – uma figura médica que ele adjetivava como o "assassino de almas" – os herdeiros de Elisa também partilham dessa perseguição, que se desdobra a partir do espectro do pai ausente-presente. Essa manifestação, sustentada pela onipresença do fantasma paterno, obriga os filhos a confrontarem os resquícios das experiências familiares passadas e os traumas soldados à figura do pai falecido. Transformado em uma entidade espectral, o pai que simboliza a herança familiar e projeta uma sombra ameaçadora que perturba constantemente os filhos *schreberianos*. A figura do pai real, simbolizada pela camisa, encontra sua expressão máxima no fenômeno do fantasma paterno – a representação do cadáver vivo. Esse conceito pode ser observado tanto no pai do Homem dos Ratos, que, mesmo após a morte, reaparece como uma presença viva no meio da noite, quanto

no pai de Hamlet que também entrega ao filho um discurso carregado de significado (Freud, 2013 [1909]). O espectro, por sua vez, constitui o habitante eminente desse limiar tenebroso entre a primeira morte e a morte segunda, transformando-se num território latente do *phatos*. O fantasma – da camisa –, por seu prisma multifacetado, recobre, dissimula, oculta e também revela a manifestação paterna real, ou ainda, o real subjacente à figura paterna.

O espectro, em sua representação, encena, com primazia, a intrincada interconexão entre o pai concreto e o pai imaginário, constituindo o substrato no qual se forja, na esfera fantasiosa, a impressionante narrativa de *Bate-se numa criança* (1919), cujas cenas, com uma pungência que assombra o sujeito, convergem para a cristalização de um excesso, qual um código primordial, erigindo uma representação do indizível fulgor do prazer. A substância desse relato não repousa na distinção entre o gozo efetivamente pertencente ao pai ou aquele imaginativamente projetado no pai, mas na elaboração conceitual que o sujeito tece para acomodar uma sensação de prazer que, de modo intrigante, exterioriza-se, emanando do Outro. Esse dispositivo de conferir uma dimensão imaginária ao real, na presente circunstância materializado na fantasia, posiciona esse gozo excedente numa narrativa na qual é atribuído à figura paterna, cujo desfrute se manifesta na violência infligida à filha ou ao filho. Os herdeiros, imbuídos dessa condição de sucessores, são acometidos pela intensidade das transgressões perpetradas pelo progenitor; ou seja, os descendentes, na qualidade de "beneficiários" da herança paterna, *abrasam-se* sob o fardo das desmedidas do pai, como adverte Lacan, n'*O Seminário 11* (1985 [1964]):

> – Pai, não vês que estou queimando? Do que é que ele queima? Senão do que vemos desenhar-se em outros pontos designados pela topologia freudiana- do peso dos pecados do pai, que carrega o fantasma no mito de Hamlet com que Freud duplicou o mito de Édipo. O pai, o Nome-do-Pai, sustenta a estrutura do desejo com a da lei [...]. O fantasma de Hamlet surge de onde? - senão do lugar de onde ele nos denuncia que é na flor de seu pecado que ele foi surpreendido, ceifa- do- e longe de dar a Hamlet as proibições da Lei que podem fazer subsistir seu desejo, é de uma profunda dubitação desse pai ideal demais que se trata a todo instante (Lacan, 1985 [1964], p. 38).

Os delitos cometidos pelo patriarca, no conto em tela, adquirem uma dimensão de realidade inexprimível que perpetuamente escapa à comunicação direta com os filhos. Porém, contraditoriamente, germinam, emergindo como sintomas latentes na psique filial. Essa persistência pode ser observada, a título de exemplo, na dívida acumulada pelo pai, afundado no vício do jogo, que se assemelha ao fardo que o Homem dos Ratos carrega, ou ainda na

voracidade oral de satisfação do pai de Dora[31]. A desmedida do genitor, com suas raízes no âmbito do real, é precisamente o aspecto que o filho, com firmeza, evita enfrentar ou admitir – como Édipo que também rejeita reconhecer a desmesura do paterna. No lugar do pai real, o filicida e desmedido – aquele que *quebra* as leis gregas da hospitalidade ao raptar Crisipo –, erige-se uma ordem marcada pela ignorância da cegueira edípica, na qual a verdade, inacessível do gozo paterno, permanece (*en)coberta*, sob a manta do imaginário, como afiança Lacan, em *Televisão* (2003a [1973]): "Ora, considero que está fora de questão analisar o Pai real, e que o manto de Noé cai melhor quando o Pai é imaginário." (Lacan, 2003, p. 521). No conto em análise, assombrados pela *camisa de Noé* (Pai Imaginário) – o manto de Pedro que encobre o gozo desnudo e *excessivo* da paternidade Real –, os descendentes-legatários, à própria revelia, *queimam-se* no fogo ardente, no vocabulário lacaniano, consumidos pela vicissitude dos 'pecados' preexistentes que permearam a biografia genealógica. De fato, na qualidade de herdeiros dessas transgressões ancestrais, corroem-se mutuamente, deteriorando a própria essência numa tentativa laboriosa e, porventura, infrutífera, visando redimir, expiar o passado ou, talvez, extinguir a continuidade do departamento familiar. Não por acaso, Mateus, revoltado com tamanha infâmia do seu irmão, disputando a camisa do pai – o emblema fantasmático da figura paterna –, declara: "Tiago correu para o quarto da mãe sem me dar tempo de impedir que se apossasse dos bens guardados no quarto como relíquias. Bati à porta em busca dos meus direitos, mas ele não respondeu. Forcei a porta, mas ele passara a chave no ferrolho." (Piñon, 2014, p. 35). Nesse sentido, no conto em análise, tratam-se de dois descendentes digladiando-se pela "manta de Noé", a camisa do pai[32], que fantasia a *hybris* do patriarca; ou, em outras

[31] Na análise do *caso Dora* (1905), deparamo-nos com a figura paterna como um protagonista cuja voracidade oral assume uma roupagem particularmente intrigante: transcendendo o ato fisiológico de se alimentar, desvelando-se como um instrumento para a satisfação de desejos e anseios que perpassam os limites da nutrição. O pai de Dora, sob análise perspicaz de Freud, é retratado como alguém que utiliza a oralidade como uma via de acesso aos meandros de seus próprios impulsos, uma maneira de explorar e expressar seus desejos inatos. Essa oralidade, portanto, adquire uma dimensão simbólica, na qual a ingestão de alimentos se entrelaça com a gratificação de desejos profundos, estabelecendo uma zona de convergência onde as ânsias e necessidades do pai de Dora encontram uma via de expressão. No cerne dessa análise freudiana, prorrompe-se a concepção de uma relação canibalesca entre a figura paterna e a filha, uma metáfora que captura a essência da voracidade oral que permeia seus encontros. A figura do canibalismo, embora simbólica, evoca a ideia de devoração, de apropriação e absorção do outro. Nesse contexto, o pai de Dora parece buscar, por meio dessa voracidade oral, não apenas a saciedade de necessidades físicas, mas também uma forma de apropriação simbólica de sua filha. Essa apropriação, no entanto, não se revela como um ato de cuidado ou amor, mas como uma expressão de desejo, uma tentativa de incorporar a filha em seu próprio mundo, projetando sobre ela seus próprios anseios e impulsos (Freud, 2016 [1905])

[32] Embriagado pelos licores dionisíacos – assemelhando-se a Laio e a Jocasta na concepção de Édipo –, Noé desnudou-se em sua tenda. Se Cam, um dos filhos patriarca, esbaldou-se em vislumbrar a nudez de Noé, os outros filhos, Sem e Jafé, andando de costas para não contemplarem o despudor do pai, pegaram uma capa e cobriram-no. Quando Noé acordou e descobriu a falta trágica do filho caçula, amaldiçoa-o: "Maldito seja Canaã! Escravo de escravos será para os seus irmãos." (Bíblia, 2018, p. 19). Como *toda nudez*, como anuncia Nelson Rodrigues,

palavras, a dupla de irmãos que disputa o broche de Jocasta, permitindo-lhes uma cegueira neurótica. Eis, portanto, Mateus e Tiago que rivalizam pelo manto felpudo da "primogenitura".

Mediante as plangentes e veementes reclamações proferidas por Tiago ao longo da história, observa-se espelhamento notório e insidioso entre os progenitores Elisa e Pedro e o casal mítico Jocasta e Laio, que convergem num ato de nefando 'filicídio', caracterizado por tentativas obstinadas de renunciar à prole, conduzindo-os – no conto em diegese –, metaforicamente à encosta áspera e inóspita do "monte Citeron". As murmurações de Tiago, entremeadas por uma ressonância amarga, ecoam como um lamento persistente que traça um perfil de um drama familiar em que os pais, quando vivos, no ápice de sua desolação e fusionados pelo matrimônio, orquestram abandonos de seus próprios descendentes. Desse monte Moriá tebano, onde Abraão[33] mataria Isaac – o Édipo hebraico –, Lacan, n'*O Seminário 11* (1985 [1964]), mune-se com os escritos de kierkegaardianos sobre o filicídio abraâmico, e consigna: "a herança do pai é [...] seu pecado." (Lacan, 1985, p. 38). Abraão, metaforicamente, o Laio dos hebreus ou, em termos pinonianos, o Pedro de Tebas, venerado como uma figura seminal na tradição monoteísta, ostenta uma faceta sombria que o inscreve, por sua própria convicção, no rol de um pai monstruoso, perverso e desmedido – os predicados do pai da horda – cuja predisposição em sacrificar seu próprio filho não pode senão ser descrita em proporções trágicas; eis, destarte, o pai real que ousa desafiar e submeter seu próprio descendente a um destino sinistro e dantesco, decretando sua iminente morte num ato onipotente e narcísico. É essa imagem do pai descomedido, orquestrador de *faltas trágicas*, que o filho-neurótico, assim como na trilogia tebana, não quer saber/ver; ao recusar(*verleugnung*) compreender as faltas trágicas de seu genitor, o herdeiro se enreda na cegueira de Édipo, evitando o confronto com a verdade inquietante e as consequências avassaladoras desse conhecimento. Assim, perpetua a cegueira voluntária do herói trágico em face das mazelas ancestrais, num esforço inconsciente e debalde de proteger si mesmo, ao próprio desejo. A herança trágica paira sobre as gerações vindouras: Isaac, herdeiro das faltas desmedidas de seu progenitor Abraão, cujo devaneio filicida e efêmera volúpia com Agar, projetaram uma sombra proeminente e indelével sobre sua

será castigada, são os filhos que recepcionam amargamente tais punições familiares – não por acaso, numa encenação da 'cena primitiva', a cegueira de Tirésias foi um castigo por ter vislumbrado uma genitora despida.

[33] Em *Temor e tremor* (2001), Kierkegaard apresenta quatro encadeamentos instaurados quando Deus ordena que Abraão, numa desmedida filicida, mate o próprio filho. Na primeira vertente, Abraão, numa cólera incontrolável, agarrou o jovem Isaac virulentamente, relegando-o, de forma intempestiva e abrupta, ao solo áspero, e jorrou verborragicamente: "Estúpido! Supões que sou teu pai? Sou um idólatra! Crês que obedeço às ordens de Deus? Faço o que me apetece! Então Isaac fremente e com grande angústia, gritou: Deus do Céu? Tem piedade de mim! Deus de Abraão, tem piedade de mim, sê meu pai, porque já não tenho outro." (Kierkegaard, 2001, p. 197).

própria história, descortinou-se como alguém destinado a ser o receptáculo involuntário das transgressões paternas.

De maneira concomitante à trajetória de Édipo, cujo trágico destino se prenunciava de modo transgeracional, Isaac é um elo na corrente de maldições que remonta ao *excesso paterno*. Na mítica judaico-cristã, não por acaso, do galho paterna de Isaac, revelam-se os irmãos Esaú e Jacó – netos de Abraão –, cuja rivalidade fratricida, semelhante aos filhos-irmãos de Édipo, encaminha-os à ruína. A maldição, que tem raízes nas transgressões não cometidas por eles, mas que assombram sua estirpe de forma impiedosa, premedita os passos de Esaú e Jacó, empurrando-os para o precipício da destruição. A rivalidade entre os irmãos, moldada pela tradição transgressora que permeia o sangue de Isaac, é o caldo de cultura que catalisa o desmoronamento do relicário familiar, perpetuando o ciclo de tragédia e infortúnio que caracteriza esta dinastia maldita. No conto em análise, Tiago, Lucas e Mateus[34], os filhos-herdeiros, na esteira das imperturbáveis vicissitudes dos pais, encontram-se subjugados não apenas pelo ímpeto parental, que os relega, em termos metafóricos, a uma sorte assemelhada ao exílio de Isaac nas estéreis paragens do monte Moriá, mas também se encontram num abismo de ignorância a respeito das transgressões cometidas por Pedro, bem como das conspirações urdidas, com vingança sutil e oculta, por Elisa. Posteriormente ao funesto desenlace de Laio e Jocasta, isto é, de Pedro e Elisa, os filhos, gestados em um ventre de desejos filicidas, encontraram-se, não obstante o degredo pregresso nas encostas do monte Citeron, imersos em um conflito fratricida, num duelo impiedoso cujas reverberações se equiparam às epopeias trágicas de Esaú e Jacó ou Caim e Abel. Essa colisão fraternal, aflorada num contexto pós-morte paterna e materna, transformou-se em uma narrativa em que os protagonistas ansiavam por um retorno, um resgate ao império de Tebas, berço primevo que disseminava as transgressões e tramas de seus progenitores. Nesse ímpeto titanesco pela primogenitura, a disputa encarnou-se

[34] Noutra possibilidade de análise, os três filhos, Tiago, Lucas e Mateus, com suas idiossincrasias e em suas subjetividades, poderiam, por exemplo, ser vistos como semblantes/posições da infância. Tiago, o primogênito, emerge como o arquétipo do filho edípico por excelência. Sua figura se desenha como um intrincado emaranhado de devoção materna, uma síntese genuína de sua veneração às figuras parentais, especificamente sua relação ambígua e, por vezes, escravizada com os desejos tirânicos de Elisa, sua mãe. Tais laços se manifestam de maneira colérica e quase irracional quando o seio materno, em um ato de negação, se esquiva de sua ânsia voraz, configurando-se como um microcosmo do conflito edípico, onde o desejo incestuoso se choca com as barreiras impostas pelas regras sociais e tabus familiares. Lucas, o segundo, sobressai como o filho que já logrou atravessar minimamente as agruras do complexo de Édipo. Desembaraçado das amarras fusionalmente dependentes do desejo do Outro, estabelece-se em um território mais independente e autônomo. Por último, Mateus, o benjamim da prole, ostenta uma capacidade organizadora eloquente, espelhando-se nos contornos paternos legados por Pedro, o patriarca da horda. Identificando-se com as características paternas, apega-se à "promessa da castração", vislumbrando um futuro no qual desposará uma mulher tão bela quanto à própria mãe, configurando-se como um tributo à continuidade da linhagem familiar.

como um embate pela Terra Prometida, uma busca pelo acervo e domínio sobre um território que retumbava com as maldições ancestrais e a promessa de redenção.

Semelhantemente, o mítico enfrentamento fratricida entre os irmãos Etéocles e Polinices, prole infortunada do trágico Édipo, delineia-se uma notável e, por assim dizer, arquetípica ressonância com a presente crônica, na qual Tiago e Mateus, personagens sob os auspícios do destino e das vicissitudes da "linhagem tebana", erguem-se como protagonistas de um drama análogo, na medida em que se imiscuem, de maneira retórica e amiúde exacerbada, numa luta titânica pela titularidade da primogenitura, como lamenta Ismene num diálogo com Antígona: "[...] num terceiro golpe, nossos dois irmãos num mesmo dia entremataram-se (coitados!), fraternas mãos em ato de extinção recíproca." (Sófocles, 2018c, p. 42). Antropofagicamente semelhantes, na tragédia pinoniana, Tiago e Mateus disputam o lugar de guardiões das cláusulas pétreas – tradições inamovíveis e imutáveis que, por analogia, remetem aos contratos narcísicos firmados tanto de maneira diplomática quanto inconsciente. Esses pactos são tutelados pelo enigmático Pedro ou mesmo fundamentados nos 'pecados' por ele cometidos. A pendência travada em torno da camisa paterna extrapola, sobremaneira, o mero vestígio de uma contenda pela prerrogativa da primogenitura, erguendo-se, ao contrário, como uma refrega de proporções épicas que tem como epicentro a preservação, o usufruto e a presunção da herança. Nesse teatro confronto e erupções, deparamo-nos com um duelo ciclópico, digno das gestas homéricas, no qual os contendores se debatem acirradamente, em busca da primazia genealógica e, mormente, em prol da salvaguarda de uma herança cuja natureza se bifurca em dimensões pecuniárias e inconscientes, oscilando entre o tangível e o imaterial, o efêmero e o perdurável. Nesse palco de aspirações e aflições, Mateus, imbuído de uma sagacidade que se alinha a sua razão, anuncia a Tiago que não necessitariam trespassar a linha que separa a vida da morte em nome do legado: "– Tiago, não precisamos nos matar por conta da herança." (Piñon, 2014, p. 35). Por outro lado, Tiago, confinado na acanhada alcova dos progenitores, permanece imerso naquele recinto que se erigiu como uma espécie de Tebas Prometida, uma plaga que, nas eras remotas, 'fora abençoada' e destinada aos patriarcas de sua malhagem familiar como uma herança inalienável, legada por promessas ancestrais e alianças (malditas).

Como uma criança que se fixa ao seio, Tiago, aprisionando-se na habitação ancestral, no albergue do gozo dos pais, na terra 'que mana leite e mel' – cuja magna aliança inconsciente, feita aos veneráveis ancestrais, determinara que o solo sagrado e próspero seria a herança legítima dos vindouros descendentes, em especial, aos primogênitos da estirpe –, garante o recebimento da fortuna que lhe era por direito: "Encerrado na habitação, o primogênito difundia

a mensagem: – De hoje em diante, o quarto é meu. Ninguém entra dele sem minha ordem. As chaves da casa são minhas, assim como todos os pertences." (Piñon, 2014, p. 35). Observamos, em paralelo, a figura irascível de Mateus, inebriada pela cólera impetuosa, a qual se manifestava de maneira efervescente e intempestiva no íntimo do seu ser. Matizado pela ira em erupção, encontrava-se num corredor que se estendia naquele recinto escuso – qual arena predestinada a abrigar um confronto de natureza cósmica, marcado por uma sucessão intermitente de embates titânicos e enigmáticos, cuja natureza bélica era capaz de abalar os fundamentos do universo, ainda que apenas no microcosmo das relações fraternalmente conflituosas. As sinistras garras pontiagudas do ódio, afiadas pela perniciosa usurpação do trono, erguiam uma cena de devastação iminente, na qual os desígnios conspiravam para um desfecho nefasto, em que o corpo do irmão, outrora unido por laços sanguíneos e fraternais, encontrava-se à mercê da dilapidação impiamente planejada: "O caçula retraiu-se, sem abandonar o corredor. As unhas, como garras, aprontavam-se para o combate de fim imprevisível. Não haveria trégua entre eles." (Piñon, 2014, p. 35). A dinâmica fratricida desvelava-se como um ritual funesto, no qual os alicerces da confiança e harmonia, aparentemente existentes, eram erodidos pela seiva da inveja e do desejo de domínio. As garras, agora letais e prontas para a investida final, pareciam impelidas por uma força oculta e irresistível, sedentas em dilacerar a carne e a alma do irmão, numa querela thanática de destruição e perdição que punha à prova os limites da fraternidade e da própria família. Na efervescência da atmosfera que a envolvia, Marta, como uma pitonisa de tempos outros, percebia, de maneira quase oracular, que, naquele ápice de tensão, delineava-se o palco grandioso e mítico para o iminente desenrolar de um duelo fraternal de proporções épicas. Marta se posicionava como uma testemunha privilegiada da trama cósmica que se desdobrava, como se fosse uma sacerdotisa antiga que lia os sinais nos astros, na natureza e na própria essência dos irmãos envolvidos.

Analogamente a Antígona que, na trilogia sofocliana, deseja voltar a Tebas, com Ismene, para 'deter a marcha da carnificina funesta dos dois irmãos', aqui, Marta observa-se num cenário beligerante, no qual delineava-se o prelúdio de um embate de proporções mitológicas, cujas ramificações e desdobramentos se configurariam como uma saga de tempestuosidade inigualável: "– É a batalha entre Caim e Abel que já começou, sentenciou Marta, ao ver abandonada pelo marido na sala onde jazia o cadáver de Elisa." (Piñon, 2014, p. 35). Se, num primeiro momento, Tiago cede aos impulsos incestuosos ao abandonar Marta, sua consorte, para se imiscuir nos meandros da relação edipiana com a figura materna, personificada na infausta Elisa, albergando-se em sua casa e servindo aos caprichos da mãe; agora, num ápice de peripécia dramática, o primogênito *repete* a experiência de abandono, deixando a esposa sob

o olhar testemunhal do cadáver inerte de Elisa na residência, apenas para ser irresistivelmente arrebatado por uma contenda apocalíptica que se avizinha como um cataclismo nos confins do universo daquela dinâmica familiar. Enquanto Pedro é morto – fruto de uma vingança – por um de seus *pares* circunvizinhos, abandonando a esposa, por conseguinte a tal assassinato; quando um dos irmãos for morto pelo seu *par*, deixará, repetitivamente, a consorte, Marta – o objeto de estima de ambos – enviuvada. Na efervescência da sala, onde as inópias do Édipo moderno se projetam, desenrola-se um encontro de proporções agourentas, no qual os semblantes ancestrais de mãe e esposa, num desdobramento surreal de identidades, adensam-se e se chocam. Por isso, cumpre salientar que, no conto em análise, enquanto o embate se arrola, Elisa, a 'Jocasta' nelidiana, permanece exposta na sala, *enforcada*, à vista de todos, como que gerenciando a trama fratricida. Nos meandros do amplo e majestoso "reino tebano", onde os muros da cidade sibilam murmúrios e os pilares de sua civilização ressoam com a história, desenrola-se um embate de proporções caímicas entre os irmãos. Assim como a narrativa primeva do fratricídio entre Caim e Abel, indelevelmente gravada nas páginas do tempo da mitologia hebraica, revelou-se como uma tragédia, cuja gênese residia nas transgressões originais cometidas pelos patriarcas primordiais e fundadores da horda parental edênica, também se impõe a *inevitabilidade predestinada* sobre o destino dos irmãos Tiago e Mateus, o primogênito e o caçula, cujas vidas estão irremediavelmente acorrentadas às faltas e aos excessos (*hybris*) perpetrados pelos antecessores. Os irmãos se veem compelidos a lutarem pelo controle do paraíso que, de alguma forma, figura como a herança que os genitores – e os descendentes –, em tempos remotos, foram forçados a abandonar, marcados pelo estigma da expulsão. O embate fratricida[35], pois, assemelha-se a uma epopeia moderna, cujos filhos carregam consigo o peso das faltas dos pais, como se estivessem predestinados a repetir os erros que se insinuam nas lendas e mitos da humanidade, como um ciclo de tragédia e redenção. Os conflitos de posse e poder se transformam numa luta pelo domínio de um paraíso perdido, do Éden, o seio renegado, uma busca insaciável por aquilo que foi usurpado dos ancestrais, e que, por conseguinte, inscreve-se no cerne da própria identidade e destino dos filhos – que, expatriados do ventre, da *pater mater*, da pátria-mãe, tentam voltar incestuosamente.

[35] Assim como advento do primogênito inaugura a dinâmica familiar/parental e acarreta, em seu bojo, as tensões do conflito intergeracional/transgeracional, o nascimento do segundo filho inaugura o reino da fratria e instaura o embate *intrageracional* que reverberará, consequentemente, em termos transgeracionais. A chegada do irmão mais jovem representa a introdução do "infamiliar"; aquele que, com sua presença, desestabiliza o equilíbrio narcísico preexistente. A partir do momento em que o segundo rebento é trazido ao mundo, entram em cena compartilhamentos, negociações, rivalidades e julgamentos; a fratria desaloja o filho mais velho da onipotência e do lugar privilegiado que ocupava na relação com seus genitores. Ao caçula, recai a responsabilidade de desbravar, conquistar e preservar novos territórios, ao passo que, amiúde, poupa-se a função de portador e guardião da tradição familiar vigente.

À medida que a cadeira do patriarca permanece desocupada, a harmonia inicial cede guarida a um conflito acirrado no âmbito da rivalidade, no qual eles concorrem e se confrontam em busca da ocupação desse trono vago. Das entranhas desse mito primordial, insurge a compreensão dos matizes que impregnam e, por vezes, corroem os laços fraternos, revelando-se numa matriz ambivalente que conjuga afeto e hostilidade. Semelhantemente, carregando consigo a máscara do ciúme e da inveja, predicados referentes à fraternidade, o pequeno Hans – célebre pequeno paciente analisado por Freud –, algum tempo após proferir a assertiva de que não desejava o advento de uma 'irmãzinha', almeja secretamente que a progenitora permitisse a queda da tenra rebenta na serena banheira, resultando no afogamento fatídico dessa frágil criatura (Freud, 2015 [1909]). Por isso, o pai da psicanálise, ao observar as erupções e tensões entre *Neikos e Philia*, exorta, desde *A interpretação dos sonhos* (1900): "Não sei por que pressupomos que essa relação deve ser afetuosa, pois todos nós conhecemos exemplos de inimizade entre irmãos adultos que, como podemos constatar muitas vezes, provém da infância ou existiu desde sempre." (Freud, 2019 [1900], p. 264). Embebida pela rivalidade do complexo de Édipo – que, na fratria, expande-se para um complexo familiar –, a relação entre os irmãos é, não raras vezes, estilhaçada pelas fantasias odiosas e invejosas emitidas mutuamente, inclusive durante as brincadeiras.

Imersos na voragem da rivalidade das tramas edipianas – as quais, em sua projeção fratriarcal, manifesta-se em um cenário mais abrangente de complexidade familiar – a interação entre os proles de uma mesma progenitura se encontra, com frequência não negligenciável, dilacerada pelas fantasias perniciosas e invejosas que expelem, permeando, de modo intrusivo, mesmo os momentos lúdicos e recreativos que compartilham: "Os sentimentos hostis voltam-se tanto contra os irmãos mais velhos como contra os mais novos." (Freud, 2014 [1916-1917], p. 161). Nesses instigantes embates, ocorrentes em uma dinâmica marcada por variados estratos subjetivos, que os irmãos, de forma preponderante, engalfinham-se numa luta pelo acesso à fonte do desejo parental, assim como pela construção de um espaço narcísico inalienável no intrincado emaranhado do seio familiar: "É provável que inexista um quarto dividido por duas ou mais crianças que esteja livre de intensos conflitos entre seus ocupantes. Os motivos são a concorrência pelo amor dos pais, pela propriedade comum, pelo espaço físico disponível (Freud, 2014 [1916-1917], p. 161). Como Narciso repudia veementemente aliar-se a irmãos – turvando, inclusive, o seu gêmeo do lago –, exonera Édipo de seu primado trono de Tebas, relegando-o ao exílio árido e desolado: nessa ocasião, o pequeno Hans afoga Caim na banheira. Em peregrinação pelo conto de Piñon, quando – conformem nomeia Marta – Abel (Tiago ou Mateus) for morto, sucumbindo perante a desmedida do irmão, "Caim", por seu turno, será

marcado com estigma que afrontará a testa: eis o *olho vazado* de Édipo. A emblemática manifestação de máculas que, inerentes à condição humana, revelam-se como as cicatrizes indeléveis da castração, impondo, por sua vez, um selo de singularidade e idiossincrasia sobre esses protagonistas trágicos da narrativa humana. As flâmulas da castração, figuradas por esses signos sinistros e misteriosos, tremulam, lançando seus tentáculos sobre as almas atormentadas de Caim e Édipo, como se a punição divina (geracional) se manifestasse em formas diversas, mas igualmente amargas e inescapáveis. Essas nódoas – que são verdadeiras insígnias do gozo desmedido dos pais – de uma transgressão irremediável e uma condição existencialmente comprometida se materializam como uma estampa da sua tragédia, como se estivessem destinados a carregar o peso de um pecado originário. Assim como o herói desafortunado sofocliano, que, expulso de Tebas, é condenado a perambular pelo deserto e ter sua descendência arruinada[36], Caim, igualmente claudicante: "[...] será fugitivo e errante pelo mundo." (Bíblia, 2018, p. 17).

No enredo pinoniano, em síntese, no idílico recanto edênico onde, em tempos remotos, o avô, o fundador primordial da estirpe, plantara uma árvore exótica, qual testemunha involuntária dos infortúnios que haveriam de acometer a prole, desenrolou-se uma trama macabra digna dos maiores dramas gregos. Foi nesse cenário que o homicida paterno encontrou o seu derradeiro destino, vítima de um executor contratado, às ocultas, pela própria matriarca, consubstanciando a vingança. Como Édipo, o infortunado herói da tragédia de Sófocles, cujo fardo de crimes ancestrais pesava sobre seus ombros – alheios à própria consciência –, os filhos

[36] Na esteira do trágico fratricídio que selou o destino de Abel pelas mãos de Caim, este último, segundo os relatos bíblicos, partiu rumo à enigmática "terra da Fuga", conhecida também como Nod ou Node, situada nos confins do Éden, e ali encontrou morada, levando consigo uma esposa cujo nome permaneceu obscuro nos anais sagrados. Após o advento de seu primogênito, Henoc, ou Enoque conforme algumas versões, Caim empreendeu uma obstinada missão: erigir uma cidade que perpetuaria o nome de seu rebento. Essa ação empreendedora de Caim, a despeito de suas implicações, proporcionou um cenário para a perpetuação de sua linhagem. O registro bíblico, com sua honestidade austera, evidencia práticas como a poligamia e a violência, revelando os contornos sinistros que, por vezes, riscavam a trajetória dessa linhagem. A poligamia, em particular, evoca a busca insaciável por satisfação e poder, que, por vezes, culminava em relacionamentos complexos e tumultuosos. Tais aspectos complexos compuseram uma herança maldita que perscrutou a descendência caímica. No entanto, o destino da descendência de Caim, como consignado na narrativa bíblica, foi selado pelo Dilúvio, um evento de proporções épicas que delineou o fim dessa estirpe desgraçada; tal fenômeno evento representou um ato divino de depuração, redirecionando a marcha da humanidade sob a égide de Noé. Ademais, um relato peculiar na Bíblia sugere que Caim, o transgressor primordial, poderia ter encarado a vingança de seu próprio descendente, Lameque. Lameque proclamou um castigo que o aguardava, reportando um ato de homicídio que perpetrara, mas que, diferentemente do fratricídio de Caim, possuía uma natureza defensiva. A passagem bíblica pode ser interpretada de diferentes maneiras, insinuando que, como Caim matou Abel por inveja, a vingança contra Caim resultaria em um castigo sete vezes mais severo. Em contrapartida, o homicídio cometido por Lameque, que envolveu remorso e confissão perante suas esposas, seria passível de uma retaliação setenta vezes sete mais intensa. Tal diferenciação realça a distinção entre os dois cenários, com Caim motivado pela inveja e Lameque pelo orgulho e vaidade, descendo a um abismo moral ainda mais profundo que seu ancestral, Caim, manifestou seu orgulho no homicídio, recusando a piedade e zombando da proteção divina concedida a Caim, demonstrando bravura diante de seu destino sinistro.

dessa família acolheram, à revelia, a *harmatia* dos seus antepassados. No teatro grego, Édipo, o herói atormentado, inadvertidamente abraça a herança maldita dos seus antecessores, um legado que se estende desde Cadmo, perpassando o seu avô Lábdaco, até chegar a Laio, o seu próprio genitor e, no fim, a maldição atinge seu apogeu no suicídio materno. Embebidos pelo licor peçonhento da estética sofocleana, aqui, as antigas desmesuras se arrastavam de geração em geração, aos moldes de um veneno hereditário impregnado nas entranhas da biografia parental, que finalmente encontrou abrigo naqueles descendentes espúrios que se albergaram na casa 'tebana'. Noutros termos, enquanto Elisa, a figura matriarcal, erigia-se triunfante sobre o cadáver frio do assassino de seu esposo, os descendentes dessa obscura estirpe se assentavam sobre um *legado macabro* que incluía o discurso maldito proferido pelo avô, a tragédia da falta paterna, forjada nos leitos proibidos da vizinhança, a morte trágica do próprio progenitor pelas mãos do traído, a sede de vingança que animava a mãe e, por fim, o desolador desfecho do suicídio desta última. No jardim que outrora florescia sob a sombra acolhedora da mangueira plantada pelo avô, tornou-se um palco de horrores, onde os destinos se aglutinam num alinhamento de perdição, uma encarnação moderna dos mais catastróficos mitos helênicos, na qual a maldição do passado se perpetuou através das gerações, lançando uma as(sombra)ção sobre o destino da família que ali habitava. A mangueira, que fora meticulosamente plantada pelo patriarca ancestral, desvela-se como a testemunha passiva do iminente colapso familiar e, de maneira igualmente simbólica, como um vívido sintoma da decomposição que paulatinamente corroía os alicerces daquela 'nobre' residência. Como uma cripta enterrada cujos mortos ancestrais, desenraizando-se, assombram os vivos, essa árvore finca suas raízes, pois, num solo cruelmente salinizado, destituído de fertilidade – ou nutricialmente florescido em perversões. Com efeito, à medida que essa árvore genealógica desmorona, suas frágeis ramificações sofrem o açoite das podas drásticas, que implacavelmente inibem a absorção vital de água e nutrientes, alicerçando a subsistência. Progressivamente, a árvore-sintoma, com seu tronco sinuoso e galhos contorcidos, acossados por um sol mítico que persiste em abrasar, revela sua vulnerabilidade. Seu tronco, outrora robusto, definhando para uma condição debilitada, e suas folhas, à primeira vista exuberantes e viçosas, agora se fragmentam, sucumbindo ao fardo do destino que se desenha.

Nesse reino, onde Pedro jaz (des)encriptado dentro das muralhas imponentes da cidade, onde a desventura de Elisa se consuma irremediavelmente nos aposentos suntuosos do palácio e Mateus e Tiago encontram-se em uma acirrada contenda, como se fossem duas feras titânicas protagonizando uma encarniçada e implacável digladiação – engajadas num duelo sob o olhar dos deuses –, a peste, como um castigo divino que se estende implacável, prossegue com sua

crueldade infinda, ceifando, inclemente, as gerações futuras dessa malfadada do ramo parental. Como se não bastasse, adornadas pelos não-ditos e pelo manto espesso do silêncio, as Esfinges, enviadas por Hera para infligir um castigo implacável sobre os descendentes, permanecem imóveis, como sentinelas sinistras e inquebrantáveis. Longe de se precipitarem em sua fúria vingativa, continuam a consumir vorazmente Mateus, Lucas e Tiago, herdeiros-tebanos, visto que estes não respondem ao próprio enigma remoto e mortífero, que lhes perpetrou o furo – do Simbólico – nos *pés*, deteriorados pela desmedida paterna e flagelados pelos crimes precedentes; tal herança-sintoma garante o fardo no caminhar claudicante desses Édipos. Em outros termos, nas paragens de Tebas, enquanto Elisa, a matriarca astuta, erguia-se fantasmagoricamente sobre o trono do assassino de seu esposo, os filhos fratricidas daquela desventurada família ocupavam os assentos destinados, de modo ancestral, a eles, no teatro trágico da vida. Ademais, repousavam não apenas sobre os alicerces da casa amaldiçoada, mas também sobre as ruínas de um passado corroído pela onipotência perversa e da implacável vingança de Elisa, culminando, por fim, no desesperado suicídio dessa Jocasta moderna – que repousa, viva-morta, numa cripta ao lado de Pedro –, enterrada *internamente,* na sala da própria casa, em *Tebas* do (*seu*) coração familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

> Em família, sem dizer nem combinar a gente determina quem são os maus, quem são os bons. Prende neles os rótulos e todo mundo acredita: eles também. Minha Mãe tinha de ser boa. Aquele era o seu papel. Meu Pai era dos maus. Ele manejava o poder. Minha irmã era uma invenção dele, a personagem. Minha Avó era a doidinha. As Tias contavam menos do que os outros. E não havia mais ninguém. [...]. Todo mundo recebe o seu papel ao nascer, e antes de nascer. Desempenhá-lo bem é uma das muitas artes da vida.
> (Lya Luft)

Imersas nas águas do imperioso rio Lete e, por isso, disponíveis aos cuidados salubres do esquecimento, as experiências ancestrais, reais (ou não), infiltram-se pelas gerações vindouras, amaldiçoando os lares em sua cartografia. Na interioridade desses espaços, os inquilinos sonham (ou deliram) suas vidas, em tentativas mágicas de, quiçá, desfazerem o encanto que lhes atribuiu, paradoxalmente, as funções "civilizadas" e subjetivas, sem as quais a dinâmica tutelar não ocorreria e pelas quais, quando marcadas pelo excesso ou negligência, as subjetividades colapsam. Cumpre esclarecer, de bom grado, que a desordem, as catástrofes, as imperfeições foram, desde sempre, os elementos imprescindíveis à alquimia dos afetos, cuja composição reclama o infortúnio e o sinistro das maldições, responsáveis por conservar, alterar ou destruir – seguindo obviamente o ambíguo movimento das repetições – os enigmas que forjam a malhagem familiar. Inadvertidamente e sem quaisquer represamentos, as vozes egoicas, exímias condutoras das carruagens da tradição, elevam a família à condição de aqueduto onde circula o caldo *primígeno* que inaugura o processo de subjetivação. Não à toa, Mnemosine, cujo balé turva as águas léteras, sulcando-as revoltamente, adere às moções thanáticas, arremessando, das profundezas, as lembranças que reivindicam o retorno ao lar, do qual foram, atroz e compulsivamente, expulsas. Se recebem um jazigo e ritos fúnebres adequados, transformam-se em reminiscências eróticas que apaziguam e fomentam a continuidade do inconsciente grupal. O degredo imposto, em contrapartida, decompõem-nas em fantasmas persecutórios, figurações cadavéricas, almas atormentadas que, sem complacência, afugentam o futuro e os seus habitantes. A vivência num palimpsesto transgeracional, com narrativas em ranhuras e fissuras, abala o sujeito-sintoma, incrustando-o num berço de pré-investimentos narcísicos, adornados por "pais adoecidos", que, enleados nas tramas dispersas do passado, tendem a "mortificar" costumes, culturas e mitos parentais.

A tragédia grega inscreve-se como uma esplêndida narrativa que ostenta, em seu bojo, o percurso existencial do herói, o qual, em virtude de sua – e de seus ancestrais – exacerbada

desmesura, consubstanciada na infame *hybris*, mergulha num estado de transgressão que culmina no cometimento de uma falha, a *hamartia*, cujas consequências reverberam de maneira catastrófica e, por conseguinte, resultam em uma punição, que se impõe como um castigo, como a resposta do destino às suas ações. Nesse prisma discursivo, a tragédia encarna, em sua essência, a jornada do herói na trilha de sua própria decadência, delineando a perda que se avizinha de forma lúgubre. Freud, ao se embriagar com os licores helênicos, não extrai o complexo de Édipo diretamente do mito em si, mas sim da tragédia magistralmente composta por Sófocles e dos efeitos que ela produz no âmago do espectador – esse impacto psíquico paradoxal oscila entre prazer e dor, gozo e culpa, horror e entusiasmo. O pai da psicanálise, por conseguinte, discerniu, nessa narrativa trágica, a emblemática estrutura do desejo inconsciente: o herói parricida, erradica o progenitor, no intento de estabelecer sua ascendência à figura materna, e, inelutavelmente, enfrenta a dura sanção por tais atos transgressores, materializada na cegueira e na reclusão no exílio como testemunhos da justiça que rege os destinos humanos. A partir das sinuosas trilhas do mito de *Totem e Tabu*, Freud esboça uma interpretação alternativa, alicerçada num exercício de exegese psicanalítica: aqui, o herói (re)encarna nas roupagens do pai primitivo, ao passo que o coro da tragédia assume a identidade coletiva da horda primordial que, de maneira afrontosa, arrebata-lhe a vida: o coro trágico ostenta, como seu papel fundamental, o acompanhamento compadecido das agruras do herói até seu último suspiro, compartilhando, com ele, as angústias e percalços, fundindo-se em sua dor.

Dessa maneira, as peças da tragédia grega, vista sob essa perspectiva, prorrompem-se como a concretização de uma sutil sofisticação teatral, que permite a caracterização do coro (os filhos assassinos) como vítimas de sua própria engenhosidade, sucumbindo em lamentações e compaixões desmesuradas, ao passo que o herói, por outro lado, é posicionado como o artífice e objeto – subjugado – de sua própria desventura. Se, nas malhas do pensamento freudiano, o herói da tragédia grega é concebido como o paradigma do sujeito desejante, Lacan, ao tomar a trilogia tebana, expõe que o herói ocupa a posição de objeto de desejo, o objeto de transgressão, o objeto proscrito, confeccionado e arruinado pelos patriarcas (mal)ditos da Dinastia dos Labdácidas. Édipo, ademais, materializa-se como um sujeito parricida e incestuoso e, a um só tempo, também como um objeto de tentativa de homicídio perpetrada pelo progenitor e como um objeto de desiderato sexual da mãe, Jocasta, que, à luz dos indícios, nutria a consciência plena de que seu cônjuge era, de fato, seu próprio filho. E, assim, desvela-se a dualidade inerente ao herói, simultaneamente *sujeito e objeto*, carregando, em si, as marcas indeléveis de ser um degredo da progenitura, um resíduo dos caprichos do Outro que sela sua entrada no mundo. No vasto proscênio da existência consanguínea, cujas vicissitudes da condição humana se

desdobram em um palimpsesto trágico de reminiscências e fatalismos, ergue-se um cenário cujos fios do tempo, entretecidos em uma urdidura inexcedível, conectando-se às sedimentações imemoriais do *ethos* ancestral, compondo uma sistematização dramática em que a linhagem e o destino se entrecruzam. O prólogo genealógico, epifania inaugural desta solene representação, manifesta-se como a reverberação das gerações remotas, cujas escolhas, impregnadas de *pathos* e intransponível fado, ressoam com ímpeto inexaurível na contemporaneidade: são raízes fossilizadas na substância mesma da memória coletiva, cujo entrelaçamento constitui o alicerce sobre o qual os filhos-herdeiros, subjugados ao rigor implacável do determinismo familiar, são compelidos a encenar seus papéis em uma dramaturgia de ordálio e sucessão.

Os descendentes, intérpretes enredados no lastro dessa odisseia genealógica, emergem como sujeitos em perpétua dialética entre a compulsão à perpetuidade e a ânsia pela transgressão das amarras do pretérito. Devem, por mandamento tácito e força coercitiva do espírito ancestral, repetir a ritualística das tradições, enfrentar os percalços inalienáveis legados pelos antecessores e arquitetar um porvir que se erga à altura dos desígnios e semblantes = consagrados pelos mitos parentais. São, assim, conformados pelas injunções do passado, atores-atuados cujos gestos e falas são regidos pelas vicissitudes da herança cultural e pelas prerrogativas familiares que lhes são impostas como acervo-sentença. Todavia, à medida que os atos se desvelam, e os véus da ilusão se dissipam sob o peso incontornável da realidade, a tragédia brasileira, em toda a sua exuberante melancolia, ganha contornos de inexcedível *pathos*: os auspícios e augúrios, outrora promissores e plenos de exaltações glorificantes, veem-se obnubilados pelos sortilégios da fatalidade inaugural, e os encantamentos e dilemas que emanam das aporias e tensões do preâmbulo genealógico assomam ao centro do drama. As promessas colidem com as contingências inescapáveis, os confrontos deflagram-se em cataclismos insuspeitos, e, não raro, a eloquência das relações humanas dissolve-se em tramas labirínticas e desilusões lancinantes. Eis que, na inevitabilidade do desfecho, o epílogo, solene e fatalista, manifesta-se como a consumação trágica de um destino: os filhos, malgrado seus combates extenuantes e suas lutas, veem-se tragados por um vórtice de recorrências espectrais, replicando as desventuras que assombraram seus predecessores e perpetuando a ruína como herança maldita. Nesse instante derradeiro, no qual a tragicidade do humano se consubstancia em seu auge, o coro, como uma assembleia oracular, entoa cânticos de lamento e pranto, manifestando-se nas cavidades da existência como uma elegia lancinante ao desmoronamento da estirpe e à dilaceração do herói. O protagonista, que outrora se alçava em firmeza e altivez, jaz agora consumido pela fatalidade, sua grandiosidade reduzida a espectro, sua glória

obliterada pelas inclemências de um destino impiedoso. As vozes, reverberando na acústica fatídica do teatro da vida, ecoam como um clamor de sirenes fantasmáticas, ressoando a agonia perpétua que emoldura os corações daqueles que, aprisionados nos interstícios do tempo, encarnam, como párias e mártires, a essência mesma da tragédia humana.

Tais tecelagens cáusticas, urdidas, a um só tempo, por Eros e Thânatos, irrompem-se, com frequência cogente, nas territorialidades literárias, deixando, às escancaras, os sintomas que acompanham a longa jornada do humano pelas várzeas encharcadas da História. A estética de Nélida Piñon é deveras hábil em contornar, pela pena dos significantes, a depauperação dos vínculos, o esgotamento dos humanos frente ao imperativo familiar do apego. Eis que, telescopicamente, materiais tóxicos, residuais, em estado rudimentar, quando não elaborados e devidamente enlutados, sobrevivem, em estruturas físicas e abstratas, e são desenterrados pelos herdeiros-descentes. Trata-se, no jogo simbólico, de missivas postas 'em garrafas', à deriva no além-mar das gerações, capazes de suportar as tormentas e desfazer os redemoinhos, empreendimentos naturais de Lete e de Mnemosine. A artesã carioca, não raras vezes, impetra, em suas obras, uma rede exuberante de metáforas polissêmicas, que se sobrepõem e evocam, com primazia, os arcanos da vivência filial, em trânsitos abnegados pela dor da ausência, fazendo-se leito para as enfermidades do espírito, responsáveis por conclamar a justiça esmagadora das Erínias. O resultado, imprevisivelmente, traduz-se numa urdidura emocional enodada de júbilo e dor: extrapolando o hermetismo das relações íntimas, Piñon erige um arsênico verbal, pungente e íntimo, que abre feridas ancestrais e desvela os sótãos carcomidos da consanguinidade. Seu estro narrativo delineia itinerários universais, assaz humanos, rotas depauperadas por personagens catárticos, aprisionados na metodologia atávica de sofrimentos milenares. Na tragédia *à brasileira* pinoniana, o teatro contemporâneo dos desejos e anseios, o Prólogo geracional orquestra, com maestria, os atos prolepticamente destemidos dos filhos-herdeiros, de forma a desembocar, num epílogo trágico e amaldiçoado de tais auspícios e encantamentos iniciais.

Na contemplação da maldita casa, instaurada nesse palco da ascendência familiar, vislumbramos, não sem solenidade, os alicerces primordiais, cuja firmeza se encontra, em verdade, num estado deveras frágil, cravados, como estão, em um solo inóspito e lacunoso, permeados pelas exsudações etílicas da indulgência desenfreada, com sua integridade comprometida, dilacerada e fustigada por uma erosão subjetiva. Assim, na envolvência paradigmática do arcabouço parental, cuja morada se erige como um caleidoscópio de crônicas ancestrais, sob o sinuoso solo pantanoso que teima em oscilar à beira do efêmero precipício da ruína subjetiva, podemos discernir que os alicerces que desempenham o seu papel em sustentar

a arquitetura memória, emulando a cíclica imersão nos licenciosos líquidos do excesso, experimentam agora os sinais prenunciantes de sua desintegração. O pavimento dessa habitação, configurado por meio dos progenitores mais imediatos, a saber, Pedro e Elisa, mostra-se, ao longo dos ciclos temporais, mergulhado em um lento processo de derrocada, evidenciando suas fissuras e reentrâncias, sintomáticas de infiltrações oriundas das tragédias pessoais que assoberbaram. As rachaduras e recessos que perfuram a sua essência se traduzem como os emblemas visíveis da intrusão incessante das tragédias, cujas infiltrações tóxicas deixaram uma sinistra marca de lágrimas e cicatrizes em sua superfície, recordações indeléveis das ausências trágicas. Tais perturbações nas estruturas edificadas, privadas de sua firmeza fundacional e privadas de ancoragem adequada ao solo, progridem para as paredes, representadas pelos filhos Tiago, Lucas e Mateus, que, para além das fissuras constitutivas e desconstitutivas que intercalam sua superfície, encontram-se corroídas, interiormente, pelo nefasto e putrescente *miasma* do desgaste fundacional, até o ponto em que sua aparência de continuidade exterior é despojada.

Em outros termos, desprovidos de amparo rígido no solo da própria identidade, as paredes – representadas simbolicamente pelos filhos – enfrentam um destino semelhante. Essas "muralhas", outrora sustentáculos firmes da história, com suas fissuras (des)constitutivas, revelam-se incapazes de resistir à corrosão do tempo, enquanto um mofo pútrido, simbolizando a putrefação cosubstancial à experiência humana-parental, corrói suas estruturas internas, desvelando uma fachada que, por mais que pareça unida e sólida em sua aparência superficial, é assolada pela inevitável decadência. À beira da existência, sem qualquer ancoragem, Tiago, Lucas e Mateus se veem imersos em suas inquietações mais primitivas. Em um estado de desequilíbrio, constroem uma narrativa fragmentada e descontínua, enquanto uma malevolência insidiosa, semelhante ao mofo pútrido de um inconsciente coletivo distorcido, corrói lentamente suas estruturas internas. Nessa morada da arquitetura familiar, cujos alicerces remotos, de maneira notável e quase surreal, firmam-se com precariedade em um solo encharcado pelos efervescentes licores da desmedida, testemunhamos a sua progressiva deterioração e fragmentação, delineando uma iminente erosão subjetiva – como se os pilares da herança primal se erigissem na iminência do colapso. Sob a égide do tempo implacável e das experiências trágicas, vemos, em última instância, uma narrativa ancestral enigmática, cujo desenrolar dos destinos individuais e coletivos se fundem num cenário de precariedade e decadência, moldando a essência complexa da família enredada nas tramas de Thânatos. A aparente cobertura unitária, outrora um escudo contra a intempérie emocional, agora sofre o lento desprendimento, revelando o cerne vulnerável desses seres.

Desponta, na narrativa analisada, uma saga de espectros, previamente confinados ao soturno recôndito da cripta ancestral, cuja influência sobrepuja sua função primordial de maestria na dinâmica familiar, e adentra, com ímpeto fúnebre, o reino dos descendentes. Elisa, a matriarca, empreende uma exumação da presença do patriarca falecido, defunto em corpo, porém vivo em lembrança, através da singular ressurreição da camisa paterna. Esse ritual, mais do que mero gesto de reverência, configura-se como um enigma hermético, com a peça de vestuário atuando como um relicário ambulante de memórias e conexões ancestrais, desencadeando uma ressonância quase sobrenatural, uma evocação do passado que se projeta sobre o presente. A intersubjetividade da narrativa orienta-se por pactos inconscientes, intrincados nas sutilezas do psiquismo humano, em especial, aqueles que se delineiam sob o espectro da negação recalcitrante. Esses laços, que constituem os pilares fundamentais dos vínculos transgeracionais que tecem a complexa teia de relações familiares, estende-se de forma ininterrupta desde a venerável geração dos avós, atravessando a esfera dos pais, e finalmente, irrompendo de forma latente, embora não menos marcante, nas figuras-sintomas de Mateus, Lucas e Tiago – os herdeiros e destinatários. A malha de memórias e heranças, destroços ancestrais, uma vez desalojada da cripta, encontra novo refúgio no acervo familiar dos descendentes – nestes, continuam a exaurir sua influência e a exercer seu domínio, moldando destinos e direcionando narrativas parentais com uma determinação oracular. Os pactos inconscientes, assim como as andanças dos vivos-mortos, são sussurros inaudíveis, mas decisivos, que permeiam a carapaça da existência humana e, de forma muitas vezes imperceptível, impõem sua marca indelével sobre a trajetória dos irmãos do conto.

A presente pesquisa, longe de tentar exaurir ou esgotar a fértil plaga das relações familiares em Nélida Piñon, almeja, sobremaneira, ser uma fonte para estudos posteriores no tocante a relação entre a Psicanálise e a Literatura, em especial, para empreitadas que, a partir da doutrina psicanalítica, debrucem-se sobre a arquitetura familiar na poética pinoniana. Pretendemos erigir, aqui, um fundamento que lança luz sobre as nuances da obra da escritora carioca e que, de igual modo, insinua-se como uma nascente inesgotável de saber, cujas águas, esperamos, irriguem o solo fértil das futuras pesquisas. Dessa forma, abre-se uma perspectiva auspiciosa para que novas pesquisas sejam impulsionadas a partir desta, tomando-a como um ponto de partida para o florescimento de novas elucubrações. Afinal, mais do que recorrer à episteme psicanalítica como instrumento hermenêutico para desvendar os recônditos da obra de Nélida Piñon, esta empreitada se destaca como a primogênita ao revelar as complexidades subjacentes à família, com ênfase na categoria da transgeracionalidade e na herança inconsciente nos meandros literários da autora. Tais investigações, valendo-se deste

fundamento e tomando outras vertentes da psicanálise, por exemplo, poderão perpetuar a exploração do ecossistema familiar, na vasta produção literária de Piñon – seja para estender o arcabouço exegético, aqui empreendido, seja para desafiá-lo. Neste estudo, restringimo-nos a *um* compêndio de contos, sobretudo à narrativa "A camisa do marido", como *corpus* investigativo, bem como detemo-nos aos escritos freudianos e lacanianos como fundamentação teórica; reconhecemos, contudo, que a safra literária de Piñon se mostra profusa e copiosa na apresentação da arquitetura dilapidada das relações familiares em outras tramas: essa temática expressa, de forma ubíqua e densa, não somente em suas narrativas curtas, mas também em extensos romances, como *Fundador* (1969) e *A casa da paixão* (1972). Ademais, em direção às futuras incursões acadêmicas, caberia considerar a possibilidade de investigar tais corrosões da célula familiar a partir de outras doutrinas psicanalíticas, como kleinianas e winnicottianas, bem como por um *corpus* distinto, diversificando, assim, a perspectiva analítica e acrescentando novos estratos à compreensão das malhagem parental e transgeracional, que permeia as narrativas da célebre escritora.

REFERÊNCIAS

Abraham, Nicolas; Török, Maria (1973). **A casca e o núcleo**. São Paulo: Escuta, 1995.

Abraham, Nicolas; Török, Maria. The Phantom of the Group. In: Abraham, Nicolas; Török, Maria. **The Wolf Man's Magic Word: A Cryptonymy**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

Antunes, Suzana Pons. **Os caminhos do trauma: em Nicolas Abraham e Maria Torok**. São Paulo: Escuta, 2003.

Anzieu, Didier. **O Eu-pele**. Rio de Janeiro: Casa do Psicólogo, 1993b.

Anzieu, Didier. **O Grupo e o Inconsciente – O imaginário grupal**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1993a.

Ariès, Philippe. **História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

Ariès, Philippe. **O homem perante a morte**. São Paulo: Unesp, 2014.

Aristóteles. **Poética**. São Paulo: Editora 34, 2015.

Aulagnier, Piera. **A violência da interpretação**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

Azevedo, Marcia Maria dos Anjos. **Segredos que adoecem: um estudo psicanalítico sobre o críptico adoecimento somático na dimensão transgeracional**. São Paulo: Appris Editora, 2021.

Benghozi, P. Traumatismos precoces da criança e transmissão genealógica em situação de crises e catástrofes humanitárias. Desmalhar e remalhar continentes genealógicos familiares e comunitários. In: Correa, Olga B. Ruiz. (Org.). **Os avatares da transmissão psíquica geracional**. São Paulo: Escuta, 2000.

Benghozi, Pierre. **Malhagem, filiação e afiliação: psicanálise dos vínculos: casal, família, grupo, instituição e campo social**. São Paulo: Vetor Editora, 2010.

Berenstein, Isidoro. **Do ser ao fazer: curso sobre vincularidade**. São Paulo: Via Lettera, 2011.

Berenstein, Isidoro. **Família e doença mental**. São Paulo: Escuta, 1988.

Bíblia – Leitura Perfeita. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2018.

Bion, Wilfred (1965). **Transformações: do aprendizado ao crescimento**. São Paulo: Hirodel, 2022.

Bion, Wilfred. **Experiências com grupos**. Rio de Janeiro: Imago; São Paulo: EDUSP, 1975.

Bosi, Alfredo. **O conto brasileiro contemporâneo**. Rio de Janeiro: Cultrix, 2015.

Braga, Alessandro Eloy. **As sementes de Cadmo: autoctonia, miasma, nemesis e o trágico nas tragédias do ciclo tebano**. Universidade de Coimbra [Tese de Doutoramento], 2015.

Casella, Maria Augusta Minoso. **Mitos e Segredos: um estudo sobre a estrutura e a dinâmica familiar no psicogiagnóstico infantil**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – PUC-SP: São Paulo, 1990.

Checchinato, Durval. **Psicanálise de pais: criança, sintoma dos pais**. Rio de Janeiro: Cia de Freud, 2011.

Chiavenato, José Júlio. **A morte: uma abordagem sociocultural**. São Paulo: Moderna, 1998.

Coelho, Nelly Novaes. **A literatura feminina no Brasil contemporâneo**. São

Correa, Olga B. Ruiz. **O legado familiar**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000a.

Correa, Olga B. Ruiz. **Os avatares da transmissão psíquica geracional**. São Paulo: Escuta, 2000b.

Damini, Gerson; Marreco, Maria Inês (org.). **As Matrizes do Fabulário Ibero-americano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

Detienne, Marcel. **A Invenção da Mitologia**. Rio de Janeiro: José Olympio: 1998.

Dostoiévski, Fiódor. **Os irmãos Karamazov**. São Paulo: Martin Claret, 2021.

Eiguer, Alberto. **Um divã para a família**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985

Eiguer, Alberto. **A transmissão do psiquismo entre gerações: enfoque em terapia familiar psicanalítica**. São Paulo: Unimarco Editora. 1998.

Eiguer, Alberto. L'identification à l'objet transgénérationnel. **Journal de la Psychanalyse de l'Enfant**, 10, p. 108–115, 1991.

Eiguer, Alberto. **O parentesco fantasmático**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1995.

Eiguer, Alberto. Y si Narciso tuviera uma hermana? In: **Hermanos: Revista de Psicoanálisis de las configuraciones vinculares**, v.24, p.17-29, 2001.

Eiguer, Alverto. Transgénérationnel et temporalité. **Revue Française de Psychanalyse**, 61(5), 1997.

Ésquilo. **Hipólito**. São Paulo: Editora 34, 2015.

Ésquilo. **Sete contra Tebas**. São Paulo: Editora 34, 2018.

Eurípedes. As Bacantes. In: Eurípedes. **Tragédia grega, vol. V: Ifigênia em Áulis, As Fenícias e As Bacantes**. Rio de Janeiro, Zahar, 1993.

Eurípedes. As Fenícias. In: Eurípedes. **Tragédia grega, vol. V: Ifigênia em Áulis, As Fenícias e As Bacantes**. Rio de Janeiro, Zahar, 1993.

Eurípedes. **Hipólito: edição bilíngue**. São Paulo: Editora 34, 2015.

Eurípedes. **Uma tragédia grega: As Fenícias**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

Faimberg, Haydée. A telescopagem das gerações a propósito da genealogia de certas identificações. In: Kaës et al. **Transmissão da vida psíquica entre gerações**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

Farjani, Antonio. **Édipo claudicante – do mito ao complexo**. São Paulo: Artmed, 2013.

Ferenczi, Sándor (1933). Confusão de língua entre os adultos e a criança. In: FERENCZI, Sándor. **Psicanálise IV**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

Ferés-Carneiro, Terezinha (org.). **Casal e família: Conjugalidade, parentalidade e psicoterapia**. São Paulo: Casa do psicólogo, 2012.

Ferés-Carneiro, Terezinha (org.). **Casal e Família: Permanências e Rupturas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

Ferés-Carneiro, Terezinha (org.). **Casal e Família: Transmissão, Conflito e Violência**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.

Ferés-Carneiro, Terezinha (org.). **Família e casal: filiação, intergeracionalidade e violência**. Rio de Janeiro: PUC Rio, 2019.

Freud, Sigmund (1888). Histeria. In: **Obras completas, volume 1: Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

Freud, Sigmund (1894). As neuropsicoses de defesa. In: Freud, Sigmund. **Obras Completas, volume 3: Primeiros Escritos Psicanalíticos (1893-1899)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

Freud, Sigmund (1895). Resposta às críticas ao meu artigo sobre a neurose de angústia. In: Freud, Sigmund. **Obras Completas, volume 3: Primeiros Escritos Psicanalíticos (1893-1899)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

Freud, Sigmund (1896). A etiologia da histeria. In: Freud, Sigmund. **Obras Completas, volume 3: Primeiros Escritos Psicanalíticos (1893-1899)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2023a.

Freud, Sigmund (1896). A hereditariedade e a etiologia das neuroses. In: Freud, Sigmund. **Obras Completas, volume 3: Primeiros Escritos Psicanalíticos (1893-1899)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2023b.

Freud, Sigmund (1896). Rascunho K. In: MASSON, Jeffrey Moussaieff. **A correspondência completa de Sigmund Freud a Wilhelm Fliess**. Rio de Janeiro: Imago, 1986.

Freud, Sigmund (1897). Carta 52. In: MASSON, Jeffrey Moussaieff. **A correspondência completa de Sigmund Freud a Wilhelm Fliess**. Rio de Janeiro: Imago, 1986b.

Freud, Sigmund (1897). Rascunho L. In: MASSON, Jeffrey Moussaieff. **A correspondência completa de Sigmund Freud a Wilhelm Fliess**. Rio de Janeiro: Imago, 1986a.

Freud, Sigmund (1900). **Obras completas, volume 4: A interpretação dos sonhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Freud, Sigmund (1905 [1901]). Análise fragmentária de uma histeria ("O caso Dora"). In: Freud, Sigmund. **Obras Completas, volume 6: três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria ("O caso Dora") e outros textos (1901 – 1905)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

Freud, Sigmund (1905). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: Freud, Sigmund. **Obras Completas, volume 6: três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria ("O caso Dora") e outros textos (1901 – 1905)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

Freud, Sigmund (1908). Caráter e erotismo anal. In: Freud, Sigmund. **Obras completas, volume 8: O delírio e os sonhos na *Gradiva*, Análise da fobia de um garoto de cinco anos e outros textos (1906 – 1909)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Freud, Sigmund (1908). O poeta e a fantasia. In: Freud, Sigmund. **Obras Completas, volume 8: O delírio e os sonhos na *Gradiva*, Análise da fobia de um garoto de cinco anos e outros textos (1906 – 1909)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Freud, Sigmund (1909). Análise da fobia de um garoto de cinco anos ("O pequeno Hans"). In: Freud, Sigmund. **Obras Completas, volume 8: O delírio e os sonhos na *Gradiva*, Análise da fobia de um garoto de cinco anos e outros textos (1906 – 1909)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Freud, Sigmund (1909). O romance familiar dos neuróticos. **Obras completas, vol. 8: O delírio e os sonhos na Gradiva, análise da fobia de um garoto de cinco anos e outros textos (1906 – 1909)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Freud, Sigmund (1909). Observações sobre um caso de uma neurose obsessiva ("O Homem dos Ratos"). In: Freud, Sigmund. **Obras Completas, volume 9: Observações sobre um caso de uma neurose obsessiva ("O Homem dos Ratos"), uma recordação de infância de Leonardo Da Vinci e outros textos (1909-1910)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

Freud, Sigmund (1910). Sobre a mais geral degradação da vida amorosa. In: Freud, Sigmund. **Amor, sexualidade, feminilidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019a.

Freud, Sigmund (1910). Sobre um tipo especial de escolha objetal no homem. In: Freud, Sigmund. **Amor, sexualidade, feminilidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019b.

Freud, Sigmund (1910). Uma recordação de infância de Leonardo Da Vinci. In: Freud, Sigmund. **Obras Completas, volume 9: Observações sobre um caso de uma neurose**

obsessiva (“O Homem dos Ratos”), uma recordação de infância de Leonardo Da Vinci e outros textos (1909-1910). São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

Freud, Sigmund (1911). “Grande é a Diana de Efésios”. In: Freud, Sigmund. **Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia (“O caso Schreber”), artigos sobre a técnica e outros textos (1911 – 1913)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Freud, Sigmund (1911). Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia (*Dementia paranoides*) relatado em autobiografia (“O caso Schreber”). In: Freud, Sigmund. **Obras Completas, volume 10: Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia (“O caso Schreber”), artigos sobre a técnica e outros textos (1911 – 1913)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Freud, Sigmund (1912 – 1913). Totem e tabu. In: Freud, Sigmund. **Obras Completas, volume 11: totem e tabu, contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos (1912 – 1914)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Freud, Sigmund (1913). A predisposição à neurose obsessiva. In: Freud, Sigmund. **Obras completas, volume 10: observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia (“O caso Schreber”), artigos sobre a técnica e outros textos (1911-1913)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Freud, Sigmund (1913). O motivo da escolha dos cofrinhos. In: Freud, Sigmund. **Arte, literatura e os artistas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

Freud, Sigmund (1914). Introdução ao narcisismo. In: Freud, Sigmund. **Obras Completas, vol. 12: introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Freud, Sigmund (1915). Considerações atuais sobre a guerra e a morte. **Obras Completas, vol. 12: introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010b.

Freud, Sigmund (1915). **Os instintos e seus destinos**. In: Freud, Sigmund. **Obras Completas, vol. 12: introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010a.

Freud, Sigmund (1915). Visão de conjunto das neuroses de transferência. In: Freud, Sigmund. **Neuroses de transferência: uma síntese (manuscrito recém-descoberto)**. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

Freud, Sigmund (1916). Conferência XIII: Traços arcaicos e infantilismo dos sonhos. In: Freud, Sigmund. **Obras Completas, volume 13: Conferências introdutórias à Psicanálise (1916-1917)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

Freud, Sigmund (1917). Luto e melancolia. In: Freud, Sigmund. **Obras Completas, vol. 12: introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Freud, Sigmund (1917). Sobre transformações dos instintos em particular no erotismo anal. In: Freud, Sigmund. **Obras Completas, volume 14: história de uma neurose infantil ("O homem dos lobos"), além do princípio do prazer e outros textos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Freud, Sigmund (1918 [1914]). História de uma neurose infantil ("O homem dos lobos"). In: Freud, Sigmund. **Obras Completas, volume 14: História de uma neurose infantil ("O homem dos lobos"), Além do princípio do prazer e outros textos (1917 – 1920)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Freud, Sigmund (1919). "Batem numa criança": contribuição ao conhecimento da gênese das perversões sexuais. In: Freud, Sigmund. **Obras Completas, volume 14: História de uma neurose infantil ("O homem dos lobos"), Além do princípio do prazer e outros textos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Freud, Sigmund (1919). **O infamiliar**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

Freud, Sigmund (1921). Psicologia das massas e análise do eu. In: Freud, Sigmund. **Obras completas, volume 15: Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Freud, Sigmund (1922). A cabeça de Medusa. In: Freud, Sigmund. **Obras completas, volume 15: Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920 – 1923)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Freud, Sigmund (1923). O Eu e o Id. In: Freud, Sigmund. **Obras completas, volume 16: O Eu e o Id, "autobiografia" e outros textos (1923-1925)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Freud, Sigmund (1927). O fetichismo. In: Freud, Sigmund. **Obras completas volume 17: O futuro de uma ilusão e outros textos (1926-1929)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

Freud, Sigmund (1927). O futuro de uma ilusão. Freud, Sigmund. **Obras completas volume 17: O futuro de uma ilusão e outros textos (1926-1929)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

Freud, Sigmund (1930). O mal-estar na civilização. In: Freud, Sigmund. **Obras completas, volume 18: O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias e outros textos (1930-1936)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Freud, Sigmund (1937). Análise terminável e interminável. In: Freud, Sigmund. **Obras completas, volume 19: Moisés e o monoteísmo, Compêndio de Psicanálise e outros textos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Freud, Sigmund (1938). Compêndio de Psicanálise. In: Freud, Sigmund. **Obras completas volume 19: Moisés e o monoteísmo, Compêndio de psicanálise e outros textos (1937-1939)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Freud, Sigmund (1939 [1934-1938]). Moisés e o Monoteísmo. In: Freud, Sigmund. **Obras Completas, volume. 19: Moisés e o monoteísmo, compêndio de psicanálise e outros textos (1937-1939)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Freud, Sigmund (1939). Moisés e o monoteísmo. In: Freud, Sigmund. **Obras completas, volume 19: Moisés e o monoteísmo, Compêndio de Psicanálise e outros textos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Freud, Sigmund. Conferência XXIII – os caminhos da formação de sintomas. In: Freud, Sigmund. **Obras completas, volume 13: Conferências introdutórias à Psicanálise (1916-1917)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

Garcia-Roza, Luiz Alfredo. **Acaso e repetição em psicanálise: uma introdução à teoria das pulsões**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

Gomel, Silvia. **Transmisión generacional, familia y subjetividad**. Buenos Aires: Editorial Lugar. 1997.

Gomes, Isabel Cristina. **O sintoma da criança e a dinâmica do casal**. São Paulo: Editora Escuta, 2011.

Granjon, Evelyn. A elaboração do tempo genealógico no espaço do tratamento da terapia familiar psicanalítica. In: Correa, Olga B. Ruiz. **Os avatares da transmissão psíquica geracional**. São Paulo: Escuta, 2000.

Hinshelwood, R. D. **Dicionário do pensamento kleiniano**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

Imber-Black, Evan. **Os segredos na Família e na Terapia Familiar**. São Paulo: Jones & Barlett, 1994.

Inglez-Mazzarella, Tatiana. **Fazer-se herdeiro: a transmissão psíquica entre gerações**. São Paulo: Escuta, 2006.

Julien, Philippe. **O manto de Noé: ensaio sobre a paternidade**. Rio de Janeiro: Revinter, 1997.

Kaës, René et al. (org.). **Transmissão da vida psíquica entre gerações**. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2001.

Kaës, René. **Um singular plural: a psicanálise à prova do grupo**. Edições Loyola Jesuítas, São Paulo. 2011.

Kaës, René. A negatividade: problemática geral. **Psicologia USP**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 21-36, 2003. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/42389. Acesso em: 22 out. 2023.

Kaës, René. **Alianças inconscientes**. São Paulo: Editora Ideias & Letras, 2016.

Kaës, René. **O aparelho psíquico grupal**. São Paulo: Editora Ideias & Letras, 2017.

Kaës, René. Os dispositivos psicanalíticos e as incidências da geração. In: Eiguer, Alberto (Org.). **A transmissão do psiquismo entre gerações**. São Paulo: Unimarco, 1998.

Kaës, René. **Os espaços psíquicos comuns e partilhados: transmissão e negatividade**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

Kaës, René. Um pacto de resistência intergeracional ao luto: Transmissão psíquica dos efeitos da morte de uma criança sobre os irmãos e irmãs e sobre sua descendência. In: Correa, Olga B. Ruiz. **Os avatares da transmissão psíquica geracional**. São Paulo: Escuta, 2000.

Kernberg, Otto. **Psicopatologia das relações amorosas**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Kierkegaard, Sören. **Temor e tremor**. São Paulo: Hemus, 2001.

Kleim, Melanie (1928). Estágios iniciais do conflito edipiano. In: Klein, Melanie. **Amor, culpa e reparação e outros trabalhos (1921–1945)**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

Kóvacs, Maria Júlia. **Morte e desenvolvimento humano**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992.

Lacan, Jacques (1938). Os complexos familiares na formação do indivíduo: ensaio de análise de uma função em psicologia. In: Lacan, Jacques. **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003b.

Lacan, Jacques (1959-1960). **O Seminário, livro 7: a ética da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

Lacan, Jacques (1960). Subversão do sujeito e a dialética do desejo. In: Lacan, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

Lacan, Jacques (1962-1963). **O Seminário, livro 10: a angústia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

Lacan, Jacques (1964). **O Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

Lacan, Jacques (1966-1967). **O Seminário, livro 14: a lógica do fantasma**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

Lacan, Jacques (1967). Alocução sobre as psicoses da criança. In: Lacan, Jacques. **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003c.

Lacan, Jacques (1968-1969). **O Seminário, livro 16: de um outro ao Outro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

Lacan, Jacques (1969). Nota sobre a criança. In: Lacan, Jacques. **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003b.

Lacan, Jacques (1973). Televisão. In: **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003a.

Lacan, Jacques. (1957-1958). **O Seminário. Livro 5: As formações do inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

Lacan, Jacques. Motivos do crime paranoico: o crime das irmãs Papin. In: Lacan, Jacques (1933). **Da psicose paranoica em suas relações com a personalidade**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987a.

Lacan, Jacques. O Caso "Aimée" ou a Paranoia de Autopunição. Papin. In: Lacan, Jacques (1933). **Da psicose paranoica em suas relações com a personalidade**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987b.

Mannoni, Maud (1964). **A criança retardada e a mãe**. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

Mannoni, Maud (1967). **A criança, sua "doença" e os outros**. São Paulo: Via Lettera, 1980.

Mannoni, Maud. **O Psiquiatra, seu "louco" e a Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, RS, 2022.

Marreco, Maria Inês de Moraes. **Visões caleidoscópicas da memória em Lygia Fagundes Telles e Nélida Piñon**. São Paulo: Paco Editorial, 2013.

McDougall, Joyce. **Teatros do eu: ilusão e verdade na cena psicanalítica**. São Paulo: Zagodoni, 2015.

Meira, Ana Cláudia Santos. **Histórias de captura: investimentos mortíferos nas relações entre mãe e filha**. São Paulo: Blucher, 2021.

Moniz, Naomi Hoki. **As viagens de Nélida, a escritora**. São Paulo: Unicamp, 1993.

Nasio, Juan-David. **Lições sobre os sete conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

Nasio, Juan-David. **Por que repetimos os mesmos erros?** Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
Nicolle, Olivier; Kaës, René. **A instituição como herança**. São Paulo: Editora Ideias & Letras, 2011.

Oliveira, Dileane Fagundes. **A construção do feminino nos romances A república dos sonhos e Vozes do deserto**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Maria, 2022.

Pardo, M. Carmem Villarino. **A aproximação à obra de Nélida Piñon**. A república dos sonhos. 2000. 716 p. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de Santiago de Compostela, Faculdade de Filologia, Santiago de Compostela, 2000.

Pennacchi, Rosely; THORSTENSEN, Sonia. **Psicanálise de casal e família**. São Paulo: Blucher, 2022.

Piñon, Nélida (1966). **Tempo de frutas**. Rio de Janeiro: Record, 2012.

Piñon, Nélida (1969). **Fundador**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

Piñon, Nélida (1972). **A casa da paixão**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

Piñon, Nélida (1973). **Sala de armas**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

Piñon, Nélida (1974). **Tebas do meu coração**. Rio de Janeiro: Record, 2022.

Piñon, Nélida (1977). **A força do destino**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

Piñon, Nélida (1980). **O calor das coisas**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

Piñon, Nélida (1984). **A República dos Sonhos – edição comemorativas 30 anos**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

Piñon, Nélida (1987). **A doce canção de Caetana**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

Piñon, Nélida (1994). **O pão de cada dia: fragmentos**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

Piñon, Nélida (2002). **O presumível coração da América**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

Piñon, Nélida (2004). **Vozes do deserto**. Rio de Janeiro: Record, 2021.

Piñon, Nélida. **A camisa do marido**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

Piñon, Nélida. **Coração andarilho**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

Piñon, Nélida. **Cortejo do divino e outros contos escolhidos**. São Paulo: L&PM, 2000.

Piñon, Nélida. **Guia-mapa de Gabriel Arcanjo**. Rio de Janeiro: GRD, 1961.

Piñon, Nélida. **Madeira feita cruz**. Rio de Janeiro: GRD, 1963.

Piñon, Nélida. **O Livro das Horas**. Rio de Janeiro: Record, 2012.

Piñon, Nélida. **Um dia chegarei a Sagres**. Rio de Janeiro: Record, 2020.

Piñon, Nélida. **Uma Furtiva Lágrima**. Rio de Janeiro: Record, 2019.

Piva, Angela. **Transmissão transgeracional e a clínica vincular**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

Platão. **A República**. São Paulo: Lafonte, 2021.

Puget, Janine; Berenstein, Isidoro. **Psicanálise do casal**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
Quinet, Antonio. **Édipo ao pé da letra: fragmentos de tragédia e psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 2015a.

Quinet, Antonio. **Óidipous, filho de Laios: a história de Édipo rei pelo avesso – uma transcriação**. São Paulo: Giostri Editora, 2015b.

Quinet, Antonio. **Os outros em Lacan**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

Régis, Sônia. Posfácio: Sarça Ardente. In: In: Piñon, Nélida. **A casa da paixão**. Rio de Janeiro: Record, 2012.

Ribeiro, Prisciane Pinto Fabrício. **Entre a cripta e o fantasma: a transgeracionalidade em *Antígona*, de Sófocles**. Universidade Federal da Paraíba [Tese de Doutoramento], 2023.

Ricouer, Paul. Mythe. L'interprétation philosophique. In: **Encyclopaedia Universalis**, vol. 11, Paris, 1968. Disponível em: https://www.universalis.fr/encyclopedie/mythe-l-interpretation-philosophique/. Acesso em: 29 out. 2023.

Rosa, Miriam Debieux. **Histórias que não se contam: o não-dito na Psicanálise com crianças e adolescentes**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

Roudinesco, Elisabeth. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

Shakespeare, William (1600). **Hamlet**. São Paulo: L&PM, 1997.

Shakespeare, William (1904). **Otelo, o Mouro de Veneza**. São Paulo: Penguin Companhia, 2017.

Silva, Maria Cecília Pereira. **A herança psíquica na clínica psicanalítica**. São Paulo: Blucher, 2023.

Sófocles. Antígona. In: Sófocles. **Trilogia Tebana: Édipo Rei, Édipo em Colono, Antígona**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018c.

Sófocles. Édipo em Colono. In: Sófocles. **Trilogia Tebana: Édipo Rei, Édipo em Colono, Antígona**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018b.

Sófocles. Édipo Rei. In: Sófocles. **Trilogia Tebana: Édipo Rei, Édipo em Colono, Antígona**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018a.

Tisseron, Serge. **Secrets de famille: mode d'emploi**. Paris: Ramsay, 1996.

Tisseron, Serge. **Tintin et les secrets de famille**. Paris: Aubier, 1992.

Tozatto, Maria Ines Saadi. **Transmissão psíquica: Metamorfoses teórico-clínicas de um campo em movimento**. São Paulo: Escuta, 2004.

Vernant, Jean-Pierre. **Mito e sociedade na Grécia Antiga**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

Wagner, Adriana. **Como se perpetua a família? A transmissão dos modelos familiares**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2005.

Winnicott, Donald Woods (1951). Objetos transicionais e fenômenos transicionais. In: Winnicott, Donald Woods. **Da pediatria à psicanálise**. Rio de Janeiro: Imago Ed., 2000.

Wolynn, Mark. **Não começou com você: como o trauma familiar herdado nos define e como dar um fim a esse ciclo**. São Paulo: Alta Life Editora, 2023.

Zolin, Lúcia Osana. A representação da mulher na narrativa de Nélida Piñon. **Interdisciplinar Revista de estudos em língua e literatura**, São Cristóvão, v. 5, n. 5, p. 9-37, Jan/jun. 2008.